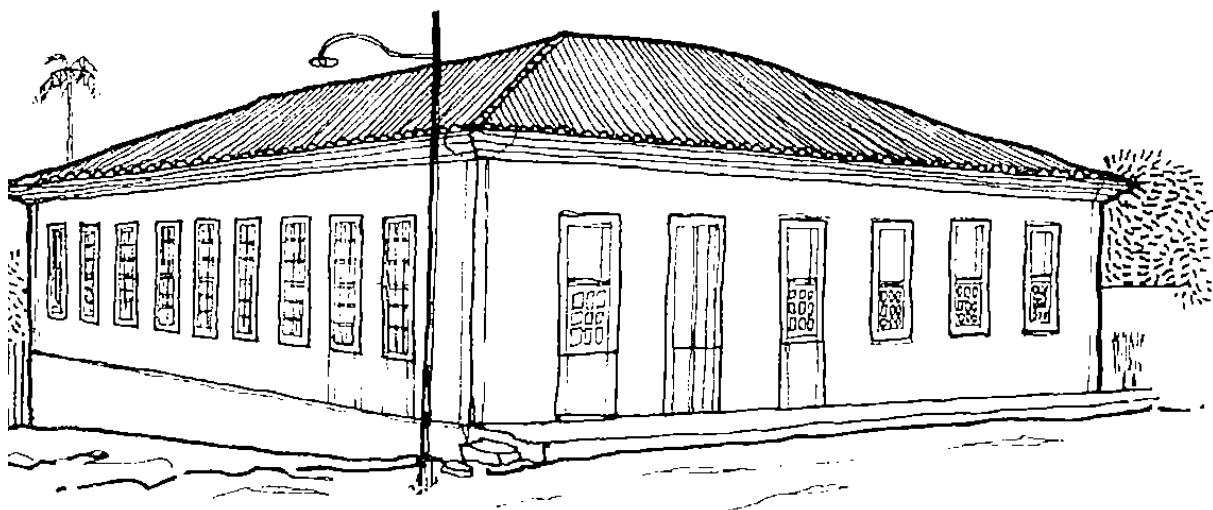


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MARILSA APARECIDA ALBERTO ASSIS SOUZA



Antigo Asilo Santo Eduardo – Rua do Carmo

Artista: Ovidio Fernandes

Do livro: "O Triângulo Mineiro nos Oitocentos" de Edelweiss Teixeira (2001).

**O ORFANATO SANTO EDUARDO E A ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS POBRES EM  
UBERABA – MG (1920 – 1964)**

UBERLÂNDIA

2018

MARILSA APARECIDA ALBERTO ASSIS SOUZA

O ORFANATO SANTO EDUARDO E A ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS POBRES EM  
UBERABA – MG (1920 - 1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação.

Orientadora: Profª. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.

Uberlândia

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S729o Souza, Marilsa Aparecida Alberto Assis, 1970-  
2018 O Orfanato Santo Eduardo e a assistência às crianças pobres em  
Uberaba - MG (1920 - 1964) / Marilsa Aparecida Alberto Assis Souza. -  
2018.  
396 f. : il.

Orientadora: Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em Educação.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.301>  
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Orfanatos - Teses. 3. Crianças - Assistência  
em instituições - Uberaba (MG) - Teses. 4. Organizações não-  
governamentais - Teses. I. Ribeiro, Betânia de Oliveira Laterza, . II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
Educação. III. Título.

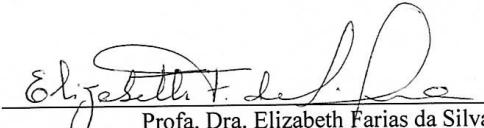
---

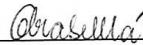
CDU: 37

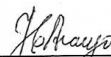
Glória Aparecida - CRB-6/2047

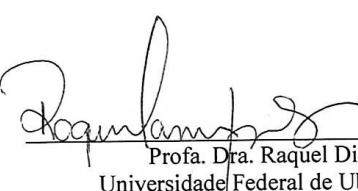
BANCA EXAMINADORA

  
Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

  
Profa. Dra. Elizabeth Farias da Silva  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

  
Profa. Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá  
Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT

  
Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

  
Profa. Dra. Raquel Discini de Campos  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Para Belmira, Conceição, Onofra, Blandina, Albertina, Amparo, Ermelinda, Matilde, Umbelina, Jerônima, Leocádia, Clemência, Irondina, Cândida, Vitalina e tantas outras...

Para Florêncio, Graciano, Ponciano, Nicolau, Jerônimo, Zacarias, Quirino, Severino, Petronilho, Nasário, Julião, Hípótilo, Herculano, Secundino, Fortunato, Felisbino e tantos outros...

Hoje são nomes que lembram nossos antepassados... tios e tias, avôs e avós... Mas um dia também foram crianças... Que nasceram, choraram, brincaram e cresceram pelas ruas empoeiradas ou em casas de assistência da "Princesa do Sertão".

\*\*\*

Também para Flávio e Daniel, meus filhos amados.

A vocês, dedico essa tese.

## AGRADECIMENTOS

São vários os agradecimentos a pessoas e instituições que contribuíram diretamente para a realização desta pesquisa, bem como a familiares e amigos que ofereceram apoio emocional e afetivo ao longo desta trajetória de quatro anos:

À minha orientadora, professora Dr<sup>a</sup>. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, agradeço pelas inúmeras leituras do texto, pelas análises precisas, pelas sugestões essenciais e pela disponibilidade constante. Também agradeço imensamente pela acolhida, respeito, confiança, incentivo, amizade e enorme generosidade. Sempre será luz e inspiração em minha trajetória profissional.

Ao professor Dr. Carlos Henrique de Carvalho, membro da banca de qualificação, agradeço a leitura minuciosa e as sugestões, especialmente as referências bibliográficas.

Ao professor Dr. José Carlos Souza Araújo, membro da banca de qualificação e defesa, agradeço pela leitura cuidadosa e pelas valorosas sugestões apresentadas.

À professora Dr<sup>a</sup>. Raquel Discini de Campos, cujas aulas de “Pesquisa em História da Educação”, ainda no Mestrado, foram essenciais em minha trajetória acadêmica como pesquisadora. Eterna gratidão e admiração.

À professora Dr<sup>a</sup>. Elizabeth Farias da Silva, cujo olhar atento para as questões sociológicas, bem como as leituras sugeridas contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa.

À professora Dr<sup>a</sup>. Elizabeth Figueiredo de Sá: nas poucas vezes em que nos encontramos, seus questionamentos contribuíram para que eu tivesse um olhar mais atento para as crianças, sujeitos dessa tese.

À professora Dr<sup>a</sup>. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, pela disponibilidade em compor a banca.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia com os quais tive a oportunidade de cursar as disciplinas que ofereceram subsídios para o desenvolvimento da pesquisa: Dr. Armindo Quillici Neto, Dr<sup>a</sup>. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, Dr. Décio Gatti Júnior, Dr. Geraldo Inácio Filho, Dr<sup>a</sup>. Sandra Cristina Fagundes de Lima e Dr<sup>a</sup>. Selva Guimarães.

À Irmã Célia, do Instituto Santo Eduardo, à Irmã Salomé, do Asilo São Luis e a todas as religiosas da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade que me receberam de forma acolhedora.

À ex-interna do Orfanato Santo Eduardo, pela disponibilidade em me receber.

À Irmã Maria Helena, da Congregação das Irmãs Dominicanas, pela disponibilidade em me receber e por traduzir o material escrito em francês.

Ao professor Carlos Pedroso, por ter me recebido tão bem e pela agradável conversa na qual tive uma verdadeira aula sobre a história de Uberaba.

A Eleanora Sampaio Caselato e Ana Soares, administradoras de uma *fanpage* que preserva a memória do Lar Anália Franco de São Manuel (SP). Agradeço pela gentileza em responderem minhas mensagens e pelo precioso material disponibilizado.

À professora Ivanilda Barbosa, coordenadora da Biblioteca Pública Municipal “Bernardo Guimarães”, que possibilitou meu acesso ao acervo bibliográfico da Academia de Letras do Triângulo Mineiro.

Aos funcionários das diversas instituições nas quais fui em busca de fontes, agradeço pelo profissionalismo e cordialidade no atendimento: Arquivo Público de Uberaba, Arquivo Público Mineiro, Museu da Capela do Colégio Nossa Senhora das Dores, Cúria Metropolitana de Uberaba, Paróquia de Santa Teresinha; Sociedade Uberabense de Proteção e Amparo ao Menor, Asilo Santo Antônio e Sanatório Espírita de Uberaba.

Ao James Madson, servidor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, pela atenção e cordialidade de sempre.

Às colegas Denise Rodovalho, Sônia Lopes e Walêskia Dayse: mais do que dividir caronas Uberaba/Uberlândia, compartilhamos nossos anseios, alegrias e conquistas que fazem parte da trajetória acadêmica.

A todos os colegas que conheci em algum momento no decorrer do curso e que tornaram a caminhada mais leve, em especial, Jaqueline Calixto, Wilney Fernando e Gabriela Cruz (minha doce amiga mexicana).

À amiga Edilene Alexandra, por estar presente durante toda essa trajetória, me apoiando e incentivando, além da agradável companhia na viagem a Caeté, quando nos encantamos com a imensidão da natureza que envolve a Serra da Piedade.

Aos colegas de trabalho do Cefores/UFTM, pelo incentivo e compreensão durante esses quatro anos. Agradecimento especial ao prof. Paulo Roberto da Silva e à profª Teresinha das Graças Lima, por autorizarem meu afastamento.

À minha família, em especial meu esposo Bartolomeu Assis e meus filhos Daniel Alberto e Flávio Alberto, por compreenderem minhas ausências e momentos de recolhimento.

E, finalmente, à minha mãe Gercia de Souza, que sempre torceu por mim e comemorou minhas conquistas. Despediu-se dessa dimensão antes que eu tivesse tempo de contar minha alegria pelo ingresso no doutorado. Sua luz sempre vai me iluminar.

“Para o verdadeiro mendigo, um asilo,  
para a criança desamparada um abrigo.”

(LAVOURA E COMÉRCIO, 1940).

## RESUMO

A presente tese é resultante de uma pesquisa em Educação, linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, que teve como um de seus objetivos principais saber como o poder público, as entidades religiosas e a sociedade de Uberaba (MG) lidaram com a situação das crianças pobres, algumas órfãs e abandonadas, que perambulavam pelas ruas da cidade, seja vadiando, mendigando, delinquendo ou, simplesmente, brincando e praticando travessuras. A pesquisa também teve como objetivo investigar a gênese e a trajetória das instituições criadas para dar assistência a essas crianças, com destaque para o Orfanato Santo Eduardo, criado em 1920 e existente ainda nos dias atuais. O recorte temporal estabelecido compreende o período de 1920, ano de instalação do Orfanato, a 1964, quando a política de assistência à infância no Brasil adquire novos desdobramentos com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. A metodologia utilizada estabeleceu a dialética entre o contexto local às dimensões estadual e nacional, com o intuito de compreender como os discursos circulantes, as legislações e as políticas assistenciais nacionais de atendimento à infância reverberaram na cidade de Uberaba, influenciando no tratamento dispensado às crianças pela sociedade local. Para tanto, foram utilizadas diversas fontes de pesquisa como os jornais, mensagens dos presidentes das províncias, legislações, registros iconográficos, termos de guarda e tutela, históricos das instituições, livros de matrículas, dentre outros. A hipótese de que as ações de caridade e filantropia da sociedade e das entidades religiosas uberabenses voltadas para a infância não tinham, como preocupação central, a mudança da situação de vida daqueles sujeitos, foi confirmada por meio da análise das fontes, que indicaram que tais ações eram revestidas de uma perspectiva utilitarista e higienista. Em relação às instituições religiosas, qualquer que fosse o credo professado, a abertura de uma nova instituição assistencial era uma forma dessa religião legitimar-se e demonstrar seu poder frente à sociedade. Quanto às instituições, os estudos apontaram que elas foram mecanismos que permitiram o isolamento das crianças e jovens, cuja pedagogia, voltada para a regeneração moral, tinha como foco a preparação pelo trabalho e para o trabalho. Ao mesmo tempo, essas instituições foram, para muitos de seus usuários, um refúgio acolhedor, onde puderam receber cuidados que não teriam se estivessem pelas ruas ou com suas famílias, além de terem tido a oportunidade de acesso ao ensino elementar.

**Palavras-chave:** Instituições educativo-assistenciais. Infância. Pobreza. Orfanato. Práticas caritativas e filantrópicas.

## ABSTRACT

The present thesis is a result of a research in Education, line of research History and Historiography of Education, which was aimed at, as one of its main objectives, knowing how the public power, the religious entities and Uberaba society (MG) has dealt with the situation of poor children, some orphans and the abandoned, who would roamed around the streets of the city, whether loitering, begging or simply playing and practicing mischievous activities. The research was also aimed to investigate the genesis and the pathway of the institutions created to assist these children, especially Santo Eduardo Orphanage, created in 1920, still existing today. The time range established encompasses the 1920's, from the year of its installation to 1964, when the policy of child assistance in Brazil acquires new unfoldings with the creation of Juvenile Welfare National Foundation - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. The methodology employed established the dialectics among local context and national and state dimensions as to understand how the circulating speeches, legislations and national assistance policies for childhood care reverberated in the city of Uberaba, influencing the treatment offered to the children by local society. For that, several sources of research were used, such as newspapers, messages from the provincial presidents, legislations, iconographical records, guardianship and custody orders, institutions' background, enrollment book, among others. The hypothesis that the charity and philanthropic actions of the society and religious entities of Uberaba driven to childhood did not have as the main concern life situation change of those individuals has been confirmed by the analysis of the sources that indicated that such actions were covered with a utilitarian and hygienist perspective. Regarding the religious institutions, whatever the belief professed, the opening of a new assistance institution was a way of such religion to gain legitimacy and demonstrate its power to society. As to institutions, the studies pointed out that they were mechanisms that allowed children's and youngster's isolation, whose pedagogy, oriented to moral regeneration, had as focus the preparation by work and for work. At the same time, these institutions were, for many of their users, a supportive refuge, where they could receive care that they would not have had if they were in the streets or with their families, besides having had the opportunity of accessing elementary education.

**Key-words:** Educational-care Institutions. Childhood. Poverty. Orphanage. Philanthropic and Charity Practices.

## RESUMEN

La presente tesis es resultado de una pesquisa en Educación, línea de investigación Historia e Historiografía de la Educación, que tuve como uno de sus objetivos principales saber cómo el poder público, las entidades religiosas y la sociedad de Uberaba (MG) lidaron con la situación de los niños pobres, algunos huérfanos y abandonados, que deambulaban pelas calles de la ciudad, sea vagando, mendigando, delinquiendo o, simplemente, jugando y haciendo travesuras. La pesquisa tuve también como objetivo investigar la génesis y la trayectoria de las instituciones creadas para dar asistencia a esos niños, con el destaque para el Orfanato Santo Eduardo, creado en 1920 y que aún existe en los días actuales. El recorte temporal establecido comprende el período de 1920, año de instalación del orfanato, hasta 1964, cuando la política de asistencia a la infancia en Brasil adquiere nuevos desdoblamientos con la creación de la Fundación Nacional del Bienestar del Menor. La metodología utilizada estableció la dialéctica entre el contexto local a las dimensiones estadual y nacional, con el intuito de comprender como los discursos circulantes, las legislaciones y las políticas asistenciales nacionales de atendimiento a la infancia reflejaron en la ciudad de Uberaba, influenciando en el tratamiento dispensado a los niños por la sociedad local. Para tanto, fueron utilizadas diversas fuentes de pesquisa como los periódicos, mensajes de los presidentes de las provincias, legislaciones, registros iconográficos, termos de guarda y tutela, históricos de las instituciones, libros de matrículas, entre otros. La hipótesis de que las acciones de caridad y filantropía de la sociedad y de las entidades religiosas de la ciudad de Uberaba, vueltas para la infancia, no tenían como preocupación central, el cambio de la situación de vida de aquellos sujetos, fue confirmada por medio de la análisis de las fuentes, que indicaron que estas acciones eran revestidas de una perspectiva utilitarista e higienista. En relación a las instituciones religiosas, cualquier que fuera el credo profesado, la abertura de una nueva institución asistencial era una forma de esa religión legitimarse y demostrar su poder frente a la sociedad. Cuanto a las instituciones, los estudios apuntaron que ellas fueran mecanismos que permitieron el aislamiento de los niños y jóvenes, cuya pedagogía vuelta para la regeneración moral, tenía como foco la preparación por el trabajo y para el trabajo. Al mismo tiempo, esas instituciones fueran, para muchos de sus usuarios, un refugio acogedor, dónde recibieron cuidados que no tenían se estuviesen por las calles o con sus familias, además de eso, hubieran tenido la oportunidad de acceso a la enseñanza elementar.

**Palabras-llave:** Instituciones educativo-asistenciales. Infancia. Pobreza. Orfanato. Prácticas caritativas y filantrópicas.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Casa da Roda - Caria (Portugal), de 1784.....	36
FIGURA 2	Nota de nascimento (1934) .....	61
FIGURA 3	Propaganda da loja Luxo Mineiro (1928) .....	61
FIGURA 4	Fachada de um dos pavilhões do Instituto João Pinheiro (BH) s.d .....	65
FIGURA 5	Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais -s/d.....	69
FIGURA 6	Menores de uma instituição sediada no Rio de Janeiro - s.d....	76
FIGURA 7	Anúncio publicitário (1906) .....	85
FIGURA 8	Residência de Guiomar Rodrigues da Cunha – s.d .....	89
FIGURA 9	Rua do Comércio (1904) .....	90
FIGURA 10	Igreja Santa Rita (1904) .....	91
FIGURA 11	Inauguração do Grupo Escolar Uberaba (1909).....	94
FIGURA 12	Vista aérea de Uberaba (1960) .....	107
FIGURA 14	Vencedores do concurso de Robustez Infantil em Uberaba (1940).....	127
FIGURA 15	Benedito Procópio (1944) .....	129
FIGURA 16	Propaganda do jornal Correio Católico (1954).....	141
FIGURA 17	Inauguração do Asilo Mendicidade (1915) .....	160
FIGURA 18	Internos do Asilo Santo Antonio (1924) .....	161
FIGURA 19	Alunos do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio (1933) .....	166
FIGURA 20	Meninos no trabalho (1933) .....	169
FIGURA 21	Parede interna e externa do AABS (1930).....	173
FIGURA 22	Refeitório do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio (1930)...	174
FIGURA 23	Dormitório do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio (1930) .....	175
FIGURA 24	Internas do Lar Anália Franco em Uberaba - s/d.....	186
FIGURA 25	Clélia Rocha e Cidinha - s.d .....	189
FIGURA 26	Orquestra do Lar Anália Franco - s.d.....	192
FIGURA 27	Grupo de Dança do Lar Anália Franco - s.d.....	192
FIGURA 28	Grupo de Dança do Lar Anália Franco - s.d.....	193
FIGURA 29	Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira – s.d .....	196
FIGURA 30	Anúncio de vagas no Abrigo de Menores (1945) .....	197
FIGURA 31	Anúncio de venda de brinquedos (1945) .....	200
FIGURA 32	Internos e religiosos do Abrigo de Menores (1963) .....	206
FIGURA 33	Externato São José - s.d.....	209
FIGURA 34	Sala de aula do Externato São José - s.d.....	210
FIGURA 35	Alunas recebendo a merenda – s.d .....	212
FIGURA 36	Alunas tomando a merenda - s.d .....	213
FIGURA 37	Alunas com suas merendas - s.d .....	214
FIGURA 38	Hora do recreio - s.d .....	215
FIGURA 39	Hora do recreio - s.d .....	216
FIGURA 40	Lar Espírita de Uberaba em construção - s.d.....	218
FIGURA 41	Refeitório do Lar Espírita - s.d.....	219
FIGURA 42	Berçário do Lar Espírita - s.d.....	219
FIGURA 43	Sala de aula do Lar Espírita - s.d .....	220
FIGURA 44	Dormitório do Lar Espírita - s.d.....	220
FIGURA 45	Aniversariantes do mês do Lar Espírita - s.d.....	221
FIGURA 46	Internas do Lar Espírita - s.d.....	222

FIGURA 47	Clube Agrícola do Lar Espírita - s.d.....	224
FIGURA 48	Internas do Lar Espírita - s.d .....	224
FIGURA 49	Internos da Supam - s.d .....	229
FIGURA 50	Primeiras instalações da Supam s.d .....	232
FIGURA 51	Pátio da Supam – s.d .....	233
FIGURA 52	Curso de malharia- s.d .....	234
FIGURA 53	Curso de fabricação de papel de bala - s.d.....	234
FIGURA 54	Primeira Comunhão - s.d .....	235
FIGURA 55	Colégio Nossa Senhora das Dores – s.d .....	253
FIGURA 56	Alunas e religiosas do Colégio Nossa Senhora das Dores – s.d .....	254
FIGURA 57	Serra da Piedade (MG) – s.d .....	259
FIGURA 58	Imagen de Nossa Senhora da Piedade – s.d .....	260
FIGURA 59	Asilo São Luis (Caeté/MG) – 2016 .....	261
FIGURA 60	Pinturas – Asilo São Luis (2016) .....	266
FIGURA 61	Orfanato Santo Eduardo (Rua do Carmo) – s.d .....	275
FIGURA 62	Orfanato Santo Eduardo (Rua do Carmo com Carlos Rodrigues da Cunha) – s.d .....	277
FIGURA 63	Bênção da pedra fundamental (1942) .....	287
FIGURA 64	Planta inicial do Orfanato Santo Eduardo (1942).....	287
FIGURA 65	Inauguração do Orfanato Santo Eduardo na rua Tiradentes (1943).....	290
FIGURA 66	Capela do Orfanato Santo Eduardo (2017) .....	292
FIGURA 67	Pátio do Orfanato Santo Eduardo – s.d .....	293
FIGURA 68	Fachada do Instituto Santo Eduardo (2017) .....	294
FIGURA 69	Dormitório do Orfanato Santo Eduardo (2017) .....	295
FIGURA 70	Refeitório do Orfanato Santo Eduardo (2017) .....	295
FIGURA 71	Internas e religiosas (os) do Orfanato Santo Eduardo (1948)....	301
FIGURA 72	Pátio do Orfanato Santo Eduardo – s.d .....	305
FIGURA 73	Distância entre o Orfanato Santo Eduardo e o Grupo Escolar Uberaba (2017).....	310
FIGURA 74	Grupo Escolar Uberaba – s.d .....	311
FIGURA 75	Capa da Cartilha “Pá, Pé e o Papão” – Edição de 1942 .....	312
FIGURA 76	Páginas da Cartilha “Pá, Pé e o Papão” – Edição de 1954.....	313

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1	Pesquisas realizadas na área da História da Educação sobre a temática “Orfanato”, “Infância pobre” e “Infância desvalida” (últimos 5 anos).....	23
QUADRO 2	Instituições assistenciais existentes em Uberaba (1923).....	156
QUADRO 3	Instituições de assistência à infância em Uberaba criadas entre 1915 a 1959 .....	158
QUADRO 4	Processos de guarda de menores na Comarca de Uberaba (1953 a 1959) .....	240

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1	População de Uberaba por idade (1920) .....	95
TABELA 2	População que sabia/não sabia ler e escrever (1920) .....	96
TABELA 3	População de Uberaba por profissão (1920) .....	97
TABELA 4	Pessoas de 5 anos e mais que sabia ler e escrever (1940) .....	105
TABELA 5	População de Uberaba por idade (1960) .....	106
TABELA 6	Pessoas de 5 anos e mais que sabia ler/escrever e que estudava (1960).....	107

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1	Idade com que entraram no Orfanato (1920 a 1942) .....	278
GRÁFICO 2	Pessoa que levou a criança ao Orfanato (1920 a 1942) .....	279
GRÁFICO 3	Tempo de permanência no Orfanato (1920 a 1942) .....	280
GRÁFICO 4	Idade com que entraram no Orfanato (1943 a 1960) .....	315
GRÁFICO 5	Pessoa que levou a criança ao Orfanato (1943 a 1960).....	316
GRÁFICO 6	Tempo de permanência no Orfanato (1943 a 1960).....	317

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AABS</b>	Aprendizado Agrícola Borges Sampaio
<b>AFBI</b>	Associação Feminina Beneficente e Instructiva
<b>APM</b>	Arquivo Público Mineiro
<b>APU</b>	Arquivo Público de Uberaba
<b>BH</b>	Belo Horizonte
<b>Capes</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CEU</b>	Centro Espírita Uberabense
<b>CIANSP</b>	Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade
<b>CMU</b>	Câmara Municipal de Uberaba
<b>CMDU</b>	Cúria Metropolitana de Uberaba
<b>CNSS</b>	Conselho Nacional de Serviço Social
<b>CNSD</b>	Colégio Nossa Senhora das Dores
<b>Copam</b>	Conselho de Proteção e Assistência dos Menores de Uberaba
<b>CSEUR</b>	Centro Socioeducativo de Uberaba
<b>DNCr</b>	Departamento Nacional da Criança
<b>Epamig</b>	Empresa de Pesquisas Agropecuárias de Minas Gerais
<b>Fista</b>	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino
<b>Funabem</b>	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICBC</b>	Instituto de Cegos do Brasil Central
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>Ipai</b>	Instituto de Proteção e Assistência à Infância
<b>ISE</b>	Instituto Santo Eduardo
<b>LBA</b>	Legião Brasileira de Assistência
<b>ONGs</b>	Organizações Não-Governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>s.d</b>	Sem data
<b>SAM</b>	Serviço de Atendimento ao Menor
<b>Senac</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
<b>Senai</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>Supam</b>	Sociedade Uberabense de Proteção e Amparo a Menores
<b>Umeu</b>	União da Mocidade Espírita Uberabense
<b>Unicef</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>1 ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA POBRE: POR ENTRE A CARIDADE, FILANTROPIA, LEGISLAÇÕES E INSTITUIÇÕES .....</b>	<b>31</b>
1.1 Assistência à infância pobre na Europa .....	33
1.2 Assistência à infância pobre no Brasil .....	39
<b>2 A CIDADE DE UBERABA E A INFÂNCIA (1920 A 1964) .....</b>	<b>80</b>
2.1 Uberaba: de “Princesa do Sertão” a “Capital do Zebu” .....	82
2.2 Crianças e pobres sob a mira da imprensa .....	108
2.2.1 Construções discursivas da infância na imprensa uberabense .....	111
2.2.2 “Costume da casa vai à praça”: a culpabilização da família pelo estado de abandono do menor .....	120
2.2.3 Pelo bem da nação: práticas eugenistas nas páginas dos jornais.....	125
2.2.4 O problema do menor abandonado nas páginas do Correio Católico .....	131
2.2.5 A imprensa e “o problema angustioso da gente pobre” .....	141
<b>3 “MURO QUE ISOLA” OU “TETO QUE PROTEGE”? INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA EM UBERABA .....</b>	<b>148</b>
3.1 Instituições assistenciais para a infância existentes em Uberaba .....	155
3.1.1 Asilo da Mendicidade (ou Asilo Santo Antônio) .....	159
3.1.2 Aprendizado Agrícola Borges Sampaio .....	164
3.1.3 Asilo Anália Franco .....	178
3.1.4 Orfanato Santo Eduardo .....	195
3.1.5 Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira .....	195
3.1.6 Externato São José .....	207
3.1.7 Lar Espírita de Uberaba .....	217
3.1.8 Sociedade Uberabense de Proteção e Amparo aos Menores.....	226
3.1.9 Juizado de Menores da Comarca de Uberaba.....	235
<b>4 ORFANATO SANTO EDUARDO: GÊNESE E TRAJETÓRIA (1920 A 1964) .....</b>	<b>246</b>
4.1 Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils: fundação e vinda para o Brasil .....	247
4.2 Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade: o nascimento de uma congregação religiosa brasileira .....	259
4.3 Gênese e primeiros anos de funcionamento do Orfanato Santo Eduardo (1920 a 1942) .....	268

4.4	A Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade e o Orfanato Santo Eduardo (1943 a 1964) .....	285
4.4.1	Construção e inauguração do novo prédio do Orfanato Santo Eduardo.....	286
4.4.2	Adentrando os muros do Orfanato Santo Eduardo.....	296
4.4.2.1	O Regulamento do Orfanato Santo Eduardo .....	297
4.4.2.2	A educação escolar no Orfanato Santo Eduardo .....	309
4.4.2.3	O Livro de Matrículas do Orfanato Santo Eduardo .....	315
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>321</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>328</b>
	<b>FONTES CONSULTADAS .....</b>	<b>363</b>
	<b>SITES CONSULTADOS.....</b>	<b>367</b>
	ANEXO A - Irmã Salomé (2016).....	368
	ANEXO B - Exame canônico de Irmã Salomé (1949) .....	369
	ANEXO C - Serviços de assistência prestados em Uberaba (1923) ..	370
	ANEXO D - Lista dos internos no Asilo Santo Antônio (1924).....	372
	ANEXO E - Animais e plantações do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio (1930) .....	375
	ANEXO F - Fotografias de Clélia Rocha e Anália Franco .....	376
	ANEXO G - Exames das alunas do Colégio Anália Franco.....	377
	ANEXO H - Jair, interno do Lar Anália Franco em São Manoel.....	378
	ANEXO I - Célia, interna do Lar Anália Franco em São Manoel....	379
	ANEXO J - Plano de trabalho - Antonio Alberto de Oliveira (1975).	380
	ANEXO K - Sala de Geografia, Lab. de História Natural e Lab. de Química do Colégio Nossa Senhora das Dores(1939) .....	385
	ANEXO L - Lar Espírita (2017) e Sanatório Espírita (s.d) .....	388
	ANEXO M - Teses e dissertações sobre as instituições mantidas pelas Irmãs Dominicanas em Uberaba (MG) e Goiás (GO).....	389
	ANEXO N - Propaganda do Colégio N. Senhora das Dores (1901)	390
	ANEXO O - Página do caderno escrito pelas Irmãs Dominicanas ....	391
	ANEXO P - Monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro.....	392
	ANEXO Q - Carta de Irmã Maria Thomázia a D. Alexandre.....	393
	ANEXO R - Imagem de Santo Eduardo e histórico .....	394
	ANEXO S - Campanha pelo Orfanato Santo Eduardo .....	395
	ANEXO T – Escola Municipal Uberaba (2017) .....	396

## INTRODUÇÃO

### Miséria

Por essas trevas a vagar, sem ninho,  
 E sois vós, ó creanças,  
 Sem pae, sem mae, sem lar e sem carinho,  
 Que passas tristes, mansas.  
 E procuras em vão macio leito  
 Onde repouse a fronte:  
 De vossas mães o caloroso peito  
 Não há quem vos aponte.  
 Só tem o mármore<sup>1</sup> da vetusta egreja  
 - O leito da miseria.  
 É a vossa mãe querida e bemfazeja,  
 A vossa mãe etherea.  
 Vós sois da Dôr o sideral emblema  
 Que pela noite passa:  
 - Indigencia ou Penuria – o vosso lemma,  
 Ó filhos da Desgraça!

(VILLALVA, 1909, p. 416).

Esta tese é resultante de uma pesquisa em História da Educação, cujo objeto de estudo está situado no âmbito da História da Educação Social<sup>1</sup>. Embora o termo “educação social” possa sugerir, à primeira vista, certo anacronismo, visto ser uma expressão utilizada na atualidade fazendo referência a uma ideia de educação que não acontece necessariamente no espaço escolar<sup>2</sup>, tomo a liberdade de utilizá-la, em concordância com Veiga<sup>3</sup> (2011), que explica que:

<sup>1</sup> Considerando que a educação é, por excelência, uma atividade social, a expressão “educação social” pode ser considerada redundante, já que apresenta, de forma implícita, uma sobreposição de sentidos (GREIVE, 2011; BERRIO, 1999).

<sup>2</sup> Conferir, por exemplo, os estudos realizados por Gohn (2006; 2014) acerca da educação não-formal na Pedagogia Social. Para a autora, a educação não-formal é um dos núcleos básicos da Pedagogia Social. O processo de educação não-formal possui várias dimensões, tais como: “a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica, etc.” (GOHN, 2006).

<sup>3</sup> Veiga (2011), por sua vez, toma como referência a concepção de história da educação social desenvolvida pelo historiador Julio Ruiz Berrio, da Universidade Complutense de Madri. Segundo Berrio (1999), a educação social intensificou-se na Modernidade, com a configuração de uma sociedade capitalista e industrial que, ao gerar um crescimento demográfico e material, converteu para aumentar a marginalização social. Conforme Berrio, a história da educação social possui capítulos clássicos, medievais e, acima de tudo, modernos e contemporâneos, ou seja, à medida que a humanidade progrediu, o número de abandonados e marginalizados (entre eles as crianças), também progrediu, fazendo com que os estudos acerca da educação social ocupem um lugar especial nos últimos anos. Para esse autor, a educação social é referente a “[...] história dos processos educativos destinados a equilibrar, superar ou prevenir duas categorias fundamentais: a marginalização e a exclusão, especialmente na infância e na juventude, através dos tempos (BERRIO, 1999, p. 7). Outro historiador espanhol que desenvolve pesquisas acerca da educação social é Félix Santolaria. De acordo com Guimarães (2014), além de analisar o pensamento dos intelectuais acerca da pobreza em seu país, Santolaria

A história da educação social como um campo de investigação ou domínio da história se organiza tendo em vista sujeitos cuja especificidade está no estatuto de ser marginal. Ou seja, trata-se de uma experiência social que se faz a margem de certas práticas e valores sociais consagrados e, portanto, hegemônicos a cada tempo e lugar. Por isso, os indivíduos ou grupos em situação de marginalidade participam da sociedade de modo estigmatizado (VEIGA, 2011, p. 12).

Ainda em conformidade com Veiga (2011), é pertinente afirmar que essa pesquisa não discute “a história da educação pública<sup>4</sup>, criada e institucionalizada para todos, inclusive pobres e órfãos<sup>5</sup>”, mas dá visibilidade a uma proposição de educação diferenciada da escola regular, pois além de ser direcionada a um público específico (crianças e jovens pobres, órfãos ou abandonados), era realizada em locais diferenciados (orfanatos, abrigos, asilos, colônias agrícolas, etc.) e possuía um currículo particularizado, com destaque para a regeneração moral e a preparação para o trabalho. Além disso, esse tipo de educação geralmente era realizado sob os auspícios da beneficência privada, especialmente das entidades religiosas.

Embora não tratando da escola regular, o interesse por essa temática surgiu justamente devido às minhas inquietações em relação ao ensino público primário oferecido em Uberaba (MG) no decorrer da primeira metade do século XX. Durante minha pesquisa de mestrado<sup>6</sup>, que versou sobre o segundo grupo escolar da cidade, constatei que embora ele tivesse sido criado, por decreto, em 1927, e seu prédio já estivesse construído no final daquela década, ele só foi inaugurado em 1944, pois suas instalações foram emprestadas para o Batalhão da Força Pública

---

também percorreu a trajetória das instituições criadas para a reeducação infantil, já que esse contingente populacional é mais frágil frente ao fenômeno do empobrecimento. Também Martins (2002), ao fazer um estudo da criança abandonada em Portugal, ressalta a importância de os historiadores fazerem a conexão entre a história da criança e a história da educação, centralizando suas investigações nas formas histórico-educativas, analisando as realidades existenciais humanas, as realidades políticas e econômicas estratificadas em que a criança vive e reflete na educação.

<sup>4</sup>Saviani (2004), propõe uma periodização da história da escola pública no Brasil composta por duas etapas: a primeira corresponde aos “antecedentes” (1549 a 1890) e a segunda corresponde à “história da escola pública propriamente dita”, que tem início em 1890 com a implantação dos grupos escolares.

<sup>5</sup>De acordo com Ávila (1993, p. 231), a palavra órfão é originária do grego *orphanos*: “Diz-se dos que perderam ambos os pais ou um deles. A ideia de orfandade é associada à condição da criança que, tendo perdido os pais, é reduzida a uma situação de desproteção, abandono ou miséria”. Entretanto, o verbete órfão também pode ser interpretado em seu sentido figurado: “Privado. Vazio. Que perdeu quem lhe era querido ou o protegia. (Do lat. *orphanus*)” (FIGUEIREDO, 1913, p. 1445). Considerando que essa privação é afetiva, mas também material, a orfandade se apresenta, na maioria das vezes, associada à pobreza, conforme demonstrado no poema citado na epígrafe que inicia essa seção, no qual Villalva nomeia os órfãos como “Filhos da Desgraça”. Também no Brasil as crianças pobres e/ou órfãs foram retratadas por diversas vezes, na imprensa, como “desgraçadinhos da sorte”.

<sup>6</sup>Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, cuja dissertação, defendida em 2012, teve como título “O Grupo Escolar Minas Gerais e a educação pública primária em Uberaba (MG) entre 1927 e 1962”.

Mineira. Considerando que o primeiro grupo escolar local havia sido inaugurado em 1909, a cidade de Uberaba - embora fosse, naquela ambiência, uma das mais importantes do Triângulo Mineiro - ficou aproximadamente 35 anos com apenas um grupo escolar em funcionamento, apesar da grande demanda de alunos existente.

Intrigou-me, então, a situação das crianças da cidade cuja educação havia sido relegada a segundo plano pelas autoridades locais. Observando que muitos filhos de pais trabalhadores não encontravam vagas nos grupos escolares que, *a priori*, deveriam ser para todos, o que dizer das crianças extremamente pobres, em situação de abandono, sendo algumas, inclusive, consideradas “delinquentes”, que perambulavam pelas vias públicas, seja “vadiando”, mendigando, cometendo atos ilícitos ou, simplesmente, praticando travessuras? Quais as oportunidades que tinham de frequentar uma escola e adquirir, pelo menos, os saberes elementares?

Inquietou-me, também, no decurso da pesquisa do mestrado, as inúmeras passagens encontradas nos jornais locais em que a criança pobre que deambulava pelas vias públicas era rotulada como um perigo social, devendo, por esse motivo, ser internada em alguma instituição onde pudesse receber formação moral e profissional, tornando-se, assim, uma pessoa útil à sociedade. Essa perspectiva utilitarista em relação à infância foi bastante disseminada nos discursos em circulação no país nas primeiras décadas do século XX, bem como nos jornais locais que, conforme transcrição apresentada a seguir, se referia aos órfãos como um “precioso material humano” que não poderia se perder como se fosse um “detrito”:

[...] Não é essa, entretanto, a manifestação única de filantropia das revmas Irmãs Dominicanas do Colégio Nossa Senhora das Dores. Elas vão aos lares infelizes e de lá trazem os órfãos, os filhos sem paes e os abrigam no Orfanato Santo Eduardo, por elas fundado e por elas dirigido, evitando que esse **precioso material humano** se perca nas grandes correntes da vida, seja arrastado pela caudal como **detritos** e como detritos abandonados à margem da sociedade (LAVOURA E COMÉRCIO, 11/07/1934, p. 3; grifo nosso)<sup>7</sup>.

Diante dessas inquietações e questionamentos, me propus a investigar as instituições especialmente voltadas a crianças<sup>8</sup> com esse perfil já que, conforme postulado por Veiga (2011,

<sup>7</sup>Em todas as transcrições de jornais e outros documentos históricos foi mantida a grafia original.

<sup>8</sup>Embora eu utilize na maior parte das vezes o termo “criança”, sendo que o próprio título dessa tese faz alusão às “crianças”, a idade dos sujeitos pertencentes às instituições em estudo algumas vezes ultrapassam àquela que usualmente é atribuída a esse segmento populacional. Algumas vezes, inclusive, os sujeitos em estudo são aqueles pertencentes à categoria “menor” que, de acordo com o Código de Menores editado em 1927 (BRASIL, 1927), incluía todos que fossem “de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade”. Quando o assunto tratado nessa tese fez referência explícita àqueles que são menores de idade, porém não são crianças, optei por utilizar a expressão “jovem”, já que os jornais da época se referiam

p. 3), “mesmo com a institucionalização da escola elementar para todos, tensões de ordem social e material demandaram instituições diferenciadas” para determinados indivíduos desse segmento etário. Embora essa pesquisa trate de instituições assistenciais educativas, não deixei de direcionar meu olhar para a infância, composta por sujeitos que, por muito tempo, ficaram invisibilizados na história.

Nas pesquisas preliminares realizadas em jornais, revistas e escritos memorialísticos do início do século XX, encontrei o Orfanato Santo Eduardo, fato que causou-me surpresa pois, sendo uma instituição que existe ainda na atualidade, não imaginava que havia sido criada em 1920, estando prestes a completar um centenário<sup>9</sup>. Resolvi, então, investigar essa instituição, supondo que ela poderia responder meus questionamentos acerca do tratamento dispensado às crianças pobres (no caso, as do sexo feminino) existentes na cidade nos anos iniciais daquele século.

Quando constatei que o Orfanato tinha sido gerido por duas congregações religiosas (de 1920 a 1942 pela Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils e de 1942 até o momento pela Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade), optei por expandir o recorte temporal para que pudesse conhecer e até mesmo cotejar a organização e as práticas pedagógicas vivenciadas na instituição sob a gestão dessas duas diferentes congregações.

Considerando que a assistência à infância no Brasil teve novos desdobramentos a partir da década de 1960 devido ao término da fase filantrópica de assistência (MARCÍLIO, 2006), à criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Funabem) e à implantação do Regime Militar, elegi o ano de 1964 para encerrar a delimitação temporal, ficando então estabelecido

---

a esse segmento ora utilizando o termo “jovem”, ora utilizando o termo “rapaz”, e ainda “moças”, em referência ao sexo feminino. Na contemporaneidade esses termos corresponderiam ao que hoje designamos como “adolescentes”, que são aqueles entre 12 e 18 anos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), ou entre os 10 e os 18 anos, de acordo com a Organização Mundial de Saúde. Entretanto, acredito que essa escolha não se configure em uma “indefinição epistemológica”, conforme expressão utilizada por Silva (2007) ao tratar da mesma questão, já que o termo utilizado (criança, jovem ou menor), nesse caso, não compromete o objetivo principal da presente pesquisa. Cabe observar, à propósito, que o enquadramento dos sujeitos em determinadas categorias, de acordo com a faixa etária, é algo bastante subjetivo. Sobre essa questão são esclarecedoras as explicações apresentadas por Campos (2009, p. 174), ao tratar especificamente da infância: “Como determinar quando se inicia e se finda? Como esse período de vida não é um dado natural, sua duração foi e continua sendo incerta, variando mediante o tempo, a cultura e o espaço geográfico nos quais as sociedades humanas se desenvolvem [...]. Quando nos referimos à infância, estamos trabalhando com um conceito resultante de um tipo idealizado de criança. Noção que é, portanto, uma produção sociocultural e não uma categoria biológica; é o resultado das representações do mundo adulto sobre uma determinada fase da vida que não é mais aquela de quem se fala”.

<sup>9</sup>Em atendimento ao decreto 10.907/69, o Orfanato Santo Eduardo teve, na década de 1970, sua denominação alterada para Instituto Santo Eduardo.

como recorte o período compreendido entre o ano de 1920 (quando o Orfanato foi oficialmente instalado), e o ano de 1964, pelos motivos citados.

Entretanto, na busca de fontes que pudessem subsidiar a pesquisa, especialmente os jornais locais, foram surgindo nomes de outras instituições de assistência à infância existentes na cidade no decorrer do período circunscrito. Percebi, então, que elas não poderiam ser negligenciadas, pois a ampliação da pesquisa por meio do estudo, mesmo que breve, dessas outras instituições, poderia responder com maior propriedade algumas das minhas indagações.

E ainda, nesse conjunto de entidades assistenciais encontradas observei que existiam instituições católicas e espíritas, públicas e privadas, para meninos e para meninas, ou seja, havia um leque de variedades que só poderia contribuir no alargamento das perspectivas acerca do tema em estudo. Além do mais, nas leituras referentes ao Orfanato Santo Eduardo constatei que a principal motivação para sua criação foi o combate à disseminação da doutrina espírita, cujos adeptos haviam instalado um asilo para órfãs na cidade. Esse fato, a meu ver, conferia relevância a essa outra instituição (que mais tarde descobri que era o Asilo Anália Franco), que merecia ser investigada com maior profundidade. Compreendendo, então, que a assistência às crianças pobres em Uberaba se manifestou por meio de múltiplas instituições, elegi, como objeto de estudo, essas diversas instituições assistenciais.

Contudo, não deixei de priorizar o Orfanato Santo Eduardo, instituição que ocupa lugar de destaque nessa pesquisa, sendo-lhe reservado, inclusive, uma seção especial nessa tese. Além disso, o Orfanato Santo Eduardo serviu para demarcar o início do recorte temporal que é o ano de 1920, quando ele foi criado<sup>10</sup>. A ênfase no Orfanato deve-se ao fato de que dentre as instituições de assistência à infância ainda existentes em Uberaba, trata-se da mais antiga.

Embora a temática escolhida esteja voltada para a história local, ela dialoga com espaços e também com temporalidades mais amplas, buscando evidenciar as continuidades e rupturas, avanços e retrocessos que configuraram a história da infância e das instituições assistenciais de cunho educativo brasileiras. Concordando com Carvalho e Carvalho (2010, p. 86) é pertinente apontar que

[...] a ênfase sobre a história local não se opõe à história global. O recorte sobre história local apenas designa uma delimitação temática mais ou menos inclusiva em função das particularidades que se queira determinar, no âmbito do espaço social e temporal escolhido. A eleição da história local não diminui ou não reduz e, muito menos simplifica os aspectos relativos às relações sociais. No recorte local, cada detalhe adquire um significado próprio, o que

<sup>10</sup>Embora eu também trate, nessa pesquisa, de duas instituições anteriores ao Orfanato Santo Eduardo (Asilo Santo Antônio, de 1915, e Asilo Anália Franco, de 1919), optei por destacar, no título desta pesquisa, o ano de 1920, dando ênfase ao ano de criação do Orfanato Santo Eduardo. Dessa forma, o Orfanato Santo Eduardo configura-se como a centralidade da presente pesquisa, muito embora as demais instituições

não se constata com as análises macroestruturais, conforme os primeiros estudos sobre a história da educação brasileira. Desta forma, as análises sobre a história local permitem redimensionar o aparente antagonismo entre o centro e a periferia, isto é, o local e o global [...].

Definido o objeto da tese a ser desenvolvida (instituições de assistência à infância pobre em Uberaba) e seu recorte temporal (1920 a 1964), e tendo em vista a importância de priorizar temas que possam contribuir para a ampliação do entendimento da História da Educação brasileira, considerei prudente fazer um levantamento das pesquisas já realizadas com temática semelhante.

Acessando o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), constatei, a princípio, a existência de inúmeras pesquisas sobre a assistência à infância pobre no Brasil. Contudo, devido à multidisciplinaridade inerente à temática, elas estavam distribuídas em diferentes campos do saber, além da Educação: na História, Psicologia, Sociologia, Serviço Social, Direito, Saúde Pública, Ciências da Religião, Enfermagem e até mesmo na área de Arquitetura, com pesquisas voltadas para os espaços institucionais de abrigamento.

Com o objetivo de apurar apenas as pesquisas mais recentes efetuadas nos últimos cinco anos na área da História da Educação, acessei novamente o *site* da Capes inserindo como termo de busca as palavras “orfanato”, “infância pobre” e “infância desvalida”. O resultado encontrado foi sintetizado no quadro seguinte:

QUADRO 1 – Pesquisas realizadas na área da História da Educação sobre a temática “Orfanato”, “Infância pobre” e “Infância desvalida” (últimos 5 anos)

Nº	Título	Programa de Pós-graduação e ano de defesa	Instituição
1	Memórias de egressas do Orfanato Nossa Senhora das Graças em Lages (1955 a 1990): um olhar genealógico	Mestrado em Educação (2014)	Universidade do Planalto Catarinense
2	A memória histórica educativa do Orfanato Jesus Maria José na cidade de Juazeiro do Norte: 100 anos de permanências e rupturas (1916 a 2016)	Mestrado em Educação (2016)	Universidade Federal do Ceará
3	No alto da colina e na sombra da história: a educação de meninas e meninos no Orfanato Cristóvão Colombo (1895-1953)	Mestrado em Educação (2015)	Universidade Nove de Julho
4	Formação militar e "amparo aos desvalidos" na Companhia de Aprendizes Militares em Minas Gerais (1876-1891)	Mestrado em Educação (2014)	Universidade Federal de Minas Gerais

(continua)

(conclusão)

Nº	Título	Programa de Pós-graduação e ano de defesa	Instituição
5	História da educação do Patronato de Menores São José em Paranaíba-MT (1953-1963)	Doutorado em Educação (2014)	Universidade Federal de Uberlândia
6	Política social para a infância e a adolescência: aspectos políticos nos discursos dos governadores do Paraná (1910-2010)	Mestrado em Educação (2013)	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
7	O Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas - RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional	Mestrado em Educação (2014)	Universidade Federal do Pelotas
8	“Em torno do berço”: discursos sobre a educação da infância pobre paraybana no jornal <i>A Imprensa</i> (1912-1922)	Mestrado em Educação (2015)	Universidade Federal da Paraíba
9	Formação feminina no interior de Bor (1933-2011) na Guiné-Bissau: reflexos na educação da sociedade guineense contemporânea	Doutorado em Educação (2015)	Universidade Federal do Ceará
10	Os menores abandonados ou pervertidos no Juízo de Menores do estado de São Paulo – Comarca da Capital, na segunda metade da década de 1920	Mestrado em Educação (2017)	Universidade Federal de São Paulo
11	Legislação e educação da infância na coleção de leis do Império (1808-1889)	Mestrado em Educação (2015)	Universidade São Francisco
12	No horizonte, eis, a aurora desponta: expectativas de moderno em torno do Liceu de Artes e Ofícios do Serro (1879-1833)	Mestrado em Educação Tecnológica (2015)	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
13	Educação dos negros em Santa Catarina: narrativas, expectativas, experiências (1850-1889)	Doutorado em Educação (2015)	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
14	Vinde a mim os pequeninos: história da educação de crianças desamparadas na Instituição Educativa Espírita (1947-1992)	Mestrado em Educação (2016)	Universidade Federal do Sergipe
15	Os discursos dos médicos do estado do Pará nas “teses de doutoramento ou inaugurais” (1929-1954): saúde, assistência e educação na infância pobre	Doutorado em Educação (2016)	Universidade Federal do Pará
16	Instituição Pia Nossa Senhora das Graças: assistência e educação de crianças pobres, órfãs e abandonadas em Belém (1943-1975)	Mestrado em Educação (2016)	Universidade Federal do Pará
17	Infância, educação e criança: um estudo histórico-literário nas obras Serões da Mãe Preta e Chove nos Campos da Cachoeira (1897- 1920)	Doutorado em Educação (2016)	Universidade Federal do Pará

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da Capes.

Conforme observado no quadro, foram encontradas apenas dezessete pesquisas (cinco teses e doze dissertações) concluídas nos últimos cinco anos na área da História da Educação sobre o tema destacado, sendo que apenas duas são referentes ao estado de Minas Gerais.

Em relação à Uberaba, também constatei que as pesquisas acerca da vulnerabilidade infantil decorrente da situação de pobreza, abandono e miséria, são incipientes. Na busca efetuada nos periódicos científicos, bem como nos bancos de teses e dissertações de alguns programas de pós-graduação de universidades da região, localizei apenas dois trabalhos (no campo da História e da História da Educação) acerca da infância uberabense: a dissertação "Sociedade e escravidão no século XIX: crianças escravas em Uberaba – 1871-1888", na qual o autor analisou a situação das crianças filhas de escravas após a promulgação da Lei do Ventre Livre (SOUZA, J. C., 2013) e o artigo "Educação profissionalizante para crianças: Minas Gerais no início do século XX", que apresenta os resultados de uma pesquisa acerca do ensino profissionalizante no primeiro grupo escolar da cidade (FERREIRA; ALBUQUERQUE, 2012).

Em sua pesquisa de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo intitulada "Casa Lar para Meninas", Santos (2016) faz uma breve retrospectiva histórica das casas assistenciais existentes em Uberaba. No entanto, seu objetivo principal é propor um projeto arquitetônico, específico para a cidade, de uma Casa Lar para meninas de 12 a 18 anos que estejam sob a tutela do Juizado de Menores, tendo como perspectiva o desenvolvimento físico, psicológico e social dessas adolescentes.

Na tese "Rede de proteção social e promoção de direitos: contribuições do conselho tutelar para a integralidade e a intersetorialidade (Uberaba-MG)", Aragão (2011) fez uma breve referência aos menores abandonados da cidade nas décadas de 1920 e 1930. Entretanto, seu objetivo principal foi conhecer e analisar, sob a ótica dos sujeitos sociais, a atuação da rede de proteção social à criança e ao adolescente do município na contemporaneidade.

Com uma pesquisa também voltada aos tempos atuais, Gontijo et al. (2012) descreveu o perfil sociodemográfico e as condições relacionadas à institucionalização do segmento infanto-juvenil em Uberaba no ano de 2009 no artigo intitulado "Fatores relacionados à institucionalização de crianças e adolescentes acolhidos na comarca de Uberaba – MG".

Tavares (2010), por sua vez, dissertou sobre as "Situações de violência sexual infanto-juvenil registradas no Conselho Tutelar de Uberaba/MG". Entretanto, sua pesquisa também é voltada para a contemporaneidade, pois comprehende o período de janeiro de 2008 a dezembro de 2009.

Outras produções encontradas mencionaram, em algum momento, a problemática dos menores abandonados ou da assistência à infância em Uberaba sem, contudo, ter a criança como objeto principal (PAULA, 2007; CARISIO, 2008; FERREIRA, 2012; FONSECA, 2010a; 2014)<sup>11</sup>.

Diante dessa lacuna nas produções acadêmicas referentes à história das crianças pobres da cidade e região, o objetivo geral dessa pesquisa foi conhecer as instituições assistenciais existentes e compreender qual o tratamento dispensado a essas crianças quando internadas nesses locais, a saber: Asilo Santo Antônio, Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, Lar Anália Franco, Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira, Externato São José<sup>12</sup>, Lar Espírita de Uberaba e Sociedade Uberabense de Proteção e Amparo ao Menor, além do Orfanato Santo Eduardo.

Além desse objetivo geral, também delimitei alguns objetivos específicos: conhecer como a cidade de Uberaba lidava com a situação das crianças pobres que ocupavam os espaços públicos; apreender o motivo da criação das instituições citadas, além de investigar a gênese e a trajetória de cada uma delas, especialmente do Orfanato Santo Eduardo; apurar os motivos que levaram à troca de congregações na condução das atividades do Orfanato Santo Eduardo; verificar o tipo de atividade que era oferecida nas instituições e saber qual era o papel de cada segmento (poder público, instituições religiosas e sociedade em geral) frente à situação da infância abandonada.

A seguir tracei um itinerário de trabalho em busca de fontes que pudessem subsidiar a pesquisa, tendo em mente as palavras de Certeau (2011, p. 69), segundo o qual:

Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Esse gesto consiste em "isolar" um corpo, como se faz em física, e em "desfigurar" as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto *a priori*.

Para tanto visitei diversas instituições, iniciando pelo Instituto Santo Eduardo, onde fui recebida pela Irmã Célia, atual coordenadora, que além de disponibilizar os documentos preservados do Orfanato referentes ao período pesquisado (livro de matrículas, regulamento e histórico da instituição), sugeriu que eu visitasse o Asilo São Luis, em Caeté (próximo a Belo

<sup>11</sup>No caso de Uberaba, optei por não limitar a busca aos últimos cinco anos apenas nem aos programas relacionados à História da Educação.

<sup>12</sup>Tratava-se de uma exceção pois, como o próprio nome indica, as crianças dessa instituição voltavam para suas casas ao término das atividades diárias.

Horizonte), onde está a sede da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade. No Asilo São Luis, além de ter acesso a documentos e livros sobre a congregação, tive a oportunidade de conhecer a Irmã Salomé<sup>13</sup>, que foi uma das fundadoras do Orfanato quando ele mudou de sede e de direção, na década de 1940.

Em Uberaba procurei pelas religiosas da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, primeiras fundadoras do Orfanato na década de 1920, sendo direcionada ao Museu da Capela do Colégio Nossa Senhora das Dores<sup>14</sup>, onde encontrei documentos e fotografias referentes ao Orfanato e ao Externato São José, ambos fundados pelas mesmas religiosas.

Ainda em busca de materiais que pudessem subsidiar a pesquisa, consultei os materiais disponibilizados no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte; no Arquivo Público de Uberaba; na Cúria Metropolitana de Uberaba; na Biblioteca Pública Municipal Bernardo Guimarães; no Sanatório Espírita de Uberaba e na Paróquia de Santa Terezinha, bem como nas instituições pesquisadas que ainda estão em funcionamento, encontrando farta documentação composta por registros iconográficos, cartas, termos de visitas, termos de inspeção, circulares, termos de guarda e de tutela, históricos, livros de matrículas, além de jornais, revistas, almanaque e outras fontes.

Também foram importantes os materiais disponibilizados na *internet* como os jornais da hemeroteca digital, as mensagens dos presidentes das províncias, os anais das atas das reuniões da Câmara Municipal de Uberaba, bem como um aporte legal constituído por diversas leis estaduais e federais referentes ao tema pesquisado. Também por meio da *internet* localizei uma *fanpage* que preserva a memória do Lar Anália Franco de São Manuel, instituição que teve estrita ligação com o Asilo Anália Franco, de Uberaba. Ainda tive a oportunidade de entrevistar

---

<sup>13</sup>No anexo A é possível conferir uma a fotografia recente (tirada em 2016) da Irmã Salomé, que além de ter participado da inauguração do Orfanato quando este foi transferido para a Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, em 1942, foi professora na instituição no período de 1946 a 1958. Conforme informações da própria religiosa, ela nasceu em 1920, e dos 9 aos 15 anos viveu no Asilo São Luis, em Caeté, surgindo então o desejo de ingressar na vida religiosa. No anexo B está a fotografia do documento referente ao exame canônico da religiosa, ocorrido em 1949.

<sup>14</sup>O Museu da Capela está situado nas galerias da capela existente ao lado do Colégio Nossa Senhora das Dores, em Uberaba. Esse museu, que iniciou suas atividades por ocasião das comemorações do centenário do colégio, em 1985, reúne objetos e documentos veiculados à história da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils. Nele estão guardados objetos sacros, mobiliários, material didático, fotografias, livros, discos, uniformes, cadernos pertencentes às alunas do colégio e outros. Lugar de memória por excelência, o ambiente do museu propicia momentos de observação, interação e reflexão que evocam ao passado, porém em contínuo diálogo com o presente. Trata-se, conforme Nora (1993), de um espaço material que ao mesmo tempo é funcional e revestido de uma simbologia que encanta e fascina por conter, nas fontes preservadas, fragmentos da memória.

o memorialista Carlos Pedroso, que além de ser um estudioso da história local, sempre foi um “amigo do orfanato”, tendo inclusive dado aulas de português e matemática para algumas de suas religiosas, conforme citado no histórico institucional.

Localizado esse acervo documental foi possível “cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História”, de acordo com os passos metodológicos propostos por Bacellar (2005, p. 71).

A metodologia utilizada estabeleceu a dialética entre o contexto local às dimensões estadual e nacional, no intuito de compreender como as legislações e políticas assistenciais nacionais de atendimento à infância reverberaram em uma cidade em processo de crescimento situada no interior de Minas Gerais, tendo como parâmetro as seguintes categorias: instituições educativo-assistenciais; infância; pobreza; orfanato e práticas caritativas e filantrópicas. A propósito, essas categorias foram emergindo a partir do diálogo com as fontes. Em concordância com Vieira, Peixoto e Khoury (2007, p. 68), é possível afirmar que os procedimentos que envolvem uma pesquisa em história, dentre eles o estabelecimento de categorias, “[...] não são visíveis passo a passo”, mas são “forjados no diálogo entre o pesquisador e os ‘registros’ e formulados explicitamente”.

Assim, analisando e “conversando” com as fontes encontradas, constatei que em Uberaba as crianças pobres foram tratadas pela sociedade de forma paradoxal, pois ao mesmo tempo em que eram vistas como criaturas dignas de compaixão, também eram consideradas indivíduos perigosos que precisavam ser invisibilizados, ou seja, afastados da sociedade para não deporem “contra os fóros de civilização” (LAVOURA E COMÉRCIO, 13/12/1940, p. 3) e não comprometerem o aspecto ordeiro de uma cidade em processo de desenvolvimento.

A preocupação em afastar aquelas crianças (e os pobres em geral) do convívio social fica evidente na epígrafe que inicou essa tese, transcrita de um jornal local de 1940: “Para o verdadeiro mendigo, um asilo, para a criança desamparada, um abrigo” (LAVOURA E COMÉRCIO, de 07/03/1940, p. 5). Embora as palavras “asilo” e “abrigo” remetam à ideia de proteção, é oportuno lembrar que ambos eram cercados por muros que apartavam do mundo exterior as crianças e adultos que para lá eram levados, sendo que alguns permaneciam institucionalizados por longos períodos.

Entretanto, acima de tudo, aquelas crianças e jovens também eram vistos pela sociedade como um “precioso material humano” que não poderia ser desperdiçado, conforme destacado na transcrição jornalística citada anteriormente. Para tanto, ao serem institucionalizados, a

educação que recebiam tinha como objetivos a regeneração moral e, principalmente, a formação para o trabalho, para que pudesse ser devolvidos à sociedade na condição de indivíduos úteis, docilizados, disciplinados e preparados para exercerem funções de subserviência.

Diante desse contexto, e tendo como referência o conjunto documental coligido, sustento a tese de que as ações de caridade e filantropia da sociedade e das entidades religiosas uberabenses voltadas para aquelas crianças e jovens que eram desprovidos de fortuna e que estavam, ao mesmo tempo, entregues à própria fortuna (ou seja, dependendo da sorte para sobreviver) não tinham, como preocupação central, seja de forma consciente ou inconsciente, a mudança da situação de vida daqueles sujeitos, haja vista que essas ações eram revestidas de uma perspectiva utilitarista e higienista.

Em relação ao utilitarismo, observei que uma das preocupações das associações civis e religiosas ao criarem instituições de assistência, com o auxílio financeiro da sociedade, era com a força de trabalho representada por aquele segmento populacional, cujos recursos humanos seriam utilizados na organização da própria instituição ou futuramente, ao serem devolvidos à sociedade. Além disso, conforme já mencionado, ao criar asilos para a retirada das crianças das ruas era possível perceber, nessa ação, uma forte conotação higienista, pois a não-circulação dos pobres pelas vias urbanas faria com que a cidade se tornasse um local mais aprazível, tanto aos olhos dos uberabenses quanto aos olhos dos visitantes. Em relação às instituições religiosas, qualquer que fosse o credo professado, a abertura de uma nova casa assistencial era uma forma dessa religião legitimar-se e demonstrar seu poder frente à sociedade.

O resultado dessa pesquisa de caráter bibliográfico e documental é a tese aqui apresentada, organizada em quatro seções. A primeira seção, intitulada “Assistência à infância pobre: por entre a caridade, filantropia, legislações e instituições”, faz uma retomada do tema do abandono de crianças, tanto na Europa, que influenciou o modelo assistencial brasileiro, quanto no próprio país, com o objetivo de compreender como as sociedades vêm lidando com esse problema que, por sua vez, legitimou a criação de diversos tipos de instituições de internamento.

Também considerei oportuno situar os leitores acerca do local que serviu de cenário para os estudos realizados, ou seja, a cidade de Uberaba. Para tanto, na segunda seção cujo título é “A cidade de Uberaba e a infância (1920 a 1964)” destaco como a cidade evoluiu de “Arraial da Farinha Podre” para “Princesa do Sertão” e, a seguir, para “Capital do Zebu” e como

se comportaram as elites locais frente à questão da pobreza. Ainda nessa seção apresento a forma como as crianças pobres e suas famílias foram descritas pela imprensa.

Já na terceira seção, denominada “*Muro que isola ou teto que protege?* Instituições de assistência à infância em Uberaba”, apresento os dados apurados sobre as instituições de assistência à infância já citadas, procurando responder, mesmo que de forma implícita, ao questionamento apresentado no título da seção.

Por fim, na última seção, intitulada “Orfanato Santo Eduardo: gênese e trajetória (1920 a 1964)”, discorro, primeiramente, sobre as duas congregações católicas ligadas ao Orfanato para depois penetrar na instituição por meio das diversas fontes encontradas, inclusive orais.

Na elaboração das seções foram essenciais a leitura de autores que tratam da temática da *infância* como Veiga e Faria Filho (1999), Rizzini e Rizzini (2004), Marcílio (2006), Carvalho, Moura e Araújo (2007), Sá (2007), Carvalho (2008), Del Priore (2008), Irma Rizzini, (2008), Campos (2009), Araújo (2009; 2015), Rizzini e Pilotti (2011) e Kuhlmann Júnior (2015); da temática das *instituições* como Goffman (1974), Nóvoa (1992), Magalhães (2004), Araújo (2007), Saviani (2007), Sá (2007) e Foucault (2009); da temática da *pobreza* e das *práticas filantrópicas e caritativas* como Geremek (1986), Donzelot (1986), Davis (1990); Caponi (1999; 2000), Marcílio (2006); Guedes (2013), Lobo (2015) e Ribeiro, Araújo e Silva (2017b); bem como das relações entre *pobreza e trabalho*, como Enguita (1989), Kowarick (1994), Chalhoub (1996; 2001) e Castel (2009); da temática das *religiões* como Azzi (1983; 1992; 1994), Araújo (1986), Moura (2000) e Manoel (2008), que tratam do *catolicismo*, e Camurça (2000), Monteiro (2004) e Azevedo (2010), que tratam do *espiritismo*; da temática da *mulher* e da *família* como Badinter (1985), Costa (1989), Rago (1997), Campos (2009), além de autores que tratam da temática da *imprensa*, como Araújo (2002), Carvalho (2002), Wenceslau Neto (2002), Luca (2008) e Campos (2009; 2012; 2017), dentre outros.

Para compreensão da *história de Uberaba* foram importantes as obras memorialísticas, mas também os escritos acadêmicas que tiveram um olhar mais crítico acerca da história local como aqueles produzidos por Wagner (2006; 2013); Rodrigues (2009), Dantas (2009; 2013; 2015), Fonseca (2010; 2014) e outros.

## 1- ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA POBRE: POR ENTRE CARIDADE, FILANTROPIA, LEGISLAÇÕES E INSTITUIÇÕES

As raízes da institucionalização de crianças no Brasil são provenientes do período colonial e estão intrinsecamente relacionadas às diferentes formas com que a sociedade lidou com as situações de abandono<sup>15</sup>, tema que será tratado na primeira seção dessa pesquisa ao apresentar a história, ainda que de forma breve, da criança abandonada e institucionalizada em nossa sociedade. Antes, porém, a primeira parte da seção abordará a história do abandono de crianças na Europa uma vez que, em consonância com Marcílio (2006, p. 13), é possível afirmar que

[...] os comportamentos, as atitudes, as instituições, as leis, as experiências, as políticas públicas de assistência e de proteção à infância abandonada não foram invenções nacionais. Tudo esteve sempre atrelado a modelos de fora, de Portugal inicialmente, que, por sua vez, adotou modelos aperfeiçoados de outras partes da Europa. Sobretudo da Itália e da França, países protótipos de assistência à infância sem família, no Antigo Regime europeu e no século XIX.

A segunda parte dessa seção tem como um de seus objetivos apresentar a trajetória pela qual passaram as crianças pobres e abandonadas no Brasil até a década de 1960, quando se encerra o recorte temporal desta pesquisa<sup>16</sup>. Essa seção também tratará das instituições e legislações em destaque no decorrer do recorte temporal delimitado e dialogará, sempre que possível, com os modelos assistenciais europeus. Mesmo sabendo que existem especificidades e particularidades inerentes à forma de pensar a assistência em cada país, é preciso considerar que também existem algumas aproximações que merecem ser cotejadas. Quando possível, os modelos institucionais e as legislações darão prioridade à realidade mineira, aproximando-se, assim, da realidade do estado onde está situado o objeto de estudo.

<sup>15</sup>Há algumas décadas, por exemplo, o bebê citado na transcrição jornalística que iniciou esse capítulo seria encaminhado para um orfanato, lá permanecendo, possivelmente, até que atingisse a idade adulta, ou seja, passaria sua infância e adolescência em uma instituição que, por mais acolhedora que fosse, o manteria afastado do convívio familiar. Entretanto, mesmo nos dias atuais, algumas vezes a estadia da criança no abrigo não é tão provisória assim, conforme explicitado por Oliveira (2006) ao pesquisar o panorama atual do abrigamento no Brasil. De acordo com a autora, embora o ECA não defina o tempo máximo que a criança pode permanecer no abrigo, o ideal é que ela fique o menor tempo possível, para que seja possível seu desenvolvimento no seio familiar. Entretanto, pesquisas revelam que existem crianças e adolescentes que permanecem nos abrigos por um período que varia de sete meses a cinco anos. Também existem casos em que os adolescentes ficaram institucionalizados por períodos muito maiores.

<sup>16</sup>Tanto na primeira como na segunda parte desta seção, ao tratar da Europa e do Brasil, será feito um longo recuo no tempo que extrapola o recorte temporal delimitado (1920 a 1964). O objetivo desse recuo é percorrer a história do abandono de crianças nos países ocidentais, desde a Antiguidade, e as motivações que levaram à criação das diversas instituições assistenciais. Pretende-se, por meio deste panorama geral, compreender as idas e vindas, as permanências e as rupturas, as ações e as omissões por parte do poder público e da sociedade em relação à assistência à infância que culminaram no recorte temporal delimitado.

A exposição do caminho trilhado pelas crianças desvalidas<sup>17</sup> no Brasil ao longo da história também auxiliará na compreensão, nas seções seguintes, de como as práticas assistencialistas e o discurso acerca da infância pobre ecoaram e entranharam na cidade de Uberaba, influenciando na vida das crianças e jovens que passaram pelo Orfanato Santo Eduardo e outras instituições locais.

---

<sup>17</sup>Em 1913, o dicionário Cândido de Figueiredo apresentava a seguinte definição para a palavra “desvalido”: “aquele, que não tem valimento. Homem desgraçado, miserável. (De *desvaler*)” (FIGUEIREDO, 1913, p. 641). Conforme Veiga (2011, p. 8), “*desvalida* é a palavra encontrada na documentação e legislação para se referir as crianças em situações marginais. O prefixo *des* confere significado a esta situação – não ser válido – do ponto de vista físico, material, cultural. Portanto, há de se investigar que o sentido de *ter validade* numa sociedade é uma construção histórica”. Ainda sobre as diferentes denominações atribuídas às crianças pobres no decorrer da história, de acordo com o lugar ocupado na sociedade, é interessante a leitura do artigo produzido por Lopes (2009) bem como do livro organizado por Del Priore (2008).

## 1.1 Assistência à infância pobre na Europa

O infanticídio e o abandono de crianças - práticas que na atualidade são consideradas abomináveis e também criminosas - eram, na Antiguidade, comuns e até regulamentadas. Sob o amparo do Direito Romano, o *Patria Potestas* era ilimitado e absoluto e, de acordo com as prerrogativas outorgadas pela Lei das XII Tábuas<sup>18</sup>, o pai poderia rejeitar, abandonar, expor, vender como escravo e até matar seus filhos:

1- É permitido ao pai matar o filho que nasce disforme, mediante o julgamento de cinco vizinhos. 2- O pai terá sobre os filhos nascidos de casamento legítimo o direito de vida e de morte e o poder de vendê-los. 3- Se o pai vendeu o filho três vezes, que esse filho não recaia mais sob o poder paterno. 4- Se um filho póstumo nasceu até o décimo mês após a dissolução do matrimônio, que esse filho seja reputado legítimo (GUIMARÃES, 1999, p. 193).

Conforme determinado nesse código, a prática do infanticídio era aceita e regulamentada quando o bebê nascia com alguma malformação, pois existia a crença de que a presença dessa criança traria infortúnios para a comunidade em que vivia. Nesse caso as crianças eram lançadas ao mar, queimadas ou jogadas do alto de uma montanha. Para Martins Filho (2007), os princípios da eugenia têm origem nesse consenso existente desde a Antiguidade que permitia a morte dos bebês nascidos disformes. Por se constituir em uma sociedade altamente machista e guerreira, era mais frequente o abandono e a morte de meninas que meninos. Também Veyne (2009, p. 22), ao discorrer sobre o Império Romano, afirma que:

[...] enjeitavam ou afogavam as crianças malformadas (nisso não havia raiva, e sim razão, diz Sêneca: “É preciso separar o que é bom do que não pode servir para nada”), ou ainda os filhos de sua filha que “cometeu uma falta”. Entretanto, o abandono de filhos legítimos tinha como causa principal a miséria de uns e a política patrimonial de outros. Os pobres abandonavam as crianças que não podiam alimentar; outros “pobres” (no sentido antigo do termo, que hoje traduziríamos por “remediados”) enjeitavam os filhos “para nãovê-los corrompidos por uma educação medíocre que os torne inaptos à dignidade e à qualidade”, escreve Plutarco; a classe média, os simples notáveis, preferia, por ambição familiar, concentrar esforços e recursos num pequeno número de rebentos. Contudo, mesmo os mais ricos podiam rejeitar um filho indesejado cujo nascimento pudesse perturbar disposições testamentárias já estabelecidas. Dizia uma regra de direito: “O nascimento de um filho (ou filha) rompe o testamento” já selado anteriormente, a menos que o pai se conforme com deserdar de antemão o rebento que poderia vir a ter; talvez se preferisse nunca mais ouvir falar nele a deserdá-lo.

---

<sup>18</sup>Trata-se da mais importante lei do período republicano romano, redigida no ano de 451 a.C (GUIMARÃES, 1999).

Quanto ao abandono, suas causas eram diversas, sendo que tal fenômeno era praticado tanto pelos pobres, na esperança de que seus filhos fossem recolhidos por alguém com melhores condições para criá-los, como pelos ricos, para não terem que dividir a herança em muitas partes ou pelo fato do pai duvidar da legitimidade da paternidade. Também existiam outros motivos que levavam os pais a abandonarem seus filhos: como forma de protesto contra a vontade dos deuses; como meio de controle do tamanho da família e da população; como forma de ocultar a desonra ou para obtenção de algum pecúlio, por meio da venda da criança como escrava. O destino dos enjeitados era quase sempre trágico: quando não morriam eram transformados em escravos, prostitutas, eunucos, gladiadores. Alguns eram até mutilados para que alcançassem a piedade pública na prática da mendicância (MARCÍLIO, 2006).

É interessante observar que nesse período não houve preocupação da sociedade com o destino da criança enjeitada. A legislação vigente no período não versava sobre sua proteção; ao contrário, permitia sua morte e abandono<sup>19</sup>. Tudo indica que também não foram criadas instituições que pudessem acolhê-la, conforme observa Marcílio (2006, p. 27): “em todo o Império Romano parece não ter havido nenhuma instituição para cuidar das crianças enjeitadas. Elas eram deixadas à própria sorte ou a que lhes determinavam os que as criavam”.

Somente a partir do ano de 318 o infanticídio passou a ser condenado pela legislação romana, o que não quer dizer, entretanto, que ele tenha sido extinto. Com a difusão do cristianismo no Império Romano, alguns patriarcas da Igreja começaram a discorrer sobre o tema do abandono de crianças. Contudo, a maioria deles não condenava o abandono em si, mas suas consequências: incesto, infanticídio, estímulo às relações extramatrimoniais e prostituição. Cabe observar que a Igreja tratava a extrema pobreza de forma complacente e, por esse motivo, não condenava os pobres que abandonavam seus filhos. Ao contrário, o ato do abandono fez com que a Igreja promovesse a apologia da caridade em relação aos enjeitados, encorajando os fiéis a recolherem, batizarem e criarem essas crianças.

Na Idade Média a situação dos infantes não foi muito diferente. A pobreza continuava sendo uma justificativa para o enjeitamento de crianças, motivo pelo qual os pais que viviam em estado de extrema miséria eram isentos de punição. Nesse período a Igreja, que pregava a caridade como condição para a salvação da alma, teve papel elementar na recepção e distribuição dos bebês abandonados, uma vez que grande parte das crianças enjeitadas era confinada nos mosteiros.

---

<sup>19</sup>A situação àquela época portanto, era bem diferente dos dias atuais, nos quais existem leis específicas, como no caso do Brasil, de proteção à criança e ao adolescente. De acordo com a notícia jornalística que iniciou essa seção por exemplo, o pai que abandonou a criança na estação foi preso em flagrante por abandono de incapaz.

Nos séculos XI e XII a Igreja passou por transformações estruturais, regulamentando aspectos da moralidade familiar e da sexualidade. O sacramento do matrimônio foi definido como o único meio canônico de reprodução da espécie e somente os filhos nele concebidos poderiam receber o sacramento do batismo. Entretanto, o elevado número de crianças filhas de padres, prostitutas e adúlteros fez com que os concílios acabassem revendo a questão do batismo, concluindo que toda criança teria o direito à salvação, independentemente do pecado cometido pelos pais (MARCÍLIO, 2006).

A preocupação da Igreja com o batismo das crianças fez com que a tradição canônica continuasse tolerando o abandono, que era preferível ao aborto ou ao infanticídio, haja vista que a criança inocente que morresse sem batismo viveria eternamente no limbo<sup>20</sup>, conforme difundido pela doutrina católica. Por outro lado, como já foi dito, o abandono de crianças possibilitava àqueles que as recolhessem praticar a virtude cristã da caridade.

Posteriormente, a nascente burguesia fez surgir a cidade, espaço em que a miséria se tornou mais evidente. O agravamento da pobreza contribuiu para o aumento do fenômeno do abandono de crianças. A amplitude desse problema fez com que os governos e sociedade estabelecessem normas, instituições e políticas de assistência a esse segmento etário. Nesse contexto surgiram as confrarias, responsáveis pela criação de pequenos hospitais para atendimento a doentes, crianças desvalidas, peregrinos e outros. E foi justamente dessas confrarias que surgiram as primeiras instituições de proteção à infância órfã ou abandonada, como os brefotrófios para as crianças pobres, e os orfanotrófios para os órfãos.

No governo do papa Inocêncio III (1198 a 1216), foi dada especial atenção às crianças enjeitadas, sendo destinado o hospital ao lado do Vaticano para recebê-las. Ao longo do muro dessa instituição, que comportava até seiscentas crianças,

foi instalada uma “Roda”, com um pequeno colchão, para receber os bebês, mesmo em pleno dia, estando rigorosamente vedada a busca de informações sobre quem os havia trazido. Esta foi, seguramente, a primeira Roda dos Expostos da cristandade, que serviu de modelo para as que surgiram posteriormente (MARCÍLIO, 2006, p. 51 e 52).

---

<sup>20</sup>Le Goff (1995) explica que, de acordo com os teólogos católicos, existem quatro categorias de homens, sendo que cada categoria tem seu destino após a morte: os inteiramente bons, que vão para o paraíso; os inteiramente maus, que vão para o inferno e os não inteiramente bons e os não inteiramente maus que irão para o purgatório antes de irem para o paraíso. O limbo, por sua vez, não está no mesmo plano dos outros três lugares do além. Trata-se do lugar para onde vão as crianças não batizadas que, embora não tendo cometido pecados pessoais, trazem consigo o pecado original. Segundo Bettencourt (1995), devido ao pecado original, no limbo não há a visão beatífica de Deus, muito embora as almas não sofram nenhuma punição. Vale lembrar que o conceito de limbo foi abolido posteriormente pelo papa Bento XVI (2005-2013).

A roda consistia em um dispositivo de madeira em formato cilíndrico no qual o bebê era depositado sem que a pessoa que estivesse no interior da instituição reconhecesse quem estava deixando-o ali. Na imagem seguinte (figura 1)<sup>21</sup>, é apresentado o modelo de uma Roda dos Expostos que funcionou em Portugal. É interessante notar que o modelo desse dispositivo, que consistia em uma roda girante, permite associá-lo a uma roleta (jogo de azar), já que a criança ali depositada era entregue à própria sorte e seu destino era sempre uma incógnita. Embora grande parte dessas crianças morresse, ela também poderia crescer em uma instituição; ser resgatada, futuramente, por sua própria família; ser adotada por uma família que a tornasse escrava ou, ao contrário, por uma família que a amasse e lhe dispensasse todos os cuidados necessários.

FIGURA 1 – Casa da Roda - Caria (Portugal), de 1784.



Fonte: *Site do Patrimônio Cultural da República Portuguesa*

<sup>21</sup>Concordando com Neves (2004, p. 1) é possível afirmar que nas pesquisas historiográficas “as fontes imagéticas não devem ser interpretadas como ilustração, nem como reflexo do real, mas como sua representação. Assim, elas devem ser, por meio de uma crítica externa e interna, decifradas, descobertas, de forma a permitir devolver às imagens congeladas o tempo delas abstraído, bem como apreender os significados nelas contidos”. As imagens apresentadas nessa tese adotam essa premissa, sendo analisadas de forma a levantar seus diversos aspectos, percorrendo seus conteúdos subjacentes e tentando decifrar, inclusive, os motivos de seu registro. Sobre o uso da fotografia nas pesquisas históricas, também é importante considerar as proposições de Kossoy (2001, p. 112), que alerta para a necessidade da busca “na aparente inocência das imagens do passado - ou do presente - de seus significados mais profundos”. Para isso, Kossoy ressalta a importância de proceder a uma análise técnica e iconográfica (que se prende à realidade exterior) das fotografias, mas também a uma análise iconológica, pela qual é possível perceber a realidade interior. A análise iconológica busca os sentidos mais profundos nas imagens do passado, levando em consideração que manipulações e interpretações de diferentes naturezas ocorrem desde o momento em que a fotografia é tirada. Tais manipulações envolvem o fotógrafo, o cliente/contratante, a casa publicadora, se for o caso, e os diferentes receptores.

Com o tempo, o termo "Roda dos Expostos" passou a identificar não somente o dispositivo em que se colocava o bebê, mas também a instituição que recebia a criança. Esse modelo de acolhimento de recém-nascidos se espalhou pela Europa, sobretudo nos países católicos, e perdurou por vários séculos tanto nos países europeus como nos países por eles colonizados, como o Brasil.

Ao darem entrada nas Rodas os bebês eram amamentados por amas de leite, consideradas os pilares de assistência aos expostos. Após o desmame as crianças eram encaminhadas para as amas secas, que ficavam com elas até que fizessem sete anos, momento em que eram encaminhadas para a aprendizagem de algum ofício ou eram adotadas por famílias que queriam complementar a mão de obra da casa. Embora o ato de adotar uma criança enjeitada fosse concebido como um gesto de caridade, essa ação não deixava de estar revestida de uma conotação utilitarista, uma vez que a criança era vista como força de trabalho que seria agregada ao núcleo familiar.

As meninas normalmente recebiam algum dote e eram encaminhadas para o casamento. Dessa forma, as Rodas dos Expostos eram vistas como “uma garantia de alimentação e sobrevivência de uma pessoa não produtiva, a possibilidade de um dote para as moças se casarem e também de uma profissionalização para os rapazes” (TRINDADE, 1999, p. 6).

Entretanto, de forma contraditória, embora os pais deixassem seus filhos na Roda com o intuito de protegê-los, era alto o índice de mortalidade nesses locais. Durante o deslocamento das crianças para a casa das amas de leite, por exemplo, muitos bebês não sobreviviam devido ao fato de serem transportadas de carroça, sem nenhum cuidado por parte de seu condutor. Ademais, nas casas das amas os bebês nem sempre eram bem cuidados, seja devido à ganância, à ignorância, à negligência ou ao despreparo dessas mulheres. Sobre esse assunto Marcílio (2006, p. 68) assevera:

Os hospitais de expostos de toda a Europa tornaram-se verdadeiros matadouros de crianças. Deixar um bebê em uma dessas instituições – criada para proteger a criança – equivalia a uma sentença de morte. As circunstâncias do abandono dessas crianças, seu transporte até o hospital e deste até a casa das amas, as condições de vida das amas-de-leite e a instituição propriamente dita contribuíram para esse verdadeiro genocídio da infância desvalida.

Somente a partir do final do século XVIII, sob influência dos ideais iluministas, iniciou-se a adoção de medidas de combate aos assustadores índices de mortalidade infantil. A disseminação de teorias fundamentadas no utilitarismo mudou as práticas assistencialistas já que, para os utilitaristas, cada bebê exposto poderia vir a ser um cidadão vantajoso à pátria, seja servindo no exército, executando trabalhos pesados, ajudando a povoar as colônias recém-

conquistadas ou sendo utilizado como cobaia nos experimentos médicos. Em síntese, a orientação utilitarista tinha como princípio conservar a vida dos enjeitados para torná-los úteis ao Estado (MARCÍLIO, 2006).

Nota-se, portanto, uma mudança de enfoque da questão espiritual para a material. Se antes a preocupação estava focada na salvação da alma do bebê, que não poderia morrer sem receber o sacramento do batismo, nesse outro momento a preocupação estava centrada no desperdício humano ocasionado pelos altos índices de mortalidade infantil.

No século XIX esses índices ainda eram altos na Europa, principalmente entre os mais pobres. A população começou, então, a voltar o olhar para essas questões, exigindo medidas higiênicas mais racionais e científicas no cuidado às crianças. Entretanto, o número de expostos aumentou consideravelmente no século XIX, especialmente nos países católicos. É interessante observar que nos países protestantes eram raras as situações de abandono. De acordo com Marcílio (2006, p. 79), nesses países, “pela atitude desenvolvida desde a Reforma, cada indivíduo era responsável por seus atos, e a paternidade deveria ser assumida pelos pais, em quaisquer circunstâncias”.

O aumento vertiginoso do fenômeno do abandono gerou sérios problemas financeiros para a administração dos hospitais e Rodas de abrigo de expostos, iniciando, a partir de então, discussões acerca de políticas para diminuição do abandono. Na França, por exemplo, a partir de 1837 foram criados programas de assistência às mães solteiras (TRINDADE, 1999).

O fortalecimento das ações higienistas durante o século XIX provocou intervenções diretas nas instituições de atendimento aos expostos uma vez que, de acordo com o que era ditado, as crianças institucionalizadas deveriam ser bem nutritas e vestidas. O avanço científico possibilitou descobertas no campo da nutrição infantil, colocando em evidência temas como a profilaxia, a assepsia e a esterilização. A partir do momento em que os processos de esterilização do leite de vaca e de industrialização do leite em pó e da mamadeira foram aprimorados, foi possível introduzir, com segurança, a amamentação artificial, o que fez cair em desuso o sistema de amas de leite mercenárias (MACHADO, 1999; MARCÍLIO, 2006).

Todos esses fatores contribuíram para o fim das Rodas dos Expostos, que desapareceram completamente da Europa no final do século XIX. Com o fechamento das Rodas novas formas de proteção e institucionalização das crianças desvalidas foram sendo desenvolvidas como os asilos, as colônias, os orfanatos, os colégios, as creches, etc.

Em relação à Portugal, país que nos interessa por ter influenciado diretamente a forma de assistência implementada no Brasil, é importante dizer que a partir do século XVII o

atendimento aos enjeitados centralizou-se na Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia, cujo modelo de assistência espalhou-se por todo o reino. De acordo com Sá (2013), as Misericórdias eram "protagonistas da caridade", cuja normatização e valores eram semelhantes tanto em Portugal como nos territórios sob seus domínios.

Estudos realizados por Paulino (2014), tendo como referência relatórios da Mesa da Santa Casa de Misericórdia, apontam diversos motivos que levavam ao abandono de crianças em Portugal entre os anos de 1870 a 1903<sup>22</sup>: miséria; vergonha da mãe; incapacidade física da mãe ou do pai; desregramento da mãe; mãe abandonada pelo pai; domicílio da mãe em casa alheia; falecimento da mãe e do pai, dentre outros.

Acompanhando o movimento ocorrido em outros países da Europa, a assistência social de natureza filantrópica gradualmente tomou lugar da ação caritativa, com a criação de vários estabelecimentos particulares de proteção à criança. Também foram criadas algumas leis que dificultavam o abandono e favoreciam as mães na criação dos filhos, como o subsídio de lactação. O sistema anônimo de abandono realizado por meio das Rodas dos Expostos, que desobrigava os pais da criação dos filhos, foi substituído pela importante medida de concessão temporária de subsídios de lactação à mãe pobre (SÁ; CORTES, 1992; PAULINO, 2014). Em 1836 a administração das Rodas foi transferida para autoridades civis de cada distrito, o que ocasionou a extinção do papel assistencial das Misericórdias naquele país. Em 1867 as Rodas foram extintas e foram criados os hospícios dos expostos, cuja admissão era aberta.

## 1.2 Assistência à infância pobre no Brasil

O abandono de crianças - que tem como uma de suas causas mais recorrentes a pobreza familiar - foi uma prática frequente no Brasil, situação que legitimou a criação de diferentes instituições de atendimento como asilos, orfanatos, recolhimentos, rodas dos expostos e outras. A pobreza e o abandono não eram tratados como uma questão social e, por esse motivo, essas crianças dependiam de ações de caridade e filantropia, seja da beneficência privada ou da benemerência estatal.

À propósito, Marcílio (2006, p. 132) propõe uma grade analítica de estudo da assistência à infância abandonada brasileira composta por três fases:

---

<sup>22</sup> Embora em 1903 o abandono anônimo nas Rodas dos Expostos já tivesse sido extinto em Portugal, muitas crianças continuaram sendo deixadas na Santa Casa de Misericórdia, porém com obrigatoriedade de identificação parental (PAULINO, 2014).

A primeira fase, de caráter *caritativo*, estende-se até meados do século XIX. A segunda fase – embora mantendo setores e aspectos caritativos - evolui para o novo caráter *filantrópico*, e está presente, a rigor, até a década de 1960. A terceira fase, já nas últimas décadas do século XX, surge quando se instala entre nós o Estado do *Bem-Estar Social*<sup>23</sup>, ou o Estado-Protetor, que pretende assumir a assistência social da criança desvalida e desviante. Só a partir dessa fase, a criança tornou-se, na lei, sujeito de Direito, partícipe da cidadania.

Guedes (2013), entretanto, pondera que a utilização do termo “fases” para nomear as formas de assistência à infância talvez não seja a mais adequada, pois dá margem a uma concepção de substituição ou superação de uma etapa por outra, situação que, na prática, não ocorreu. A autora prefere se referir a essas formas de assistência como “modelos discursivos”, que implicam em diferentes maneiras de tratamento à criança e de gestão das práticas no interior das diversas instituições existentes. A história da assistência à infância, portanto, não deve ser entendida como uma sucessão de fatos lineares, mas tendo como perspectiva a inter-relação entre diferentes temporalidades e espaços.

Em consonância com Guedes, Caponi (2000) observa que entre as práticas fundadas na ética compassiva (modelo caritativo) e aquelas que têm como embasamento o utilitarismo clássico (modelo filantrópico) não existe uma ruptura absoluta, pois ambas geraram práticas complementares e solidárias. De fato, os novos equipamentos de assistência à infância criados no início do século XX ainda coexistiram, por algum tempo, com as velhas formas de assistência caritativa como as rodas dos expostos, os recolhimentos e os seminários de órfãos oriundos do século anterior. Além disso, as práticas assistenciais e educativas, no interior dessas instituições, muitas vezes se repetem, ainda nos tempos atuais.

Conforme Kuhlmann Júnior (2015), até mesmo em relação aos termos caridade e filantropia, usualmente não se faz muita distinção, pois quando a filantropia - “que pode se referir à secularização, à iniciativa não governamental, ou à organização racional da assistência” - entrou em cena, médicos, juristas e filantropos continuaram utilizando em seus discursos o termo “caridade”, muito embora essa palavra remeta a um período anterior. Esse autor também é contundente ao afirmar que quando se adotam estes termos – caridade e filantropia – como “categorias que pretendem explicar as transformações e confrontos ocorridos nas políticas assistenciais [...], esses conceitos perdem a sua historicidade”. Para ele, a história da assistência

---

<sup>23</sup>Conforme Wilensky (1975), citado por Regonini (1998, p. 416), o Estado do Bem-estar ou Estado Assistencial é aquele que garante “tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade, mas como direito político”. Complementando, Regonini também explica que a diferença do Estado do Bem-estar dos outros tipos de Estado não é tanto a intervenção direta das estruturas públicas que propiciam melhoria de vida da população, mas o fato de que tal ação é, antes, reivindicada pelos cidadãos como um direito.

deve ir além, pois representa “o embate das questões envolvendo a sua função, as prioridades e modalidades de atendimento, o papel do Estado e das organizações da sociedade civil, os requisitos e os procedimentos a adotar para a prestação do serviço” (KUHLMANN JÚNIOR , 2015, p. 56).

Também é importante sublinhar que, embora existam definições distintas para caridade e filantropia<sup>24</sup> - sendo que, a grosso modo, na assistência caritativa predominaram ações movidas pela piedade cristã, enquanto que na assistência filantrópica foram identificadas práticas de assistência de viés higienista e utilitarista, com a participação tímida, porém crescente, do poder público – ambas estão sempre associadas por estarem relacionadas à questão da pobreza<sup>25</sup>, do auxílio aos pobres e, posteriormente, ao controle social sobre eles (SANGLARD, 2005).

<sup>24</sup>De acordo com Ávila (1993), a palavra “caridade” é proveniente do latim *caritas* = amor, de *carus* = caro, de alto valor, digno de apreço, de amor, ou seja, trata-se de um amor desinteressado pela pessoa humana. Entretanto, Ávila também explicita que hoje essa palavra frequentemente está identificada com um afeto piegas traduzido em gestos de assistência paternalista, evocando a ideia de esmola. Quanto à “filantropia”, ela é originária do grego *philos* = amigo + *anthropos* = homem, significando amizade pelo homem. Já o dicionário Cândido de Figueiredo, de 1913, apresenta as seguintes acepções para a palavra “caridade”: “Amor ao próximo. Benevolência. Beneficência, esmola. [...] *Iron.* Offensa, damno. \*Ant. Banquete ou bodo aos pobres. \*Pitança, que se dava às comunidades dos monges ou cónegos. \*Ant. Hospital para enfermos pobres. \*Nome de uma antiga Ordem religiosa. \*Ant. Solennidade religiosa, por intenção das almas do Purgatório. \*Vossa caridade, tratamento, que os Prelados davam aos seus diocesanos. (Lat. *caritas*) (FIGUEIREDO, 1913, p. 380). Quanto à palavra “filantropia”, ela aparece no dicionário, inclusive, como sinônimo de caridade, conforme constatado na mesma obra: “Amor à humanidade; caridade. (Lat. *philantropia*)” (FIGUEIREDO, 1913, p. 885).

<sup>25</sup>O conceito de pobreza é bastante subjetivo, pois ela é determinada por um amplo e diversificado leque de fatores e, além disso, depende do que cada sociedade entende por esse fenômeno. De acordo com Machado, (2015, p. 8), “para além da questão das necessidades materiais, em que as mesmas ficam por satisfazer [...], [a pobreza] pode também ser vista considerando o estado existencial, que embora compreendendo as carências primárias se associa com outros argumentos de ordem social, cultural, entre outros, influenciando a relação que o pobre tem com a restante sociedade”. Para Geremek (1999, p. 213), na pobreza predomina “um estado de debilidade, de carência, de insuficiência, de privação relativamente àquilo que era considerado como o modo de viver mais em geral numa dada sociedade, ou seja, relativamente a referências cronológicas e geográficas bem precisas. O termo exprime também determinados sentimentos e atitudes: a compaixão, o medo, o desprezo, a piedade”. Ainda segundo esse autor, a pobreza pode ser dividida em três grupos: o dos pobres com baixo rendimento; o daqueles que recorrem à assistência e o grupo que reúne as características anteriores, mas que também é assinalado pela má reputação, não estando submetidos às normas de uma vida em sociedade, ou seja, vivem “na inferioridade e mais frequentemente na exploração, estigmatizados pela sociedade devido ao seu modo de viver”, uma vez que seus comportamentos infringem “as normas e os valores admitidos pelo complexo da sociedade” (GEREMEK, 1999, p. 220). Entretanto, Geremek também pontua que um *ethos* da pobreza foi elaborado pela cristandade medieval, cujos conceitos norteadores se inspiraram na mensagem bíblica dos evangelhos que exalta a pobreza como um valor espiritual. Dessa forma, “[...] os ricos precisam dos pobres para cumprir os seus deveres de cristãos e os pobres precisam dos ricos porque deles depende a sua sobrevivência. O elogio da condição de pobreza diz respeito a uma elite de pessoas perfeitas que realizam o modelo de vida ascética, recusando-se voluntariamente a usufruir dos benefícios da condição que lhes é própria. As principais referências do *ethos* cristão da pobreza permaneciam assim fora da realidade social, visto que a pobreza era considerada como um valor espiritual” (GEREMEK, 1999, p. 228). Partindo da perspectiva sociológica, Giddens (2008) explica que existem duas abordagens diferentes para definir a pobreza: a pobreza absoluta e a relativa. O conceito de pobreza absoluta está associado à ideia de subsistência, ou seja, as condições básicas que permitem ao ser humano uma existência física saudável. Sendo assim, quem carece de requisitos mínimos como comida, abrigo e roupa, vive na pobreza. Quem defende essa definição de pobreza afirma que esses padrões de subsistência são os mesmos para pessoas de idade e constituição física equivalentes,

Além dessa abordagem que perpassa pelos conceitos de caridade e filantropia, a história da assistência à infância brasileira também é tratada por outros autores tendo como referencial o viés político. Nos estudos de Rodrigues e Lima (2002), por exemplo, as autoras discernem o período pré-republicano, caracterizado pela caridade religiosa; o período da Primeira República, cuja peculiaridade foi a assistência higiênica ou científica e o período da assistência social, que se estendeu de 1930 até 1964, ou seja, da implantação do governo Vargas até o estabelecimento da ditadura no país.

Bazílio (1998), por sua vez, considera a existência de três fases na história do atendimento à infância no Brasil. A primeira, que se prolongou do descobrimento até o início da década de 1920, foi descrita por ele como a fase “da filantropia ou assistencialismo”, no qual a criança era tratada como objeto de caridade, e não como sujeito de direitos. A segunda fase seguiu até a década de 1980 e foi caracterizada pelo enorme corpo jurídico/institucional que foi criado pelo Estado em atendimento à infância. A partir de então sobreveio a terceira fase, caracterizada “pela entrada em cena das Organizações Não-Governamentais (ONGs); pelo desmonte que o Estado brasileiro efetivou em suas instituições de atendimento; pela participação da sociedade civil na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente” (BAZÍLIO, 1998, p. 104).

Nesse trabalho foi feita a opção por trilhar de forma breve, porém reflexiva, a história da assistência à infância no Brasil, considerando os diferentes períodos políticos aqui instaurados, da Colônia até 1964, ano que encerra a delimitação temporal escolhida, tendo como pano de fundo as ações caritativas e/ou filantrópicas<sup>26</sup> dirigidas aos necessitados, e o caráter dual dessas práticas que eram, ao mesmo tempo, formas de assistência e dispositivos de

---

independentemente do local em que vivem. Outros estudiosos argumentam ser mais apropriado o conceito de pobreza relativa, ou seja, que relaciona a pobreza com o padrão de vida de determinada sociedade. Defendese, portanto, que as necessidades humanas são diferentes em determinadas sociedades, já que coisas vistas como essenciais para alguns são supérfluas para outros. Ambas as definições, entretanto, apresentam suas limitações. No caso da pobreza absoluta, a técnica utilizada para mensurá-la consiste em determinar uma linha de pobreza de acordo com os preços dos bens essenciais à sobrevivência humana em determinada sociedade, sendo que os indivíduos cujos rendimentos estão abaixo dessa linha são considerados pobres. Contudo, em um mesmo país o custo das necessidades básicas varia de região para região. Além disso, indivíduos que trabalham em espaços abertos talvez tenham maiores necessidades nutricionais que aqueles que passam o dia em escritórios, por exemplo. Quanto à pobreza relativa, a dificuldade encontra-se no fato de que à medida que as sociedades se desenvolvem, o que se entende por pobreza relativa também deve mudar.

<sup>26</sup>A utilização da expressão “e/ou” justifica-se porque alguns autores e documentos utilizados nesse trabalho (especialmente os jornais) utilizam esses dois termos de forma indiscriminada em relação à assistência praticada ao longo do século XX. Entretanto, em termos conceituais, entendemos que a caridade está associada à religião, a um sentimento compassivo e de ordem individual em relação à pobreza. A filantropia, por seu turno, é referente a uma concepção assistencial desenvolvida no Brasil a partir da passagem do século XIX para o século XX, legitimada pela fé na ciência e no progresso, numa perspectiva de harmonização das influências e saberes da religião, ciência e Estado (KUHLMANN JÚNIOR, 2015).

controle<sup>27</sup> e coerção social (CAPONI, 2000). Embora o Orfanato Santo Eduardo tenha sido criado em 1920, durante a Primeira República, esse recuo ao período colonial justifica-se devido ao fato de que a compreensão da pobreza no Brasil e do fenômeno do abandono de crianças agrega elementos que vêm desde esse período.

Vale lembrar que necessidade semelhante foi sentida por Carvalho (2016) ao descrever o longo caminho percorrido pela cidadania no Brasil, analisando a trajetória da conquista dos direitos civis, políticos e sociais. Antes de iniciar o percurso, o autor fez uma rápida incursão à fase colonial, justificando que “algumas características da colonização portuguesa no Brasil deixaram marcas duradouras, relevantes para o problema que nos interessa” (CARVALHO, 2016, p. 23).

Em relação à prática caritativa, é importante considerar que ela era decorrente da necessidade moral e religiosa de auxiliar aos mais necessitados, sendo entendida como uma virtude cristã (MARCÍLIO, 2006). Por esse motivo, a pobreza e o sofrimento eram considerados males necessários para que o cristão pudesse exercer a compaixão e a caridade ou, em outras palavras, a pobreza tinha “um caráter santificado que fez do pobre fonte de riqueza espiritual” (LOBO, 2015, p. 264). Utilizando as palavras de Kuhlmann Júnior (2015, p. 55-56), “quem era abençoado com a riqueza tinha o dever sagrado da caridade, a obrigação de [...] aliviar a miséria dos outros”. Mesmo quando “não mais se faziam ilusões românticas quanto a uma natureza enobrecedora da pobreza”, essa continuava sendo vista como uma “condição natural”, uma “desgraça” que cabia à sociedade aliviar.

Entretanto, segundo Lobo (2015), já era possível encontrar, nessas práticas caritativas, traços de controle e vigilância sobre os pobres uma vez que, ao assisti-los, sempre havia a preocupação em infundir-lhes valores morais, acreditando que a causa das misérias era a perdição dos pecados. Por outro lado, aqueles que praticavam a caridade – geralmente oriundos de entidades leigas – constituíam uma nata social que, além de cumprir os preceitos da fé cristã, tinha prestígio e reconhecimento na comunidade em que viviam.

---

<sup>27</sup>O termo “controle social”, oriundo da Sociologia, possui distintas conotações de acordo com a concepção que utilizada de Estado e sociedade civil. Nesse trabalho o termo será utilizado para designar diversos mecanismos criados com o intuito de estabelecer a ordem social, submetendo os indivíduos a determinados comportamentos e padrões sociais. Sobre esse assunto é importante recorrer a Francisco (2015), que explica que o direito, a educação e a religião são áreas extremamente importantes no processo de instituição do controle social. Cabe destacar que o termo “dispositivo”, conforme Agamben (2005), é decisivo na estratégia de pensamento de Foucault, que utiliza-o para referir-se a uma série de práticas e mecanismos, que podem ser linguísticos ou não, jurídicos, técnicos e militares, objetivando fazer frente a uma urgência e obter um efeito, como por exemplo, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as fábricas, as medidas jurídicas, etc. Agamben (2005, p. 13), por sua vez, generaliza a classe de dispositivos foucaultianos, chamando de dispositivo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”.

De acordo com esse pensamento, quem era abençoado com a riqueza tinha a obrigação de praticar a caridade, possibilitando o alívio da miséria daqueles que não foram da mesma forma favorecidos. No caso da assistência à infância, partia-se do princípio de que, se o enjeitamento de crianças representava uma maledicência, acolher ao enjeitado<sup>28</sup> era um ato de bondade de grandes proporções. Para Marcílio (2006, p. 134), a assistência caritativa teve como característica:

[...] o sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais. De inspiração religiosa, é missionário e suas formas de ação privilegiam a caridade e a beneficência. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio de esmolas ou das boas ações – coletivas ou individuais. Em contrapartida, esperam receber a salvação de suas almas, o paraíso futuro e, aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o *status de beneméritos*<sup>29</sup>.

A assistência caritativa no Brasil - que de acordo com Marcílio (2006) perdurou da era colonial até meados do século XIX - foi referendada pela Igreja Católica e estruturou-se, principalmente, tendo como suporte as Irmandades da Misericórdia. Criadas, a princípio, para prestar auxílio aos doentes por meio das Santas Casas de Misericórdias<sup>30</sup>, progressivamente elas ampliaram o leque de serviços sociais, prestando atendimento também à infância desvalida.

Marcílio ainda (2006) esclarece que, no Brasil, essa fase foi marcada por três formas de atendimento à infância: por meio da adoção informal; por meio das Câmaras Municipais e também por meio de duas instituições denominadas Roda dos Expostos e Recolhimentos para Meninas Pobres.

A adoção informal foi a forma de atendimento mais disseminada no país, fato que diferencia a história da criança abandonada no Brasil das crianças europeias. A prática de adotar "filhos de criação" foi bastante difundida e valorizada no país, sendo que muitas crianças eram

---

<sup>28</sup>Conforme Venâncio (1999), a expressão “criança abandonada” só foi generalizada por volta de 1890. Entretanto, esse termo referia-se, fundamentalmente, às crianças infratoras, delinquentes, contraventoras ou vadias. Raramente essa expressão era utilizada para designar os recém-nascidos abandonados, situação para a qual eram utilizados os termos “enjeitados” ou “expostos”.

<sup>29</sup>A respeito de Minas Gerais - estado no qual está situado o objeto dessa pesquisa - Braga (2015) enfatiza que a prática caritativa foi um importante motor de ações dessa sociedade, uma vez que a benemerência e o auxílio aos desvalidos era parte das obrigações religiosas, sociais e políticas das elites mineiras. Sobre a prática da benemerência, Rizzini, Irene (2008) pontua que na literatura é possível encontrar uma série de designações referentes aos “beneméritos da sociedade brasileira” ou da “alta sociedade brasileira”: “filantropos”, “moralistas”, “damas da sociedade” e outras.

<sup>30</sup>A história da colonização brasileira está estreitamente ligada à história da implantação das Santas Casas de Misericórdia. A primeira delas foi fundada por Brás Cubas, em 1543, em Santos. No final do período colonial existiam 21 Misericórdias no país e, no final do século XIX, na maioria das cidades existia uma Santa Casa. Vale ressaltar, porém, que nem toda Misericórdia brasileira incluiu a proteção à infância abandonada como uma de suas obras assistenciais (MARCÍLIO, 2006). Em Uberaba, a Santa Casa de Misericórdia foi fundada em 27 de julho de 1899, com a finalidade de receber e medicar enfermos de ambos os sexos.

acomodadas pelas mesmas famílias que as encontravam nas soleiras da própria casa. As motivações que levavam uma família a acolher uma criança exposta eram religiosas – uma vez que a prática da caridade traria como recompensa a salvação da própria alma - mas também econômicas, pois a criança agregada poderia complementar a mão de obra da casa, principalmente para as famílias que não tinham condições de adquirir escravos que auxiliassem nos trabalhos domésticos. Assim como na Europa, no Brasil também prevalecia uma visão utilitarista que objetificava a criança, já que muitas vezes ela era acolhida apenas com o intuito de atender aos interesses pessoais do adotante.

A outra forma de assistência à infância desvalida existente na fase caritativa foi por meio das Câmaras Municipais. De acordo com as regras metropolitanas – que por sua vez eram influenciadas pela legislação portuguesa nessa área - cabia às Câmaras Municipais a responsabilidade formal pelas crianças expostas, devendo prover, inclusive, auxílio financeiro às famílias ou amas de leite. Entretanto, muitas vezes a concessão desse auxílio era pautado na amizade ou no clientelismo em relação aos solicitantes que se beneficiavam com o recurso recebido. O ônus a ser despendido pelas Câmaras Municipais no atendimento aos expostos era alto e, por esse motivo, na maioria das vezes as municipalidades eram negligentes e omissas em relação à infância desvalida, atendendo apenas a uma pequena parcela da população infantil necessitada (MARCÍLIO, 2006).

Quanto aos Recolhimentos para Meninas Pobres, Marcílio (2006) assevera que os primeiros deles foram construídos na Bahia (1716) e no Rio de Janeiro (1739). Essas duas instituições serviram de modelo para a criação de outras similares em diversos estados, inclusive em Minas Gerais, onde foi inaugurado, em 1866, o Recolhimento da Santa Casa de São João del-Rei, em casa contígua à Misericórdia. A autora também explica que “o termo *recolhimento* era usado para identificar instituições femininas de reclusão, erguidas com fins devocionais, caritativos ou educacionais” (MARCÍLIO, 2006, p. 164).

O objetivo dos Recolhimentos era propiciar amparo às meninas órfãs e pobres, protegendo-as dos “perigos das ruas” e preparando-as para a execução de tarefas domésticas. A educação oferecida era voltada para o casamento e a manutenção da virtude. Essas instituições atendiam, primordialmente, jovens que haviam perdido os pais e cuja castidade estivesse sendo ameaçada. Para facilitar o casamento das internas os Recolhimentos recebiam legados para serem entregues como dotes (MARCÍLIO, 2006; VENÂNCIO, 1999). A propósito, os casamentos costumavam acontecer bem cedo, não sendo raros os enlaces de

meninas de doze anos, que logo estariam embalando suas próprias crianças nos braços (ALMEIDA, 2006).

O modo de vida nos Recolhimentos pautava-se na religiosidade, na simplicidade, no regime claustral e no controle sobre a sexualidade. Essa forma de educar estava relacionada ao modelo normativo de mulher que compunha o ideário social daquela época:

[...] inspirado nos arquétipos do cristianismo, espelhava a cultura vigente instituindo formas de comportamento em que se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação, forjando uma representação simbólica da mulher por meio de uma ideologia imposta pela religião e pela sociedade, na qual o perigo era principalmente representado pela sexualidade (ALMEIDA, 2006, p. 68).

Além disso, as meninas recolhidas eram educadas nos assuntos considerados pertinentes ao seu sexo, ou seja, nos trabalhos domésticos e de agulha, além de receberem instrução elementar. Conforme pontuado por Rizzini e Rizzini (2004), o estilo de vida dos Recolhimentos foi mantido até meados do século XX, muito embora instituições congêneres passassem a existir com outras denominações. De fato, conforme será apresentado posteriormente, o modo de vida das meninas do Orfanato Santo Eduardo e de outras instituições analisadas a partir da década de 1920 em Uberaba em muito se assemelhava ao das crianças desses Recolhimentos, uma vez que levavam uma vida marcada pela religiosidade, simplicidade e disciplinamento moral.

A Roda dos Expostos, por sua vez, foi implantada no Brasil no século XVIII, de acordo com os moldes europeus, ou seja, assim como naquele continente, ela constituía-se em:

[...] um cilindro cuja superfície lateral é aberta em um dos lados e que gira em torno do eixo da altura. O lado fechado fica voltado para a rua. Uma campainha exterior é colocada nas proximidades. Se uma mulher deseja expor um recém-nascido, ela avisa a pessoa de plantão acionando a campainha. Imediatamente, o cilindro, girando em torno de si mesmo, apresenta para fora o seu lado aberto, recebe o recém-nascido e, continuando o movimento, levá-lo para o interior [...]. Dessa forma o doador não é visto por nenhum servente da casa (DONZELOT, 1986, p. 30)

Ao todo foi possível contabilizar, de acordo com Marcílio (2006), quinze Rodas dos Enjeitados no Brasil, localizadas nas seguintes cidades: Salvador, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Desterro, Campos (RJ), Cuiabá, Vitória, Cachoeira (BA), Olinda, São João Del-Rei e São Luís.

Assim como na Europa, após serem depositados nas Rodas os bebês eram criados por amas de leite mercenárias, também chamadas de criadeiras, que eram mulheres que amamentavam as crianças mediante uma ajuda financeira, quase sempre insignificante. De acordo com Marcílio (2016, p. 93),

Eram as amas de leite em sua quase totalidade mulheres extremamente pobres, solteiras, ignorantes e residentes nas cidades. Algumas eram mulheres casadas ou escravas [...]. Não foi raro o caso de mães levarem seus filhos na roda e logo a seguir oferecerem-se como amas de leite do próprio filho, só que agora ganhando para isso [...]. Frequentemente era a ama de leite não declarar a morte de uma criança à Santa Casa e continuar por algum tempo recebendo o seu salário de ama, como se o bebê estivesse vivo.

As amas de leite no Brasil também eram frequentemente acusadas de maus tratos às crianças. Entretanto, o índice de mortalidade infantil dos bebês criados nas casas das amas era bem menor que o daqueles deixados na instituição, na qual conviviam crianças doentes e sadias em instalações insalubres. Além do mais, a falta de conhecimentos no âmbito da pasteurização e da microbiologia fazia da amamentação artificial uma prática totalmente inviável, tornando as amas de leite personagens imprescindíveis na estrutura das Rodas dos Expostos.

As crianças deixadas nas Rodas eram, em sua maioria, filhas da pobreza para quem elas estavam naturalmente destinadas. Entretanto, é importante destacar que elas também recebiam os “filhos proibidos”, ou seja, crianças resultantes de relacionamentos ilícitos que não podiam vir a público em uma sociedade patriarcal, hierarquizada e marcada pela rigidez dos valores morais. Conforme Donzelot (1986, p. 30), esse engenhoso dispositivo foi inventado devido à preocupação em “unir respeito à vida e respeito à honra familiar”, ou seja, mesmo as mães provenientes de famílias nobres e abastadas abandonavam seus filhos nas Rodas dos Expostos com o intuito de preservar a própria imagem frente à sociedade, escondendo relacionamentos clandestinos. De acordo com Marcílio (2016), alguns autores sugerem que a Roda dos Expostos no Brasil também serviu para regular o tamanho das famílias, visto que naquela época não havia métodos eficazes de controle da natalidade.

Neste contexto é pertinente considerar as proposições de Badinter (1985), que analisa a maternidade de forma crítica, desconstruindo o caráter natural e mítico que normalmente é atribuído ao amor materno. Para a autora, o amor materno é passível de transformações de acordo com o contexto social e o conjunto de valores morais dominantes em uma determinada época, ou seja, “o instinto materno é um mito”, não havendo “nenhuma conduta universal e necessária da mãe”<sup>31</sup> (BADINTER, 1985, p. 365).

<sup>31</sup>No livro “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, Badinter (1985) indaga os motivos pelos quais uma quantidade considerável de mães, na França do século XVIII, entregava seus filhos para serem amamentados ou até mesmo criados por amas de leite mercenárias, mesmo em se tratando de uma época em que o leite e os cuidados maternos representavam uma maior possibilidade de sobrevivência para a criança, conforme mencionado anteriormente. A prática de fazer uso de amas de leite também foi disseminada no Brasil, especialmente para atender as crianças deixadas nas Rodas dos Expostos. Entretanto, Koutsoukos (2006) assevera que tal prática também foi utilizada quando a mãe de uma criança senhorial não tinha leite suficiente (ou não queria, ou não podia amamentar) e podia alugar uma boa ama. Na pesquisa realizada por essa autora

Filhos de escravas também foram encontrados nas Rodas dos Expostos, alguns deixados por suas mães, na esperança que dessa forma eles crescessem livres<sup>32</sup>, e outros deixados pelo próprio senhor escravista, com o objetivo de desobrigar a mãe dos cuidados para com a criança, podendo, assim, alugá-la como ama de leite (RIZZINI; RIZZINI, 2004; LEITE, 2001).

Um dos principais objetivos das Rodas de Expostos eram evitar o infanticídio e o aborto uma vez que, “ante o mal irreprimível e a miséria da maioria, compreendeu-se que seria melhor se adaptar à necessidade e tolerar o abandono, para limitar o infanticídio. Foi nesse espírito que se criaram, no século XVII, as primeiras casas para o acolhimento de crianças abandonadas” (BADINTER, 1985, p. 42). Entretanto, as Rodas também tinham o objetivo de impedir que o bebê morresse sem receber o sacramento do batismo, que garantiria a salvação de sua alma. Por esse motivo, a criança que era recolhida da redeira era logo batizada, a não ser nos casos em que a pessoa que a depositou deixasse um bilhetinho informando que ela já havia recebido o sacramento<sup>33</sup> (MARCÍLIO, 2016; VENÂNCIO, 1999).

Quando as Rodas tornaram-se tradicionais no Brasil, elas passaram a acolher a quase totalidade de crianças abandonadas, sendo pouquíssimos os bebês deixados nas soleiras das casas, nas igrejas ou nas ruas como era frequente até então. Entretanto, embora as Rodas tenham sido criadas com o objetivo de preservar a vida, os índices de crianças que morriam – seja devido à falta de higiene, às doenças e até mesmo aos maus tratos – eram alarmantes.

---

são apresentados diversos anúncios coletados nos jornais do século XIX, nos quais as famílias solicitavam os serviços de uma ama de leite. Ainda segundo Koutsoukos (2006), a partir de 1890 houve uma diminuição gradual da procura por esse tipo de serviço devido a vários fatores, dentre eles os avanços referentes à amamentação artificial e o discurso da classe médica no sentido de moldar as práticas de puericultura e incentivar a construção social da “boa mãe” que, dentre outras práticas, deveria cuidar da saúde e da higiene da criança. Entretanto, anúncio dessa natureza foi encontrado no jornal Gazeta de Uberaba, no ano de 1916: “Precisa-se de uma ama de leite, sadia e aceiada, para amamentar uma criança de quatro meses. Não se faz questão de preço do ordenado. Só se aceita a ama que reunir aquellas condições e não tiver mais do que uma criança. Para informações no escriptorio desta folha” (GAZETA DE UBERABA, 06/08/1916, p. 2).

<sup>32</sup>Conforme esclarecido por Mott (1979), de acordo com o disposto no alvará de 31 de janeiro de 1775, as crianças escravas colocadas na Roda seriam consideradas livres. Entretanto, esta lei não era posta em prática pois, quando solicitada, a criança era devolvida ao seu antigo proprietário mediante o pagamento das despesas feitas com sua criação. Em outros casos, a ama responsável pela criação da criança até a idade dos sete anos não ficava com ela, sem devolvê-la à instituição para tomá-la como sua própria escrava.

<sup>33</sup>De acordo com os dados obtidos no Catálogo para Estudo da Escravidão em Uberaba (APU, 2012) verifica-se que dentre os 696 registros das crianças escravas batizadas na cidade entre os anos de 1840 a 1888, pouquíssimas receberam esse sacramento depois de completarem um ano de idade; a grande maioria era levada à pia batismal no mesmo mês do nascimento ou nos primeiros meses de vida. Algumas crianças, inclusive, eram batizadas às pressas quando corriam risco de morrer. A pressa em batizar as crianças doentes justificava-se na crença de que quem morresse sem o batismo não iria para o céu. Tal fato assinalava a influência dos preceitos católicos na sociedade, inclusive entre os escravos, e também sinalizava a fragilidade dos recém-nascidos, que muitas vezes morriam nos primeiros dias de vida devido à insalubridade do local em que moravam. Entretanto, o cumprimento desse ritual também evidencia a incoerência da sociedade escravista que permitia a distinção de tratamento entre as crianças brancas e negras, quando vivas, porém considerava que, após a morte, todas eram dignas de alcançar o reino dos céus por meio do batismo (SCARANO, 2008).

Após os três anos de idade, quando a criança deixava de ser amamentada, ela ia para a Casa dos Expostos, cuja assistência perdurava até em torno dos sete anos. A partir de então as meninas eram levadas para os Recolhimentos, local em que ficavam à espera de colocação em uma casa familiar, onde realizariam serviços domésticos, ou do casamento.

A situação dos garotos que deixavam a Casa dos Expostos era mais complicada, haja vista que não existia a mesma preocupação que se tinha com as meninas de que perdessem a honra ou a castidade. Por esse motivo, Marcílio (2006) explica que foram poucas as instituições criadas para abrigá-los e protegê-los antes do século XIX. Alguns poucos tinham a sorte de ser pegos de volta por seus parentes ou conquistavam o amor de suas amas de leite, que passavam a criá-los. Entretanto, alguns tinham sorte cruel:

Negros e mulatos, foram sutilmente transformados em escravos pelas próprias amas, passado o período da amamentação, enquanto recebiam estipêndio da Roda dos Expostos [...]. Para a maioria dos meninos expostos nas Rodas – que sobreviveram ao genocídio dos primeiros anos de vida e cujos pais nunca mais cuidaram de sua existência, ou que sequer puderam permanecer com suas amas de leite – poucas eram as saídas que se apresentavam em suas vidas, além da rua, do desamparo ou da morte (MARCÍLIO, 2006, p. 178-179).

Com o tempo começaram a surgir iniciativas de caráter caritativo destinadas aos meninos expostos, como seminários e orfanatos. Mesmo assim, inúmeros menores vagavam pelas ruas dos grandes centros urbanos, fato que fez com que as autoridades resolvessem introduzir instituições de ensino profissional onde pudessem “adquirir o hábito do trabalho, em um ofício com o qual possam tornar-se úteis a si e à sociedade” (MARCÍLIO, 2006, p. 184). A partir de então foram criadas, por todo o país, instituições diversificadas como as Casas de Educandos Artífices, Companhias de Aprendizes Marinheiros, Companhia de Aprendizes do Arsenal de Guerra, Companhias de Aprendizes Militares, etc. Procurava-se também encontrar lares de artesãos que aceitassem os meninos como aprendizes.

Mesmo assim muitos expostos, tanto meninos como meninas, acabavam vivendo nas ruas praticando a prostituição, pedindo esmolas ou realizando pequenos furtos (MARCÍLIO, 2016). Além disso, no final do século XIX e início do século XX o país passou por uma série de transformações urbanas, políticas e sociais que concorreram para agravar os problemas decorrentes da pobreza, tornando mais agudos aqueles referentes à infância.

Dentre essas transformações destacaram-se o fim do regime escravocrata, a queda da Monarquia e a separação entre a Igreja e o Estado. Também é importante mencionar o incremento do processo de implantação das relações capitalistas de produção; a industrialização no país que, embora incipiente, fez com que inúmeras famílias deixassem o meio rural em direção às cidades em busca de emprego; a entrada de mão de obra imigrante,

que contribuiu para o crescimento populacional nos centros urbanos. As cidades começaram a crescer e, em decorrência do aumento demográfico, os problemas urbanos aumentaram, como as precárias condições de trabalho, a ausência de condições mínimas de salubridade e saneamento, o aumento de doenças e epidemias.

O fim do regime de escravidão concorreu para o aumento, por todo o país, do número de crianças e de adultos abandonados à própria sorte, uma vez que a abolição da escravatura não veio acompanhada de reformas políticas e sociais que protegessem os libertos no processo de transição para o sistema de trabalho livre. Conforme Carvalho (2016, p. 57), “aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos”. Passada a euforia inicial da libertação, alguns ex-escravos regressaram às fazendas, retomando suas atividades em troca de baixíssimos salários. Outros foram para a cidade, onde contribuíram para “engrossar a grande parcela da população sem emprego fixo”.

Além disso, somados a esses ex-escravos existia a população livre, mas pobre, que era considerada, desde o contexto da escravidão, “resíduos sociais” ou ainda, “desajustados” que não se enquadravam na bipolaridade de classes da sociedade escravocrata (KOWARICK, 1994). Conforme Patto (1999, p. 174),

Na categoria de “vadios” estavam, sim, negros deixados à própria sorte desde a Abolição e objeto de preconceito racial, mas também toda uma gama de “pobres livres” cujo trabalho era socialmente desnecessário. A luta diária pela vida levava-os a improvisar vários tipos de afazeres, desde ocupações autônomas, bicos e subemprego temporário, que movimentaram a economia informal, até outras formas de sobrevivência, como o roubo, o jogo, a prostituição e a mendicância.

Nessa ambiência começaram a circular discursos nominando novas categorias sociais, dentre as quais estavam incluídas as crianças: as chamadas classes pobres, perigosas e viciosas, conforme apresentado por Chalhoub (1996). De acordo com esse autor, a expressão “classes perigosas” surgiu na Europa, na primeira metade do século XIX, para designar a classe constituída por pessoas que já haviam passado pela prisão ou que haviam optado por obter seu sustento não através do trabalho, mas de estratégias que as colocavam à margem da lei.

No Brasil a designação “classes perigosas” foi amplamente utilizada nos discursos parlamentares no final do século XIX, ou seja, após a extinção do regime de escravidão, se referindo às classes pobres:

[...] para os nobres deputados, a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não-trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta

a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abundam a virtude grassam os vícios, e logo, dada a expressão “classes pobres e viciosas”, vemos que as palavras “pobres” e “viciosas” significam a mesma coisa para os parlamentares (CHALHOUB, 1996, p. 22).

Forjou-se, portanto, um discurso calcado na ideia da “positividade do trabalho”<sup>34</sup>, que passou a ser considerado uma panaceia contra os vícios, a ociosidade e a criminalidade, a conferir honra e dignidade ao ser humano. Os enunciadores desse discurso pretendiam remover o caráter aviltante e degradador até então conferido ao trabalho depois de centenas de anos de escravidão, dando-lhe uma nova roupagem (CHALHOUB, 2001). Entretanto, conforme sugerido por Bresciani (1982), esse discurso também era uma forma de classificar, segregar e estigmatizar os indivíduos considerados exteriores ao pacto constitutivo do social inerente ao sistema capitalista. As crianças, por sua vez, também estavam inseridas nessa ética do trabalho, já que as instituições de assistência criadas naquele contexto tinham como principal preocupação o ensino de algum ofício que as preparasse para o desempenho de atividades laborais.

Além de serem adjetivados como “classes perigosas”, outra forma utilizada para fazer referência aos pobres foi por meio das expressões “vadios” e “vagabundos”<sup>35</sup>. Inicialmente o termo “vagabundo” era empregado para designar indivíduos mal-afamados ou com profissão de má-reputação. Posteriormente, também foram enquadrados nessa categoria aqueles que estavam vinculados a uma situação de “ausência de trabalho, isto é, a ociosidade associada à falta de recursos, e o fato de ser *sem fé nem lei*, isto é, sem pertencimento comunitário” (CASTEL, 2009, p. 120).

No Brasil, segundo Kowarick (1994), “a escravidão, outro ângulo do processo idílico de acumulação primitiva, produziu os livres e marginais”. Tratava-se, de acordo com esse autor, de uma “enorme massa de pessoas destituídas de propriedade e de instrumentos produtivos, desempenhando tarefas acessórias e ocasionais, sobrevivendo em pequenas glebas de terra ou vagando pelos campos e cidades sem função econômica estável e precisa” (KOWARICK, 1994, p. 31).

<sup>34</sup>Conforme Bresciani (1982), John Locke é apontado como um dos principais defensores da positividade do trabalho por desfazer sua imagem negativa como patrimônio da pobreza, como fardo exclusivo daqueles que não possuem propriedade, definindo-o como fonte de toda atividade criadora e da riqueza.

<sup>35</sup>A utilização de termos depreciativos para referir-se às pessoas pobres que viviam ociosas pelas vias públicas é notória, conforme constatado por Davis (1990) ao analisar a pobreza urbana na Europa no século XVI: “[...] o restante eram *maraux, ribauds, belitres e coquins*. Esses termos, do sermão de Jean de Vauzelles, dão uma imagem do rico vocabulário de oprório que as ordens mais elevadas da sociedade europeia tinham desenvolvido para descrever seus ociosos, vagabundos, vadios, pelintras e farristas” (DAVIS, 1990, p. 29).

Lopes (2003), por sua vez, pondera que a designação “vagabundo” já era atribuída desde os tempos coloniais aos “desfiliados”, ou seja, aqueles que não eram senhores nem escravos, que eram livres, porém pobres. Conforme definido por Castel (2009, p. 119), “desfiliado” é aquele que, “não tendo nenhum *estado*, não usufrui de nenhuma proteção”.

Em qualquer das circunstâncias, a vagabundagem era uma situação a ser resolvida pela repressão policial, conforme esta nota publicada em 1906 no *Diário de Notícias*, jornal da capital mineira:

Bom concurso trariam a acção restauradora das nossas forças productoras em boa hora emprehendida pelos poderes públicos, os senhores da polícia conseguissem a completa extincção da vadiagem em nossa terra. Mesmo na capital, é contristador o espetáculo que presenciamos: as tavernas vivem locupletadas de parasitas que tantos serviços podiam prestar [...] e não seria esse cancro social que todos nos devemos temer. Guerra, pois, aos vadios [...] (RIBEIRO; ARAÚJO; SILVA, 2017b, p. 70-71).

Conforme postulado por Ribeiro, Araújo e Silva (2017b, p. 73-74) a elite econômica via “a sujeira, a mendicância e a doença como o avesso das promessas de progresso e ordem, de bem-estar”, que “descaracterizavam os ares de modernidade” da recém-inaugurada República, motivo pelo qual ela cobrava providências do poder público, de acordo com este outro trecho publicado no mesmo jornal:

BH não pode continuar a exibir suas pompas, ao lado da miséria. Cabe ao estado o dever de assistir aos pobres, aos desvalidos, aos velhos, aos enfermos [...]. Siga a Prefeitura, auxiliada pelo Estado e pela população, o exemplo da municipalidade de São Paulo, [...] prohibindo terminantemente a mendicância das ruas (RIBEIRO; ARAÚJO; SILVA, 2017b, p. 74).

Entretanto, Castel (2009, p. 136-137) enfatiza que “a política repressiva com respeito à vagabundagem representa a solução para uma situação que não comporta solução”, uma vez que “a condenação do vagabundo é o caminho mais curto entre a impossibilidade de suportar uma situação e a impossibilidade de transformá-la profundamente”.

Em meio a essa ebulação social que caracterizou a virada daquele século, o aumento cada vez mais expressivo de pobres e de crianças desamparadas pelas ruas das cidades brasileiras passou a exigir políticas públicas renovadas no atendimento a esses segmentos populacionais e consequente substituição do modelo caritativo de assistência por outro que conseguisse atender às demandas impostas pela instituição de uma nova ordem política, econômica e social.

A pobreza - considerada foco de desordem, imoralidade e doenças - passou a ser tratada como um problema social e moral, uma vez que a circulação de pessoas desta “classe perigosa”

pelos centros urbanos comprometia o aspecto da recém instaurada República, erigida sob o símbolo da ordem e do progresso. Segundo Geremek (1986), o pauperismo fez disseminar duas crenças na sociedade: primeiramente, ele era considerado “um fenômeno que urge submeter a rigoroso controle e procurar limitar por todos os meios”. Ademais, espalhou-se também o pensamento de que “a miséria e o crime andam associados”, motivo pelo qual o autor afirma que “apercebemo-nos menos dos sofrimentos dos pobres do que dos seus delitos, o que diminui a nossa compaixão por eles [...]” (GEREMEK, 1986, p. 277-278).

A filantropia<sup>36</sup>, nesse contexto, estava ensaiando seus primeiros passos no país, ainda amalgamada às práticas religiosas. Ela era resultante “da urgência em ajustar as bases do Estado liberal, na lógica capitalista, à realidade da sociedade moderna, uma espécie de ajuste entre liberdade e ordem; mercado livre e trabalho” (Irene RIZZINI, 2008, p. 94). Retomando Geremek (1986) é possível dizer que, com o tempo, houve um progressivo esvaziamento da reflexão ética e religiosa nas interpretações do fenômeno da pobreza, dando lugar a análises que privilegiavam a política social, os interesses coletivos e a razão do Estado.

Assim, diferentemente da caridade - considerada uma virtude cristã - a filantropia era concebida como uma virtude social concretizada em uma ação continuada, refletida, organizada, e não mais uma ação isolada (SANGLARD, 2005). A respeito desse modelo de assistência, Guedes (2013, p. 22) explica que:

[...] as políticas filantrópicas estão intimamente associadas à ética utilitarista, tal como concebida por Jeremy Bentham<sup>37</sup>. Para este, a felicidade coletiva é pensada como a soma das felicidades individuais, no sentido da satisfação das necessidades de cada um. Cabe à sociedade criar instituições capazes de garantir que os sujeitos não realizem ações que possam diminuir esse bem estar comum. As políticas filantrópicas se associam diretamente a esse programa político de ação: justificam-se a partir de critérios de bem estar geral, de felicidade e de urgência social, na busca de fazer coincidir, por meio

<sup>36</sup>Na Europa, as políticas filantrópicas emergiram no contexto da industrialização, aliadas aos pensamentos liberais, iluministas e utilitaristas. De acordo com Donzelot (1986), as políticas filantrópicas de assistência se organizam em torno do polo assistencial - que utiliza o aparelho estatal como meio de divulgar conselhos e preceitos de comportamento, transformando uma questão de direito político em questão de moralidade econômica - e o polo médico-higienista, que fez com que o Estado interviesse, por meio da norma, no direito privado. Em relação à infância, a intensificação da industrialização e o crescimento dos centros urbanos gerou um grande contingente de crianças abandonadas, fazendo surgir inúmeras críticas às altas taxas de mortalidade infantil, que implicavam em gastos públicos sem retorno. Ainda segundo esse autor, no fim do século XIX emergiu um terceiro polo filantrópico que “opera a confluência dos dois primeiros sobre a questão da infância, por meio da reunião, num mesmo alvo, daquilo que pode ameaçá-la (infância em perigo) e daquilo que pode torná-la ameaçadora (infância perigosa). De um lado, há as sociedades que surgem em torno da preocupação de substituir o Estado pela iniciativa privada no que diz respeito à gestão das crianças moralmente abandonadas (vagabundos), delinquentes, insubmissos à autoridade familiar (crianças internas em estabelecimentos em consequência de ato de correção paterna)” (DONZELOT, 1986, p. 78-79).

<sup>37</sup>Jeremy Bentham, filósofo e jurista inglês, propõe “uma espécie de república democrática e filantrópica, no seio da qual a eficiência e a felicidade de todos são o produto de instituições que têm como tarefa medir e prever a conduta de cada um” (CHÂTELET; DUHAMEL; PISIER-KOUCHNER, 2000, p. 118). De acordo com a ética utilitarista desse pensador, a pobreza deveria ser redimida pelo controle social.

da educação e da orientação, possíveis divergências entre interesses da ordem do coletivo e do individual, do público e do privado.

Alguns autores entendem a filantropia como uma laicização da concepção católica de caridade ou ainda, uma racionalização das práticas caritativas que consolidadas no período republicano devido, principalmente, à separação oficial entre a Igreja e o Estado (MESTRINER, 2008; SPOSATI, 2007). Para Rizzini e Pilotti (2011, p. 22), a filantropia:

[...] distinguia-se da caridade, pelos seus métodos, considerados científicos, por esperar resultados concretos e imediatos, como o bom encaminhamento dos desviantes à vida social, tornando-os cidadãos úteis e independentes da caridade alheia. A noção de prevenção do desvio e recuperação dos degenerados entrinhou de tal forma na assistência, que nas décadas seguintes, filantropia e caridade tornaram sinônimos. O conflito foi superado por uma acomodação das disparidades, pois ambas tinham o mesmo objetivo: a preservação da ordem social.

Conforme Lobo (2015, p. 250), as polícias e as práticas filantrópicas foram, respectivamente, novas formas repressivas e assistencialistas de controlar as populações urbanas, sendo que as ações de filantropia, “embora fiéis aliadas da medicina e destituídas de conteúdo religioso, fizeram permanecer a herança pesada da caridade quanto à marca piedosa, moral e privada das iniciativas”.

Geremek (1986, p. 280) também contribui com esse tema ao pontuar que o humanitarismo e a filantropia “esteiam a beneficência em princípios laicos operando como que uma *laicização* do mandamento do amor ao próximo”. Para ele, os dois modelos de assistência se interpenetram e se adaptam reciprocamente, pois:

Estabelece-se entre a beneficência individual e a assistência pública uma coexistência em que cada uma, complementando-se, procura à sua maneira a felicidade social. O desenvolvimento da filantropia laica contribui igualmente para tornar mais enérgica a actividade caritativa cristã, individual e institucional (GEREMEK, 1986, p. 280).

Donzelot (1986, p. 55-56), por seu turno, alerta que a filantropia não deve ser pensada “como uma forma ingenuamente apolítica de intervenção privada na esfera dos problemas ditos sociais, mas sim como uma estratégia deliberadamente despolitizante face à instauração dos interesses coletivos [...]. Nesse sentido, embora as práticas filantrópicas estabelecessem parâmetros que as distanciavam da caridade tradicional e do Estado, ela não deixava de ser uma estratégia política de controle social<sup>38</sup>. Conforme Marcílio (2016, 97),

<sup>38</sup>Exemplo de controle social sobre os pobres foram as *workhouses* (casas de trabalho), criadas no século XVII na Inglaterra – país considerado o “principal centro da explosão filantrópica, racional e científica” (Irene RIZZINI, 2008, p. 94). Foram implantadas pela Primeira Lei dos Pobres, de 1601, e consolidadas pela Segunda Lei dos Pobres, de 1834. Seu objetivo era reduzir o contingente de pobres e aumentar a capacidade produtiva da nação. As *workhouses* eram casas de correção e instrução que forneciam, ao mesmo tempo, acomodação e trabalho

a filantropia surgia como um modelo assistencial, fundamentada na ciência, para substituir o modelo de caridade. Nesses termos, à filantropia atribuiu-se a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas econômicas e morais, que nascem com o início do século XX no Brasil.

Em relação à infância, o ideal filantrópico superou a visão caritativa, cujo foco principal era a salvação, por meio do batismo, das almas das crianças enjeitadas. Nesse novo contexto procurava-se dar embasamento científico à assistência pública tendo como preocupação eminentemente a salvação do corpo da criança para que ela pudesse ser transformada em um elemento útil à nação. Nessa perspectiva, o zelo pela infância correspoderia “a um gesto de humanidade descolado da religião; uma ação que transcende o âmbito das relações privadas da família e da caridade para significar a garantia da ordem ou da *paz social*” (Irene RIZZINI, 2008, p. 24).

Sob essa ótica a exposição de crianças, que até então era justificada e aceita em casos de extrema pobreza, passou a ser alvo de reprovação e censura pois, como consequência, contribuiria para aumentar a vadiagem, a mendicância, a prostituição e a criminalidade, além de comprometer a “paisagem urbana” devido ao alto índice de crianças pobres que ficariam vagueando pelas ruas das cidades. A criança, então, passou a ser vista pela sociedade e pelo Estado como um futuro ser produtivo, tornando-se, assim, foco de atenção multidisciplinar: se ela seria o “adulto do amanhã”, deveria crescer de forma sadia, tanto física como mental e moralmente.

Essa concepção de infância se amparava no devir, ou seja, na perspectiva daquilo que a criança poderia vir a ser, e não na criança enquanto sujeito histórico situado no tempo presente. Tal perspectiva, que enxergava a criança como “promessa do futuro”, já vinha sendo bastante difundida no país que havia adotado uma postura salvacionista baseada na crença de que salvar a criança era salvar a nação. Como exemplo desse ideário é possível citar as palavras proferidas pelo senador Lopes Trovão, em 1896: “[...] temos uma pátria a reconstruir, uma nação a firmar, um povo a fazer, e para emprehender essa tarefa, que elemento mais dúctil e moldável a trabalhar do que a infância?!” (Irene RIZZINI, 2008, p. 27).

A assistência filantrópica foi regulada, principalmente, pelo discurso médico e jurídico. A preocupação médica com a preservação da infância teve início no final do século XIX, e intensificou-se nas primeiras décadas do século XX a partir da criação, no Rio de Janeiro, pelo

---

aos pobres que praticavam mendicância pelas ruas da cidade. De acordo com Dorigon (2006, p. 66), essas casas correcionais “tinham por objetivo atender e formar a camada alijada da sociedade - homens, mulheres, enfermos, ociosos, criminosos e crianças - nos padrões requisitados pelo sistema que se organizava, e com isso legitimar a formação da nova sociedade”.

médico Moncorvo Filho, do primeiro Instituto de Proteção e Assistência à Infância - Ipaí e do Departamento da Criança no Brasil. Esse período também foi marcado pela realização de diversos Congressos Brasileiros de Proteção à Infância. Conforme Camara (2006, p. 758), o primeiro deles, realizado em 1922, constituiu-se em uma “instância competente e autorizada na discussão, formulação e propaganda no campo da pediatria, higiene, puericultura, pedagogia, legislação e no encaminhamento de proposições quanto à formulação de políticas públicas assistenciais para o país”. Dele participaram intelectuais de diferentes áreas, os quais enfatizaram as relações que envolviam os papéis a serem desenvolvidos pela Família, pelo Estado e pela Sociedade.

A apropriação médica da infância foi subsidiada pelo discurso científico. Esses profissionais apresentaram-se como autoridades competentes para prescrever normas racionais de conduta e regras os hábitos da família brasileira, já que disso dependia, segundo eles, a prosperidade e o progresso do Estado. Eles tinham, portanto, como tarefa, “[...] converter os sujeitos à nova ordem urbana. Ordem estranha ao antigo modo de viver colonial que, a todo momento, a repelia e procurava deter seu progresso. Essa ordem, contudo, precisava ser aceita, pois dela dependia a prosperidade das elites e o progresso do Estado” (COSTA, 1989, p. 36).

De acordo com Rago (1997, p. 118), “o poder médico procurou legitimar-se como tal, demonstrando para toda a sociedade a necessidade insubstituível de sua intervenção como orientadores das famílias e como conselheiros da ação governamental”. Para tanto, esses médicos passaram a propagar medidas de cuidado com o corpo, dentre elas a prática da educação física e o hábito da amamentação, além de fomentarem campanhas de higiene e saúde públicas.

Entretanto, uma das maiores preocupações da classe médica naquela ambiência foi com os altos índices de mortalidade infantil, especialmente nas Rodas dos Expostos. Por esse motivo intensificaram-se as discussões acerca da extinção desse tipo de instituição, condenando, principalmente, a prática do aleitamento pelas amas de leite mercenárias. A princípio os debates foram tímidos, pois havia o temor de que a abolição das Rodas pudesse acarretar males ainda maiores à criança e à sociedade. Entretanto, a influência dos debates produzidos na Europa acerca desse assunto; a tomada de consciência dos altos índices de mortalidade em consequência das Rodas; o reconhecimento por parte do Estado de sua responsabilidade na educação e na assistência, aliados a outros fatores, ajudaram a construir um paradigma negativo acerca desse tipo de instituição para a infância, propiciando, pela primeira vez, uma discussão do fenômeno do abandono no país (MARCÍLIO, 2006).

Com o tempo, o sistema de amas mercenárias foi sendo abolido<sup>39</sup>, mudando também a forma de admissão dos bebês, cujos pais não poderiam mais deixá-los nas Rodas anonimamente. Apesar de terem sido formalmente extintas em 1927<sup>40</sup>, apenas em 1938 a Roda do Rio de Janeiro foi de fato suspensa. As demais ainda perduraram até a década de 1950, deixando o Brasil na desagradável posição de ter sido o último país ocidental a revogá-las.

Assim como a classe médica, o papel desempenhado pelos juristas no início do século XX foi bastante consistente. Eles também voltaram sua atenção para a infância uma vez que, conforme propagado nos discursos oficiais, cuidar das crianças era uma das condições para se alcançar o ideal de nação civilizada almejado pelas elites intelectuais no cenário republicano. De forma contraditória, ao mesmo tempo em que eles enfatizavam a defesa incondicional da criança, também se preocupavam em defender a sociedade dos meninos e meninas que eram ou poderiam vir a ser uma ameaça à ordem pública. Retomando as palavras de Donzelot (1986), era importante balizar aquilo que poderia ameaçar a infância (infância em perigo) e aquilo que poderia torná-la ameaçadora (infância perigosa).

Disseminou-se, então, um discurso segundo o qual apenas uma educação rígida - a ser oferecida em estabelecimentos de internamento - poderia subjugar a "tendência natural ao crime" a que estavam sujeitas as crianças pobres ou abandonadas. Esse discurso aplicava-se tanto às crianças órfãs como àquelas cujas famílias eram consideradas incapazes de cuidar de seus filhos.

Diante da atribuída incapacidade das famílias pobres para criar seus filhos, o Estado se incumbiu da função de educação e proteção dos menores, caracterizando-os como órfãos ou abandonados. Para aqueles identificados como delinquentes destinavam-se as medidas regenerativas de educação e reabilitação. Em ambos os casos, fomentou-se a prática da internação, separando as crianças de seus familiares e levando ao abandono delas em diversos tipos de estabelecimentos. Estas práticas de proteção e de regeneração propostas pelo Estado brasileiro predominaram por uma grande parte do século XX, com rotinas disciplinares rígidas e o isolamento dos internos do convívio social e familiar, por longos períodos (RIZZINI; CELESTINO, 2016, p. 233).

---

<sup>39</sup>Conforme já observado, o sistema de amas mercenárias não foi utilizado somente para os bebês abandonados nas Rodas dos Expostos. Mulheres de famílias abastadas contratavam esse tipo de serviço ou delegavam-no para as escravas por pura vaidade, acreditando que a amamentação poderia deformar seus seios. O saber médico passou então a difundir a ideia de que o amor materno era um sentimento nato e, portanto, não amamentar constituía-se em um ato de desobediência à ordem natural das coisas, além de pôr em risco o futuro da nação (RAGO, 1997).

<sup>40</sup>O decreto nº. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores) determinava, no artigo 15, que "a admissão dos expostos à assistência se fará por consignação directa, excluido o sistema das rodas" (BRASIL, 1927).

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004, p. 39), “as representações negativas sobre as famílias cujos filhos formavam a clientela da assistência social nasceram junto com a construção da assistência à infância no Brasil. A ideia de proteção à infância era antes de tudo proteção contra a família”. Assim, era comum julgar as famílias e culpabilizá-las pelo estado de abandono dos filhos, atribuindo responsabilidades individuais para a situação de miséria em que essas famílias eram, na maioria das vezes, vítimas.

Nesse contexto, muitas crianças pobres foram apartadas de suas famílias e de seu meio social para serem confinadas em estabelecimentos nos quais estavam sujeitas a diversas formas de disciplinamento. Compactuando com Lobo (2015, p. 249) é possível afirmar que isso aconteceu porque “os espaços urbanos nascentes necessitavam de uma ordem em que cada um tivesse seu lugar demarcado”.

Utilizando o aparato jurídico e legislativo existente, e sob a justificativa de estar prevenindo desvios e reeducando os degenerados, o Estado passou a intervir diretamente nas famílias, suspendendo, retirando e restituindo o Pátrio Poder<sup>41</sup>, conforme observado no decreto nº. 16.272, de 1923, que aprovava o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes (BRASIL, 1923). Na prática, esse decreto demarcou a situação de pobreza como geradora de crianças abandonadas e jovens delinquentes:

A primeira tentativa do governo em regulamentar a “assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes”, no início da década de 1920, legitimou a intervenção do Estado na família, não só através da suspensão do Pátrio Poder, mas também pela apreensão dos menores ditos abandonados, mesmo contra a vontade dos pais. Tal medida foi consequência da percepção que certos setores da sociedade tinham das famílias pobres. Por isso, na lei, as situações definidas como de abandono, tais como: não ter habitação certa; não contar com meios de subsistência; estar empregado em ocupações proibidas ou contrárias à moral e aos bons costumes; vagar pelas ruas ou mendigar etc., só se aplicavam aos pobres (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 25).

As ideias gestadas nesse período culminaram na edição do primeiro Código de Menores brasileiro, identificado como decreto nº. 17.943-A, que “consolida as leis de assistência e proteção a menores”, cujo objeto, definido em seu primeiro artigo, era “o menor, de um ou

---

<sup>41</sup>Também na França, no século XIX, as leis de 1889, 1898 e 1912 organizaram, progressivamente, a transferência de soberania da família e do poder paterno ao Estado. A lei de 1889, por exemplo, atribuía ao juiz o poder de confiar a guarda de uma criança à assistência pública ou a uma pessoa ou sociedade filantrópica nos casos em que os pais, por algum motivo, comprometessem a segurança, a saúde e a integridade física e moral de seus filhos. O princípio fundamental dessa lei era controlar a “infância perigosa” para evitar um adulto criminoso. Em nome da segurança e da integridade física da criança, foi organizado um sistema contínuo de vigilância, por meio de um aparato jurídico que permitiu ao Estado penetrar e controlar legalmente as famílias e a infância (DONZELOT, 1986).

outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade" (BRASIL, 1927).

Idealizado pelo jurista José Cândido Albuquerque Melo Matos, esse Código inaugurou uma nova fase no atendimento à infância ao prescrever, ao longo de seus 231 artigos, sobre o tratamento a ser dispensado às crianças da primeira idade, aos infantes expostos, aos menores abandonados e aos menores delinquentes. A classificação do menor, de acordo com a situação de abandono e/ou delinquência, era assim compreendida:

**Menores abandonados** são os que possuem menos de 18 anos, não têm habitação certa, podem ou não possuir pais, familiares ou tutores, mas não se encontram sob suas guardas ou esses não apresentam condições morais e/ou financeiras de exercer essa guarda e apresentam condutas contrárias à moral e aos bons costumes, estão em estado de vadiagem, mendicidade ou libertinagem. Os **menores pervertidos** são os vadios, mendigos ou libertinos que se mostram refratários a receberem o ensinamento de pais e tutores, entregam-se a práticas imorais como a prostituição, ou atos obscenos, e vivem do expediente de esmolas. Consideram-se **menores delinquentes** aqueles que, sendo maiores de 14 anos, cometem crimes ou contravenção da lei. Finalmente, definem-se os **menores anormais** como aqueles que, por deficiência física e/ou sensorial, intelectual, ou das faculdades afetivas, se encontrassem em condição de inferioridade e não pudessem adaptar-se ao meio social (VEIGA; FARIA FILHO, 1999, p. 50; grifo nosso).

O Código também legislava sobre o trabalho de menores, a inibição do pátrio poder e a remoção da tutela, dentre outros temas. A suspensão do pátrio poder ocorreria quando o pai ou a mãe "que por abuso de autoridade, negligência, incapacidade, impossibilidade de exercer o seu poder, faltar habitualmente ao cumprimento dos deveres paternos" (BRASIL, 1927). Quanto ao menor abandonado, a autoridade competente poderia ordenar sua apreensão; providenciar sobre sua guarda, educação e vigilância, separando-o após cuidadosa classificação que levaria em conta a idade, a instrução, a profissão, a saúde, o abandono ou perversão do menor e a situação social, além de recolher aqueles que fossem vadios e mendigos para apresentá-los à autoridade judicial.

Os menores vadios e delinquentes poderiam ser repreendidos ou internados. Os menores de quatorze anos não poderiam ser submetidos a processo penal, mas a autoridade competente deveria tomar e registrar informações precisas sobre sua situação, bem como daqueles com quem conviviam. Quanto aos maiores de quatorze anos e menores de dezoito, seriam submetidos a processo especial, sendo que eles também poderiam ter sua liberdade vigiada.

Antes da edição do Código de Menores de 1927, as crianças estavam sujeitas às determinações do Código Penal de 1890 que estabelecia, inclusive, que elas podiam ser responsabilizadas por seus crimes a partir dos nove anos de idade, caso tivessem "obrado com

discernimento”. Somente a partir do decreto 17.943-A que ficou estabelecido que o jovem seria penalmente inimputável até os dezessete anos de idade.

Em relação ao trabalho, a lei proibia o emprego de menores de doze anos e daqueles que tinham menos de quatorze sem ter concluído a instrução primária. Entretanto, abria exceção para aqueles que, mesmo tendo entre doze e quatorze anos, precisavam trabalhar pois ele era “indispensável para a subsistência dos mesmos ou de seus pais ou irmãos, contanto que recebam a instrução escolar, que lhes seja possível”. Concordando com Araújo (2011, p. 189-190) é possível dizer que, “mais do que um precedente legal, a subsistência familiar se converteu numa premissa em que os efeitos negativos do trabalho para os menores são atenuados e mostram-se como atributos de virtuosidade e de responsabilidade”.

O Código também impunha restrições quanto aos locais e horários de trabalho, sendo que os estabelecimentos que empregassem menores seriam vigiados e inspecionados. Essa fiscalização causou reações do setor industrial que utilizava a força de trabalho infantil, que passou a argumentar que o trabalho era uma medida preventiva contra a vagabundagem e a criminalidade às quais a criança ficaria exposta caso não tivesse uma ocupação.

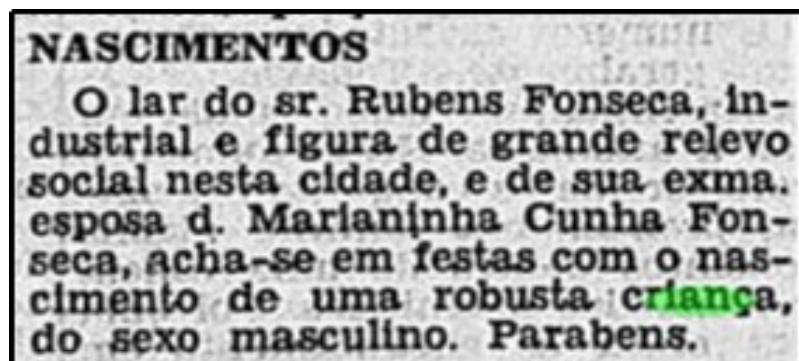
A propósito, o discurso difundido pelos donos das indústrias acerca da educação de crianças e jovens calcada na positividade do trabalho não era algo novo, mas evidente desde a Revolução Industrial. De acordo com Enguita (1989, p. 109), “foi o desenvolvimento das manufaturas que converteu definitivamente as crianças na guloseima mais cobiçada pelos industriais: diretamente, como mão de obra barata, e indiretamente, como futura mão de obra necessitada de disciplina”. Ainda sobre esse tema Geremek (1986) pontua que a formação para o trabalho compunha há tempos o ideário social dos países europeus:

A criação de possibilidades de trabalho constitui uma forma de assistência social e, ao mesmo tempo, de luta contra a decadência da moral social. Nas visões utópicas de reformulação da ordem social que proliferam na literatura da Europa moderna, o trabalho aparece como uma panaceia quer contra a miséria quer contra a delinquência. Aos olhos do homem moderno, a degradação moral causada pela pobreza anda a par com a depravação nascida de uma vida ociosa às custas da sociedade (GEREMEK, 1986, p. 276).

Uma crítica bastante recorrente ao Código de Menores é referente ao fato dele ter incluído, na categoria “menor”, as crianças identificadas como delinquentes ou desamparadas, as quais eram fundamentalmente oriundas de famílias pobres. Esse decreto, portanto, contribuiu para gerar o estigma do “menor” na sociedade brasileira, uma vez que esse termo passou a ser categoria classificatória da infância pobre e delinquente, ao passo que o termo “criança” passou a ser empregado para o filho da família materialmente favorecida.

Nos impressos jornalísticos da cidade de Uberaba, por exemplo, em meio a vários artigos que expunham o problema do "menor" (menor mendicante, menor abandonado, menor que cometia delitos), foram encontradas diversas propagandas de produtos voltados para crianças ou congratulações, nas colunas sociais, por ocasião dos nascimentos e aniversários dos filhos e filhas dos "ilustres" membros da sociedade local, conforme se observa nas figuras seguintes.

FIGURA 2 - Nota de nascimento (1934)



Fonte: Lavoura e Comércio nº. 6101, de 17/01/1934, p. 2.

FIGURA 3 - Propaganda da loja Luxo Mineiro (1928)



Fonte: Lavoura e Comércio nº. 5.014, de 20/09/1928, p. 6.

Sob a ótica do "menor" a criança passou a ser concebida como um problema social a ser enfrentado na perspectiva da prevenção e da regeneração, moldada de acordo com as condições

socioeconômicas e as conveniências do mundo adulto. De acordo com Londoño (1992), a palavra "menor" passou a referir e indicar a criança em relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica.

Para alguns estudiosos, um aspecto positivo dessa lei foi que, a partir dela, o Estado passou a ter obrigações sobre os menores. Entretanto, autores como Marcílio (2006), Rizzini e Pilotti (2011) entendem que, na prática, o Estado restringiu suas ações ao estudo, controle, vigilância e repressão dos menores, de forma descontínua e ineficiente.

De forma geral é possível afirmar, em concordância com Sá (2007, p. 38), que durante esse período:

[...] os médicos, higienistas, juristas e policiais expressaram, através de seus discursos e práticas, algumas dimensões do processo de transformação ao qual a sociedade brasileira foi sendo submetida rumo à modernização de suas estruturas e comportamentos. Em relação à infância, tais segmentos da sociedade implementaram ações no sentido de preparar a criança para [...] atuar no mundo do trabalho.

Essa preparação para o trabalho acontecia, principalmente, no interior das diversas instituições voltadas para a infância instaladas no período. O capítulo VI do Código de Menores, por exemplo, que tratava das medidas aplicáveis aos menores abandonados, previa que eles poderiam ser internados em hospitais, asilos, institutos de educação ou reforma. Já o capítulo VII, voltado para os menores delinquentes, determinava que eles seriam recolhidos em escolas de reformas e, se o crime cometido fosse considerado grave, poderiam ser remetidos a um estabelecimento para condenados de menor idade ou, em sua falta, a uma prisão comum com separação dos condenados adultos.

Além dessas instituições de atendimento à infância previstas no Código de Menores, outras modalidades institucionais foram criadas e/ou remodeladas nas primeiras décadas do século XX. Tais instituições, conforme Kuhlmann Júnior (2015), foram criadas tendo em vista a articulação de interesses jurídicos, empresariais, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos. Em suma, elas se organizaram em torno de três influências básicas: a jurídico-policial, a médico-higienista e a religiosa. Em qualquer uma dessas situações, elas tinham como intento disciplinar, controlar e apaziguar as relações sociais. Dentre essas instituições é possível citar as creches, os patronatos, os aprendizados agrícolas, os orfanatos, os asilos e outras, conforme apresentado a seguir.

Embora as **creches**<sup>42</sup> tenham sido criadas para dar assistência aos filhos dos trabalhadores e não às crianças abandonadas, elas também foram resultantes das profundas transformações sociais ocorridas na virada do século XIX para o século XX que refletiram diretamente na estrutura familiar. Conforme Vieira (2016, p. 168), inicialmente a creche era considerada como:

[...] útil instrumento de socorro às mulheres pobres e desamparadas. Ela era um recurso ligado à pobreza. Ela se destinaria às mulheres “forçadas a trabalhar”: mães solteiras, mulheres abandonadas por seus companheiros, viúvas e mulheres casadas que contribuíam com seu trabalho para aumentar o orçamento familiar. As crianças eram vistas como portadoras em potencial de maus hábitos ou infecções, e como nascidas de uniões ilegítimas. A creche era proposta como um meio para disciplinar as mães e educar as crianças nos preceitos da puericultura, como um dispositivo de normatização da relação mãe/filho nas classes populares.

Kuhlmann Júnior (2015, p. 78) também destaca que:

[..] a creche, para crianças de zero a três anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas dos Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças.

Além de ajustarem-se como guardiãs dos filhos das mães trabalhadoras, as creches também serviram para afastar as crianças pobres do trabalho servil imposto pelo sistema capitalista que se expandia. Elas foram, portanto, instrumentos de proteção das crianças frente à utilização da mão-de-obra infantil pelos donos das fábricas que se apropriaram do discurso da função moralizadora do trabalho, enaltecedo-o como uma forma salutar de impedir a ociosidade e a vagabundagem da criança, além de moldar seu caráter e favorecer a aprendizagem de uma profissão. Para esses empregadores,

[...] a ideia de que o trabalho viria regenerar e moralizar esta população desocupada e abandonada assumia a forma do exercício da caridade. Os pobres, segundo o imaginário social, eram figuras culpadas porque se recusavam a pertencer ao mundo da produção, colocando-se à margem da sociedade; por isso deveriam ser reintegrados a todo custo (RAGO, 1997, p. 139).

Entretanto, essa suposta benemerência concorria para o aumento do lucro patronal, uma vez que os salários pagos aos menores eram irrisórios e as jornadas laborais extremamente exaustivas.

---

<sup>42</sup>As primeiras creches foram criadas na Europa, no século XVIII, e na América do Norte, no século XIX. Em ambos os casos elas vieram responder às necessidades decorrentes da industrialização e urbanização (FREITAS; BICCAS, 2009). Originária da França, a creche não era, a princípio, uma instituição educativa para a primeira infância, mas algo incerto, dedicado à luta contra a mortalidade infantil e à prevenção do abandono (ARAÚJO, 2015).

A creche, contudo, não surgiu como um direito da mãe trabalhadora, mas como uma dádiva, uma benesse concedida pelos filantropos e, por esse motivo, acabou promovendo uma “pedagogia da submissão” ao pretender “preparar os pobres para aceitar a exploração social” (KUHLMANN JÚNIOR, 2009, p. 184). Esse autor também esclarece que, ao contrário dos jardins de infância criados por Froebel<sup>43</sup>, considerados instituições educativas por excelência, as creches e as escolas maternais eram assistenciais e não estavam preocupadas em educar para a emancipação, mas para a subordinação.

Embora alguns estudos façam referência à creche como lugar de guarda de crianças, e não de educação, Kuhlmann Júnior (2015) afirma que essa modalidade institucional tinha sim, um caráter educativo, apesar de não estar voltada para a emancipação dos sujeitos. Para ele, “o fato de essas instituições carregarem em suas estruturas a destinação a uma parcela social, a pobreza, já representa uma concepção educacional” (KUHLMANN JÚNIOR, 2015, p. 166).

Outro modelo institucional que se multiplicou no início do século XX foram as escolas de ensino agrícola (**aprendizados agrícolas e patronatos**), que tinham como intuito afastar dos perigos das ruas a criança e o jovem abandonado ou delinquente, além de convenientemente prepará-los para o trabalho nas lavouras. Nesse contexto, conforme Ianni (1992), o discurso em circulação, tanto dos governantes e dos porta-vozes dos setores dominantes, bem como dos intelectuais da época, passou a difundir o trabalho como uma força dignificante, que deveria combater a preguiça, a leseira, a tristeza e a luxúria. Afinal, era necessário “libertar a força de trabalho e o trabalhador do estigma criado por séculos de escravismo” (IANNI, 1992, p. 105), motivo pelo qual a apologia ao trabalho adquiriu lugar estratégico na organização da sociedade brasileira, refletindo-se, por conseguinte, nas instituições voltadas para a instrução das camadas populares como os aprendizados e patronatos agrícolas.

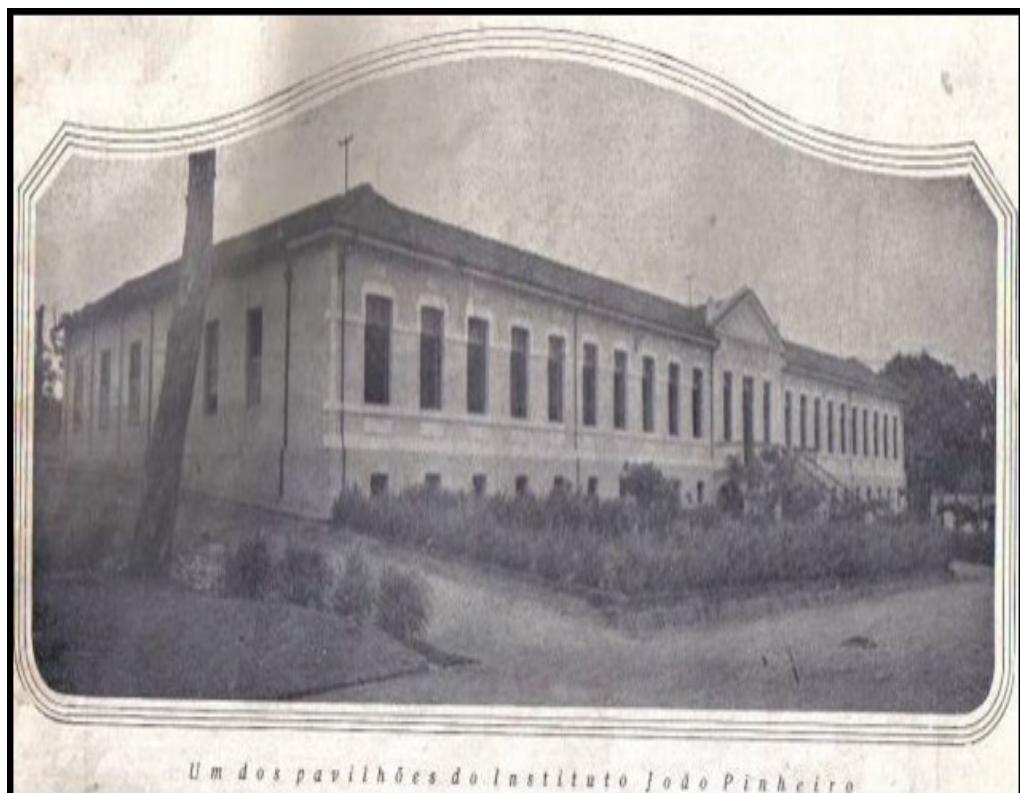
Como exemplo desse modelo institucional é possível citar o Instituto João Pinheiro, criado em 1909 em Belo Horizonte, que foi “o primeiro passo dado pelo Estado para resolver o problema da assistência à criança abandonada em Minas Gerais” (VEIGA; FARIA FILHO, 1999, p. 47).

---

<sup>43</sup>Friedrich August Froebel nasceu na Turíngia (Prússia), em 1782. Foi fundador, em 1837, dos primeiros jardins de infância (*kindergarten*, em alemão), que eram instituições voltadas para crianças em idade pré-escolar. Froebel compara a infância a uma planta, sendo a professora a jardineira. No Brasil, a primeira experiência desse tipo de modalidade institucional aconteceu no Rio de Janeiro, em 1875. Conforme Araújo (2009), a importância de Froebel vai além da ressonância histórico-educacional dos seus *kindergarten* que se espalharam de forma rápida por vários países. Ele também contribuiu com ideias caras à pedagogia moderna, como a aprendizagem por atividade centrada na liberdade, a importância do jogo, a necessidade de a escola ressoar a vida, etc.

Com o intuito de formar o cidadão republicano ordeiro, disciplinado e ajustado à sociedade, esse Instituto tinha como clientela os menores abandonados material e moralmente ou os órfãos e deserdados da sorte. A tônica desse estabelecimento era preventiva, ou seja, nele atendia-se a crianças pobres ou abandonadas que foram retiradas das ruas para evitar que no futuro enveredassem pelos caminhos da marginalidade e se tornassem um ônus social. Na imagem seguinte é possível divisar a fachada de um dos pavilhões do Instituto João Pinheiro, situado na Fazenda da Gameleira.

FIGURA 4 - Fachada de um dos pavilhões do Instituto João Pinheiro (BH) - s.d



Fonte: Almeida (2009, p. 4).

Pela imagem, que mostra um prédio amplo, arquitetonicamente bem elaborado, é possível conjecturar que o governo estava disposto em investir neste modelo institucional, já que a formação de braços para a lavoura era extremamente necessária no país que já não podia contar com a mão de obra escrava. Além do mais, as árvores e plantas presentes na imagem destacam o ambiente campestre no qual o Instituto estava construído. De acordo com Veiga e Faria Filho (1999), diversos fatores motivaram a escolha desse local para instalação do Instituto: o regime higiênico era melhor assegurado no campo que na cidade; a criança não teria contato com a rua, que era um local considerado pernicioso; a ação educativa do trabalho agrícola era reconhecida como mais eficaz e, por último, o fato de que o sistema de internamento em

pequenos grupos de regime familiar só era viável no campo, de acordo com a concepção daquela época.

Esse Instituto representava a ação filantrópica do Estado na assistência à infância desvalida ou, conforme citado por Faria Filho (2001, p. 17), tratava-se de uma “caridade oficial”. Ainda segundo esse autor, essa intervenção “poderia contribuir para a resolução de um dos grandes problemas da República: a ausência de um cidadão republicano *bem formado*”, ou seja, um cidadão preparado para o trabalho, capaz de contribuir para minorar os problemas enfrentados pela economia mineira:

Fazendo coro com diversos analistas, políticos e fazendeiros mineiros, os fundadores acreditavam na necessidade de preparar – tomando como base a criança – o futuro trabalhador nacional para o novo regime de trabalho que se procurava implantar: o trabalho assalariado (FARIA FILHO, 2001, p. 23).

Em 1910 instituiu-se o decreto nº 8.319, que defendia a criação dos aprendizados agrícolas, escolas que deveriam ser direcionadas aos filhos de pequenos cultivadores e trabalhadores rurais. Também em 1918 o decreto nº 12.893 autorizou a criação dos patronatos agrícolas, voltados especificamente para a educação de menores desvalidos (BRASIL, 1910; 1918).

Veiga e Faria Filho (1999) explicam que cada modelo institucional atenderia a um determinado público, ou seja, menores abandonados, pervertidos, delinquentes ou anormais, cujas descrições foram detalhadas anteriormente. De acordo com esses autores, no final da década de 1920 Minas Gerais contava com nove estabelecimentos de assistência a menores subordinados à Secretaria do Interior: Alfredo Pinto, localizado em Belo Horizonte e classificado como instituição de reforma para delinquentes; Lima Duarte, localizado em Barbacena e classificado como instituição de reforma para pervertidos; Abrigo Afonso de Morais, localizado em Belo Horizonte e que funcionava como um local de triagem dos menores e ainda seis escolas de preservação nas seguintes cidades: Rio Branco, São João Del Rei, Itajubá, Mar da Espanha, Ouro Fino e Uberaba<sup>44</sup>. Ainda existiam outras três instituições subordinadas à Secretaria de Agricultura: o próprio Instituto João Pinheiro e duas escolas de preservação situadas em Ouro Preto e Belo Horizonte.

Sobre a importância atribuída a esse tipo de instituição, é interessante atentar para a declaração do Ministro da Agricultura, feita em 1918:

Em todos os centros populosos cresce, dia a dia, o sombrio exército de meninos abandonados, criminosos e malfeiteiros de amanhã, pejando os

---

<sup>44</sup>A instituição localizada em Uberaba era o Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, que será apresentada posteriormente neste trabalho.

tribunais, enchendo as cadeias, em vez de constituírem **elementos computáveis da economia**. Dar a mão a essas crianças – órfãos de pais vivos – impelidas à ociosidade e ao vício, assegura-lhes uma atmosfera oxigenada de bons sentimentos, prendê-las à fecundidade da terra ou habilitá-las na tenda da oficina ou de uma profissão é transformar cada uma delas em fator de engrandecimento coletivo (BOEIRA, 2011, p. 5; grifo nosso).

As palavras do ministro não deixavam dúvidas sobre o caráter utilitarista desses modelos institucionais ao descharacterizar esses meninos enquanto sujeitos sociais, descrevendo-os como “elementos computáveis da economia”. Souza (2009), ao fazer a análise dos discursos pedagógicos no Brasil entre os anos de 1890 a 1960, conclui que a criança-aluno foi transformada em números, uma vez que “o universo social é constituído de indivíduos, de populações e de espaços que são objeto de governação por meio de números” (SOUZA, 2009, p. 196).

A análise empreendida por essa autora pode ser transposta para os discursos das autoridades governamentais acerca dos menores abandonados e das instituições criadas com o intuito de transformá-los em elementos produtivos para a sociedade, uma vez que aquelas crianças também foram objetos de técnicas de quantificação que serviam para mensurar o grau de civilização e progresso da sociedade, bem como fundamentar estratégias de intervenção na administração social por meio de dispositivos e regulamentos de controle.

Sobre os patronatos agrícolas, Irma Rizzini (2008) esclarece que aproximadamente uma década após sua criação, a maioria deles foi extinta porque havia se transformado em um “depósito de menores”, perdendo sua função educativa. Na década de 1950, inclusive, um ex-diretor do Serviço de Assistência aos Menores denunciou que alguns diretores dos patronatos utilizavam os internos como mão-de-obra escrava na lavoura de suas fazendas – as novas espécies de senzalas dos trabalhadores escravos<sup>45</sup> (Irma RIZZINI, 2008, p. 380).

Além das instituições agrícolas, o governo também criou escolas técnicas voltadas para o ambiente urbano. Foi o caso das **Escolas de Aprendizes Artífices**, instituídas pelo decreto 7.566, de 1909, o qual explicitava que:

[...] o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da

---

<sup>45</sup>Situação semelhante foi exposta na pesquisa realizada Aguilar Filho (2011), que analisa aspectos da educação brasileira entre 1930 e 1945 a partir da história de vida de meninos que foram retirados do Educandário Romão de Mattos Duarte, da Irmandade de Misericórdia do Rio de Janeiro, e levados para uma propriedade privada em Campina do Monte Alegre (SP). De acordo com o autor, “a transferência dessas crianças de nove a onze anos de idade foi respaldada pelo Código do Menor de 1927. Por uma década, estas crianças foram submetidas a uma escolaridade precária, a uma educação baseada em longas jornadas de trabalho agrícola e pecuário sem remuneração. Foram submetidos a cárcere, a castigos físicos e a constrangimentos morais em fazendas de membros da cúpula da Ação Integralista Brasileira, também adeptos declarados do nazismo” (AGUILAR FILHO, 2011, p. 8).

luta pela existencia: que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intelectual, como faze-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime (BRASIL, 1909).

Instaladas em cada uma das capitais do país, essas escolas eram, a princípio, voltadas para a aprendizagem de ofícios artesnais como alfaiataria, sapataria e marcenaria, tendo reduzida ligação com a indústria, já que atendia mais a objetivos assistenciais que necessariamente profissionais. Em Minas Gerais ela foi instalada na capital, no ano de 1910. Conforme Chamon e Goodwin Júnior (2012, p. 327), a escola “oferecia gratuitamente o curso primário, o curso de desenho e a aprendizagem de ofícios em cinco oficinas: ferraria, marcenaria, carpintaria, ourivesaria e sapataria”.

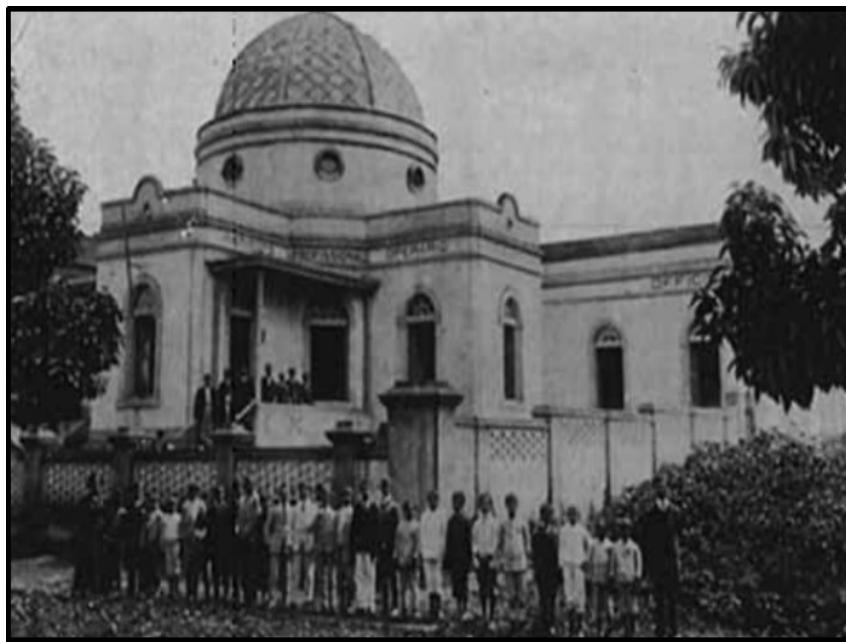
Ao procederem à analise dessa escola, esses autores também observam que apesar dela ser destinada aos menores desprovidos de fortuna, curiosamente ela foi instalada na área nobre de uma cidade que, de acordo com seu traçado arquitetônico, estava dividida em três zonas concêntricas de ocupação: central, periférica e rural.

Sendo os alunos dessa escola, filhos de operários e trabalhadores, moradores na zona periférica estabelecida para além da Av. do Contorno, o acesso à Escola os fazia percorrer as ruas da capital, num processo de mistura de classes que aparentemente contrariava o desenho hierarquizado do espaço urbano da capital (CHAMON; GOODWIN JÚNIOR, 2012, p. 333).

Além disso, a localização da escola dificultava o acesso dos alunos que, por serem pobres, não tinham condições de pagar algum tipo de transporte, sendo obrigados a fazer o deslocamento de suas residências para a escola a pé. Como consequência, chegavam na escola atrasados e cansados, fato que possivelmente dificultava a aprendizagem. Mas, por outro lado, Chamon e Goodwin Júnior (2012, p. 335) levantam a hipótese de que a localização central da Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais poderia ter como objetivo “marcar a paisagem urbana, afirmando-se como lugar de criação do moderno, de transformação do rústico em civilizado”.

De fato, analisando a fotografia da Escola de Aprendizes Artífices de Belo Horizonte (figura 5), é possível constatar que a construção arquitetônica era notória, a exemplo de outros prédios de caráter educativo construídos nesse período, com o intuito de evidenciar a proximidade entre a educação e o almejado progresso frente ao regime político instaurado no final do século anterior.

FIGURA 5 – Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais - s/d



Fonte: Chamon e Goodwin Júnior (2012, p. 332).

É interessante observar que tanto as escolas de aprendizes artífices como os aprendizados e patronatos agrícolas eram voltados para o público masculino. Embora o Código de Menores promulgado em 1927 estabelecesse a criação de escolas de preservação para menores do sexo feminino, o decreto nº. 7.680, de 03/06/1927, que regulamentava a assistência e proteção a menores em Minas Gerais, “deixa clara a preocupação do Estado em prover a pronta preservação e regeneração dos menores do sexo masculino, legando à iniciativa privada leiga ou religiosa a assistência às meninas abandonadas e delinquentes” (SILVA, 2007, p. 174), conforme verificado em seu artigo 41: “os menores abandonados do sexo feminino poderão ser entregues a **instituições particulares de assistência** ou patronato, ou a pessoas idôneas. Nesse último caso, o juiz de menores estipulará um ordenado” (MINAS GERAIS, 1927a; grifo nosso).

Essas instituições particulares de assistência quase sempre estavam vinculadas a uma entidade religiosa que, tal como acontecia nos Recolhimentos para Meninas Pobres do século anterior, citados no início dessa seção, tinham como preocupação retirar essas menores das ruas para que não se prostituíssem.

De acordo com o Código de Menores, nas escolas voltadas para meninos o governo deveria escolher as oficinas de ensino profissional a serem instaladas na instituição levando em conta a adequação à idade, força e capacidade dos menores e condições do estabelecimento. Além disso deveriam ser consideradas a procedência do menor (urbana ou rural), sua inclinação, a aprendizagem adquirida anteriormente ao internamento e seu provável destino.

Quanto às meninas, a legislação determinava que deveriam aprender os seguintes ofícios: costura e trabalhos de agulha; lavagem de roupa; engomagem; cozinha; manufatura de chapéus; datilografia; jardinagem; horticultura; pomicultura e criação de aves (BRASIL, 1927).

Concordando com Silva (2007) é possível afirmar que esta distinção de tratamento entre meninos e meninas estava relacionada ao papel que cada um dos sexos deveria desempenhar na sociedade produtiva uma vez que, “com base num discurso articulado entre as concepções médicas e jurídicas, produziu-se uma representação de infância associada à representação de nação e ideologia estatal de assistência” (SILVA, 2007, p. 174).

Wadsworth (1999), por sua vez, sugere que os modelos ideológicos e institucionais de assistência à infância idealizados e promovidos no início do século XX reconheciam que “as crianças possuíam um valor intrínseco, pois representavam a matéria-prima a partir da qual a futura força de trabalho poderia ser moldada”. O jurista Mello Mattos também chegou a afirmar que “o menor é para o Estado um valor econômico e um valor social; contribui para o desenvolvimento do povoamento, do solo e para a manutenção da integridade e da independência da Pátria; por isso, além de outras razões, a vida dos menores é preciosa à Nação” (WADSWORTH, 1999).

Esse discurso utilitarista reafirma as considerações de Enguita (1989) que, analisando o processo de ajuste da educação às novas necessidades do mundo industrial, concluiu que “a inquietude pelas crianças órfãs ou filhos de pobres não era nova, havendo nascido da preocupação pela ordem pública e pelo desperdício que, para a nação em geral, representavam seus braços inativos” (ENGUITA, 1989, p. 108).

As observações apresentadas por esses autores permitem concluir que, embora havendo uma distinção nas instituições de assistência à infância que reforçava as hierarquias sociais e de gênero, em todas elas era possível identificar uma perspectiva utilitarista na qual prevalecia a educação para o trabalho, sendo que todos – meninos ou meninas - deveriam ser devolvidos à sociedade disciplinados (as), normatizados (as) e higienizados (as). Na percepção de Irma Rizzinni (2008, p. 380),

Tratava-se de uma política voltada para o ordenamento do espaço urbano e de sua população, por meio do afastamento dos indivíduos indesejáveis para transformá-los nos futuros trabalhadores da nação, mas que culminava no uso imediato e oportunista do seu trabalho. A história destes institutos mostra que o preparo do jovem tinha mais um sentido político-ideológico do que de qualificação para o trabalho, pois o mercado (tanto industrial quanto agrícola) pedia grandes contingentes de trabalhadores baratos e não-qualificados, porém dóceis, facilmente adaptáveis ao trabalho.

Além das instituições apresentadas, a escola também foi, nos anos finais do século XIX e início do século XX, um importante instrumento de formação da população infantil. Considerando que nesse período grande parte da população brasileira era analfabeta, investir na escolarização era uma tentativa de aproximar o país do “mundo civilizado”. Nesse contexto foram criados os **grupos escolares**, que sinalizavam uma ruptura entre o passado imperial e o futuro luminoso anunciado pelo regime republicano recém-inaugurado (CARVALHO, 2003).

A educação popular, por meio dos grupos escolares, passou a ser considerada essencial na formação do novo cidadão republicano. Entretanto, grande parte das crianças não tinha acesso a essa escola, especialmente aquelas que estavam inseridas no mundo do trabalho ou que não encontravam vagas nesses estabelecimentos de ensino. Em São Paulo, por exemplo, que foi o primeiro estado a instituir os grupos escolares no Brasil em 1893, a falta de vagas e os alarmantes índices de evasão e repetência se estenderam ao longo do século XX. Conforme Souza (2006), no ano de 1944 os grupos escolares atendiam apenas 50,9% da população em idade escolar.

Já em Minas Gerais os grupos escolares foram inaugurados em 1906, com a Reforma João Pinheiro. Três anos depois, Uberaba inaugurou seu primeiro grupo escolar. Entretanto, assim como em São Paulo e outros estados brasileiros, em Uberaba também houve uma defasagem entre o número de vagas e a demanda de alunos, sendo que a cidade demorou mais de trinta anos para inaugurar seu segundo grupo escolar (SOUZA, 2012). Considerando que os filhos da classe trabalhadora tinham dificuldade para encontrar vagas nesses grupos escolares, pouco ou nada sobrava para as crianças demasiadamente pobres, que só tinham condições de aprender a ler e escrever quando inseridas em alguma instituição assistencial.

A insuficiência de escolas para todos indicava a opção do país por uma política predominantemente jurídico-assistencial, em detrimento de uma política nacional de educação de qualidade a qual todos tivessem alcance. Esta opção resultou, conforme Rizzini (2006), em um processo de dicotomização da infância: “de um lado, a *criança* mantida sob os cuidados da família, para a qual estava reservada a cidadania; e do outro, o *menor*, mantido sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis repressivas e programas assistenciais”. As instituições que ofertavam esses programas assistenciais tinham uma pedagogia diferenciada, caracterizada pela combinação entre a aprendizagem dos saberes elementares e a aprendizagem de ofícios, com ênfase na reabilitação social e na regeneração moral.

A propósito, ao longo da história da educação brasileira sempre houve uma clara distinção de uma política voltada para os filhos das elites e os filhos das camadas populares,

sendo reservadas aos primeiros as faculdades de Direito, Engenharia e Medicina, com formação preparatória para os postos de comando e, a estes últimos, os saberes elementares ou a formação técnica para inserção no mundo do trabalho. Em outras palavras, esse tipo de política educacional preconizava, segundo Saviani (2009, p. 33), “uma separação entre o ensino das elites que se destinariam ao trabalho intelectual e o ensino popular voltado para a preparação e o adestramento dos trabalhos manuais”. Os dizeres do presidente do Estado de Minas Gerais no início do século XX ilustram com propriedade essa situação:

Para o desenvolvimento da agricultura, o Estado necessita de escolas, principalmente práticas, em que o aluno, dispondendo apenas de conhecimentos teóricos indispensáveis, dirija com suas próprias mãos os instrumentos aratorios, para que depois possa também ensinar, porque, fazer uma vez, vale mais do que falar cem. O Estado precisa de escolas próprias para crianças desprotegidas da sorte, porque, infelizmente, como triste consequência legada pela escravidão, quem entre nós dispõe de recursos para estudos, em geral, não cogita do arado – pensa em diplomas e títulos científicos (MINAS GERAIS, 1902, p. 32).

De acordo com Telles (1999), as três primeiras décadas do século XX são uma continuação da tradição direcionada no século anterior de assistência à pobreza desvalida. Entretanto, no pós-30, “o assistencialismo será resgatado e redefinido pelo Estado getulista, institucionalizando e sacramentando o que os autores chamam de *gestão filantrópica da pobreza*” (TELLES, 1999, p. 97). De fato, a partir do governo de Getúlio Vargas será possível identificar mudanças no caráter dado à assistência social no país, com o fortalecimento do papel do Estado enquanto implementador de políticas sociais, sendo relevantes, neste contexto, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública; a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; a reforma do ensino e da educação pública, bem como a política trabalhista que, além de regulamentar diversos aspectos acerca da vida do trabalhador, também trazia, em sua pauta, a regulamentação do trabalho do menor (SCHWARCZ, 2015). Conforme sustentado por Carvalho (2016, p. 127), quando comparado com os períodos anteriores, “[...] não se pode negar que o período de 1930 a 1945 foi a era dos direitos sociais”. Nesse contexto, é pertinente considerar a proposição de Gomes (2005, p. 180), ao ressaltar que:

[...] a questão social surgiu então como a grande marca distintiva e legitimadora dos acontecimentos políticos do pós-30. A revolução e principalmente o estabelecimento do Estado Novo distinguiam-se de todos os demais fatos de nossa história, na medida em que afastavam-se das meras preocupações formais com procedimentos e modelos jurídicos, para mergulhar nas profundezas de nossas questões econômicas e sociais [...]. Legítimo seria o regime que promovesse a superação do estado de necessidade em que vivia o povo brasileiro, enfrentando a realidade política e econômica da pobreza das massas. Se nenhum governo dos pré-30 reconheceu a prioridade da questão social no Brasil, isto se deu justamente porque

encaravam o problema da pobreza como inevitável e até funcional para a ordem socioeconômica. Mas tal perspectiva precisava ser radicalmente transformada, uma vez que cumpria dar ao homem brasileiro uma situação digna de vida. A grande finalidade da obra revolucionária era justamente enfrentar este estado de constante necessidade em que vivia o povo brasileiro, estado desumanizador que identificava o trabalho como um apanágio da pobreza. Neste sentido, a pobreza e o trabalho precisavam entrar na cena política brasileira.

Em relação à infância, é possível constatar uma crescente preocupação com esse segmento etário nos primeiros anos do governo Vargas, com destaque para temas como a mortalidade infantil, a situação do menor abandonado e do delinquente juvenil, dentre outros. A Constituição Federal, editada em 1934, destacou-se por delimitar, na história constitucional brasileira, a passagem de um período “marcado pelo absteísmo do Estado nas relações sociais, para a democracia social, na qual o Estado se imiscui nos problemas relativos ao bem-estar da população” (COELHO, 1998). Também Cury (2009; 2010) afirma que tanto na Constituinte de 1933 quanto na Constituição de 1934 é possível antever uma maior interveniência do Estado sobre o social, com os objetivos de minimizar as desigualdades e evitar o surgimento de movimentos contestatórios. Para exemplificar as afirmativas de Coelho (1998) e de Cury (2009; 2010) é possível citar os artigo 138 e 139 da Constituição Federal de 1934 que determinavam:

Art 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; [...] c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis [...]. Art 139 - Toda empresa industrial ou agrícola, fora dos centros escolares, e onde trabalharem mais de cinqüenta pessoas, perfazendo estas e os seus filhos, pelo menos, dez analfabetos, será obrigada a lhes proporcionar ensino primário gratuito (BRASIL, 1934).

Além disso, no artigo 121 essa legislação proibia “o trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos” (BRASIL, 1934). A Constituição outorgada em 1937, por sua vez, instituiu uma série de dispositivos atribuindo ao Estado o dever de rodear a infância e a juventude de cuidados e garantias especiais. De acordo com Fonseca (1993, p. 102),

Proteger a criança, defender seus direitos, significava por extensão resguardar a própria nação. A imagem de criança que se divulgava estava intimamente associada à nova nação que o governo almejava construir- trabalhar a infância, modelar o futuro cidadão, para mudar os rumos do País. Infância e nação entrelaçavam-se, formando assim um todo único, como bem indicam as

palavras de Getúlio Vargas ao afirmar que “é preciso plasmar na cera virgem que é a alma da criança, a alma da própria Pátria”.

A política de proteção à infância implementada por Vargas contou com a criação de diversos órgãos federais especializados no atendimento a esse segmento populacional como o Departamento Nacional da Criança, a Legião Brasileira de Assistência e o Serviço de Atendimento ao Menor. Além disso, diversas associações filantrópicas de amparo à infância começaram a ser criadas a partir da década de 1930, conforme pontuado por Marcílio (2016).

Em 1940, o decreto-lei nº. 2.024 fixava “as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país” (BRASIL, 1940), criando, para isso, o Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão do Ministério da Educação e Saúde. Cabia, portanto, à Saúde, a tarefa de sanear o ambiente social, por meio da higienização dos pobres e enfrentamento dos problemas que afetavam sua vida útil e, à Educação, cuidar da formação moral e da veiculação e inculcação dos ideais do Estado Novo. Educação e Saúde, portanto, passaram a ser veículos de controle, regulação, integração e adaptação das crianças às mudanças que estavam sendo implementadas na sociedade brasileira. Considerando que o objetivo principal desse Departamento era “salvar a família para proteger a criança”, Irma Rizzini (2011, p. 270) observa que, para isso, “estava prevista a criação de uma rede de instituições, localmente dirigidas por organizações privadas, mas orientadas pelos preceitos científicos elaborados pelo DNCr”. Essas unidades de atendimento eram compostas por postos de puericultura, creches, jardins de infância, maternidades, hospitais para crianças, etc.

Na prática, durante seus 30 anos de existência o DNCr executou, dentre outras, as seguintes ações:

Realizou campanhas educativas e inquéritos médico-sociais, participou de congressos nacionais e internacionais sobre assistência materno-infantil; formou médicos puericultores; pessoal auxiliar e supervisores; produziu publicações sobre organização e funcionamento de creches; organizou cursos populares sobre puericultura para mães e responsáveis por instituições de cuidado à criança; planejou atendimento pré-escolar; incentivou a criação de Clubes de Mães, Postos de Puericultura e Associação de Proteção à Maternidade e à Infância; [...]. Organizou concursos de higiene infantil para premiar as mães que bem cuidassem dos seus filhos (VIEIRA, 2016, p. 172).

A falta de recursos para a consecução dos objetivos do DNCr promoveu sua associação com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão criado em 1942 com o objetivo de prestar assistência às famílias cujos membros tivessem sido convocados na Segunda Guerra Mundial. Posteriormente a LBA ampliou seu âmbito de atuação, prestando assistência a crianças, idosos

e doentes, compondo assim uma das estratégias assistencialistas do governo Vargas, sob comando da primeira dama Darcy Vargas.

O Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), por sua vez, era um órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior e ao Juizado de Menores, criado por meio do decreto nº. 3.799, em 1941, que atribuía ao Estado poder para atuar junto aos menores desvalidos e delinquentes (BRASIL, 1941). Esse órgão surgiu como uma tentativa de centralizar a assistência ao menor no Distrito Federal e, a partir de 1944, em todo o território nacional, conforme decreto nº. 6.865, que redefiniu suas atribuições. Antes da criação do SAM, o problema do menor vinha sendo tratado pela esfera jurídica, por meio dos Juizados de Menores. Após sua criação, a execução do atendimento foi parcialmente separada da instância jurídica, mesmo continuando vinculada ao Ministério da Justiça (Irma RIZZINI, 2011). De acordo com o texto legal, o SAM deveria:

I - sistematizar, orientar e fiscalizar os educandários, inclusive os particulares, que internam menores desvalidos e transviados; II - proceder a investigações para fins de internação e ajustamento social de menores; III - proceder ao exame médico-psico-pedagógico dos menores abrigados; IV - abrigar menores mediante autorização dos Juízos de Menores; V - distribuir os menores internados pelos vários estabelecimentos, após o necessário período de observação e de acordo com o resultado dos exames a que tenham sido submetidos, a fim de ministrar-lhes ensino, educação e tratamento sômato-psíquico até o seu desligamento; VI - promover a colocação dos menores desligados, de acordo com a instrução recebida e aptidões reveladas; VII - incentivar a iniciativa particular de assistência a menores, orientando-a para que se especializem os educandários existentes e os que vierem a ser criados; VIII - estudar as causas do abandono e delinquência da menoridade; IX - promover a publicação periódica do resultado de seus estudos e pesquisas, inclusive estatísticas (BRASIL, 1944).

Na prática, uma das principais atribuições do SAM era proceder à triagem dos menores e encaminhá-los às diversas instituições de internamento com as quais havia estabelecido contrato. Entretanto, esse órgão teve seus propósitos desvirtuados, uma vez que suas ações passaram a ser pautadas pelo clientelismo e pelo uso privado de recursos públicos. Dentre as diversas irregularidades constatadas, Irma Rizzini (2011) aponta que o SAM foi acusado de atender “falsos desvalidos”, ou seja, crianças cujas famílias tinham recursos e que eram encaminhadas aos melhores educandários mantidos pelo serviço.

Além disso, a condução do atendimento aos adolescentes tinha um teor correccional e repressivo, sem contudo garantir a reinserção do jovem, motivo pelo qual o SAM passou a ser visto como uma "escola do crime" já que, segundo Rizzini e Rizzini (2004, p. 34), a passagem por lá “tornava o rapaz temido e indelevelmente marcado”, ou seja, ele passava a era estigmatizado. Considerando que a sociedade tende a estabelecer meios de categorizar as

pessoas, conferindo atributos considerados comuns e naturais aos membros de cada uma dessas categorias, o estigma de ter passado por esse tipo de instituição tornava o indivíduo inabilitado para a aceitação social plena (GOFFMAN, 1988). Além disso, ao invés de ser um órgão que oferecesse proteção, o SAM era visto como uma ameaça às crianças e às famílias pobres. Na avaliação de Passetti (2008, p. 356),

Ao escolher políticas de internação para crianças abandonadas e infratoras, o Estado escolhe educar pelo medo. Absolutiza a autoridade de seus funcionários, vigia comportamentos a partir de uma idealização das atitudes, cria a impessoalidade para a criança e o jovem vestindo-os uniformemente e estabelece rígidas rotinas de atividades, higiene, alimentação, vestuário, ofício, lazer e repouso.

A fotografia seguinte, que retrata um grupo de meninos pertencentes a uma instituição sediada no Rio de Janeiro, ilustra de forma oportuna as palavras de Passetti.

FIGURA 6 – Menores de uma instituição sediada no Rio de Janeiro - s.d



Fonte: Rizzinni e Rizzini (2004, p. 11).

Nessa imagem é possível notar algumas estratégias utilizadas para manter a vigilância sob os meninos: a presença do inspetor que fiscalizava os garotos e o modelo arquitetônico do prédio, em forma de U, que permitia a observação de todos os movimentos daqueles que estivessem no pátio. Ao retratar o grupo de meninos com a mesma vestimenta (de shorts, sem

camisas e descalços) e cuidadosamente dispostos numa fila cujo espaço entre os corpos aparentava ter a mesma medida, produz-se uma imagem de impessoalidade e “mortificação do eu”, conforme sugerido por Goffman (1974).

Na perspectiva de Brites (2000, p. 166), “a fotografia não é reflexo do real nem ilustração, ela é dotada de uma historicidade própria, que considera novas tecnologias, formas de conceber e encarar o social. O fotógrafo, por seu turno, não é mero espectador do objeto fotografado, ele age e interfere, criando novas realidades”. Nesse sentido, ao tirar as fotografias dos meninos de corpo inteiro, a linguagem fotográfica intencionava revelar o cumprimento da função social da instituição para com a infância que era disciplinar e docilizar os corpos, preparando-os convenientemente para a subserviência.

Entretanto, embora Rizzini e Rizzini (2004, p. 11) afirmem que “a formatura [da fila] era um recurso empregado pelos inspetores dos internatos, visando o disciplinamento das crianças”, dentre os garotos que aparecem em primeiro plano, dois deles se destacam por não se submeterem a essa disciplina estabelecida no momento do registro fotográfico: o quinto menino da fila estende os braços, tentando apresentar um peito forte, e o nono menino faz o sinal de “positivo” com o dedo polegar, com o olhar voltado para a lente do fotógrafo. Utilizando as palavras de Vidal (2009, p. 37) é possível constatar, na imagem, “vestígios da subversão aos cânones da representação iconográfica [...] e às regras da instituição”.

Ainda sobre o governo de Getúlio Vargas, é oportuno mencionar as alternativas criadas que privilegiaram o trabalho como princípio educativo: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), criado em 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), criado em 1946. Ambos de iniciativa privada, ofereciam programas para a formação de mão de obra, inclusive de adolescentes. Entretanto, subjacente à ideia de prover educação técnica para a classe trabalhadora, esses serviços estavam fundamentados numa ideologia que destinava o ensino profissional às classes menos favorecidas, além de prever o enriquecimento do país por meio da utilização da mão de obra especializada. De acordo com Moraes (2001, p. 197),

[...] os setores dominantes, atentos à necessidade de reelaborar constantemente os mecanismos disciplinadores que lhes assegurassem reproduzir as condições de sua dominação, utilizaram-se do poder estatal para gestar e atualizar estratégias pedagógicas que garantissem a sujeição dos trabalhadores aos desígnios de uma sociedade marcada pelos imperativos da indústria.

De forma geral é possível dizer que a estratégia encontrada pelo Estado e pela iniciativa privada para combater o problema representado pela criança pobre e ou abandonada foi a criação gradual de um conjunto de instituições que deram suporte a uma política de controle social por meio da formação para o trabalho (Senai e Senac); da assistência à saúde (DNCr e

LBA); da recuperação dos ditos delinquentes (SAM) e de prevenção de desvios (orfanatos, institutos, etc.). Sobre este momento é pertinente considerar a análise efetuada por Silva (2007, p. 295), segundo o qual

[...] as reformas educacionais e assistenciais ao longo dos anos 20, 30 e início de 40 confirmam na lei a discriminação já anteriormente existente entre uma educação enciclopédica e propedêutica para as elites e uma formação profissional para as classes pobres, sobretudo para aqueles indivíduos potencialmente votados ao crime e ao desvio. Não por coincidência, a nova regulamentação para o ensino profissional em 1941 é concomitante à criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM). O Ministério do Trabalho será o responsável pela execução e fiscalização dessas mudanças que tinham por finalidade formar entre as classes pobres os trabalhadores úteis e capazes de cooperar com o enriquecimento da pátria brasileira.

Entre 1945 a 1964, o país passou por um período identificado como uma democracia populista que teve, dentre outras características, o predomínio da democracia, o crescimento econômico, o aprofundamento da industrialização, o aumento do consumo interno e a internacionalização da economia brasileira (PEREZ; PASSONE, 2010). No que se refere à infância, a Constituição de 1946 proibiu o trabalho de menores de quatorze anos; determinou a obrigatoriedade, em todo o território nacional, da assistência à maternidade, à infância e à adolescência e instituiu o amparo a famílias de prole numerosa (BRASIL, 1946b). Também é de 1946 a Lei Orgânica do Ensino Primário, na qual a União instituiu diretrizes centrais de regulamentação desta modalidade de ensino, fato que possibilitou sua extensão às camadas populares (BRASIL, 1946a).

A partir de 1946 as ações de proteção à infância foram fortalecidas com a criação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o intuito de fornecer assistência emergencial às crianças no período do pós-guerra. Com o tempo sua função prioritária passou a ser o desenvolvimento de políticas e campanhas de atendimento à infância em diversos países, como no Brasil, local onde a Unicef instalou-se em 1950, realizando campanhas de vacinação, nutrição e atenção a gestantes. Em 1954 a Unicef liberou recursos para implantação do primeiro Programa Nacional de Merenda Escolar no país.

Concordando com Alvim e Valladares (1988) é possível entender que a presença no país de uma instituição de porte internacional voltada para a questão da infância indicava o reconhecimento dessa matéria como algo premente, que se agravaría nas décadas seguintes mediante o processo de urbanização acelerada, que viria intensificar a desigualdade e a pobreza.

O Ministério da Saúde, criado em 1953, deu continuidade à assistência à infância, nos moldes do DNCr, além de implantar o Serviço Nacional de Merenda Escolar, possibilitando a complementação alimentar da criança na escola. Destacou-se também, nesse período, a criação

do primeiro Serviço de Colocação Familiar (1949) e a regulamentação dos serviços de adoção (1957), que proporcionaram benefícios aos adotantes e aos adotados.

Em 1959, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração Universal dos Direitos da Criança – documento que passou a orientar os países do mundo todo a respeitarem os direitos básicos das crianças. Essa declaração constituiu-se em um marco a partir do qual a criança passou a ser considerada sujeito de direitos.

Ao mesmo tempo, no Brasil, foram intensificadas as discussões acerca da política de atendimento oferecida pelo SAM e a partir da década de 1960 começou a se pensar em um novo instituto, com diretrizes opostas àquelas até então praticadas. Criou-se, assim, em 1964, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Funabem), cujo embate principal, num primeiro momento, foi enfrentar a imagem negativa deixada pelo SAM. Iniciaram-se debates entre diversos setores sociais nos quais se contrapunha a ideia de menor enquanto objeto do direito penal e menor enquanto sujeito de direitos.

## 2 - A CIDADE DE UBERABA E A INFÂNCIA (1920 A 1964)

### Uberaba de uma vez

Desde que eu ia pra escola, com os livros na sacola  
 Ingênuo, bobo mesmo, andando a esmo  
 Eu gostava de apreciar a cidade sertaneja  
 Demoroso eu perdia horas, um dia  
 Olhando passar as tropas e as boiadas  
 Vendo os carro de bois enfileirado, lentos  
 Cantando a canção do Sertão  
 Que cidade boa, pacata, provinciana  
 Costumes patriarcais, casas dos grandes beirais  
 Que davam sombra de sol, abrigo de chuva [...]  
 A tarde em frente às casas, os velhos contando histórias  
 Os moços batendo peteca, os meninos levados da breca [...]  
 Veio a vertigem, veio o progresso, tudo em excesso.  
 Ninguém mais se entende!...  
 Como está tudo tão longe...  
 Ah!... Minha Uberaba de uma vez...

Toti (1987).

O nostálgico poema em epígrafe, escrito por Gabriel Toti<sup>46</sup> em novembro de 1939, retrata as mudanças ocorridas na cidade de Uberaba<sup>47</sup> (muito embora também possa expressar a realidade de tantas outras cidades brasileiras), destacando as diferenças entre o "antes" e o

<sup>46</sup>Filho de imigrante italiano, Gabriel Toti nasceu em Uberaba, em 1889. Quando criança, foi aluno de primeiras letras da professora Emelina des Genettes e, mais tarde, do Colégio Marista Diocesano. Continuou seus estudos em São Paulo e na Itália, onde fez Arquitetura. Ao longo de sua vida também dedicou-se à literatura, jornalismo, arquitetura, música e história, além de ter sido entusiasta e fundador do futebol em Uberaba. É dele a composição da partitura do hino da cidade. Faleceu em 1967 (BILHARINHO, 2014).

<sup>47</sup>De acordo com informações obtidas no *site* da Prefeitura Municipal de Uberaba, o município de situa-se na micro-região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, estando equidistante, num raio de 500 km, dos principais centros consumidores do Brasil. Em relação à economia, os dados mais recentes obtidos sobre o município são: 15º maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de MG e 210º maior IDHM do Brasil (2010); 5º maior frota de veículos de MG, que aponta 1 veículo para cada 1,54 hab. (jan/2015); 7º maior economia de MG (2012); 7º maior gerador de empregos formais de MG (2010); 18º maior Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário de MG (2013); crescimento do PIB 2012/2013: 15,72% a.a.; PIB per capita anual: R\$34.509,00 (2013); maior centro mundial de melhoramento genético de raças zebuínas; maior polo de fertilizantes fosfatados da América Latina; líder na produção de grãos de MG. Quanto à qualidade de vida, 99% de imóveis são atendidos por rede de água; 98% de imóveis são atendidos por rede coletora de esgoto; 99,97% das residências são abastecidas de energia elétrica; 99% das vias são asfaltadas; 100% do lixo é coletado; 1 dentista para cada grupo de 268 habitantes (2015); 1 médico para cada grupo de 233 habitantes (2015); taxa de longevidade: 73,93 anos (uma das maiores do país) (2010); 140 mil pessoas frequentam salas de aula; 150 instituições de ensino que oferecem da educação infantil até a pós-graduação como também o ensino profissionalizante.

"depois", ou seja, a cidade interiorana, sossegada e sertaneja que vai se modificando ao longo do tempo, em decorrência do crescimento urbano e paralela inserção nos trilhos do progresso.

Essas transformações, entretanto, não aconteceram de forma retilínea, linear. Faz-se necessário considerar, nesse processo, a multiplicidade dos sujeitos envolvidos – desde a pequena criança “materialmente e moralmente abandonada” até os grandes coronéis da região<sup>48</sup> – e os confrontamentos que acontecem entre eles na construção dessa nova experiência urbana.

A opção por dedicar, nesse trabalho, uma seção à história de Uberaba, tem como objetivo fazer uma incursão no tempo e no espaço, ou seja, no universo no qual os sujeitos que constituíram a infância empobrecida da cidade estavam inseridos. Tal incursão parte do princípio de que, para analisar o fenômeno do abandono e da institucionalização das crianças, é necessário levar em consideração as crenças, os valores, a cultura e o modo de vida das pessoas que compunham aquela sociedade. Afinal, conforme Machado, Maia e Labegalini (2007, p. 97), “o pesquisador que opta pela pesquisa histórica, ou seja, pela constituição de um objeto assentado num tempo e/ou espaço passado, necessita obter certas informações e conhecimentos a respeito do momento histórico escolhido para o desenvolvimento da pesquisa”.

A primeira parte dessa seção, portanto, tem como escopo analisar se a cidade que evoluiu de “Arraial da Farinha Podre”<sup>49</sup> a “Princesa do Sertão” e posteriormente a “Capital do Zebu” também evoluiu na forma de lidar com a infância pobre e abandonada que vivia em seus limites territoriais.

---

<sup>48</sup> A formação social e política do Brasil foi marcada, sobremaneira, pelo coronelismo. Para Leal (1975, p. 20), “não é possível, pois, compreender o fenômeno [do coronelismo] sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil”. Gualberto (1995, p. 15), por sua vez, assevera que os coronéis são “criadores de códigos de comportamento social bem brasileiros, numa sociedade fechada à cidadania e centrada nas grandes famílias oligárquicas”. No caso de Uberaba, Wagner (2013) destaca que uma das formas encontradas pelas famílias que constituíam as elites uberabenses para manter seu poder e hegemonia foi por meio da prática de casamentos entre a parentela. Dessa forma “os *fazendões* eram poupadados, ou seja, não ocorreria a união de duas famílias de origens diferentes, acarretando o risco, caso o casamento terminasse, de divisão dos bens e da fortuna do referido casal. Portanto, o casamento entre a parentela poupava a herança e unia os *fazendões*” (WAGNER, 2013, p. 113).

<sup>49</sup> De acordo com Rischiteli (2005), existe uma lenda que prevalece no imaginário uberabense que explica que o termo “Farinha Podre” advém do momento em que os desbravadores do sertão demarcavam o caminho percorrido com sacolas de couro contendo farinha, deixadas nas árvores. Ao retornarem, a farinha estava apodrecida. Outra interpretação atribui essa denominação à similaridade de suas terras com uma região com essa denominação em Portugal. Ainda segundo Rischiteli (2005), a região recebeu outras denominações ao longo do tempo, como Novo Sul, Novos Descobertos do Paranaíba e Tabatinga, além de outras que faziam referência às regiões próximas de Uberaba e Sacramento. Com o tempo essas povoações ganharam importância política e o termo Sertão da Farinha Podre foi se generalizando e, gradativamente, tornou-se o nome de toda área de influência exercida, principalmente pela cidade de Uberaba. Para Antonio Borges Sampaio, por exemplo, a história de Uberaba era a própria história do Sertão da Farinha Podre.

A segunda parte da seção, por sua vez, continuará analisando a forma como a sociedade local lidava com a infância pobre e abandonada, porém sob a perspectiva da imprensa, já que ela colocava em evidência a problemática situação dos menores que, aos olhos da elite, eram considerados inoportunos.

## 2.1 Uberaba: de “Princesa do Sertão” a “Capital do Zebu”

No final do século XIX Uberaba tinha grande importância na região do Triângulo Mineiro, destacando-se por ser um expressivo núcleo comercial e também por ser um ponto de lazer e convívio social. Por esse motivo, visitar a cidade que havia assumido a "responsabilidade de ser o centro dispersor de civilidade em uma região quase deserta" (RISCHITELI, 2005, p. 85) significava “tomar um banho de civilização” (REZENDE, 1991, p. 96).

A exuberância de suas atividades econômicas e sociais em relação aos municípios vizinhos lhe rendeu o epíteto “Princesa do Sertão”<sup>50</sup>. Posteriormente, o pioneirismo na produção do gado zebu, cujas primeiras matrizes foram trazidas da Índia, e na realização de exposições anuais da raça indiana projetaram nacionalmente o nome da cidade, que ficou conhecida como a “Capital do Zebu”.

A importância atribuída a essas duas designações se consubstancializou no escudo municipal que traz, dentre outros símbolos, a imagem de uma coroa, fazendo alusão à alcunha “Princesa do Sertão”, e de um touro, representando a raça zebuína. Esse conjunto de símbolos que pertencente ao escudo, criado em 1928, resume de forma expressiva a história do município:

[...] Quanto à coroa de príncipe, rememora ela a antonomásia já antiga hoje secular, atribuída a Uberaba: “princesa do sertão”. Na parte inferior do escudo um touro zebu de ouro, com patas dianteiras erguidas “possante” ou “furioso”, como se diz em tecnologia heráldica – Recorda – papel notável e a riqueza criada pela importação do gado indiano no centro principal de Uberaba, por iniciativa uberabense (PONTES, 1978, p. 1).

---

<sup>50</sup>De acordo com Freitas (2014), o cognome “Princesa do Sertão” foi cunhado por Ruy Barbosa, em 1919, quando este estava em campanha presidencial, ao referir-se à cidade de Feira da Santana (BA). Freitas sugere que a utilização desse epíteto por Ruy Barbosa foi um recurso discursivo que teve tão somente a intenção de servir de arma de sedução política para somar votos necessários à vitória. A partir de então, outras cidades foram também apelidadas com esse título, como Caxias e Barra do Corda, no Maranhão (cf. respectivamente, PESSOA, 2007 e EVERTON, 2016); Caetité, na Bahia (cf. ALMEIDA, 2016); Rio Preto, em São Paulo (cf. CAMPOS, 2004). De acordo com levantamento feito por Oliveira, D. (2007) as cidades de Conceição do Coité (BA), Nossa Senhora da Glória (SE), Serra Talhada (PE), Carolina, Caxias e Colina (MA) também receberam esse título.

Tendo como referência esses dois marcos significativos que compõem a história do município, essa seção abordará alguns pontos importantes sobre a trajetória de Uberaba, perpassando os tempos áureos do apogeu comercial, o declínio dessa atividade econômica e o soerguimento da economia mediante a produção da raça zebuína. Essa trajetória se estenderá, de forma sintetizada, até o início da década de 1960, quando se encerra o recorte temporal dessa pesquisa, apresentando alguns aspectos do desenvolvimento da cidade que, de acordo com Fonseca (2010b, p. 10), queria “convencer a todos e a si mesma” que era “próspera, civilizada e metropolitana”. Na medida do possível, a história do desenvolvimento de Uberaba cidade dialogará com a história da infância local, trazendo à tona particularidades acerca do tratamento dispensado às crianças, especialmente as mais pobres, durante o período em apreço.

Uberaba surgiu a partir de um povoado que, com a decadência das atividades de mineração na região do Desemboque, partiu em busca de um local propício para o desenvolvimento de atividades agropastoris, se instalando na região conhecida como Farinha Podre, por volta de 1812. Nascia, então, o Arraial de Santo Antônio e São Sebastião da Farinha Podre, que à medida que foi crescendo pôde “galgar as hierarquias seculares” (DANTAS, 2009, p. 3) que lhe permitiu evoluir de arraial para freguesia e vila, atingindo, em 1856, a categoria de cidade, ficando conhecida pelo nome de Uberaba (SAMPAIO, 1971).

O crescimento e o desenvolvimento desse povoado deram-se em função de sua localização geográfica e de suas terras, propícias para as atividades agropecuárias (LOURENÇO, 2007; REZENDE, 1991; LOPES, 1985). A localização geográfica também favoreceu as atividades comerciais da cidade, uma vez que ela ligava o sudeste e o centro-oeste brasileiro, ou seja, o litoral e o sertão. Com isso, ampliaram-se as vias de transporte na região, aumentando a importância estratégica de Uberaba, que passou a destacar-se como um importante entreposto comercial.

No ano de 1889 a Cia de Estrada de Ferro Mogiana, cuja sede estava localizada em Campinas (SP), chegou a Uberaba. Tal fato contribuiu enormemente para a projeção da cidade e a intensificação da economia local, possibilitando, inclusive, que Uberaba atingisse seu apogeu comercial. No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, Uberaba era o município mais importante do Triângulo Mineiro<sup>51</sup>, além de estar entre os mais importantes do estado.

---

<sup>51</sup>No recenseamento de 1920, o município de Uberaba tinha uma população de 59.807 habitantes, sendo, portanto, o mais povoado do Triângulo Mineiro, seguido por Araxá (46.866 habitantes) e Patrocínio (44.087 habitantes). O mesmo recenseamento destacava a proeminência econômica do município que possuía 41 indústrias extractiva/fabril e empregava, ao todo, 487 pessoas, com valor de produção de 2.171:300\$. Para compreender a distinção do município de Uberaba em relação aos demais, é oportuno observar que o município de Araguari -

A chegada dos trilhos ferroviários também favoreceu a vinda de imigrantes para a cidade que contava, conforme dados publicados no Almanch Uberabense de 1909, com 877 imigrantes das seguintes nacionalidades: 467 italianos, 132 espanhóis, 111 portugueses, 86 sírios, 47 franceses, 16 alemães, 3 austríacos, 3 argentinos, 3 africanos, 3 paraguaios, 2 chineses, 2 suíços, 1 polaco e 1 norte-americano (APU, 1909). Para Dantas (2009), a entrada dos imigrantes europeus contribuiu para que a cidade adquirisse uma aparência mais moderna, uma vez que eles se destacaram tanto nas atividades econômicas quanto nas sociais e culturais.

Dantas (2015) também assevera que a chegada da ferrovia em Uberaba trouxe para a população expectativa de progresso e inclusão em um mundo mais moderno, rompendo com o significado negativo do sertão ermo<sup>52</sup> e do passado sertanejo. Para essa autora, tais transformações eram “condição *sine qua non* para inserção na nova ordem que ia se definindo ao longo do século XIX e princípios do século XX” (DANTAS, 2015, p. 139).

A partir de então foi desencadeado um significativo processo modernizador no município, expresso por meio da criação de alguns marcos simbólicos como clubes literários e esportivos, livraria, teatro, restaurantes, hotéis, confeitarias, etc. Eram novos espaços sociais que estavam sendo fabricados para atender aos anseios da classe proprietária que se despontava. Além disso, Uberaba estava antenada com o que acontecia no mundo, uma vez que mantinha relações com as grandes metrópoles, conforme sintetizado nesta frase de caráter extremamente ufanista que circulava pela cidade: “Paris, Rio de Janeiro, Uberaba” (REZENDE, 1991, p. 96). Na imagem seguinte é possível observar um anúncio publicitário de um estabelecimento comercial de Uberaba, de 1906, cuja denominação, em francês, denotava todo esse ensejo de modernidade da sociedade local.

---

que ocupava o segundo lugar em termos de produção - possuía 14 indústrias, empregava 152 pessoas e apresentava uma produção cujo valor era de 885.000\$. Uberaba também tinha destaque na agropecuária, ocupando a primeira posição na criação do rebanho bovino e, embora não liderasse na produção de arroz e milho, ocupava posição de destaque (ISOBE, 2008).

<sup>52</sup>Conforme Isobe (2008), na conformação do espaço geográfico mineiro é possível delimitar as minas - regiões do circuito aurífero - e os sertões - nos quais foi implantada a pecuária extensiva e a produção agrícola. Isobe também defende que o termo “sertão” é polissêmico, pois apresenta diferentes sentidos, variando de acordo com o enunciante e apresentando acepções e valores que ultrapassam a noção espacial. Entretanto, de modo geral, “os sertões relacionam-se com a ideia de *vazio*, sinalizam para a ausência de *civilização* e, portanto, precisavam ser colonizados (ISOBE, 2008, p. 17).

FIGURA 7 - Anúncio publicitário (1906)



Fonte: Almanaque Uberabense (APU, 1906).

Outro aspecto que evidenciava a relevância de Uberaba dentre as demais cidades das redondezas foi o fato de que em 1896 ela passou a sediar o bispado, que até então estava instalado em Goiás. Posteriormente, em 1907, o papa Pio X autorizou que o Triângulo Mineiro se separasse da diocese de Goiás, criando em Uberaba uma nova diocese, que ficou sob os cuidados do bispo D. Eduardo Duarte Silva. A partir de então a cidade passou a contar com "todos os direitos, honras e prerrogativas, de que gozam e fruem as demais cidades existentes no Brasil, e seus habitantes, que têm Sé Episcopal" (NABUT, 1987, p. 43), fato que ressaltou a presença e influência do catolicismo na cidade e região, conforme será destacado posteriormente.

Entretanto, a proeminência obtida pela cidade em relação às atividades comerciais começou a ruir ainda no final do século XIX, quando os trilhos da estrada de ferro foram prolongados, em 1895, até a cidade de Uberabina (atual Uberlândia) e, no ano seguinte, até Araguari. Isso fez com que Uberaba perdesse a liderança comercial exercida em relação a Goiás e Mato Grosso, já que esses estados passaram a negociar diretamente com aquelas duas cidades. A partir de 1911, com a inauguração da Estrada de Ferro Noroeste, que ligava Bauru a Corumbá, a cidade encerrou as atividades comerciais mantidas com São Paulo e Mato Grosso (REZENDE, 1991).

A solução encontrada para o soerguimento da economia e enfrentamento da perda do *status* de cidade polo do comércio triangulino foi o investimento nas atividades agropastoris, com destaque para a criação do gado zebu, importado diretamente da Índia, que se acomodou com facilidade às condições naturais das terras uberabenses, cuja região é ecologicamente adaptada à pecuária extensiva (WIRTH, 1982). A propósito, desde o final do século XIX alguns pecuaristas da cidade já haviam introduzido essa raça na cidade, tendo em vista o melhoramento do rebanho local (REZENDE, 1991).

Sobre a repercussão advinda dessa nova atividade econômica, Rezende (1991, p. 114) afirma que ela “passou a liderar, em caráter quase absoluto, a vida sócio-econômica, anulando grandemente a partir deste período até a década de 1930, as características marcantes deixadas pela atividade comercial”. À medida que a produção do gado zebu foi se consolidando no município, tornou-se notória a lucratividade proveniente de sua comercialização:

A importação direta do zebu tornou-se rentável para os grandes fazendeiros, a ponto de os mesmos abrirem uma firma especializada na compra direta do gado zebu da Índia. Os proprietários desta firma são coroneis que, mesmo com o declínio da atividade comercial no município de Uberaba, reconstruem seu poder hegemônico para efetivarem suas relações de poder no espaço e, consequentemente, lucrarem com todo o processo econômico [...] (WAGNER, 2006, p. 106).

Apesar de ser uma região economicamente forte, as relações estabelecidas por Uberaba (assim como todo o Triângulo Mineiro) com o restante do estado eram tênuas, com reduzida capacidade de influência nas decisões políticas, fato que pode ser constatado, conforme estudos realizados por Martins (2003), na análise das nove primeiras legislaturas de deputados federais de Minas Gerais (1890 – 1917) nas quais verificou-se que o Triângulo Mineiro possuía a menor porcentagem de representantes na Câmara Federal do Estado.

Aliás, desde o final do século XIX, quando Uberaba ainda exercia a liderança comercial na região, as relações com a capital mineira eram enfraquecidas, sendo que o fato de a Cia Mogiana de Estrada de Ferro ser uma empresa paulista contribuiu para reforçar a dependência do Triângulo em relação a São Paulo (FONSECA, 2010a; DANTAS, 2009)<sup>53</sup>. Além disso, Martins também observa que, de acordo com os dados obtidos nos Anuários Estatísticos de Minas Gerais, bem como na obra memorialística de Pontes (1978) e Mendonça

<sup>53</sup>De acordo com Dantas (2009), a formulação identitária dos habitantes do Triângulo Mineiro remonta ao século XVIII, quando o Sertão da Farinha Podre pertencia às capitâncias de São Paulo e Goiás. Mesmo com a anexação a Minas Gerais, o Triângulo Mineiro continuou mantendo estreitas relações – econômicas, culturais e até mesmo políticas – com o estado de São Paulo. Wirth (1982, p. 77), por sua vez, afirma que “o Triângulo e grande parte do Sul pareciam pertencer naturalmente ao mercado paulista, com o qual estavam ligados através de boa estrada e comunicação por via férrea. Os guias comerciais de São Paulo incluíam os municípios do Triângulo, no final, em letra miúda”.

(2008), não foi possível identificar a presença de nenhum político da região ocupando cargos no primeiro escalão do executivo mineiro durante toda a Primeira República.

Para esse autor, o resultado desse isolamento político foi a falta de interesse do governo estadual em realizar investimentos na região na área de infraestrutura – o que favoreceria o incremento de suas potencialidades econômicas e comerciais - bem como melhorias na área da educação e assistência, conforme será tratado posteriormente.

Segundo Pontes (1978, p. 149), “há muito, o Triângulo Mineiro vinha se mantendo, só entregue aos seus próprios recursos, esquecido, completamente, do governo estadual que apenas dele se lembrava para recolher o produto das arrecadações de impostos”. Além de não trazer melhorias para a região, o governo estadual também havia suspendido algumas conquistas, conforme apresentado por Rezende (1991, p. 88): “[...] em evidente oposição a Uberaba, o governo estadual suprimiu várias instituições de peso: fechou o Instituto Zootécnico, a escola Normal e transferiu o Batalhão da Polícia sediado na cidade”.

Entretanto, embora não havendo investimentos substanciais em infraestrutura e outros setores que trariam benefícios para a população, seja por parte do governo municipal, estadual ou federal - a classe pecuarista defendia seus interesses ferrenhamente, conforme verificado em Rezende (1991, p. 34):

Nos anos de 1910/12, aportaram no Brasil, e especialmente no Triângulo Mineiro, várias levas importadas sob o patrocínio do Ministério da Agricultura (compostas por lotes de zebu totalizando cerca de 720 reses). Esta decisão é o resultado da pressão dos criadores mineiros, sobre os deputados na Câmara, exigindo a votação de leis que estabelecessem facilidades e auxílios aos importadores. Um decreto federal (nr. 6454 de 18/04/1907), já havia regulamentado a importação de animais de raça.

A situação da cidade de Uberaba naquele contexto permite compará-la, de forma metafórica, a uma ilha. De acordo com Pontes (1978), o investimento nas atividades agropastoris permitiu que a cidade gerasse sua própria economia, sem depender de outras regiões: “Uberaba, insulando-se, libertou-se, afinal, da dependência daquelas praças e se entregou, animadamente, à agricultura e indústria pastoril, as quais colocam este município em lugar de marcado destaque no Brasil Central” (PONTES, 1978, p. 97).

Outros autores, entretanto, não enxergam a situação da cidade com o mesmo otimismo de Pontes. Para Martins (2003), conforme já apontado, o fato de Uberaba e toda região triangulina estarem insulados do poder político central serviu para dificultar ainda mais seu desenvolvimento. Fonseca (2010a, p. 33), por sua vez, pondera que “Uberaba virou um decadente núcleo urbano ilhado por formidáveis pastagens de gado”. Na perspectiva de Wagner

(2006), o fortalecimento da atividade pecuária contribuiu para a formação de ilhas dentro do próprio município, isolando as elites compostas pelos grandes fazendeiros do restante da população:

[...] o desenvolvimento econômico do município de Uberaba não ocorreu paralelamente ao enriquecimento dos grandes fazendeiros: o que constatamos foram alguns segmentos de desenvolvimento ou pequenas *ilhas isoladas* no município, representadas pela elite agrária [...]. Esta elite, portanto, não contribuiu para o desenvolvimento do município, pois além da continuidade do seu poder ali estabelecido acabou perpetuando o desemprego, o analfabetismo, a ausência de investimento no setor produtivo, de maneira que o município de Uberaba se transformou em uma grande fazenda a serviço dos coronéis (WAGNER, 2006, p. 131; 134).

Ainda de acordo com essa autora, essa elite agrária - composta por coronéis fazendeiros - detinha não somente o poder econômico, mas também político. Na maioria das vezes eles utilizavam o título de coronéis "como instrumento de poder na condução das práticas e na reelaboração constante do contexto hegemônico, seja no âmbito político, econômico ou social" (WAGNER, 2013, p. 44). Sendo assim, eles "ditavam regras, impunham a sua vontade não só na política, como também na economia do município, eram os que *pagavam a conta* e decidiam o desenrolar do cotidiano dos indivíduos" (WAGNER, 2013, p. 45).

Essa avaliação apresentada por Wagner encontra respaldo em Ferreira<sup>54</sup> (1928), que teceu severas críticas aos pecuaristas da cidade no livro Terra Madrasta, um povo infeliz:

Há muitos anos que os BORGES, os RODRIGUES DA CUNHA e os PRATAS, infelizmente, dominam em nossa terra, sem ter proporcionado o menor benefício para sociedade, a não ser o exclusivismo da criação bovina. Ricos, abastados, podiam criar outras indústrias novas, de ótimos resultados, de melhores benefícios para a comunhão social, mas não o fazem, absorvidos no *dolce far niente* da pecuária, na facilidade da criação de enormes rebanhos que demandam pequeno esforço, diminuto número de empregados, insignificante despesa e em empréstimos a juros de 1 ½% ao mês!... É a lei do menor esforço em plena execução. Além disso, sem cultivo algum, sem ao menos saberem administrar em regra as suas fazendas, elas querem também fazer "política", querem ser dirigentes, querem ser *leaders* e... até administradores de um município de 9.664 km<sup>2</sup>!... E as consequências estão aí aos olhos de todo o mundo... Uberaba é a terra mais atrasada do globo! Este é o prejuízo material que elas causam (FERREIRA, 1928, p. 169-170; grifos do autor).

---

<sup>54</sup>O escritor Orlando Ferreira (Doca), que viveu entre 1886 a 1957, tornou-se conhecido por enfrentar as elites econômicas, políticas e religiosas uberabenses. Expulso do seminário, afastou-se da Igreja católica e aderiu ao espiritismo, além de simpatizar-se por ideais "de esquerda". Suas obras, publicadas entre 1919 a 1948, são diversificadas e polêmicas, abrangendo temas como o anticlericalismo, críticas às elites locais e aos esportes, defesa do comunismo e espiritismo (VILELA; MOLINAR, 2011).

Além de censurar a classe pecuarista, Ferreira também criticou a paisagem urbanística local afirmando que, pelo seu aspecto, "Uberaba está em completo abandono, com as ruas sujas, cheias de capim, vassoura e buracos". Para ele, o título atribuído à cidade de "Princesa do Sertão" não era apropriado, pois ela deveria ser chamada de "Mucama do Sertão" (FERREIRA, 1928, p. 48).

Apesar do estado de empobrecimento em que a cidade se encontrava, a elite agrária fazia questão de ostentar sua riqueza mediante a construção de casarões imponentes, de acordo com as tendências dos grandes centros urbanos, inclusive do exterior. Nessa ambiência, a opulência dos sobrados e casarões dos grandes fazendeiros, que "imprimia marcas pontuais na cidade" (WAGNER, 2006, p. 126), contrastava com as casas simples da maioria da população. Tratava-se, conforme Baczko (1985), de uma "projecção dos imaginários sociais no espaço", uma vez que, para esse autor,

a organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas (o centro opõe-se a periferia, o "acima" opõe-se ao "abaixo", etc.). A arquitectura traduz eficazmente, na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando para isso a escala monumental, os materiais "nobres", etc. (BACZKO, 1985, p. 313).

FIGURA 8 - Residência do sr. Guiomar Rodrigues da Cunha<sup>55</sup> - s.d



Fonte: Revista Graça e Beleza<sup>56</sup> (APU, 1946a).

<sup>55</sup>Local onde hoje funciona o Hotel Tamareiras.

<sup>56</sup>A revista uberabense *Graça e Beleza* começou a circular em 1942. O objetivo da publicação era "concorrer de algum modo para o desenvolvimento das letras no interior", sendo "aberta a todos os ideais, a todas as

Na imagem anterior (figura 8) é possível observar um destes casarões, cuja fotografia foi publicada em destaque na contracapa de uma revista uberabense com a seguinte legenda: “A magnífica e suntuosa residência do sr. Guiomar Rodrigues da Cunha, opulento fazendeiro e criador, situada na rua Olegário Maciel, esquina de Carlos Rodrigues”. Pela imagem é possível constatar que o casarão era, de fato, luxuoso, e sua arquitetura destacava-se no cenário urbano, juntamente com outras residências pertencentes aos fazendeiros locais. Infere-se, assim, que a elite agrária não economizava recursos para evidenciar sua riqueza entre seus pares e legitimar seu poder frente à sociedade.

Pelas imagens que seguem (figuras 9 e 10), ambas com data de 1904, é possível ter ideia de como era Uberaba no início do século XX, onde as vias, mesmo as principais (como a rua do Comércio), ainda não eram calçadas e em alguns pontos pedestres e carroceiros transitavam em meio à terra e ao mato. Na fotografia da rua do Comércio (figura 9) observa-se adultos e crianças em meio aos estabelecimentos comerciais e sobrados que compunham a paisagem urbanística central. Já a figura 10 retrata a Igreja Santa Rita e, a sua frente, o córrego da Lages<sup>57</sup>.

FIGURA 9 – Rua do Comércio (1904)<sup>58</sup>



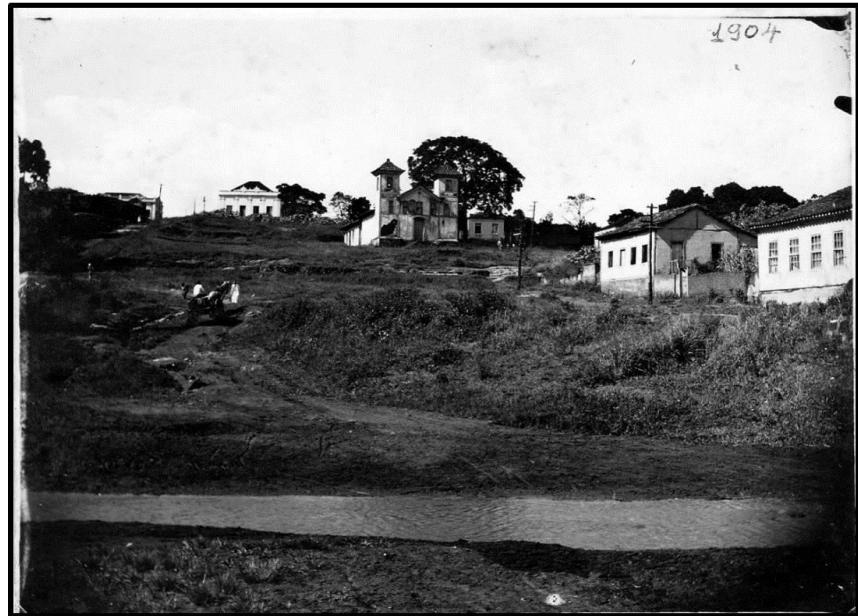
Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

impressões e inquietudes do ambiente". Publicava artigos, crônicas, poemas e contos. Continha pelo menos quatro seções femininas permanentes (correspondências, conselhos de beleza, receitas e orientações para as mães). Publicava constantemente fotografias de moças e crianças de Uberaba e cidades homenageadas, bem como atrizes do cinema estadunidense (BILHARINHO, 2015, p. 53). Alguns exemplares dessa revista encontram-se disponíveis para consulta no Arquivo Público de Uberaba.

<sup>57</sup>Atual Av. Leopoldino de Oliveira.

<sup>58</sup>Atual Rua Arthur Machado.

FIGURA 10 – Igreja Santa Rita (1904)



Fonte: Museu da Capela do CNSD.

Ao descrever a configuração da cidade no início do século XX, Dantas (2013, p. 229) observa que:

Na Praça Rui Barbosa está construída a Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus, onde, na primeira metade do século XX, ocorriam as principais (e mais concorridas) celebrações e festividades da cidade. E em seu entorno estavam não somente as construções mais luxuosas (os palacetes e os “bungalows”) das famílias mais ricas, também as principais casas comerciais e prédios públicos como a Câmara de Vereadores. Do outro lado do Córrego das Lages, a Rua do Comércio que, levava à estação Mogiana, a Igreja do Rosário e em suas adjacências, a Praça Comendador Quintino onde foi construído o Grupo Escolar Brasil e outros prédios comerciais e de serviços. Nessa porção da cidade residia a maior parte da população de baixo poder aquisitivo e a população imigrante.

Embora o Córrego das Lages servisse de delimitador, separando as moradias das pessoas mais pobres daquelas mais abastadas, as ruas e praças eram espaços de circulação comum nos quais se aproximavam (e também se confrontavam) esses diferentes habitantes citadinos. Tal fato permite reportar a Veiga e Faria Filho (1999, p. 27), que apresentam situação semelhante ocorrida na capital mineira no século anterior:

Ao longo do século XIX, as diferentes situações econômicas, políticas e culturais produziram uma interferência cada vez maior das elites no controle do espaço urbano e na regulamentação da vida pública e privada dos sujeitos. Os usos da rua foram objetos frequentes de normatização por meio dos códigos de posturas municipais, particularmente no que se refere à circulação e à permanência de escravos e de pessoas livres pobres.

Moura (1999) também tece importantes considerações acerca do espaço da rua, ao analisar a realidade da capital paulista na transição do século XIX para o XX:

A rua, além de sediar o dinamismo do setor terciário, de testemunhar o desenvolvimento das indústrias no ritmo dos operários a caminho do trabalho, bem como o peso da economia informal, é espaço social dos mais ativos nos bairros paulistanos. Nos bairros pobres, é nelas que se reproduzem as brincadeiras entre as crianças, a conversa e também as brigas da vizinhança, o restrito lazer operário[...]. Mas, a rua é, também, o espaço do ócio, do comportamento visto como imoral, o espaço do crime, o espaço onde se reproduzem formas de sobrevivência tidas como verdadeiramente marginais, onde as misérias sociais estão em permanente e contundente exposição. É, enfim, o espaço no qual a ordem estabelecida tem de lidar com sua própria vulnerabilidade: o ambiente das ruas - onde se reproduzem códigos e modelos diversos de comportamento - torna-se ameaçador (MOURA, 1999).

Sem ter a pretensão de aproximar realidades distintas – tanto em relação ao número de habitantes como em relação à extensão geográfica e às atividades econômicas desenvolvidas – pode-se afirmar que, resguardadas as devidas proporções, também em Uberaba as vias públicas eram vistas como espaço de perigo, de corrupção e de desvios, motivo pelo qual foram submetidas a um processo disciplinador e normatizador. Desde 1864 a cidade já contava com um Código de Posturas<sup>59</sup>, que tinha como intuito normatizar e ordenar os espaços, bem como moralizar e sanear comportamentos. De acordo com Rodrigues (2009, p. 42), o Código de Posturas pretendia:

[...] delinear uma cidade na qual predominassem características que pudessem agregar positividade a urbe. De forma geral, a norma contrapunha-se aos aspectos que denotavam um "atraso" que, na visão do legislador, relacionava-se ao universo rural, pois procurava delimitar ou mesmo extinguir determinadas práticas e modos de viver "inerentes" ao campo dentro do espaço urbano.

Além disso, as leis expressas no Código de Posturas também "se prendiam à normatização dos indivíduos, os quais em diferentes situações se movimentavam pela urbe, interferindo na consecução dos projetos de cidade ideal" (RODRIGUES, 2009, p. 25). Dentre esses indivíduos é preciso considerar as crianças pobres, adjetivadas como vadias e vagabundas, uma vez que elas não tinham o encanto daqueles "meninos levados da breca" que inspiraram Gabriel Toti ao compor o poema que iniciou essa seção. A presença desses meninos e meninas pelas ruas da cidade chamou a atenção do jurista Felício Buarque, que em 1904 redigiu um extenso artigo publicado na Revista de Uberaba cujo título era "A criminologia em Uberaba:

---

<sup>59</sup>O primeiro Código de Posturas de Uberaba, elaborado em 1864, está contido no Livro de Atas da Câmara Municipal (de 08/01/1857 a 02/03/1871), no Arquivo Público de Uberaba. O segundo Código de Posturas foi editado no ano de 1927.

ensaio de criminologia local". No texto ele incluiu, dentre outros temas, o problema da infância ociosa e da mendicância existentes na cidade:

Nesta cidade, onde vivem numerosas creanças, valendo-se da caridade pública para manterem, ás mais das vezes, a ociosidade e outros vícios paternos e maternos, já deveria haver um instituto de instrucção e educação, em que aprendessem a ler, a escrever e a praticar em artes e officios e, assim, adquirissem habitos de amor ao trabalho. A regulamentação da mendicidade, completada com o estabelecimento de asylos e hospícios para mendigos, impediria o triste exemplo de apresentar-se-nos quase diariamente uma legião de pedintes, em que os aptos para o trabalho se confundem com os inaptos, alguns armando á commiseração publica e outros com ameaças extorquindo esmola. Sé deste modo haveria punição efficaz para a mendicidade criminosa, prevista nos artigos 391 a 395 do Código Penal (APU, 1904, p. 67).

A inserção do problema das crianças pobres que mendigavam pela cidade em um tratado de criminologia ratificava o pensamento usual daquela época de que o pauperismo estava associado à criminalidade e a condutas anti-sociais. Felício Buarque também reclamava, no excerto citado, da falta de um "instituto de instrucção e educação, em que [as crianças] aprendessem a ler, a escrever e a praticar em artes e officios". De fato, a cidade carecia de mais escolas, situação que interferia nos índices de alfabetização, conforme constatado neste excerto jornalístico publicado aproximadamente cinco anos depois que Felício Buarque redigiu seu artigo na Revista de Uberaba:

Quando para nada servisse a estatística, a célebre estatística municipal, ao menos fez certas revelações interessantes. O município de Uberaba conta atualmente com população de cerca 33.500 habitantes. São 23.500 brancos, 6.500 pardos, 3.500 negros. Dos 33.500 habitantes subtraindo 7.000 crianças de menos de 6 anos, sobra uma população de 26.500 pessoas. Destes 18.000 não sabem ler, restando 8.500 que gozam deste benefício. No município de Uberaba pois 70% de sua população é analfabeta. Em se tratando da principal cidade do triangulo mineiro esta cifra é desalentadora. Pode-se objetar que aqui, como nos Estados Unidos, a população negra, que não frequentou ou pouco frequenta a escola, avulta bastante a porcentagem dos analfabetos (GAZETA DE UBERABA, 28/11/1909, p. 1).

É interessante observar que, embora os apresentados dados no jornal não relacionassem a cor da pele com o grau de instrução, o jornalista deixou explícito que a população negra "avultava bastante a porcentagem dos analfabetos" no município. Tratava-se de um momento em que a instrução era restrita a poucos, não oferecendo oportunidades aos filhos e filhas da população negra procedente da escravidão.

A propósito, em 1909 - três anos após a promulgação da Reforma João Pinheiro, que instituiu os grupos escolares em Minas Gerais – foi inaugurado o primeiro grupo escolar da

cidade, que recebeu a denominação Grupo Escolar de Uberaba<sup>60</sup>. Tal fato foi importante para a infância local, haja vista que oportunizou a um número significativo de crianças o acesso ao ensino gratuito em uma escola de grande porte, bem diferente das pequenas escolas primárias existentes até então. A inauguração dessa instituição despertou a curiosidade da população e foi motivo de comemoração, conforme observado na fotografia que segue, na qual é possível constatar a presença de diversas pessoas, aparentemente bem vestidas, já que tratava-se de um evento que foi extremamente importante e significativo para aquela comunidade.

FIGURA 11 - Inauguração do Grupo Escolar Uberaba (1909)



Fonte: Guimarães (2007, p. 97).

Além disso, pela imagem é possível constatar que, diferentemente das pequenas escolas primárias existentes até então, o grupo escolar era uma construção de grande porte, cujo tamanho e a beleza arquitetônica deram visibilidade à instituição, que chegou a ser qualificada como “templo do bem”, conforme registrado por Guimarães (2007). Entretanto, com o passar do tempo, constatou-se que um único grupo escolar não era suficiente para atender a demanda de alunos, uma vez que havia considerável número de crianças que, por falta de vagas, não tinha acesso ao ensino primário.

<sup>60</sup>Conforme Guimarães (2007), a partir de 1927 a instituição passou a se chamar Grupo Escolar Brasil.

No recenseamento realizado em 1920 foi registrado um relevante aumento da população da cidade<sup>61</sup>, que passou a contar com 59.807 habitantes, de acordo com os dados da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A quantidade de crianças e jovens era bastante significativa, sendo superior à população adulta, que perfazia apenas 40,75% do total, conforme observado na tabela 1:

TABELA 1 - População de Uberaba por idade (1920)

<b>Idade</b>	<b>População</b>
Menos de 1 mês	123
Menos de 1 ano	1.754
1 a 9 anos	16.962
10 a 14 anos	8.000
15 a 20 anos	8.591
Mais de 21 anos	24.322
Idade ignorada	55
<b>TOTAL</b>	<b>59.807</b>

Fonte: Brasil (1928, p. 167).

Considerando que Uberaba não oferecia escolas em número suficiente para que a população infanto-juvenil pudesse ocupar parte de seu tempo, era grande o número de crianças circulando pelas ruas da cidade, seja mendigando, praticando atos de vandalismo, furtando, vadiando ou, simplesmente, brincando pelas vias públicas, conforme amplamente noticiado pela imprensa local. Tal fato representava um incômodo para a sociedade, que se via no direito de cobrar, dos dirigentes, mecanismos de controle que permitissem o disciplinamento moral e a manutenção da ordem pública.

O recenseamento de 1920 também apresentava os seguintes dados em relação ao grau de instrução da população:

---

<sup>61</sup>No recenseamento de 1920 estão incluídos os distritos de São Miguel de Veríssimo, N. S da Conceição das Alagoas e N. S. das Dores do Campo Formoso, que também faziam parte do município de Uberaba.

TABELA 2 - População de Uberaba que sabia/não sabia ler e escrever (1920)

		Sabem ler e escrever			Não sabem ler e escrever				
		0 a 6 Anos	7 a 14 anos	Mais de 15 anos	Total	0 a 6 anos	7 a 14 anos	Mais de 15 anos	Total
Uberaba	86	3.198	12.169	15.453	8.831	5.612	10.643	25.086	
Demais distritos	14	654	2.953	3.621	4.623	3.821	7.203	15.647	
Total	100	3.852	15.122	19.074	13.454	9.433	17.846	40.733	

Fonte: Brasil (1929, p. 661).

Mesmo desconsiderando a população de 0 a 6 anos, que usualmente não era alfabetizada nessa idade, ainda assim era alto o número de pessoas sem um mínimo de instrução no município. Dentre aqueles que tinham entre 7 e 14 anos, 71% não sabia ler e escrever e, dentre aqueles que tinham mais de 15 anos, 54%, ou seja, mais da metade também não era alfabetizada. Além disso, é oportuno lembrar que os critérios para definir se uma pessoa sabia ler e escrever não eram muito rigorosos. Muitas vezes, saber ler e escrever o próprio nome era suficiente para que uma pessoa integrasse a categoria dos alfabetizados. De qualquer forma, os dados expressos na tabela vão ao encontro do que foi apresentado por Ribeiro (2005), segundo a qual entre o final do século XIX e início do século XX, mais de dois terços da população brasileira era analfabeta.

TABELA 3 – População de Uberaba por profissão (1920)

	Profissão	Homens			Mulheres			Total		
		0 a 20 anos	Mais de 21 anos	Total	0 a 20 anos	Mais de 21 anos	Total	0 a 20 anos	Mais de 21 anos	Total
	Agricultura	2.897	8.504	11.401	41	141	182	2.938	8.645	11.583
	Criação	61	150	211	2	---	2	63	150	213
	Caça e pesca	2	6	8	---	---	---	2	6	8
Extração	Pedreiras	3	46	49	---	---	---	3	46	49
	Minas, salinas	---	1	1	---	---	---	---	1	1
Indústrias	Têxtil	6	17	23	---	13	13	6	30	36
	Couros, peles	---	2	2	---	---	---	---	2	2
	Madeira	10	38	48	---	---	---	10	38	48
	Metalurgia	47	158	205	---	---	---	47	158	205
	Cerâmica	7	59	66	---	---	---	7	59	66
	Produtos químicos e análogos	2	---	2	---	---	---	2	---	2
	Alimentação	6	67	73	---	1	1	6	68	74
	Vestuário e toucador	100	235	335	94	372	466	194	607	801
	Mobiliário	23	77	100	---	---	---	23	77	100
	Edificação	178	752	930	---	---	---	178	752	930
Transporte	Aparelhos de transporte	8	46	54	---	---	---	8	46	54
	Produção e transmissão de forças físicas	1	16	17	---	---	---	1	16	17
	Relat. às ciências, letras e artes - Indústria de luxo	10	60	70	---	---	---	10	60	70
	Outras	2	53	55	---	1	1	2	54	56
	Marítimos e fluviais	2	14	16	---	---	---	2	14	16
	Terrestres e aéreos	124	472	595	---	---	---	124	472	595
	Correios, teleégrafos e telefones	17	27	44	---	1	1	17	28	45

(continua)

(conclusão)

Profissão		Homens			Mulheres			Total		
		0 a 20 anos	Mais de 21 anos	Total	0 a 20 anos	Mais de 21 anos	Total	0 a 20 anos	Mais de 21 anos	Total
	Bancos, câmbio, seguros, comissões	1	24	25	---	---	---	1	24	25
Comércio	Comércio propriamente dito	158	839	997	6	38	44	164	877	1041
	Outra espécies de comércio	3	68	71	2	4	6	5	72	77
Força Pública	Exército	6	61	67	---	---	---	6	61	67
	Polícia	9	73	82	---	---	---	9	73	82
Administração pública	Federal	1	17	18	---	---	---	1	17	18
	Estadual	2	20	22	---	2	2	2	22	24
	Municipal	1	60	61	---	---	---	1	60	61
Administração particular		12	24	36	---	1	1	12	25	37
Profissões liberais	Religiosas	---	22	22	---	---	---	---	22	22
	Judiciária	---	32	32	---	---	---	---	32	32
	Médicas	23	130	153	---	15	15	23	145	168
	Magistério	9	89	98	17	69	86	26	158	181
Ciências, letras e artes		3	57	60	1	---	1	4	57	61
Pessoas que vivem de suas rendas		---	50	50	---	18	18	---	68	68
Serviço doméstico		38	59	97	208	335	543	246	394	640
Mal definidas		197	459	666	32	30	62	229	499	728
Profissão não declarada e sem profissão	0 a 14 anos	12.991	---	12.991	13.034	---	13.034	26.025	---	26.025
	15 a 20 anos	1.177	---	1.177	3.856	---	3.856	5.033	---	5.033
	mais de 21 anos	---	283	283	---	10.159	10.159	---	10.442	10.442
TOTAL		18.137	13.177	31.314	17.293	11.200	28.493	35.430	24.377	59.807

Fonte: Brasil (1930, p. 170-171)

Analisando a tabela 3 constata-se que, em relação à faixa etária, os dados apresentados colocaram em uma mesma categoria pessoas de 0 a 20 anos, fato que impossibilita o levantamento quantitativo e a análise de forma separada do tipo de trabalho exercido pelas crianças e jovens da cidade tendo como referência apenas essa fonte. Entretanto, as informações apresentadas no final da tabela em relação àqueles que se incluíam na categoria “profissão não declarada e sem profissão” permitem levantar alguns pontos relativos ao trabalho infanto-juvenil.

Ponderando que a população situada entre 0 a 14 anos era de 26.839 pessoas, conforme resultado obtido após somatória da população com menos de 1 mês, menos de 1 ano, 1 a 9 anos e 10 a 14 anos (dados apresentados na tabela 1) e, destes, 26.025 foram incluídos na categoria “profissão não declarada e sem profissão” (conforme dados apresentados ao final da última coluna da tabela 3), restaram 814 pessoas dessa faixa etária que provavelmente que exerciam algum tipo de atividade laboral. Quanto à população de 15 a 20 anos, que era de 8.591 pessoas (também de acordo com os dados da tabela 1), 5.033 estavam inclusos na categoria “profissão não declarada e sem profissão” (conforme dados da tabela 3), o que permite depreender que os 3.558 jovens restantes estavam inseridos no mundo do trabalho.

Considerando que nessa época já era intensa a exposição nos jornais acerca da situação dos menores que viviam pelas ruas - espaços que adquiriram, conforme Moura (1999), uma identidade perversa devido ao fato de reproduzirem códigos e modelos diversos de comportamento - é possível inferir que o pertencimento desses jovens, mesmo aqueles que tinham menos de 14 anos, ao mundo do trabalho, era bem visto pela sociedade, uma vez que “[...] a atividade produtiva emerge como caminho que permitirá redimir todos os males. Identifica-se no trabalho a dupla função de preservar a criança e o adolescente do contato com o vício, e de recuperar, resgatar do vício” (MOURA, 1999).

Aqui cabe também questionar o que representava, tanto para quem elaborou os itens do recenseamento como para quem os respondeu, uma “profissão não declarada e sem profissão”. Provavelmente, dentre os 31.058 jovens que se incluíram nessa categoria, muitos, de fato, não exerciam uma atividade laboral. Contudo, é possível conjecturar que alguns deles exerciam atividades não formais consideradas “bicos” ou, conforme Pinto (1994), “improvisações de meios de sobrevivência”. O mesmo pode ser pensado em relação aos adultos (maiores de 21 anos) que se incluíram na categoria “profissão não declarada e sem profissão” (10.442 pessoas) ou que declararam ter “profissão mal definida” (728 pessoas), totalizando 11.170 pessoas.

De acordo com Pinto (1994), essas pessoas provavelmente eram trabalhadores (as) que não estavam submetidos à organização disciplinar do trabalho e que tinham, por consequência, uma noção de tempo e espaço alternativa, onde trabalho e lazer se misturavam e se completavam. Entretanto, o fato desses trabalhos se desenvolverem em períodos irregulares não deveria caracterizar os trabalhadores como vadios, como era comum no imaginário social da época.

Também chama a atenção, nesses dados estatísticos, que o número de mulheres exercendo o magistério (86) estava bem próximo ao número dos homens (98). Embora o recenseamento não detalhasse em qual segmento escolar esses profissionais atuavam (ensino primário ou secundário), é possível supor que a maioria das mulheres compunha o quadro do magistério primário uma vez que, ao longo do século XX, a escola primária se tornou um campo profissional majoritariamente feminino (LOURO, 2004).

Ainda de acordo com os dados relacionados, a atividade que congregava maior número de pessoas era a agricultura, fato que justifica a concentração de mais da metade da população nos distritos, povoados e fazendas. Dentre as atividades urbanas, o setor industrial era o que mais empregava, sendo constituído por 1.531 trabalhadores. A propósito, desde o final do século XIX algumas pequenas indústrias – de cerveja, de macarrão, de cerâmicas e outras – foram instaladas na cidade por iniciativa, principalmente, dos imigrantes italianos. Nessa época também foi instalada a Fábrica de Tecidos do Cassu, empreendimento de maior porte e genuinamente triangulino, conforme dados coletados em Riccioppo Filho (2007). As atividades industriais eram seguidas pelas comerciais, que empregavam 1.143 trabalhadores.

Apesar de estampar números significativos tanto na indústria quanto no comércio quando comparada com os municípios vizinhos, Uberaba mantinha, ainda, traços eminentemente rurais. Somente a partir da década de 1930 é que a cidade passou por transformações – assim como outras regiões do país - que contribuíram para alavancar o processo de urbanização. De acordo com Ribeiro e Silva (2009, p. 57), “o Brasil da década de 30 sofre modificações indicadoras de um incipiente processo de modernização econômica e social. Neste momento no país aparecem as marcas de uma urbanização vinculada com a industrialização atraindo pessoas para a cidade”.

Dentre as melhorias urbanísticas do município de Uberaba que se sobressaíram a partir de 1930 é possível citar a edificação de mais de 600 quilômetros de estradas de rodagem; a construção de avenidas e estradas; o calçamento das ruas centrais da cidade; a instalação do tratamento da água e do esgoto e a inauguração do campo de aviação. Uberaba continuava se

destacando na pecuária tendo construído, nessa década, o Parque de Exposição Agropecuária e realizado a primeira Exposição de Gado Zebu (FERRARI et al, 2011).

Tais melhorias tinham como um de seus propósitos melhorar o aspecto da cidade, conferindo à urbe ares modernos e progressistas. Por ocasião do calçamento das vias, por exemplo, os relatórios da prefeitura informavam que essa era “uma providência que se impõe de toda forma. Não é possível continuar o regime de capinar permanentemente as ruas, tapar buracos com cascalhos, etc. Isso só se adapta hoje aos logares atrasados e não a cidades adeantadas e progressistas como Uberaba” (APU, 1932, p. 175-176).

Apesar dessas melhorias na paisagem urbana, a cidade tinha outros problemas estruturais que afetavam, principalmente, a população mais pobre e suas crianças:

O estado sanitário de Uberaba é dos mais precários. Atravessamos agora a época do ano em que o obituário de nossa cidade apresenta as cifras mais alarmantes. Aliás, o próprio povo já sabe exatamente que é nos meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro que a mortalidade é maior entre nós. E essa mortalidade apresenta o seu quociente maior e mais contrastador entre as crianças. Durante esses quatro meses do ano, a mortalidade infantil atinge a cifra espantosa de mais de quarenta por cento do obituário geral. E é exatamente nesta época que os distúrbios de origem gastro-intestinal fazem o maior número de suas vítimas. Cada ano assistimos, neste período, a um verdadeiro surto epidêmico de infecções do aparelho digestivo [...]. É inegável que reside na água um dos fatores do mal. Infelizmente, o nosso serviço de água carece de perfeição. E é exatamente um dos problemas mais angustiantes em que nos debatemos (LAVOURA E COMÉRCIO, 20/11/1934, p. 1).

Os altos índices de mortalidade infantil na cidade mobilizaram um grupo de médicos que fundou, em 1935, a Casa da Criança, inaugurada no ano seguinte na Praça Frei Eugênio<sup>62</sup>. De acordo com dados registrados no Histórico do Hospital da Criança,

[...] o expediente se estendia desde as 7 horas da manhã até 4 da tarde, havendo no período da manhã distribuição de leite aos lactantes carentes [...]. A Casa da Criança era uma instituição sustentada pela caridade do povo e dos médicos, e assim o foi durante um quarto de século, sendo que nessa fase recebia ajuda irrigária dos governos municipal, estadual e federal (APU, s.d, p. 4).

Além de oferecer assistência médica às crianças doentes, a Casa da Criança também desenvolvia atividades de promoção da saúde, como por exemplo a Semana da Criança<sup>63</sup>, cuja

<sup>62</sup>Em 1937 a Casa da Criança foi transferida para a rua Dr. Lauro Borges, onde funciona até os dias atuais. Em 1941 teve sua denominação alterada para Hospital da Criança.

<sup>63</sup>A Semana da Criança havia sido idealizada pela Cruzada Pró-infância – entidade fundada em São Paulo, em 1930 - e realizada pela primeira vez em 1931. A concretização desse evento contou com os veículos de comunicação disponíveis (imprensa, rádio, cinema) para divulgar suas propostas, cujo carro-chefe era o fortalecimento da raça por meio do investimento na saúde da criança. A 1<sup>a</sup> Semana da Criança se estendeu do dia 12 a 18 de outubro, com a seguinte programação: 12- Dia da Raça; 13- Dia do Lactante; 14- Dia da Criança

finalidade era “despertar no povo a necessidade imediata de uma coordenação de todos os esforços na direção da assistência e proteção à criança, cercando-a de cuidados tais que ela possa se desenvolver em toda a sua plenitude para amanhã se constituir em elemento de alta valia” (APU, s.d. p. 5). Para divulgação desse evento, Uberaba utilizou tanto os jornais locais como a estação de rádio da cidade, denominada Pre 5:

As irradiações ao microfone da PRE 5: Ontem, dia dedicado á Raça, ao meio dia e meio, ocupou o microfone o dr. José Mendonça, que disse, com brilho e eloquência, uma página admirável sobre a raça e o valor da criança como elemento decisivo para o engrandecimento do Brasil e para a formação de uma humanidade melhor. A senhora Zuleika Costa leu também uma linda e expressiva crônica de sua autoria, exaltando a raça e a infância. Hoje, dia dedicado à criança asilada e hospitalizada, ocupou o microfone o dr. Antonio Sabino que traçou, com grande felicidade, os aspectos mais importantes da necessidade de hospitalização eficiente da criança pobre [...]. Amanhã, dia do lactente, falará, ao meio dia e meio, o dr. Cacildo R. da Cunha e a senhorinha Ziza Rodrigues da Cunha (LAVOURA E COMÉRCIO, 13/10/1939, p. 4)<sup>64</sup>.

Em um contexto fortemente marcado pelas ideias eugenistas, investir na melhoria da raça significava investir no futuro, sendo necessário para isso combater os principais males que impediam a realização desse propósito, ou seja, a ignorância e a miséria do povo. Conforme Bonfim (2017, p. 99), “[...] as expectativas de progresso civilizatório associam-se às ideias de melhoramento humano e regeneração nacional, favorecendo o aparecimento de propostas salvacionistas de revigoramento da nação por meio da educação, do sanitarismo, da eugenia”.

O sr. Dr. Paulo Rosa, vem, de tempos a esta parte, desenvolvendo, pela imprensa local, uma campanha salutar e patriótica sobre as questões sanitárias de Uberaba, e apontando, em linguagem simples e fluente, as causas determinantes do elevado obituário desta cidade, principalmente do infantil que atinge a proporções assustadoras [...]. Lamenta, e percebe-se que o faz com profundo sentimento de filantropia, a grande mortalidade que se verifica em Uberaba, acusando a ignorância de noções de puericultura como fator responsável por esse desenlace. De fato, essa causa – a falta de educação sanitária – é das que têm trazido, por toda parte, maior contingente à mortalidade infantil. Esta também tem profundas raízes enterradas no analfabetismo que ainda se alastrava entre as mães, tornando-as, como diz Clovis Correia, “impermeáveis ás ideias e pensamentos escritos” e, por isso mesmo, dificultando a difusão de conhecimentos higiênicos, entre elas, por meio da linguagem escrita, que seria a pedra de toque para a realização dessa grande obra educativa. Pensamos que a propaganda ou melhor, a educação sanitária das mães analfabetas [...] deve ser ministrada pela enfermeira visitadora especializada – com tempo integral – que fosse de casa, levando às mães as

---

Asilada; 15- Dia da Criança Hospitalizada; 16- Dia da Criança que Estuda; 17- Dia da Criança que Trabalha; 18- Dia das Mães (MOTT, 2003).

<sup>64</sup>Conforme observado na programação, o evento realizado em Uberaba buscava seguir os mesmos temas propostos na Semana da Criança idealizada pela Cruzada Pró-Infância. Além disso, Uberaba também utilizou os meios de comunicação locais (rádio e televisão) para divulgação da Semana.

noções indispensáveis de puericultura (LAVOURA E COMÉRCIO, 28/11/1934, p. 1)

O discurso propagado nessa matéria do jornal era bastante semelhante a tantos outros disseminados pelo país, desde o início daquele século, assegurando a soberania da higiene no combate aos problemas de saúde; responsabilizando a ignorância das famílias pelos problemas sociais que incidiam diretamente nos índices de mortalidade infantil e salientando a importância de uma “convergência identitária entre saúde, educação e nação” (FREIRE; LEONY, 2011, p. 202).

Dando continuidade às ações médicos-higienistas disseminadas no início do século e que resultaram na “apropriação médica da infância” (RAGO, 1979), na década de 1930 - no bojo do regime político do Estado Novo - a classe médica mantinha a legitimidade de seu discurso, dessa vez focado no fortalecimento e aperfeiçoamento da raça como forma de evitar o desperdício de vidas humanas revelado nos altos índices de mortalidade infantil.

Uberaba, naquele momento, estava sob a gestão do prefeito Whady Nassif (1937 a 1943) sendo que, conforme Silva (2006, p. 19), “as mudanças administrativas a nível local estavam vinculadas às transformações tanto estaduais quanto nacionais iniciadas em 1930 e aceleradas com o golpe de Getúlio Vargas em 1937”. O governo de Whady Nassif foi marcado por algumas melhorias na estrutura urbana, como a ampliação e duplicação das principais avenidas da cidade; implementação dos serviços de telefonia; inauguração da Usina de Pai Joaquim, que melhorou o abastecimento de energia elétrica no município, anteriormente feito de forma irregular (FERRARI et al, 2011).

Silva (2006), entretanto, reforça que as políticas de saneamento e desenvolvimento social do governo de Nassif estavam estritamente vinculadas ao projeto político do Estado Novo. Para essa autora, tanto as mudanças na estrutura urbana quanto nas questões sociais promoveram melhoria da qualidade de vida das pessoas, “não porque a preocupação principal fossem as pessoas, mas porque fortalecia o Estado Novo” (SILVA, 2006, p. 72). A fala dessa autora é endossada por Marshall (1994) que, a partir de uma visão foucaultiana, explica que os indivíduos:

[...] tornam-se instrumentais aos fins do Estado. A justiça, o bem-estar e a saúde são importantes para os indivíduos, não porque eles são bons em si para os indivíduos, mas porque eles aumentam a força do Estado. Os investimentos na saúde e na educação são agora investimentos instrumentais no indivíduo, a serem sacados mais tarde pela crescente força do Estado (MARSHALL, 1994, p. 30).

No âmbito da infância, uma das ações de destaque empreendida no governo de Whady Nassif foi a criação, por meio do Centro de Saúde de Uberaba, de um lactário que posteriormente recebeu seu nome. A criação desse lactário foi decorrente das determinações do Ministério da Saúde que deram ênfase às campanhas nacionais de saúde pública e combate a endemias.

No lactário, que era o único existente em todo o Triângulo Mineiro, a mãe obtinha atendimento pré-natal, além de receber acompanhamento para os filhos, tanto os lactantes como aqueles em idade pré-escolar e escolar. Em 1940, uma extensa reportagem jornalística publicada no *Lavoura e Comércio* trazia como título “Preparando as gerações futuras: [...] o diretor do nosso serviços sanitário atende o patriótico apelo do presidente Vargas em prol da assistência à infância”. O maior objetivo do lactário, segundo o jornalista, era:

Dar a essa organização uma amplitude tal de maneira que possa ser atendido o maior número possível de crianças que necessitam dos seus benefícios. As necessidades de amparar a nossa Infância são patentes, estão na consciência de todos e bastaria uma ligeira observação sob o obituário e sobre a morbidade da população de Uberaba para que as vissemos com maior clareza (LAVOURA E COMÉRCIO, 28/09/1940, p. 2).

Embora o lactário tivesse finalidades elevadas, uma vez que contribuiria para melhorar a saúde das crianças e consequentemente diminuir a mortalidade infantil, é preciso não perder de vista que sua implantação estava inserida num propósito maior, de caráter eugenista, uma vez que o estímulo ao aleitamento materno e a uma boa alimentação infantil permitiria que as crianças crescessem fortes e sadias, garantindo assim a continuidade e o aprimoramento da raça.

No que diz respeito ao progresso científico da higiene, seus benefícios para os indivíduos são inegáveis. Não se trata de negar ou desvalorizar a importância destes fatos. O que importa é notar que a própria eficiência científica na higiene funcionou como auxiliar na política de transformação dos indivíduos em função das razões do Estado (COSTA, 1989, p. 32).

Na década de 1940 foi possível constatar algumas mudanças no aspecto estrutural da cidade, tais como a vinda de novas indústrias; o início dos trabalhos de remodelação da rede de distribuição elétrica e a duplicação de avenidas. O parque industrial contava com diversas fábricas como a de tecidos, de derivados do leite, de móveis, de calçados. No setor agrícola era abundante a produção de feijão, milho, cana de açúcar e arroz. O potencial pecuário continuou conferindo destaque à cidade, que passou a exportar o gado zebu para os Estados Unidos, México e outros países da América Central (FERRARI et al., 2011).

A década de 1940 e o início da década de 1950 também trouxeram melhorias para Uberaba no âmbito da educação primária, com a inauguração de cinco novos grupos escolares:

Grupo Escolar Minas Gerais (1944)<sup>65</sup>; Grupo Escolar América (1946); Grupo Escolar Uberaba (1948); Grupo Escolar Dom Eduardo (1950) e Grupo Escolar Professor Chaves (1950). Boulanger Pucci, que foi o prefeito municipal entre 1947 a 1951, ficou, inclusive, conhecido popularmente como o “Prefeito da Instrução” devido à grande quantidade de escolas inauguradas durante sua gestão, tanto na área urbana como rural (FERRARI et al., 2011).

Quanto aos índices de alfabetização, o recenseamento de 1940 apresentou os seguintes números em relação a Uberaba:

TABELA 4 - Pessoas de 5 anos e mais que sabem ler e escrever (1940)

		Pessoas de 5 anos e mais			
		Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever	
Total		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Uberaba	58.979	16.783	16.043	11.809	14.344
Cidade	37.071	12.544	13.113	4.401	7.013
Vila – Água Comprida	235	90	49	34	62
Quadro rural	21.673	4.149	2.881	7.374	7.269

Fonte: Brasil (1954, p. 238).

Conforme observado, houve um progresso no índice de alfabetização em relação ao ano de 1920, pelo menos no que se refere à população total e à população “da cidade”. Entretanto, na zona rural os números ainda deixavam a desejar, uma vez que apenas 32% da população sabia ler e escrever. A hipótese levantada por Sousa (2017, p. 82) é a de que esses valores eram resultantes do ritmo de desenvolvimento do município, que “priorizou a agropecuária como principal eixo econômico fortalecendo a permanência de parte da população próximo as áreas de criação de gado, não criando condições de acesso ao ensino primário”.

A tabela seguinte mostra a população de Uberaba, por idade, de acordo com o recenseamentos realizado em 1960:

<sup>65</sup>Esta instituição foi criada em 1927, porém seu prédio foi emprestado para o Batalhão da Força Pública Mineira, que só deixou as instalações em 1944. Sendo assim, de 1909 a 1944 a cidade de Uberaba contou com apenas um grupo escolar, fato que dificultou o acesso das crianças à escola. De acordo com Souza (2012), essa situação revela descaso do poder público para com a educação, visto que “não houve preocupação do governo mineiro em acelerar as obras de construção do novo quartel, muito menos em obter outro prédio para instalação do grupo escolar” (SOUZA, 2012, p. 187).

TABELA 5 - População de Uberaba por idade (1960)

IDADE	POPULAÇÃO
0 a 4	11.204
5 a 9	11.059
10 a 14	10.507
15 a 19	9.881
Acima de 20 anos	44.930
Total	87.581

Fonte: Brasil (1960).

Conforme constatado na tabela anterior, na década de 1960, quando encerra o recorte temporal dessa pesquisa, Uberaba já contava com uma população de 87.581 habitantes, sendo que quase metade (48,69%) tinha entre 0 a 19 anos. A propósito, todo o país registrou um aumento significativa do segmento pertencente a essa faixa etária, não somente na década de 1960 mas também nas anteriores:

Mantendo por um período de quase cem anos um percentual muito elevado da população jovem (acima de 50%), o país viu sua população de zero a 19 anos crescer consideravelmente em todos os períodos intercensitários. Chama especialmente a atenção o crescimento verificado entre 1950-60 (9 milhões a mais, o que representa um aumento relativo de 36,2%) se confrontado com o da década anterior [...] (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 9).

O expressivo aumento de crianças e jovens de 0 a 19 anos - que se concentravam, principalmente, nos segmentos mais pobres do país - foi um desafio tanto para o Estado como para a iniciativa privada:

Com efeito, paralelamente ao processo de modernização e industrialização que o país conheceu a partir dos anos 50, assistir-se-ia a uma urbanização acelerada, concentrada, que apesar de apresentar um relativo dinamismo do emprego industrial, geraria acentuados níveis de desigualdade e pobreza (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 9).

Em relação à escolarização, o censo de 1960 não trouxe apenas a quantidade de pessoas que sabiam ler e escrever, mas também a quantidade de estudantes, conforme observado na tabela 6:

TABELA 6 - Pessoas de 5 anos e mais de Uberaba que sabem ler e escrever e que estudam (1960)

<b>Idade</b>	<b>Total</b>	<b>Sabe ler e escrever</b>	<b>Estudante</b>
5 a 9	11.059	2.900	3.961
10 a 14	10.507	8.246	7.257
15 a 19	9.881	8.666	3.784
20 e mais	44.930	33.884	2.449
<b>Total</b>	<b>76.377</b>	<b>53.696</b>	<b>17.451</b>

Fonte: Brasil (1960).

Nota-se, nesses dados, que mais da metade da população sabia ler e escrever. Esses números corroboram a análise empreendida por Rosa, Lopes e Carbello (2015, p. 172), segundo as quais a melhoria nos índices de alfabetização "coincidem com os períodos em que houve maior fomento das políticas e ações voltadas para a expansão das oportunidades educacionais, materializadas sob a forma de expansão do número de instituições", como foi o caso de Uberaba, que teve um aumento significativo de grupos escolares no final da década de 1940 e início da década seguinte.

FIGURA 12 - Vista aérea de Uberaba (1960)



Fonte: Superintendência do Arquivo Público de Uberaba - Fotógrafo: Colombo.

A fotografia anterior mostra a vista aérea do centro da cidade de Uberaba na década de 1960, ou seja, época que finaliza o recorte temporal dessa pesquisa. Na ocasião, mais da metade da população vivia na zona urbana. A cidade, pelo menos no que se refere à área mais central, não apresentava traços precipuamente rurais como no início do século. A análise dessa fotografia permite fazer alusão a Borges (2008, p. 106), que identifica as cidades como "espaços por excelência da mudança social, da absorção das inovações tecnológicas e das trocas simbólicas, enfim, termômetro dos novos tempos". Nesse sentido é possível notar, pela fotografia, diversas mudanças ocorridas na estrutura física local: presença de prédios, ruas asfaltadas, veículos em circulação; quantidade de casas construídas, etc.

## 2.2 Crianças e pobres sob a mira da imprensa

O pesquisador que se propõe a conhecer a história de Uberaba encontra, como principais referências, obras da memorialística oficial assinadas por Sampaio (1971), Mendonça (2008) e Pontes (1978). Tais obras têm significativa relevância para a historiografia local, uma vez que retratam os primórdios civilizatórios de uma das mais antigas cidades do Triângulo Mineiro e que foi, inclusive, a mais importante do Oeste de Minas até meados do século XX.

Além de apresentar a evolução histórica da cidade, a maior preocupação desses memorialistas foi descrever aspectos históricos, políticos e econômicos inerentes ao desenvolvimento do município ou, conforme definido por Andrada (1978), eles relatam como foi penosa a caminhada desses pioneiros frente ao processo de ascensão social e econômica da região. Esses escritos, portanto, estão voltados para os feitos dos "grandes homens" que construíram a história da cidade, não dando visibilidade à população infantil e outras minorias existente na cidade desde sua fundação.

Por esse motivo, para tentar compor um cenário, ainda que incompleto e fracionado, da história da infância que viveu em Uberaba, é necessário recorrer a outras fontes de pesquisa, ouvindo a voz dos adultos pertencentes a diferentes campos do saber (pais, professores, legisladores, juristas, médicos, jornalistas, etc.), já que nos estudos históricos sobre a infância a criança dificilmente ocupa o lugar de sujeito do próprio discurso, conforme explicitado por Lajolo (2016):

Enquanto objeto de estudo, a infância é sempre *um outro* em relação àquele que a nomeia e estuda. As palavras *infante*, *infância* e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico estreitamente ligado à ideia de *ausência de fala*, isto é, *d'aquele que não fala*

[...]<sup>66</sup>. Assim, por não falar, a infância *não se fala e, não se falando*, não ocupa a primeira pessoa nos discursos que dela se ocupam. E, por não ocupar esta primeira pessoa, isto é, por não dizer *eu*, por jamais assumir o lugar de sujeito do discurso e, consequentemente, por consistir sempre um *ele/ela* nos discursos alheios, a infância é sempre definida de fora (LAJOLO, 2016, p. 323-324).

Complementando o pensamento de Lajolo, Souza (2009, p. 195), afirma que “estudar a infância de uma perspectiva histórica é, no mínimo, assumir que ela é uma *história sem palavras*”, motivo pelo qual faz-se necessário recorrer à voz de outras pessoas, já que “só se pode conhecer a história da infância através de traços indiretos, ou seja, do ponto de vista dos adultos que, nas diferentes épocas, deixaram registros sobre o que pensavam e como tratavam a infância” (LOPES; GALVÃO, 2005, p. 64).

Nesta subseção optou-se por conhecer um pouco da história das crianças pobres que viviam em Uberaba no período delimitado nessa pesquisa (ou, pelo menos, aquilo que se pensava sobre elas), tendo como suporte o viés jornalístico, que é uma dentre as diversas vozes responsáveis por passar uma determinada imagem de infância de uma determinada época. Retomando as palavras de Lajolo, são discursos formulados pelos *outros* (adultos) e difundidos diariamente à população que se debruçava sobre as páginas dos jornais locais. Dessa forma, a leitura dessa subseção deve partir do princípio de que, embora a criança seja seu objeto principal, ela não é o sujeito do discurso uma vez que ela não fala, é apenas alguém de quem se fala.

A escolha dessa abordagem que tem como perspectiva o viés jornalístico justifica-se devido ao fato de que as crianças – no caso, as mais pobres – foram fartamente noticiadas nos jornais locais<sup>67</sup>, mas também porque essa exposição contribuiu para reforçar, no imaginário social<sup>68</sup>, a crença de que esses meninos e meninas representavam um risco à sociedade,

---

<sup>66</sup>*In* = prefixo que significa negação + *fante* = particípio presente do verbo latino *fari*, que significa falar, dizer (LAJOLO, 2016, p. 324).

<sup>67</sup>De acordo com Wirth (1982, p. 131), a imprensa foi “um marco local do regionalismo mineiro”, sendo considerada um “pilar para a política, comércio e cultura no centro de gravidade do estado, a nível local”. No caso de Uberaba, em 1874 foi fundado o primeiro jornal, denominado *O Paranaíba*. A partir dessa data até 1900 foram fundados outros 75 jornais e periódicos, sendo alguns de existência efêmera. Entretanto, conforme Bilharinho (2016), os três jornais que seriam extremamente importantes na vida da cidade - *Gazeta de Uberaba* (1879); *Jornal de Uberaba* (1896), que posteriormente foi adquirido pelos frades dominicanos e passou a chamar *Correio Católico* (1897) e *Lavoura e Comércio* (1899) foram fundados nesse período.

<sup>68</sup>Conforme Carvalho (1990), a elaboração de um imaginário - que é constituído e se expressa por ideologias, utopias, símbolos, alegorias, rituais e mitos – é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. Baczko (1985), por sua vez, ressalta que a influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende de sua difusão, motivo pelo qual o controle desses meios de difusão é de extrema importância para a inculcação de crenças e valores.

precisando ser mantidos sob controle, de preferência em instituições de internamento afastadas dos centros urbanos uma vez que, conforme Gulassa (2006, p. 51),

A comunidade sente-se aliviada por alguém (no caso, o abrigo) assumir a pobreza. Sente que tem alguém para fazer aquilo que ela não pode, não sabe ou não quer fazer. Por outro lado, não deseja o abrigo como vizinho. O sentimento de quem convive com o abrigo é contraditório: ele causa pena e raiva.

Como bem observou Gonçalves Neto (2002, p. 206), o jornal é um “veículo de divulgação rápida de notícias, de ideias, de programas, etc.”, no qual “a insistência continuada em determinadas temáticas acaba por criar a adesão ao que é proposto”.

Veiga e Faria Filho (1999, p. 30) também defendem a ideia de que a inserção das camadas populares (tanto os adultos como as crianças) no espaço do jornal, em meio às ocorrências policiais, contribuiu para acentuar e reproduzir uma imagem negativa acerca dessas pessoas, uma vez que ela foi organizada “a partir de uma matriz de excludência, essa incorporação apresentava as camadas populares como grupos potencialmente desviantes”.

Para Campos (2009, p. 32), “[...] o jornal é não só um produto significativo da cultura na qual ele está inserido, mas também produtor dessa cultura, a que ele ajuda a dar sentido”. Dessa forma, as páginas dos jornais são revestidas de uma intenção educativa que forma não somente opiniões, mas também crenças e representações coletivas. Com a dupla condição de informar e formar, o jornal adquire conotação política e ideológica.

Faria Filho (2002, p. 134), por seu turno, também destaca o caráter educativo dos periódicos jornalísticos uma vez que, na percepção desse autor, eles se constituem em uma “importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes”.

Concordando com esses autores é possível admitir que os jornais contribuíram para acentuar, no imaginário coletivo local, a representação da criança pobre como um perigo à sociedade, uma vez que a publicação contínua dessas notícias acerca da “vadiagem” infantil reforçava a imagem nefasta que se tinha dos pobres, dando origem, de forma paradoxal, não somente a práticas repressivas e de controle social, mas também a práticas caritativas e filantrópicas da “benemérita sociedade überabense”. Por outro lado, ao mesmo tempo em que os jornais iam tipificando esses sujeitos sociais indesejáveis, era possível antever, nas linhas e entrelinhas dos periódicos, qual a imagem de infância desejada e bem vista pela sociedade da época.

A situação de vida desses menores estava estreitamente atrelada à questão da pobreza e outros problemas sociais daí decorrentes. Por esse motivo esse subitem apresentará também a

forma como os jornais abordavam o tema da pobreza e da mendicância que tanto incomodavam as pessoas da “alta sociedade”, conforme constatado nesta passagem publicada no jornal local: “[...] essa mendicidade generalizada numa terra como a nossa onde se compra zebu por centenas de contos, dá a nossa cidade um aspecto desolador, impressionante, que parece desmentir a abundância e o conforto em que vivemos” (LAVOURA E COMÉRCIO, 9/11/1919, p. 2).

A utilização dos jornais como fonte documental para a história da educação tem sido uma prática recorrente dos pesquisadores brasileiros (ARAÚJO, 2002). Entretanto, ainda nas primeiras décadas do século XX o uso dos jornais era depreciado pelos historiadores devido ao fato deles não se constituírem em fontes marcadas pela “objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade [...]”, uma vez que continham “registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (LUCA, 2008, p. 112).

Com o alargamento da concepção de fontes históricas, o jornal passou a ser visto com um novo olhar e a ser considerado um documento fundamental para “se captar as principais representações de uma época, uma vez que centraliza boa parte das opiniões e das atenções da elite intelectual, que trabalha na moldagem da cultura” (GONÇALVES NETO, 2002, p. 206). Por esse motivo, Campos (2012, p. 66) adverte que “para aqueles que buscam a veracidade objetiva na fonte, nada menos confiável do que a imprensa. Entretanto, para os historiadores que buscam pistas verossímeis sobre o passado, talvez aí esteja nada mais próximo da cultura de um tempo”.

Também é oportuno mencionar que, conforme Gonçalves Neto (2002, p. 223), “o conjunto de ideias endossado pelos jornais e que chega até o público não é necessariamente o que mais se aproxima da realidade social, mas o que se torna hegemônico entre a elite dominante”. Decorre, daí, a necessidade de historicizar esses jornais, sempre realizando a articulação do texto ao contexto, procedendo à “operação de crítica interna e externa do documento”, conforme propõe Campos (2012, p. 58).

### **2.2.1 Construções discursivas da infância na imprensa überabense**

De acordo com Bastos (2002), a imprensa é um dos dispositivos privilegiados para forjar o sujeito, uma vez que ela é portadora e produtora de significações. Nas primeiras décadas do século XX, as construções discursivas acerca da infância nos jornais überabenses contribuíram para compor a imagem das crianças pobres (e dos pobres em geral) como pessoas vadias, vagabundas, delinquentes e criminosas, entregues ao ócio, ao vandalismo, aos vícios e à

mendicância. Os debates emanados das páginas dos jornais estavam centrados, principalmente, nos destinos daqueles meninos e meninas que deambulavam pelas ruas, incomodando as "pessoas de bem".

No início de 1911, por exemplo, o jornal *Lavoura e Comércio*<sup>69</sup> publicou, por cinco edições seguidas, em sua primeira página, uma coluna cujo título era "Menores e vagabundos".

O texto que abriu essa série de artigos dizia:

Há uma carencia absoluta de menores que nos sirvam, em casa, e, entretanto, as ruas vivem cheias delles, numa vadiagem que faz nascer temores nos espiritos, mesmo os mais scepticos, sobre o futuro dessa criançada que vagueia dia e noite. Os habitos perniciosos que vão se adquirindo na vagabundagem em que vivem, com a responsabilidade absoluta de seus actos lhes trará, necessariamente, maus dias para um futuro proximo. Ficarão incapazes para a vida com o desfalecimento de energias, pois é rudimentar em psychologia e physiologia que o habito de nada fazer produz o enfraquecimento das energias physicas e um profundo abatimento, um desanimo e um torpor. O espirito se acostuma e quando os pequenos se fizerem homens ou serão inuteis á sociedade pelo desfalecimento de sua vontade, desacostumados de um trabalho honesto e tonificador, ou lhes serão perniciosos, nocivos, sem razão dos habitos que adquiriram, frequentando as tavernas e as casas de tolerancia em que não vai um, como o homem operario, descançar do labor diario, mas blasonar coisas mal feitas, furtos e valentias, que esses são os logares propicios a scenas dessa ordem [...]. Mal amanhece o dia, ei-los postados nas esquinas, nas vendas; á noite nos cinematographos, pronunciando palavras immoraes que nos fazem corar. Nas manifestações são os primeiros que chegam, desordenados, e sem proposito algum, bebendo umas quantidades enormes de cerveja e vangloriando-se depois de terem bebido muito. Não faz muito tempo que fomos cumprimentar um distinto Filho desta terra, o sr. major Carlos Machado, no dia de seus anos. Com a gentileza que lhe é peculiar offereceu-nos esse cavalheiro alguns copos de cerveja. Formamos um grupo perto da janella e no peitoral da mesma collocamos os copos. Notamos, porém, que entretidos em amistosa palestra, os copos se esvaziavam apressando-se o major Carlos Machado a enche-los de novo, isto durante muito tempo; afinal observamos que postos na janella os copos, os meninos que de fóra se achavam tiravam-nos, bebiam-no collocando-os vasio em seu lugar. Precisamos corrigir esses costumes que não podem ser chamados travessuras de crianças pois os praticam rapazes visando a satisfação de um vicio – a bebida. Mal se pinta uma casa, se renova uma fachada, sujam-se as paredes de rabiscos, de traços a carvão e a lapis principalmente de palavras que fazem corar um homem quanto mais uma moça e uma menina. Muitos desses rabiscadores são analphabetos, que o viver

<sup>69</sup>No final do século XIX foi criado em Uberaba o clube da *Lavoura e Comércio*, composto por um grupo de fazendeiros e comerciantes (a maioria membros da família Rodrigues da Cunha e Borges de Araújo) que estava insatisfeito com o fisco estadual, em especial o imposto territorial rural de 3% criado por Silviano Brandão. No estatuto desse clube ficou definido que seria promovida a fundação de um jornal para defesa e propagação de suas ideias. Nascia, então, o jornal *Lavoura e Comércio*, com o objetivo de defender os interesses dos fazendeiros e comerciantes locais, fato que evidencia a importância e o poder desses dois segmentos profissionais (PONTES, 1978; BILHARINHO, 2014). A primeira edição impressa desse jornal se deu em 06/07/1889, perdurando até 27/10/2003. Atualmente grande parte de seu acervo foi digitalizada e está disponível no site do Arquivo Público de Uberaba. As versões impressas estão disponíveis para consulta no Arquivo Público de Uberaba.

na vadiagem não lhes dá tempo para o estudo e não podendo escrever letreiros immoraes, gravam cousas horriveis, o que faz admirar a gente como as concebem um pensamento infantil. E as nossas familias ficam expostas a ver essas cousas, a ler esses escritos em letras garrafaes [...]. É indispensavel uma correcção para isso, que façamos o bem desses meninos dando-lhes escolas, conselhos e trabalhos (LAVOURA E COMÉRCIO, 29/01/1911, p. 1).

Observa-se, nesse excerto, que para conferir legitimidade ao próprio discurso, o articulista se apropriou do saber científico, utilizando argumentos da medicina e da psicologia para justificar a necessidade de inculcar hábitos saudáveis nas crianças e jovens, objetivando torná-los úteis à sociedade. A apropriação do discurso científico como forma de intervir nos modos de viver das pessoas provenientes dos estratos mais baixos da sociedade foi muito utilizada àquela época, uma vez que esse saber simbolizava a modernidade e o progresso, ideais diuturnamente perseguidos pela intelectualidade brasileira. Conforme Schwarcz (1993, p. 41) esse cientificismo tinha como objetivo demonstrar “uma espécie de hierarquia natural à comprovação da inferioridade de largos setores da população”, o que justificaria o asilamento do convívio social daqueles que não se enquadravam no ordenamento estabelecido.

Também é interessante assinalar o trecho do artigo jornalístico no qual foi dito que “o viver na vadiagem” não permitia que sobrasse tempo às crianças e jovens para o estudo. Entretanto, em um momento em que a oferta de vagas nas escolas era escassa, caberia indagar se não estaria acontecendo o inverso, ou seja, se a falta de oportunidades de estudo não seria um dos motivos que favorecia o viver na ociosidade daqueles meninos e meninas.

A ética de valorização do trabalho, que por sinal trazia implícita ideia de recriminação de atitudes tipificadas como “vagabundagem” e “vadiagem”, iniciou e encerrou o artigo em tela. Conforme Chalhoub (2001), a sociedade brasileira no final do Império e ao longo da Primeira República passava a impressão de estar dividida em dois mundos distintos e opostos: o mundo do trabalho, que é o mundo onde prevalece a ordem, e o mundo da ociosidade/crime, local onde não se respeita a lei suprema da sociedade (que é o trabalho). Entretanto, Chalhoub (2001, p. 80) demonstra que, na verdade, existia apenas um mundo, “coerente e integrado na sua dimensão ideológica”, no qual “a existência da ociosidade e do crime tem uma utilidade óbvia quando interpretada do ponto de vista da racionalidade do sistema: ela justifica os mecanismos de controle e sujeição dos grupos sociais mais pobres”.

O trabalho, portanto, era a chave-mestra para tornar aquelas crianças ociosas em pessoas úteis à sociedade, conforme constatado neste artigo também pertencente à série “Menores e vagabundos”, no qual o jornalista tecia elogios à pedagogia aplicada no Instituto

João Pinheiro, citado na seção anterior, que fazia com que os meninos trabalhassem como "homens acostumados à labuta":

Todos os espíritos, mesmo os mais seticos, descrentes de tudo, sentem-se magnificamente impressionados com essa casa de educação, em que se regenera a infância abandonada. Situada na Fazenda da Gamelleira, tem um organisação quase similar ás "Repúblicas"<sup>70</sup> da Norte América [...]. Encantam os olhos os formosos arrozes que esses infantis colonos plantaram; cebolas foram colhidas 400 arrobas o anno passado, mil e tantas de batatinha, dois mil quilos de alfafa, uma quantidade enorme de feijão e milho, sem falar nos trigos que agora vão sendo plantados por esses infatigáveis trabalhadores. O tempo é perfeitamente dividido entre as escolas e os diferentes misteres em que se ocupam os meninos e elles fazem tudo que se pode exigir de um homem acostumado a labuta: trabalham no campo, guiam carros e carroças [...] assentam porteiras, abrem estradas e cobrem-nas de cascalho, fazem paredões e muros, tanques de cimento, tortos, é verdade, mas que são o resultado de um esforço intelligente [...]. Um eixo de carro se estraga e ei-los, os pequeninos obreiros, a fazer um outro; cortam ferragens [...] tratam dos porcos e criam aves de raça, em um methodo, uma divisão de trabalho admiraveis (LAVOURA E COMÉRCIO, 26/02/1911, p. 1).

Em um outro artigo da série "Menores e vagabundos", o articulista explicava que o abandono de menores era dividido em dois tipos: material e moral. Na situação de abandono moral se enquadravam "os filhos dos alcoólicos, dos condenados, dos vagabundos". A classe de crianças viciosas e criminosas poderia ser resultante tanto do abandono material como do abandono moral (LAVOURA E COMÉRCIO, 05/02/1911, p. 1).

Como o crime era "o resultado necessário do meio e si este inquestionavelmente é mau", o jornalista defendia a ideia de retirar os menores daquele ambiente nocivo, adotando, inclusive, os mesmos sistemas utilizados nos "paizes cultos da Europa e America":

Na Inglaterra que é [...] "o paiz classico da educação de creanças", ha as escolas para os pobres - *poor houses*, - e as escolas industrias, *ragged schools*. - Aceitam essas casas de protecção á infancia 48.000 creanças, anualmente, e bom razão tem o professor da Universidade de Roma, pois todo mundo vê o grau de progresso economico desse grande povo, principalmente nas industrias [...]. Os filhos dos alcoolicos, dos bebedores de *brandy*, *whisky* e *absyntho*, encontram, nas grandes fabricas de Londres, Liverpool, Edimburgo e Manchester um derivativo ás inclinações e ás tendencias que tenham para o

<sup>70</sup>De acordo com Veiga e Faria Filho (1999, p. 54), o Instituto João Pinheiro foi organizado nos moldes de uma República Federativa: "cada quarto, com capacidade para abrigar três meninos, seria a célula básica da República (os municípios); o conjunto de quartos de um mesmo edifício formaria os pavilhões que seriam as unidades federativas (os Estados); o conjunto desses últimos formaria a Federação Republicana [...]. A presidência era exercida pelo diretor, auxiliado por três (alunos) ministros – da Fazenda, da Justiça e do Exterior –, que formavam o conselho de ministros, responsável pela nomeação da comissão de polícia e pelo julgamento dos alunos acusados de delito [...]. A indicação dos ministros era feita pelos próprios alunos, que os escolhiam entre seus pares por meio do voto direto e secreto [...]. Na prática apenas aqueles que tivessem bom comportamento e retidão moral [...] é que eram escolhidos". Conforme Rizzini (1993), no imáginário da incipiente República brasileira, o Instituto João Pinheiro representava a possibilidade da existência de uma cidade disciplinar.

mal. Nas amplas, arejadas e severas *escolas industriaes* ela dá a infancia uma educação methodica, magnifica, e nós vemos a toda hora os pequenos *engraxates* e *limpadores de chaminés* do hoje serem os grandes milionários. E nem só nas escolas industriaes que se educam as creanças; nas casas de familias, apesar dessa liberdade que se dá aos jovens, existe o principio severo da obediencia, do trabalho, da ordem, e os pequenos *cowboys* transformam-se muitas vezes, por uma educação systemática, em grandes *farmers* [...]. As creanças vagabundas das ruas de Londres são mandadas para as colonias agricolas do Canadá e quando regressam são homens fortes, trabalhadores honestos que servem ás familias, á sociedade e á Patria (LAVOURA E COMÉRCIO, 05/02/1911, p. 1).

O fragmento citado indica admiração pelos paradigmas educacionais europeus e norte-americanos, países classificados como modelos de civilidade e progresso. Na perspectiva do jornalista, uma educação de sucesso era tanto aquela que transformava “engraxates e limpadores de chaminés” em “grandes milionários” como aquela que transformava “crianças vagabundas” em “homens fortes, honestos, que servem ás famílias, á sociedade e á Patria”.

Não eram somente os vícios e a delinquência dos menores que incomodavam a sociedade überabense. As brincadeiras nas ruas e os jogos de futebol também contrariavam a ordem urbana e o sossego da população, motivo pelo qual era imperativo que a autoridade policial interferisse nessa situação, conforme observado neste artigo que foi publicado em uma coluna intitulada “Reclamações”:

Levamos hoje ao conhecimento de quem de direito a queixa que nos fizeram os moradores da rua Padre Zeferino e immediações contra os meninos despreocupados que ali passam o dia a jogar *foot-ball* e a promover algazarra, perturbando assim não só ao transito de vehiculos como o sossego das familias. Entendem esses menores que a nossa cidade é um campo do *Red and White* ou do Uberaba S.C.<sup>71</sup>, e que a vida dos outros não merece complacencia nem respeito. E o pior é que dessas turbulencias diarias surgem constantemente discussões e conflitos, dos quais não raro acontece a ter pelo menos um ferido. Como medida preventiva, de **saneamento moral** e garantidora da **ordem publica**, seria bom que as **autoridades policiaes** acabassem de vez com os pequenos *foot-bolls* ambulantes (LAVOURA E COMÉRCIO, 23/10/1919, p. 2; grifo nosso).

A atuação da força policial na contenção de uma ação tão espontânea (crianças brincando nas vias públicas), em uma época em que o trânsito de veículos não era muito intenso, indica mais a preocupação das autoridades em evitar que o espaço urbano fosse apropriado pelas crianças pobres por meio de práticas não autorizadas pelos detentores do poder do que uma preocupação com a integridade física daquelas crianças.

---

<sup>71</sup>Referência ao “Red and White Team” e “Uberaba Sport Clube”, times de futebol überabenses fundados em 1917 (PONTES, 1972).

Nesse fragmento jornalístico também é possível constatar que a tríade “saneamento”, “ordem pública” e “autoridade policial” estava entranhada nos discursos em circulação, fato que corrobora o que foi pontuado por Koga (2011, p. 53) ao afirmar que:

[...] a cidade moderna parecia estabelecer suas técnicas urbanísticas de forma excludente, *limpando* tudo e todos que não estavam de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades políticas e policiais, pelos engenheiros, médicos locais, pois os pobres representavam não apenas um perigo para a ordem pública, mas também um perigo de proliferação de doenças contagiosas e vícios de toda natureza – a pobreza era contagiosa e perigosa.

Sendo a pobreza algo “contagioso e perigoso”, era necessário proceder a uma limpeza da cidade, retirando e asilando, longe dos olhos da população, todos que não vivessem de acordo com as regras estabelecidas. Tratava-se, portanto, de uma política excludente que, ao invés de investir em moradia, saúde e educação, preferia apartar os pobres do convívio social, pois sua presença configurava “um grave problema que afeta não somente o lado moral como o lado estético e mesmo econômico” (GAZETA DE UBERABA, 26/01/1935, p. 1).

O excerto seguinte, retirado de uma edição jornalística de 1919, demonstra os transtornos causados pela vagabundagem de menores que “infestavam as ruas” e incomodavam os moradores:

Alguns moradores da rua dos Bandeirantes vieram se queixar a nossa redação de que certos garotos, que vão a Penitenciária levar almoço e jantar aos presos, ao passarem por aquela rua pertubam a tranquilidade das famílias, atirando pedras nas casas e promovendo desordem. Ainda hontem um dos queixosos, quando se achava no patio de sua residencia a cuidar das plantações, escapou milagrosamente de ser ferido na cabeça por uma pedrada que podia occasionar-lhe até a morte se atingisse em logar mortal. Seria bom que as autoridades policiais tomassem alguma providencia no sentido de acabar com a vagabundagem dos menores que infestam as nossas vias publicas, obrigando-os a respeitar as propriedades alheias e a vida de seu semelhante. **A continuar no pé que vamos, daqui há alguns annos a cidade estará cheia de candidatos a delinquencia. Cumpre agir enquanto é tempo** (LAVOURA E COMÉRCIO, 26/10/1919, p. 2; grifo nosso).

Havia uma explícita preocupação em disciplinar os meninos vadios para que não se tornassem, no futuro, criminosos e delinquentes, aumentando as estatísticas criminais na região. A propósito, estudo realizado por Silva, M. de S. (2004), que analisou a criminalidade na Comarca de Uberaba entre 1890 a 1920, constatou que dos 1.129 crimes cometidos nesse período, três foram praticados por pessoas com idade de até dez anos e 251 por pessoas de onze a 21 anos. Embora o autor tenha elencado, de forma geral, os tipos de contravenções e crimes cometidos (contra a pessoa; contra a propriedade; contra a honra e honestidade da família; ultraje ao pudor; contra a boa ordem e administração pública e outros), os dados apresentados

não permitem fazer a correspondência do tipo de crime cometido à faixa etária, o que viabilizaria a identificação dos principais delitos cometidos por esses jovens. Na perspectiva desse autor,

A criminalização [de menores] era vista como uma maneira de evitar a não reincidência [...]. O índice de réus menores processados (22,5%) atesta que as determinações estabelecidas no Código Penal de 1890 eram cumpridas, isto é, apesar de a consulta a outras fontes poder esclarecer melhor a questão, acreditamos que, talvez, a preocupação com a não criminalização do menor não suplantasse a preocupação em respeitar a lei e impedir a impunidade (SILVA, M. de S., 2004, p. 24).

O jornal *O Gaiato*<sup>72</sup>, por sua vez, também deu atenção ao tema da vadiagem das crianças uberabenses em edição publicada no ano de 1920:

Insistimos em dizer que há absoluta necessidade de ser creado um estabelecimento que seja um recolhimento para o bando infeliz de meninos vadios que enchem a nossa cidade, rotos, famintos, e entregues a aprendizagem de todos os deboches, a perlustrar as baiucas e as casas de tavolagem. A infância creada assim ao abandono, fazendo a mais livre aprendizagem de todos os vícios por força de dar maus fructos e grandes trabalhos a policia, mais cedo ou mais tarde. E, como é dado a prever, tristíssimo hão de ser, certamente os dias dessa pobre mocidade completamente desaparelhada para enfrentar o luctar da existência que na eterna sucessão dos annos dos mezes e dos dias vae se tornando mais positivamente premente... É dever de quem tem amor ao seu semelhante, de quem no peito tem interesse pelo soerguimento do caracter nacional, cogitar e empregar o melhor de sua actividade e de sua inteligência para que resolvendo este bello problema, dar melhor futuro a esses miseráveis fiosinhos de gente que não conhecendo o caminho de Santo Lago do Alphabeto, sabem comtendo todas as centenas e desenhias do revoltante e dominar jogo dos bichos, fumar e beber nas nogentas baiucas, e botequins onde deixam muitas vezes os míseros vintenas furtados aos paes e aos estranhos. Urge, portanto que insistamos neste propósito, pois há nessa nossa insistencia o escopo altruista de fazermos até quanto nos for possivel, a campanha humana de estabelecermos entre nós uma profylaxia contra os vícios que estão arruinando o futuro da patria com este abandono, com este descaso pela sorte destes miseraves que andam por ai atoa, sem lar e sem luz, dentro da noite profunda da ignorancia, onde vivem todos os vícios, onde se geram todos os crimes (O GAIATO, 31/10/1920, p. 1).

Logo no início do texto o jornalista insiste na institucionalização como a única forma de lidar com as crianças pobres que circulavam e vadiavam pelas ruas. Embora aqueles que defendessem a criação de estabelecimentos de internação justificassem que dessa forma as crianças poderiam receber a educação e instrução que não tinham em seus lares, o internamento

---

<sup>72</sup>Não foram localizadas informações acerca deste jornal, a não ser aquelas que se encontram em seu próprio cabeçalho, ou seja, tratava-se de um "orgam literario, critico, humorístico e noticioso", com "redactores diversos" e "de propriedade de uma associação", publicado sempre aos domingos. No Arquivo Público de Uberaba estão disponíveis apenas dois exemplares deste jornal: as edições de nº 16 e 18.

também permitiria retirá-las da vista de todos, invisibilizando-as e “jogando pra debaixo do tapete” a mazela social que trazia tanto desprestígio à cidade.

Quanto aos “crimes” perpetrados por esses menores é possível constatar, por essa notícia de jornal, que o simples fato deles ocuparem o espaço das ruas e praças fazia com que fossem mal vistos pela sociedade, uma vez que tais ambientes deveriam ser restritos às “pessoas de bem”. Além disso, eles frequentavam baiucas e tavolagens<sup>73</sup> onde aprendiam a jogar, beber e fumar, se utilizando, para isso, de pequenos valores furtados dos pais ou estranhos. Conforme constatado por Pinto (1994), tais contravenções, que faziam parte do cotidiano urbano no início do século XX, nasciam e tinham fortes raízes na miséria.

Por outro lado é possível perceber que, ao mesmo tempo em que a notícia apresentava uma tônica repressiva, tinha também um caráter apelativo, pois convocava as pessoas imbuídas de “amor ao seu semelhante”, bem como aquelas com “escopo altruísta”, para fazerem uma “campanha humana” que pudesse dar “melhor futuro” a estas crianças.

No excerto do jornal *O Gaiato* também é possível constatar uma preocupação de caráter nacionalista e higienista ao concluir as pessoas que tinham interesse pelo “soerguimento nacional” e que desejavam realizar uma “profilaxia contra os vícios que estão arruinando o futuro da pátria”. Tais palavras corroboram a afirmativa de Patto (1999, p. 179) de que, “no caso brasileiro, a campanha higienista esteve, sobretudo, a serviço de dois projetos de classe dominante: superar a humilhação frente ao *atraso* do país em relação aos *países civilizados* [...] e salvar a nacionalidade pela regeneração do povo”.

Também chama a atenção, no fragmento do jornal *O Gaiato*, a classificação desses meninos como “vadios”, “rotos”, “miseráveis”, “bando infeliz”. De acordo com Fausto (1984, p. 39), “a estigmatização de camadas destituídas com o rótulo de *vadios* é um dado que percorre a história brasileira desde o período colonial”. Essa terminologia foi incorporada, inclusive, no âmbito jurídico, conforme observado no Código de Menores, já citado na primeira seção<sup>74</sup>. Tais nomenclaturas, que serviam para classificar e estigmatizar pessoas que não tinham os

<sup>73</sup> “Baiuca”: casa comercial em que se vendem bebidas alcoólicas a varejo; bodega; taberna; qualquer local de péssima categoria, sem asseio, mal frequentado; casa de jogo, tabuleiro; bordel, prostíbulo. “Tavolagem”: casa em que havia jogos de tabuleitos; qualquer casa de jogo; vício de jogar; jogo (HOUSAIS, 2017).

<sup>74</sup>No artigo 28 do Código de Menores estava determinado que eram considerados “vadios” aqueles que: a) vivem em casa dos pais ou tutor ou guarda, porém, se mostram refractários a receber instrução ou entregar-se a trabalho sério e útil, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros públicos; b) tendo deixado sem causa legítima o domicílio do pai, mãe ou tutor ou guarda, ou os lugares onde se achavam collocados por aquele a cuja autoridade estavam submetidos ou confiados, ou não tendo domicílio nem alguém por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros públicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de ocupação immoral ou prohibida (BRASIL, 1927).

comportamentos sociais desejados, eram largamente utilizadas pela imprensa, pelo aparato repressivo e pela sociedade em geral.

O termo “moleque” também foi utilizado pela imprensa como referência aos meninos que ocupavam as vias públicas fazendo “travessuras”, conforme constatado nas palavras seguintes, publicadas no jornal *O Sorriso*<sup>75</sup>, em 04/11/1934, transcritas em Ferreira<sup>76</sup> (1982, p. 71-72):

MENINOS, ATENÇÃO! O Sr. Mário Frância Ruito, digno Assistente Técnico Regional, encetou nas escolas uma forte campanha contra alguns maus hábitos da criançada que joga futebol nos lugares de trânsito, atira cascas nos passeios, sobe os muros e, especialmente, apronta nas ruas uma algazarra infernal com gritos, assobios e gargalhadas estridentes. Sobre esta campanha, um nosso colaborador, sob pseudônimo de “Seu” Mestre, enviou-nos as quadrinhas abaixo:

“Seu” Mário Frância, menino, está pedindo a você  
 Que não faça desatino, como um saci-pererê.  
 Não jogue bola na rua e nem cascas no passeio.  
 Quem passa, de medo sua de um desastre, com receio.  
 Assobios, gritaria, por mais que a gente depreque  
 Tornam você, hoje em dia um verdadeiro moleque  
 E, enquanto em brinco grosso você na rua se expande  
 É a mãezinha meu brejeiro quem fica coa cara grande...

Também em uma edição do *Lavoura e Comércio* de 1940 é possível constatar novamente a apropriação desse termo pela imprensa em uma notícia que tinha como título “Moleques destruidores”:

Uberaba, como afirmamos várias vezes, tem um sério problema a resolver. Trata-se dos garotos desocupados e vadios que infestam as nossas ruas, quer como mendigos, quer como crianças abandonadas ao léo da sorte e que nada tendo que fazer praticam atos de pouca conveniência e mínima educação. Esses meninos assaltam quintais, quebram lâmpadas, sujam janelas, depredam portas e letreiros luminosos. Em geral praticam esses atos condenáveis à noite, quando não são vistos ou não podem ser repreendidos. Há dias, varias placas de medicos e advogados nas vias principais da cidade apareceram

<sup>75</sup>De acordo com informações obtidas no site da Superintendência do Arquivo Público de Uberaba, esse jornal foi fundado em 1909 e, a princípio, era um semanário crítico noticioso, humorístico e independente. Teve como fundadores Edgar Medina Coeli e Eduardo Formiga, seus redatores e proprietários. No decurso de sua existência, *O Sorriso* mudou de denominação e teve diversos proprietários e diretores, redatores e um grande número de colaboradores. De 1930 a 1933 foi iniciada uma nova fase da edição, intitulado *O Jornal o Sorriso*, com participação de diversos redatores e colaboradores intelectuais, dentre eles Alceu de Souza Novaes. Na sequência (1933 a 1938) passou a ser chamado *O Jornal*. De 1938 a 1944 foi intitulado *Uberaba Jornal*.

<sup>76</sup>Embora originalmente essa publicação tenha sido veiculada no jornal *O Sorriso*, o trecho foi retirado do livro de Inácio Ferreira intitulado “Alceu Novais: jornalista e educador” (FERREIRA, 1982). Nesse livro foram compilados diversos artigos escritos por Alceu Novais publicados nos jornais *O Sorriso*, *Gazeta de Uberaba* e *Lavoura e Comércio* nas décadas de 1930 e 1940. Como alguns exemplares desses jornais não foram localizados ou estão interditados no Arquivo Público de Uberaba, algumas transcrições jornalísticas apresentadas nesse trabalho têm como referência Ferreira (1982), e não a publicação original. Sobre Alceu Novaes, ele escreveu diversos artigos nos jornais utilizando o pseudônimo A. Luce. Além de jornalista, foi professor e inspetor de ensino. Fundou em 1928 em Uberaba o Colégio Souza Novaes (FERREIRA, 1982).

cobertas de barro, e agora recebemos reclamação da srta. Cornelia da Costa Machado (Lita) contra a verdadeira depressão operada no letreiro luminoso no seu estabelecimento de cabeleireira denominado “Chic do Triângulo” e situado na rua Segismundo Mendes, uma das mais centrais de Uberaba. Urge uma providência para que fatos como este não se repitam, pois eles depõem contra os nossos fóruns de civilização e são prejudicadores da propriedade alheia. Esse o motivo da presente reclamação com vistas ao sr. Dr. José Vargas, ilustre e energica autoridade policial de nossa cidade que, estamos certo, não deixaria de tomar as medidas que o fato requer (LAVOURA E COMÉRCIO, 13/12/1940, p. 3).

Em suma, as construções discursivas acerca da infância na imprensa uberabense acarretaram na disseminação de rótulos e classificações pejorativas, aumentando o estigma imputado àquelas crianças. Além disso, levaram a sociedade a pensar em medidas que permitissem a higienização do município por meio da retirada dos menores abandonados, mendigos e doentes do perímetro central da cidade, precauções necessárias para evitar que as “pessoas de bem” acabassem se afastando das áreas comerciais e das áreas públicas de lazer.

Contradicitoriamente, as mesmas “pessoas de bem” que reprimiam também tinham esses menores como foco da caridade, pois “aos olhos dos filantropos locais, se viviam nessas condições era por ausência, negligência e imoralidade das famílias” (ARAGÃO, 2011, p. 112). A propósito, a complexidade que envolve o sentimento e o comportamento caritativo foi analisada por Geremek (1986), que afirma que a situação, não só da criança carente, mas dos pobres em geral, continuamente inspiraram na sociedade sentimentos contraditórios: por parte dos indivíduos, a compaixão ou a repulsa e, por parte das autoridades, a piedade ou a força. Ou seja, no lado reverso do discurso piedoso é possível identificar uma extrema aversão social ante as crianças pobres e pedintes que ocupavam os espaços urbanos.

## 2.2.2 “Costume da casa vai à praça”<sup>77</sup>: a culpabilização da família pelo estado de abandono do menor

Nos anos 1930 e 1940, avolumaram-se as matérias publicadas nos jornais uberabenses que culpabilizavam as famílias pelos vícios, vadiagem e delinquência dos filhos. As famílias pobres, portanto, passaram a ser tachadas de incapazes de cuidar de sua prole, conforme observado nesta transcrição retirada do jornal *Gazeta de Uberaba*<sup>78</sup>, em 1935:

<sup>77</sup> Frase citada no artigo publicado no *Gazeta de Uberaba* em 15/01/1935, cujo objetivo era dizer que a educação que a criança recebe (ou não recebe) em casa vai acompanhá-la em qualquer lugar que estiver.

<sup>78</sup> Enquanto o jornal *Lavoura e Comércio* representava os interesses dos fazendeiros, o *Gazeta de Uberaba* era partidário do governo. Seu principal representante era Militino Pinto de Carvalho, que além de jornalista foi diretor da Escola Normal e da Fazenda Modelo (MENDONÇA, 2008).

Uberaba está cheia destes: são crianças que não têm um lar, pois o lugar em que moram, si tem algum, é um continuo cenário de desinteligências, domésticas, de exemplos de vícios, de crueldade e de despudor. Dêles disse o Pe. Antônio de Oliveira: nestes enxames abundam as rapariguinhas que não chegaram a conhecer a virgindade, e os rapazes a quem apenas ensinaram a roubar (deixemos os pais cuidemos dos filhos) (GAZETA DE UBERABA, 22/04/1935, p. 1).

A situação exposta pelo jornalista corrobora o que foi pontuado por Rizzini e Pilloti, (2011, p. 24): “[...] as mães eram normalmente denegridas como prostitutas e os pais como alcoólatras – ambos viciosos, avessos ao trabalho, incapazes de exercer boa influência (moral) sobre os filhos e, portanto, culpados pelos problemas dos filhos (os “menores”).”

Em 1935, um artigo publicado no jornal *Gazeta de Uberaba* denunciava a existência de três tipos de órfãos: aqueles que eram órfãos da lei, ou seja, meninos e meninas que tiveram seu lar destruído devido a uma sentença judicial; aqueles que eram órfãos porque perderam seus progenitores e, finalmente, aqueles que eram considerados órfãos porque os pais não se preocupavam com sua educação:

Ora, aí estão os órfãos que a lei deve amparar, arrancando-os a quem não sabe ou não quer preencher as suas obrigações de chefe de família e, ou abandona os filhos às vicissitudes da rua, péssima educadora, ou os explora vilmente. A cidade está cheia desses órfãos de carinho, crianças infelizes, que nasceram de pais desnaturalados, e que levam a infância toda sem uma bola ou uma boneca, sem um livro e uma escola, mendigando e sendo aos poucos ferreteados com o estigma que a RUA imprime inevitavelmente naqueles que vivem dentro dela, sem um lar onde a sua formação moral seja objeto de constantes desvelos (GAZETA DE UBERABA, 15/01/1935, p. 1; grifos do autor).

Convém observar, nesse excerto, o destaque dado à palavra *rua*, grafada pelo redator com letras maiúsculas. Não havendo condições de expurgar desse espaço os vícios e a vadiagem para que ele se tornasse um local circunscrito às elites ou mesmo às famílias pobres, porém “moralmente dignas”<sup>79</sup>, a *rua* passou a ser vista como um espaço maléfico à educação da criança.

A casa, portanto, era o espaço da criança, da bola, da boneca e do livro, ao passo que a *rua* era o espaço do menor, do ócio, do vandalismo e dos vícios. A *rua* era o local pernicioso em que as crianças ficavam expostas à vadiagem e sujeitas à aprendizagem do “calão da escória

---

<sup>79</sup>De acordo com Irene Rizzini (2008), dentro de uma “escala de moralidade” os pobres eram classificados em dois estágios: os dignos e os viciosos. Os pobres dignos eram aqueles que se situavam mais acima da escala da moralidade: trabalhavam, mantinham a família unida, os filhos nas escolas ou no trabalho e observavam os costumes da religião. Entretanto, uma eventualidade qualquer como a perda do emprego, por exemplo, ou a morte do pai ou da mãe poderia desestruturar essa família, que poderia se entregar aos vícios e à promiscuidade.

social". Entretanto, o mesmo artigo que chamava a atenção para os perigos da rua também ressaltava os riscos de a criança viver em uma família desestruturada:

E depois de quatorze horas de vadiagem como falsos mendigos, aprendendo o calão da escória, as suas opiniões e o seus sentimentos também, recolhem-se ao albergue, que nem o nome de lar pode ter, para assistir às brigas desabusadas de um pai ébrio e de um mãe devassa, como únicas lições de moral e como modelos - ele, dos filhos; ela, das filhas, pois têm naturalmente os progenitores como ideal de perfeição que desejam atingir (GAZETA DE UBERABA, 15/01/1935, p. 1).

Sob a ótica do jornalista, os menores não deveriam ocupar o espaço da rua porque nela estariam sujeitos a vícios e cometimento de delitos, mas também não deveriam conviver com seus pais, já que esses não tinham disciplinamento moral para criá-los. A opção que restava era retirar os menores do convívio familiar, internando-os em instituições nas quais lhes fossem inculcados valores morais e o amor pelo trabalho.

Entretanto, nem todas as famílias queriam ter seus filhos longe de si, internados em asilos e abrigos, conforme constatado no excerto seguinte, retirado de uma matéria sobre o Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira<sup>80</sup>:

[...] Nos seus primórdios, lutava com a máxima dificuldade para conseguir levar para ali os meninos desamparados que viviam, de sol a sol, pela sargatas adquirindo vícios e tornando-se futuros candidatos às prisões e aos hospitais. As crianças que para ali eram levadas, gritavam, choravam e tudo fariam para voltar á vida antiga, onde mal conseguiam um pedaço de pão duro para lhes mitigar a fome e um pedaço de trapo para lhes tapar o corpinho frouxinho das intempéries. Julgavam ser o Abrigo uma prisão e, para ali indo, pensavam ter perdido para sempre aquilo que mais aspiravam: a liberdade. E não eram somente os meninos que assim pensavam. Os seus pais, muitos por amor filial e outros por viver a expensas dessas peregrinações das crianças pelas ruas, batendo de porta em porta, tentavam até o último recurso para dali tirarem seus filhos (LAVOURA E COMÉRCIO, 29/01/1944, p. 3).

Além dos vícios, vadiagem e delinquência, outro problema que incomodava a sociedade era a mendicância praticada pelas crianças, muitas vezes com a conivência dos pais:

A cidade está cheia deles. Cheia de crianças que, no mais das vezes trabalham, e que triste trabalho, para pais ociosos e desocupados, crianças habituadas ao vício e á malandragem, que preferem a ociosidade do mendigo ao trabalho, menos remunerador, talvez, mas muito mais digno (LAVOURA E COMÉRCIO, 07/03/1940, p. 5).

De acordo com a imprensa, o problema da mendicância praticada por adultos e crianças era decorrente do crescimento da cidade, que passou a atrair pessoas de outras regiões, conforme publicado no *Lavoura e Comércio* em 25/10/1943: "famílias sem conta,

---

<sup>80</sup>Essa instituição será apresentada na seção posterior.

aproximando-se da cidade, deixam a vida afanosa da lavoura pelo engodo dos centros urbanos. Alguns vendem o sítio, supondo que chegam aqui e logo se estabelecem e triunfam” Entretanto, na maioria das vezes essas famílias não encontravam na cidade aquilo que almejavam, conforme mencionado na continuação da matéria jornalística:

[...] alojam-se provisoriamente em ranchinhos de paredes de latas, folhas de pita e pedaços de sacos de anagem, lá pelos últimos extremos da cidade. Começa a peregrinação. Depois de tentativa frustrada junto à Prefeitura, as pretensões vão descendo. De enxada ao ombro, alongam os pescoços por sobre os muros, a ver se há quintais para limpar ou lenha para rachar. As meninas e os rapazinhos remendam as roupas, a princípio, e lavam-nas frequentemente. Depois, vão-se resignando aos poucos. Sujas, rotas, começam por pedir aos vizinhos e acabam mendigando pelas ruas. A família procura obter um cartão para o Dispensário. Mais uma sobrecarga para a caridade citadina. Mais candidatos às penitenciárias e aos prostíbulos. O Juízo de Menores, a Polícia e a Prefeitura, conjugados os esforços, poderão remediar o mal em pequena parte. Mas fazer alguma coisa já é bom começo. Os leprosos que aparecerem irão para Bambuí e colônias outras. Os homens válidos serão encaminhados para a lavoura ou qualquer trabalho em que possam ganhar sua subsistência. Os meninos seguirão para fazendas agrícolas oficiais. As meninas para orfanatos ou casas de família<sup>81</sup> [...]. Aos governos compete melhorar as condições de vida na lavoura, para que a miragem das cidades não seja um elemento perturbador do progresso do Brasil (FERREIRA, 1982, p. 92 e 93).

Conforme observado, o orfanato e as fazendas agrícolas eram as opções para abrigar crianças que não eram, necessariamente, órfãs de pai e de mãe, mas cujas famílias não tinham condições de sustentá-las adequadamente. A institucionalização desses meninos e meninas, considerados moralmente abandonados, passou a ser a medida ideal para retirá-los de suas famílias, visto que esse tipo de abandono conduzia, segundo o pensamento vigente, à criminalidade e ao descontrole ou, conforme citado no trecho do jornal, seriam candidatos às penitenciárias e aos prostíbulos.

Essa forma de pensamento que priorizava o assistencialismo e a institucionalização ao invés do investimento na educação é corroborada pela frase seguinte, publicada no jornal na década de 1940, citada na epígrafe que inicia essa tese: “Para o verdadeiro mendigo, um asilo. Para a criança desamparada um abrigo” (LAVOURA E COMÉRCIO, 07/03/1940, p. 5).

---

<sup>81</sup> Considerando a data em que esse artigo foi publicado (25/10/1943), é possível deduzir que, ao mencionar que as meninas seguiriam para orfanatos e os meninos para fazendas agrícolas, provavelmente o autor do texto estivesse se referindo, no caso de Uberaba, ao Orfanato Santo Eduardo e ao Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira, respectivamente, muito embora esse último não fosse uma fazenda, conforme será abordado na próxima seção. Ou então os meninos eram encaminhados para outras fazendas agrícolas estaduais existentes no estado de Minas Gerais.

Mas não era só a questão da infância moralmente abandonada pelos pais que atraiu a atenção dos articulistas. Na década de 1930, as mães pobres e analfabetas figuraram as páginas dos jornais uberabenses como uma das causas prováveis dos altos índices de mortalidade infantil que assolavam o município:

O sr. Dr. Paulo Rosa, vem, de tempos a esta parte, desenvolvendo, pela imprensa local, uma campanha salutar e patriótica sobre as questões sanitárias de Uberaba, e apontando, em linguagem simples e fluente, as causas determinantes do elevado obituário desta cidade, principalmente do infantil que atinge a proporções assustadoras. Este gesto altruístico do dr. Paulo traduz bem o amor que dedica a sua terra e reflete a grandeza do seu espírito, sempre aberto às nobres iniciativas. Lamenta, e percebe-se que o faz com profundo sentimento de filantropia, a grande mortalidade que se verifica em Uberaba, **acusando a ignorância de noções de puericultura como fator responsável por esse desenlace**. De fato, essa causa – a falta de educação sanitária – é das que têm trazido, por toda parte, maior contingente à mortalidade infantil. Esta também tem profundas raízes enterradas no **analfabetismo que ainda se alastrava entre as mães**, tornando-as, como diz Clovis Correia, “impermeáveis às ideias e pensamentos escritos” e, por isso mesmo, dificultando a difusão de conhecimentos higiênicos, entre elas, por meio da linguagem escrita, que seria a pedra de toque para a realização dessa grande obra educativa. Pensamos que a propaganda ou melhor, a **educação sanitária das mães analfabetas** [...] deve ser ministrada pela enfermeira visitadora especializada – com tempo integral – que fosse de casa, levando às mães as noções indispensáveis de puericultura (LAVOURA E COMÉRCIO, 28/11/1934, p. 1; grifo nosso).

Além de acusar as mães pobres e analfabetas pela morte de seus próprio filhos, o discurso médico tinha como intento demonstrar para a sociedade a necessidade de um saber especializado na orientação e condução das famílias, além de legitimar a atuação da medicina enquanto campo competente para prescrever normas higiênicas e salutares. E ainda, o discurso médico “condenava autoritariamente quase todas as práticas populares de cuidados com a infância, transmitidos oralmente de geração a geração e que expressavam o saber autônomo das mulheres” (RAGO, 1997, p. 127). Retomando a matéria jornalística também era dito que:

[...] avulta, como fantasma terrível, o charlatanismo que por aí campela feroz e atrevido, enchendo às crianças de drogas mal indicadas ao seu tratamento, desregularizando os seus regimes alimentares [...] a ignorância, a credice em abusões, amuletos e feitiçarias, assim como, a tendência enorme para o charlatanismo são causas desta mortalidade [...] (LAVOURA E COMÉRCIO, 28/11/1934, p. 1).

De acordo com Campos, (2009, p. 184), “era imperioso administrar as massas miseráveis, os doentes e os analfabetos que não faziam parte da utopia de progresso que, naqueles tempos, disseminavam-se entre os grupos mais abastados”. Para tanto, a imprensa foi um valioso veículo de divulgação de um discurso que, embora voltado para as pessoas mais

abastadas - que tinham escolarização e acesso aos jornais – pretendia educar as classes mais pobres também de acordo com os padrões burgueses.

### 2.2.3 Pelo bem da nação: práticas eugenistas nas páginas dos jornais

No final da década de 1930 e início da seguinte, durante o Estado Novo, em meio aos artigos jornalísticos que contribuíram para consolidar uma imagem negativa da criança menos favorecida, também é possível encontrar matérias nas quais a imprensa promovia, em contrapartida, um tipo ideal de criança: bela, robusta e saudável. Embalada pelo discurso eugenista fortemente presente no pensamento cientificista da época, a imprensa deu ampla divulgação aos concursos de robustez infantil, promovidos em Uberaba pelo Lactário Whady Nassif sob o patrocínio do Centro de Saúde.

Os concursos de robustez infantil, que difundiam ideais e cuidados com a saúde da criança, foram bastante disseminados por todo o país, na maioria das vezes integrando o programa de comemorações da Semana da Criança. Em Uberaba, amplo destaque foi dado pelo *Lavoura e Comércio* ao certame realizado em 1940, cuja matéria, que ocupou mais de duas páginas inteiras do jornal, trazia o seguinte título e subtítulos:

Interessante prélio entre bebês sadios realizado pelo Lactário “Whady Nassif” sob o patrocínio do Centro de Saúde de Uberaba. O exuto que obteve o patriótico certame – A entrega dos prêmios – Os discursos pronunciados – Aclamados, com entusiasmo, os nomes do presidente Getúlio Vargas, general Góes Monteiro, ministro Gustavo Capanema, incentivadores da grande parada eugenica – Outra notas (LAVOURA E COMÉRCIO, 04/01/1941, p. 4).

O trecho do discurso transscrito a seguir, que traz as emblemáticas e pomposas palavras pronunciadas por Mario Figueiredo - chefe do Centro de Saúde de Uberaba e diretor do Lactário Whady Nassif – demonstra o quanto o ideal eugenético de fortalecimento e melhoria da raça por meio dos cuidados com a criança se fazia presente naquela ambição e temporalidade. As crianças robustas e bem cuidadas eram, acima de tudo, depositárias de esperanças, uma vez que possibilitariam ao país o enveredamento pela senda do progresso:

[...] O espetáculo grandioso, que aqui estamos presenciando, este quadro cheio de beleza, de alegria e santidade tem origem, meus senhores, nos princípios da conservação da espécie, nos princípios que afirmam a vida. Esta parada eugenica nada mais representa que uma manifestação espontânea da vida em si: vida destes bebês que se afirma na realidade serena, celestial, de seus sorrisos inocentes; vida destas mães amorosas, que numa demonstração eloquente de compreensão de seus deveres para com a sociedade, com a Pátria e com a Humanidade, exibem, orgulhosas, os frutos de seus esforços, vida da

Nação que contemplando estas criancinhas bem cuidadas e sadias se enche de fé e de confiança nos seus destinos; vida da Humanidade que tem no aperfeiçoamento de seus agrupamentos esparsos a garantia da promessa de uma era que talvez tarde mas que certamente chegará – a era de ouro tão sonhada por todos [...] (LAVOURA E COMÉRCIO, 04/01/1941, p. 5).

Esse objetivo de regeneração nacional por meio da criança só poderia ser alcançado com a participação da mulher-mãe. Naquele contexto, a maternidade atingiu proporções que iam além de um desejo pessoal e familiar, passando a ser uma aspiração daqueles que encaminhavam as políticas públicas de saúde e educação no país, conforme explicitado por Almeida (2004, p. 7): “repousa na mãe a responsabilidade pela saúde dos filhos e, consequentemente, pela projeção da Pátria no cenário internacional, pois nenhum país pode ser forte e soberano se seus cidadãos não possuem o perfil idealizado da raça que vai construir a nação”.

Mães que me ouvis! Continua vossa jornada como até aqui o fizestes. Fugi sempre e cada vez mais, daquele outro tipo de mães que só merecem nossa comiseração. Mães menos mães que individualidade mundana. Mães que negam o seio aos pequeninos inocentes porque os deveres de sociabilidade absorvem todo o tempo; mães que sacrificam a viabilidade do pequenino ser em holocausto à impecabilidade de seus contornos, estúpido preconceito de uma elegância mórbida enchendo cérebros vazios de uma individualidade de moral decadente. Mães que me ouvis! Pelo amor entranhado dessa Pátria imensa e bela que é a nossa, pela observação de sua grandeza e pujança harmonica, de forças e de saúde cerrais fileiras em torno da puericultura, ciência que vigia a gestação socorrendo-a com todos os recursos necessários, tomando depois o recen nascido debaixo de seus carinhos higiênicos acompanhando-a solícita e austera pelos primeiros roseos horizontes da vida até se torne ele fruto sazonado e são [...]. Ao terminar quero deixar consignada nossa profunda admiração a todas as mães que inscreveram seus filhos nesta prova de robustez. Nesse gesto nobre as mães uberabenses evidenciaram não só a beleza explendida da maternidade bem compreendida, como a beleza dos seus patrióticos sentimentos, pois que assim procedendo mostraram que sabem – formando seres fortes e sadios – servir à Pátria, à Humanidade e a Deus (LAVOURA E COMÉRCIO, 04/01/1941, p. 5).

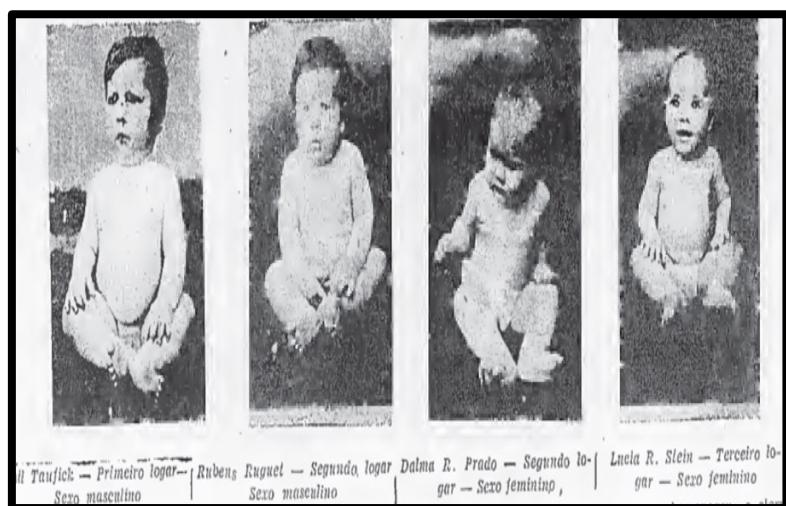
O excerto acima evidencia que, assim como havia um processo de dicotomização da infância, distinguindo as *crianças* (ricas) dos *menores* (pobres), o mesmo se repetia em relação às mulheres que não tinham ou não podiam ter filhos de acordo com o modelo idealizado pela sociedade. As mulheres que não correspondiam a esse ideal de mulher/mãe foram tachadas pelo conferencista de “mundanas” e “individualistas”, sendo dignas de comiseração. Por outro lado as demais, aquelas que haviam compreendido a “beleza esplêndida da maternidade”, eram dignas de louvores e aplausos por servirem não somente à Pátria, mas também à Humanidade e a Deus.

Para escolher as crianças vencedoras do concurso de robustez infantil, os jurados utilizaram a tabela de dados biométricos adotada pela Saúde Pública do estado e também percorreram a galeria dos retratos da “petizada” constatando, com prazer, “um elevado índice de robustez, aliado a uma grande vivacidade de expressão”. A matéria ainda dizia que a escolha daquelas crianças foi feita com “orgulho e satisfação”, haja vista que alguns bebês eram “filhos de pessoas que lutam com grande dificuldade de vida, e somente com enormes sacrifícios podem dispensar à prole o cuidado e o conforto necessário ao seu desenvolvimento e à sua saúde”. Tais concursos, portanto, apresentavam um ideal de infância que dificilmente poderia ser perseguido pelas famílias mais pobres uma vez que, conforme Wadsworth (1999), eles tentavam

[...] impor concepções de saúde infantil provenientes das elites, incentivando as mães pobres a se conformarem à condições de higiene que elas dificilmente poderiam colocar em prática. Os concursos procuravam reafirmar, perante a população mais carente, a necessidade de se adotar, no trato das crianças, os preceitos da higiene, que tão bons resultados poderia trazer para o país.

Na sequência, a imagem representada pela figura 13 mostra as fotografias das crianças vencedoras do prélio em Uberaba, que mereceram destaque no jornal local. Aparentemente todas eram brancas, belas, sadias e robustas, fato que revelava “a permanência de um ideal racial europeizado que marca pela exclusão a vivência de parte das crianças brasileiras” (VEIGA; GOUVEA, 2000, p.135).

FIGURA 13 -Vencedores do concurso de robustez infantil em Uberaba (1940)



Fonte: Lavoura e Comércio, 04/01/1941, p. 5.

Ainda se referindo aos concursos de robustez infantil, essas autoras observam:

Àqueles que tinham sua identidade definida a partir da identificação com tal modelo era dada a tarefa de construir o futuro da nação, espelhando em seu corpo e suas ações a responsabilidade de seu lugar social, o papel nas construção de tal futuro. Ao mesmo tempo, para aqueles que por sua conformação racial e inserção social eram impossibilitados da realização de tal ideal, tinham reconhecida pelo Estado e pela população sua especificidade, a ser contemplada através de práticas filantrópicas, auxílio e consolo (VEIGA; GOUVEA, 2000, p. 135).

Essa análise empreendida por Veiga e Gouvea (2000) pode ser melhor compreendida por meio de uma outra matéria publicada no *Lavoura e Comércio*, cujo título era bastante sugestivo: “Sociedades de assistência e culturais de Uberaba contribuindo para o aperfeiçoamento da raça brasileira” (LAVOURA E COMÉRCIO, 29/01/1944, p. 3).

Ao contrário da reportagem anterior, que apresentava bebês brancos, robustos, bem cuidados e, de acordo com os padrões eugênicos, perfeitos, essa publicação trazia um menino de nome Benedito Procópio, porém tratado, em diversos momentos do texto jornalístico, por “Pretinho”:

Benedito Procópio, um dos tipos de rua mais populares que nós já tivemos. Para que essa reportagem atinja à sua verdadeira finalidade, vamos rememorar, em rápidas linhas, a história de Benedito, o negrinho que nasceu e à luz das estrelas estaria vivendo até hoje, se não tivesse sido, em boa hora, conduzido para o Abrigo. Benedito veio ao mundo fadado unicamente ao sofrimento. Não chegou a conhecer seu próprio pai. Iniciou cedo uma vida de sofrimentos. Comia quando sua mãe conseguia da caridade pública um pedaço de pão ou um prato de comida. E assim foi crescendo Benedito. Aos cinco anos era um verdadeiro moleque como ninguém [...]. Para aumentar sua desdita, Benedito tinha um grande defeito físico [...]. Tinha o pé completamente torto, mas isso não o impediu, embora mancando e gingando, de praticar as mais terríveis diabruras (LAVOURA E COMÉRCIO, 29/01/1944, p. 3).

Além de Benedito não corresponder ao ideário de criança disseminado naquela época, pois era negro e pobre, também tinha um defeito físico que fazia com que fosse menos apto ao trabalho. Nesse sentido, ele seria praticamente inútil em uma sociedade na qual às pessoas de sua condição social estavam reservadas as atividades laborais que exigiam força física. Utilizando as palavras publicadas no jornal, o “pesinho torto” era um “eterno empecilho e uma humilhação”, pois “o impossibilitava de cumprir à risca suas obrigações” (LAVOURA E COMÉRCIO, 29/01/1944, p. 3).

FIGURA 14 - Benedito Procópio (1944)



Fonte: Lavoura e Comércio, 29/01/1944, p. 3.

Entretanto, o destino de Benedito mudou quando conheceu Antonio Alberto de Oliveira, diretor do Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira que, mesmo contra a vontade da mãe e sua própria, levou-o para ser internado na instituição. Quando Benedito se adaptou às normas do Abrigo, tornou-se um “menino exemplar” e o diretor “foi-se interessando mais diretamente por ele, estudando sempre um meio de operar aquele pesinho torto” (LAVOURA E COMÉRCIO, 29/01/1944, p. 3).

O médico Sabino Vieira, membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba, realizou, com êxito, uma cirurgia no pé de Benedito, que ficou “completamente livre do terrível defeito” e o Abrigo “teve o seu já grande conceito aumentado”, uma vez que novos “pedidos para internato de meninos vieram de vários municípios” e “os auxílios também aumentaram” (LAVOURA E COMÉRCIO, 29/01/1944, p. 3).

Na sequência da reportagem o redator dirigiu elogios à “Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba”, ao “Sanatório Dr. Sabino” e ao “Abrigo de Menores” e, por fim, apresentou o resultado da conversa que teve com Benedito após realização da cirurgia:

Benedito é um negrinho vivo e demonstra gozar de perfeita saúde. No seu andar pouco ou quase nada se nota do antigo defeito, que o constrangia a andar “ás bacadas”, mal podendo se sustentar sobre o pezinho torto. Meio receioso,

Benedito acomodou-se com o repórter em um banco, e tudo foi contando. Disse ter ido para o Abrigo á força do pulso de Antonio Alberto. Fez tudo para escapar, mas Chico o pegava sempre na “hora H”. Hoje, tem pelo Abrigo verdadeira adoração. Disse que, depois de Deus, tudo deve a Antonio Alberto e ao médico que o operou. A cura de seu defeito fisico foi para ele a maior satisfação de sua vida. Quanto á sua cura moral, talvez nem ele mesmo ainda sabe o alcance da sua significação. Benedito demorou-se com o repórter contando causas do Abrigo, dizendo que lá quer continuar por toda a vida, auxiliando no cultivo da terra e servindo de exemplo aos que, como ele, gritam e esbravejam quando para lá são conduzidos. Mostrou-nos o seu pézinho, completamente são, e teve palavras elogiosas para com seu médico (LAVOURA E COMÉRCIO, 29/01/1944, p. 3).

Embora tendo um final aparentemente feliz, com a cura do "defeito fisico" que importunava Benedito, chama a atenção, em sua história, saber que nem ele nem sua mãe queriam seu internamento no Abrigo de Menores. Tal fato permite reportar a Caponi (2000, p. 94-95), que explica que “na ética da compaixão, assim como na ética utilitarista, se parte de uma evidência; se acredita conhecer, sem sombra de dúvida, aquilo que representa um bem para quem será assistido”. Dessa forma, a crença de estar fazendo um bem acaba validando ações de violência – que pode ser física ou simbólica<sup>82</sup> - uma vez que não se estabelece o diálogo e não se ouve a voz daquele que é assistido. A caridade, portanto, possui uma “vertente impositiva, legitimadora de relações assimétricas e sociedades desiguais” (GUEDES, 2013, p. 21).

Com o êxito da cirurgia, Benedito passou a se sentir eternamente grato ao diretor do Abrigo e ao médico. Para Guedes (2013, p. 21), tal situação também é indicadora de uma relação assimétrica, uma vez que

Do lado de quem serve, há uma certeza que se conhece o que representa o bem para aquele que é assistido, acreditando-se ter uma responsabilidade absoluta sobre ele. A quem recebe, é exigido o pagamento dessa dívida, sob forma de reconhecimento, gratidão, humildade e obediência ilimitadas. A assimetria é legitimada por essas práticas, na medida em que supõe alguém debilitado, que apenas pode superar sua limitação com a ajuda de uma pessoa compassiva. Na ação caritativa, quem ajuda se engrandece, e quem recebe a ajuda, é diminuído ao recebê-la.

Bruckner (1997, p. 248-249), por sua vez, é categórico ao afirmar que:

[...] o escândalo ontológico da caridade reside na desigualdade entre o doador e o beneficiário, que, incapaz de se ajudar a si próprio, só pode receber, sem devolver nem corresponder. Amá-lo por essa única razão, prezar seu

<sup>82</sup>O conceito de violência simbólica, cunhado por Bourdieu (2010), diz respeito às relações de dominação nas quais não há violência física, mas existe um vínculo de domínio/submissão no qual os dominados, inconsciente e involuntariamente, assimilam os valores e a visão do mundo dos dominantes e desse modo tornam-se cúmplices da ordem estabelecida sem perceberem que são as primeiras e principais vítimas dessa mesma ordem. Para o autor, "o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (BOURDIEU, 2010, p. 7-8).

infotúnio é exercer sobre ele não a nossa nobreza d'alma, mas nosso desejo de poder. Queremos ser o proprietário do sofrimento do outro; nós o recolhemos e o destilamos como um néctar que vem nos consagrar. Portanto, existe uma caridade que eleva e prepara para a emancipação daquele que ajudamos, e existe outra que o rebaixa, o enterra em sua enfermidade, lhe pede que colabore para sua própria inumanidade. Com isso o filantropo moderno, em vez de amigo dos pobres, transforma-se em amigo da pobreza: os indigentes só sangram para permitir que ele cuide deles e extraia de sua perdição um prestígio inconsiderável.

Enfim, trata-se de uma hierarquia na qual aos sujeitos que estão em posição inferior restam a obediência, o favor e a proteção, ao invés dos direitos. Caponi (1999, p. 93), porém, alerta que “é preciso descartar a existência de um maquiavelismo consciente que prefere se apresentar como compassivo para poder exercer assim, mais livremente, o domínio e o poder”. Tanto as pessoas do Abrigo de Menores quanto as da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba foram prestativas para com Benedito, transformando sua situação de vida, sem se darem conta, talvez, da desigualdade e da distância que era consolidada entre os benfeiteiros e o beneficiário daquela ação.

#### 2.2.4 O problema do menor abandonado nas páginas do *Correio Católico*

Ao longo do ano de 1954, D. Alexandre Gonçalves do Amaral<sup>83</sup> – então arcebispo de Uberaba – publicou uma série de artigos no jornal *Correio Católico*<sup>84</sup> acerca do tema “menor abandonado”<sup>85</sup> com o objetivo de explanar “a conceituação que a Igreja tem do assunto e o modo mais eficaz e prático de se resolver o problema desafiador” (AMARAL, 1979, p. 70).

<sup>83</sup>Alexandre Gonçalves do Amaral nasceu em Carmo da Mata (MG) em 1906. Após o curso primário ingressou no Seminário de Mariana e em 1923 foi para o Seminário de Belo Horizonte. Nesse seminário exerceu as funções de diretor espiritual, professor de português, geometria, apologética, eloquência sacra, teologia dogmática e filosofia, vice-reitor e reitor. Em 1929 recebeu ordenação presbiteral. Em 1939 foi nomeado bispo de Uberaba, tendo apenas 10 anos de sacerdócio. Em 1939 tomou posse como sendo o quarto bispo de Uberaba, sucedendo a D. Luiz Maria de Santana. Tornou-se arcebispo em 1961. Foi pastor, evangelizador, pregador, conferencista, jornalista e escritor, além de membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Faleceu em 2002 (PAOLINELLI, 2009).

<sup>84</sup>Quando fundado, em 1896, esse jornal chamava-se Jornal de Uberaba. Em 1897 foi transferido para os padres dominicanos, passando a ser designado *Correio Católico*. Noticiava acontecimentos locais, nacionais e internacionais, mas seu principal objetivo era veicular o pensamento católico em Uberaba e região. Uma das formas de difundir o ideário católico foi por meio da coluna escrita pelo clérigo D. Alexandre Gonçalves do Amaral. Ao todo ele publicou 4.982 artigos doutrinários no espaço do jornal que ele mesmo intitulou “rodapé”.

<sup>85</sup>Vinte e cinco anos após a publicação desses artigos nas páginas do *Correio Católico*, ou seja, em 1979 – Ano Internacional da Criança - D. Alexandre reuniu-os em um livro que teve como título “Menor Abandonado e Criminalidade”. Na introdução da obra o arcebispo destacou que preferiu conservar o estudo “tal qual foi publicado pela imprensa, há um quarto de século” (AMARAL, 1979, p. 14). Além dos artigos referentes ao menor abandonado, o livro também contém artigos sobre o tema da criminalidade. A obra, portanto, foi dividida em duas partes sendo que a primeira reúne 22 artigos sobre o menor abandonado e a segunda comporta 23 artigos sobre a criminalidade. As citações aqui apresentadas foram retiradas do livro de D. Alexandre Gonçalves do Amaral, e não dos jornais originais, pelos seguintes motivos: o acervo do jornal *Correio Católico*

Nos primeiros artigos publicados o arcebispo dissertou, de forma geral, sobre esse grave problema social que era também, a seu ver, universal:

Como o problema da mendicância, do pauperismo, das desigualdades sociais, o problema do menor abandonado é a decorrência de uma causa universal, tão radical e profunda, que resulta mesmo na constituição metafísica da criatura humana, ferida pela grande questão social, que constitui a ruptura, a cisão do homem com o Criador, pela desobediência original (AMARAL, 1979, p. 18).

Ao atrelar a pobreza ao pecado original, o religioso legitimava a ideia de que esse era um problema que sempre existiu e que sempre existiria na sociedade. Tal pensamento dificultava a percepção da pobreza enquanto fruto das desigualdades sociais e, como tal, poderia ser combatida e até mesmo significativamente reduzida. Em outro artigo, D. Alexandre evidenciou quem deveria ser responsável pelo problema do menor abandonado:

[...] A Igreja não tem a incumbência direta de dar solução a estes problemas sociais. A Ela incumbe orientar os católicos, dar-lhes a doutrinação, santificá-los com os sacramentos e o santo sacrifício. Mas não Lhe compete diretamente resolver a questão social [...]. Compete é mesmo à Sociedade humana, através dos órgãos competentes, solucionar estes problemas. Apesar disso, a verdade é que a Igreja tem procurado até suprir a deficiência da Sociedade dos homens, incumbindo-se mesmo de realizações, que Ela apenas deveria orientar com a doutrina (AMARAL, 1979, p. 30).

Por meio dessas palavras D. Alexandre queria deixar claro quais as incumbências de cada segmento - Igreja, sociedade e administração pública - frente ao problema do menor abandonado. Para o arcebispo, a Igreja estava acima da sociedade humana, uma vez que tratava-se de uma “instituição milenar e designada por Deus para representar sua vontade na terra” (LUCENA, 2011, p. 63). Por esse motivo, cabia à sociedade a resolução dos problemas sociais, através dos órgãos competentes, devendo a Igreja apenas cuidar dos aspectos doutrinários da fé. Dessa forma, quando a Igreja inaugurava instituições católicas de atendimento aos menores, ela estava fazendo "mais do que é seu dever" (AMARAL, 1979, p. 31), que era preocupar-se em catequizar os fiéis.

Entretanto, a criação de instituições de atendimento a menores abandonados pela Igreja Católica acabava sendo uma forma de doutrinação e de imposição de sua presença frente à sociedade, como foi o caso do Orfanato Santo Eduardo, cuja criação teve como objetivo

---

de Uberaba foi digitalizado e disponibilizado para consulta no *site* da Hemeroteca Digital de Uberaba, em parceria com o Arquivo Público Mineiro. Entretanto, o acervo digital referente ao ano de 1954 está incompleto e, dentre as edições disponíveis, não foram localizadas aquelas nas quais foram publicados os artigos referentes ao menores abandonados. Quanto às edições impressas encontradas no Arquivo Público de Uberaba, as edições referentes ao ano de 1954 estão em processo de restauro.

primordial impedir o avanço da doutrina espírita na cidade, assunto que será melhor examinado na quarta seção.

Por outro lado, mesmo considerando a responsabilidade da administração pública em relação ao problema do menor abandonado, D. Alexandre reconhecia a falta de comprometimento dos políticos frente a essa questão, motivo pelo qual ele dizia que era preciso "não colocar o problema a serviço de qualquer pessoa ou entidade. As pessoas particulares, bem como as entidades, é que devem estar a serviço do problema" (AMARAL, 1979, p. 33). D. Alexandre estava se referindo, especialmente, aos candidatos a cargos públicos que utilizavam da causa do menor abandonado como forma de captar votos, sem preocupar em implantar um programa objetivo e real para solução do problema:

Será porque, em geral, meninas de Orfanatos ou meninos de Abrigo de Menores não têm idade para serem eleitores e oferecer votos em troca, enquanto jogadores de "foot-ball" são eleitores? Comovedor é o intercâmbio dos homens civilizados com a elevação nobilitante dos seus contratos: "Du ut des<sup>86</sup>"! (AMARAL, 1979, p. 35).

Para D. Alexandre, além do interesse pessoal e político, o interesse religioso (ou, conforme dito pelo arcebispo, anti-religioso) também dificultava a solução do problema do menor abandonado, segundo apresentado no artigo que tinha como título "Aspectos desoladores de injustiças oficiais". Nesse artigo o religioso explicava que as subvenções a serem destinadas a obras assistenciais eram retiradas dos impostos pagos pela população. Entretanto, a justiça não seguia "um princípio fundamental e simples" que era a distribuição das subvenções "proporcionalmente ao valor das obras, das instituições particulares e, também, proporcionalmente ao número dos contribuintes, que pagam os seus impostos [...] respeitados os princípios, as convicções religiosas destes contribuintes" (AMARAL, 1979, p. 38). De forma didática, o arcebispo explicava:

Suponhamos que se trata de uma obra educacional. Se a lei estabelece que, por exemplo, onze por cento das arrecadações de impostos sejam atribuídos a obras de educação, segue-se daí que, no Brasil inteiro, para a subvenção de obras educacionais, onze por cento devem ser atribuídos ao conjunto de todas as obras deste gênero [...]. Além disso, em se tratando de obras sustentadas por pessoas de convicções religiosas diferentes, é necessário levar em consideração a percentagem da população brasileira, segundo o critério religiosos dos contribuintes. Digamos que os católicos temos noventa e cinco por cento da população brasileira e as outras convicções ou faltas de convicções religiosas possuem os restantes cinco por cento da população. A justiça exige, então, que as obras católicas de educação, as instituições confessionais católicas tenham, para a distribuição das subvenções federais, direito aos noventa e cinco por cento dos onze por cento destinados às obras

---

<sup>86</sup> Dando que se recebe.

de educação, mantidas por particulares. As outras convicções religiosas ficam com o direito aos restantes cinco por cento dos onze por cento, destinados a obras educacionais [...]. Claro, evidente, óbvio é que um crente protestante não intencionava financiar obras católicas, como um católico não tem dever algum de contribuir para obras de protestantes [...]. Infelizmente, o que se vê é a equiparação indébita, quando não a superação das porcentagens mínimas relativamente à máxima (AMARAL, 1979, p. 39).

As palavras do arcebispo em relação às subvenções permitem inferir que, quando se abria uma instituição confessional não-católica, a preocupação da Igreja não era somente com a perda de terreno no campo religioso, uma vez que essas instituições – espíritas ou protestantes - iriam doutrinar sua clientela de acordo com suas próprias convicções. Ela se preocupava, também, com a diminuição dos recursos financeiros provenientes dessas subvenções, já que eles seriam distribuídos de acordo com o número de instituições, sem fazer a proporção de acordo com a religião dos contribuintes. Se a Justiça seguisse esse princípio, as instituições católicas, obviamente, sairiam ganhando, tendo em vista o alto índice de pessoas que eram ou pelo menos se declaravam católicas naquela conjuntura e ambiência<sup>87</sup>.

Também chama a atenção, nas palavras do arcebispo, a afirmação de que "um crente protestante não intencionava financiar obras católicas" e vice-versa. Diante da situação do menor abandonado que ficava pelas ruas vadiando, mendigando e até mesmo cometendo delitos, talvez a população não estivesse tão preocupada com a orientação religiosa das instituições que receberiam a subvenção do governo, mas sim com a retirada desses meninos e meninas das ruas, diminuindo o risco representado por essas crianças e melhorando o aspecto da cidade, conforme já mencionado no decorrer dessa tese.

Nos artigos seguintes publicados no *Correio Católico*, D. Alexandre destacou o estudo "sério e seguro" feito por Maria Josefina Rabello Albano<sup>88</sup>, cujo título era "Proteção à infância abandonada e delinquente no Brasil", publicado na revista A Ordem<sup>89</sup> em 1940. Após leitura da tese, D. Alexandre concluiu que "o problema [do menor abandonado] está admiravelmente

---

<sup>87</sup>No recenseamento de 1940, por exemplo, Uberaba tinha uma população de 58.984 habitantes. Desses, 54.365 se declararam católicos romanos, ou seja, 92,16% da população. 572 se declararam protestantes; 42 ortodoxos; 15 israelitas; 281 budistas; 3.275 espíritas; 56 de outra religião; 341 sem religião e 37 de religião não declarada (BRASIL, 1950, p. 560-561).

<sup>88</sup>Maria Josefina Rabello Albano foi aluna da primeira turma do curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social do Instituto Social do Rio de Janeiro (hoje Departamento de Serviço Social da PUC-Rio). A tese que lhe conferiu o título de assistente social, defendida em 1940, foi sobre a situação da criança no Rio de Janeiro. Sua banca de defesa foi composta por Olinto de Oliveira, diretor da Assistência, Maternidade e Infância do Departamento Nacional da Criança; Augusto Sabóia Lima, desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do antigo Distrito Federal; Manoel Lourenço Filho, pedagogo e diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; e Stella de Faro, fundadora do Instituto Social (SILVA, 2012).

<sup>89</sup>Principal veículo de difusão das posições católicas fundado em 1921 (SAVIANI, 2010).

resolvido, na legislação civil brasileira" (AMARAL, 1979, p. 45). A legislação, por sua vez, "coloca o problema todo a cargo dos Juízes de Menores". Entretanto, os juízes "são responsáveis por tudo, mas, simultaneamente, são destituídos de meios para tudo", uma vez que faltam instituições especializadas "para a internação, a recuperação, a reeducação, a restauração do menor abandonado" (AMARAL, 1979, p. 47).

Tais palavras reforçam, mais uma vez, a cultura da institucionalização instalada na cidade e no país, que via nas instituições de internamento a única forma de "recuperar, regenerar e restaurar" os menores abandonados para que eles se tornassem pessoas aptas ao trabalho e, portanto, úteis à Nação.

Ainda sobre a tese de Albano, D. Alexandre reproduziu e endossou as causas do abandono por ela apresentadas: as causas econômicas (desemprego, salário insuficiente, família numerosa, doença, morte ou prisão de quem sustenta a família); as causas sociais (nocividade no ambiente de vida do menor como habitações coletivas, favelas, mocambos, etc. ou quando a progenitora trabalha fora de casa) e as causas morais (desordens da família, separação dos pais, uniões ilegítimas, o "triste fato histórico das mães solteiras" (AMARAL, 1979, p. 50) e ainda os vícios como alcoolismo, prodigalidade, jogos e vícios sociais).

Analizando as causas apontadas por Albano (econômicas, sociais, morais e os vícios) é possível depreender que todas estavam, de uma forma ou de outra, associadas à pobreza, fato que reforça, mais uma vez, a dicotomia instalada no pensamento vigente que associava delinquência à pobreza, como se nas famílias das classes abastadas os jovens fossem isentos de praticar desvios que contrariasse a ordem vigente.

Feitas essas considerações gerais, o arcebispo passou a apresentar, em seus artigos, a "solução concreta para Uberaba" (AMARAL, 1979, p. 69) para o problema do menor abandonado. Sobre as instituições já existentes na cidade, D. Alexandre dizia que elas não eram em número suficiente, além de não estarem suficientemente aparelhadas: "falta de recursos econômicos, financeiros, falta do amparo, falta de recursos pedagógicos, oriundos de acomodações reduzidas, de carência de material pedagógico e, mesmo de formação pedagógica especializada do seu pessoal indispensável" (AMARAL, 1979, p. 73).

Quanto às instituições que precisavam ser criadas o arcebispo destacou, primeiramente, o Serviço de Assistência Social do Juízo de Menores, que estabeleceria o vínculo entre as instituições e o Juízo de Menores e entre estes e as famílias e menores abandonados. A segunda instituição seria uma escola especializada de agricultura e pecuária e, por fim, "uma obra de

preservação ou de regeneração para as menores expostas ao perigo moral, ou já mergulhadas nele" (AMARAL, 1979, p. 75).

A seguir ele apresentou um "desfile das instituições" já existentes na cidade, destacando o trabalho realizado pelo Externato São José, pelo Orfanato Santo Eduardo e pelo Abrigo de Menores<sup>90</sup>. Mencionou também a existência do Hospital da Criança, do Senai<sup>91</sup> e do Instituto dos Cegos<sup>92</sup> - sendo que essa última, inteiramente leiga, foi enaltecida por ele porque "não demonstra a mínima hostilidade à Igreja Católica" (AMARAL, 1979, p. 90). Sobre as instituições não-católicas de assistência à infância, o arcebispo declarou:

Os que combatem a nossa Fé têm direito de realizar as suas obras, como têm direito de existir. Nós não temos obrigação de amparar as suas obras, nem eles têm o direito de esperar isto de nós [...]. O que não poderíamos louvar, nem permitir, seria que os menores de famílias católicas fossem enviados a instituições anti-católicas (AMARAL, 1979, p. 90-91).

A partir da leitura dessa série de artigos publicados por D. Alexandre no *Correio Católico* é possível concluir que, embora os textos tivessem como pretexto tratar a questão do menor abandonado, pouco foi dito, na verdade, sobre ele. Além disso, suas reflexões não abordaram o menor enquanto sujeito social, mas enquanto problema social. Pela leitura desses artigos também é possível depreender que, para D. Alexandre, acima da causa do menor estava a causa do catolicismo, motivo pelo qual a defesa da religião esteve no centro das reflexões apresentadas.

A propósito, D. Alexandre foi um ferrenho defensor da causa católica, ficando conhecido por todo o Brasil como "O Bispo da Ação Católica". Por ocasião do decreto<sup>93</sup> assinado por Francisco Campos, por exemplo, que restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas, D. Alexandre (que na época era padre) publicou um artigo, também no *Correio*

---

<sup>90</sup>Essas três instituições serão destacadas nas seções seguintes.

<sup>91</sup>Desde a década de 1920 Uberaba aspirava por um Liceu de Artes e Ofícios, instituição que deveria oferecer ensino profissional especialmente aos jovens. A propósito, um dos maiores defensores dessa modalidade de ensino no país foi o uberabense Fidélis Reis, que enquanto deputado encaminhou à Câmara Federal um projeto de lei que previa a obrigatoriedade dessa modalidade de ensino no país. No início da década de 1930 o prédio onde deveria funcionar o Liceu em Uberaba já estava construído. Entretanto, o prédio do Liceu, assim como o prédio do Grupo Escolar Minas Gerais foram emprestados para o Batalhão da Polícia Militar, que de lá saiu somente na década de 1940. Quando o prédio do Liceu foi liberado, em 1947, o governo fez sua doação ao Senai, que lá se instalou e continua funcionando até os dias atuais (SOUZA, 2012; RICCIOPPO, 2010).

<sup>92</sup>O Instituto de Cegos do Brasil Central (ICBC) foi fundado em Uberaba no ano de 1942, tendo como público adultos e crianças cegas ou com baixa visão. Desde sua fundação atendia os alunos no sistema de internato e externato. Como a grande maioria dos alunos era de baixa renda, o Instituto custeava o material de estudo, alimentação e insumos na oficina técnica profissionalizante, além dos produtos de higiene dos internos (LEÃO JÚNIOR, 2015).

<sup>93</sup>Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931 (BRASIL, 1931).

*Católico*, cujo título era "O Decreto sobre o ensino Religioso nas escolas - protestos, pretextos e protestantismo", no qual ele criticava aqueles eram contrários à legislação:

Não obstante ser a religião catholica a da maioria, quase totalmente dos brasileiros, tendo como adversários apenas alguns milheiros de elementos heterogeneos - livres pensadores, ímpios systemáticos, acadêmicos philosophantes, encyclopédicos sediços da Revolução Francesa e concomitante caterva de hereges protestantes e de uma leva de ministros protestantes norte-americanos sustentados pelo dollar a bom câmbio dos quaes o fim sobrenatural nunca foi a salvação da alma de ninguém e sim americanamente falando a DESNACIONALIZAÇÃO do Brasil, que mais querem estes, impagáveis pensadores, liberalismos encyclopedicos puritanissimos o que querem é a destruição da Egreja Catholica entre nosso povo (BITTAR, 2006, p. 59; grifo do autor)<sup>94</sup>.

O retorno do Ensino Religioso nas escolas contrariava os ideais escolanovistas<sup>95</sup>, que defendiam, além da laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação, sendo que essa última pode ser compreendida como a não “separação entre alunos de um e outro sexo, a não ser quando justificada por aptidões psicológicas ou profissionais” (SAVIANI, 2010, p. 245).

Entretanto, assim como a laicidade, a coeducação também não era bem vista pelos católicos, motivo pelo qual o presidente do Conselho Particular Vicentino de Paraisópolis havia enviado representação ao presidente do Estado pleiteando “uma sábia e importante medida de moralização do actual sistema educativo adoptado em nosso Estado, alvitmando e solicitando seja supprimido o sistema de coeducação” (CMDU, 1920 a 1940). Essa solicitação obteve apoio do então Bispo de Uberaba, que respondeu ao presidente do Conselho dos Vicentinos dizendo que tratava-se de “[...] uma iniciativa que repto do mais alto interesse para a educação moral dos meninos e meninas que frequentam as escolas publicas do Estado, não poderia sonegar-lhe o meu inteiro apoio [...]” (CMDU, 1920 a 1940).

Ainda acerca da defesa do catolicismo, são notórios os embates protagonizados por D. Alexandre nas páginas do *Correio Católico* contra Orlando Ferreira, o Doca, quando ele publicou o livro Pântano Sagrado (FERREIRA, 1948)<sup>96</sup>, obra na qual criticava o clericalismo

<sup>94</sup>Este recorte jornalístico foi retirado da pesquisa de Bittar (2006), e não da fonte original devido ao fato de que, em consulta aos exemplares disponíveis tanto no Arquivo Público de Uberaba como na hemeroteca digital, essa edição não foi localizada. De acordo com o autor, esse artigo de D. Alexandre foi publicado na edição nº 370 do *Correio Católico*, de 06/06/1931.

<sup>95</sup>A divulgação, pelos escolanovistas, do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932, ocasionou sérios embates entre os renovadores e os setores da sociedade que não comungavam os mesmos ideais, especialmente a Igreja Católica. O conteúdo proposto pelos renovadores contrariava os interesses da Igreja Católica, que passou a tachar o teor do Manifesto como “anticristão”, “antinacional”, “anti-humano” e “anti-católico” (SAVIANI, 2010, p. 254).

<sup>96</sup>No livro Pântano Sagrado, Orlando Ferreira teceu severas críticas ao clero e fez sátiras contra D. Alexandre, considerado por ele um “inquisidor moderno”, e o papa Pio XII, o qual chamou de “monstro do Vaticano”.

católico (RICCIOPPO, 2005) e também contra o jornal *A Flama*<sup>97</sup>, periódico de iniciativa espírita (SILVA, 2002).

Cabe observar, porém, que a defesa ardorosa do catolicismo por D. Alexandre não era algo inerente a sua personalidade apenas. Havia uma movimentação em âmbito nacional do clero católico em defesa dessa religião e contra a difusão de outras doutrinas entre a população. Em Uberaba, antes mesmo de D. Alexandre ser ordenado padre, a Igreja empenhou-se veementemente pela hegemonia na educação e contra a vinda de instituições educacionais não católicas para a cidade.

Na década de 1910, por exemplo, o espírita e professor João Augusto Chaves havia fundado na cidade o Colégio Uberabense, para ambos os sexos, com a promessa de que não haveria ensino de religião de espécie alguma na instituição. Entretanto, conforme pronunciamento do próprio professor Chaves, os dominicanos ficaram indignados com sua atitude e lançaram um artigo no jornal prevenindo as famílias para não matricularem seus filhos naquela escola (SILVA, 2002).

Na década seguinte o Colégio Metododista Granbery, de orientação protestante, tentou se instalar no município. Na ocasião o legislativo municipal havia aprovado, em 7 de abril de 1924, a lei nº 429 referente a concessões para a fundação desse estabelecimento de ensino na cidade que seria responsável pela instalação “de um ginásio, de uma escola normal (na qual seriam matriculados gratuitamente 12 alunos) e um patronato agrícola, onde seriam recolhidos 300 alunos, gratuitamente”, conforme informado por Bilharinho (2014, p. 161).

Entretanto, a aprovação dessa lei fez com que os católicos se mobilizassem e, liderados por João Teixeira Álvares<sup>98</sup>, realizaram intensa campanha na Câmara Municipal e na imprensa, conseguindo sua revogação. Mesmo diante da possibilidade de o estabelecimento de ensino beneficiar a infância e a juventude carente da cidade, os representantes católicos optaram por manter sua hegemonia no campo educacional ao qual tinham acesso somente aqueles

---

Após publicação do livro, D. Alexandre abriu um inquérito contra Orlando Ferreira, cujo resultado foi favorável ao bispo: o autor teve que se retratar socialmente, por meio dos jornais da cidade, afirmando que não escreveria outras obras de cunho anticlerical. Seus livros foram retirados da gráfica e queimados (RICCIOPPO, 2005).

<sup>97</sup>De acordo com Silva (2002), na década de 1940 foi travada uma verdadeira batalha entre os jornais *Correio Católico* e *A Flama*. Cada jornal, em suas respectivas colunas, passou a publicar artigos provocativos, refutando e rechaçando a doutrina do outro. O conflito foi agravado quando o jornal espírita envolveu a figura do papa em seu contra-ataque, levando D. Alexandre a denunciá-lo às autoridades políticas da capital. Como resultado, o Departamento de Imprensa e Propaganda suspendeu o jornal, que só voltou a funcionar quatro anos depois.

<sup>98</sup>João Teixeira Álvares foi uma importante liderança religiosa e profissional (no campo da Medicina) da cidade de Uberaba. Foi um monarquista e um católico convicto, além de ter sido o fundador da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba e do Círculo Católico. Nasceu em 1858 (1860?), em Santa Luzia (GO) e faleceu em 1940, em Uberaba (BILHARINHO, 2014).

provenientes das famílias economicamente favorecidas, uma vez que os pobres não tinham condições de matricular seus filhos nos tradicionais colégios católicos existentes na cidade que eram o Colégio Nossa Senhora das Dores, voltado para o público feminino, e o Colégio Diocesano, para o público masculino.

A propósito, cabe observar que, embora João Teixeira Álvares não fosse um clérigo, era uma personalidade extremamente radical na defesa do catolicismo. Em junho de 1931, por exemplo, ele escreveu um artigo no qual dizia que "[...] a Igreja Catholica Romana por ser a religião da elite do mundo além de ser a única verdadeira, seus dogmas devem ser ministrados nas escolas do Brazil e aos outros credos não será permitido o acesso nos estabelecimentos de ensino, sejam oficiais ou não" (BITTAR, 2006, p. 59). Para ele, a ausência do ensino religioso ocasionaria uma república ateia, onde "as crianças estão sujeitas a toda sorte de infortúnios tornando-as no futuro criminosos de primeira ordem" (BITTAR, 2006, p. 60).

Teixeira, portanto, acrescentou outro coeficiente, além da pobreza e da falta de ocupação, na formação de futuros delinquentes: a privação dos conhecimentos originários da doutrina católica que era, a seu ver, a única capaz de salvar a humanidade. Em 1917 ele publicou uma série de artigos na coluna do *Lavoura e Comércio* intitulada "Boletim do Círculo Catholico de Uberaba" que mais tarde foram reunidos no livro intitulado "Seita Maldita". Nesses artigos, além de atacar o espiritismo ele mostrava-se favorável à perseguição dos adeptos dessa doutrina e ao fechamento dos centros e escolas espíritas do país:

[...] o espiritismo, como tantos outros crimes<sup>99</sup>, tende a alastrar pelo Brasil, semelhante a um vírus pestilento, que se inocula pela nossa população menos culta, produzindo males que nem se pode enumerar. Obsessados pelas pseudodoutrinas espíritas, e levados a mais das vezes por motivos inconfessáveis, muitos proselytos dessa demonolatria assentam suas bancas nos logares mais públicos e ali estabelecem o seu commercio immoral e as suas indecentes mystificações. Procuram desviar o povo com seus sentimentos e práticas religiosas e, com o pretexto de remedios e curas milagrosas, vão embuindo as multidões e enganando os miseráveis incautos. Que a polícia tome nota da decisão do Supremo Tribunal Federal fechando esses Centros e Escolas Espíritas, onde a par da immoralidade e do mercantilismo, campeia a loucura em todas as suas mais perigosas formas. Fechar esses antros de miséria, processando seus diretores e proprietários será o maior e mais patriótico serviço que nos poderá prestar a polícia, cumprindo assim a sua alta missão de zelar pela moral e pelos bons costumes (JORNAL DE UBERABA, 7/10/1917, p. 2).

---

<sup>99</sup>O Código Penal de 1890, em seu artigo 157, além de considerar a prática do espiritismo como um crime contra a saúde pública, associava-o à magia e ao curandeirismo (BRASIL, 1890).

Esses artigos levaram Orlando Ferreira, já citado anteriormente, a publicar um livro em resposta a essas provocações e denúncias contra o espiritismo. Na obra “Pela Verdade: Catolicismo X Espiritismo” (FERREIRA, 1919), o autor defendeu essa doutrina e demonstrou como o catolicismo, a seu ver, fanatizava as pessoas, sendo responsável pelo atraso do povo brasileiro (RICCIOPPO, 2005).

Retomando as publicações de D. Alexandre no *Correio Católico* sobre a questão do menor abandonado, percebe-se que os textos escritos por ele evidenciaram que, aos olhos do clero, a questão do menor abandonado era um “problema” e, como tal, deveria ser delimitado, conceituado, mensurado e equacionado. A solução do problema, por sua vez, só seria possível em harmonia com a religião, conforme palavras do arcebispo:

[...] em uma das publicações da imprensa local, tratando-se do assunto, afirmou-se que o problema do Menor Abandonado precisa ser resolvido, colocando-se de lado qualquer preocupação de ordem religiosa. Achamos isso um grave erro [...]. Na obra da educação, o fator religiosos é o mais fundamental, é o principal. Logo, não se pode pôr de lado a preocupação com o problema religioso, na solução do problema do Menor Abandonado (AMARAL, 1979, p. 94-95).

Não se tratava apenas de "não por de lado a questão religiosa". Para o arcebispo, o problema do menor abandonado só seria solucionado mediante a intervenção direta da Igreja: "uma das causas mais radicais da ausência de solução para o problema do menor abandonado está na preocupação, consciente ou não [...], mas muito real, de se remover a influência eclesiástica, sacerdotal, na solução definitiva" (AMARAL, 1979, p. 29).

Nota-se, assim, que muito mais do que um veículo utilizado pelo clero católico para propagar seus valores e sua doutrina, a imprensa escrita serviu para que a Igreja atestasse sua hegemonia frente à sociedade, particularmente aos leitores que acompanhavam diariamente as “notas de rodapé” escritas por D. Alexandre.

A propaganda do *Correio Católico* veiculada no próprio jornal (figura 15) tornava explícito o poder exercido pela imprensa católica frente à sociedade. Para o poder eclesiástico, na luta contra aqueles que eram hostis ao catolicismo, a palavra publicada por meio da imprensa, simbolizada pela pena, era uma arma mais poderosa que a espada. A referência à pena já havia sido feita na Pastoral Coletiva de 1890, emitida pelo episcopado católico brasileiro após a proclamação da República diante da iminência da elaboração da constituição que estabeleceria a separação entre Igreja e Estado: “Se Deus vos tiver comunicado o dom de falar e a ciência do escrever, a vossa voz e a vossa pena estarão ao serviço da Igreja” (NEVES, 2013, p. 1).

FIGURA 15 - Propaganda do jornal *Correio Católico* (1954)



Fonte: Correio Católico nº. 1.651, de 26/10/1954, p. 2.

Os bispos brasileiros, portanto, tinham plena consciência do poder da palavra – seja pronunciada nos púlpitos ou registrada por meio da imprensa escrita – não só para transmitir sua doutrina e compor uma opinião pública a eles favorável, mas também para legitimar seu poder e inculcar valores e ideologia. Retomando as reflexões de Baczko (1985) acerca da relação entre os meios de comunicação e os imaginários sociais, é possível que inferir o jornal *Correio Católico* desempenhou a função de guardião do imaginário social e, ao mesmo tempo, ajudou a construir esse imaginário, reforçando aspectos que a Igreja Católica pretendia construir e preservar.

## 2.2.5 A imprensa e “o problema angustioso da gente pobre”<sup>100</sup>

Ao longo do século XX a miséria urbana foi tematizada pela imprensa brasileira, retratando as contradições de um país em processo de mudança, que ansiava pela modernidade e pelo progresso mas que, ao mesmo tempo, não conseguia ocultar seus pobres, pessoas que,

<sup>100</sup> Referência a uma matéria publicada no *Lavoura e Comércio* em 25/10/1943, cujo título era “Uberaba e o problema angustioso da gente pobre” (FERREIRA, 1982, p. 92).

além de estarem associadas ao atraso e à incivilidade, representavam o avesso da sociedade que se pretendia construir:

Nessas formas de encenação pública, a pobreza é transformada em paisagem que lembra a todos o atraso do país, atraso que haverá de ser, algum dia, absorvido pelas forças civilizatórias do progresso. Paisagem que rememora as origens e que projeta no futuro as possibilidades de sua redenção, a pobreza não se atualiza como presente, ou melhor, na imagem do atraso, aparece como sinal de uma ausência (TELLES, 1999, p. 104).

Em Uberaba a situação não foi diferente. A disposição das elites locais em forjar uma imagem, via imprensa, de uma cidade progressista e promissora, contrastava com as referências feitas, nos próprios jornais, acerca da situação dos mendigos – adultos e crianças – que “imploravam a caridade” pelas ruas uberabenses, oferecendo aos visitantes uma paisagem descrita como “triste espetáculo”:

Uberaba está agora a braços com um problema social dos mais serios, a mendicancia que nestes últimos tempos tomou entre nós proporções assustadoras. Em casa, na rua, no trabalho, somos assaltados diariamente por uma infinidade de mendigos – homens, mulheres e crianças -, que nos estendem as mãos supplicantes, implorando a caridade. E quando alguém lhes nega esmola, na desconfiança de que está sendo explorado, pois os que vivem a explorar o publico, começam os pedintes por desenrolar a serie de seus padecimentos, chegando alguns deles a cumulo de exibirem as suas mazelas e defeitos physicos (LAVOURA E COMÉRCIO, 9/11/1919, p. 2).

A pobreza, portanto, “não era envergonhada e não permanecia silenciosamente doente atrás de portas fechadas”; ao contrário, “ela se espalhava pelas ruas por meio da mendicância, do ruído, do crime, da ameaça de doenças [...]” (DAVIS, 1990, p. 29). Conforme publicado no jornal, a mendicância pública era um espetáculo deprimente: “homens de chagas mal-cheirosas, cheias de moscas; aleijados arrastando-se pelo chão como répteis, mulheres magras com crianças sujas em derredor - todo um inferno de misérias pelas ruas” (GAZETA DE UBERABA, 30/04/1936, p. 1).

Tratava-se de uma situação que, conforme Telles (1999), podia provocar ora o desconforto, ora a compaixão, mas não a indignação moral. Para minorar o desconforto causado diante dessa “paisagem urbana”, a solução encontrada pela sociedade e disseminada pela imprensa consistia na construção de novas instituições assistenciais:

Só podemos attribuir o desenvolvimento dessa ferida social que nos ameaça a insuficiencia de asylos e hospitaes que recebem e alimentam os mendigos. As duas ou tres instituições de caridade que possuimos, para as quais não sabemos porque vai rareando o auxilio particular, pela sua deficiencia e condições hygienicas não podem mais receber sob seu tecto os desafortunados (LAVOURA E COMÉRCIO, 9/11/1919, p. 2).

A criação de novas instituições era uma tentativa de mascarar a pobreza por meio do isolamento daquelas pessoas de comportamento cabuloso, sem investimento em políticas que pudessem ao menos minimizar o problema. Duas décadas depois da publicação dessa matéria, essa forma de pensar continuava sendo disseminada pela imprensa local: “[...] o ideal seria o internamento de todos os mendigos em estabelecimentos apropriados, onde tivessem a assistência coletiva, e livrassem as nossas vias publicas dessas presenças pouco desejadas, por deporem contra nossos fóros de civilização” (LAVOURA E COMÉRCIO, 20/11/1940, p. 2).

Outra questão que preocupava a sociedade era com aqueles que “exploravam a caridade”, ou seja, pessoas que tinham condições de trabalhar, mas preferiam viver às custas das esmolas recebidas:

Urge, por isso, numa providencia qualquer, não só por parte das autoridades que devem evitar que seja a caridade publica explorada pelos que ainda podem trabalhar, como por parte dos particulares, dos bons christãos e instituições caridosas, que precisam concorrer com os meios ao seu alcance, a fim de que a nossa cidade não ofereça aos que nos visitam espetaculo triste como o que nos referimos (LAVOURA E COMÉRCIO, 9/11/1919, p. 2).

O tema da “exploração da caridade”, também foi encontrado nos jornais uberabenses na década de 1940, situação que levou as autoridades policiais a procederem ao “fichamento dos mendigos”, medida que possibilitaria, segundo essas autoridades, distinguir aqueles que eram “criaturas necessitadas e miseráveis” daqueles que, “robustos e capazes, fazem da mendicância profissão e meio de exploração, quando poderiam ser úteis à coletividade com seu trabalho” (LAVOURA E COMÉRCIO, 20/11/1940, p. 2).

A propósito, a prática da mendicância – tanto a “verdadeira” quanto a “profissional” não era, obviamente, algo peculiar à sociedade uberabense, mas um fenômeno típico da pobreza urbana. Davis (1990), ao estudar a configuração da pobreza no continente europeu, elucida:

Quem eram os mendigos? Uma pequena minoria eram homens adultos, trabalhadores qualificados e não qualificados, temporariamente sem serviço. Alguns eram novos na cidade; outros, seus habitantes de sempre. Mas o que os diaristas e artesãos pobres costumavam fazer quando viam as coisas ficavam difíceis era mandar seus filhos pedirem esmolas [...]. E assim os cidadãos se queixavam do “grande número de criancinhas chorando e gritando de fome e de frio dia e noite pela cidade, fazendo uma estupenda algazarra nas igrejas, a perturbar a devoção do povo [...]”. Além das crianças, quem fazia barulho e escândalo pelas ruas eram os mendigos profissionais, homens e mulheres que raramente, se é que o faziam, trabalhavam por pagamento e que usavam de toda sua qualificação para recolher esmolas (DAVIS, 1990, p. 29).

Sobre esse tema também são importantes as proposições de Weber (2010), ao analisar a contribuição da religião – no caso, a protestante – para o desenvolvimento do capitalismo. De

acordo com esse autor, a ética protestante via o trabalho como um valor positivo, já que ele era uma forma de louvar a Deus. Em contrapartida, a exegese protestante também exortava que "quem pede esmola estando apto ao trabalho não só comete o pecado da preguiça, como também afronta o amor ao próximo [...]" (WEBER, 2010, p. 148).

Para resolver o problema da mendicância profissional em Uberaba, o “enérgico delegado de polícia especial” realizou uma campanha na cidade que consistia em:

[...] um expurgo entre os mendicantes maiores e menores dessa cidade por meio de uma ficharia de todos os pedintes, sendo que aqueles que forem julgados realmente pobres e não tenham assistencia de nossos asilos, já superlotados, receberão uma ficha ou placa que os habilitará a recorrer à caridade pública (LAVOURA E COMÉRCIO, 20/11/1940, p. 2).

Tratava-se de uma campanha que não tinha como meta erradicar a pobreza, mas encontrar formas de lidar com o crescente contingente de pessoas pobres que ameaçavam a segurança e o bem estar dos ricos. Em outras palavras, as classes abastadas, além de aceitarem, sem constrangimentos, essa diferença social, também apoiavam a criação de mecanismos para legalizá-la, uma vez que o mendigo portador da ficha ou da placa estaria devidamente certificado como pobre sendo, portanto, merecedor da caridade.

Tal situação remete à definição dada por Simmel à categoria social “pobre”, conforme citado por Ivo (2008, p. 171): “os pobres [...] não são aqueles que sofrem carências ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam receber-la segundo as normas sociais. Por conseguinte, a pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo em si mesmo”. Elucidando o pensamento de Simmel, Ivo (2008, p. 172) explica que:

A assistência que alguém recebe publicamente da coletividade que determina a sua condição sociocultural de “ser pobre”. A condição de “ser pobre”, portanto, constitui a marca identitária da condição do “pobre” e o critério de seu pertencimento como uma camada específica da sociedade inevitavelmente desvalorizada, vez que definida pela desigualdade e dependência dos demais. Essa condição significa receber dos “outros”, ou da coletividade, sem poder definir-se através de uma relação de complementaridade e de reciprocidade frente aos demais, em condições de igualdade.

A propósito, o exercício da caridade pública foi bastante salientado nos jornais na década de 1940, sendo que os membros da sociedade uberabense viam nas práticas caritativas e filantrópicas uma maneira de serem bem-vistos e queridos, ou seja, a caridade já não era mais entendida como algo levaria à salvação da própria alma, mas como um gesto que traria prestígio social. Além disso, esses gestos eram uma forma de reforçar, no imaginário social, “a imagem piedosa, misericordiosa e filantrópica dos uberabenses” (FONSECA, 2010b, p. 67). Sendo

assim, não bastava ser caridoso; era necessário ostentar, na imprensa, a boa ação praticada. Como exemplo é possível citar esta nota publicada no jornal que nominava as pessoas que haviam contribuído com o Orfanato Santo Eduardo, bem como o valor das doações feitas:

Entre as pessoas que atenderam solícitas ao apelo que fizemos destas colunas podemos destacar o prof. Lafaiete de Melo, com um donativo de 100\$000, o sr. Otto Dornefeid, com cinco quilos de manteiga, o culto da saudade de Renato R. Cunha, donativo de 100\$, e o donativo de 50\$000, pelo sr. Antonio Pires Bueno [...]. São esses exemplos dignos de imitação, são essas almas bem formadas dignas de seguidores (LAVOURA E COMÉRCIO, 19/09/1940, p. 2).

O Culto da Saudade mencionado nessa citação era uma prática cotidianamente veiculada nos jornais locais, que consistia na doação, por ocasião da morte de alguém, de donativos em dinheiro para instituições de caridade no lugar do envio de coroas de flores para o velório. Tudo indica que o Culto da Saudade em Uberaba teve origem devido a uma nota publicada no *Lavoura e Comércio* em 1928, por Alceu Novaes, na qual ele sugeria aos uberabenses que imitassem a “feliz iniciativa de senhoras do escol social paulistano”:

Todos têm já os seus mortos queridos ou passam pelo transe doloroso de perderem alguém... Ora, em vez de colocar sobre o feretro ou sobre o túmulo a tradicional coroa, aliás ainda uma exibição na morte, a pessoa, parente ou amigo, leva a importância correspondente à comissão respectiva, que a tomará como homenagem prestada ao que se foi (LAVOURA E COMÉRCIO, 13/09/1928, p. 1)<sup>101</sup>.

Entretanto, longe de ser um gesto silencioso de homenagem aos mortos por meio de práticas caritativas voltadas aos mais necessitados, tanto os signatários do Culto da Saudade quanto os valores por eles doados eram amplamente divulgados nos jornais. Tratava-se, portanto, de uma prática bem distante do preceito bíblico que orienta: “[...] quando você der esmola, que a sua esquerda não saiba o que a sua direita faz, para que a sua esmola fique escondida; e seu Pai, que vê o escondido, recompensará você” (BÍBLIA, Mt, 6:3). Utilizando as palavras de Bruckner (1997, p. 246) é possível dizer que “[...] associando-se à publicidade, a caridade trai o primeiro mandamento: o tato e o segredo. ‘Não pratiqueis a virtude com ostentação para ser vista pelos homens’, diz o Novo Testamento”.

As pessoas relacionadas com a família do saudoso sr. Taufic Hauac Miziara, recentemente falecido, subscreveram um culto de saudade na importância de 1:490\$000, destinado às várias casas de beneficência e caridade desta cidade. Foram signatários desse culto de saudade as seguintes pessoas: Santinha

<sup>101</sup>O Culto da Saudade disseminou-se de tal forma no município que o escritor Humberto de Campos chegou a mencioná-lo em uma de suas crônicas: “Quando morre uma pessoa altamente estimada, os amigos que vão ao enterro se cotizam, contribuindo com as importâncias das coroas que iam adquirir, e cujo produto é destinado às associações de beneficência. E é graças a isso que temos, em Uberaba, instituições caridosas como não as possui nenhuma outra cidade mineira” (CAMPOS, 1935, p. 48).

Miguel Miziara e família, 100\$; Diele M. Miziara, dr. Loft Alah Miziara; João Gabriel Miziara, Nagib Gabriel Miziara, Barbara Miziara, José Nagib Miziara, Hermenegildo Miziara, João Badui Miziara, Odilon Soares de Freitas, Felipe Elias Miziara, Cesário Curi e filhos, João Ferreira Rosa, Antonio Gabriel Miziara, Salvador J. Miziara, José Moisés Miziara, João Miguel Hueb, Latif Miguel Miziara, Whady Nassif, Pedro Salomão, Cecília Miziara, José Nassif Miziara, José Elias Miziara, Alexandre Campos e Cia., José Felício Miziara, Felicio Gabriel Miziara, Nazira Calixto Miziara, 50\$ cada um; Donato Cicci, Vicente Pedro, Antonio Hercos, Jacob Palis, Jamil Cury, 20\$ cada um. Antonio Sabino de Freitas, 10\$ (LAVOURA E COMÉRCIO, 17/03/1941).

As instituições beneficiadas com os emolumentos do Culto da Saudade também eram divulgadas nos jornais. No culto citado, os donativos recebidos foram divididos da seguinte forma: 400\$ para a Igreja da Matriz; 300\$ para a Casa da Criança; 300\$ para o Orfanato Santo Eduardo e 190\$ para a Santa Casa. A propósito, o Orfanato Santo Eduardo era uma instituição bastante reconhecida na cidade, uma vez que sempre lhe eram concedidas doações, tanto dos moradores como de pessoas e empresas vindas de fora.

A S/A de Refinações de Milho Brasil, por exemplo, “determinou que se fizesse a distribuição do seu grande mostruário de *Maisena Duryea*, *Dextrina* e demais derivados do milho às instituições de caridade da cidade” (LAVOURA E COMÉRCIO nº. 6.251, de 12/07/1934, p. 4), sendo que dentre elas estava o Orfanato. Também o sr. Renault, diretor do Instituto João Pinheiro, em Belo Horizonte, “teve um grande gesto de altruísmo e cavalheirismo para as nossas instituições de caridade e ensino”, oferecendo uma doação “ás digníssimas diretoras do Asilo S. Eduardo e Grupo Escolar Brasil” (LAVOURA E COMÉRCIO, 14/07/1934, p. 2).

Sob o título “Os lindos gestos de caridade”, ficou registrada no jornal a doação de 150\$000 feita pelos funcionários da Cia Singer, da loja da cidade (LAVOURA E COMÉRCIO, 14/09/1934, p. 1) e também do Colégio Nossa Senhora das Dores, que realizou um “grande festival de caridade”, organizando uma festa em benefício do Orfanato (LAVOURA E COMÉRCIO, 25/10/1934, p. 1).

Entretanto, embora os jornais insistissem em exaltar os belos gestos de filantropia e caridade da benemérita sociedade uberabense, as insistentes campanhas de arrecadação de dinheiro para obras sociais às vezes desagradavam algumas pessoas, conforme constatado nessa publicação:

E ainda, as borboletas gentis que, inconscientes das aperturas do próximo, arrajam bailes coloridos e flores desbotadas, em benefício dos pobres. Belas almas, que fazem da sua mocidade, da graça, da formosura, elementos de triunfo em favor de velhos e de crianças que nada lhes significam! (GAZETA DE UBERABA, 30/04/1934, p. 1).

As palavras citadas nesse excerto expressam certa insensibilidade de seu emissor frente às campanhas realizadas pelas jovens “borboletas gentis” que promoviam eventos em prol dos necessitados. Para ele, os velhos e as crianças para os quais seriam direcionados os gestos de caridade nada significavam para aquelas “belas almas”, ou seja, as campanhas realizadas não eram motivadas por um verdadeiro sentimento de altruísmo e solidariedade.

Embora ainda não tenham sido encontrados elementos que possam elucidar a pertinência dessa fala publicada no jornal, é possível hipotetizar que a publicização dos gestos de caridade por meio dos jornais acabava sendo uma forma de compelir outras pessoas da sociedade a colaborarem financeiramente com as obras assistenciais, mesmo que estivessem vivendo momento de “apertura”, conforme expressão utilizada pelo redator.

De acordo com Geremek (1986, p, 290), a “a caridade é pois um sentimento, e um comportamento, deveras complexo”, uma vez que esse gesto que pode ter diferentes motivações: pode ser fruto de uma emoção momentânea; pode ser originado por uma profunda compaixão ante a pobreza ou pode ser concretizado mediante a expectativa de uma recompensa no plano escatológico. Por outro lado, a atividade filantrópica “permite que o benfeitor mostre a sua riqueza e afirme publicamente o seu prestígio social” (GEREMEK, 1986, p. 290). Pensamento semelhante é considerado por Simmel, citado por Ivo (2008, p. 174):

O fim da assistência é precisamente mitigar certas manifestações extremas de diferenciação social, a fim de que a estrutura possa continuar a se fundar sobre essa diferenciação. Se a assistência se fundasse sobre os interesses do pobre, em princípio, não haveria nenhum limite possível quanto à transmissão, o que conduziria à igualdade de todos. Mas, uma vez que o objeto é o todo social, - os círculos políticos, familiares ou sociologicamente determinados -, não há qualquer razão para ajudar ao pobre senão a manutenção do *status quo* social.

Depreende-se, daí, que tanto a postura caritativa quanto a filantrópica eram pautadas por ações descontínuas e pontuais, não havendo preocupação com o rompimento da causa que ocasionava a necessidade de assistência. A publicação contínua desse ideário acerca dos pobres e da pobreza nas páginas dos jornais permite afirmar, em concordância com Fukui, Sampaio e Brioschi (1985, p. 32), que a imprensa “constitui-se como um bom material de análise sociológica onde se manifestam as concordâncias de uma cultura, sua lógica interna, suas contradições”.

### 3- “MURO QUE ISOLA” OU “TETO QUE PROTEGE”<sup>102</sup>? INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA EM UBERABA

“Não há instituição sem história e não há história sem sentido. O desafio é trazer à luz esse sentido e, com frequência, há boas surpresas” (SANFELICE, 2007, p. 79).

Conforme assinalado anteriormente, o recolhimento de crianças e jovens em instituições de reclusão (asilos, orfanatos, escolas de regeneração e outras) foi considerada a medida mais eficaz para resolver o problema da infância pobre brasileira que, em um contexto de crescimento e reordenamento das cidades, ocupava os espaços públicos, tornando-se um incômodo aos olhos da sociedade. Uma vez disseminada a crença de que esse segmento social era uma classe potencialmente perigosa, o convívio entre cidade, infância e educação estava longe de ser pacífico (VEIGA; FARIA FILHO, 1999). Segregadas em instituições, as crianças passaram a ser “alvo específico da intervenção formadora/reformadora do Estado e de outros setores da sociedade, como as instituições religiosas e filantrópicas” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 22).

A propósito, a cultura de institucionalização de crianças e jovens instalada no Brasil não atingiu somente aqueles provenientes dos setores mais pauperizados da população. Os filhos de famílias abastadas também experienciaram esse modelo educacional que, para Rizzini e Rizzini (2004, p. 22), era uma tradição “mantida, revista e revigorada por uma cultura que valoriza a educação da criança por terceiros”, ou seja, uma cultura que acreditava na necessidade de “internar para educar” (CONCEIÇÃO, 2017).

Entretanto, embora possuindo princípios similares (isolamento do mundo, utilização de uma determinada organização, controle do tempo e do espaço, etc.), os internatos das crianças ricas se diferenciavam das instituições de asilamento das crianças pobres principalmente em relação aos seus objetivos: nos primeiros a educação era voltada para a formação da elite dirigente masculina ou para a escolarização feminina, conforme apresentado por Conceição (2017). Nos últimos, a educação era voltada para a inserção no mundo do trabalho, seja nas atividades agrícolas, fabris ou domésticas. Pretendia-se, portanto, salvar o futuro dessas crianças por meio de práticas caritativas e filantrópicas, instruindo-as, porém, para o trabalho. Tanto em Uberaba como no restante do país essa foi a fórmula utilizada para assepsiar o

---

<sup>102</sup> Expressões utilizadas por Alison Sutton no prefácio do livro “A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 10).

ambiente urbano, uma vez que a existência de um espaço higienizado, sem mendigos e crianças pobres perambulando pelas vias públicas, constituía-se em vitrines das cidades ditas modernas e civilizadas.

Essa seção tratará das instituições assistenciais voltadas para o público infanto-juvenil existentes em Uberaba, anteriores e/ou contemporâneas ao Orfanato Santo Eduardo. Essa seção não tem a pretensão de realizar um estudo aprofundado sobre cada uma das instituições mapeadas no período em apreço. Pretende, apenas, apresentar alguns locais em que meninas e meninos foram institucionalizados, na tentativa de compreender como a cidade de Uberaba lidou com a situação das crianças pobres e ou abandonadas.

Antes, porém, serão apresentados as formulações teóricas elaboradas por Goffman (1974) e Foucault (2009) acerca da temática da instituição/institucionalização. Embora partindo de perspectivas diferentes, o olhar desses autores sobre esse tema permite produzir diversas reflexões sobre um fenômeno que, ao longo da história, incidiu sobre a vida não somente das crianças, mas de diversos segmentos sociais.

Goffman (1974), que realizou pesquisas no interior de uma instituição psiquiátrica, retratou em seu livro “Manicômios, prisões e conventos” a forma como esse tipo de instituição atua sobre o indivíduo, levando-o a um processo de “mortificação do eu”, situação que implica na deterioração da imagem que esse indivíduo tem de si mesmo.

Logo no início da obra, Goffman explica que as instituições são locais (salas, conjunto de salas, edifícios, fábricas, etc.) onde ocorre atividade de um determinado tipo. Alguns desses estabelecimentos são abertos, desde que os indivíduos se comportem adequadamente em seu interior; outros restringem a frequência de determinadas pessoas; outros, ainda, recebem um fluxo contínuo de sujeitos que buscam o estabelecimento para adquirir determinado serviço e outros, finalmente, incluem um conjunto menos mutável de participantes. Na sociedade ocidental, as instituições têm tendências de “fechamento”, embora algumas sejam mais “fechadas” que outras. Este caráter de “fechamento” é simbolizado pela “barreira à relação social com o mundo externo e por proibições a saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico, como por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos” (GOFFMAN, 1974, p. 16).

Esse modelo institucional fechado é denominado pelo autor como “instituição total”, cuja definição seria: “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1974, p. 11).

São cinco os modelos institucionais que se enquadram na definição de instituição total proposta por Goffman: as instituições criadas para cuidar de pessoas incapazes e inofensivas (casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes); aquelas criadas para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que, mesmo não intencionalmente, se constituem em uma ameaça à comunidade (leprosários, sanatórios para tuberculosos e doentes mentais); instituições organizadas para proteger a comunidade contra perigos intencionais (cadeias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração); instituições cuja intenção é realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho (quarteis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias) e instituições destinadas a servir de refúgio do mundo (abadias, mosteiros, conventos).

Goffman também elenca cinco características das instituições totais: todas as esferas da vida (por exemplo, dormir, brincar, trabalhar) são realizadas em um mesmo lugar, sob uma única autoridade; cada fase da atividade diária dos participantes é realizada na companhia de um grupo relativamente grande de pessoas; todas as atividades diárias seguem a um esquema rigoroso de horários predeterminados; a sequência de atividades é imposta de cima, obedecendo a um sistema de regras formais; as atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender determinados objetivos. De forma contundente, Goffman (1974, p. 11) afirma que as instituições totais são “estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu”.

Foucault, por sua vez, na obra “Vigiar e Punir: nascimento da prisão”, refletiu sobre o processo de formação das instituições disciplinares, analisando o contexto histórico no qual as prisões, as escolas e os hospitais - dentre outras - emergiram como locais de disciplinamento, produzindo uma “maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento” (FOUCAULT, 2009, p. 167). Para ele, as instituições são entendidas como instrumentos de exercício das relações de poder, que sujeitam os indivíduos de forma a torná-los úteis e dóceis:

Esse método que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas” [...]. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 2009, p. 133-134).

O poder disciplinar, portanto, pode ser entendido como um conjunto de técnicas que visam o adestramento do corpo por meio de algumas técnicas às quais Foucault denomina a “arte da distribuição” e “controle temporal das atividades”. Sobre a arte da distribuição,

Foucault apresenta quatro aspectos importantes e complementares: a cerca; o quadriculamento, as localizações funcionais e o ordenamento em filas.

Segundo o autor, a disciplina às vezes exige a cerca, ou seja, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo, como no caso do encarceramento dos vagabundos e miseráveis, bem como dos colégios e quartéis. O quadriculamento, por sua vez, refere-se a divisão do espaço disciplinar em parcelas, de acordo com a quantidade de elementos a serem distribuídos, de forma a localizar precisamente os indivíduos e vigiar seus comportamentos. Cada indivíduo ocupa seu lugar e cada lugar é ocupado por um indivíduo. Quanto à regra das localizações funcionais, ela permite não só satisfazer a necessidade de vigiar e romper as comunicações perigosas entre os indivíduos, mas criar um espaço útil, rigorosamente distribuído e dividido. A formação da fila é uma técnica que permite distribuir os corpos no espaço, determinando lugares individuais e definindo a repartição dos indivíduos na ordem escolar. Foucault, inclusive, define a disciplina como "arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações" (FOUCAULT, 2009, p. 141).

Além do fator espacial, o tempo também é um aliado no processo de docilização dos corpos. Para Foucault, o controle da atividade - que acontece por meio da vigilância dos gestos e ações do indivíduo - permite uma melhor qualidade do tempo empregado. As técnicas disciplinares próprias do controle temporal são o horário; a elaboração temporal do ato; a correlação entre corpo e gesto; a articulação corpo-objeto e a utilização exaustiva.

O horário - primeiro elemento destacado por Foucault, é determinado por três grandes processos que visam estabelecer as cesuras, obrigar a ocupações determinadas e regulamentar os ciclos de repetições.

O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar (FOUCAULT, 2009, p. 145-146).

A elaboração temporal do ato está relacionada ao ajuste do corpo a determinados ritmos temporais, como no caso das marchas militares, que precisam se adequar à cadência do tambor: "o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder" (FOUCAULT, 2009, p. 146).

O terceiro elemento apontado pelo autor é a correlação entre corpo e gestos, uma vez que "um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente" (FOUCAULT, 2009, p. 147). Um bom emprego do corpo pressupõe, portanto, um bom emprego do tempo, sendo que nada deve ficar ocioso ou inútil.

A articulação entre corpo-objeto diz respeito às relações que o corpo deve manter com o objeto que manipula, donde se estabelece uma cuidadosa engrenagem entre um e outro. Nesse sentido, a disciplina vai além da repetição ou da correlação de gestos corporais a ritmos estabelecidos, pois envolve uma lógica na qual corpo-objeto passam a ser elementos indissociáveis.

O último elemento apresentado por Foucault é a utilização exaustiva, que permite ressignificar o conceito de tempo. Se antes, em sua forma tradicional, o horário tinha uma conotação negativa, uma vez que estava baseado no princípio da não-ociosidade, o poder disciplinar permitirá uma economia positiva pois

[...] coloca o princípio de uma utilização teoricamente sempre crescente do tempo: mais exaustão que emprego; importa extraír do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis. O que significa que se deve procurar intensificar o uso do mínimo instante, como se o tempo, em seu próprio fracionamento, fosse inesgotável; ou como se, pelo menos, por uma organização interna cada vez mais detalhada, se pudesse tender para um ponto ideal em que o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência (FOUCAULT, 2009, p. 148).

O sucesso do poder disciplinar é devido ao uso de alguns "recursos para o bom adestramento", a saber: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. Em relação à vigilância hierárquica, Foucault (2009, p. 165) ressalta que o exercício da disciplina "supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam". Para tanto, a arquitetura das instituições disciplinares deve ser projetada de forma a permitir um controle interior articulado e detalhado, tornando visíveis todos aqueles que nela se encontram. Segundo o autor, "o velho esquema simples do encarceramento e do fechamento - do muro espesso, da porta sólida que impedem de entrar ou de sair - começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos cheios e dos vazios, das passagens e das transparências" (FOUCAULT, 2009, p. 166).

Essa nova lógica do encarceramento pode ser observada na forma como o Código de Menores de 1927, em seu artigo 205, explicava o modo de funcionamento dos institutos disciplinares:

A Escola de Reforma será constituída por pavilhões próximos, mas independentes, abrigando cada qual três turmas de internado, constituída cada uma por número não superior a 20 menores, para uma lotação de 200 delinquentes. Haverá também pavilhões divididos em compartimentos, destinados à observação dos menores, à sua entrada no estabelecimento, e à punição dos indisciplinados (BRASIL, 1927).

A sanção moralizadora tem como premissa a punição ou o castigo pela violação das regras estabelecidas. O castigo disciplinar tem como função reduzir os desvios, fazendo com que o indivíduo entenda que tudo que não estiver de acordo com as regras é passível de punição. Entretanto, os sistemas disciplinares privilegiam as punições que são da ordem do exercício, ou seja, aprendizado intensificado, multiplicado, muitas vezes repetido. Sendo assim, "o efeito corretivo que dela se espera apenas de uma maneira acessória passa pela expiação e pelo arrependimento; é diretamente obtido pela mecânica de um castigo. Castigar é exercitar" (FOUCAULT, 2009, p. 173).

Por fim, Foucault apresenta a técnica do exame, que combina as duas anteriores pois inclui um controle vigilante que possibilita a classificação, a qualificação e a punição. Apresentando a escola como exemplo, o autor afirma que "o exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de saber a uma certa forma de exercício de poder" (FOUCAULT, 2009, p. 179).

De forma geral é possível afirmar que esses autores têm uma visão particularizada acerca das instituições, que permite examiná-las sob o prisma da mortificação do eu, no caso de Goffman, e do controle e da vigilância frente aos indivíduos, no caso de Foucault. Entretanto, distintos autores efetuaram suas análises a respeito das instituições a partir de outras perspectivas que também são pertinentes ao estudo em questão.

Saviani (2007), por exemplo, conceitua o termo "instituição" fazendo uma incursão ao léxico da palavra, apontando seus diversos significados que se agrupam em quatro acepções: "1) Disposição, plano, arranjo; 2) Instrução; ensino; educação; 3) Criação; formação; 4) Método; sistema; escola; seita; doutrina" (SAVIANI, 2007, p. 3). Analisando essas acepções, Saviani conclui que a expressão "instituição educativa" pode ser considerada um pleonasmo, uma vez que a ideia de educação já está contida no conceito de instituição. Esse autor também chama a atenção para o fato de que toda instituição possui uma intencionalidade, devendo, portanto, atender a uma necessidade social. Além disso, Saviani (2007) também salienta que as mesmas não se constituam em algo pronto e acabado, já que são criadas como unidades de ação:

[...] as instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem (SAVIANI, 2007, p. 5).

Também considerando a polissemia do termo, Magalhães (2004) pondera que o conceito de instituição traduz um sentido instituinte, marcado por dinâmicas de fundamentação, normatização, mesmo que em situação de mudança e evolução, ou seja, “a ideia de instituição consagra o dado, o instituído, mas evolui e transforma-se pelo processo educativo” (MAGALHÃES, 2004, p. 62).

Para esse autor, a ideia de instituição ultrapassa os limites físicos da construção arquitetônica, perpassando pela identidade e pela história de vida dos sujeitos que dela fazem parte. Muito embora a instituição educativa seja “local, tradição, representação”, a história das instituições educativas “é um campo de investigação em que a instituição e a educação se articulam por ação dos sujeitos” (MAGALHÃES, 2004, p. 66).

Quanto à identidade das instituições educativas, o autor assevera que elas não apresentam variações significativas tendo em vista as diferentes circunstâncias geográficas e históricas. Essa observação do autor é perceptível quando se coteja o Orfanato Santo Eduardo com diversas instituições apresentadas nessa tese, pois mesmo aquelas que existiram em épocas mais remotas possuíam aproximações com o Orfanato no que se refere às finalidades, à perspectiva utilitarista, ao tipo de formação assegurado às (aos) internos (as), etc.

Entretanto, o autor pondera que “na sua ação concreta e do quotidiano [...], sendo instâncias complexas e multifacetadas, engendram e desenvolvem culturas, representações, formas de organização, relacionamento e ação que se constituem em fatores de diferenciação e de identidade” (MAGALHÃES, 2004, p. 69), ou seja, cada instituição possui suas especificidades e é justamente isso que lhe confere uma identidade própria.

Nóvoa (1992, p. 20), por seu turno, sugere que as instituições escolares são dotadas

[...] de uma *autonomia relativa*, como um *território intermédio* de decisão do domínio educativo, que não se limita a reproduzir as normas e os valores *do macro-sistema*, mas que também não pode ser exclusivamente investida como um *micro-universo* dependente do jogo dos actores sociais em presença.

Nesse sentido é possível inferir que o destino dos internos inseridos nas instituições educativo-assistenciais não estava, necessariamente, predeterminado. Embora subordinados às normas e valores do sistema e expostos aos dispositivos de controle e vigilância inerentes às

instituições, é importante considerar que eles eram, também, sujeitos passíveis de imprimir novos rumos às suas vidas.

Feitas essas considerações acerca do conceito de instituição e de institucionalização, esta seção se dedicará à exposição das instituições educativas e assistenciais existentes no município de Uberaba no período delimitado que contribuíram para a retirada das ruas de inúmeras crianças e jovens pobres.

A existência e/ou a inexistência de instituições de atendimento a crianças e jovens; as motivações que levaram à criação dessas instituições, bem como as instâncias por elas responsáveis; suas boas ou más condições de funcionamento e tempo de duração, etc., permitem dimensionar a importância atribuída a esse segmento etário em uma determinada comunidade. Por outro lado, o tratamento dispensado a essas crianças no interior da instituição permite analisar se ela era simplesmente um “muro que isolava”, apartando crianças e jovens do convívio social e promovendo um movimento de limpeza e higienização da cidade, ou se era também um “teto que abrigava”, oferecendo a esses sujeitos melhores oportunidades e condições de vida.

### **3.1 Instituições assistenciais para a infância existentes em Uberaba**

Para proceder ao mapeamento das instituições existentes em Uberaba no período delimitado, foi necessário recorrer a jornais e revistas que, em algum momento de suas publicações, fizeram alusão ao tema. Entretanto, foi de extrema importância um documento localizado no Arquivo Público Mineiro, datado de 1923, referente a uma circular enviada pelo Secretário do Interior de Minas Gerais, Fernando de Mello Viana, solicitando aos prefeitos mineiros que respondessem a um questionário onde deveriam descrever os serviços de assistência prestados no município (APM, 1923a). O objetivo do Secretário do Interior era reunir essas informações em um único documento, o qual permitiria dimensionar os serviços assistenciais prestados em todo o estado.

A primeira pergunta do questionário solicitava informações sobre a existência, nos municípios, de "hospitaes de caridade, casas de saude, asylos de orphãos, da infancia abandonada, da velhice desamparada, de cegos, de surdos mudos, de loucos e outros que taes" Dos 107 prefeitos que responderam a esse questionário, Uberaba destacou-se por ser um dos municípios que possuía um dos maiores números de instituições assistenciais, que totalizavam

cinco<sup>103</sup>: “o Hospital da Santa Casa de Misericordia, o Asylo São Vicente de Paulo, o Asylo Santo Antonio, o Asylo Analia Franco e o Orphanato Santo Eduardo”.

Tanto essa quanto as demais informações contidas nas respostas do questionário foram importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa, pois deram uma visão geral da situação da assistência na cidade no início da década de 1920, conforme observado no quadro seguinte<sup>104</sup>:

QUADRO 2 - Instituições assistenciais existentes em Uberaba em 1923

Instituição	Fundação	Funciona regularmente	Serviços prestados	Prédio próprio	Patrimônio atual
Hospital da Santa Casa de Misericordia	1854 <sup>105</sup>	Sim	Socorreu perto de dez mil enfermos	Sim	Cerca de 200 contos em predios e apolices.
Asylo São Vicente de Paulo	1898	Sim	Amparou sempre centenas de famílias pobres	Sim	Apenas o predio onde é estabelecido no valor de uns 15 contos.
Asylo Santo Antonio	1912	Sim	Abriga constantemente numerosos mendigos e crianças	Sim	180 contos em apolices e benfeitorias.
Asylo Analia Franco	1919	Sim	Manteve e educou sempre numerosas orphãs	Prédio alugado	Não tem patrimônio.
Orphanato Santo Eduardo	1920	Sim	Asila sempre 40 orphãs	Prédio alugado	25:000\$000

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos no documento "Casas de Caridade" (APM, 1923b).

Conforme observado nesses dados, das cinco instituições existentes três atendiam diretamente a crianças pobres e órfãs: o Asilo Santo Antonio, o Lar Anália Franco e o Orfanato Santo Eduardo. Além dessas três instituições de cunho assistencial citadas no documento, também estava funcionando, na mesma época, o Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, instituição que se ajustava ao formato das escolas de preservação criadas pelo governo para capacitar os menores ao trabalho nas lavouras.

Posteriormente, na década de 1940, foram criados o Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira, o Externato São José e o Lar Espírita. Quase encerrando o recorte temporal dessa

<sup>103</sup>Conforme dados coligidos por Braga (2015), Diamantina listou 7 instituições; Belo Horizonte 6 instituições; Uberaba 5 instituições; Campanha, Barbacena e Passa Quatro 4 instituições. Os 101 municípios restantes elencaram de 1 a 3 instituições.

<sup>104</sup>A resposta ao questionário, na íntegra, encontra-se no anexo C deste trabalho.

<sup>105</sup>Embora no questionário conste o ano de 1854 como ano da fundação da Santa Casa de Misericórdia, no Estatuto da Santa Casa, publicado em 1937, consta que ela havia sido fundada em junho de 1899 (APU, 1937, p. 3).

pesquisa também foi criada a Sociedade Uberabense de Proteção e Amparo a Menores (Supam), em 1959. No quadro 8 foi feita uma síntese dessas oito instituições de assistência à infância existentes em Uberaba. Em seguida serão apresentados alguns aspectos e características encontradas sobre cada uma delas.

Retomando o pensamento de Sanfelice (2007) apresentado na sentença que iniciou essa seção, no qual ele afirma que “não há instituição sem história e não há história sem sentido”, as próximas seções pretendem trazer à luz um pouco da história dessas instituições situadas em Uberaba, desvelando o sentido de cada uma delas para as crianças, para o poder público e para a sociedade local. A última parte dessa seção tratará do Juizado de Menores da Comarca de Uberaba, apresentando a forma como foram conduzidos os processos de tutela e guarda de menores.

QUADRO 3 - Instituições de assistência à infância em Uberaba criadas entre 1915 a 1959

Instituição	Tempo de Duração	Natureza	Público atendido
Asilo Santo Antonio	1915 <sup>106</sup> até os dias atuais (porém hoje só atende idosos)	Particular (leigos e congregação católica)	Adultos de ambos os sexos e crianças (aparentemente somente meninas)
Aprendizado Agrícola Borges Sampaio	1916 – extinto em 1934	Pública (governo estadual)	Meninos
Asilo Anália Franco	1919 – transferido para outra cidade em 1924	Particular (espírita)	Meninas (ocasionalmente alguns meninos)
Orfanato Santo Eduardo	1920 até os dias atuais, porém não mais na modalidade internato.	Particular (congregação católica)	Meninas
Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira	1940 a 1976 <sup>107</sup>	Diversas: Particular; pública (municipal); particular (bispoado católico); particular (leigos católicos); particular (congregação católica)	Meninos
Externato São José	1947 – Extinto em 1983	Particular (congregação católica)	Meninas
Lar Espírita de Uberaba	1949 – Funciona até os dias atuais, porém não mais na modalidade internato	Particular (espírita)	Meninas
Supam	1959 – funciona até os dias atuais, porém a partir de 1989 em regime de semi-internato.	Particular (leigos e congregação católica); atualmente é administrada por uma Associação (3º Setor).	A princípio meninos e meninas; depois dedicou-se somente ao público feminino

Fonte: Elaborado pela autora a partir de fontes diversas referentes às instituições apresentadas.

<sup>106</sup>Essa data, que consta no histórico da Instituição, diverge daquela apresentada no questionário (1915). É possível que uma data seja referente à criação e a outra à instalação

<sup>107</sup>Como a delimitação temporal dessa pesquisa encerra em 1964, não foi identificado quem assumiu a instituição após a saída dos irmãos somascos, em 1976. Na atualidade, no local onde esteve instalado o Abrigo de Menores funciona o Centro Socioeducativo de Uberaba, CSEUR, onde ficam internados os adolescentes que estão cumprindo medida sócioeducativa.

Nesta seção serão apresentados alguns aspectos da trajetória dessas instituições que, ao lado do Orfanato Santo Eduardo, contribuíram para retirar das ruas inúmeras crianças e adolescentes que viviam em Uberaba e em outras cidades da região. Também serão apontados alguns dados sobre o Juizado de Menores da Comarca de Uberaba, que por meio de ações de tutela e guarda de menores conseguiu interferir diretamente na vida de inúmeras crianças e adolescentes.

### **3.1.1 Asilo da Mendicidade (ou Asilo Santo Antonio)**

No dia 8 de setembro de 1909, um grupo de pessoas da sociedade uberabense se reuniu com o objetivo de "fundar uma Associação Beneficente que cuidasse da assistência aos pobres e idosos do distrito, e a instalação de um asilo a eles destinado" (ASILO SANTO ANTONIO, s.d, p. 1). A criação de uma instituição com essa finalidade era uma antiga aspiração da sociedade, que desde a virada do século manifestava preocupação com a quantidade de mendigos existentes nas vias públicas da cidade. No artigo citado na seção dois, escrito por Felício Buarque em 1904, já era mencionada a necessidade da regulamentação da mendicidade no município, que seria completada com a criação de um estabelecimento que albergasse pessoas pobres, tanto adultas quanto crianças (APU, 1904).

Em 19 de setembro do mesmo ano foi aprovada a fundação da Associação 8 de Setembro que contou, inclusive, com a presença de Felício Buarque. As obras do Asilo da Mendicidade - que em 1915 passou a ser chamado Asilo Santo Antonio - foram erigidas na praça da Misericórdia<sup>108</sup>. Sua inauguração aconteceu em 1915, em solenidade que contou com as bênçãos do bispo D. Eduardo Duarte Silva, o qual ressaltou, em sua pregação, "os grandes benefícios que a instituição viria a prestar à pobreza da região e demonstrando o quanto os fiéis da Diocese eram generosos" (ASILO SANTO ANTONIO, s.d, p. 3).

A festividade contou com a presença de membros da diretoria da Associação, do clero regular e secular do Ginásio Diocesano e do Colégio Nossa Senhora das Dores, do Juiz de Direito da Comarca, dos funcionários do Fórum da Comarca, de Associações Civis e Católicas, Corporações Musicais, membros da população e diversos pobres que se apresentaram.

Mesmo sendo uma instituição engendrada por leigos, cuja mantenedora era uma Associação composta por membros da sociedade civil, o Asilo da Mendicidade estava vinculado à Igreja Católica que, inclusive, destinou as irmãs da Caridade da Congregação Jesus,

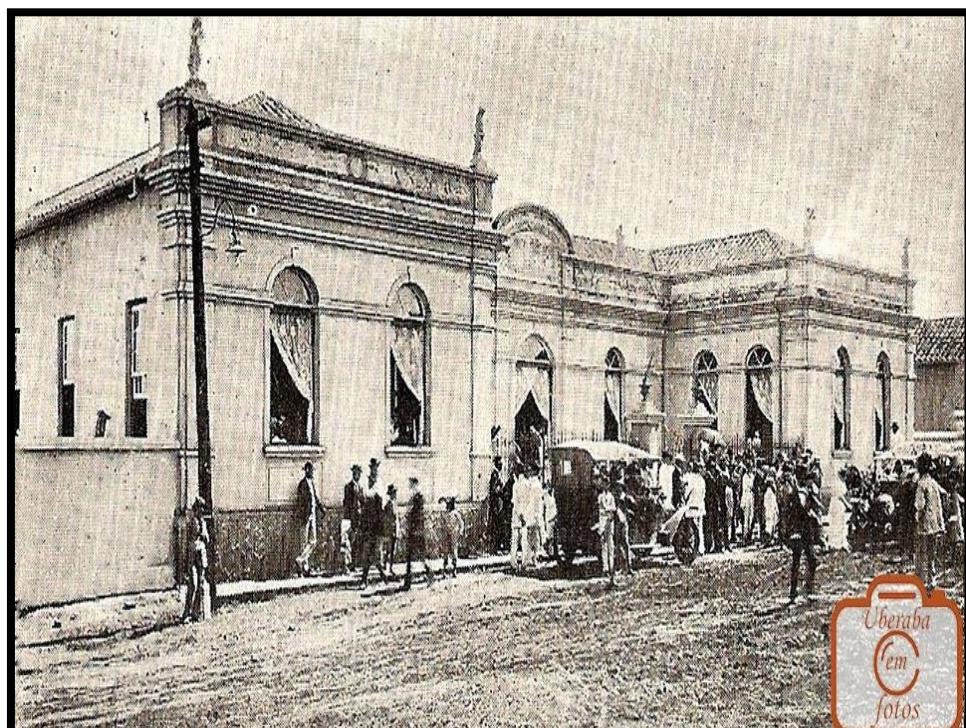
---

<sup>108</sup>Praça Tomás Ulhoa, atualmente.

Maria e José<sup>109</sup> para coordenarem as atividades que ali seriam desenvolvidas. Além disso, com o tempo o Asilo passou a receber subvenções do governo mineiro. Tratava-se, portanto, de uma instituição que funcionava mediante a parceria entre a sociedade civil, o governo e a igreja, uma vez que a assistência, naquela ambiência, era entendida como “um conjunto de ações praticadas por instituições públicas e privadas, laicas e religiosas, que não atuavam em campos opostos, mas complementares” (PINTO, 2014, p. 1).

O Asilo da Mendicidade foi construído ao lado do Colégio Nossa Senhora das Dores - instituição escolar de grande porte cujo prédio foi inaugurado em 1895 pela Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, cujo percurso será tratado em seção posterior, uma vez que essa congregação foi responsável pela instalação do Orfanato Santo Eduardo em Uberaba. O transeunte que passava pela Praça da Misericórdia se deparava, então, com um conjunto arquitetônico grandioso (asilo e colégio), que contribuía para reforçar, no imaginário coletivo dos habitantes da cidade, a hegemonia da religião católica na região.

FIGURA 16 – Inauguração do Asilo Mendicidade (1915)



Fonte: *Site Uberaba em Fotos*.

<sup>109</sup>A Congregação das Irmãs Jesus Maria José surgiu em Portugal, por iniciativa da madre Rita Amada de Jesus, recebendo aprovação canônica em 1910. A partir de 1912 as congregações religiosas começaram a sofrer perseguições em Portugal, motivo pelo qual madre Rita enviou algumas irmãs para o Brasil, onde poderiam continuar sua obra. As primeiras irmãs se instalaram em Igarapava (SP), município próximo a Uberaba. Por ocasião da criação do Asilo Santo Antonio, elas foram convidadas a prestar assistência no Asilo e, conforme Mendonça (2008), a instituição conseguiu manter cerca de cem pobres asilados permanentemente devido, em larga parte, à abnegação das Revmas. Irmãs de Caridade. Segundo Nabut (1987), a partir de 1928 elas assumiram também o Asilo São Vicente, em Uberaba.

Na fotografia anterior (figura 16) é possível divisar o Asilo Santo Antônio por ocasião de sua inauguração. Construído em estilo eclético neoclássico, tratava-se de um prédio amplo cuja construção, dispendiosa, exigiu altos investimentos da Associação, que contou com o apoio da sociedade uberabense.

Como o Asilo era uma instituição voltado para o atendimento a mendigos em geral, recebeu muitas crianças, conforme certificado no mapa dos internos produzido em dezembro de 1924 (figura 17), no qual estão listados alguns nomes e idades das pessoas ali abrigadas. De acordo com as informações contidas nesse documento, nessa data estavam internados no Asilo 73 adultos (homens e mulheres), cujas idades variavam de 40 a 109 anos, e 30 crianças do sexo feminino, com idades entre 2 a 12 anos (APM, 1924).

FIGURA 17 - Internos do Asilo Santo Antonio (1924)<sup>110</sup>

The image shows an open ledger with handwritten entries in Portuguese. The left page lists names and ages for adults, and the right page lists names and ages for children. The handwriting is cursive and somewhat faded.

Nome	Idade
Luiz Reim	71
Augusto José	65
José Carly	78
Augustinho Luiz	50
José Sartório	54
José Jorjônio	57
José dos Sautos	47
José Baptista	76
Feliciano Cunha	60
José Santiágo	61
Amidônio	49
Padre Bento	83
Luiz Alves	76
Joaquim Ferreira	63
Maria Rita	57
Maria Abadia	59
Rita dos Sautos	48
Maria Umbelina	59
Maria Maria	70
Maria Francisca	84
Maria Joaquima	88
Rita Autuña	70
Maria Rosa	52
Lucia Abadia	88
Maria José	82
Maria Lemos	58
Rita da Silva	50
Aura Clara	70
Rosaria Maria	53
Christiano Maria	74
Maria Antonia	74
Purpetua de Jesus	58
Maria Amélia	58
Maria Luiza	61 anos
Barbara de Jesus	54 "
Jugela Maria	52 "
Luiza Rosa	90 "
Maria Barbosa	87 "
Maria de Nazareth	75 "
Teresinha de Jesus	89 "
Maria Augusta	70 "
Mariôrula da Silva	52 "
Julia Maria	52 "
Mariôlita Rosa	65 "
Joaquim da Silva	49 "
Rita Leite	62
Meninas	
Lucia de Jesus	12 anos
Maria das Flores	10 "
Julia de Jesus	9 "
Maria Amélia	8 "
Laura de Jesus	6 "
Maria Eugênia	11 "
Maria Apparecida	3 "
Maria Joaquima	9 "
Leônidas Carvalho	8 "
Maria de São João	6 "
Maria José	5 "
Alvina José Jesus	7 "
Maria Joana	54
Maria Cecília	6 "
Marietta da Silva	4 "
Maria Francisca	8 "
Virgínia Rosa	10 "
Leonidá de Jesus	4 "

Fonte: APM (1924).

<sup>110</sup>A listagem completa com os nomes de todos os asilados no ano de 1924 encontra-se no anexo D.

A prática de asilar<sup>111</sup>, no mesmo estabelecimento, idosos, crianças, mendigos, doentes mentais - enfim, os "infames da história"<sup>112</sup> - era comum naquela época em que nem sempre havia instituições específicas para atender separadamente cada um desses segmentos populacionais. O mais importante, aos olhos da sociedade, era retirar essas pessoas das vias públicas, realizando um procedimento de higienização da cidade que tinha um nome a zelar, dada a projeção atingida regionalmente devido às atividades pecuárias. Para os mendigos – independente de serem adultos ou crianças - talvez lhes bastasse um local onde obtivessem alimento e abrigo, não havendo empecilhos, para eles, na convivência mista de adultos e crianças. A propósito, a infância é uma construção social que assume diferentes concepções e significados ao longo da história, o que implica em diferentes formas de tratamento e sentimentos em relação a ela, conforme observado nas proposições teóricas de alguns autores.

Sendo assim, a etapa da vida definida como infância não é um dado natural, tampouco uma categoria biológica, visto que este conceito é derivado de um tipo idealizado de criança, ou seja, resulta das representações do mundo adulto sobre uma determinada fase da vida, conforme enfatizado por Campos (2009). Ainda assim é importante ressaltar, em consonância com a autora, a necessidade de “pensar em crianças, no plural, e não numa criança singular, única e atemporal” (CAMPOS, 2009, p. 173). A realidade vivida pela criança operária paulista diferia daquelas que frequentavam colégios particulares no início do século XX, no Rio de Janeiro, bem como daquelas institucionalizadas no Asilo da Mendicidade, em Uberaba.

Retomando a situação de vida no Asilo, além do oferecimento de um teto e de alimento aos seus usuários, também havia preocupação com a formação moral. De acordo com a concepção vigente, a pobreza deveria ser assistida com auxílio material, mas também moral (PINTO, 2014). Entretanto, em relação às crianças também havia o cuidado com a oferta do

---

<sup>111</sup>De acordo com Ávila (1993, p. 32), em sua raiz etimológica a palavra “asilo” vem do grego *asylon*, composto de a privativo +sylé = prisioneiro, indicando a ideia de negação da prisão, ou seja, de abrigo contra perseguições. Originalmente o asilo era o lugar onde criminosos e devedores se acolhiam para se porem a salvo de perseguições da justiça. Esse sentido original ainda aparece na expressão “direito de asilo”. O asilo hoje é uma instituição pública ou privada de natureza filantrópica ou benficiante, onde são acolhidos aqueles que, por si sós, não têm condições de se integrarem na vida da sociedade: velhos, crianças abandonadas, indigentes, alienados mentais, doentes incuráveis. Em 1913, a definição encontrada no dicionário para essa palavra era: “Lugar inviolável, em que antigamente se buscava refúgio. Abrigo. Proteção. Retiro. Estabelecimento de caridade, para educar crianças pobres ou recolher vadios, inválidos, etc. (Lat. *asylum*) (FIGUEIREDO, 1913, p. 203).

<sup>112</sup>Expressão utilizada por Lobo (2015, p. 13) fazendo referência a existências “sem notoriedade, obscuras como milhares de outras que desaparecerão sem deixar rastro; nenhuma nota de fama, nenhum feito de glória, nenhuma marca de nascimento, apenas o infortúnio de vidas cinzentas para a história e que se desvaneceram nos registros porque ninguém as considera relevantes para serem trazidas à luz [...]”.

ensino elementar, conforme verificado neste termo de visitas do promotor de justiça Tancredo Martins, em 1918:

Fui d'aquelles que, do começo aplaudiram a ideia de fundação de uma casa d'esta natureza, mas longe estava de suppor que se pudesse conseguir, o que se tem conseguido. Mas, não se pode, entretanto, surprehender com uma causa d'essas, pois o Sr. Cel. Antonio Moreira de Carvalho, um homem, um abnegado e um generoso cidadão, entregou o melhor de sua energia, toda a bondade de seu optimo coração ao levantamento de tal obra. Cheguei no momento em que os asylados faziam sua refeição da tarde e confesso que o meu coração sentiu uma profunda ternura vendo tantas cabeças tremulas e venerandas, sentadas á meza, e carinhosamente servidos, todos elles, por uma carinhosa irmã. **Ao pé dos anciãos e ancians, estavam os pequeninos, pobres desvalidos, sem pai ou sem mãe**, que os encontraram felizmente no Cel. Antonio Moreira de Carvalho, e nas piedosas irmãs. Convém lembrar que esses pobresinhos desamparados, não teem apenas no Orphanato a assistência maternal de que tanto careciam, mas também os **generosos conselhos, que os ensinam, as lições sadias de moral e o ensino primário** (APM, 1918; grifo nosso).

Por ser uma instituição que recebia periodicamente subsídios do governo estadual, estava sujeita a receber visitas de inspeção. O parecer emitido no ano de 1925 foi bastante favorável ao Asilo, conforme descrito na transcrição que segue:

Calou profundamente no meu espírito a impressão que tive hoje visitando pela primeira vez o Asylo Santo Antonio, dirigido pelas irmãs de Caridade. É verdadeiramente impressionante a maneira pela qual se pratica a caridade aqui nesta casa. Os desamparados, aquelles quem a nudeza da vida venceu, aquelles que não teem tecto e nem pão aqui encontram o balsamo consolador para as suas aflições. Acho, pois, que é essa a verdadeira caridade - aquella que Christo ensinou aos seus discípulos: a pratica do bem, e protecção aos desamparados (APM, 1925).

Nota-se, nas palavras do inspetor do Estado, a ênfase em uma prática assistencialista ainda associada a uma visão caritativa e religiosa. Na percepção de Camara (2011, p. 37-38),

Caridade, filantropia e assistência constituíram-se como faces de um discurso que, objetivando minimizar os efeitos decorrentes dos males advindos com a pobreza e sua marginalização, estabeleceram estratégias visando a atuar no socorro e na proteção da infância. No Brasil, o modelo filantrópico que se processou constituiu-se por tentativas de alianças estratégicas entre as iniciativas de cunho religiosos, privado e a esfera estatal, tanto por meio de subvenções concedidas, como por iniciativas de gestões religiosas das instituições concebidas pelo Estado.

Conforme observado por Geremek (1986), a utilidade dessa modalidade de instituição filantrópica é incontestável, pois serviu de amparo aos necessitados, reduzindo os efeitos da deteriorização material e dos "reveses da sorte" na vida dos pobres. Entretanto, o autor também destaca que, "face as dimensões do pauperismo, é evidente, porém, que actuaram como meros paliativos" (GEREMEK, 1986, p. 280).

Concordando com Geremek é oportuno observar que o Asilo da Mendicância não pôs fim ao problema da pobreza e da mendicância na cidade, tendo apenas contribuído para reduzi-lo por algum tempo. Naquela ambiência, a pobreza e a mendicância não eram apreendidos enquanto expressão de uma questão social, mas como uma disfunção pessoal dos indivíduos, motivo pelo qual a solução mais plausível para o problema, aos olhos da sociedade da época, era o encaminhamento dos sujeitos para instituições de asilamento.

Com a criação de novos equipamentos assistenciais de atendimento à infância no município, o Asilo Santo Antonio - que funciona até os dias atuais - deixou de receber crianças, passando a dedicar-se exclusivamente aos idosos. Ainda não foi possível precisar em que ano a instituição deixou de receber crianças. Entretanto, nos termos de guarda da Comarca de Uberaba foram encontradas referências ao Asilo como local de atendimento a crianças ainda no ano de 1944.

### **3.1.2 Aprendizado Agrícola Borges Sampaio**

No ano de 1916 o município de Uberaba foi contemplado com o Aprendizado Agrícola Borges Sampaio (AABS), instituição de ensino profissional destinada ao preparo de trabalhadores práticos para atuarem na zona rural. Essa instituição – assim como outras com roupagens semelhantes espalhadas pelo Brasil - havia sido criada em consonância com os ideais republicanos, pois possibilitaria a formação de mão de obra capacitada para atender aos anseios das elites dirigentes, em um país cuja maioria dos municípios mantinha traços eminentemente rurais. Sendo assim, um de seus objetivos era despertar a vocação agrícola nas crianças e jovens para que viessem a ser trabalhadores úteis à Pátria.

O ensino agronômico foi normatizado pelo decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, que determinava que o ensino agrícola seria ofertado em diversas modalidades institucionais, dentre elas os aprendizados agrícolas. No artigo 268 o decreto explicitava que a finalidade dos aprendizados agrícolas era a formação de trabalhadores aptos para os diversos serviços da propriedade rural, exploradas de acordo com as modernas práticas agronômicas. Tratava-se de um ensino eminentemente prático e que deveria aproveitar, de preferência, filhos de pequenos cultivadores e trabalhadores rurais que tivessem entre 14 e 18 anos de idade (BRASIL, 1910), para formar “um bom exército de braços para a lavoura, adestrados no manejo dos mais modernos instrumentos agrários” (MINAS GERAIS, 1926, p. 344).

Em relação a Uberaba, em 1913 o Presidente da Câmara Hildebrando de Araújo Pontes havia estabelecido contato com o Ministro da Agricultura por meio de uma correspondência na qual lembrava “a necessidade que há de se traduzir em realidade, dentro do menor prazo possível, a installação do Instituto Fundamental “Dr. José Gonçalves<sup>113</sup>, de acordo com a anterior deliberação de V. Exa. [...]”. Para tanto, a municipalidade havia doado ao Estado “os terrenos necessários e o predio onde funcionou o antigo e extinto Instituto Zootecnico de Uberaba”<sup>114</sup> (APM, 1913).

Sobre a importância daquela instituição Hildebrando Pontes esclarecia que, apesar do aumento do número de crianças da zona rural matriculadas nas escolas do município, os professores rurais tinham que lutar contra os pais - chefes de família cuja educação era “incompleta e até inexistente” – que alegavam que “o homem só deve saber lêr e escrever um pouquinho, que é o quanto basta para a vida prática”. Dessa forma, os pais sujeitavam seus filhos “a continuadas faltas ás aulas, a proposito de colheitas de cereaes e até por cousas de importancia minima”. Entretanto, acreditava o Presidente da Câmara que, “educando-se a geração actual nos moldes da moderna pedagogia, amanhã terão desaparecido todos estes costumes antiquados” (APM, 1913).

Para tanto, Pontes acreditava nos benefícios da instalação da instituição que iria “prodigalizar os paes sem recursos – como em geral são as nossas populações ruraes – o meio de educar os seus filhos, fazendo delles profissionaes habilitados, despertando assim energias adormecidas e animando vocações incultas”. Como resultado, Pontes afiançava que brevemente Minas teria “uma geração, não de intellectuaes, mas de homens capazes de guiar, sem dificuldades, os seus destinos”, ou seja, aqueles jovens não fariam parte da elite intelectual

---

<sup>113</sup>Por motivo desconhecido, o Instituto criado em Uberaba não recebeu o nome “Dr. José Gonçalves” (em homenagem ao Secretário da Agricultura de Minas Gerais), denominação que acabou sendo atribuída à instituição criada na cidade de Ouro Fino/MG (RIBEIRO; ARAÚJO; SOUZA, 2017a). Em Uberaba a instituição homenageou Borges Sampaio, conforme determinado no decreto nº. 4.247/1914. A contribuição de Borges Sampaio na história de Uberaba foi expressiva. De acordo com Bilharinho (2014, p. 71), o coronel Borges Sampaio foi o “Grande Benfeitor” da cidade uma vez que, “ninguém, na Uberaba de 1847, poderia supor que aquele jovem português de vinte anos que acabara de chegar significaria tanto e faria tanto pela cidade nos próximos sessenta anos”. Nascido em Portugal, em 1827, veio para o Brasil aos 17 anos de idade e em 1847 chegou a Uberaba onde se casou, teve três filhos e foi naturalizado cidadão brasileiro. Exerceu diversos cargos públicos na área da educação e do direito. Foi responsável pela elevação de Uberaba à categoria de cidade (lei nº 759, de 2 de maio de 1856), com base no censo por ele levantado e apresentado à Câmara Municipal. Destacou-se nos estudos da climatologia de Uberaba; foi jornalista; historiador; secretário da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Uberaba. Faleceu em abril de 1908. (BILHARINHO, 2014).

<sup>114</sup>O Instituto Zootécnico de Uberaba foi uma instituição de educação superior voltada para a área rural instalada em Uberaba no ano de 1895 (MACHADO, 2009).

responsável por conduzir os destinos da nação, mas pelo menos seriam trabalhadores em condições de prover o sustento de suas famílias.

Na fotografia seguinte (figura 18) é possível observar a parte externa do AABS, que estava instalado em uma chácara localizada nos arredores da cidade.

FIGURA 18 -Alunos do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio (1933)



Fonte: APM.

A disposição dos elementos que compõem essa fotografia permite supor que ela foi encomendada pela direção do AABS ou mesmo pelo governo mineiro para servir de divulgação da instituição. Conforme observado, o fotógrafo responsável teve o cuidado de escolher um ângulo que permitisse abranger não só o grupo de alunos, mas as construções arquitetônicas e alguns elementos da natureza, que indicavam que a instituição estava localizada em uma área campestre. Além de ser um lugar propício para o ensino de práticas agrícolas, que era a finalidade da instituição, acreditava-se que a localização mais afastada do perímetro urbano favoreceria o processo educativo, pois o aluno estaria longe do perigo e das más influências vindas das ruas.

Ademais, de acordo com as prescrições higienistas em voga, o contato com o ar puro era um dos elementos necessários à saúde e ao bem estar do indivíduo. Nota-se que a instituição estava instalada em um casarão amplo e repleto de janelas que, além de fornecerem a luminosidade necessária, eram importantes para permitir a circulação do ar e manter a salubridade do ambiente. A casa menor, à esquerda, servia de residência para a professora.

O alinhamento dos alunos e a uniformidade dos gestos (todos de pé, com os braços abaixados e os olhares voltados para o fotógrafo) pretendiam passar a imagem de uma instituição organizada, na qual os jovens – cujos corpos foram docilizados, manipulados, modelados e treinados (FOUCAULT, 2009) – eram exímios cumpridores das normas disciplinares.

Entretanto, em consonância com Vidal e Abdala (2005, p. 191) é preciso estar atento ao fato de que as fotografias “oferecem-nos um fragmento selecionado da realidade”, pois é preciso reconhecer a existência da confluência de vários fatores em sua produção: “a subjetividade do fotógrafo, as determinações do contratante e o momento social e histórico de sua materialização”. Embora a fotografia pretenda transmitir a ideia de uma instituição disciplinar primorosa, nem tudo era perfeito no cotidiano institucional, conforme será demonstrado posteriormente.

Pela fotografia também é possível notar que o Aprendizado Agrícola acomodava um número considerável de alunos que eram, em sua maioria, negros. O uniforme utilizado por eles era bastante rústico, próprio para a realização de atividades rurais. A normalização das vestimentas mediante o uso de uniformes permite reportar a Goffman, que salienta que o processo de admissão dos indivíduos em uma instituição total é caracterizado, quase sempre, pela padronização dos corpos mediante o uso de uniformes, corte de cabelo, etc.: “[...] uma vez que o internado seja despojado de seus bens, o estabelecimento precisa providenciar pelo menos algumas substituições, mas estas se apresentam sob forma padronizada, uniformes no caráter e uniformemente distribuídas” (GOFFMAN, 1974, p. 28).

Funcionando em regime de internato, a instituição também recebia menores de outras cidades, a pedido do secretário do Interior. De acordo com o regulamento, para ingressar na instituição era necessário apresentar o requerimento do pai ou tutor, certidão de idade emitida pelo registro civil, atestado médico e atestado de pobreza. A propósito, a pobreza era a medida utilizada não só para o ingresso na instituição, mas também para a permanência, conforme se observa neste documento emitido pelo diretor do Aprendizado ao Juiz de Direito da Comarca de Uberaba em relação ao pedido de exclusão de um dos menores:

Acontece, porém, que a progenitora desse menor foi pessoalmente ao Sr. Diretor daquele estabelecimento e pediu-lhe obtivesse um meio de tornar sem efeito a exclusão de seu filho, visto ser vagabundo o seu marido e não dispor o mesmo de recursos para continuar a educação de seu filho. À vista disso, solicito a Vossa Excelencia a especial fineza de emitir o seu parecer a respeito da idoneidade do pai desse menor, verificando si não seria o caso da decretação da perda do patrio poder, de acordo com o artigo 78, nº. 5, do decreto 7.680, de 3 de junho de 1927 do Regulamento de Menores (APM, 1931).

Além de servir como parâmetro para a permanência ou não do jovem na instituição, a pobreza também era a medida utilizada para decretar a perda do pátrio poder, ação que legitimava a autoridade do Estado sobre as famílias. De acordo com o saber jurídico, essa era uma forma de prevenir desvios, impedindo que a criança em situação de perigo pudesse se tornar uma criança perigosa:

Inicialmente, há sempre os dados sobre a delinquência, as estatísticas sobre os delitos dos menores. Nesse primeiro estrato, o saber criminológico se debruça, detecta no passado dos menores delinquentes, na organização de suas famílias, os signos que possuem em comum, os invariantes de suas situações, os pódromos de suas más ações. Graças ao quê, pode-se estabelecer o perfil padrão do futuro delinquente: o pré-delinquente, essa criança em perigo de se tornar perigosa (DONZELOT, 1986, p. 92).

Mesmo não sendo uma instituição de reforma, ou seja, voltada para menores delinquentes e/ou pervertidos, o AABS atendia crianças nessa situação, conforme observado neste excerto extraído de uma comunicação emitida ao Juiz de Menores: “[...] o menor José Lino Martins, interno do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, em Uberaba, só poderá ser excluído agora, isto é, só poderá ter a sua pena diminuída, si posto em liberdade vigiada” (APM, 1932).

O AABS oferecia o ensino primário - que era ministrado por uma professora que morava nas dependências da chácara – e também aulas de técnicas agrícolas e de criação de animais – atividades que ficavam a cargo do mestre de culturas<sup>115</sup>.

Essa modalidade institucional fora criada para “dar suporte ao estado republicano que estava sendo implantado, tentando disseminar práticas modernas de cultivo agrícola em um país que ainda mantinha resquícios do trabalho escravo, mas que tencionava desenvolver-se sob a égide do progresso e da modernização” (SOUZA; CALIXTO; BEZERRA, 2015). A substituição dos instrumentos tradicionalmente usados pelos escravos por práticas, métodos,

---

<sup>115</sup>As fotografias do anexo E mostram algumas cabeças de gado e cavalo, cujo manejo e cuidado não poderiam deixar se ser ensinados em uma terra de forte tradição pecuária, bem como as diversas plantas cultivadas na fazenda: arroz, milho e cana.

instrumentos e maquinários modernos pode ser interpretada, conforme Nogueira e Alvarenga (2011), como uma estratégia de (re) construção social do significado do trabalho.

Entretanto, na prática (no caso do AABS) as crianças aprendiam a manejar enxadas e fazer capina - atividades que não deviam ser fáceis nem atraentes para os internos, que eram ainda bastante jovens.

FIGURA 19 – Meninos no trabalho - Aprendizado Agrícola Borges Sampaio (1933)



Fonte: APM.

Na imagem anterior (figura 19), a legenda acrescida à fotografia, escrita a máquina, não deixa dúvidas sobre a classificação da atividade desenvolvida pelos internos do Aprendizado Agrícola: "Meninos no trabalho". Em um breve momento de pausa eles fizeram pose para a fotografia, empunhando suas ferramentas de trabalho: foices e enxadas.

As finalidades atribuídas aos aprendizados agrícolas delinearam o perfil desse modelo institucional que estava situado entre duas vertentes: a escolar, com ênfase na educação para o trabalho, e a correcional, que defendia a regeneração por meio da reclusão e disciplinarização:

[...] não basta isolar das ruas, confinar simplesmente: é preciso corrigir, disciplinar, educar. Nesse sentido, o trabalho, a atividade produtiva, emerge como caminho que permitirá redimir todos os males. Identifica-se no trabalho a dupla função de preservar a criança e o adolescente do contato com o vício, e de recuperar, resgatar do vício (MOURA, 1999).

Uma nota publicada no jornal *O Gaiato*<sup>116</sup>, em 1920, oferece algumas pistas acerca do cotidiano institucional:

Sobre a nossa nota de domingo p. p. referente ao Aprendizado Agrícola "Borges Sampaio" desta cidade, recebemos do sr. Isidro Gil, M. D. diretor desse estabelecimento publico, uma extensa e bem explicativa cartana qual S. Excelênciа nos satisfaz informando-nos com perfeitos dados, que mais ou menos merecem a nossa confiança, tudo o que vai pelo seu instituto à dentro, bem como: o número de matriculados, que é 36, o de foragidos, que é de 4, e que o serviço da enxada é feito pelos *menores*, durante cinco horas e meia e escolares 3 horas. S. Exma. nos esclarece mais, que os castigos infligidos nos menores faltosos são conhecidos da Directoria de Agricultura, que, ainda recommenda mais severidade, em taes casos, e que tudo que la se passa, é a sua ordem, etc. etc. Termina convidando-nos gentilmente para uma visita áquelle estabelecimento, o que com o maximo prazer aceitamos para a primeira oportunidade. Gostamos imenso da carta do sr. Isidro Gil, que sahindo do seu silencio, falla-nos alguma cousa sobre o Aprendizado (O GAIATO, 14/11/1920, p. 2; grifos do autor).

Essas poucas palavras publicadas no jornal deslindam aspectos do cotidiano vivenciados pelos garotos que ali estavam internados. O primeiro ponto que chama a atenção é referente à carga horária destinada às atividades escolares, que era bastante inferior às atividades práticas, descritas pelo jornalista como “serviço da enxada”, realizado pelas crianças “menores”. O fato de essas crianças serem obrigadas a ficar por cinco horas e meia realizando esse tipo de atividade possivelmente foi um fator significativo para justificar suas fugas, que naquele momento eram contabilizadas em quatro. Entretanto, informações sobre fugas de menores eram recorrentes, como essa registrada em 1932:

“[...] o menor Wenceslau Correa se acha foragido do aprendizado Agrícola Borges Sampaio em companhia de mais três alunos daquele estabelecimento desde outubro do ano findo, tendo esta repartição providenciado sobre a captura dos mesmos, conseguindo, por enquanto, encontrar somente um deles (APM, 1932).

Também chama a atenção, no excerto do jornal, a referência aos “castigos infligidos nos menores faltosos”, que tinham a anuência da Directoria de Agricultura. Definidos por Goffman (1974, p. 51) como “consequências de desobediência às regras”, os castigos, sejam físicos ou morais, sempre estiveram presentes na formação social da criança brasileira, cuja educação esteve centrada na arbitrariedade e rigorosidade dos costumes (LONGO, 2005).

---

<sup>116</sup>O artigo em destaque trata de uma carta enviada ao jornal *O Gaiato* pelo diretor do AABS em resposta a uma publicação feita no jornal na edição anterior. Entretanto, essa edição não consta no acervo do Arquivo Públіco de Uberaba.

No processo de docilização dos corpos, a utilização de castigos era um tipo de sansão moralizadora que tinha como função reduzir os desvios, devendo ter, portanto, uma conotação corretiva. Embora na carta enviada pelo diretor da instituição ele cite apenas que os castigos eram infligidos aos menores faltosos (ou seja, micropenalidade do tempo devido a atrasos, ausências, interrupções de tarefas), é pertinente considerar toda uma série de micropenalidades listadas por Foucaul (2009, p. 171-172) que provavelmente também eram passíveis de sanções normalizadoras: “micropenalidade [...] da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorrectas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência)”.

Outra matéria sobre o AABS publicada no *Lavoura e Comércio* em 1928 apresentou novos elementos que também permitem conhecer fragmentos do cotidiano institucional:

[...] funciona sob a regência da sra. Cherubina dos Santos Cupertino, estando o Aprendizado sob a direção do Sr. Dr. Antonio Fonseca. A escola está dividida em 2 turnos, sendo um das 11 às 1 ½ e outro das 2 às 4. No 1º turno estão os alunos do 1º anno e no 2º os do 2º e 3º annos. Examinando os alumnos, quer do 1º como dos outros annos, notei o bom aproveitamento delles. Os meninos estão todos bem dispostos. A professora não é normalista, mas com a prática de 15 annos de magisterio, desempenha perfeitamente sua missão. É inteligente, esforçada e segue os progressos do ensino. Levo desta escola excellente impressão. A disciplina é excelente (LAVOURA E COMÉRCIO, 01/11/1928, p. 9).

Os dados apresentados no jornal indicam que a carga horária dedicada aos estudos havia sido reduzida a duas horas e meia no primeiro turno e duas horas no segundo. Também é possível observar que enquanto o jornal *O Gaiato* dizia que os castigos aplicados nos meninos deveriam ser mais severos, nesse último jornal havia elogios à postura do diretor, que “sobre todos, com igual atenção, recorre o trato carinhoso do dr. Antonio Fonseca, que os educa mais pelo coração e pela bondade do que pelo rigorismo isolado das disciplinas”. Considerando a distância temporal de oito anos entre as duas publicações jornalísticas, uma das hipóteses possíveis é que tanto a mudança do diretor como a rotatividade dos alunos tenham contribuído para essa nova percepção acerca da disciplina na instituição.

Entretanto, também é preciso considerar os objetivos de cada um dos jornalistas ao redigirem suas matérias. Enquanto o jornal *O Gaiato* reproduzia a resposta do diretor do AABS, possivelmente diante de alguma denúncia recebida sobre as práticas educativas lá realizadas, a matéria do *Lavoura e Comércio* tinha a explícita intenção de chamar a atenção das autoridades para as necessidades de reforma no prédio, já que “nem as roseas lunetas de Pangloss attenuariam as más condições do casarão” – conforme lido no subtítulo da matéria publicada.

Entretanto, o jornalista não queria comprometer o diretor, deixando claro que a situação do Aprendizado só não era pior devido à “administração efficiente e realizadora” do “amável” dr. Antonio Fonseca: “[...] Tivemos ali um mixto de impressão bôas e más. Estas correm por conta do estado de conservação do edifício e aquellas são fructos legítimos da dedicação do director” (LAVOURA E COMÉRCIO, 01/11/1928, p. 9).

Também é interessante notar o que foi dito em relação à professora que, mesmo não sendo normalista, “desempenhava perfeitamente sua missão” devido à experiência prática no magistério. Tendo como embasamento a crença em “uma escola que domestica, cuida, ampara, ama e educa” (ALMEIDA, 2006, p. 61), o reconhecimento do trabalho realizado pela professora estava estreitamente relacionado à manutenção da disciplina dos alunos, que foi classificada pelo jornalista como excelente. Por conseguinte é possível deduzir que a boa professora, naquele contexto, era aquela que conseguia domesticar e disciplinar, ou seja, controlar.

Cinco anos após essa publicação jornalística o inspetor técnico estadual emitiu um parecer acerca do AABS após visita à instituição no ano de 1933:

[...] Actualmente, são somente 3 funcionários: director, mestre de cultura e professora primária, tendo o estabelecimento 60 menores matriculados. O director, além de dirigir o estabelecimento, faz todo o serviço de escripturação e desempenha ainda as funcções de guarda-vigilante, chefe de disciplina, etc. Os menores não fogem porque não querem. Durante a noite, ficam sós, porque o director não pode deixar a sua família para ir dormir ao meio dos menores [...]. E é por falta de um chefe de disciplina que os menores estragam camas, rasgam roupas, perdem calçados, fogem e fazem de um estabelecimento como esse uma casa de liberdades [...]. Devo dizer que, à primeira vista, pode parecer que o director seja o culpado pelo pessimo estado em que se encontra o instituto; porém, assim não acontece. Para conservar um predio tão velho, é preciso gastar-se muito dinheiro, o que não valerá a pena; será esperdiçar cera com máu defuncto (APM, 1930).

Esse relatório reafirmava as palavras publicadas no *Lavoura e Comércio* a respeito da precariedade dos recursos humanos e materiais da instituição, conforme se observa nas transcrições que seguem, retiradas dos relatórios de inspeção realizados em 1930 e 1933:

[...] Não poderia ser peor a impressão que tive dêsse estabelecimento, na parte que se refere às instalações! Situado em terrenos regulares, dotado de regalias topographicas naturaes, com clima optimo, é de se passar que estejam ali abrigados 60 menores. A impressão que o visitante tem é simplesmente horrorosa.

[...] A sala destinada às aulas, além de ter o assoalho remendado, o tecto também ameaça ruir...

[...] Agora que verifiquei isso tudo, é que justifico a attitude do Director do estabelecimento em evitar, o mais possível, que o estabelecimento seja

visitado! Pudera! Isso é uma vergonha, não só para esse funcionario, como também para a alta administração do Estado.

[...] Do que já expus, deduz-se que a hygiene não pode ser das melhores. A installação sanitaria é pessima; agua defficiente; exgotto feito com manilhas e a agua não tem queda sufficiente. O serviço de exgotto foi feito pelo engenheiro Guilherme Ferreira, que, como medida de economia, empregou manilhas estreitas em um lugar onde a queda d'agua é quase nula. Dali resulta os entopimentos constantes, os gastos de cimento e desinfectantes.

[...] Já em 1930 (inspeção feita pelo Sr. José Utsch Carneiro) foi reconhecida a necessidade da construção de um novo pavilhão. Sí êsse predio se achava em condições de ser demolido naquela data, o que não será hoje, decorridos três annos?

[...] Não será criminosa a attitude pacifica de aguardar o “amanhã”? Como permitir que 60 alumnos durmam n'um salão mal arejado e com as camas encostadas umas nas outras? Como permitir ainda uma imundície, em ruinas, como o refeitorio? Como, a cozinha? Não; isso tudo não pode ser permitido, pois além de constituir um serio perigo para a collectividade escolar, é anti-humano. Para completar o quadro tetrico, das condicções hygienicas desse estabelecimento, é conveniente que se saiba que ali não existem latrinas; as necessidades são feitas no mato!!!

A situação da instituição também foi registrada pelo inspetor por meio de fotografias, conforme observado nas imagens que seguem (figuras 20 a 22), nas quais foram feitas algumas marcas no formato da letra “X” para indicar os locais que, a seu ver, necessitavam de reparos.

FIGURA 20 - Parede interna e externa do AABS (1930)



Fonte: APM.

Ao contrário da fotografia representada pela figura 18, cuja pretensão era exibir uma imagem assertiva do AABS, nas fotografias seguintes o fotógrafo fez questão de registrar suas deficiências e precariedades, com o intuito de mostrar ao governo mineiro a necessidade urgente da realização de reparos na instituição.

Um dos motivos do estado precário da instituição era o fato de que o prédio onde ele estava localizado era antigo, sendo que até mesmo para o funcionamento do Instituto Zootécnico, ali instalado em 1895, o governo não havia construído um prédio novo, mas reformado e adaptado uma construção já existente, conforme informado por Machado (2009).

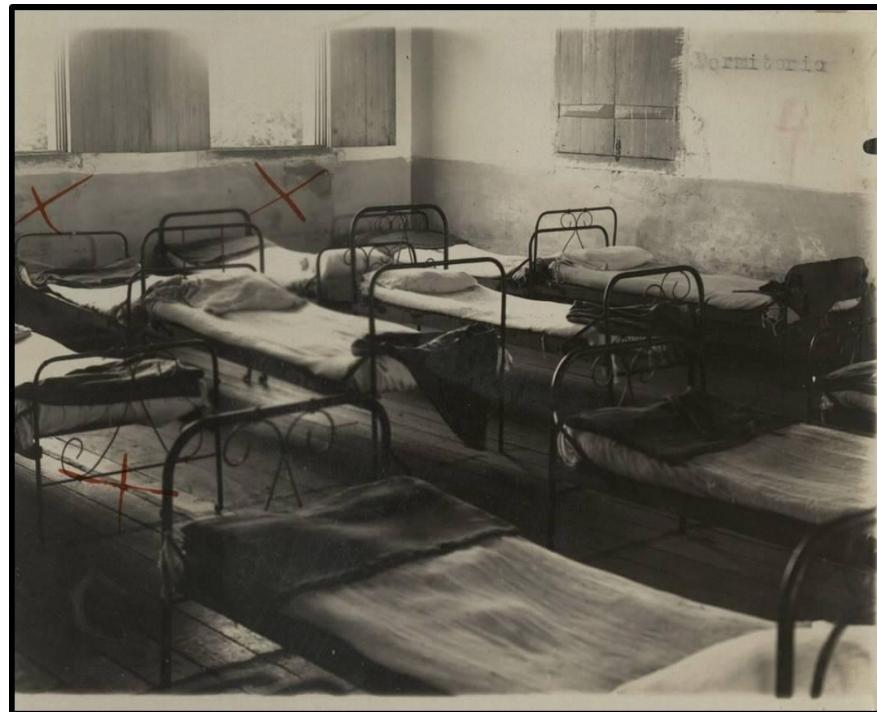
Considerando que a clientela atendida pela instituição era, em sua maioria, extremamente carente do ponto de vista material, é possível hipotetizar que a falta de investimentos do poder público no AABS possa ser justificada por uma concepção naturalizada na sociedade de que "para o pobre qualquer coisa serve". Sobre essa questão Kuhlmann Júnior (2000, p. 8), afirma que "a concepção da assistência científica, formulada no início do século XX [...], já previa que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos".

FIGURA 21 - Refeitório do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio (1930)



Fonte: APM.

FIGURA 22 – Dormitório do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio – 1930



Fonte: APM.

Além das paredes e do piso, que precisavam de reformas, os móveis do refeitório e do quarto também eram bastante modestos e os colchões aparentavam ser desconfortáveis. Os dormitórios coletivos, com camas aglomeradas em um único cômodo, sem divisórias, era o modelo mais usual adotado por esse tipo de instituição. A disposição das camas, todas enfileiradas e voltadas para o mesmo lado, permite fazer uma analogia com a sala de aula tradicional na qual as carteiras, também enfileiradas, facilitam o controle da disciplina pelo professor. No caso do dormitório, a distribuição rigorosa do espaço, no qual cada aluno tinha sua posição definida, permitia uma vigilância ao mesmo tempo geral e individual, na qual era possível identificar, com facilidade, as presenças e as ausências, conforme sugerido por Foucault (2009). De acordo com Conceição (2008, p. 1), a aplicação desse modelo de dormitório

[...] representou uma fase de internamento na qual a adoção de uma disciplina severa determinou uma organização do dormitório semelhante ao de um quartel, sendo também uma consequência da “direção burocrática” de um grande número de internos contando com um reduzido número de fiscais.

Ao analisar os dormitórios coletivos no contexto das escolas de ensino agrícola federais, Conceição (2008) também observa que a disposição contígua das camas, visando o excessivo aproveitamento do espaço, tornava o ambiente insalubre e promovia a promiscuidade entre os internos, mesmo que eles estivessem sob constante vigilância. Os dormitórios coletivos também

são indicadores da falta de privacidade dos indivíduos no interior da instituição, situação que permite remeter a Goffman (1974, p. 31), segundo o qual, nessas condições, "os territórios do eu são violados; a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do eu são profanadas".

Retomando os relatórios elaborados pelos inspetores, é interessante observar que eles foram emitidos após as reformas realizadas na instituição, conforme registrado nas mensagens dos presidentes da província de Minas Gerais. Em 1924, por exemplo, Raul Soares informava que o AABS, que tinha capacidade para atender quarenta aprendizes, estava passando por reforma completa, orçada em 32:768\$792, uma vez que ele "havia sido installado em prédio velho e mal conservado" (MINAS GERAIS, 1924, p. 120). Em 1925, o então presidente da província Fernando de Mello Viana asseverava:

Situado em centro de intensa vida rural, este aprendizado está destinado a prestar grandes serviços, influindo poderosamente no melhoramento dos processos de exploração agrícola. As suas instalações foram, há pouco, inteiramente reformadas e ampliadas, tendo-se feito diversas contruções novas e melhorado as já existentes. Despenderam-se com esses serviços cerca de 40:000\$000. Visitando o estabelecimento pouco antes de assumir o governo, verifiquei que, apesar dos últimos melhoramentos, as instalações ainda eram deficientes, e mandei, por isso, orçar outras obras que me parecem necessárias para aumentar o numero de internados, como a construção de uma casa para o Director, que actualmente occupa uma parte do pavilhão destinado aos aprendizes, de uma outra para o professor primário, ampliação do pavilhão principal para conter 70 educandos e outras pequenas obras em algumas das instalações existentes, importando tudo em 57:355\$011. Esses melhoramentos já tiveram inicio de execução por um engenheiro de obras publicas do Estado (MINAS GERAIS, 1925, p. 230- 231).

No ano seguinte Mello Viana afirmava que além das reformas executadas em 1925, novas ampliações seriam feitas no AABS para que ele se tornasse um estabelecimento modelar, que comportaria setenta educandos. Entretanto esse compromisso não se efetivou, haja vista que, devido às condições precárias, as atividades da instituição foram suspensas e ela foi provisoriamente fechada em 1934, sendo seus alunos transferidos para outros institutos profissionais do estado. Conforme informado no *Lavoura e Comércio* em abril de 1934, Léon Renault – que na época era diretor do Instituto João Pinheiro, em Belo Horizonte – havia escrito a seguinte carta justificando o ocorrido:

Propuz, então, que tomasse uma das duas deliberações por mim sugeridas: primeira, a suspensão provisória do estabelecimento, ate que se lhe desse aparelhamento de acordo com a importancia do problema e da zona em que está localizado; segundo, suspensão definitiva do estabelecimento, caso o Estado não quizesse ou não pudesse dar-lhe o aparelhamento necessário.O

senhor secretário da Agricultura preferiu a primeira solução, que era a do meu maior agrado. De minha parte, tudo farei nesse sentido, **mas é necessário também que a política e a população de Uberaba intervenham** (LAVOURA E COMÉRCIO, 25/04/1934, p. 1; grifo nosso).

Entretanto, a população de Uberaba estava apreensiva com esse fechamento provisório, uma vez que situação semelhante já havia ocorrido anteriormente com o Instituto Zootécnico:

[...] e em parte ela tem razão por temer que aconteça a esse patronato a mesma cousa que sucedeu ao *Instituto Zootécnico de Uberaba*. Fechado, com a desculpa de reformas e melhorias no prédio e nas suas instalações técnicas, nunca mais se abriu, ficando não só a cidade, como o próprio Estado, privados de uma de suas mais uteis e profícias fundações, absolutamente adequada às necessidades agrícolas e pecuárias desta região<sup>117</sup>. Em troca do importante Instituto técnico, destinado a preparar a nossa mocidade para profissões integradas nas nossas atividades econômicas, deram-nos o patronato, ora suspenso, e, segundo se diz, provisoriamente fechado (LAVOURA E COMÉRCIO, 25/04/1934, p. 1)

Léon Renault deixou claro, na carta publicada no jornal, a necessidade da intervenção dos políticos uberabenses para que o fechamento do AABS, até então de caráter provisório, não se tornasse permanente. Pelos documentos até então analisados não foi possível verificar se as autoridades uberabenses tomaram alguma atitude frente à iminente possibilidade de fechamento da instituição. Entretanto, conforme mencionado na seção anterior, desde o início do século as relações políticas de Uberaba com o governo estadual não eram muito fortalecidas, situação que pode ter contribuído para o encerramento definitivo da instituição, que ocorreu no ano seguinte.

Em janeiro de 1935 o *Gazeta de Uberaba* informou que o município iria perder o prédio onde esteve instalado o AABS, pois ele seria vendido em hasta pública. De forma irônica e por meio de uma trova, o jornalista Alceu Novaes ainda insistia na possibilidade do espaço do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio tornar-se uma colônia reformatória para menores:

O patrimônio fecundo  
das terras do Aprendizado  
está mesmo destinado  
aos pequeninos irmãos.  
Senão – desgosto profundo!  
o nosso fado é bem cru! –  
irão lá criar zebu<sup>118</sup>

<sup>117</sup>O Instituto Zootécnico de Uberaba certificou apenas uma turma, composta por oito alunos (MACHADO, 2009).

<sup>118</sup>É interessante notar que, por meio dessa trovinha ingênua, Alceu Novaes estava, de certa forma, prevendo o destino do prédio onde esteve localizado o AABS. Em 1941 o presidente Getúlio Vargas fundou, naquele local, a Fazenda Experimental de Criação Getúlio Vargas. Posteriormente, na década de 1970, o local passou a sediar a Empresa de Pesquisas Agropecuárias de Minas Gerais – Epamig (RICCIOPPO, 2014).

e não formar cidadãos  
 E perdeu-se o Aprendizado!.  
 Uberaba tem mau fado,  
 Pois lhe fizeram *despacho*:  
 De seu progresso, nem falo!  
 Como rabo de cavalo,  
 Cresce sim, mas... para baixo (FERREIRA, 1982, p. 106-107).

### 3.1.3 Asilo Anália Franco

O Asilo Anália Franco foi instalado em Uberaba no ano de 1919. A criação dessa instituição em uma cidade mineira pode ser concebida como uma situação peculiar, uma vez que a maior parte das instituições criadas por Anália estavam situadas no estado de São Paulo.

De acordo com Kishimoto (1986), Anália Franco<sup>119</sup> foi uma educadora que iniciou seu trabalho assistencial em meio aos eventos ocorridos no final do Império, especialmente a decretação da Lei do Ventre Livre, que transformou os naciturnos de escravos em crianças predestinadas às Rodas dos Expostos. Posicionando-se como abolicionista, ela iniciou suas atividades socioeducacionais junto às crianças negras e abandonadas, dando assistência àquelas que eram expulsas das fazendas e começavam a mendigar pelas ruas.

A primeira Casa Maternal criada por Anália Franco em São Paulo, no final do século XIX, foi alvo de perseguições da sociedade da época, uma vez que atendia crianças brancas e negras. A proprietária do estabelecimento no qual estava instalada a Casa Maternal chegou a propor a Anália Franco a isenção do pagamento do aluguel, desde que ela não transformasse seu imóvel em um “albergue de negrinhos” (KISHIMOTO, 1986, p. 212). Sem recursos e obrigada a procurar outro local para instalar sua obra assistencial, Anália Franco teve que pedir esmolas nas casas, junto com as crianças, situação que não foi bem vista pela sociedade da época, conforme explicado por Kishimoto (1986, p. 213):

O comportamento, insólito para a época, de uma professora, espírita<sup>120</sup>, proteger negros, pedir esmolas pelas ruas, em pleno regime monarquista, católico e escravocrata, gera um clima de antipatia e rejeição entre os moradores da região ante a figura daquela mulher considerada perigosa e seu afastamento da cidade já é cogitado, quando surge um grupo de abolicionistas e republicanos a seu favor

<sup>119</sup>Anália Franco nasceu no ano de 1853 em Rezende (RJ). Tornou-se professora pública em 1868, dando aulas em Guaratinguetá e Jacareí. Com 18 anos completou seus estudos na Escola Normal de São Paulo. Morreu em São Paulo, em janeiro de 1919, vítima da gripe espanhola (KISHIMOTO, 1986).

<sup>120</sup>Conforme Oliveira, E. de C. (2007), algumas fontes indicam que nessa época (1870) Anália Franco ainda não havia se convertido ao espiritismo. Monteiro (2004), inclusive, diz que é difícil precisar com exatidão quando isso aconteceu, mas afirma que ela fora batizada e até por volta 1899 era uma católica moderada. A hipótese levantada por ele é que talvez ela tenha se aproximado do espiritismo quando foi vitimada pela cegueira.

Devido à sua perseverança, no início da República Anália Franco já havia conseguido instalar, em São Paulo, dois grandes colégios gratuitos para meninos e meninas. Ela também participou da fundação da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo (AFBI), que foi responsável pela organização de uma multiplicidade de creches, escolas maternais, liceus, escolas noturnas, oficinas profissionalizantes e asilos na capital e em outras cidades paulistas. De acordo com Kuhlmann Júnior (2009), em 1910 Anália Franco já havia inaugurado 18 escolas maternais e 17 creches-asilos em todo o estado. Além do trabalho assistencial junto às crianças, a obra de Anália Franco também era voltada para a profissionalização de mães, mulheres trabalhadoras e órfãos de maior idade.

Em São Paulo, em 1901, um grupo de senhoras, em sua maioria professoras, sob a direção de Anália Franco, espírita, filiada ao Partido Republicano, fundou uma sociedade destinada ao amparo e educação da mulher e da infância: a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. O primeiro passo da entidade foi criar um Liceu Feminino, estabelecimento destinado a preparar professoras para escolas chamadas maternais (espécie de creche e jardim-de-infância) e uma escola noturna destinada à alfabetização da mulher (KUHLMANN JÚNIOR, 2015, p. 86)

De acordo com o estatuto da AFBI, as instituições criadas teriam que ser leigas, conforme expresso no artigo oitavo: “a Associação é leiga, respeitando todas as crenças das suas sócias e protegidas”. Entretanto, tais instituições tinham um caráter espiritualista, uma vez que o décimo artigo do estatuto definia que:

As escolas maternais, asilo e creche são destinados a beneficiar e educar crianças e senhoras de todas as classes e seitas diversas, por isso limitam-se ao ensino das verdades fundamentais, como a existência de Deus, a imortalidade da alma e ao ensino da mais pura moral, sem prejudicar as crenças das famílias a que pertençam as crianças (LODI-CORRÊA, 2009, p. 48).

A adesão de Anália Franco ao espiritismo e o recebimento de financiamento maçônico<sup>121</sup> para manutenção de seus estabelecimentos contribuíram para o surgimento de

---

<sup>121</sup>Conforme Silva, M. J. D. (2009), a afinidade existente entre o espiritismo e a maçonaria decorre de duas condições: primeiramente devido ao fato de que quando o espiritismo chegou ao Brasil, na segunda metade do século XIX, encontrou severa oposição do catolicismo. Assim, grandes nomes da política nacional que eram maçons também aderiram ao Espiritismo, como Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho. Segundo, pela proposta racional da crença espírita, seu evolucionismo, suas bases positivistas e oposição fundamental ao materialismo. Silva, M. J. D. (2009, p. 2) também explica que “maçons e espíritas desenvolvem um humanitarismo-racionalista, configurado em atitudes filantrópicas, benéficas e caritativas, conciliando espiritualismo e reformismo na solução da *questão social*, fundamentam o advento de uma utopia da justiça social resultante do progressivo desenvolvimento tecnológico e científico. Nesse caso, representavam a possibilidade de uma nova utopia ou regeneração espiritual, oposta à escatologia do tradicionalismo católico”. Fuckner (2009), por sua vez, sugere que a relação de complementaridade filosófica entre os espíritas e os maçons deve-se ao fato de que ambos foram alvos de campanhas difamatórias e sofreram perseguições, principalmente da Igreja Católica, o que fez com que nascesse entre eles uma identificação solidária. Para combater a maçonaria e o espiritismo, Fuckner lembra que a Igreja publicou vários documentos como por

conflitos com a Igreja Católica que, por meio dos jornais, denunciava as instituições ligadas à AFBI como “espíritas” e “perigosas”, conforme observado nesta publicação do jornal de São Paulo em 1908, citada por Oliveira, E. de C. (2007, p. 31)

Essas escolas, para uns suspendem a taboleta de institutos leigos, acolhendo a todos, judeus, protestantes, espíritas, livres-pensadores, católicos, para outros a quem não soe bem a denominação de Institutos sem religião, falam de Deus e Jesus, em Maria e assim vão enganando as consciências tímidas e desconfiadas, que se não apercebem de que aquelles santos nomes, envolvidos em taes escolas nada significam senão uma profanação a mais a acrescentar às outras a que o espiritismo se entrega.

Sobre as disputas travadas no final do século XIX e nas cinco primeiras décadas do século XX entre a Igreja Católica e o Espiritismo, Camurça (2000) afirma que, além delas envolverem discussões e condenações doutrinárias no campo das crenças, elas “instrumentalizaram a realização de ações caritativas e obras sociais como objeto destas contendas”.

Tal situação pode ser percebida, inclusive, no município de Uberaba, pois no ano seguinte ao da instalação do Asilo Anália Franco, destinado à assistência de meninas, os católicos criaram o Orfanato Santo Eduardo, voltado para o mesmo público, com o objetivo explícito de combater o avanço do espiritismo no local. Segundo Camurça (2000, p. 132), “a virtude cristã da prática da caridade, cuja centralidade é marcante nas duas tradições religiosas passa a ser utilizada como mecanismo de desqualificação e legitimação no processo de competição religiosa entre Catolicismo e Espiritismo”.

Sendo assim, diante dos embates sofridos pelo espiritismo, seja no campo científico - que classificava-o como uma “fábrica de loucos”, atribuindo a seus adeptos acusações de charlatanismo, curandeirismo e prática ilegal da medicina - seja no campo religioso – que (des) qualificava-o como “coisa do demônio”, as obras filantrópicas espíritas constituíram-se em um importante instrumento de legitimação e afirmação de sua identidade religiosa perante a sociedade (AZEVEDO, 2010).

---

exemplo a Encíclica *Humanum Genus*, escrita por Leão XIII em 1884, que denunciava a maçonaria como uma “associação criminosa, não menos perniciosa aos interesses do cristianismo do que aos da sociedade civil [...]”. Por sua vez, a Pastoral Coletiva de 1911 advertia: “Afastem-se os fiéis das sociedades secretas, perversas e prohibidas pela Egreja, das más companhias, das familiaridades com os ímpios e hereges, dos divertimentos e recreações em que correm riscos as suas crenças religiosas”. Já a Pastoral Coletiva de 1915 dizia que “[...] os espíritas devem ser tratados, tanto no foro interno como no foro externo, como verdadeiros hereges e fautores de heresias, e não podem ser admitidos à recepção dos sacramentos, sem que antes reparam os escândalos dados, abjurem o espiritismo e façam a profissão de fé” (FUCKNER, 2009, p. 129-128).

Após fundar inúmeras instituições no estado de São Paulo, Anália Franco resolveu criar uma instituição assistencial em Uberaba, cidade onde possuía algumas amizades:

Pouco antes da partida de Anália Franco para o mundo espiritual, já muito doente e esgotada em seu físico, quis dar andamento ao seu desejo de criar mais um abrigo creche na cidade de Uberaba, Minas Gerais. Ela havia se comprometido com seu grande amigo, pessoa muito influente na cidade de Uberaba, e que muito a ajudou quando lá esteve, o Dr. Antônio Ribeiro, em criar um abrigo. Dizia ele que era de suma importância, pois os enjeitados ali eram em grande número e ele achava que o projeto de Anália em criar esses abrigos, fazendo deles um verdadeiro lar, era o que faltava para que as crianças não ficassem mais ao desamparo. Como Anália já não tinha mais saúde para tanto, passou essa responsabilidade para sua interna amiga, dona Clélia Rocha que, como professora, lecionando no Rio de Janeiro e voluntária da escola maternal carioca fundada por Anália, imediatamente deixou seu estado e transferiu-se para Uberaba. Acompanhou o desenvolvimento dessa obra, que foi inaugurada<sup>122</sup> sem a presença de Anália Franco, que veio a desencarnar em São Paulo, no dia 20 de janeiro de 1919 (ELOISA, 2007, p. 11).

A escolha de Clélia Rocha<sup>123</sup> para dirigir o asilo fundado em Uberaba não foi aleatória. Anália Franco depositava irrestrita confiança no trabalho de Clélia, chegando a afirmar, em uma de suas cartas, que ela era "a diretora que mais assimilou os nossos ideais e muito tem produzido. Se todas as demais cooperadoras fizessem como você, muito realizaríamos" (GODOY, 1990, p. 75)<sup>124</sup>.

Clélia Rocha, então, transferiu a instituição fundada em Dourados para a cidade de Uberaba, inaugurando-a em 1919. Entretanto, assim como Anália Franco, que encontrou inúmeras dificuldades para inaugurar e manter suas escolas em São Paulo, o vínculo de Clélia Rocha com espiritismo e o apoio recebido da maçonaria também serviram de obstáculos para que ela pudesse desenvolver seu trabalho assistencial em Uberaba. Muito embora já existissem na cidade inúmeros adeptos do espiritismo<sup>125</sup>, o catolicismo em Uberaba e em todo o estado era muito acentuado devido às suas estruturas tradicionais, motivo pelo qual Wirth (1982, p. 143) chegou a classificar Minas Gerais como "o estado brasileiro mais católico".

---

<sup>122</sup>De acordo com Ferreira (1987, p. 48), o Asilo Anália Franco foi instalado em Uberaba em 13 de março de 1919, dois meses após a morte de Anália Franco.

<sup>123</sup>Clélia Soares da Rocha nasceu no Rio de Janeiro, na cidade de Barra Mansa, em 1886. Em Piracicaba, recebeu o diploma de professora primária, passando a lecionar no Colégio das Freiras, em São Carlos. Abriu um estabelecimento de ensino na cidade de Dourados, destinado à alfabetização de adultos. Nessa época conheceu Anália Franco, que sendo convidada por ela para fazer parte de sua equipe de trabalho. Tornaram-se grandes amigas e mútuas colaboradoras (GODOY, 1990).

<sup>124</sup>Conferir, no anexo F, as fotografias de Anália Franco e Clélia Rocha.

<sup>125</sup>Conforme Silva (2002), provavelmente a religião espírita chegou a Uberaba entre 1890 e 1895. Embora o primeiro centro espírita da cidade (Centro Espírita Uberabense) tenha sido fundado em 1911, antes dessa data existiam diversos "Grupos Familiares", ou seja, grupos de pessoas que realizavam as sessões espíritas nas casas das famílias simpatizantes da doutrina.

De acordo com Godoy (1990, p. 75), Clélia Rocha “pleiteou por várias vezes subvenções municipais, estaduais e federais, nunca conseguindo ressonância para as suas petições pois, pelo fato de ser espírita, intensa perseguição lhe foi movida pelos sacerdotes locais”. Além da dificuldade financeira, o Asilo Anália Franco foi vítima de perseguição moral, chegando a ser acusado de maltratar as crianças internas, situação que levou Ludovice Fernandes<sup>126</sup> a publicar uma nota no jornal em defesa da instituição. Conforme mencionado na seção anterior, os jornais überabenses serviram de palco para que as pessoas pudessem manifestar posicionamentos, defendendo seus princípios e ideais ou atacando aquilo que fosse contrário às suas crenças:

Sciente de que pessoas inclinadas a calunia e a difamação propagam na cidade que as creançasorphanas do “Colégio Anália Franco” são barbaramente espancadas, e como sempre fui, franco em hora, e defensor dos oprimidos, dos que batem pelo ideal do Bom e do Justo, venho protestar energicamente contra essa torpe e vil calunia porquanto conheço, de perto, como são tratadas ali as crianças, as quaes não faltam carinho e amor, uma extensão mais lata do termo, proporcionados não só pelas professoras como pela Directora que se acha ausente em viagem de escursão, trabalhando com o seu grupo dramatico para a manutenção dos orphãoinhos desamparados e entregues a sua inteligente direcção. É, pois, em nome da Directora que torno publico este protesto, ajustando que, para a pessoa que acaba de retirar daquele tectoprotector duas filhinhos suas, onde recebiam toda sorte de cuidados e carinhos, seriam aplicadas as penas do Código Penal da Terra, se porventura ali não fosse religiosamente o Código Daquelle que, despedindo-se das miseráveis perseguições terrenas, disse aos seus algozes: - Perdoae-lhes, meu pae, por que elles não sabem o que fazem. Entretanto, fica franqueado ao publico e aos interessados, ás pessoas sensatas e criteriosas aquele estabelecimento para verificarem o que acima ficou dito (LAVOURA E COMÉRCIO, 11/12/1919, p. 8).

Sem receber recursos do poder público para manter a obra assistencial que atendia 72 alunas asiladas, Clélia Rocha teve que lançar mão de outros expedientes para conseguir continuar atendendo às alunas gratuitamente. Um deles foi abrir as portas da instituição para pensionistas, que chegaram ao número de dezoito, para que participassem dos cursos de música, costura, flores e bordado. A instituição também aceitava encomendas dos produtos confeccionados pelas cursistas. Para atrair a população foram publicados diversos anúncios na imprensa local:

Acha-se aberta a officina de costura no CollegioAnalia Franco, pronto a receber encomendas de qualquer natureza. Recebe alumnas para aprender a costurar e cortar cobrando 19\$000 mensaes; entrada das 11 horas até ás quatro da tarde. As alumnas de costura serao sujeitas a disciplina do Collegio [...] só saindo as 4 horas da tarde,juntamente com as alumnas do colégio. Nesse ponto de vista os senhores pais podem ficar tranquilos, e a disciplina nas officinas será exigente em certo ponto de vista, visando a inteira confiança das

<sup>126</sup>Ludovice José Fernandes, também conhecido como "Cinza", foi um dos fundadores do Sanatório Espírita de Uberaba. Nasceu em 1882 e faleceu em 1933.

familias. As alumnas que quizerem tomar lanche no colegio e mesmo jantar pagarao mais, mediante previa combinação. Clélia Rocha. Directora (LAVOURA E COMÉRCIO, 01/10/1919, p. 3; grifos meus).

Por esse excerto jornalístico é possível levantar algumas suposições acerca da dinâmica de funcionamento do Asilo-Colégio. De acordo com o questionário respondido ao Secretário do Interior, citado no início dessa seção, a instituição “manteve e educou numerosas orphãs”. Entretanto, conforme publicado, nem todas as crianças atendidas pelo Asilo eram desprovidas de um lar e de uma família, pois elas saiam do estabelecimento às quatro da tarde, retornando para suas casas. Depreende-se dessa situação que o Asilo-Colégio Anália Franco possivelmente atendia três diferentes grupos de alunas: crianças sem família, que moravam na instituição; crianças com família, porém pobres, que frequentavam o colégio gratuitamente para fazer o ensino primário e outros cursos, voltando para suas casas ao término das atividades, e crianças cujos pais tinham condições de pagar um valor mensal e frequentavam o estabelecimento apenas para participar das oficinas oferecidas. Essa diferenciação da clientela atendida também pode ser depreendida tendo em vista a própria designação da instituição, que em alguns momentos era citada como “Asilo-Colégio”.

O Asilo Anália Franco também contava com o auxílio da Loja Maçônica Estrela Uberabense, que além de ajudar com a quantia mensal de 200 mil réis, também enviava donativos arrecadados no comércio local (FERREIRA, 1987). Outra forma de obter recursos foi por meio do Conjunto Lítero-Artístico e Musical organizado por Clélia Rocha. Junto com suas pupilas, a diretora visitava cidades do interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais, fazendo shows com o objetivo de angariar fundos para a instituição (GODOY, 1990).

A propósito, tudo indica que Clélia Rocha estava seguindo os mesmos passos de sua preceptora, pois a oferta de cursos de trabalhos manuais para a comunidade e as viagens com as internas para apresentações artísticas eram estratégias para obtenção de auto-sustento já utilizadas anteriormente por Anália Franco.

A oferta do ensino primário pela instituição é ratificada em uma nota publicada no jornal local, em dezembro de 1919, elencando as alunas que, após realização dos exames aplicados pela diretora, pelas professoras do Asilo e pelo professor do Grupo Escolar de Uberaba, João Augusto Chaves<sup>127</sup>, estavam aptas para passar para o primeiro, segundo e terceiro ano (conferir anexo G).

---

<sup>127</sup>Coincidência ou não, o professor João Augusto Chaves era um ferrenho defensor do espiritismo na cidade de Uberaba (SOARES; SOUZA, 2017).

Seis meses após a instalação da instituição em Uberaba, Clélia Rocha publicou uma nota no jornal que era uma exaltação ao povo mineiro e à obra por ela realizada, mas também um desabafo acerca das dificuldades encontradas, provavelmente devido à falta de recursos e às perseguições sofridas por causa de sua filiação religiosa:

Respeitável público de Uberaba, antes de abordar o principal assunto, dir-vos-ei que absolutamente não tenho outro ideal alem de abraçar tantas orfãs, quantas possa educar, e para isso conto com o apoio da esclarecida população de Uberaba. Não aspiro as honras da terra, nem o metal adorado pela humanidade; só desejo e trabalho muito para que neste humilde lar, mantido pelos meus esforços, meus sacrifícios, não falte pão e agasalho aos infelizes filhos do infortúnio dispersos nesta querida terra de Minas. Aqui estou sem outro fim além do ideal de arrancar da miseria as orfãs, cujo destino lhes roubou o tecto que se chama lar. Neste recanto de Minas, acha-se, pois instalado o Asylo para abrigo de orfãos, completamente desligado de compromissos com outra Instituição e prompto a trabalhar pelos pobres filhinhos sem pais. Quis o destino que eu viesse habitar o glorioso Estado de Minas pois aqui, rodeada de uma família enorme que symbolisa a caridade, e inteiramente livre de qualquer compromisso, declaro-me inteiramente pronta a trabalhar pela humanidade. Sei perfeitamente que os mineiros de coração, os mineiros de elevado sentimento, hão de prontificar-se também a vir com o seu braço forte auxiliar a esta Instituição de caridade, hoje também mineira. Senhores, homens esclarecidos, filhos de um paiz liberto como o nosso querido Brazil, dizei-me: que merece aquelle que se sacrifica pelo beneficio do próximo? – Merece que se lhe oprime? Merece que se lhe procure embaraçar-lhe os passos? Ah! Estou certa de que, dentro do coração verdadeiramente brasileiro e particularmente mineiro há um ecco que suplanta a fraqueza dos egoistas, os preconceitos absurdos e a má vontade dos ignorantes... Porque o mineiro sabe compreender um tal sacrificio a hospitalidade que lhe é peculiar edificará (...) aos caprichos egoísticos. De acordo com pessoas amigas e que se interessam pela causa ficou determinado e foi resolvido que este asylo, hoje mineiro, se desligasse, passando a viver independente. Portanto o Asylo Creche e Collegio Analia Franco, conserva do passado unicamente a memoria da sua fundadora, respeita os seus methodos em parte, e no denodado exemplo dessa heroína trabalhará para manter-se digno de figurar no gloriosos Estado de Minas Gerais. A diretora, Clélia Rocha (LAVOURA E COMÉRCIO, 25/09/1919, p. 6).

Também chama a atenção, nessa nota, o fato de a instituição estar se desvinculando da obra paulista de Anália Franco, ou seja, da AFBI, passando a “viver independente”. Dados encontrados em Oliveira, E. de C. (2007) elucidam que após a morte de Anália Franco, vieram à tona algumas divergências no interior da Associação, motivadas por questões administrativas e financeiras, sendo que a nova diretora chegou a referir-se à Anália Franco como uma “semeadora da caridade, não uma organizadora” (OLIVEIRA, E. de C., 2007, p. 143). Diante dessa situação, diversos asilos e creches pediram desligamento da AFBI. Além disso, a autora também relata que o novo estatuto da AFBI propugnava que não seria tolerada a manutenção

de instituições fora do estado de São Paulo, sendo esse talvez o principal motivo que levou Clélia Rocha a continuidade, de forma independente, à obra iniciada em Uberaba.

Clélia Rocha também estava encontrando dificuldades com a nova diretoria da Associação, que fez a seguinte declaração no relatório da AFBI em 1920:

Sem autorização da Diretoria, a Sra. Clélia Rocha, diretora desse Asilo, removeu-o de Dourado para Uberaba, onde em flagrante contravenção aos estatutos e ao regulamento tem dado uma orientação errônea à educação das asiladas, levando-as em excursões, onde representam e tocam música nas vias e lugares públicos. D. Clélia foi intimada a prestar conta das orfãs e dos bens móveis que levou do Asilo de Dourado (MONTEIRO, 2004, p. 123).

Essa declaração feita pela nova diretoria da AFBI reforça as divergências com a direção anterior, ou seja, com Anália Franco, uma vez que ela incentivava as apresentações das atividades lítero-artístico-musicais das alunas asiladas como forma de obter fundos para a instituição.

Diante de todos os percalços encontrados, tanto em relação à AFBI como em relação à sociedade católica uberabense, no ano de 1923 Clélia Rocha encerrou suas atividades na cidade. Embora Ferreira (1987, p. 48) afirme que ela tenha ido para Ribeirão Preto<sup>128</sup> (SP), “onde ficou sob a proteção da respectiva Loja Maçônica, a qual tratou logo de construir um prédio adaptado para a instalação dele, o que realmente o fez”, outras fontes indicam que ela, na verdade, instalou-se em São Manuel (SP), onde fundou o Lar Anália Franco<sup>129</sup> levando, inclusive, algumas meninas que eram internas em Uberaba.

Dentre as diversas internas que passaram pelo Asilo Anália Franco, uma delas se chamava Olga, que entrou para a instituição aos sete anos de idade, em 1920, ainda em Uberaba. Olga foi transferida para o Lar Anália Franco em São Manuel e lá permaneceu até 1943, quando se casou. Diversos acontecimentos vividos por Olga, tanto no Lar quanto fora dele, foram registradas por meio de fotografias, as quais foram organizadas por sua filha Eleonora em um álbum intitulado “O Álbum de Olga”<sup>130</sup>.

Eleonora também relacionou os comentários feitos por sua mãe quando ela manuseava os retratos mostrando-os à família. Algumas fotografias existentes nesse álbum, apresentadas a

<sup>128</sup>Possivelmente Ferreira (1987) cometeu esse equívoco porque em Ribeirão Preto também existia uma instituição denominada “Asylo de Orphans Anália Franco”. Entretanto, ela foi fundada na cidade em 1917, tendo inaugurado um novo prédio em 1922. A diretora do Asilo era Anita dos Santos, conforme dados obtidos em Fonseca (2012).

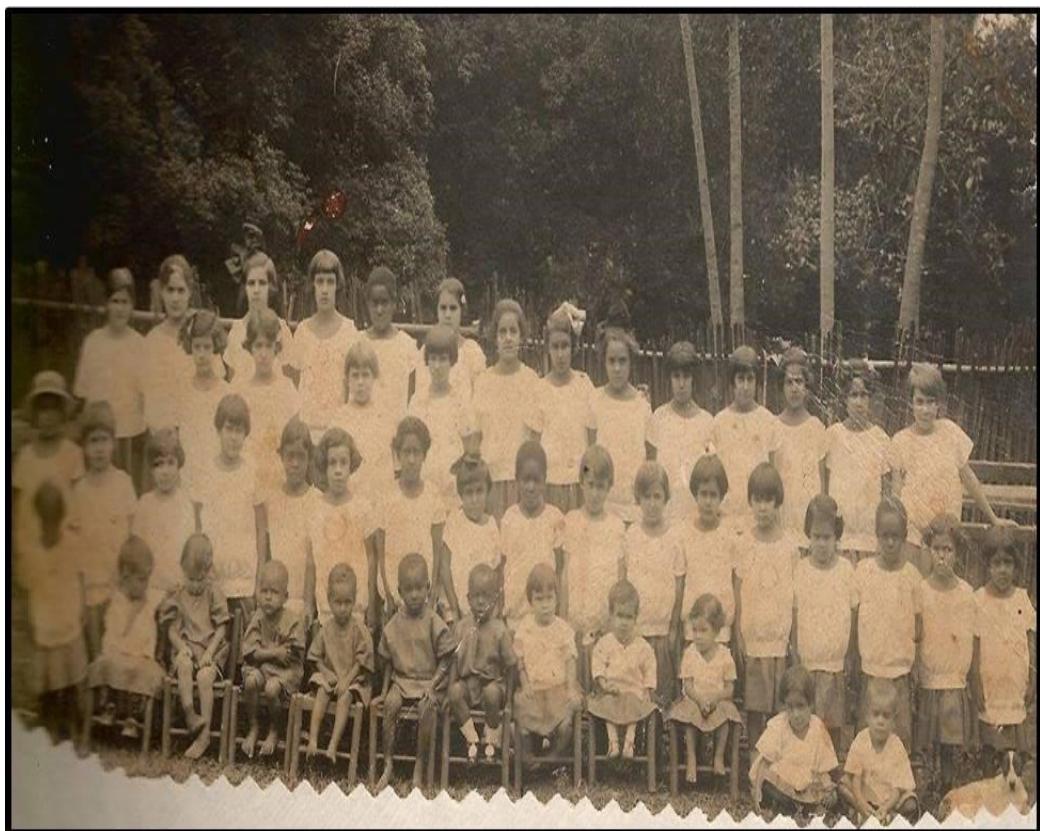
<sup>129</sup>Mesmo após a morte de Clélia Rocha, ocorrida em 1936, o Lar Anália Franco de São Manuel continuou suas atividades assistenciais, funcionando, inclusive, nos dias atuais.

<sup>130</sup>“O Álbum de Olga”, cujas fotografias pertencem ao acervo pessoal de Eleonora Sampaio Caselato (CASELATO, 2003), está disponível na página do *facebook* intitulada “História Viva do Lar Anália Franco de São Manuel”. Trata-se de uma página criada por amigos e ex-internas do Lar Anália Franco.

seguir, permitem conhecer um pouco mais sobre o cotidiano institucional do Lar Anália Franco sob os cuidados de Clélia Rocha, mais conhecida como D. Lily, tanto em Uberaba como em São Manuel.

Na próxima imagem é possível divisar um grupo de crianças do Lar Anália Franco, quando ele ainda estava instalado em Uberaba. Acredita-se que a fotografia foi tirada nessa cidade porque, de acordo com os relatos de Olga, sua irmã, que está presente na fotografia, falecera ainda em Uberaba, antes da transferência do Lar para São Manuel. Esta fotografia, portanto, é a única encontrada até o momento do Lar Anália Franco em Uberaba.

FIGURA 23 - Internas do Lar Anália Franco em Uberaba – s.d



Fonte: Caselato (2003).

De acordo com Kossoy (2009, p. 143),

As fotografias, em geral, sobrevivem após o desaparecimento físico do referente que as originou: são os elos documentais e afetivos que perpetuam a memória. A cena gravada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível. As personagens retratadas envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem. O mesmo acontece com os autores-fotógrafos e seus equipamentos. De todo o processo, somente a fotografia sobrevive. Os assuntos nela registrados atravessam os tempos e são hoje vistos por olhos

estranhos em lugares desconhecidos: natureza, objetos, sombras, raios de luz, expressões humanas, por vezes crianças, hoje mais que centenárias, que se mantiveram crianças.

As palavras de Kossoy expressam com primor a sensação que se tem diante da fotografia apresentada (figura 23). Tirada entre 1919 a 1923, quando o Lar esteve instalado em Uberaba, as personagens dessa fotografia (se é que alguma delas ainda está viva), são praticamente centenárias, embora o retrato tenha congelado no tempo seus rostos infantis e juvenis. Considerando que até o momento não foram encontrados dados que permitam saber a localização da instituição na cidade, é possível depreender que o cenário que compõe a fotografia “se modificou, se transfigurou e desapareceu”, conforme sugerido por Kossoy (2009). Entretanto, restou a fotografia com a qual é possível estabelecer um diálogo, na tentativa de desvelar aspectos inerentes à instituição e aos sujeitos que dela fizeram parte.

Nota-se, primeiramente, que se trata de um modelo clássico de fotografia, na qual as internas e os internos foram cuidadosamente dispostos pelo fotógrafo de forma a conferir ordem e simetria à imagem retratada (os maiores atrás, os menores à frente). A pose, as vestimentas e a aparência dos cortes de cabelo também contribuem para o equilíbrio da imagem. A propósito, a semelhança dos cortes de cabelo das meninas e moças fotografadas permite novamente fazer alusão a Goffman (1974), que utiliza a expressão “estojos de identidade” em referência ao conjunto de bens individuais que têm estrita relação com o eu. De acordo com esse autor,

[...] a pessoa geralmente espera ter certo controle da maneira de apresentar-se diante dos outros. Para isso precisa de cosméticos e roupas, instrumentos para usá-los, ou consertá-los, bem como de um local seguro para guardar esses objetos e instrumentos [...]. No entanto, ao ser admitido numa instituição total, é muito provável que o indivíduo seja desrido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais a mantém, o que provoca desfiguração pessoal (GOFFMAN, 1974, p. 28).

Observando a fotografia é possível constatar que o corte de cabelo - uma das características que permite distinguir as pessoas, conferindo-lhes uma identidade - acabou sendo submetido à imagem pretendida por aqueles que dirigiam o Lar. Entretanto, também cabe observar que a exigência de cabelos curtos, no interior das instituições, era uma forma de evitar a proliferação de piolhos, que era comum naquela conjuntura.

Pela fotografia também é possível antever o perfil da clientela atendida: crianças e jovens de tamanhos e idades variadas, a maior parte meninas e moças, que eram o público alvo da instituição. Entretanto, é curioso constatar a presença de cinco garotos que, com suas vestes diferenciadas, contrastavam com as meninas uniformemente vestidas.

Em outra fotografia do álbum referente à fase em que a instituição já estava fixada em São Manuel, Olga fez o seguinte comentário na fotografia de um jovem cujo nome era Jair: “Chegou no Lar trazido pela mãe. Era menino, mas ficou porque a mãe disse que não ia mesmo ficar com ele” (conferir no anexo H). Tudo indica, portanto, que embora tendo como objetivo prestar assistência a crianças e jovens do sexo feminino, Clélia Rocha não se furtava a acolher os meninos que não tinham para onde ir, situação que talvez explique a presença daqueles cinco meninos compondo o cenário da fotografia.

Outra passagem do álbum demonstra que algumas vezes a inclusão de novas crianças na instituição era uma situação inevitável para Clélia Rocha, como no caso de uma menina chamada Célia: “D. Lily não queria pegar criança durante as viagens, mas quando o trem ia saindo, a mãe jogou a criança no colo dela. Não teve jeito: ficou com a menina” (conferir no anexo I).

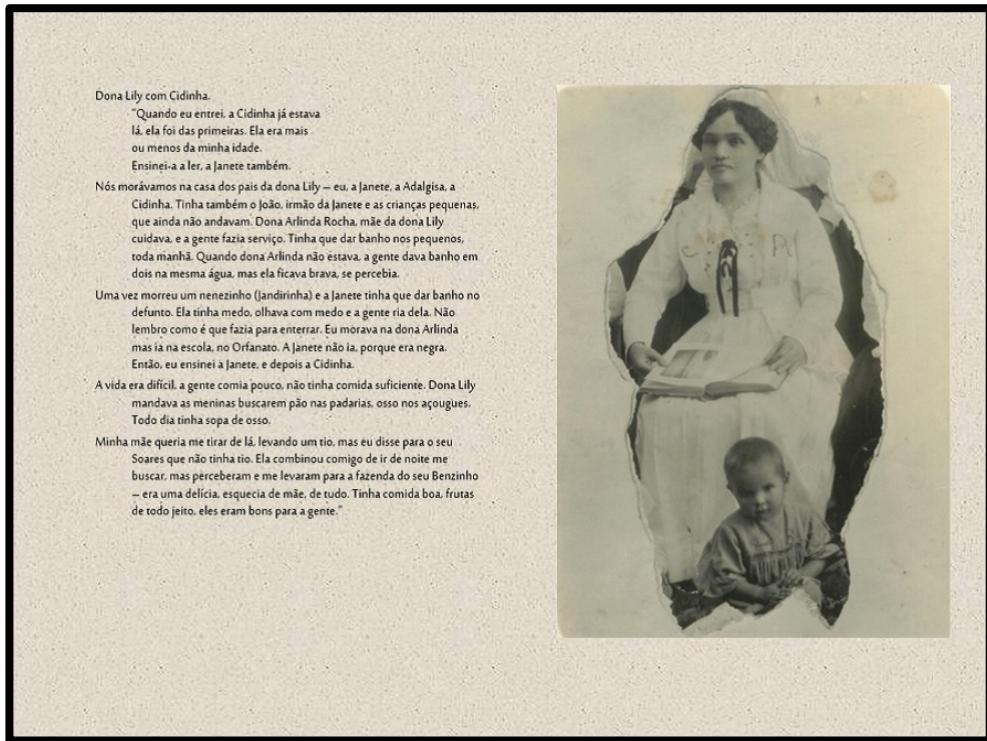
Os dados encontrados não permitem determinar os motivos pelos quais essas mães abandonavam seus filhos, deixando-os na instituição. Para alguns esse gesto pode significar uma atitude egoísta e negligente por parte das mães - situação que reforça a tese de Badinter (1985) de que o amor materno é uma construção social, e não algo instintivo e natural na mulher. Contudo, também é importante considerar a ponderação feita por Motta (2008, p. 14) de que, em algumas situações, “abandonar é, às vezes, a única maneira de deixar viver”.

Conforme mencionado, as fontes encontradas até o momento não forneceram pistas sobre a localização geográfica do Lar Anália Franco no município de Uberaba. Contudo, alguns elementos da fotografia (a grande quantidade de árvores, o cachorro, a cerca de madeira) permitem suspeitar que a instituição estava localizada em um ambiente caseiro, bastante simples.

A imagem seguinte (figura 24) também pertence à fase em que o Lar funcionava em Uberaba. No lado direito da imagem está a fotografia de D. Lily (Clélia Rocha) segurando um livro e, a seus pés, uma criança de nome Cidinha. A presença do livro nas mãos de Clélia Rocha não foi aleatória. Considerando que Clélia foi uma fiel discípula de Anália Franco, é possível inferir que ela seguira os ensinamentos de sua mentora, que estava sempre “cultivando a leitura e a escrita, não se contentando apenas com as atividades voltadas para o aprimoramento das prenderas domésticas” (OLIVEIRA, E. de C., 2007, p. 25).

Do lado esquerdo da fotografia estão algumas palavras proferidas por Olga sobre aquela imagem<sup>131</sup>.

FIGURA 24 - Clélia Rocha e Cidinha – s.d



Fonte: Caselato (2003).

O texto que acompanha a fotografia também fornece alguns elementos que permitem dimensionar como era a vida daquelas crianças no interior da instituição. Analisando essas palavras é possível reafirmar a inferência apresentada anteriormente de que a instituição criada por Clélia Rocha em Uberaba não funcionava apenas em regime de internato. Entretanto, crianças que não tinham família ou cujas famílias não tivessem condições de sustentá-las, não moravam no Asilo, mas na casa dos pais de Clélia, conforme registrado nas reminiscências de

<sup>131</sup> D. Lily com Cidinha. "Quando eu entrei, a Cidinha já estava lá, ela foi das primeiras. Ela era mais ou menos da minha idade. Ensinei-a a ler, a Janete também. Nós morávamos na casa dos pais da dona Lily – eu, a Janete, a Adalgisa, a Cidinha. Tinha também o João, irmão da Janete e as crianças pequenas, que ainda não andavam. Dona Arlinda Rocha, mãe da dona Lily cuidava, e a gente fazia serviço. Tinha que dar banho nos pequenos, toda manhã. Quando dona Arlinda não estava, a gente dava banho em dois na mesma água, mas ela ficava brava, se percebia. Uma vez morreu um nenezinho (Jandirinha) e a Janete tinha que dar banho no defunto. Ela tinha medo, olhava com medo e a gente ria dela. Não lembro como é que fazia para enterrar. Eu morava na dona Arlinda mas ia na escola, no Orfanato. A Janete não ia, porque era negra. Então, eu ensinei a Janete, e depois a Cidinha. A vida era difícil, a gente comia pouco, não tinha comida suficiente. Dona Lily mandava as meninas buscarem pão nas padarias, osso nos açougues. Todo dia tinha sopa de osso. Minha mãe queria me tirar de lá, levando um tio, mas eu disse para o seu Soares que não tinha tio. Ela combinou comigo de ir de noite me buscar, mas perceberam e me levaram para a fazenda do seu Benzinho – era uma delícia, esquecia de mãe, de tudo. Tinha comida boa, frutas de todo jeito, eles eram bons para a gente" (CASELATO, 2003).

Olga: “[...] nós morávamos na casa dos pais da dona Lily – eu, a Janete, a Adalgisa, a Cidinha. Tinha também o João, irmão da Janete e as crianças pequenas, que ainda não andavam”. Reforçando essa teoria, Olga também salientou o fato de que “morava na dona Arlinda mas ia na escola, no Orfanato” (CASELATO, 2003).

É bastante intrigante a citação de Olga na qual ela dizia que “a Janete não ia [na escola], porque era negra”. Considerando que as obras iniciais de Anália Franco tiveram como objetivo principal prestar assistência justamente às crianças negras abandonadas no contexto da Lei do Ventre Livre, o fato de Janete não frequentar a escola devido à cor de sua pele causa estranhamento, já que Clélia Rocha era seguidora dos ditames de Anália Franco.

As palavras ditas por Olga também permitem reafirmar as dificuldades financeiras pelas quais o Asilo passou quando instalado em Uberaba: “a vida era difícil, a gente comia pouco, não tinha comida suficiente. Dona Lily mandava as meninas buscarem pão nas padarias, osso nos açouques. Todo dia tinha sopa de osso” (CASELATO, 2003). Tal situação justifica as diversas estratégias utilizadas por Clélia Rocha, descritas anteriormente, para angariar fundos que provessem o sustento da casa. Essas palavras também ratificam as respostas apresentadas no questionário enviado ao Secretário do Interior Mello Viana, no qual o Asilo Anália Franco afirmava não ter nenhum patrimônio.

Também chama a atenção, em outras passagens do Álbum de Olga, referências feitas às trocas dos nomes das meninas que passavam pela instituição, bem como do nome do maestro da banda:

Janete era Sebastiana, ficou Joana porque tinha outra Sebastiana. Ela mesma se nomeou Janete, quando cresceu e foi para o palco. Janete tinha cinco irmãos, três homens (João, Zezinho e Leonardo) e duas mulheres (Luiza e Ana). Dona Lily pegou quatro. Eles eram de Santa Rosa do Viterbo. Um dia, chegou uma carta perguntando se lá no Lar, morava uma pessoa com nome Dúlia. Janete chorou muito porque esse era o nome pelo qual ela era chamada, em sua casa. A pessoa que procurava por ela era Ana, sua irmã. Começaram a se corresponder. Janete tinha uma irmã chamada Elisa, mas como tinha outra com o mesmo nome, dona Lily mudou para Luiza. Dona Lily mudava muito os nomes, não gostava de alguns nomes e simplesmente trocava – Antonia virou Dalva (nome lindo, de estrela). O Pescador também era irmão de Janete. Seu nome era Leonardo e ele tinha esse apelido porque numa das peças do teatro tinha o Leonardo – o pescador (CASELATO, 2003).

Seu Vagner tinha seis filhos, morava em Avaré. Gostava de mim, dizia que tinha sido meu irmão em outra encarnação. Ganhava 500 mil réis por mês. Tinha trinta ou trinta e cinco anos, na foto. Ele era alfaiate, músico, professor. Seu nome verdadeiro era Salim Kahil, mas dona Lily disse que aquele não era nome de maestro, e passou a chamá-lo de seu Vagner (CASELATO, 2003).

Tudo indica que as trocas dos nomes por Clélia Rocha eram feitas ao acaso, quando ela não gostava do nome, quando havia outro repetido ou simplesmente quando ela achava que o nome não era condizente com seu portador. Sabe-se, entretanto, que algumas instituições, especialmente as religiosas, trocavam os nomes dos sujeitos no momento da admissão como forma simbólica de promover uma ruptura com o passado e o mundo exterior. Para Goffman (1974), a mudança do próprio nome também é uma forma de mutilação do eu, uma vez que contribui para a perda da identidade do indivíduo.

Ainda em relação aos nomes, consta na biografia de Clélia Rocha que ela também tinha o costume de dar seu próprio nome às crianças enjeitadas deixadas no Asilo cujos parentes não apareciam para buscá-las. Além do mais, quando ela precisava regularizar os documentos dessas crianças ela fazia o registro, sem hesitar, com seu próprio nome (GODOY, 1990).

Outros relatos presentes no Álbum de Olga permitem conhecer um pouco mais do Lar Anália Franco. Mesmo que essas passagens sejam referentes à vida na instituição quando esta já estava instalada em São Manuel, as práticas vivenciadas possivelmente também eram parecidas com aquelas em Uberaba:

Além das atividades do teatro e da banda, as meninas e moças do Orfanato Anália Franco tinham obrigações com a casa, revezando-se nas tarefas do dia-a-dia; estudavam, pois sempre havia professoras na casa [...]. Cada uma das maiores tinha a responsabilidade de cuidar de uma, ou mais, das menores (eram as “mães” das pequenas); aprendiam a costurar, fazer flores e bordados [...]. Dona Elvira era professora de corte e costura, mandava a gente alinhavar, desmanchar, costura. A Adalgisa era a chefe da oficina e quando ela casou, eu tive que ficar no lugar dela, para fazer roupa para as crianças [...]. Seu Benzinho (Manoel Maciel) tinha uma filha no externato dirigido por Dona Lily em Uberaba. Seu nome era Lourdes. Ele gostava muito da dona Lily e tinha gratidão pelo estudo da filha, por isso levava as crianças para passar temporadas na sua fazenda em Igarapava e em outra, em Limeira [...] (CASELATO, 2003).

A rotina das integrantes do Lar Anália Franco era bastante semelhante a de outras instituições assistenciais femininas nas quais as internas estudavam, ajudavam nos serviços domésticos, cuidavam das crianças menores e, ainda, aprendiam atividades manuais consideradas próprias ao ambiente feminino: costurar, bordar, fazer arranjos de flores, etc. Grande parte das internas permanecia na instituição até a data de seu casamento, quando iriam aplicar, em seu próprio lar, aquilo que aprenderam na instituição.

Entretanto, a instituição conduzida por Clélia Rocha, seguindo o modelo daquelas geridas por Anália Franco, possuía um diferencial que conferia ludicidade à proposta pedagógica: as atividades teatrais, de dança e de música, bem como as viagens pelas cidades

do interior nas quais as jovens podiam mostrar sua performance ao público. Nas imagens que seguem (figuras 25 a 27) é possível contemplar algumas fotografias das jovens artistas, na época em que já estavam instaladas em São Manuel.

FIGURA 25 - Orquestra do Lar Anália Franco



Fonte: Caselato (2003).

FIGURA 26 - Grupo de Dança do Lar Anália Franco – s.d



Fonte: Caselato (2003).

FIGURA 27 - Grupo de Dança do Lar Anália Franco – s.d



Fonte: Caselato (2003).

Nas fotografias apresentadas estão presentes Olga e, possivelmente, outras jovens que fizeram parte da instituição quando ela esteve instalada em Uberaba<sup>132</sup>. Chama a atenção, nestas imagens, a postura das garotas ao se posicionarem para as fotografias.

Ao contrário de outras imagens exibidas anteriormente que mostram a rigidez dos corpos preparados para o registro fotográfico ou que mostram, ainda, crianças fotografadas em situação de trabalho, a espontaneidade e o sorriso estampado nos rostos dessas garotas dão a impressão de que era possível ter momentos prazerosos no interior da instituição, apesar de todas as adversidades vividas por sujeitos que, desde pequenos, foram apartados de suas famílias e institucionalizados.

A inclusão dessas atividades lúdicas e artísticas na metodologia da instituição conduzida por Clélia Rocha permite deduzir que ela procurava manter os mesmos princípios educativos adotados por Anália Franco que, por sua vez, foi influenciada por diversos pensadores europeus,

<sup>132</sup>É interessante notar que Janete, da qual foi dito anteriormente que não ia à escola porque era negra, aparece nas figuras 25 e 27 como integrante da Orquestra e do Grupo de Dança. É possível supor que, após a transferência do Lar Anália Franco para a cidade de São Manuel, ela tenha sido incluída nas atividades educativas da instituição. Entretanto continua chamando a atenção o fato dela ser a única jovem negra dentre as demais.

desenvolvendo um método de trabalho eclético, conforme declarado por ela mesma no “Manual para as Escolas Maternas da Associação Feminina Beneficente e Instructiva”, de 1902:

Como nas escolas maternais não se propõe a exercitar uma ordem de faculdades em detrimento de outras, mas de bem as desenvolver harmonicamente, não seguimos com rigor nenhum dos métodos que se fundam sobre um sistema exclusivo e artificial. Pelo contrário, colhemos dos melhores métodos, os exercícios mais simples e formamos com o auxílio destes diversos elementos um conjunto mais ou menos apropriado às necessidades da criança, pondo em jogo todas as suas faculdades (LODI-CORRÊA, 2009, p. 117)

Pesquisadores que se debruçaram sobre a obra de Anália Franco (KISHIMOTO, 1986; MONTEIRO, 2004; LODI-CORRÊA, 2009) concluíram que a metodologia por ela adotada era coerente com os princípios de pensadores como Froebel, Montessorie e outros, mas, sobretudo, Pestalozzi<sup>133</sup>:

Anália Franco, próxima da proposta pestalozziana, adere à moral cristã sem rótulos religiosos específicos, usa sempre a arte, prepara os próprios alunos para serem mestres e valoriza o aprendizado profissional. A **arte pode ser detectada principalmente na formação do grupo dramático musical** fundado pela educadora [...]. E as **oficinas tipográficas, de flores, costuras entre outras visavam ao aprendizado profissional**. Os educandos de Anália puderam aprender, de acordo com suas aptidões: **música, dramaturgia, confeccionar flores artificiais, costuras e bordado**, carpintaria, trabalho na tipografia [...]. Anália Franco utilizava o método intuitivo, trabalhando com a percepção do aluno. Em seus manuais, a educadora sugere essa forma de aprendizado. A princípio sem usar o nome sugere as lições de coisas: o método consiste sobretudo na explicação de cada cousa e quanto possível na vista mesmo do objeto [...]. Letras móveis para aprender a ler e a interligação dos exercícios de linguagem com os outros ensinos; jogos para desenvolver os sentidos; e principalmente o diálogo entre professor e alunos. Já no relatório de 1908 deixa claro que o método de ensino da creche é o intuitivo (LODI-CORRÊA, 2009, p. 112-113; grifo nosso).

---

<sup>133</sup> Johann Heinrich Pestalozzi nasceu em Zurique (Suíça) em 1746. O pensamento educacional de Pestalozzi pode ser organizado, segundo Cardoso (1972), em cinco princípios básicos: 1) A educação do indivíduo é o auto-desenvolvimento de suas energias íntimas, pois ele forma-se segundo as leis próprias de sua personalidade. Essa concepção implica a noção de liberdade do educando. 2) O ato pedagógico deve seguir um método, sendo que esse deve considerar que os conhecimentos devem coadunar-se com as aptidões reveladas pelos alunos. 3) A criança deve fazer as coisas por si próprias. Tudo que ela pode vir a ser encontra-se em crisálida em suas iniciativas. 4) A intuição do educando não se limita à percepção do conhecimento pelos sentidos, mas supõe uma realização concreta da ideia como força modeladora que nele vive e atua. 5) Considera a intervenção do educando na coletividade. Em suma, Pestalozzi acreditou na eficácia da educação para melhorar e transformar a sociedade, pretendendo levar as crianças pobres, ainda que sem um plano coerente e objetivos bem definidos, até as posições sociais de maior relevo. De acordo com Palmer (2005), para Pestalozzi as três principais dimensões da natureza humana (cabeça, corpo e coração) eram como sementes, aguardando o desenvolvimento educacional.

Considerando a afirmação de Clélia Rocha publicada no jornal na qual ela dizia que a instituição “conserva do passado unicamente a memoria da sua fundadora, respeita os seus methodos em parte” (LAVOURA E COMÉRCIO, 25/09/1919, p. 6), é possível hipotetizar que as práticas pedagógicas do Asilo Anália Franco em Uberaba se distanciaram do que havia sido proposto inicialmente por Anália Franco. Talvez isso tenha acontecido, inclusive, devido, às dificuldades financeiras, já que a proposta do método intuitivo, conforme explicitado por Valdemarin (2006, p. 174), é “associada a novos materiais didáticos (caixas para ensino das cores e das formas, gravuras, coleções, objetos variados de madeira, aros, linhas, papeis, etc. [...]”, os quais provavelmente a instituição de Clélia Rocha não tinha condições de adquirir.

Entretanto, os trechos grifados no excerto extraído de Lodi-Corrêa, destacam as semelhanças das atividades desenvolvidas nas duas instituições, nas quais se valorizava a presença do componente artístico na proposta educacional, bem como o ensino de atividades profissionalizantes.

### **3.1.4 Orfanato Santo Eduardo**

Seguindo o ordenamento cronológico, a próxima instituição assistencial para crianças criada em Uberaba foi o Orfanato Santo Eduardo, em 1920. Entretanto, a gênese e a trajetória dessa instituição serão abordadas separadamente, na seção posterior.

### **3.1.5 Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira**

Na década de 1940, existia em Uberaba um casarão abandonado, localizado nos arredores da cidade, onde anteriormente funcionara o lazareto. Suas instalações, ociosas, estavam servindo de moradia para desocupados e de refúgio para perseguidos da lei. Antonio Alberto de Oliveira, que além de maçon era uma alto funcionário da prefeitura, “resolveu transformar o casarão feio e triste num recanto cheio de vida e alegria, para recolhimento de crianças órfãs e abandonadas, oferecendo-lhes abrigo e trabalho no campo e em artesanato” (FERREIRA, 1987, p. 49). Pelo fato de ser maçon<sup>134</sup>, Oliveira recebeu amplo apoio dos

---

<sup>134</sup>É curioso observar que assim como Clélia Rocha, Antonio Alberto de Oliveira também pertencia a um movimento que era mal visto pelos católicos (maçonaria). Entretanto, os registros encontrados até o momento não indicam que ele tenha sofrido preconceito ou encontrado problemas com os católicos para instalar o Abrigo de Menores em Uberaba. A hipótese levantada que pode responder a essa questão é o fato de que, ao contrário de Clélia Rocha que era mulher, pobre, vinda de outra cidade e portanto sem vínculos com a sociedade local, Antonio Alberto de Oliveira era homem, rico, pecuarista, pertencente à elite uberabense, além de ser irmão de Leopoldino de Oliveira, que havia sido agente executivo (prefeito) da cidade entre 1923 e 1925.

espíritas, que publicaram a seguinte nota no jornal *A Flama*, periódico que era por eles administrado:

É bem um irmão de Leopoldino de Oliveira. O Abrigo de Menores, a ideia verdadeiramente cristã que surgiu no cérebro de Antonio Alberto, subiu, naturalmente, do seu boníssimo coração. Como todo pioneiro, teve as críticas acerbas e as palavras desalentadoras de todos os fracassados e todos os egoístas, mas venceu. E aí está o Abrigo de Menores, em pleno funcionamento (FERREIRA, 1982, p. 183).

Na imagem seguinte é possível conhecer o aspecto externo do casarão onde funcionava a instituição.

FIGURA 28 - Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira – s.d



Fonte: Santos, 2016, p. 24.

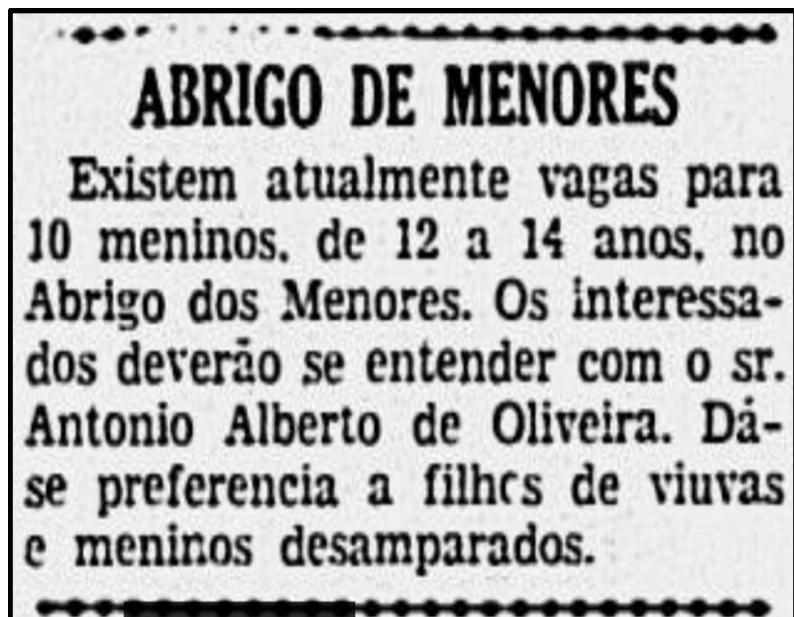
Em uma referência a essa casa feita por um visitante, foi dito que “o Abrigo fica retirado da cidade (dez minutos de automóvel mais ou menos) está situado em um lugar aprazível e saudável” (LAVOURA E COMÉRCIO, 31/12/1943, p. 7). Assim como o AABS, tratava-se de uma construção ampla, situada em local arborizado e afastado do centro urbano, fato que permitiria distanciar os meninos das más influências vindas das ruas da cidade e, ao mesmo tempo, isolá-los do convívio social. Conforme posto por Ferla (2007, p. 128), “a rua impossibilitava a vigilância sistemática. Esta só seria viável em espaços fechados [...]” ou, no caso do Abrigo de Menores, em espaços isolados. Contudo, a localização espacial de uma

instituição também deve ser entendida, conforme Escolano (2001, p. 28), como um componente curricular que indica, de antemão, seu grau de inclusão ou exclusão social.

Não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como um elemento curricular. A produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planificado ou como uma instituição marginal e excrescente.

O anúncio seguinte, publicado no jornal, permite delinear o perfil da clientela atendida pela instituição: meninos entre 12 e 14 anos, preferencialmente desamparados ou filhos de viúvas.

FIGURA 29 - Anúncio de vagas no Abrigo de Menores (1945)



Fonte: Lavoura e Comércio, 9/02/1945, p. 5.

Embora Antonio Alberto de Oliveira tenha sido o principal mentor do Abrigo de Menores, a iniciativa de fundar a instituição contou com a participação de “um grupo de pessoas pertencentes a melhor sociedade de Uberaba” que “organizou uma fundação de caráter eminentemente filantrópico, patriótico e social. Tratava-se de um abrigo para menores desamparados, fundação a ser mantida pela orientação de uma diretoria por todos os títulos idônea e possuidora de consideração” (LAVOURA E COMÉRCIO, 12/11/1940, p. 4).

A iniciativa de fundar um Abrigo de Menores foi vista como uma grande conquista para a cidade, uma vez que os uberabenses ainda estavam ressentidos com o fechamento do AABS, na década anterior:

As ruas de Uberaba viviam cheias de crianças desamparadas, entregues a toda espécie de perigos por mal da vagabundagem, em sucas de peraltas, praticando pequenos furtos e acostumando-se a outros vícios de inteira perdição moral e social. O Abrigo de Menores veio remir Uberaba do antigo pecado de não zelar pelo futuro desses meninos e meninas. A fim de reavaliá-los no bom caminho do estudo e do trabalho, tornando-os elementos úteis a sociedade, ao invés do que fatalmente seriam – desclassificados ou viciados da pior espécie (LAVOURA E COMÉRCIO nº 10.284, de 10/08/1943, p. 3).

Uma carta escrita por Antonio Alberto de Oliveira, em 1975, fornece elementos que permitem conhecer um pouco sobre a dinâmica de funcionamento do Abrigo criado por ele na década de 1940:

[...] Se me atrevo a tanto é porque tenho experiência própria, na prática, pois em minha terra, - Uberaba – resolvi o problema e durante seis anos livrei as ruas e residências da cidade da frequência incomoda dos menores pedintes. Construi um abrigo para meninos abandonados. Acomodação para 60, mas em pequeno prazo tinha 136 internados. Tudo a minha custa, construção e manutenção. Os meninos recolhidos nas ruas, sujos e cheios de piolhos, depois de higienizados, recebiam alimentação farta e sadia, assistência médica e dentária. Oficinas de marcenaria, sapataria, ferreiro e funileiro. – Instrução primária; prática de esportes, futebol, natação, etc. Mas não foi para viverem como príncipes que receberam tantaos benefícios. Tiveram que pagar com o próprio suor e a força de seus bracinhos... Sob a direção de um lavrador prático, os meninos plantavam e colhiam os alimentos base para seu sustento durante cada ano: arroz, feijão, milho e também engorda de capados. – Hortaliças de todas as espécies. Mandioca, alho, cebola e batata: suficientes para a própria alimentação e ainda vendia-se alguma coisa. Caldo de cana e rapadura, que adoravam. Durante os seis anos que convivi com os internados aprendi muito. Hoje sei que crianças bem alimentadas e melhor orientadas, podem produzir até mais do que homens. Admirava-me a facilidade que eles tinham para aprender e se adaptarem aos horários de trabalho, estudo e recreações. Entretanto, no tempo do Governo do Dr. Getúlio Vargas, sobreveio tremenda crise da pecuária e eu fui profundamente atingido e com muito pesar obrigado a deixar o Abrigo. Eis o resultado: sem a minha assistência, os meninos, já rapazes, depois de seis anos de internamento, e em maioria, não quiseram continuar e sim, tentar a luta pela vida por sua própria conta. Hoje são pais de família e exercem as profissões que aprenderam no Abrigo: sapateiros, marceneiros, ferreiros, agricultores, horticultores, comerciantes, vaqueiros, dois bancários e 4 (quatro) Sargentos do Exército. Também alguns cosinheiros e mecânicos. O que para a maioria é um problema insolúvel, eu digo e sei, por experiência, que não é nenhum “caveira de burro”, é de fácil, fácil solução conforme estou demonstrando e vai, bem especificado, no Plano Para Solução do Problema do Menor Abandonado, que apresento em separado (APU, 1975a; grifos do autor).

A análise do texto apresentado deve levar em conta, primeiramente, a intencionalidade do autor ao redigi-lo ou, em outras palavras, é preciso estar atento às “condições de produção do documento”, conforme alerta Le Goff (2003), problematizando as circunstâncias em que ele foi escrito. Para esse autor, “nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve

ser apenas capaz de discernir o que é *falso*, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo" (LE GOFF, 2003, p. 110).

Antonio Alberto de Oliveira escreveu essa carta em meados da década de 1970 ao então governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves, com o objetivo de relatar sua experiência de trabalho junto aos menores abandonados em Uberaba, na década de 1940, e apresentar sugestões para a resolução desse problema na capital mineira. Para tanto, chegou a enviar, junto à carta, um plano de trabalho por ele elaborado (anexo J). Não é de estranhar, portanto, que ele tenha tachado a questão como sendo "de fácil, fácilma solução", além enaltecer a si próprio atribuindo somente a ele a "resolução" do problema do menor na cidade de Uberaba na década de 1940.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que Oliveira alardeava sua atitude como sendo filantrópica, ele deixava claro que para as crianças aquela ação teve um preço: elas tiveram que pagar "com o próprio suor e a força de seus bracinhos" a caridade recebida.

Ainda analisando a carta escrita por Oliveira, cabe observar que a situação da mendicância e do abandono infantil era bastante complexa, não sendo, como ele afirmara, de "fácilma solução". A existência do Abrigo de Menores em Uberaba certamente minimizou o problema representado pela "frequência incomoda dos menores pedintes" sem, contudo, resolver definitivamente a questão.

A carta escrita por Oliveira também permite conhecer um pouco da metodologia de trabalho junto aos meninos do Abrigo de Menores, que era semelhante àquela desenvolvida nas instituições de internamento do restante do país: educação pelo trabalho e para o trabalho, com o objetivo de formar adultos que, no futuro, pudessem ser úteis à nação. O trabalho dos meninos internos, inclusive, funcionava como moeda de troca, pois os "benefícios" recebidos (alimentação, higienização, assistência médica) deveriam ser pagos com o próprio trabalho já que, se bem alimentados, poderiam "produzir até mais do que homens".

A utilização da força de trabalho dos meninos do Abrigo é certificada no anúncio seguinte (figura 30), que divulga a venda dos produtos feitos pelos internos aos comerciante da região. De acordo com o anúncio, depreende-se que a produção desses brinquedos não tinha apenas um caráter terapêutico-ocupacional, ou seja, não era simplesmente uma atividade realizada com o intuito de preencher o tempo dos internos e, concomitantemente, ensiná-los um ofício. A confecção desses brinquedos era caracterizada como um trabalho realizado pelos meninos, pois se dava em larga escala, objetivando a venda por atacado aos comerciantes da região.

FIGURA 30 - Anúncio de venda de brinquedos (1945)

**BRINQUEDOS — Grande estoque de brinquedos de todos os festejos e gostos artisticamente feitos pelos alunos do Abrigo de Menores. Preços baixos. Podem ser visitados por quem se interessar no mesmo Abrigo, que oferece condução a comerciantes ou a quem comprar em grande escala. Chammar pelo telefone, 1866.**

Fonte: Lavoura e Comércio, 21/12/1945, p. 5.

No fragmento seguinte, Ferla (2007) tece importantes considerações acerca da utilização do trabalho infanto-juvenil nas instituições de assistência. Embora ele se refira ao trabalho como tratamento da delinquência, sua avaliação também se aplica aos jovens internados no Abrigo que não eram rotulados como delinquentes, mas como menores abandonados que, se não fossem devidamente orientados, se tornariam, “fatalmente, desclassificados ou viciados da pior espécie”, conforme sentenciado no excerto jornalístico transscrito anteriormente.

A justificação do trabalho como tratamento da delinquência extrapolava o universo da criança e do adolescente. A regeneração de se trata aqui era essencialmente a regeneração da utilidade social do delinquente. Utilidade compreendida não apenas a partir de seu aspecto diretamente econômico, mas também por uma dimensão normalizadora e moralizadora, ao permitir que a disciplina implicada no ato de trabalhar pudesse se transmutar em disciplina social e constrangimento da atitude delinquente (FERLA, 2007, p. 132-133).

Uma nota publicada na imprensa local, na qual o jornalista relatava sua visita a uma "Exposição de trabalhos do Abrigo de Menores" mostra os diversos ofícios que eram ensinados aos internos:

Ali vimos artisticamente dispostos não só trabalhos de desenhos e de composições literárias, como também brinquedos de várias espécies, carrinhos, automoveizinhos, junto de artigos de metal, confecções de funileiro e folheiro, marcineiro, carpinteiro e sapateiro, representando os vários departamentos existentes no abrigo para dar a devida instrução profissional ao menor. Tudo muito bem feito e bem acabado, como se fôra realizado por mão de mestre (LAVOURA E COMÉRCIO, 11/10/1943, p. 2).

Retomando a carta escrita por Oliveira, também merece destaque a referência feita à “facilidade que eles tinham para aprender e se adaptarem aos horários de trabalho, estudo e recreações”. Na dinâmica das instituições disciplinares analisadas por Foucault (2009, p. 145-146), “a exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar”. A facilidade com que os meninos se adaptavam à rotina e o esmero dos artigos por eles confeccionados, conforme citado pelo jornalista na transcrição anterior, possivelmente estavam relacionados ao processo de sujeição e docilização dos corpos ao qual foram submetidos.

Embora Oliveira afirme em sua carta que tanto a construção quanto a manutenção do Abrigo tivessem ocorrido “às suas custas”, várias passagens localizadas nos jornais locais indicam que frequentemente a população era convidada a colaborar na manutenção da instituição, uma vez que aquele “oásis de felicidade das crianças abandonadas [...]” constituía “um dos cimos altaneiros da magnamidade uberabense” (LAVOURA E COMÉRCIO, 29/02/1944, p. 2).

A manutenção de cerca de cento e vinte meninos asilados no Abrigo, aliada as despesas de pessoal, é encargo sobremodo pesado para uma instituição nova que, salvo pequenas subvenções, é mantida pelo auxílio que o povo lhe proporciona. Felizmente, o tradicional Espírito humanitário do uberabense vem animando o esforço daqueles que se incumbiram da pesada tarefa de orientar a educação infantil das crianças abandonadas da nossa terra. Nesse sentido, a diretoria do Abrigo iniciou nova campanha de colaboração, **procurando angariar bezerros entre os fazendeiros locais** e empregar o produto dos animais adquiridos em favor daquela casa educacional [...] (LAVOURA E COMÉRCIO, 15/10/1943, p. 1; grifo nosso).

[...] Já entramos na época do frio. E além de tecidos para as roupas que os pensionistas de Antonio Alberto de Oliveira tanto necessitam, que sejam providos também cobertores e sapatos. **As pessoas caridosas de nossa terra** não podem desejar melhor oportunidade para o exercício de seus sentimentos filantrópicos (LAVOURA E COMÉRCIO, 16/04/1946; grifo nosso).

Agora, segundo sabemos, andam grandemente necessitados de roupas os pensionistas de Antonio Alberto de Oliveira. Não seria o caso de **as senhoras ricas de Uberaba** se constituírem em madrinhas das pobres crianças, fazendo-se a campanha do terno de roupa para o Abrigo de Menores? Talvez que alguma casa comercial também se disponha a concorrer com a sua parte, reduzindo o preço dos tecidos [...] (LAVOURA E COMÉRCIO, 15/04/1946, p. 2; grifo nosso).

É interessante observar que, pertencendo Alberto de Oliveira à classe pecuarista, direcionava os pedidos de auxílio diretamente à elite, fazendeiros locais e senhoras ricas da sociedade, na expectativa de obter quantias vultosas para a instituição. Entretanto, em 1944 foi publicada uma matéria no jornal cujo título era “O Abrigo de Menores está ao desamparo”. De

acordo como o jornalista, a sociedade uberabense não estava colaborando com a mesma intensidade como nos anos iniciais quando o Abrigo fora criado:

[...] o entusiasmo inicial de nossa gente que em grande número atendeu ao primeiro apelo de auxílio ao Abrigo foi se arrefecendo, foi desmaiando, e hoje são bem poucos os que ainda se mantêm firmes no propósito de dar uma mão de ajuda a tão benemerita e necessária instituição de assistência social (LAVOURA E COMÉRCIO, 24/08/1944, p. 4).

Tal informação permite deduzir que, em alguns casos, os gestos de caridade e filantropia das pessoas de posse nem sempre eram movidos por uma crença na real necessidade de ajudar ao próximo, mas eram ações pontuais, fruto de um entusiasmo momentâneo, muitas vezes motivada pelo prestígio de ter seu nome estampado no jornal em virtude da prática de gestos de caridade, conforme já discorrido na seção anterior.

As doações eram imprecisas e, nos momentos de crise, como aquela que se abateu sobre os pecuaristas citada na carta escrita por Alberto de Oliveira, eram cortadas do orçamento, conforme sugerido pelo jornalista: “uma das primeiras economias que se busca fazer, aliás sem maior proveito para o orçamento de despesas, quase sempre tão sobrecarregado de supérfluo, diz respeito ao corte das modicíssimas contribuições de caridade” (LAVOURA E COMÉRCIO, 15/04/1946, p. 2).

Entretanto, a existência do Abrigo de Menores era um bem revertido à própria sociedade uberabense, uma vez que:

[...] Se nossa cidade viu diminuir os seus crimes contra o patrimônio, se de nosso meio desapareceram as pequenas quadrilhas adolescentes amigos do alheio, e se o número de pedintes de menor idade não é muito e muito maior pelas nossas ruas para onde, infelizmente, estão voltando os exploradores mirins da caridade pública, deve-se muito principalmente a Antonio Alberto de Oliveira pela sua incomparável iniciativa do Abrigo de Menores (LAVOURA E COMÉRCIO, 24/08/1944, p. 4).

Em 1946, Antonio Alberto de Oliveira não teve mais condições de sustentar a instituição e providenciou sua transferência para o poder público municipal. Antes, porém, a Maçonaria tentou assumi-la, se prontificando a saldar uma dívida existente no valor de oitenta mil cruzeiros. Entretanto, conforme Ferreira (1987, p. 49), “infelizmente houve intervenções, as quais não é interessante serem aqui analisadas, impedindo a viabilidade da intenção”. Considerando as divergências ainda existentes entre a Igreja Católica de Uberaba e o movimento espírita e maçônico, é possível supor que esse possa ter sido o motivo da não transferência do Abrigo de Menores para a maçonaria.

A transferência da instituição para o poder público foi registrada neste comunicado redigido por seu fundador:

Nesta oportunidade, quando venho de passar o Abrigo de Menores “Leopoldino de Oliveira”, desta cidade, para a administração da Prefeitura Municipal de Uberaba, cumpre-me, antes de mais nada, deixar registrados os meus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que, por qualquer forma, me prestaram a sua colaboração e me deram o seu auxílio, em benefício daquela Casa de Assistência. Apenas a boa vontade franca e decidida de meus amigos desta região permitiu que, por vários anos, pudesse eu manter uma instituição que se fundou com o objetivo humanitário de dar amparo moral e material aos pequenos abandonados de nossa terra [...] (APU, 1946b).

As fontes localizadas até o momento não fornecem muitos dados sobre a situação do Abrigo de Menores quando administrado pelo governo municipal. Registros encontrados nas atas das sessões ordinárias da Câmara Municipal indicam que a instituição continuava passando por dificuldades financeiras e que os vereadores municipais não entravam em consenso quanto ao valor das subvenções a serem repassadas pela administração pública à instituição, conforme observado nos excertos transcritos a seguir.

Na reunião do dia 21 de fevereiro de 1949 foi registrado que para resolver “ainda que parcialmente este triste problema”, ou seja, as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Abrigo, foi criada uma comissão, composta por Antonio Sabino de Freitas Jr., Antonio Alberto de Oliveira e J. S. Rodrigues da Cunha para tratar com a Direção do Abrigo, haja vista que tal instituição traz “bons resultados à coletividade”.

Dois meses após, na sessão ordinária de 22 de abril de 1949, “o vereador Ovídio Nicolau de Vito relembrou as discussões sobre o menor abandonado; [...] aponta a inatividade da Comissão e solicita ao prefeito que conceda uma subvenção anual ao Abrigo de Menores e ao Lar Espírita” (CMU, 30/08/1948 a 17/06/1949, p. 54). Em resposta, o vereador Antônio Sabino de Freitas Jr. “discorda da concessão de uma subvenção fornecida pela Prefeitura e justifica-se dizendo que as instituições e a Prefeitura devem ter responsabilidades recíprocas e que a Comissão ainda precisa finalizar seu estudo”.

Na sessão seguinte, realizada no dia 25 de abril, o vereador J. S. Rodrigues da Cunha “faz reparo às palavras do colega vereador Antonio Sabino de Freitas Jr. em sessão passada no que diz respeito ao fato da Comissão do menor abandonado ter sido mal recebida pela autoridade diocesana” (CMU, 30/08/1948 a 17/06/1949, p. 55).

Em 22 de junho de 1949, o “vereador Carlos Tasso Rodrigues da Cunha informa a respeito da aflitiva situação financeira em que se encontra o Abrigo de Menores e solicita que

o prefeito seja oficiado no sentido de subvencionar a entidade” (CMU, 20/06/1949 a 17/04/1950, p. 5).

Na sessão de 20 de julho de 1949 um dos assuntos foi o ofício enviado ao Orfanato Santo Eduardo, Abrigo de Menores e Lar Espírita convidando para uma reunião com o Legislativo para discutir soluções para o problema do menor abandonado (CMU, 20/06/1949 a 17/04/1950, p. 13). Na semana seguinte foi mencionado o ofício recebido da Irmã-Diretora do Orfanato Santo Eduardo “declinando convite para discussão do problema do menor abandonado alegando que o convite deveria ser remetido ao Bispo” (CMU, 20/06/1949 a 17/04/1950, p. 16).

Nota-se, nessas transcrições, que embora afirmando reconhecer a necessidade de ir ao auxílio “do problema do menor abandonado”, as autoridades legislativas não queriam assumi-lo de fato, delongando as discussões em torno do assunto e postergando a votação acerca da destinação das subvenções. Tal situação permite reportar a Costa (2015), que ao proceder a uma análise acerca das subvenções destinadas às instituições de proteção à infância pela Câmara Municipal de São Paulo (1890 a 1927), concluiu que:

[...] há muito mais do que [...] o interesse pelo bem comum dos vereadores que articulam a liberação de verbas para subvencionar a assistência social nos asilos, internatos, hospitais, orfanatos, escolas – entre outros locais de aquartelamento dos miseráveis que a cidade não quer ver – pelo menos enquanto não forem normalizados – os que puderem ser. Assim, os investimentos econômicos feitos em seu nome são investimentos na segurança social e no estabelecimento da ordem, na criação de uma aparente harmonia social, suficiente para o desenvolvimento econômico e para o progresso daqueles que protegem os identificados como desvalidos. Em uma relação de custo/benefício, a questão é associar o interesse político do momento, tratando-se do vereador que defende uma subvenção, com o seu efeito em termos da busca da regularidade social, do constante e da sua eficácia, em termos de visibilidade social (COSTA, 2015, p. 98).

Infere-se, portanto, que as ações de proteção estavam vinculadas a questões políticas, econômicas e sociais. Além disso, toda essa burocracia faz supor que o que estava em jogo para aqueles vereadores não era a situação precária das instituições de assistência e das crianças que lá estavam abrigadas, mas os interesses pessoais e políticos de cada um. Para completar, as próprias instituições esbarravam em questões burocráticas, como no caso do Orfanato Santo Eduardo que, pelo visto, não tinha autonomia para tomar decisões sem o aval da autoridade religiosa diocesana.

Por motivos ainda ignorados, o Abrigo de Menores acabou sendo transferido da Prefeitura para o Bispado de Uberaba, sendo que o único registro localizado até o momento sobre a situação do Abrigo quando dirigido pela instituição diocesana foi uma passagem

encontrada em Amaral (1979). No texto o bispo relata que no ano de 1948 o diretor do SAM ofereceu à instituição “uma determinada e avultada quantia, para se ampliarem as possibilidades de receber o Abrigo mais algumas dezenas de menores”. Entretanto, devido à contrapartida a ser oferecida pela instituição, D. Alexandre teve que recusar o convite pois,

Em sí mesma, a coisa seria ótima para Uberaba. Mas tivemos que recusar a oferta generosa, porque, como ninguém “dá ponto sem nó”, aqui, no caso, o nó seria maior do que o barbante... Com efeito, a condição seria a de que recebêssemos sempre, anualmente, 50 meninos e outras tantas meninas vindos do Rio. Isto quer dizer que, em vez de resolvemos como parecia indicar a oferta, o problema do Menor Abandonado, de Uberaba, iríamos abrigar, aqui, **molequinhos cariocas...** (AMARAL, 1979, p. 59; grifo nosso).

Tudo indica que D. Alexandre tenha agido com prudência ao dispensar ajuda do SAM, uma vez que isso implicaria na vinda de crianças de fora, que iriam somar-se a tantas já existentes na cidade. Entretanto, o tom pejorativo utilizado ao referir-se às crianças cariocas como “molequinhos” reforçava o conceito negativo atribuído à infância pobre e abandonada, legitimando o abismo que separava as crianças com melhores condições sociais e econômicas daquelas desprovidas de fortuna e de família.

Em 1959, o Abrigo foi transferido para a Sociedade Uberabense de Proteção e Amparo ao Menor (Supam), que também será apresentada no decorrer dessa seção. Quatro anos depois, em 1963, ele passou para as mãos da Congregação dos Irmãos Somascos<sup>135</sup>, sendo que as impressões iniciais desses religiosos quando assumiram o Abrigo foram estas, segundo Campagna (2013):

Chegamos a Uberaba aproximadamente às 15h. O Instituto Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira encontra-se em situação miserável. Os meninos vestem roupas esfarrapadas e sujas. Usam as mesmas roupas para dormir: dormem assim por falta de peças íntimas e lençóis. As camas são muito feias e quebradas. Não tem nem cozinheira e nem lavadeira. Os meninos fazem tudo. Por isso trouxemos aqui a Sra. Alzira. Há muita sujeira em toda parte. A terra, cerca de 30 hectares, não é cultivada. Não tem nenhuma verba fixa. Os meninos são abrigados gratuitamente e vive-se somente de caridade. Tem três cavalos, um jegue, três vacas e uma bezerra. O número de abrigados supera as vagas, 47, por isso atualmente três camas são ocupadas por três meninos. A instituição se localizava em um sítio próximo do Bairro Amoroso Costa e da estrada que é saída para Nova Ponte. O Bairro principal é o Boa

<sup>135</sup>A Congregação dos Irmãos Somascos foi fundada pelo italiano Jerônimo Emiliani, nascido em 1486 e declarado santo em 1767. Desde cedo começou a realizar obras de caridade, acolhendo órfãos inicialmente em sua própria casa, em Veneza. A partir de 1535 começou a abrir orfanatos em outras cidades, ensinando às crianças os primeiros elementos do conhecimento e os fundamentos da fé cristã. Também abriu escolas profissionalizantes, de modo que essas crianças pudessem se preparar melhor para a sociedade. O papa Pio XI proclamou-o “Patrono universal dos órfãos e da juventude abandonada”. Os três fundamentos da congregação herdados de São Jerônimo Emiliani são oração, caridade e trabalho. Em 1962 dois padres Somascos vieram para o Brasil, assumindo compromisso de evangelizar na cidade do Rio de Janeiro. Em 1963 outros vieram para Uberaba, assumindo a condução do Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira.

Vista, onde há a Estação da Mogiana. As estradas são todas de terra, poeira no período de seca e muito barro no tempo de chuva.

As imagens seguintes, agrupadas na figura 31, retratam algumas crianças e os religiosos recém-chegados na instituição. Ao contrário de outros registros iconográficos aqui apresentadas, dessa vez o fotógrafo não teve a preocupação de alinhar cuidadosamente as crianças para o registro fotográfico: à direita, os garotos estão em posição descontraída, como se tivessem interrompido uma atividade rotineira e voltado seus corpos de frente para o fotógrafo. Possivelmente a intenção de quem tirou esse retrato fosse demonstrar a situação de miserabilidade descrita anteriormente: meninos com suas roupas sujas, sob o sol, em uma terra não cultivada. Na imagem à esquerda, na qual os religiosos estão abraçados e rodeados pelos meninos, é possível supor que a intenção daquela fotografia foi expressar a disposição dos somascos em acolher as crianças e transformar aquela realidade.

FIGURA 31 – Internos e religiosos do Abrigo de Menores (1963)



Fonte: Campagna (2013).

Dando continuidade ao relatório dos religiosos (muito embora isso extrapole o recorte temporal desta pesquisa), Campagna (2013) registrou que os irmãos somascos trabalharam com dedicação nesse orfanato, sendo que por ele passaram vários religiosos, todos vindos da Itália. Embora aspirassem a instalação de um ginásio industrial para capacitação dos meninos para o mercado de trabalho, isso não foi concretizado. Entretanto, os jovens eram preparados intelectualmente e encaminhados ao primeiro emprego. Após treze anos na direção do Abrigo

os religiosos decidiram deixá-lo por falta de pessoal suficiente para conduzir as atividades educativas.

Chama a atenção, nesse histórico do Abrigo de Menores, a alta rotatividade de pessoas e entidades que estiveram à frente da instituição durante três décadas de existência. Curiosamente ele foi administrado por um representante da maçonaria, pelo poder público, por uma associação civil e por religiosos católicos. A princípio, todos tinham ímpeto de torná-la uma instituição exemplar na assistência à infância abandonada. Porém, a história da instituição foi marcada por descontinuidades e rupturas, quase sempre motivadas por questões financeiras.

### 3.1.6 Externato São José

No ano de 1947 as Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils criaram o Externato São José, instituição que proporcionou, durante várias décadas, ensino gratuito às meninas carentes da cidade de Uberaba. Ao contrário das instituições até então apresentadas, as quais funcionavam em regime de internato, esse estabelecimento, como o próprio nome indica, só recebia alunas externas, que voltavam para suas residências após o período de estudos.

Mesmo sendo uma instituição precipuamente de cunho educativo, ela também será contemplada nesse estudo devido ao seu caráter assistencialista, já que ofereceu ensino gratuito às meninas procedentes de famílias carentes da cidade. Ademais, além de o Externato ter atendido a uma quantidade expressiva de meninas - quando inaugurado recebeu 171 crianças, número que chegou a 400 até o final do decênio (LOPES, 1986) – ele também merece destaque por ter sido conduzido pela mesma congregação que fundou o Orfanato Santo Eduardo, pouco depois deste ter sido transferido para outra congregação religiosa.

A princípio, o Externato São José funcionava em salas anexas ao Colégio Nossa Senhora das Dores. Em 1945 começaram as construção de sua sede própria, próxima ao colégio. O início dessa construção só foi possível devido a campanhas realizadas na cidade por alunas e ex-alunas do colégio, conforme noticiado nesta matéria veiculada no jornal local, cujo título era bastante apelativo: "É sagrado dever de Uberaba auxiliar na construção do novo Externato São José" :

O lançamento da pedra fundamental no novo edifício do externato "São José" se deu no dia 12 de outubro do ano passado. As ex-alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores, num momento de solidariedade edificante, presentearam as revmas. Irmãs dominicanas com apreciável quantia em dinheiro, para o início das obras, na mesma data em que o querido educandário comemorava

as suas bodas de diamante. Mas como hão de fazer as revmas Irmãs Dominicanas, se lhes faltar o auxílio das pessoas de posse de Uberaba? É preciso que todos concorram para a obra da caridade e do zêlo apostolar das santas filhas de São Domingos. O custo do novo edifício do externato "São José" não será inferior a 398 mil cruzeiros. O prédio, de dois pavimentos, com uma área de 462 m<sup>2</sup> constará de 4 salas de aulas, um salão de biblioteca, uma secretaria, sala de visitas, duas salas de trabalhos, instalações sanitárias e ampla varanda ligando as suas principais dependências (LAVOURA E COMÉRCIO, 06/07/1946, p. 37).

Como em quase todas as obras assistenciais existentes na cidade, "o auxílio das pessoas de posse" foi crucial para que a obra tomasse vulto. Em 1947 o prédio do Externato foi concluído e no mesmo ano ele foi inaugurado. A conclamação da população a cumprir seu "sagrado dever" de financiar a construção do Externato São José confirma, mais uma vez, o predomínio das organizações sociais que, inspiradas ou não por ideários humanitários-cristãos, acabavam assumindo as obras de amparo à infância pobre na cidade, cabendo ao poder público apenas a destinação de subvenções, quase sempre insuficientes.

Até o momento a principal fonte localizada acerca do Externato São José foi um álbum de fotografias cuidadosamente arquivado no acervo do Museu da Capela do Colégio Nossa Senhora das Dores. Essas fotografias permitiram perpassar os muros da instituição para conhecer um pouco mais sobre seu funcionamento. De acordo com Arrigucci Júnior (2001, p. 11),

[...] os sinais de vida latente congelados numa fotografia são índices do mundo do passado que se busca compreender e podem se transformar em testemunho e representação de uma realidade a ser construída. Por isso, antes de mais nada, constituem um problema para o conhecimento histórico.

Embora a imagem seja, conforme Barthes (2013), "[...] mais imperativa do que a escrita, impondo a significação de uma só vez [...]", ela também é passível de ser decodificada e interpretada. Continuando, o autor afirma que "[...] a imagem transforma-se numa escrita, a partir do momento em que é significativa; como a escrita, ela exige uma *lexis*" (BARTHES, 2013, p. 201). Considerando-se as proposições de Barthes (2013) e Arrigucci Júnior (2011), as fotografias que seguem serão analisadas com o intuito de tentar compreender alguns desses "sinais de vida" expressos por meio das imagens.

FIGURA 32- Externato São José – s.d



Fonte: Museu da Capela do CNSD.

A fotografia anterior (figura 32) foi tirada por um fotógrafo profissional cuja marca d'água encontra-se em seu canto inferior direito: Foto Schroeder. Embora não tendo encontrado dados sobre o fotógrafo João Schroeder Júnior, é possível supor que ele tenha sido bastante conhecido em Uberaba nesse período dada a diversidade de eventos da cidade que possuem sua assinatura nos registros fotográficos. Observa-se que ele apreendeu, em primeiro plano, o canteiro situado na entrada da escola no qual é possível notar a presença de plantas e flores.

Mesmo sem ter acesso aos componentes curriculares da instituição durante esse período, é possível hipotetizar que as atividades voltadas para o cuidado com as plantas, a organização e manutenção de pequenas hortas e jardins compunham as atividades formativas das alunas. De acordo com Souza, R. F. de (2013), entre as décadas de 1930 a 1950 disseminaram-se diversas instituições sociais (associação de pais e mestres, cooperativa escolar e atividades voltadas para o tratamento de jardins, hortas e animais) que tinham como função “desenvolver no educando hábitos, interesses e atitudes socialmente valorizadas, promovendo a integração entre escola e sociedade” (SOUZA, R. F. de, 2013, p. 114)

Estudos realizados por outra pesquisadora mostram que na década de 1940 a manutenção dos Clubes Rurais era uma prática comum nas escolas, conforme se observa na citação da diretora de um grupo escolar de Uberaba, em 1944:

[...] todo Brasil está fazendo campanha para cultivar a terra. Também nós fundaremos o nosso Clube Rural e ensinaremos aos alunos como se cultiva a terra. Poderemos fazer um canteiro de hortaliças ou flores e isso muito

contribuirá para despertar no aluno o interesse pelo trabalho e pelo progresso do Brasil (SOUZA, 2012, p. 142).

Atrás do canteiro é possível visualizar a fachada do Externato, na qual a palavra “gratuito”, disposta logo abaixo do nome da instituição, enfatizava seu caráter assistencialista, diferenciando-o do Colégio Nossa Senhora das Dores, situado a poucos metros de distância, voltado para a formação das filhas das famílias abastadas da sociedade local. Conforme observado por Santos (2006, p. 26), era como se existissem “duas escolas diferentes, com classes sociais opostas”, embora geridas pela mesma congregação religiosa. As alunas uniformizadas, cuidadosamente distribuídas em frente à instituição, bem como o grupo de professoras, ao fundo, demonstram o caráter propagandístico do retrato, no qual o fotógrafo teve o cuidado de agregar os sujeitos ao espaço físico institucional. Ao fundo é possível localizar a imagem de um santo (a), possivelmente São José, patrono da instituição, em tamanho grande, símbolo que exprimia, logo na entrada, a religiosidade do local. Conforme pontuado por Escolano (2001, p. 45), os “[...] elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende”. A presença de símbolos religiosos distribuídos pela escola, bem como a presença das religiosas pelos corredores da instituição contribuíam para disseminar e reforçar a fé católica entre as alunas.

A imagem seguinte, por sua vez, mostra o interior de uma de suas salas de aula.

FIGURA 33 - Sala de aula do Externato São José – s.d



Fonte: Museu da Capela do CNSD.

Pela fotografia (figura 33) nota-se que as alunas, uniformizadas, estão organizadas em fileiras, sentadas em carteiras duplas. De acordo com Souza (1998), embora, as carteiras individuais fossem consideradas ideais, tanto do ponto de vista pedagógico como moral e higiênico, as carteiras duplas foram inseridas no ambiente escolar com a justificativa de economia de espaço. As filas - importantes dispositivos de controle nas instituições disciplinares – realizam, segundo Foucault (2009, p. 142-143), a “fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos”.

Ao fundo da sala estão posicionadas duas professoras. O não uso do hábito religioso permite concluir que não eram freiras dominicanas, mas leigas, possivelmente alunas bolsistas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (FISTA)<sup>136</sup> que, conforme citado por Santos (2006), colaboraram nas atividades docentes da instituição.

As paredes da sala – cuidadosamente pintadas de uma cor escura na parte inferior para evitar que se sujassem, e de uma cor mais clara na parte superior para conferir luminosidade ao ambiente – estavam revestida de cartazes. Conforme Souza, R. F. de (2013), muito embora as proposições da Escola Nova, nas décadas de 1930 a 1950, incentivassesem o uso de novos objetos didáticos como mediadores das experiências educativas, na prática, “os objetos mais encontrados nas escolas [...] eram mapas e cartazes, adotados de longa data e associados à escola tradicional<sup>137</sup>” (SOUZA, R. F. de, 2013, p. 113).

Nas fotografias seguintes (figuras 34 a 36) foram capturados momentos do cotidiano institucional nos quais as crianças estavam recebendo ou usufruindo da merenda escolar. O cuidado em registrar esses momentos permite reportar a Le Goff (2003), que afirma que:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias (LE GOFF, 2003, p. 537-538)

<sup>136</sup>A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino foi uma instituição criada em Uberaba pela congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, cuja aula inaugural ocorreu em 07/03/1949 (SANTOS, 2006).

<sup>137</sup>Cabe observar, porém, que o CNSD era dotado de salas especiais (laboratório de Química, laboratório de História Natural, sala de Geografia e outras) que permitiam às alunas contato com materiais diversificados que facilitavam o processo de ensino-aprendizagem (conferir no anexo K ).

Partindo dessa premissa é possível pensar que as religiosas pretendiam, por meio das fotografias, validar as ações de filantropia praticadas pela congregação que mantinha dois trabalhos educativos cujos públicos eram tão distintos entre si. Além de oferecerem o conhecimento (pão que sustentava o intelecto) e a formação religiosa (pão que sustentava a alma), elas também ofereciam o alimento material, pão que supria as carências físicas daquelas crianças desafortunadas.

FIGURA 34 - Alunas recebendo a merenda– s.d



Fonte: Museu da Capela do CNSD.

Na imagem anterior observa-se, mais uma vez, a organização das meninas, dispostas em fila, para recebimento do alimento das mãos da religiosa. Elas estão trajando o uniforme escolar constituído de blusa branca e saia com alças. O comprimento das saias, abaixo dos joelhos, remete à compreensão dos uniformes enquanto instrumento de moralização dos costumes e controle dos corpos no espaço escolar, conforme proposto por Silva, K. N. (2015).

Embora todas estivessem uniformizadas, o tom diferente das cores das saias e a não padronização dos calçados reforçam a ideia de que eram alunas carentes, cujos pais, muitas vezes, apresentavam dificuldades para a aquisição de novos uniformes escolares. Sobre esse assunto Silva, K. N. (2015) observa, inclusive, que a instituição dos uniformes escolares tinha seus prós e contras: se por um lado eles representavam uma economia de roupas para uso

escolar, por outro lado, muitas vezes, eles eram um empecilho para o acesso à instituição, caso a família não tivesse meios para adquiri-los.

Na próxima imagem (figura 35), as alunas foram cuidadosamente organizadas com o prato nas mãos, algumas sentadas, outras em pé, desfrutando da merenda. Em cada extremidade, em pé, está posicionada uma religiosa, que são as únicas pessoas da fotografia que não trazem um prato de comida nas mãos. A imagem deixa implícita a separação entre o benfeitor, aquele que pratica a caridade (no caso, as religiosas) e os beneficiados com aquela ação, ou seja, as meninas carentes que, em alguns casos de extrema pobreza, iam à escola (e ainda vão) mais interessadas na merenda do que nos outros benefícios que a escola tem a oferecer.

FIGURA 35 – Alunas tomando a merenda – s.d

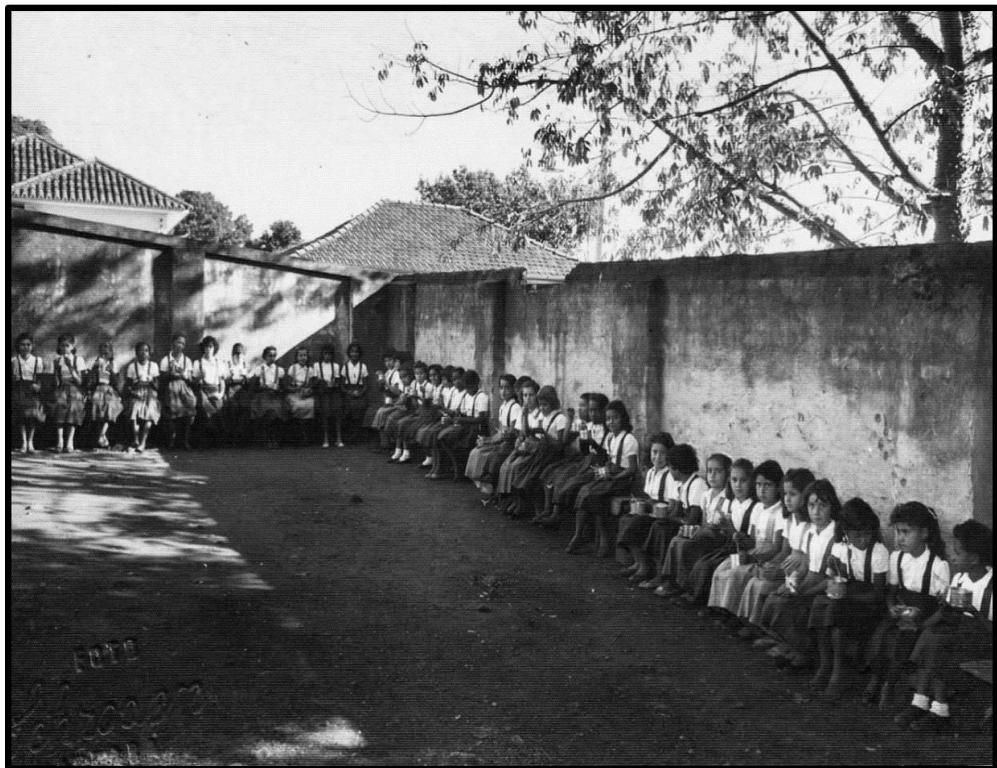


Fonte: Museu da Capela do CNSD

A próxima imagem (figura 36), por sua vez, demonstra ter sido construída para o registro fotográfico uma vez que, embora as crianças estejam segurando utensílios da merenda nas mãos, aparentemente nenhuma delas estava comendo ao ser fotografada. Estando todas cuidadosamente dispostas em um grande banco que contornava o muro da instituição, a maioria estava olhando para o fotógrafo. Tudo indica que a intenção daquela imagem era eternizar, de forma simbólica aquele momento tão importante em uma instituição que, além de educativa, era também assistencialista. Nesse caso é oportuno considerar as reflexões de Borges (2008, p.

80), que esclarece que “[...] uma imagem visual é uma forma simbólica cujo significado não existe *per si*, quer dizer, *lá dentro*, como coisa dada que pré-existe ao olhar, à intenção de quem o produz [...]. Por tudo isso sabe-se que uma dada imagem é uma representação do mundo que varia de acordo com os códigos culturais de quem a produz”.

FIGURA 36 – Alunas com suas merendas – s.d



Fonte: Museu da Capela do CNSD.

Sobre a merenda escolar é importante dizer que, enquanto política pública, ela começou a ser discutida na década de 1930, tendo em vista a redução do fracasso escolar, da evasão e da repetência. Na década de 1940, o decreto 2.478 de 05/08/1940 defendia a oferta de alimentação para trabalhadores e estudantes. Na década seguinte, o Unicef fez uma significativa doação de alimentos ao Brasil, que foram utilizados pelo Ministério da Saúde em programas de alimentação (FONSECA; CARLOS, 2015). Entretanto, mesmo antes da implantação do Programa Nacional de Merenda Escolar no país, algumas escolas já ofertavam merenda aos seus alunos, mas eram iniciativas isoladas, executadas com a ajuda do comércio local e das famílias que tinham melhores condições financeiras.

De acordo com registros encontrados nas atas das reuniões pedagógicas da década de 1940 realizadas no Grupo Escolar Minas Gerais, por exemplo, em Uberaba, a diretora pedia às

professoras que observassem “os que trazem merendas para separar os que precisam de auxílio dos que não precisam. Devemos observar bem esse ponto, para evitar que simulem pobres e não são” (SOUZA, 2012, p. 113). Levar ou não levar merenda para a escola era uma forma de categorizar a condição social dos alunos. Aqueles que eram identificados como pobres recebiam a sopa da escola, cujos ingredientes eram obtidos por meio do dinheiro do Caixa Escolar – que por sua vez era resultante das festas promovidas pela instituição. As professoras também colaboravam, pedindo ajuda nos comércios locais (SOUZA, 2012).

Na década seguinte, de acordo com Ferrari e outros (2011, p. 67), na gestão do prefeito municipal Antonio Próspero (01/02/1951 a 31/01/1955), graças ao trabalho da primeira dama, sra. Quita Próspero, “Uberaba foi a primeira cidade a instituir a merenda escolar na rede municipal de ensino, exemplo a ser seguido posteriormente por todos os municípios brasileiros”.

Já nas fotografias seguintes (figuras 37 e 38) foram registrados dois momentos do recreio escolar. Retomando a expressão utilizada por Sá (2007), que sugere que a escola graduada, com seus horários rígidos, sua formalidade, sua grade curricular, etc., transformou “a criança em aluno”, é possível pensar que no horário do recreio as meninas deixavam de ser alunas e voltassem a ser crianças novamente, brincando de roda, pulando corda ou conversando descontraidamente umas com as outras.

FIGURA 37 – Hora do recreio – s.d



Fonte: Museu da Capela do CNSD.

FIGURA 38 – Hora do recreio – Externato São José – s.d



Fonte: Museu da Capela do CNSD.

Entretanto, em ambas as fotografias do recreio escolar é possível identificar a presença de uma religiosa acompanhando aquele momento de socialização das crianças. Embora o recreio fosse um espaço-tempo não rígido e formal como a sala de aula, ele não deixava de ter seus dispositivos de vigilância e controle, simbolizados pela presença física das religiosas que acompanhavam aquele momento, preparadas para corrigir desvios e intervir, se necessário, para a manutenção da ordem.

A inauguração do Externato São José foi a “concretização de um sonho acalentado por várias décadas: a construção de um educandário gratuito para crianças pobres” (MUSEU DA CAPELA DO CNSD, 1970 - 1995, p. 51). É interessante observar que o período de criação e construção desse externato foi subsequente à entrega do Orfanato Santo Eduardo pelas irmãs dominicanas à Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade (1943), conforme será apresentado na próxima seção. Mantendo-se fiéis ao binômio saúde<sup>138</sup> e educação - compromisso assumido desde a fundação da congregação dominicana em 1850 na França - as religiosas optaram por manter uma instituição educacional (externato) em detrimento de uma instituição assistencial (orfanato). Ademais, devido às dificuldades

<sup>138</sup>No âmbito da saúde as irmãs dominicanas se destacaram em Uberaba pela criação da Escola de Enfermagem Frei Eugênio (1948) e do Hospital São Domingos (1960).

financeiras do orfanato que foram algumas vezes mencionadas nos jornais, é possível depreender que a manutenção do externato fosse economicamente mais viável, já que as meninas não moravam na instituição. Além disso, o quadro docente, ao que tudo indica, também não acarretava despesas, já que ele era composto pelas alunas da Fista.

O Externato São José funcionou até o ano de 1983. Conforme Santos (2006), o fechamento da escola ocorreu em função das novas orientações da Igreja, que conclamava os religiosos e religiosas para estarem mais perto do povo, atuando junto às Comunidades Eclesiais de Base.

### **3.1.7 Lar Espírita de Uberaba**

No mesmo ano em que a congregação católica fundou o Externato São José, a União da Mocidade Espírita Uberabense (Umeu) criou o Lar Espírita de Uberaba, que foi inaugurado dois anos depois, em 1949, com a finalidade de prestar assistência a meninas carentes da cidade. Entretanto, sua criação já fazia parte dos planos da comunidade espírita da cidade desde 1911, quando foi fundado o Centro Espírita Uberabense (CEU). No artigo 32 do estatuto do CEU ficou estabelecido que "construído o prédio para os trabalhos do Centro, a Directoria, quando possível, promoverá a construção de um asylo para a educação de menores desvalidos e de um hospital para obsedados" (SILVA, 2002).

Entretanto, o início das obras não foi bem recebido pelas autoridades católicas. Dados encontrados em Silva (2002) relatam que, para marcar o lançamento da pedra angular do Lar Espírita, a Umeu organizou um evento que possibilitaria a confraternização de toda a comunidade espírita de Uberaba e região. Para tanto, foram alugados dois cinemas da cidade nos quais aconteceriam as atividades comemorativas. Contudo, por exigência da autoridade diocesana, às vésperas da realização do evento o contrato de aluguel foi rescindido, obrigando a Umeu a refazer toda a programação do evento.

Como resposta a esse problema enfrentado com a Igreja diocesana, a Umeu adquiriu o edifício onde funcionava o Cine-teatro Royal, na praça Comendador Quintino, que acabou servindo, posteriormente, para as instalações da panificadora Pão Nossa, que pertenceria ao Lar Espírita. A aquisição daquele imóvel não significou apenas a obtenção de um espaço para a realização das atividades culturais da Umeu. Mais que isso, foi uma forma de potencializar e reafirmar a presença da comunidade espírita na sociedade uberabense.

Assim como as demais instituições assistenciais organizadas na cidade, a construção do Lar Espírita só foi possível com a ajuda financeira da sociedade:

*A Flama*, como órgão de comunicação representante do CEU, procurou mobilizar a sociedade adepta ou não do espiritismo, conclamando-a para participar da campanha “pró-construção” deste Lar. Fazia parte desta, tanto a realização de festas, quanto a venda de bilhetes valendo “um tijolo”, “uma telha”, entre outros. Esta ainda contava com as doações cedidas pelos simpatizantes da causa. Quanto às festas, essas se configuraram na famosa “Festa das Violetas”, com renda destinada a construção do Lar Espírita (SILVA, 2002, p. 92).

No caso do Lar Espírita, sua construção ficou a cargo de Inácio Ferreira, renomado espírita da cidade. Porém, por motivo de saúde, ele teve que transferir essa responsabilidade para Abdon Alonso y Alonso, que conseguiu concluir o projeto, segundo dados obtidos no “Resumo Histórico do Lar Espírita de Uberaba” (UMEU, s.d) quase às suas expensas. Entretanto, Silva (2002) destaca que os pobres também contribuíram com a obra, que era “fruto do auxílio popular, desde os minguados centavos do pobre aos milhares de cruzeiros do rico”.

FIGURA 39 - Lar Espírita de Uberaba em construção – s.d



Fonte: Acervo da Umeu.

Na fotografia anterior (figura 39) é possível notar, mesmo estando o prédio em construção, que ele era dotado de um aspecto imponente, de “inigualável beleza arquitetônica” (SILVA, 2002, p. 100), assim como o prédio do Sanatório Espírita, localizado nas

proximidades, cujas obras haviam sido concluídas em 1933<sup>139</sup>. Esses dois prédios podem ser considerados bens simbólicos importantes para o imaginário social da comunidade espírita uberabense (BACZKO, 1985), especialmente em se tratando de uma cidade de forte tradição católica, possuidora de inúmeros marcos que ressaltavam a proeminência do catolicismo local.

Nas imagens seguintes (figuras 40 a 43) é possível conhecer alguns cômodos da instituição.

FIGURA 40 - Refeitório do Lar Espírita – s.d



Fonte: Cruz (2015).

FIGURA 41 - Berçário do Lar Espírita – s.d



Fonte: Cruz (2015).

<sup>139</sup>Conferir, no anexo L, as fotografias do Lar Espírita e do Sanatório Espírita na atualidade.

FIGURA 42 -Sala de aula do Lar Espírita – s.d



Fonte: Cruz (2015).

FIGURA 43 - Dormitório do Lar Espírita - s.d



Fonte: Cruz (2015).

Por meio dessas imagens é possível perceber que a obra teve um acabamento interno cuidadoso: os diferentes tipos de piso em cada ambiente, o papel de parede do refeitório, os lustres, o mobiliário, os forros de mesa, as cortinas, os cortinados que protegiam os berços, os vasos e as flores conferiam ao local um clima acolhedor. Ao contrário de grande parte das instituições citadas nesse trabalho, que alugaram casas ou fizeram adaptações em edifícios já existentes, o espaço do Lar Espírita foi idealizado e construído com a finalidade de servir de abrigo para crianças carentes. Tal fato provavelmente favoreceu o processo de adaptação das crianças na instituição pois, conforme Oliveira (2008), o ambiente físico (estruturas, espaços, equipamentos, etc.), bem como o social (rotinas, dinâmicas, práticas cotidianas) influenciam no estabelecimento de vínculos dos usuários.

Nas fotografias seguintes (figuras 44 e 45) são mostradas algumas crianças internas pertencentes ao Lar Espírita. Por meio delas é possível constatar que a instituição atendia crianças de todas as idades, algumas ainda bastante pequenas.

FIGURA 44 - Aniversariantes do mês do Lar Espírita de Uberaba - s.d



Fonte: Cruz (2015).

FIGURA 45 - Internas do Lar Espírita – s.d



Fonte: Cruz (2015).

Conforme apontado por Mauad (2009), “os sentidos das fotografias são múltiplos e a beleza nelas inscrita não compõe um estética padronizada”. Na figura 44, por exemplo, as meninas fizeram pose para o fotógrafo e, embora sérias (talvez não fosse comum para elas estar diante de uma câmara fotográfica), estão atentas ao registro. Estavam todas bem vestidas, de roupa branca, provavelmente uma roupa especial para as festas de aniversário e outras cerimônia.

Já a fotografia representada pela figura 45 agrega um elemento ainda não encontrado nas imagens das demais instituições aqui elencadas: o brinquedo. Ademais, à exceção das meninas maiores, que volveram seus corpos e olhares para as lentes do fotógrafo, as menores permaneceram em uma atitude despojada em meio aos brinquedos e às outras crianças. Nas duas imagens é possível antever expressões de inocência e de espontaneidade, pequeninos sujeitos que ainda não tiveram seus corpos infantis adestrados e que talvez ainda não compreenderam o significado de viver toda sua infância em uma instituição.

Sobre os objetivos do Lar Espírita foi encontrada a seguinte nota, citada por Ferreira (1982, p. 117):

Nem seria razoável que os espíritas e as pessoas caridosas, que zelam dos enfermos e dos velhinhos, deixassem desamparada a criança, na sua fraqueza desarmada contra as hostilidades do ambiente, sempre cheio de ameaças para

com os desprotegidos da sorte. Formar a futura sociedade é tarefa altamente meritória; forjar cidadãos, plasmar donas de casa constituem um dever de patriotismo; porém fazê-lo dentro dos princípios espíritas, então é tarefa tão alta e importante, que nos sentimos pequenos para ela.

Nessas palavras é possível observar, mais uma vez, uma preocupação com a infância ancorada em princípios utilitaristas e amparada no porvir, ou seja, no que as meninas poderiam vir a ser no futuro: donas de casa exemplares e prendadas, preparadas para o casamento ou para a execução de serviços domésticos. Entretanto, essa formação se daria em conformidade com os princípios da doutrina espírita.

A propósito, o discurso espírita, nas décadas de 1930 e 1940, se aproximava do discurso trabalhista disseminado no governo Vargas. Para o movimento espírita,

A solução para os problemas da humanidade, incluindo os aspectos políticos, econômicos e sociais, está na reforma dos indivíduos, que deveria se efetuar através do trabalho e da educação. É a chamada reforma íntima, eminentemente moral, que promoveria a evolução da humanidade para que esta fosse regida pelas leis do Evangelho. É importante que retenhamos os conceitos de trabalho e educação, pois, além de serem centrais para os espíritas ao refletirem sobre a questão social, entram em forte ressonância com o discurso trabalhista do governo Vargas (MIGUEL, 2010, p. 216).

A doutrina espírita, portanto, erigia o trabalho como condição essencial para o progresso. De acordo com Miguel (2010), Ildefonso Dias, diretor da revista *d'A Reencarnação* chegou a escrever um artigo em maio de 1943 intitulado “Glorificação do Trabalho”, no qual pronunciava-se a favor do discurso trabalhista de Vargas e exortava os espíritas a trabalharem muito, material e espiritualmente, pelo bem coletivo.

Em relação à educação, os espíritas passaram a defender a criação de colégios e ginásios que pudessem fazer frente àqueles que dirigidos por entidades que ministravam outras crenças. A propósito, a primeira instituição de ensino com fundamentos da pedagogia espírita foi criada em 1907, na cidade de Sacramento, que fica na região do Alto Paranaíba, a aproximadamente 76 quilômetros de Uberaba. O Colégio Allan Kardec foi fundado e dirigido por Eurípedes Barsanulfo, nome que se tornou um “ícone dessa doutrina filosófica e religiosa bem disseminada na cultura e na identidade brasileira” (BRETTAS, 2006, p. 15).

Em relação às meninas internadas no Lar Espírita, a formação para o trabalho tinha como intento moldar as futuras donas de casa; para isso, a educação profissional oferecida na instituição previa a aprendizagem de atividades voltadas para o lar, como o cuidado com as plantas (hortas e jardins) e curso de costura, conforme observado nas fotografias que seguem (figuras 46 e 47).

FIGURA 46 - Clube Agrícola do Lar Espírita - s/d



Fonte: Cruz (2015).

FIGURA 47 - Internas do Lar Espírita - s/d



Fonte: Cruz (2015).

A propósito, os cursos de costuras e bordados foram muito disseminados especialmente na primeira metade do XX, não só para as jovens pobres mas para as mulheres em geral. Em uma época em que o trabalho da mulher fora do lar não era bem visto pela sociedade, as empresas fabricantes de máquinas de costura investiam em anúncios que associavam a independência da mulher à aquisição dessa ferramenta de trabalho, conforme se observa nesta propaganda da Singer, publicada na década de 1940:

Sem sair de casa, a senhora poderá ter um meio de vida seguro e independente. Famosa há 89 anos, a máquina de costura Singer, leve, veloz e de fácil manejo, cose, embainha, franze e debrua com perfeição. E pode ser adquirida em suaves condições. Assegure o sustento dos seus, com a moderna e duradoura máquina de costura Singer (SCHOLZ, 2015).

Muito embora a aquisição de uma máquina de costura estivesse distante das possibilidades econômicas daquelas meninas, a aprendizagem desse ofício era uma garantia de que quando saíssem da instituição teriam uma "profissão decente", podendo exercê-la em uma casa de família, na própria casa ou, quem sabe, até mesmo em uma pequena confecção da cidade.

De forma geral é possível afirmar que essa instituição prestou um significativo trabalho à infância abandonada de Uberaba, retirando inúmeras meninas das ruas e oferecendo-lhes um lar. Entretanto, é importante considerar as proposições apresentadas por Silva (2002), que avalia que a consolidação do movimento espírita na cidade estava intrinsecamente relacionado aos interesses das elites em disciplinarizar o espaço urbano. A autora alerta que:

[...] Não podemos esquecer que o Sanatório e o Lar Espírita, sendo instituições asilares, acolhiam os excluídos, mantendo o controle da sociedade a partir de dispositivos e de práticas disciplinares que silenciavam a violência, mantendo "loucos" pobres e crianças abandonadas sob estreita vigilância. Nessa perspectiva, não se pode deixar de apontar a cumplicidade do movimento espírita com os interesses daqueles que, privilegiadamente, dirigiam a política local. Assim, sob a capa do assistencialismo, escondiam-se processos de exclusão social (SILVA, 2002, p. 112).

Nesse sentido, o Lar Espírita pode ser considerado uma instituição que ofereceu um teto acolhedor às meninas abandonadas da cidade, sem deixar, contudo, de ser um muro que isolava as crianças do mundo exterior. Também é importante considerar a conjuntura política na qual os espíritas expandiram suas obras de caridade. Muito embora o espiritismo tenha como sustentação a máxima "Fora da caridade não há salvação"<sup>140</sup> (KARDEC, 2013, p. 207),

---

<sup>140</sup>Sobre essa máxima, Kardec (2013, p. 210) apresenta a seguinte explicação: "Caridade e humildade, tal a senda única da salvação. Egoísmo e orgulho, tal a da perdição. Este princípio se acha formulado nos seguintes precisos termos: *Amarás a Deus de toda a tua alma e a teu próximo como a ti mesmo; toda a lei e os profetas se acham contidos nesses dois mandamentos*. E, para que não haja equívoco sobre a interpretação do amor de

algumas instituições assistenciais foram criadas em um contexto de acirradas disputas com os católicos, conforme citado anteriormente. Enquanto os católicos lutavam para a manutenção de sua hegemonia, os espíritas buscavam sua legitimidade frente à sociedade, situação que resultou na criação de inúmeras obras assistenciais que contribuíram para elevar o reconhecimento do movimento espírita perante o Estado e a população (CAMURÇA, 2000; MIGUEL, 2010).

### **3.1.8 Sociedade Uberabense de Proteção e Amparo aos Menores (Supam)**

No dia 21 de abril de 1959, o Juiz de Menores de Uberaba Wenceslau Milton criou o Conselho de Proteção e Assistência dos Menores de Uberaba (Copam). A motivação que levou esse juiz a criar o Copam foi a preocupação, tanto dele como de sua esposa, Francisca Valias Wenceslau, com a quantidade de crianças e adolescentes que iam até eles procurando ajuda:

[...] muitas meninas buscavam abrigo na casa do casal, pois se sentiam protegidas pelo fato do Dr. Wenceslau ser Juiz de Menor, e dessa forma sua esposa acolhia e cuidava de todas, até que perceberam que tal situação não poderia permanecer daquela maneira e então fundaram a Instituição (SANTOS, 2016, p. 27).

No livro de atas do Conselho consta que, no dia da instalação do Copam, o juiz afirmou que uma de suas finalidades era “trabalhar para que o serviço de menores pudesse ter uma casa para oferecer residência, alimentação e assistência a todos os menores que tivessem de ser recolhidos” (SUPAM, 1959 a 1960, p. 1). De acordo com os conselheiros do Copam, todos seus membros tinham responsabilidade “para a solução do problema de assistência ao menor em Uberaba”, uma vez que esse problema “não é do menor, mas dos adultos, que não têm encarado como realmente deve ser a educação do menor” (SUPAM, 1959 a 1960, p. 46).

Na reunião do Copam do dia 17 de maio de 1959 foi criada a Supam, cujo corpo dirigente ficou assim constituído: Juiz Wenceslau Milton, presidente de honra; Edmundo Bizzoto, presidente; Odilon Fernandes, vice-presidente; Cesar Vanutti, 1º secretário; João Carvalho, 2º secretário; Demerval Rocha, 1º tesoureiro e Osvaldo Barbosa, 2º tesoureiro. Também foram elencados outros diretores, porém sem senhuma pasta específica: padre Tomaz Prata, Homero Vieira de Freitas, Ângelo Manzan, Helvécio Moreira de Almeida, Erwim Puller,

---

Deus e do próximo, acrescenta: *E aqui está o segundo mandamento que é semelhante ao primeiro*, isto é, que não se pode verdadeiramente amar a Deus sem amar o próximo, nem amar o próximo sem amar a Deus. Logo, tudo o que se faça contra o próximo o mesmo é que fazê-lo contra Deus. Não podendo amar a Deus sem praticar a caridade para com o próximo, todos os deveres do homem se resumem nesta máxima: Fora da caridade não há salvação”.

Ovidio de Vito, Niza Marquez Guaritá, Helmuth Dornfield, Francisca Valias Wenceslau e Hildo Toti.

A presença de um padre dentre os membros da diretoria permite antever que, embora formada por leigos, a instituição estava sendo criada sob os auspícios da religião católica. Ademais, em reuniões posteriores ficou decidido que a formação religiosa e espiritual a ser oferecida às crianças deveria estar “em consonância com o pensamento religioso da maioria do povo brasileiro” (SUPAM, 1959 a 1960, p. 5), ou seja, a formação religiosa seria guiada pelos preceitos do catolicismo uma vez que, no censo de 1950, 93,49% da população brasileira havia se declarado católica (BRASIL, 1956). O mesmo aconteceu em Uberaba, cujo recenseamento acusou que, para uma população de 69.434 habitantes, 59.445 eram católicos (BRASIL, 1954).

Ao contrário das demais instituições até então existentes em Uberaba, que fizeram a opção pelo atendimento a meninos ou a meninas, a Supam iniciou suas atividades atendendo crianças de ambas os sexos, porém em estabelecimentos diferentes. Para isso, criaram o departamento feminino, que ficou responsável pela Escola Profissional Santa Catarina, para meninas abandonadas, e pelo Asilo Bom Pastor, destinado a “recuperação de meninas que se perderam” (SUPAM, 1960 a 1962, p. 31). Quanto ao departamento masculino ele ficou responsável pelo já citado Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira, que até então estava sob os cuidados do Bispado de Uberaba.

Em reunião no dia 1º de novembro de 1959, ficou registrado em ata um convênio celebrado com a prefeitura municipal no qual era feita a transferência do Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira para a Supam. Dentre os termos do convênio, ficou estabelecido que as despesas de manutenção do Abrigo ficariam por conta da Supam, mas a orientação religiosa continuaria a cargo do Bispado de Uberaba. Além disso, a admissão e exclusão de internos seria de competência exclusiva do Juiz de Menores. Nessa mesma reunião foi informado que o legislativo uberabense autorizou o prefeito a conceder o valor de cento e vinte mil cruzeiros para a Supam para o exercício de 1960, com promessas de maiores auxílios tão logo a prefeitura estivesse em melhores condições financeiras.

Nas diversas reuniões realizadas ficou registrado em ata a intenção do departamento masculino – responsável pelo Abrigo de Menores – de transformar a instituição em um patronato, modelo institucional vinculado ao poder público estadual já citado no decorrer desse trabalho. Para tanto, mantiveram contato junto às autoridades em Brasília, recebendo a seguinte resposta, conforme ata registrada no dia 11 de setembro de 1960:

[...] essa modalidade de patronato só se consegue através do Ministério da Justiça, recebendo sugestão de que em vez de patronato, a Supam pleiteasse a

transformação do Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira numa Escola de iniciação Agrícola que depende do Ministério da Agricultura. Que para isso há necessidade de se doar ao Ministério a área do terreno necessário [...]. E que se conseguido este objetivo, o Ministério dará verbas necessárias para a sua manutenção, tornando-se essa escola um dos seus órgãos nesta cidade” (SUPAM, 1959 a 1960, p. 23).

Os conselheiros do departamento masculino queriam estabelecer parceria com o governo estadual para que pudessem dar continuidade ao projeto assistencial voltado aos meninos internados no Abrigo de Menores. Entretanto, a associação com os órgãos do governo demandava diversas questões burocráticas, como essas relacionadas no excerto anterior. Em outra reunião foi sugerido que o Abrigo deixasse de ser uma casa de recolhimento para ser transformada em uma instituição de ensino profissional:

O senhor dr. Odilon Fernandes tece considerações sobre o “Abrigo Leopoldino de Oliveira” e suas finalidades. Sugere que essa instituição se transforme de “casa de recolhimento” para estabelecimento de ensino profissional, ocupando os abrigados em atividades diversas, para educa-los no regime de trabalho, e transformá-los, no futuro, em homens úteis à sociedade (SUPAM, 1959 a 1960, p. 40).

Este comentário permite supor que durante o tempo em que ficou sob os cuidados da prefeitura e do Bispado de Uberaba, o Abrigo de Menores pode ter mudado a forma de atendimento aos internos já que, quando fora criado por Alberto de Oliveira, na década de 1940, os meninos aprendiam as mais variadas atividades profissionais. Entretanto, nessa passagem o Abrigo foi citado apenas como um local de “recolhimento de menores”, dando a entender que não havia uma programação de atividades destinadas a esses meninos.

Por outro lado, na proposta apresentada por Odilon Fernandes é possível perceber que, mesmo na década de 1950, o discurso em relação à infância ainda não havia mudado: a criança continuava a ser vista como um ser do futuro, que deveria ser preparada unicamente para vir a ser um trabalhador útil à sociedade e à Nação. As instituições assistenciais continuavam tendo como foco a pedagogia do trabalho, da mesma forma como no início do século XX, no qual

[...] a positividade do trabalho, a apropriação do trabalho como algo constitutivo à natureza da criança pobre, a conformação do trabalho como elemento indispensável às estratégias de assistência, prevenção e correção à infância pobre abandonada e criminalizada, o trabalho como dever social foram alguns dos atributos utilizados para conferir legitimidade social num contexto em que ser útil e produtivo era a máxima almejada para que se pudessem consolidar os ideais republicanos (ARAÚJO, 2011, p. 202).

Devido ao fato de as atas das reuniões da Supam tratarem essencialmente de questões burocráticas sem darem muitas pistas acerca do cotidiano institucional, mais uma vez será preciso recorrer aos registros fotográficos para conhecer algo sobre o cotidiano institucional

já que, em concordância com Borges (2008, p. 87), é possível afirmar que esse tipo de produção, “[...] de ontem e de hoje, muita vezes motivada por uma intrincada rede de interesses materiais e simbólicos, legou-nos uma enorme massa documental” .

FIGURA 48 – Internos da Supam – s.d



Fonte: Acervo da Supam.

Na fotografia anterior vê-se uma fila de crianças do sexo masculino, possivelmente organizada para receber a merenda ou alguma outra doação da instituição. A composição das crianças, todas limpas, calçadas e uniformizadas, bem como presenças de diversos adultos no recinto permite supor que aquele era um evento festivo do qual, provavelmente, os conselheiros da Supam e/ou outras pessoas da sociedade também estavam participando. A imagem de uma santa, ao alto, sobre um móvel, reafirma o caráter religioso da instituição, muito embora ela fosse dirigida por uma associação leiga. A legenda que acompanhava essa fotografia explicava: “Os primeiros alunos da creche quando a Supam mantinha”, ou seja, quando a instituição ainda mantinha crianças do sexo masculino.

Conforme já citado anteriormente, no ano de 1963 vieram para Uberaba os padres somascos, para os quais foi transferida a direção do Abrigo de Menores. Nessa ocasião foi feito o seguinte registro no caderno de atas:

É que a Supam, durante o seu mandato à frente desta Casa, tudo havia feito para dar a mais completa e eficiente assistência aos menores, que hoje passavam a ser educados pelos dignos e dedicados padres somascos. Mas, em se tratando de elementos leigos, essa assistência não se revestia das características próprias à educação dos mesmos. Nessas condições a satisfação da Supam era dupla: primeira a de receber no seio desta cidade a Congregação dos padres somascos e em seguida a de ver os meninos entregues a quem, realmente irá educa-los e guia-los pelos complexos caminhos da vida (SUPAM, 1962 a 1965, p. 7).

Esta afirmação registrada na ata é no mínimo intrigante, haja vista que em ata anterior foi registrado que o bispado de Uberaba havia assumido a responsabilidade pela orientação religiosa dos internos da instituição. Entretanto, considerando que os padres somascos tinham grande experiência no atendimento a esse público, talvez tenha sido mais prudente a entrega do Abrigo de Menores a esses religiosos pois, dessa forma, a Supam poderia se dedicar inteiramente ao atendimento às meninas, que em sua maioria eram “filhas de casais desajustados e de mães solteiras, vindas de zonas de costumes anti-sociais, abandonadas pela família, órfãs, etc.” (SUPAM, s.d, p. 4), em suma, “meninas abandonadas” ou “que se perderam” (SUPAM, 1960 a 1962, p. 31).

A expressão “casais desajustados” era referente, na maioria das vezes, aos casais empobrecidos que, diante das adversidades da vida (separação, adultério, desemprego, vícios, doenças, prostituição) tinham dificuldades para manter, de forma sadia, os vínculos familiares, situação que refletia diretamente na história de vida dos filhos.

De acordo com Vitale (2006), esses rótulos com conotações negativas – “filhos abandonados”; “famílias desajustadas” – atribuídos quase sempre às famílias das classes populares, acabavam por estigmatizá-las e culpabilizá-las pelas dificuldades e fracassos com os quais se defrontavam, uma vez que passavam a ser vistas “pelo vértice não da questão social, mas do problema social” (VITALE, 2006, p. 77). Nesta ambiência, foi disseminada a crença de que as meninas procedentes de “famílias desajustadas” tinham propensão para se envolverem na prática da prostituição, situação, inclusive, prevista artigo 143 do Código de Menores, que elencava as punições a quem:

Permitir que menor de 18 annos, sujeito a seu poder ou confiado a sua guarda ou a seu cuidado: a) frequente casa de jogo prohibido ou mal afamada; ou ande em companhia de gente viciosa ou de má vida;b) frequente casas do espectaculos pornographicos, onde se representam ou apresentam scenas que podem ferir o pudor ou a moralidade do menor, ou provocar os seus instintos máos ou doentios;c) frequente ou resida, sob pretexto serio, em casa de prostituta ou de tolerancia.Pena de prisão cellular de quinze dias a dous mezes, ou multa de 20\$ a 200\$000, ou ambas.Paragrapho unico. Si o menor vier a soffrer algum attentado sexual, ou se prostituir, a pena pôde ser elevada ao dobro ou ao triplo, conforme o responsavel pelo menor tiver contribuido para

a frequencia ilícita deliberadamente ou por negligencia grave e continuada (BRASIL, 1927).

Entretanto, analisando essa legislação Daminelli (2011) alerta para o fato de que, mesmo fazendo referência direta ao fenômeno da prostituição infanto-juvenil, ela silenciava em relação àqueles que eram usuários desses serviços sexuais e/ou perpetravam atentados contra crianças e adolescentes:

Pelo referido artigo, pais ou tutores são responsáveis - e responderão judicialmente de acordo com a participação e/ou negligência – se menores frequentarem espetáculos pornográficos, bem como, se sofrerem violência sexual ou se prostituírem. Nenhum dos termos se refere especificamente à demanda que se utiliza do comércio sexual prestado por menores, bem como os atentados sexuais a menores não são crimes previstos em lei (DAMINELLI, 2011, p. 5).

Tudo indica que, no caso de Uberaba, a preocupação com o envolvimento de menores na prostituição era legítima, já que desde 1920 a imprensa denunciava tal situação:

[...] Em Uberaba, por esses altos, por essas ruas afastadas, e mesmo não afastadas, existem casas de comadres ordinarias e crapulosas, que se enfeitam surrateiramente de brios familiares, que fingem negociar, ou exercer enfim qualquer actividade licita, mas que se incubem, e por preços modicos, de alliciar menores para a prostituição [...] (RODRIGUES, 2009, p. 110-111)<sup>141</sup>.

Também na década de 1950, quando o bispo D. Alexandre escreveu os artigos sobre o menor abandonado no rodapé do *Correio Católico*, conforme discorrido na seção anterior, ele havia mencionado a necessidade de criação de uma “obra de preservação ou de regeneração para as menores expostas ao perigo moral, ou já mergulhadas nele” (AMARAL, 1979, p. 75). Embora o religioso não tenha explicitado o que seria meninas “já mergulhadas no perigo moral”, é possível depreender que ele estivesse se referindo tanto à promiscuidade quanto à prostituição envolvendo menores.

O questionamento proposto por Daminelli (2011) em relação à falta de referência na legislação quanto às punições aos usuários desses serviços sexuais vai ao encontro das reflexões de Rodrigues (2009) ao referir-se à impunidade dos membros que pertenciam à elite dominante da Terra do Zebu:

[...] se de um lado os grupos no poder alardeavam a constituição de uma cidade civilizada, assentada na defesa do mundo do trabalho, por outro, os próprios membros das camadas proprietárias de Uberaba, por vezes contribuíam para a “derrocada” desse projeto ao se envolverem com o jogo, o vício e a

---

<sup>141</sup>Este recorte jornalístico foi retirado da pesquisa de Rodrigues (2009) e não da fonte original devido ao fato de que, em consulta aos exemplares do *Lavoura e Comércio* disponíveis no Arquivo Público de Uberaba, esse jornal não foi localizado. De acordo com o autor, esse artigo foi publicado no *Lavoura e Comércio* no dia 09/11/1927, p. 5.

prostituição. Entretanto, por pertencerem aos grupos que exerceram a hegemonia na cidade, sua participação nesse universo foi estrategicamente ocultada (RODRIGUES, 2009, p. 118).

Analizando as atas das reuniões, tanto do Copam como da Supam, é possível verificar que um dos principais assuntos tratados era em relação à obtenção de um local propício para a construção de um abrigo destinado a essas meninas. A princípio o departamento feminino se instalou em uma velha casa situada na rua Frei Paulino, em terreno de propriedade da Santa Casa de Misericórdia, onde começaram a atender a um pequeno número de crianças.

FIGURA 49 – Primeiras instalações da Supam – s.d



Fonte: Acervo da Supam.

Conforme constatado na fotografia anterior (figura 49), as instalações sanitárias eram bastante precárias. Apesar disso, a imagem é bastante expressiva, que chama a atenção, principalmente, pelo zelo da menina maior cuidando da criança pequena que toma banho na bacia.

Depois de muitas negociações com os proprietários do local onde estava situada essa velha casa, a Supam conseguiu adquirir o terreno, iniciando a construção do prédio próprio para atendimento às meninas. Na próxima imagem visualiza-se o pátio interno da Supam e, em segundo plano, os fundos da instituição, cuja estrutura é semelhante ao seu frontispício.

Embora essa fotografia tenha sido tirada nos tempos atuais, o prédio manteve a mesma estrutura desde sua fundação, na década de 1960.

FIGURA 50 – Pátio da Supam – s.d



Fonte: Santos (2016, p. 28).

O prédio, de dois andares, é bastante amplo, constituído de diversos dormitórios, refeitório, capela, salas de estudos, horta, quadra de esportes, etc. Além de ter sido construído especificamente para a finalidade de servir de instituição assistencial, ele foi concebido sob uma nova concepção arquitetônica, já prevendo que:

[...] os ambientes, onde são realizadas e vivenciadas atividades diariamente, são capazes de influenciar diretamente no sucesso ou não das atividades ocorridas no seu interior, além de influenciar diretamente no comportamento dos usuários daquele espaço, dessa maneira algumas estratégias adotadas podem atuar no sentido de criar um espaço que facilite essas relações (SANTOS, 2016, p. 45).

É interessante observar que, com o passar do tempo, os cursos ofertados foram se adaptando às novas demandas do mercado, como no caso nos cursos de cabeleireiro, malharia e fabricação de papel de bala, inexistentes nas demais instituições pesquisadas.

FIGURA 51 – Curso de malharia – s.d



Fonte: Acervo da Supam.

FIGURA 52 – Curso de fabricação de papel de bala – s.d



Fonte: Acervo da Supam.

Na figura 52 é possível notar a presença de uma religiosa conduzindo as atividades junto às meninas. A Supam contou com a presença de duas congregações religiosas que deram suporte religioso e educacional à instituição: inicialmente a Congregação de Santa Isabel e, posteriormente (1974), a Congregação das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor. Conforme já mencionado, mesmo sendo uma instituição mantida por leigos, a formação religiosa católica

fazia parte do itinerário formativo das meninas, que eram, inclusive, preparadas para o recebimento da Primeira Comunhão, conforme registrado na fotografia que segue.

FIGURA 53 - Primeira Comunhão – s.d



Fonte: Acervo da Supam.

### 3.1.9 Juizado de Menores da Comarca de Uberaba

O Juizado de Menores da Comarca de Uberaba foi uma importante instituição pública de intervenção frente à situação dos menores que se encontravam abandonados, seja devido à perda dos pais mas também devido à pobreza, negligência ou maus tratos. O Juizado de Menores, na figura do juiz de menor, tinha como função decidir o destino daqueles que eram levados à sua jurisdição, encaminhando-os para as instituições assistenciais ou instituindo a tutela privada que, conforme Vianna (2002, p. 28) pode ser entendida como "um conjunto de relações ao mesmo tempo patronais e domésticas estabelecidas através da alocação de menores em casas de terceiros".

A instituição da tutela estava embasado no artigo 43 do Código de Menores de 1927, que por sua vez fazia referência ao Código Civil de 1916, que estabelecia os seguintes critérios em relação à matéria:

**Art. 406.** Os filhos menores são postos em tutela: I. Falecendo os pais, ou sendo julgados ausentes. II. Decaindo os pais do pátrio poder. **Art. 407.** O direito de nomear tutor compete ao pae, á mãe, ao avô paterno e ao materno. Cada uma destas pessoas o exercerá no caso de falta ou incapacidade das que lhes antecederem na ordem aqui estabelecida. Parágrafo único. A nomeação deve constar de testamento válido e solene, ou de qualquer outro documento autentico. **Art. 408.** Nula é a nomeação de tutor pelo pae, ou pela mãe, que, ao tempo de sua morte, não tenha o pátrio poder. **Art. 409.** Em falta de tutor nomeado pelos pais, incumbe a tutela aos parentes consangüíneos do menor, por esta ordem: I. Ao avô paterno, depois ao materno, e, na falta deste, á avô paterna, ou materna. II. Aos irmãos, preferindo os bilaterais aos unilaterais, o do sexo masculino ao do feminino, o mais velho ao mais moço. III. Aos tios, sendo preferido o do sexo masculino ao do feminino mas velho ao mais moço. **Art. 410.** O juiz nomeará tutor idôneo e residente no domicilio do menor: I. Na falta de tutor testamenteiro, ou legítimo. II. Quando estes forem excluídos ou excusados da tutela. III. Quando removidos por não idôneos o tutor legítimo e o testamenteiro. **Art. 411.** Aos irmãos órfãos se dará um só tutor. No caso, porém, de ser nomeado mais de um, por disposição testamentaria, entende-se que a tutela foi cometida ao primeiro, e que os outros lhe hão de suceder pela ordem da nomeação, dado o caso de morte, incapacidade, excusa ou qualquer outro impedimento legal. **Parágrafo único.** Quem institua um menor herdeiro, ou legatário seu, poderá nomear-lhe curador especial para os bens deixados, ainda que o menor se ache sob o pátrio poder, ou sob tutela. **Art. 412.** Os menores abandonados terão tutores nomeados pelo juiz, ou serão recolhidos a estabelecimentos publico para este fim destinados. Na falta desses estabelecimentos, ficam sob a tutela das pessoas que, voluntária e gratuitamente, se encarregarem da sua criação (BRASIL, 1916).

Na ausência dos pais ou quando estes, por diversos motivos, eram considerados incapazes de cuidar dos filhos, a tutela do menor podia ser concedida a um parente mais próximo ou mesmo a um desconhecido. Esse último caso, entretanto, geralmente não configurava uma situação de adoção, haja vista que a relação entre o menor e a pessoa que ficava responsável por ele na maioria das vezes se dava por meio de um vínculo de trabalho. A criança ou jovem prestava algum tipo de serviço ao seu tutor, como atividades domésticas, por exemplo, em troca de um valor estipulado pelo juiz que deveria ser depositado em uma conta bancária a qual ele só teria acesso após obter a maioridade ou quando fosse emancipado pelo casamento (VIANNA, 2002; PAPALI, 2016). Entretanto, conforme demonstrado por Bastos e Kuhlmann Júnior (2009), era comum que alguns tutores tentassem burlar a lei, não entregando o dinheiro aos tutelados na época prevista ou alegando falta de documentos que comprovassem que o menor tinha atingido a maioridade.

A propósito, a prática de acolher crianças em residências privadas sob autorização judicial para execução de algum tipo de atividade laboral remonta ao século XIX quando, no contexto pós-abolição, a sociedade voltou seu olhar para a infância desvalida que passou a ocupar os espaços citadinos. Naquela ambiência, “a crença no trabalho para as classes pobres,

a fim de evitar a marginalidade, ia ao encontro do discurso da carência de mão de obra, relacionado às visões sobre o trabalho que estavam sendo construídas” (BASTOS; KUHLMANN, 2009, p. 41). Para o Estado, essa estratégia possibilitava a retirada das ruas das crianças pobres e abandonadas; para quem as acolhia, era uma forma de utilizar a mão de obra infantil de forma indiscriminada, tanto na agricultura como nos serviços domésticos (PAPALI, 2016).

Instituiu-se, então, o “contrato de soldada”, que era o documento assinado pelo contratante pela locação dos serviços dos órfãos intermediada pelo Poder Judiciário. No caso de Uberaba, em um processo de tutela de 1917, encontrado no Arquivo Público da cidade<sup>142</sup>, o juiz concedia a tutela da órfã Beatriz<sup>143</sup>, de dez anos, a um coronel da cidade que se sujeitava “a pagar a soldada de cinco mil reis por mez durante o primeiro ano, seis mil reis durante o segundo ano e assim sucessivamente aumentando sempre mil reis por vez ou sejam, doze mil reis por ano, e mais a roupa do uso ordinario e medicamentos” (APU, 1917).

Embora o termo de tutela não discriminasse os serviços a serem prestados por Beatriz, a estipulação de valores a serem depositados pelo tutor permite inferir que a menor iria prestar algum tipo de serviço na residência para onde estava sendo enviada. Apesar de que em alguns termos de tutela analisados o discurso dos pretensos tutores frente ao juiz fosse de preocupação e solidariedade à situação dos menores, em muitos casos o que se constatava era simplesmente a busca de “mão de obra alternativa” (SIQUEIRA, 2013).

Apesar de não ter a rigidez característica das instituições de internamento, a colocação dos menores em casas de terceiros por meio de ações tutelares também pode ser entendida como uma forma de controle social, devidamente regulamentada pelo compromisso firmado entre o aparato jurídico e os tutores. Entretanto, os menores nem sempre se adaptavam no ambiente doméstico no qual eram alocados, fato que motivava fugas; devolução do menor pelo tutor e encaminhamento sucessivo para outros tutores ou instituições.

Em um processo de tutela do ano de 1944, por exemplo, a menor Nadir ficou sob a tutela de um fazendeiro, já que sua mãe sofria de moléstia contagiosa e a avó não tinha meios de

---

<sup>142</sup>No Arquivo Público de Uberaba foram localizados diversos processos de tutela lavrados nas décadas de 1910, 1940 e 1950. Esses processos permitem conhecer outra faceta da situação do menor em Uberaba, diferente daquela apresentada em relação às crianças institucionalizadas, uma vez que possibilitam identificar os problemas familiares e sociais que levavam ao abandono, bem como o pensamento jurídico vigente que tinha o poder de destituir ou restituir o pátrio poder. Como são muitos os processos de tutelas arquivados, nesse trabalho foram selecionados apenas alguns que ilustram situações diferentes vivenciadas pelos menores. Também foram encontrados diversos processos correspondentes ao final do século XIX, que não serão aqui detalhados por extrapolarem a delimitação temporal dessa pesquisa.

<sup>143</sup>Todos os nomes próprios utilizados nessa subseção são fictícios.

sustentá-la. A avó, porém, ficou sabendo que Nadir não estava "recebendo o tratamento e cuidados que a lei manda", motivo pelo qual solicitou ao juiz ela fosse "tirada do atual depositário e colocada em seguida no Orfanato Santo Antonio, onde já arranjou lugar" (APU, 1944).

Em outro processo, com data de 1918, um tutor levou ao conhecimento do juiz a seguinte informação: "[...] na madrugada de hoje desapareceu de minha casa a menor Ilda, cujo paradeiro até agora ignoro. Faço esta comunicação na qualidade de depositário da menor em questão". Ilda foi encontrada pela polícia, cujo delegado enviou um comunicado ao juiz informando que "se acha depositada na cadeia da cidade a menor Ilda, que fugira da casa do sr.... e, não tendo um lugar apropriado para ter a referida menor, venho consultar V. Exa. o que devo fazer" (APU, 1918).

Embora não fique claro nos autos, tudo indica que o juiz determinou que Ilda voltasse para a casa da qual tinha fugido. Entretanto, uma outra comunicação do delegado, de dezembro de 1918, dizia que: "não tendo o sr.... aceitado por motivos que verbalmente expos, o encargo de tutor da menor Ilda e, não podendo continuar a mesma detida na prisão, ou mesmo sob guarda da polícia, nomeio depositário da referida menor o sr...., que assignará o respectivo termo".

Em janeiro de 1919, contudo, Ilda se encontrava mais uma vez sob a guarda da polícia. Um novo comunicado enviado ao juiz pelo delegado dizia que, após exame de corpo de delito, o perito constatou que ela havia sido deflorada. O juiz, por sua vez, solicitou ao promotor que tomasse as providências necessárias para "evitar que fique impune mais um crime contra uma infeliz menina". Ele também determinou ao delegado que colocasse a menor em liberdade, "já não tem direito a proteção do juiz de orphãos, mas a da justiça criminal" (APU, 1919).

Não constam nos autos outros dados que permitam saber o desfecho da história de Ilda. Infere-se, porém, que apesar dela ter demonstrado resistência ao sistema, fugindo da residência de seu tutor, ela acabou sendo tratada como um joguete em meio à burocracia jurídica, que não sabia o que fazer ela, nem mesmo quando comprovado que ela havia sido violentada.

Além da situação de pobreza, a doença de algum membro da família também podia originar situações de abandono, conforme atestado na história do menor Wagner, de seis anos de idade. A mãe natural desse menor tinha problemas mentais, motivo pelo qual ele fora criado por uma mãe adotiva. Entretanto, a mãe adotiva contraiu lepra, sendo recolhida em uma colônia em Belo Horizonte, ficando seu esposo responsável por cuidar do menor. Wagner acabou sendo apreendido e levado para o Preventório em Araguari, instituição de proteção aos filhos dos

leprosos<sup>144</sup>. De acordo com a diretora do preventório, Wagner foi apreendido porque “ficou positivado os estados de dependência e comunicância do menor á sua mae enferma, bem como de que o Sr.... [o pai adotivo] maltratava a criança e nunca se preocupou com o contágio a que poderia ser vítima, nem com sua educação” (APU, 1953 a 1955).

A decisão tomada pelo juiz foi transferir a guarda do menor para um ferroviário residente em Uberaba, em novembro de 1955, que deveria “cria-lo, educa-lo e assisti-lo pecuniaria, moral e fisicamente, dando-lhe sustento, roupa, instrução e todo tratamento necessário”. Sem oferecer maiores explicações, nos documentos anexados ao processo de Wagner consta que menos de um ano depois, em agosto de 1956, o juiz transferiu sua guarda para um vulcanizador residente em Uberlândia. Verifica-se, portanto, que nos sete primeiros anos de sua vida, Wagner morou em três cidades, ficando sob tutela de cinco pessoas diferentes, o que permite supor que ele tenha passado por dificuldades de adaptação, uma vez que cada casa ou instituição por onde ele transitou era composta por pessoas cujos hábitos e costumes eram totalmente novos e desconhecidos. De acordo com Guará (2006, p. 62),

A identidade da criança e do adolescente no abrigo está ameaçada pelo afastamento, quase sempre traumático, de suas referências de filiação e de pertencimento familiar e comunitário. Sua timidez ou sua tristeza pode ser a expressão de muitas dúvidas e medos. Ela se pergunta: “Quem sou eu?”, “Qual é a minha referência de apoio e segurança vital?”. Todas as mudanças ameaçam o auto-reconhecimento da criança.

Nos processos encontrados no Arquivo Público de Uberaba das décadas de 1940 e 1950 não era mais utilizado o termo “tutela”, mas “nomeação de guarda”. Os termos de guarda eram determinados pela autoridade judicial diante da situação de “abandono moral” - expressão utilizada para categorizar a condição das crianças oriundas de famílias que não tinham condições financeiras ou morais para criá-las. Dentre as diversas situações que permitiam caracterizar aqueles que fossem menores de 18 anos como menores abandonados, o Código de Menores incluía os que tinham “pae, mãe, ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para com o filho ou pupillo ou protegido” (BRASIL, 1927).

Aos pais que abandonassem os filhos caberia a suspensão ou a perda do pátrio poder e o menor seria entregue a outra pessoa que obteria sua guarda. Em consonância com esse dispositivo legal, inúmeros processos judiciais referentes à guarda de menores foram

---

<sup>144</sup>Sobre esse tema, é interessante a leitura da dissertação “Crianças indesejadas: estigmas e exclusão dos filhos sadios de portadores de hanseníase internados no Preventório Santa Terezinha – 1939-1967” (SILVA, C.C., 2009).

protocolados no Juízo de Menores da Comarca de Uberaba nas décadas de 1940 e 1950. Tais processos envolviam crianças e adolescentes cujas idades variavam de recém-nascidos aos 17 anos e que eram entregues, por determinação judicial, a famílias que assumiam a “obrigação de criá-los, educá-los e assistir pecúnia, moral e fisicamente, dando sustento, roupa e todo tratamento necessário”.

Algumas dessas crianças eram levadas perante o juiz por estarem mendigando pelas ruas da cidade. Outras haviam perdido os pais e não tinham quem delas cuidasse. Algumas foram abandonadas pelos pais na casa de parentes ou vizinhos, que procuravam o Juizado com o intuito de regularizar a situação de guarda. Algumas, ainda, foram deixadas pela mãe na maternidade por ocasião do nascimento. Muitas, porém, foram levadas ao juizado pelo próprio pai ou pela própria mãe que, por diversos motivos, não podiam ou não queriam manter a guarda de seu (s) filho (s).

Foram várias as justificativas apresentadas pelo pai ou pela mãe para a entrega do filho ao Juizado de Menores. O quadro abaixo apresenta uma síntese dos processos protocolados entre os anos de 1953 a 1959<sup>145</sup> na Comarca de Uberaba, destacando o sexo e a idade da criança, qual dos progenitores compareceu frente ao juiz e o motivo da entrega do filho (a):

QUADRO 4- Processos de guarda de menores na Comarca de Uberaba (1953 a 1959)

Sexo	Idade	Entregue pelo (a)	Motivo
Feminino	9 meses	Pai	Mãe morreu
Feminino	2 anos	Mãe	Foi abandonada pelo marido
Masculino	4 anos	Mãe	Pobreza
Feminino	3 anos	Mãe	Profissão que exerce
Feminino	13 anos	Pai	Falta de recursos
Masculino	11 anos		
Masculino	9 anos		
Masculino	7 anos		
Feminino	7 anos	Mãe	Falta de recursos
Masculino	7 meses	Mãe	Foi abandonada pelo esposo
Feminino	8 anos	Pai	Falta de recursos
Masculino	4 anos		
Masculino	12 anos	Mãe	Falta de recursos
Masculino	4 anos	Mãe	Profissão que exerce – fora da lei e dos bons costumes
Masculino	5 anos	Pai	Não pode tê-lo em sua casa
Feminino	14 anos	Pai	Profissão que exerce (longe de casa)

(continua)

<sup>145</sup>A escolha dessa delimitação (1953 a 1959) justifica-se porque no período anterior e posterior não foram localizados processos nos quais os próprios pais levavam seus filhos ao juiz para entregá-los para tutela de terceiros.

(continuação)

Sexo	Idade	Entregue pelo (a)	Motivo
Masculino	5 meses	Mãe	Profissão que exerce – fora da lei e dos bons costumes
Masculino	1 mês	Mãe	Profissão que exerce – fora da lei e dos bons costumes
Masculino	4 anos	Mãe	Profissão que exerce – fora da lei e dos bons costumes
Feminino	8 anos	Pai	Viúvez
Masculino	2 meses	Mãe	Falta de recursos
Masculino	1 ano	Mãe	Profissão que exerce
Masculino	6 anos	Pai	Não pode tê-lo em sua companhia
Feminino	8 anos	Mãe	Profissão que exerce
Feminino	2 anos	Mãe	Profissão que exerce
Feminino	5 anos	Mãe	Falta de recursos
Feminino	10 meses	Mãe	Não pode tê-lo em sua companhia
Feminino	4 anos	Pai	Não pode tê-las em sua companhia por ser solteiro e morar em São Paulo
Feminino	7 anos		
Feminino	10 anos		
Feminino	7 dias	Mãe	Não pode tê-la em sua companhia
Feminino	3 anos	Mãe	Profissão que exerce
Feminino	7 anos	Mãe	Falta de recursos
Feminino	5 anos	Pai	Falta de recursos
Feminino	4 anos		
Feminino	3 anos		
Feminino	1 ano		
Masculino	10 anos	Mãe	Não pode tê-lo em sua companhia
Feminino	6 meses	Mãe	Profissão que exerce
Feminino	11 anos	Pai	Separado da esposa
Masculino	4 meses	Mãe	Profissão que exerce
Feminino	10 anos	Mãe	Profissão que exerce
Masculino	4 anos		
Feminino	11 anos	Mãe	Falta de recursos
Feminino	5 dias	Mãe	Profissão que exerce
Feminino	3 anos	Mãe	Falta de recursos
Feminino	3 anos	Mãe	Falta de recursos
Masculino	2 anos	Mãe	Profissão que exerce
Feminino	3 anos	Mãe	Profissão que exerce
Feminino	10 dias	Mãe	Não pode tê-la em sua companhia por ser solteira
Feminino	5 anos	Mãe	Falta de recursos (viúva)
Masculino	3 anos	Mãe	Falta de recursos (abandonada pelo marido)
Feminino	2 anos	Mãe	Falta de recursos (marido em local incerto)
Feminino	2 meses	Pai	Viúvez
Feminino	5 anos	Pai e mãe	Não podem tê-los em sua companhia
Masculino	1 anos		
Feminino	1 ano		
Masculino	13 anos	Mãe	Falta de recursos
Masculino	4 anos	Pai	Viúvez
Feminino	2 anos	Pai	Mãe em local incerto
Feminino	2 anos		

(continua)

(conclusão)

Sexo	Idade	Entregue pelo (a)	Motivo
Feminino	14 anos	Mãe	Falta de recursos (separada do esposo)
Masculino	1 ano	Mãe	Não está em condições
Feminino	4 anos	Mãe	Motivos particulares
Feminino	1 ano e 8 meses	Avó	Pais em local incerto; avó não pode tê-la em sua companhia devido a idade avançada
Masculino	11 anos	Pai	É viúvo. Incompatibilidade do filho com a atual amásia, com quem tem uma filha.

Fonte: elaborado pela autora tendo como referência os termos de guarda do Juízo de Menores da Comarca de Uberaba (APU, 1953 a 1959).

É interessante notar que embora estando em meados do século XX, as justificativas apresentadas pelo pai ou pela mãe que abandonavam seu (s) filho (s) eram semelhantes àqueles resultantes das pesquisas realizadas por Paulino (2014), ao analisar os motivos pelos quais as crianças eram deixadas nas Misericórdias de Portugal entre os anos de 1870 a 1903, já citados na primeira seção dessa tese: “miséria; vergonha da mãe; incapacidade física da mãe ou do pai; desregramento da mãe; mãe abandonada pelo pai; domicílio da mãe em casa alheia; falecimento da mãe e do pai, dentre outros”.

Os dados sintetizados no quadro também apresentam informações importantes referentes às condições sociais e à estrutura familiar. A falta de recursos financeiros é apontada pelo menos quinze vezes como motivo para entrega dos filhos ao Juizado de Menores. Tal como acontecia nos séculos anteriores, em que a pobreza era a justificativa para o abandono de crianças nas soleiras das casas e nas rodas dos expostos, o mesmo se repetia em meados do século XX, porém não mais na calada da noite, quando os bebês eram depositados em dispositivos que preservavam o anonimato das famílias, mas de forma legalizada e documentada pelo aparato judicial.

Também é possível constatar que o pai tinha muita dificuldade em criar o filho sem a presença da mãe, motivo pelo qual o fato de ser viúvo, ser solteiro, ser separado ou não ter conhecimento do paradeiro da mãe era motivo suficiente para delegar os cuidados da criança para outra família. Também chama a atenção o fato de que em quase todos os casos em que havia mais de um filho sendo entregue ao juiz, os irmãos estavam sob responsabilidade do pai, que alegava falta de recurso ou que não poderia tê-los em sua companhia.

Tal situação permite reportar a Badinter (1985), que ao fazer uma análise crítica acerca do mito do amor materno, apresenta o seguinte questionamento em relação à paternidade: “Se

a natureza criou o homem alheio à infância e fez do par mãe-filho uma perfeição em si, surge a questão de saber quais são exatamente as funções do pai" (BADINTER, 1985, p. 283).

Na ausência de uma esposa que atendesse ao modelo normativo de mulher e que representasse o seu papel (de esposa-dona-de-casa-mãe-de-família) no seio de uma família nuclear (RAGO, 1997), o pai não via outra solução a não ser entregar o (s) próprio (o) filho (s) à guarda de terceiros. O mesmo acontecia com as mães que, abandonadas por seus maridos ou em situação de viuvez, julgavam não se encontrar em condições de criar o filho sozinha. Tal situação evidenciava uma precariedade no aparato social de assistência à infância, à mulher e à família.

Também era comum, naquele contexto, as mulheres que exerciam a prostituição não poderem ou não quererem cuidar do filho porque a profissão era considerada "fora da lei e dos bons costumes". No quadro apresentado, quinze mães entregaram a guarda de seus filhos tendo como justificativa a "profissão que exercia". De acordo com Rago (1987, p. 85),

Mulheres de má vida, meretrizes insubmissas, impuras, insignificantes, o que fazer com essas loucas que recusam o aconchego do casamento, eu negam a importância do lar e preferem circular enfeitadas pelas ruas, desnudando partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando tumultos e escândalos, subversivas que rejeitam o mundo edificante do trabalho, surdas aos discursos masculinos moralizadores e que perseguem a todo o custo a satisfação do prazer?

É a própria Rago (1987) quem responde a esse questionamento dizendo que nas primeiras décadas do século XX as prostitutas passaram a ser foco da intervenção médico-higienista, que via a prostituição como um vício que poderia ser alastrado, corrompendo todo o corpo social. A ação médico-sanitarista contava com a ajuda do aparato policial, que passou a controlar rigidamente a vida das prostitutas. Costa (1989, p. 265) também disserta acerta desse tema afirmando que:

As prostitutas tornaram-se inimigas dos higienistas principalmente pelo papel que supostamente tinham na degradação física e moral do homem e, por extensão, na destruição das crianças e da família. Contaminando os libertinos com suas doenças venéreas, induziam a produção de filhos doentes e votados à mortalidade precoce. Seduzindo os incautos com suas sensualidades depravadas, levavam a miséria e a infelicidade a famílias inteiras. Criminosas, neste sentido, as prostitutas cometiam, além do mais, uma outra falta higiênica, a de perverterem, com o exemplo desregrado de suas vidas, a moral da mulher-mãe.

O discurso acerca do comportamento da prostituta acabava por reforçar "o ideal da mulher honesta, mãe dedicada e submissa, na medida em que se diferenciava do contrário repelente da meretriz" (RAGO, 1987, p. 89). Quando contraposta com a "mãe de família", a

mãe prostituta era estigmatizada não só pelos higienistas, mas por toda a sociedade. Conforme Goffman (1988, p. 6).

O termo estigma [...] será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso.

Esse estigma se estendia também aos filhos das prostitutas, pois aos olhos da sociedade eles eram o resultado de relacionamentos sujos, imorais, devassos e levianos. Além do mais, a situação de pobreza contribuía para maximizar esse estigma, uma vez que a intolerância e o preconceito atingiam, principalmente, a prostituta de rua de baixo poder aquisitivo (SILVA, 2016).

Sobre as mães que exerciam uma profissão “fora da lei e dos bons costumes” listadas no quadro anterior e que levavam seus filhos ao Juizado abrindo mão da guarda dos mesmos, é possível inferir que muitas eram compelidas pela pobreza, ou seja, abandonavam o filho em troca da sobrevivência de ambos. Outras, porém, talvez de sentissem indignas de criar seus filhos, uma vez que incorporavam o discurso de que a mulher estigmatizada como prostituta possuía determinados atributos que a afastavam do ideário de uma boa mãe. Concordando com Xiberras (1996, p. 18-19; 33) é possível afirmar que os excluídos não são rejeitados apenas fisicamente e geograficamente, mas

[...] são excluídos também das riquezas espirituais: seus valores não são reconhecidos e são ausentes ou banidos do universo simbólico. Logo que começam a aparecer, esses valores figuram decisivamente nas representações coletivas, mas numa forma inversa: [...] atributos negativos que os classificam na categoria do estigma [...]. A exclusão pode ser visível e materializada através de comportamentos e atitudes de evitação, desconfiança, rejeição, ódio, como também pode assumir formas dissimuladas de ruptura de vínculo social.

Em alguns casos, o juiz entregava a criança para terceiros e decretava a guarda definitiva; em outros ela poderia ser revertida, caso a mãe “mudasse de vida”:

Eu, M.A.S., solteira, serviços domésticos, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade, à R..., mãe do menor I.P.A., com um mês, não podendo ter em minha companhia o referido menor, devido à profissão que exerço, fóra da lei, e falta de recursos para êsse fim, entrego dito menor ao sr. J.P.A, brasileiro, ferroviário, casado, residente e domiciliado em Irará, município de Uberaba, M.G. para que dele cuide, crie, eduque e guarde, **sem ter direito a reclamá-lo em qualquer tempo a menos que, decididamente mude de vida**, nem direito a qualquer idenização pelos serviços que dito meu filho venha a prestar em seu pro-tutor (APU, 1953 a 1959; grifo nosso).

Quanto às famílias que assumiam a guarda desses menores elas eram, em sua maioria, constituídas por casais, cujo marido geralmente exercia uma atividade remunerada (funcionário público, lavrador, ferroviário, militar, fazendeiro, mecânico, sapateiro, dentista, etc.) e a esposa cuidava do lar.

Sobre a importância das políticas de assistência e de cuidado para com as famílias e em especial as mães, é pertinente a reflexão de Motta que afirma que existem “crianças que são institucionalizadas porque suas mães não têm qualquer apoio quanto às pressões externas e internas sofridas. Essas crianças são a prova viva de que cuidar da mãe significa cuidar do filho” (MOTTA, 2008, p. 24).

A análise desses processos de tutela e termos de guarda permite concordar com Donzelot (1986), que afirma que o complexo tutelar engloba não apenas serviços e instituições estatais, mas também todo um aparato de inclusão doméstica. A assistência às crianças pobres – tanto das que eram institucionalizadas como daquelas entregues aos cuidados de terceiros – estava pautada em uma vigilância constante sobre os menores e suas famílias. Situações de pobreza, de doença, de desemprego, de “falta de moral” eram justificativas para determinar a “ação protetora do Estado” sobre os menores, retirando-os do convívio familiar.

Quanto aos pais, provavelmente nem todos se sentiam confortáveis por terem que abandonar seus filhos. Entretanto, a existência dessa rede de inclusão doméstica respaldada pela Justiça fazia com que muitas famílias não buscassem solução para seus problemas pessoais; era mais cômodo entregar a guarda dos filhos e seguir adiante. Além do mais, do ponto de vista dos pais, muitos acreditavam que tanto nas instituições de assistência quanto nas casas de terceiros que obtinham a tutela ou a guarda dos filhos, estes receberiam os cuidados que eles, os pais, não tinham condições de oferecer (estudo, saúde, alimentação, segurança).

#### 4- ORFANATO SANTO EDUARDO: GÊNESE E TRAJETÓRIA (1920 a 1964)

“[...] a orfandade é triste, é humilhante, mas em compensação o direito de ser filho de Deus é também enaltecedor” (03/07/1943).<sup>146</sup>

Esta seção tratará das origens e trajetória do Orfanato Santo Eduardo em Uberaba, desde sua criação pela Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, em 1920, passando pela década de 1940 – quando foi transferido para a Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade - até o ano de 1964, momento em que o país vivenciou mudanças nas políticas de assistência à infância com a criação da Funabem e o início do Regime Militar.

O olhar mais perscrutado sobre este Orfanato deve-se ao fato de que, dentre todas as instituições levantadas no período em apreço, trata-se da mais antiga que ainda está em funcionamento em Uberaba, com finalidade semelhante a que fora criada, ou seja, o acolhimento a meninas pobres que recebem atendimento assistencial e também educativo. Entretanto, seu público não é mais constituído por crianças abandonadas que moram grande parte de suas vidas na instituição, mas meninas que frequentam o Instituto Santo Eduardo de segunda a sexta-feira, no período da manhã e da tarde, voltando para suas famílias no final do dia<sup>147</sup>.

Ao focar a gênese do Orfanato Santo Eduardo foi dada especial atenção às diferentes motivações que incitaram sua idealização pela sociedade, pelo clero e pelas freiras dominicanas, reforçando a tese de estudo apresentada de que acima do bem estar das crianças, havia a preocupação, por parte dos leigos, em higienizar a cidade e, por parte dos religiosos e religiosas, em deter o avanço do espiritismo, legitimando, ao mesmo tempo, a soberania da religião católica. A análise da trajetória do Orfanato em seus anos iniciais também tem como um de seus objetivos compreender como as religiosas lidaram com a manutenção de duas instituições tão díspares: o Orfanato Santo Eduardo, voltado para meninas pobres, e o Colégio Nossa Senhora das Dores, que alcançou projeção na cidade e região por atender meninas e moças que compunham a nata da sociedade local. Pretende-se também compreender os motivos que

<sup>146</sup>Frase encontrada em um recorte de jornal arquivado na Cúria Metropolitana de Uberaba, que relata a solenidade de inauguração do novo prédio do Orfanato Santo Eduardo. No recorte não consta o nome do jornal, apenas a data, escrita a caneta.

<sup>147</sup>O atual Estatuto da Criança e do Adolescente, editado em 1990, prioriza a manutenção dos vínculos familiares e comunitários, evitando a permanência de crianças e adolescentes em instituições, prática extremamente comum ao longo do século XX, conforme mencionado reiteradas vezes nesse trabalho.

levaram à entrega do Orfanato para outra congregação religiosa nos anos iniciais da década de 1940.

Em relação ao período em que o Orfanato foi conduzido pela Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, foi possível analisar mais de perto a dinâmica institucional devido à diversidade de documentos localizados (histórico, livro de matrículas, regimentos, fotografias, artigos de jornal, etc.).

Antes, porém, será apresentado um relato das origens das duas congregações religiosas e os motivos pelos quais ambas tiveram como carisma, quando fundadas, o atendimento às crianças pobres e necessitadas. Sobre a congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, foram localizadas algumas pesquisas acadêmicas que tiveram como objeto de análise as diversas instituições por elas mantidas, conforme apresentado no anexo M desse trabalho. Quanto à congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, os materiais produzidos sobre ela se restringem àqueles elaborados por suas próprias religiosas (ÂNGELA, 1967; ABREU, 2014), não tendo sido localizados até o momento trabalhos acadêmicos sobre esta congregação representativa no cenário educacional e assistencial brasileiro.

#### **4.1 Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils: fundação e vinda para o Brasil**

Durante quase vinte e dois anos de funcionamento, o Orfanato Santo Eduardo foi conduzido pelas Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils. Para uma melhor compreensão da atuação dessas irmãs em Uberaba na execução de obras educativas e assistenciais, será apresentada, primeiramente, uma síntese da história dessa congregação desde sua fundação na França no século XIX. Também será feita uma breve contextualização da atuação da Igreja Católica frente ao ultramontanismo, movimento que motivou a vinda dessas irmãs para o Brasil, mais precisamente para Uberaba, onde chegaram no ano de 1885. A seguir serão expostos os anos iniciais de atuação da congregação em Uberaba, cidade na qual instalaram o CNSD, externatos e o Orfanato Santo Eduardo.

A congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils foi fundada por Alexandrina Conduché, que posteriormente tomou o nome religioso de Madre Anastasie. Alexandrina nasceu em 1833 na aldeia de Bor, situada nas montanhas de Aveyron, na França. Entrou para o convento aos quinze anos e, sob orientação do padre Jean Pierre

Gavalda - que além de vigário de Bor era também seu tio - iniciou uma fundação de religiosas no local, cujo carisma estava amparado em duas vertentes: as atividades de ensino - uma vez que os índices de analfabetismo na região em que vivia eram alarmantes – e o cuidado aos enfermos. Sobre seu carisma pessoal Lopes (1986, p. 16) afirma que:

Desde o início, Madre Anastasie levou a sério a educação das crianças e adolescentes, sobretudo a educação dos pobres que as Irmãs deviam acolher gratuitamente. Desde o início, levou a sério o serviço aos enfermos, sobretudo dos pobres, os quais deveriam ser cuidados gratuitamente e com o mesmo zelo e exatidão que se dispensava aos ricos: “É preciso visitar os doentes, sobretudo os pobres. Essas visitas são santas” [...]. Madre Anastasie preocupava-se vivamente com um ensino de qualidade. Sempre incentivada e buscava meios de aprimorar a cultura das Irmãs. Enfatizava a importância do estudo: “Não sacrifique a hora do estudo. É seu ofício canônico” [...]. Ditava às professoras a atitude que deviam tomar frente às crianças e adolescentes que ela tanto amava e para as quais exigia o bem-estar [...].

Sob orientação do padre Cornier, que era prior em Tolosa, na França, essa congregação anexou-se à secular Ordem de São Domingos<sup>148</sup> no ano de 1875. Posteriormente o noviciado da congregação foi transferido para Monteils, local onde os meios de comunicação eram mais acessíveis. Mesmo após a morte de Madre Anastasie, ocorrida em 1878, outras religiosas assumiram a congregação, que manteve-se atuante em sua missão.

Entretanto a Igreja Católica, naquela ambiência, estava vivenciando um decurso de perda de influência em diversos setores da sociedade uma vez que, diante do processo de secularização vivido na Europa, as pessoas passaram a valorizar uma visão mais racional e científica do mundo ou, conforme citado por Nery (1993, p. 8), a “idade da razão” emergia com força, provocando uma crise na “idade da fé”. As instituições religiosas entraram em descrédito e o catolicismo tradicional passou a ser visto como superficial, supersticioso e não sintonizado com uma sociedade em processo de modernização. A partir de então a Igreja Católica investiu no movimento ultramontano, caracterizado pela

[...] intensificação da tendência de centralização do poder nas mãos do papa, pela uniformidade doutrinal cada vez mais acentuada e dirigida [...]. O ultramontanismo combatia o liberalismo radical e juntamente rejeitava tudo quanto havia de inovação e progresso, de avanços científicos, de posições e

<sup>148</sup>A Ordem de São Domingos foi fundada por Domingos de Gusmão, tendo recebido aprovação papal em 1216. De acordo com Poinsenet (1986), esse missionário tinha como preocupação a visita aos pobres e doentes, além da proteção às viúvas e aos órfãos. Quatro anos após sua morte, ocorrida em 1221, nasceu Tomás de Aquino, importante liderança carismática dominicana cuja filosofia teve como finalidade defender as revelações do cristianismo (BOEHNER; ETIENNE, 1995). Em 1357 nasceu Catarina de Sena, outra religiosa que experimentou o carisma dominicano e empenhou-se na promoção da paz e na reforma dos costumes da sociedade. São Domingos, São Tomás de Aquino e Santa Catarina de Sena são, portanto, três referências dominicanas pertencentes à Idade Média, cujo carisma prolongou-se através dos séculos, servindo de inspiração para a fundação de diversas congregações religiosas, dentre elas a das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils.

movimentos sociais e políticos, que surgiam, naturalmente, dentro do contexto liberal (LUSTOSA, 1977, p. 38).

No Brasil, a orientação política ultramontana teve como desdobramento a romanização que, conforme Araújo (1986, p. 22), foi um “movimento de reuropeização do Catolicismo de características centralizadoras e sob a autoridade papal, [...] de inspiração eminentemente hierárquica e clerical”. Tratava-se, portanto, de um movimento de reorganização institucional da Igreja com base nas determinações da Cúria Romana, mediante os novos desafios impostos pelos ideais iluministas, que combatiam e questionavam a influência ideológica da Igreja na vida social. Dessa forma a Igreja - que no modelo do padroado<sup>149</sup> era dependente da Coroa portuguesa - passou a depender das orientações da Cúria Romana, cujas diretrizes eram declaradamente antiliberais e inspiradas no modelo tridentino, ou seja, com ênfase nos aspectos doutrinários da fé (AZZI, 1994).

Surgiu então, no Brasil, o movimento dos bispos reformadores, que tinha como intento imprimir novos rumos à Igreja. No documento “Alguns pontos de reforma na Igreja no Brasil”, o bispo do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa, pontuou as metas dessa reforma, a saber:

[...] firme exercício da autoridade episcopal, controle do clero, união com o Papa e unidade de ação dos bispos; eliminação dos abusos da disciplina no clero, alargamento do campo de ação pastoral, busca de uma espiritualidade baseada na oração, no estudo e numa maior convivência entre os padres; reorganização ou fundação de seminários com base na disciplina, no estudo e em sua destinação exclusiva à formação do clero; regeneração religiosa do povo através das missões populares; renovação das missões entre os índios; restauração das ordens religiosas e **presença de novas congregações**; reorganização das confrarias com expurgo dos elementos maçônicos; aumento das dioceses (MELO, 1996, p. 54; grifo nosso).

As palavras destacadas no excerto anterior demonstram que dentre as diversas estratégias encontradas para a restauração, renovação e fortalecimento da Igreja estava a vinda de novas congregações católicas para o Brasil, para que os religiosos e religiosas pudessem

<sup>149</sup>No período colonial, a relação entre a Igreja Católica e o Estado foi caracterizada pelo regime de padroado, que consistia no direito concedido pela Santa Sé à Coroa portuguesa – e posteriormente aos imperadores no Brasil - de administrar os assuntos religiosos no ultramar (SOUZA, 2005). Como parte desse acordo, o rei - que era tido como patrono e protetor da Igreja - tinha como obrigações zelar pelas leis da Igreja; enviar missionários evangelizadores para as terras descobertas; sustentar a Igreja nestas terras; arrecadar dízimos e apresentar os candidatos ao postos eclesiásticos (CASIMIRO, s.d.). A evangelização, portanto, estava intrinsecamente relacionada aos padrões culturais portugueses e aos interesses políticos da Metrópole e a Igreja dependia e estava subordinada à Coroa lusitana. De acordo com Moura (2000, p. 20), “pelo padroado, a Igreja de Roma outorgava a administradores civis certo controle de uma Igreja local ou nacional, por apreço a seu zelo, sua dedicação e seus esforços para difundir a religião e como estímulo para futuras boas obras. É sob o padroado que a Igreja não só está ligada à descoberta e colonização do Brasil, como também assumirá o mister da educação”.

colaborar na formação do clero e da sociedade em geral, que estava se dispersando frente aos ideais iluministas. Conforme Melo (1996, p. 55), tal medida fez com que "a vida religiosa no Brasil assumisse o jeito das províncias européias". Azzi (1983, p. 17), por sua vez, explica que:

Os religiosos assumem também parte importante na pregação das missões populares entre o povo, visando substituir, pouco a pouco, o tradicional catolicismo luso-brasileiro, marcado pelo culto dos santos, pelo catolicismo romano, com ênfase na doutrina e na prática sacramental. Mas é sobretudo nos centros urbanos, junto à burguesia emergente, que os religiosos atuaram de forma mais eficaz, sobretudo através da instituição de colégios, e das inúmeras igrejas e paróquias que vão sendo confiadas aos seus cuidados.

Incentivados a desenvolver suas atividades missionárias em terras brasileiras, chegaram ao país, naquela ambiência, os lazaristas, os capuchinhos, os dominicanos e os salesianos. No bojo desse crescente movimento grande destaque foi conferido aos institutos femininos, cujas religiosas, ao chegarem no Brasil, foram bastante atuantes no setor da educação e da assistência. De acordo com os dados apresentados por Leonardi<sup>150</sup> (2006), dezessete congregações femininas aqui aportaram ainda no século XIX, sendo que a maioria era proveniente da Europa (França, Itália, Bélgica, Alemanha e Holanda), dentre elas a congregação francesa das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils. Para Valle (2005, p. 218),

[...] a presença e atuação de milhares de religiosas vindas de além-mar deu um prestígio sem precedentes aos bispos e à Igreja católica. As "irmãs de caridade" foram um dos fatores de maior peso na evolução da vida religiosa brasileira no final do Segundo Império. Elas passaram a ocupar postos dirigentes no campo da saúde, da educação e da assistência social, tornando a presença da Igreja mais visível na sociedade e diante dos governos.

É importante ressaltar que a vinda dessas congregações - tanto femininas quanto masculinas - foi decisiva no processo de europeização e revitalização do catolicismo brasileiro no período em apreço, uma vez que os religiosos e religiosas eram "disciplinados e comprometidos com as metas da Igreja em busca de restauração" (VALLE, 2005, p. 218). Além disso, o carisma dessas congregações baseava-se, quase sempre, em uma presença ativa na sociedade mediante a vitalização de escolas e obras assistenciais, fato que pôde ser constatado em Uberaba, cidade onde as irmãs dominicanas fundaram o CNSD, voltado para o ensino elementar e normal, mas também o Orfanato Santo Eduardo, de cunho assistencialista.

Para Beozzo (1984, p. 279), "fazendo vir da Europa uma centena e meia de congregações e ordens religiosas masculinas e femininas, num curto período de trinta anos [a

---

<sup>150</sup>Nos dados apresentados por Leonardi (2006), que sintetizam informações sobre os institutos e congregações femininas existentes no Brasil no século XIX, ela também menciona a presença de seis congregações criadas no próprio país, dentre elas a Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade.

Igreja] vai se europeizar e romanizar, tornando-se estranha à religião luso-brasileira, até então praticada pelo povo e veiculada pela Igreja”.

Por outro lado é importante mencionar que a vinda dessas congregações foi motivada não somente devido ao processo de reorganização da Igreja brasileira mas também porque, na Europa, muitas associações católicas entraram em crise devido ao fortalecimento dos ideais laicos e liberais. Na Europa, especialmente na França e na Itália, o catolicismo passava por um momento conturbado, uma vez que "as lutas burguesas implicaram a perseguição anticlerical e o afastamento da Igreja de todos os centros de decisão, inclusive do sistema público de ensino" (MANOEL, 2008, p. 19). As leis aprovadas naquele contexto suscitaram perseguições aos religiosos e o fechamento de suas casas por parte das autoridades leigas, fazendo com que a própria autoridade papal recomendasse às congregações a fundação de novas sedes fora do país. Em outras palavras, a vinda desses religiosos e religiosas para o território brasileiro foi motivada:

[...] por problemas vivenciados por essas corporações no continente europeu, como conflitos com as autoridades civis, representantes de um Estado liberal que procurava se garantir sem o respaldo da religião, quanto por convites feitos por bispos do Brasil, que buscavam reforço para suas ações pastorais e para as melhorias das condições de um clero nacional pouco preparado academicamente e, muitas vezes, flagrado em desvios de conduta (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2013, p. 348).

A escolha da cidade de Uberaba pelas irmãs dominicanas não foi aleatória uma vez que, naquela ocasião, já moravam na cidade alguns frades dominicanos que lá estavam a convite do bispo recém-nomeado da diocese de Goiás, Cláudio José Gonçalves Ponce de Leon. O bispo convidou esses frades para atuarem em solo goiano devido a sua preocupação com a dimensão da diocese assumida - que abrangia o estado de Goiás e o Triângulo Mineiro – e a escassa quantidade de sacerdotes disponíveis para trabalhar na região. Diante dessa situação houve a proposta de:

[...] unir o trabalho das dominicanas de Bor aos frades dominicanos de Toulouse. Tal projeto, inclusive, vinha de encontro ao aconselhamento do papa que exortava as Congregações religiosas em geral, sediadas na França, a fundarem núcleos fora daquele país, em consequência das leis anti-religiosas que ali começaram a vigorar. Considerando não só as exortações do papa, como também os insistentes pedidos de Dom Cláudio, bispo de Goiás, e ainda, o caminho aberto pelos dominicanos no Brasil, a Madre, enfim, consente em enviar um grupo de freiras para Uberaba, berço da fundação dominicana (OLIVEIRA, 2004, p. 139).

Além disso, conforme Melo (2013, p. 50), “o senso de realismo e adaptação, um dos princípios fundamentais da Ordem Dominicana, na procura de caminhos novos, que exige

ruptura com o passado, e o senso de oportunismo sadio, levou a Congregação a empreender uma aventura apostólica transoceânica rumo ao Brasil”.

Em junho de 1885 as irmãs Maria José, Maria Otávia, Maria Eleonora, Maria Hildegarda, Maria Juliana e Maria Reginalda chegaram à Uberaba e se alojaram em um local provisório, aguardando as reformas no prédio da Santa Casa de Misericórdia, local onde deveria ser instaurado o colégio a ser conduzido por elas.

Após se instalarem na cidade as irmãs iniciaram seus trabalhos, permanecendo fiéis aos princípios da congregação que, conforme citado anteriormente, eram as atividades de ensino e o cuidado aos enfermos. Sendo assim, começaram a cuidar dos doentes que se encontravam nas dependências da Santa Casa e de outros que eram atendidos em domicílio, além de iniciarem as atividades de ensino nas modalidades de pensionato e externato. Para isso elas utilizaram parte das dependências do prédio do hospital que foi adaptada com essa finalidade. Posteriormente, com o aumento do número de alunas atendidas foi preciso solicitar a vinda de novas irmãs francesas, que chegaram ao Brasil em 1886.

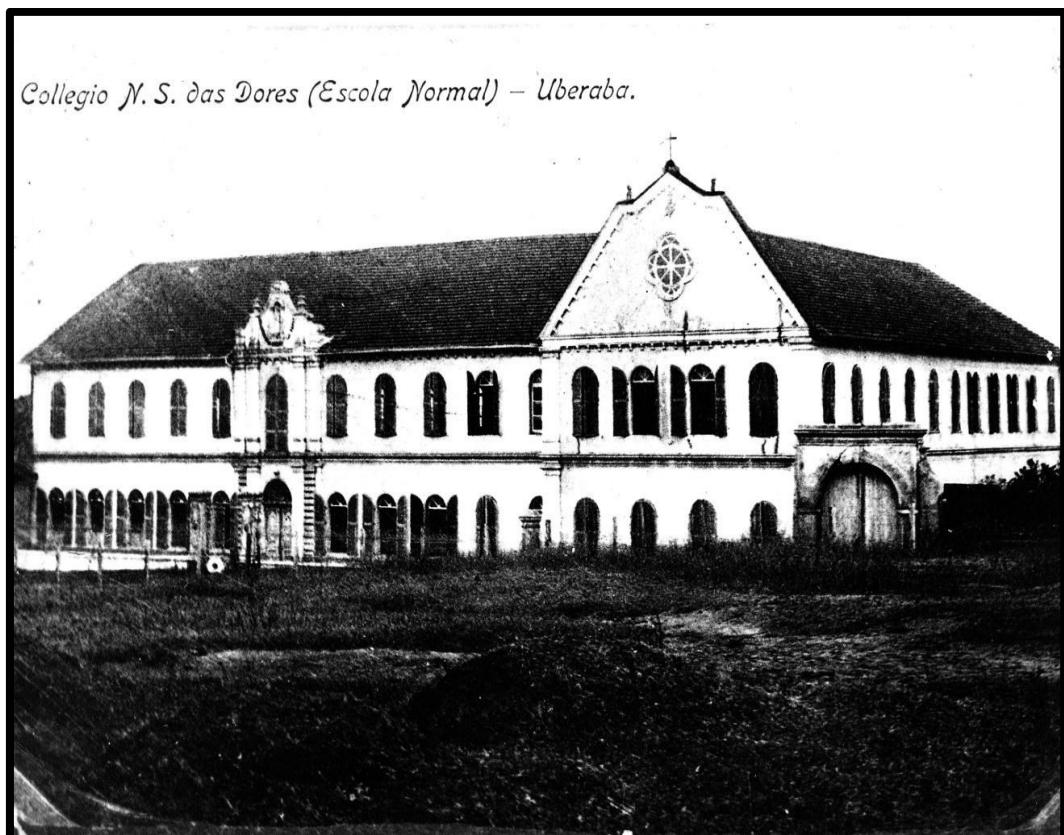
A utilização do espaço da Santa Casa estava condicionada à construção de novas instalações para o hospital, conforme compromisso feito por D. Cláudio. Entretanto, esse religioso acabou sendo transferido para outro bispado, sendo que seu sucessor não obteve verbas para a construção do hospital devido, principalmente, à separação entre o Estado e a Igreja após a constituição de 1891 (LOPES, 1986).

Com a vinda de um grupo de médicos recém-formados para Uberaba, as irmãs dominicanas tiveram que desocupar as dependências da Santa Casa para que o prédio pudesse ser amplamente destinado às suas funções originais, ou seja, um hospital para atendimento à população pobre da cidade. A utilização desse espaço pelas irmãs suscitou diferentes posicionamentos da população uberabense: “uma positiva em razão do excelente ensino aplicado pelas Irmãs; a segunda, negativa, porquanto se comprometia a continuidade da obra caridosa, já que a Santa Casa é um hospital destinado à pobreza, incapaz de pagar tratamentos” (SILVA, A. P., 2015, p. 24).

Os recursos financeiros da congregação foram suficientes para a aquisição de um terreno no qual seria construída a sede do futuro CNSD. Entretanto, para a construção do prédio elas tiveram que contar, conforme Lopes (1986, p. 49), com “a generosidade das famílias uberabenses”, ou seja, das famílias católicas ricas que ansiavam por uma instituição religiosa que assegurasse a continuidade da formação cristã almejada para suas filhas. Também contaram com o apoio dos padres dominicanos já instalados na cidade.

O colégio, que teve sua pedra fundamental lançada em 1893, foi inaugurado em 1895, dedicando-se ao ensino primário, secundário e religioso, além de manter cursos de pintura, canto, música e piano e, mais tarde, o curso normal. Na imagem seguinte é possível divisar o primeiro prédio do colégio.

FIGURA 54 - Colégio Nossa Senhora das Dores – s.d



Fonte: Museu da Capela do CNSD.

Na reportagem de inauguração da instituição foi feita a seguinte descrição do prédio:

No largo da Misericórdia, na mais alta de todas as colinas [...], ostenta-se, garboso, elegante, todo pintado de branco, lindo, de dois andares [...], o melhor, o mais belo e o mais custoso palacete desta terra. Construção sólida, sem erro contra a higiene; 62 metros de frente e quase outro tanto na direção dos jardins são á área em que está o soberbo edifício, composto de um corpo principal e de duas alas que lhe são perpendiculares; numerosas janelas bem rasgadas, dão entrada ao puríssimo ar, que para ali vem das campinas, a bem fazer, enchendo os vastos salões; sobre a fachada, belamente realçada por elegante frontispício, está uma linda imagem da Mater Dolorosa, que todos parece abençoar (LOPES, 1986, p. 41-42).

Pela eloquência do jornalista ao descrever o prédio do colégio é possível imaginar o quanto foi significativa a inauguração de uma instituição desse porte em solo uberabense, numa época em que a cidade ansiava atingir patamares mais elevados de civilização e progresso. De acordo com Nosela e Buffa (1996, p. 42), “a arquitetura, enquanto expressão humana, nunca é arbitrária, casual e sim, uma linguagem orgânica aos valores e potencialidades de uma determinada sociedade”.

Sá (2007, p. 131-132), por sua vez, define o espaço escolar como “uma forma silenciosa de ensino”, ou seja, esse espaço “é um elemento curricular que proporciona aprendizagem de um conjunto de valores, normas, conteúdos e estímulos que não são determinados pelo currículo formal [...]”.

Além de concordar com esses autores também é possível inferir que a arquitetura do CNSD constituiu-se em um marco simbólico de conotação política e religiosa, determinante para o êxito da instituição, cujas famílias se sentiam orgulhosas de poderem matricular suas filhas em um colégio tão distinto. A figura 55, por sua vez, retrata um grupo de alunas acompanhadas de algumas religiosas, possivelmente suas professoras.

FIGURA 55 - Alunas e religiosas do Colégio Nossa Senhora das Dores - s.d



Fonte: Museu da Capela do CNSD.

Embora sendo alunas de idades, origens e compleições físicas diversas, a vestimenta, a pose e o corte de cabelo conferem uniformidade e harmonia ao grupo. Além disso, a imagem é carregada de uma simbologia que por si só é capaz de transmitir valores e normas inerentes à

instituição, como o modelo do uniforme, por exemplo, que encobre todo o corpo, De acordo com Silva, K. N., (2015, p. 197), o uso do uniforme escolar era uma forma de promover uma moralização dos costumes, uma vez que “faz uso do ato de vestir para transformar a moral em prática, inserindo-a no comportamento discente”.

Também chama a atenção, na imagem, a localização espacial escolhida pelas religiosas ao se posicionarem para o registro fotográfico: ao centro, misturada às alunas, estava uma freira que aparentava ter idade mais avançada. As outras religiosas se concentraram nas duas laterais, passando uma ideia de cerceamento, controle e vigilância sobre aquelas meninas.

O número de alunas matriculadas no CNSD ampliou gradativamente, aumentando de 58, em 1888, para 254 alunas no ano de 1899. A maior parte delas tinha entre 10 a 18 anos e pertencia a classes econômicas favorecidas. Entretanto, as religiosas também ofertavam vagas a alunas pobres que, em troca, realizavam os trabalhos domésticos. Tais alunas eram denominadas “Martinhas”, em homenagem a Santa Marta<sup>151</sup>, santa que dedicou sua vida aos afazeres domésticos (MELO, 2002).

Os estudos realizados até o momento acerca do CNSD não apresentaram maiores detalhes sobre a forma como eram tratadas as “Martinhas” em relação às demais alunas. Entretanto, uma propaganda do colégio<sup>152</sup> publicada originalmente em 1901 no *Gazeta de Uberaba* informava que: “tem por fim este Collegio a formação de **bôas mães de familia, e de criadas ou servas que possão vantajosamente substituir as escravas**. Receberá pois o Collegio meninas das familias ricas, orphãs e ingenuas no internato e no externato, em **divisões bem distintas**” (MUSEU DA CAPELA DO CNSD, 1970-1995; grifo nosso).

A propaganda não deixa dúvidas acerca do tratamento dicotômico destinado às crianças ricas e às crianças pobres, sendo que estas últimas deveriam ser, em sua maioria, de pele negra, fato que pode ser inferido devido ao uso da palavra “ingenuas”, que era a forma de denominar as crianças filhas de escravas. Além de ocuparem espaços distintos na instituição, o tipo de educação recebido também era diferenciado, já que as ricas eram preparadas para serem esposas e mães, e as pobres para serem criadas ou servas. Contudo, em ambos os casos a educação era voltada para o lar, espaço onde deveriam ficar restritas as mulheres do início daquele século.

Outro fator que diferenciava a educação ofertada estava relacionado ao fato de que as meninas pobres, por realizarem as atividades domésticas da casa, tinham menos tempo para

---

<sup>151</sup>De acordo com o texto bíblico, Marta e sua irmã Maria receberam Jesus em sua casa. Enquanto Maria permaneceu sentada, ouvindo atentamente as palavras de Jesus, Marta cuidava dos afazeres domésticos (BÍBLIA, Lc, 10, 38-42). Devido a esse episódio, Maria é considerada figura de vida contemplativa, e Marta de vida ativa.

<sup>152</sup>A propaganda, na íntegra, encontra-se no anexo N deste trabalho.

dedicação aos estudos e, além disso, possivelmente estavam fisicamente cansadas no momento de assistirem às aulas. Entretanto, tal situação não deveria ser preocupante uma vez que a realização dos afazeres domésticos era, de certa forma, o principal componente curricular do itinerário formativo daquelas meninas<sup>153</sup>, já que o objetivo da educação era prepará-las para a servidão.

Nos estudos realizados por Lage (2007), que analisa a história de vida das “Martinhas” do Colégio Nossa Senhora de Sion<sup>154</sup> em Campanha (MG), ela afirma que esta diferenciação de tratamento em uma mesma instituição estava relacionada à ordenação da própria sociedade capitalista, na qual

o trabalho é explorado e a sua força recebe sempre um valor menor do que seria merecido. As martinhas recebiam a educação em troca de seu trabalho, mas o pagamento também era menor, já que as horas de estudos eram bem menores do que as horas de trabalho diário. Mesmo participando da necessidade de ordenação social [...], também funcionava como uma estratégia de sobrevivência e de aprendizado destas meninas, com a preparação para o mundo do trabalho (LAGE, 2007, p. 7-8).

Com o tempo, a Congregação das Irmãs Dominicanas expandiu suas atividades e as religiosas fundaram colégios em outras cidades brasileiras: em 1905 já haviam fundado o Colégio Sant’Ana, em Goiás (GO); o Colégio Santa Catarina de Sena, em Bela Vista (GO); o Educandário Santa Rosa, em Conceição do Araguaia (PA) e o Colégio Sagrado Coração de Jesus em Porto Nacional (GO)<sup>155</sup>. Entretanto, conforme Lopes (1986, p. 97),

[...] os trabalhos da Congregação não se restringiam, apenas, aos colégios e ao ensino. Estendiam-se às obras de assistência social, de amparo às crianças carentes e aos enfermos. A educação das crianças pobres se realizava em nossa cidade, através do Externato Imaculada Conceição, instalado no alto do Fabrício.

<sup>153</sup>Ainda no anexo N, que apresenta a propaganda do colégio divulgada no jornal, constata-se que as meninas ricas, por sua vez, tinham aulas de piano, costura, crochê, bordados e outras atividades “proprias de uma senhora”.

<sup>154</sup>Também nesse colégio conduzido pela congregação francesa de Nossa Senhora de Sion, as meninas pobres que eram aceitas na instituição eram chamadas de “Martinhas”. Em sua pesquisa, Lage (2007) concluiu que as “Martinhas” recebiam tratamento diferenciado no colégio em relação às meninas da elite, assim como no CNSD. Enquanto estas últimas eram preparadas para exercerem papéis de liderança familiar, as primeiras eram educadas para a execução de trabalhos domésticos. Em troca da instrução que recebiam, as “Martinhas” realizavam diversos serviços dentro do colégio. Os espaços ocupados pelas alunas também eram diferenciados (refeitório, banheiro, dormitório), além de não ser permitido o estabelecimento de contato entre as meninas de Sion e as “Martinhas”.

<sup>155</sup>Na atualidade, as instituições e comunidades criadas pela Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils estão espalhadas por diversos estados brasileiros como Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Goiás, Paraíba, Tocantins, Rio de Janeiro, Pará e Distrito Federal. Também estão presentes em outros países como a República Dominicana, Haiti e Paraguai.

Esse externato - situado na rua Aristides Borges nº 4 – foi criado em janeiro de 1905 e, de acordo com Lopes (1986, p. 82), era um estabelecimento “provisório” que tinha como objetivo “atender a um elevado número de crianças que não recebia instrução ou que frequentavam escolas sem orientação religiosa, devido à distância do colégio”. No entanto, essa instituição não teve caráter provisório, uma vez que só foi fechada em 1936, quando as dominicanas instalaram um outro externato na cidade, dessa vez na Praça Carlos Gomes, conforme relato feito no caderno de anotações<sup>156</sup> das religiosas:

D. Luiz Santana chamou as irmãs para um outro bairro na Praça Carlos Gomes para ali dirigirem uma escola mística **destinada sobretudo a reagir contra o espiritismo que devastava esta região**. A Madre Superiora autorizou em 1936 a aceitar esta nova missão e como o número de irmãs não permitia suprir as necessidade da missão e o Externato da Imaculada Conceição que funcionara depois de longos anos e já havia produzido excelentes resultados entre outros o de ter uma igreja<sup>157</sup> na frente com missa e catecismo todos os domingos e uma escola municipal que com pedido da municipalidade e pela nossa permissão funcionava em horas diferentes no mesmo estabelecimento. Nós nos unimos sem grandes inconvenientes mas com autorização da nossa Madre e do bispo esta escola foi suspensa (MUSEU DA CAPELA DO CNSD, 1918 a 1947; grifo nosso).

Conforme observado, tanto o externato da rua Aristides Lopes quanto o da Praça Carlos Gomes foram criados com o objetivo de disseminar a doutrina católica: o primeiro porque as crianças estavam frequentando escolas sem orientação religiosa e o segundo porque o bairro estava sendo “devastado” pelo espiritismo. Além disso, o fechamento do primeiro só ocorreu porque o catolicismo já havia se consolidado no bairro, com a criação de uma igreja e a oferta da catequese. Tais fatos demonstram que a criação ou a supressão dessas instituições assistenciais/educativas estavam intimamente relacionadas com a doutrinação religiosa, e não

<sup>156</sup>Trata-se de um caderno com anotações feitas de forma manuscrita pelas irmãs dominicanas, em francês, preservado no acervo do Museu da Capela do CNSD (conferir uma página desse caderno no anexo O). Nesse caderno constam anotações que vão de 1918 a 1947. Embora a maior parte das informações registradas seja sobre o CNSD e o nocividade das religiosas, também foi possível localizar algumas informações sobre o Orfanato Santo Eduardo e outras pertinentes a essa pesquisa. A leitura desse caderno suscitou algumas indagações: qual seria a finalidade daquele tipo de escrita? Ela seria uma arma contra o esquecimento ou, ao contrário, um instrumento que permitiria o esquecimento? Será que as irmãs viam, na escrita do caderno, uma possibilidade de rever a memória e de apreender a essência do tempo? De acordo com Larrosa (2006, p. 189), “a escrita do diário responde a necessidade de conservação, ainda que saibamos que a escrita não conserva a experiência, e sim suas marcas”. Nessa perspectiva, é preciso considerar que a escrita não traduz toda a experiência porque ela é fruto de uma seleção feita por quem escreveu. Cabe, então, indagar: qual o critério para a seleção de determinados fatos - e consequentemente a exclusão de outros – pelas religiosas que fizeram aqueles registros? Quanto à tradução do texto original para a língua portuguesa, ela foi gentilmente feita, a pedido da pesquisadora, por Maria Helena Brennand Salazar da Veiga Pessoa, dominicana.

<sup>157</sup>Considerando que o Externato da Imaculada Conceição estava localizado na rua Aristides Borges, no bairro Fabricio, a igreja a qual as dominicanas estão se referindo é a de Santa Terezinha, cuja inauguração se deu em março de 1929 (PRATA, 1987).

propriamente com a necessidade da oferta de educação que possibilitasse o aprendizado dos saberes, mesmo que elementares, a essas crianças pobres.

Tudo indica que o Externato da praça Carlos Gomes, denominado Sagrado Coração, havia colhido os frutos pretendidos uma vez que, três anos depois de sua criação, as religiosas fizeram o seguinte registro:

O externato na praça Carlos Gomes denominado Externato do Sagrado Coração acolhia 220 crianças inscritas e frequentes. Duas de nossas irmãs ali vão todos os dias para a direção de classe e catecismo. Elas foram ajudadas por 4 instituições pagas pelo município mas elas mesmas não recebiam nenhuma remuneração (MUSEU DA CAPELA DO CNSD, 1918 a 1947).

Embora tendo investido nesses externatos voltados para a população carente e no Orfanato Santo Eduardo, cuja gênese e trajetória serão apresentadas nessa seção, a instituição dominicana que mais se destacou em Uberaba foi o CNSD que funciona, inclusive, nos dias atuais, tendo completado, portanto, mais de um centenário. Vale lembrar que, com o tempo, o investimento nessa área estava cada vez mais em consonância com as mudanças na organização social ocasionadas, principalmente, pelas novas condições de vida urbano-industrial, que contribuíram para alterar o formato da educação feminina, não mais restrito à educação doméstica.

Não só em Uberaba, mas também em outras cidades, as congregações religiosas passaram a investir em colégios internos, visando a preparação intelectual das jovens das classes urbanas, uma vez que o projeto católico de educação feminina atendia às expectativas das classes média e alta. Conforme pontuado por Lacombe (1980, p. 56) tal situação sinalizava o início de uma “tendência à elitização da ação católica, deixando de lado as classes populares”.

Outro fator que implicou em maiores investimentos das congregações religiosas no setor educacional distanciando-as da prática assistencial foi a separação entre a Igreja e o Estado a partir da Proclamação da República. Diferentemente do que ocorria no regime de padroado, o governo deixou de investir nas obras eclesiásticas. Sendo assim, a forma encontrada pelos institutos religiosos para conseguirem se manter e dar continuidade aos projetos assistenciais foi por meio da abertura de colégios particulares. Conforme Azzi (1994, p. 13),

à revelia das intenções dos religiosos, esses estabelecimentos educacionais passaram a exigir também maiores investimentos em termos de recursos humanos e econômicos, seja para satisfazer as exigências do governo, seja para poder competir, em termos de igualdade, com os colégios leigos e protestantes.

O investimento em colégios não significou uma ruptura com as obras assistenciais que eram as metas prioritárias de muitas dessas congregações quando fundadas ao se estabelecerem

no país. Segundo Azzi (1994, p. 14), “ainda que diversas congregações religiosas passassem a dar menos atenção às obras destinadas às crianças e jovens carentes, o número de estabelecimentos dedicados à infância abandonada continuou ainda a ser bastante expressivo”.

#### **4.2 Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade: o nascimento de uma congregação religiosa brasileira**

A Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade (CIANSP) é originária do Brasil, mais precisamente da cidade de Caeté, em Minas Gerais. Sua história está intrinsecamente relacionada à história da Serra da Piedade, motivo pelo qual antes de ser apresentada a gênese dessa congregação fundada pelo padre Domingos Evangelista Pinheiro em 1892, serão apresentados alguns aspectos atinentes a essa serra.

FIGURA 56 - Serra da Piedade (MG) – s.d



Fonte: *Site da Arquidiocese de Belo Horizonte*.

Observando a imagem representada pela figura 56 é possível ter uma ideia da magnitude do local, formado por um paredão de rochas milenares. Situada nos municípios de Caeté e Sabará, a 56 quilômetros da capital Belo Horizonte, o ponto mais alto da serra tem aproximadamente 1800 metros de altitude. De acordo com Ângela (1967, p. 24), “toda a história da Serra da Piedade gira em torno de quatro homens [...]: Antônio da Silva Bracarena, Padre José Gonsalves, Frei Luiz de Ravenna e Monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro”.

O misticismo em torno desse local teve início na segunda metade do século XIX, quando foi disseminada a crença de que uma jovem que era muda começou a falar após aparição da imagem de Nossa Senhora da Piedade. Tal fato motivou o português Antônio da Silva Bracarena a construir uma ermida em homenagem à santa no alto da serra. Dada a dificuldade de acesso ao local, a construção dessa capela foi bastante dispendiosa, levando Bracarena a dispor de todos os seus bens para concluir-la, o que aconteceu em 1778. Ele também teve o cuidado de solicitar a Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho<sup>158</sup>, que esculpisse uma *Pietà*, que encontra-se na ermida até os dias atuais. A escultura, que apresenta Maria com o corpo de Jesus morto em seus braços, retrata, ao mesmo tempo, dor e sofrimento, mas também resignação e piedade frente às adversidades da vida.

FIGURA 57 - Imagem de Nossa Senhora da Piedade<sup>159</sup>



Fonte: Site da Arquidiocese de Belo Horizonte

A partir de então o local tornou-se ponto de devoção de romeiros e a serra passou a ser habitada por ermitões. Com a morte de Bracarena esses ermitões se dispersaram, encerrando-se o período denominado “Fase da Veneração” vivida no Santuário (TAMBASCO, 2010).

<sup>158</sup>Embora alguns autores informem que essa imagem foi importada de Portugal por Bracarena, estudos recentes reafirmaram a autoria de Aleijadinho uma vez que, após a abertura da imagem para fins de restauração, constatou-se que ela foi esculpida em cedro americano, material abundante em Minas Gerais no século XVIII (TAMBASCO, 2010).

<sup>159</sup>No dia 15 de setembro celebra-se o dia de Nossa Senhora da Piedade, que é oficialmente a padroeira de Minas Gerais desde julho de 1960, conforme decreto assinado pelo papa João XXIII.

No início do século XIX, padre José Gonçalves passou a levar para a ermida inúmeros fiéis que subiam a serra para a prática de exercícios espirituais. Segundo Tambasco (2010), iniciou-se a “Fase da Exiação”, uma vez que essa peregrinação era uma forma de os católicos praticarem a penitência. Sobre a atuação do padre José Gonçalves, Ângela (1967, p. 32) afirma que: “foi admirável sua ação na Serra, por mais de cinquenta anos, na direção e santificação das almas”.

Com a morte padre José Gonçalves, em 1856, o capuchinho italiano Luiz de Ravenna passou a cuidar da ermida. Entretanto com o tempo, após sua morte, a capela ficou abandonada. Foi então que padre Domingos Evangelista Pinheiro, pároco de Caeté, ocupou as instalações construídas e fundou a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, além de construir um asilo de órfãs ao pé da serra denominado Asilo São Luis, o qual pode ser observado a seguir na figura 58. Iniciaram-se, então, as obras de assistência à infância desvalida, no novo período que passou a ser denominado “Fase da Caridade”. Nota-se, pela imagem, que a instituição foi construída em local de completo isolamento, rodeada por uma paisagem verde e montanhosa, que além de estar afastada das inúmeras adversidades presentes na área urbana, favorecia o recolhimento interior tanto dos internas quanto dos religiosos e religiosas da congregação.

FIGURA 58 – Asilo São Luis (Caeté/MG) - 2016



Fonte: Acervo da autora<sup>160</sup>

<sup>160</sup>Fotografia tirada por ocasião da visita da pesquisadora ao Asilo São Luis, em Caeté.

O principal objetivo daquela Irmandade era zelar sobre o patrimônio da Serra, uma vez que o Juiz de Capelas de Caeté tinha como intento sequestrar seus bens, lacrando os cofres de óbols e nomeando um responsável por sua guarda, já que ela se encontrava praticamente abandonada. O carisma do padre Domingos fez com que em pouco mais de três meses de instalação a Irmandade contasse com aproximadamente oitocentos membros, número que aumentou para mais de dois mil em 1878.

O asilo de órfãs, por sua vez, foi criado para atender ao disposto no parágrafo 5º do artigo 17 do estatuto da Irmandade, que determinava a “criação de um Asilo para educação, alimentação e vestuário de meninas abandonadas, preferindo-se as nascidas de mulher escrava” (ÂNGELA, 1967, p. 47). Ao incluir essa cláusula no estatuto, padre Domingos estava preocupado com a situação em que se encontravam as crianças de Caeté e região após a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871.

De acordo com essa lei, os filhos de mulher escrava que nascessem a partir de então seriam considerados livres, devendo ficar com suas mães (e, portanto, sob os cuidados dos senhores de suas mães) até a idade de oito anos. Após essa idade o proprietário da mãe poderia utilizar-se dos serviços da criança até que ela completasse 21 anos ou receber uma indenização do Estado que, por sua vez, deveria dar um destino ao menor. Na prática, entretanto, ao observar o panorama da cidade, padre Domingos via

[...] crianças abandonadas nas ruas desde Contagem, Ribeirão Vermelho, Caeté, Raposos.... Muitos senhores, diante da ameaça da Lei do Ventre Livre e da Abolição, não queriam mais crianças em suas fazendas. E se espalhava por toda parte os filhos de mulheres em situação de escravidão” (ABREU, 2014, p. 39).

Em 1878, padre Domingos apresentou o regulamento que havia preparado para admissão das meninas. Também solicitou a diversas paróquias a doação de esmolas em prol do santuário e do asilo, além de requerer apoio ao bispo de Mariana, D. Antonio Maria Correia de Sá e Benevides e ao bispo auxiliar e seu sucessor, D. Silvério Gomes Pimenta. Em janeiro de 1879, D. Benevides enviou uma circular a todas as paróquias, pedindo contribuição dos fieis na realização daquela obra:

Chegando aos nossos ouvidos, com a maior consolação, o zelo que tem manifestado o Revmo. Vigário de Caeté, padre Domingos Evangelista Pinheiro, para levar a efeito o estabelecimento de uma casa para educação de órfãos; constando-nos mais que a dita casa já se acha funcionando, em virtude de um artigo do compromisso da irmandade de Nossa Senhora da Piedade; sabendo ainda que os fundos da mesma irmandade são, por ora, insuficientes para garantir à referida instituição todo o desenvolvimento de que é capaz, e que tanto desejamos nós e todos os que verdadeiramente se interessam pelo adiantamento moral desta diocese; \_ resolvemos fazer um apelo a nossos

ótimos diocesanos, em favor de obra tão pia, e que tanto contribuirá para patentejar a todos os brasileiros que a diocese de Mariana acompanha suas irmãs **no empenho de regenerar a sociedade, pelo trabalho e pela educação religiosa**. Lembrem-se os que atenderem êste nosso pedido de que seus nomes ficarão inscritos entre os Benfeiteiros da Casa, participando assim, das orações e dos demais atos de piedade praticados pelas educandas em favor dos mesmos; além de que, ficarão seus nomes inscritos no Amantíssimo Coração de Jesus, que não deixa sem recompensa aquêles que, por amor, se compadecem dos desvalidos. Mariana, 20 de janeiro de 1879. (ass.) Antônio, bispo de Mariana (ÂNGELA, 1967, p. 67-68; grifo nosso).

Assim como mencionado nas seções anteriores, mais uma vez fica evidenciada, na frase em negrito, a preocupação com a “regeneração” das crianças por meio da pedagogia do trabalho, dessa vez associada à formação religiosa. Além disso também é possível notar, pelo excerto, que não era somente em Uberaba que as obras assistenciais não encontravam respaldo no poder público. Também em Caeté foi preciso recorrer à caridade dos leigos, utilizando, para isso, o argumento de que seriam recompensados pelo próprio Cristo, ou seja, obteriam a salvação de suas almas mediante a consecução de obras de caridade.

Em 25 de agosto de 1878 o Asilo São Luiz foi instalado oficialmente. Para admissão das órfãs foi feito um sorteio, cujos nomes foram enviados por vigários de diversas freguesias. Sobre a finalidade do orfanato, Ângela (1967, p. 60) cita as palavras de D. Joaquim Silvério, que afirmou que aquele estabelecimento era “destinado a recolher pessoas desprovidas de recursos, descerrar-lhes as portas da ciência e aparelha-las com a forte armadura religiosa, para a vida social [...]”.

As palavras de D. Silvério indicam que as internas receberiam educação religiosa, como era de se esperar de uma instituição mantida por uma Irmandade católica, mas também conhecimentos escolares, o que fica implícito na expressão “descerrar-lhes as portas da ciência”. Sobre os conteúdos ofertados Ângela (1967, p. 78) detalha que além de aprenderem a ler e escrever, as órfãs também teriam aulas de “Catecismo, História do Brasil, Gramática Portuguesa, Geografia, Ciências Naturais, Noções de desenho linear, Música, Piano, Trabalhos de agulha, crivos, crochet, bordados, trabalhos de lã, flores, costura”, além de se exercitarem em todo serviço doméstico.

Chama a atenção, nesses componentes curriculares, a inserção de aulas de música e piano, que normalmente eram ofertados a jovens provenientes de famílias abastadas, como no caso das alunas do CNSD. O ensino dessas atividades em uma instituição voltada para meninas extremamente pobres, numa época em que a esse público estava reservada a formação para o

exercício das funções domésticas foi, no mínimo, uma iniciativa curiosa, porém bastante louvável.

Segundo Amato (2008), a presença do piano nas casas e instituições brasileiras evidenciava o processo de europeização do país ocorrido no final do século XIX e início do seguinte, com a vinda dos imigrantes europeus, que trouxeram com eles hábitos e padrões culturais estrangeiros. A propósito, Ribeiro e Silva (2009, p. 68) também enfatizam que a cultura disseminada nas instituições educativas brasileiras no início do século XX tinha “um esboço alicerçado na Europa com suas maneiras e modos de agir, considerados modernos e com um retrato exalando cores europeias”.

Conforme citado Ângela (1967, p. 60), “um motivo que também influiu no espírito do Padre Domingos e lhe avivou o entusiasmo [ao criar o Asilo], foi a facilidade que ele esperava encontrar, destinando sua projetada instituição à educação das Paranhás<sup>161</sup>, pois o governo da Monarquia havia legislado no sentido de prover-lhes o futuro”, conforme determinado na Lei do Ventre Livre. Entretanto, ainda conforme Ângela (1967), essa legislação “infelizmente, nunca foi posta em execução”.

Mesmo atendendo inicialmente a apenas doze meninas, logo começaram a pesar as dificuldades financeiras, uma vez que a Irmandade tinha que arcar com as despesas de alimentação, vestuário, compra de livros e material de ensino, além do pagamento das professoras. Quanto ao auxílio recebido do poder público, eles eram irrisórios. De acordo com Ângela (1967, p. 71),

[...] embora o próprio Governo o auxiliasse um pouco, tanto na Monarquia como na República, havia grande parcimônia nesses auxílios, só recebidos, também, à custa de grandes sacrifícios, muito dispêndio de energias e constantes importunações aos amigos para que advogassem a causa e interpussem seu valimento junto aos poderes públicos.

Com a falta de apoio do governo e contando apenas com a contribuição dos leigos, o Asilo teve que lançar mão de um expediente utilizado por outras instituições para conseguir manter sua obra de assistência social: a admissão de pensionistas. Com isso, além de obter recursos que auxiliassem no sustento das órfãs, a instituição estaria atendendo às solicitações de diversas famílias que desejavam que suas filhas recebessem uma educação católica.

Apesar dessas dificuldades, o Asilo São Luis conseguiu manter-se e, aos poucos, expandir-se, devido à contribuição das pensionistas e às doações recebidas das mais diversas pessoas, inclusive algumas que, apesar de não professarem a fé católica, “condoem-se da

---

<sup>161</sup> Filhas da mulher escrava, também chamadas de ingênuas.

miséria alheia e praticam a caridade cristã impulsionadas por um coração compassivo e bom. Por isso é de se admirar que sejam apontados três protestantes, entre os que têm manifestado simpatia e proteção ao Asilo" (ÂNGELA, 1967, p. 86).

É interessante notar que, embora o Asilo tivesse sido criado com a intenção de acolher crianças filhas de escravas, a princípio ele não recebeu nenhuma devido à "afluência das órfãs e desvalidas e por não o poder fazer sem o concurso do Governo" (ÂNGELA, 1967, p. 78). Entretanto, o Asilo não deixou de cumprir sua missão de assistência à infância abandonada, pois três anos após sua fundação já havia atendido 61 meninas entre 8 e 12 anos, sendo 13 órfãs de pai e mãe; 26 órfãs de somente um dos genitores e 22 desvalidas pobres.

De acordo com Azzi (1992, p. 120), "a atividade pastoral do padre Pinheiro situava-se, portanto, dentro dos mesmos parâmetros que haviam norteado o trabalho de Ibiapina e Malagrida<sup>162</sup>: a preocupação com o desamparo das meninas pobres".

Com o tempo padre Domingos começou a cogitar a possibilidade de criar uma congregação que pudesse dar continuidade aos trabalhos educativos do Asilo São Luiz, pois ele sabia que não poderia contar para sempre com a colaboração dos leigos. Na mesma época, um grupo de jovens que ajudava no Asilo manifestou ao padre Domingos interesse em ingressar na vida religiosa.

Essa notícia foi recebida com entusiasmo pelo padre, que agilizou os procedimentos necessários para a instalação da congregação que, situada aos pés da Serra da Piedade, receberia o nome de Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade. Em 28 de setembro de 1892 a congregação foi fundada com a inscrição das primeiras irmãs: Cândida, Angélica, Madalena, Catarina, Bernadete, Luiza, Josefina, Margarida, Carmelita, Augusta e Evangelista, além de três postulantes que ainda não haviam recebido licença de seus pais (ÂNGELA, 1967).

Ao instalar a congregação padre Domingos tinha como objetivo "não só conservar o orfanotrópio por ele fundado, mas também oferecer hábeis diretoras a outros que, porventura abrisse à caridade pública" (ÂNGELA, 1967, p. 117). Além do atendimento às crianças, a congregação também tinha como meta a assistência aos desvalidos que se encontravam hospitalizados.

Na figura 59 é possível observar duas pinturas que fazem parte de uma sequência de imagens emolduradas que estão presentes na casa em que viveu padre Domingos, no Asilo São

---

<sup>162</sup>Padre Ibiapina desenvolveu importante trabalho em prol da infância desvalidade no nordeste do país. Padre Malagrida, por sua vez, foi um jesuíta que fundou os primeiros recolhimentos para mulheres de "má reputação" no Norte do Brasil. Enquanto a maioria das irmandades fixavam suas obras de caridade nas capitais das províncias, Ibiapina e Malagrida voltaram o olhar para o interior nortista brasileiro (NASCIMENTO, 2009).

Luiz<sup>163</sup>. Na primeira imagem, no alto, a pintura representa o jovem Domingos pensativo, demonstrando preocupação com as crianças escravas e filhas de escravos da região. Abaixo, a pintura retrata Domingos, já padre, em meio às mães e crianças negras que se encontravam desamparadas no contexto pós-abolição. Na imagem ao lado, as crianças brincam de roda com as religiosas, cujo asilo, criado por padre Domingos, contribuiu para amenizar o problema das crianças pobres da região, muito embora ele não tenha conseguido realizar seu objetivo primordial que era o atendimento às ingênuas.

FIGURA 59 – Pinturas – Asilo São Luis (2017)



Fonte: Acervo da autora.

Em pouco tempo outras jovens ingressaram na congregação e de diversas localidades chegavam pedidos para que as irmãs se deslocassem a outras cidades a fim de dirigirem colégios e instituições assistenciais. Os pedidos mais insistentes eram provenientes de Lavras (MG), pois

<sup>163</sup>Essa casa foi transformada em museu, conservando o mobiliário, vestimentas e outros utensílios utilizados por padre Domingos. Em reconhecimento a sua ação benemérita, em 1898 padre Domingos foi agraciado com o título de “Monsenhor” pelo papa Leão XIII. Em 1905, o papa Pio X também lhe outorgou o título de “Prelado Doméstico”, exaltando sua integridade, tenacidade, zelo para com a atividade missionária e cuidado em favor dos pobres, órfãos e enfermos. Faleceu no dia 06 de março de 1924 (ver fotografia do padre no anexo P).

a existência de um colégio católico iria "livrar a mocidade das garras do protestantismo que ali lavra" (ÂNGELA, 1967, p. 182), uma vez que naquela cidade já estava funcionando, desde 1892, o Instituto Evangélico, de orientação protestante (LIMA, 2015).

A separação entre a Igreja e o Estado favoreceu a atuação de outras denominações religiosas pelo país, situação que causou desconforto à hegemonia católica que detivera, até então, exclusividade no âmbito educacional. Nessa ambiência, o ensino confessional protestante disseminou-se junto à burguesia emergente, principalmente nas localidades em que não existiam colégios católicos.

Atendendo às solicitações do episcopado, em fevereiro de 1900 cinco irmãs partiram de Caeté e fundaram o primeiro colégio da CIANSP na cidade de Lavras, que recebeu a denominação Colégio Nossa Senhora de Lourdes<sup>164</sup>. De acordo com Azzi (1992, p. 129), tal fato significou

a ampliação de suas atividades para a juventude das classes médias, a fim de contrapor o ensino católico à escola protestante ou laica. Consequentemente o atendimento à infância desvalida, meta prioritária na época da fundação, passou pouco a pouco a ocupar um lugar relativamente secundário na vida da congregação.

Essa análise empreendida por Azzi é aplicável à maioria das congregações católicas que, seja por dificuldades financeiras, seja para combater a difusão de escolas de outros credos religiosos, investiu na criação de colégios particulares destinados à formação dos filhos e filhas das elites, em detrimento às obras assistenciais. Tal prática, entretanto, permitiu a consolidação dessas instituições em solo nacional, mantendo-as ativas ainda nos dias atuais, como no caso das duas congregações aqui apresentadas.

---

<sup>164</sup>Os demais colégios inaugurados por essa congregação foram: em 1939 o Colégio Nossa Senhora da Piedade, em Belo Horizonte (MG); em 1955 o Instituto Nossa Senhora da Piedade, no bairro Flamengo (RJ); em 1960 o Colégio São José e São Geraldo, em Divinópolis (MG); em 1963 o Colégio Nossa Senhora da Piedade, em Congonhas (MG) e em 1962 o Instituto São José, em Brasília (DF). Além das instituições educativas, a CIANSP também mantém, nos dias de hoje, as seguintes instituições na área de saúde/social: Instituto São Luis, em Caeté (MG); Instituto Santo Eduardo, em Uberaba (MG); Lar Augusto Silva, em Lavras (MG); Instituto Nossa Senhora da Piedade, em Brasília (DF); Casa Central, em Belo Horizonte (MG); Casa de Acolhimento, em Belo Horizonte (MG); Asilo São Miguel, em Santos Dumont (MG) e Comunidade Nossa Senhora da Piedade, em Belo Horizonte (MG). No campo pastoral elas são responsáveis pelo Noviciado Nossa Senhora da Piedade, em Belo Horizonte (MG); Casa de Retiro Monsenhor Domingos Pinheiro, em Caeté (MG); Fraternidade Nossa Senhora da Piedade, em SÃO LUIS (MA); Fraternidade São José, em Palmas (TO); Comunidade Nossa Senhora da Piedade, na Serra de Caeté (MG) e Asilo São Miguel em Santos Dumont (MG).

### 4.3 Gênese e primeiros anos de funcionamento do Orfanato Santo Eduardo<sup>165</sup> (1920 a 1942).

Nesta seção será apresentada a gênese do Orfanato Santo Eduardo, as principais motivações que contribuíram para sua criação e seus primeiros anos de funcionamento na cidade, fazendo a contextualização, à medida do possível, com a história do município e a história da Igreja Católica em Uberaba, uma vez que a implantação dessa instituição foi resultante da interlocução entre as religiosas, o laicato católico e o clero da cidade.

Embora o Orfanato Santo Eduardo tenha sido criado em 1920, o memorialista Carlos Pedroso<sup>166</sup> afirma que sua história começou, na verdade, em 3 de fevereiro de 1918, quando o Conselho Superior da União Popular Católica – cujos líderes eram o coronel Raymundo Soares de Azevedo e Dolores Coelho Cunha Campos – se reuniu e constituiu uma comissão com o objetivo de angariar esmolas e donativos para a construção de um orfanato na cidade, há tempos projetado pelo bispo D. Eduardo Duarte Silva<sup>167</sup>.

A idealização do Orfanato Santo Eduardo, portanto, foi resultante da ação do clero e do laicato católico, especialmente aqueles membros que compunham a elite política e econômica uberabense, como no caso dos líderes do Conselho Superior da União Popular Católica: Azevedo, de acordo com dados constantes em sua biografia, foi um chefe político de grande prestígio do Partido Republicano Mineiro, democrata industrial, criador, vereador eleito à Câmara Municipal no mandato 1912-1915 [...]; Dolores Coelho Cunha Campos, por sua vez, era “uma das senhoras mais ilustres de Uberaba”, esposa<sup>168</sup> de Alexandre da Cunha Campos,

<sup>165</sup>De acordo com a irmã Célia, que hoje coordena o Instituto Santo Eduardo, o nome “Santo Eduardo” foi escolhido para homenagear o bispo idealizador da instituição, que tinha o mesmo nome do santo (D. Eduardo Duarte Silva).

<sup>166</sup>Após conversa informal da pesquisadora com Carlos Pedroso, ele enviou-lhe, por *e-mail*, as informações coletadas por ele acerca do Orfanato Santo Eduardo. Essas informações foram compiladas, há algum tempo, do livro de atas das irmãs dominicanas. Entretanto, as dominicanas atuais não souberam precisar a localização desse livro de atas, motivo pelo qual as informações aqui apresentadas tiveram como fonte os dados recolhidos por Pedroso. Sobre a biografia de Carlos Pedroso, Paolinelli (2009) relata que ele nasceu no ano de 1929 e em 1959 mudou-se para Uberaba para fazer o curso de Letras Latinas na Fista. Também cursou Filosofia, Administração e Teologia. Foi professor na Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro (Uberaba) e na Universidade de Uberaba. Foram localizados, na Biblioteca Pública Municipal de Uberaba, cinco livros por ele publicados, a maioria de temática religiosa (cf. PEDROSO 1998; 2003; 2007; 2013a; 2013b).

<sup>167</sup>De acordo com Pedroso (2015), D. Eduardo “fundou muitíssimas escolas paroquiais de ensino primário por toda sua Diocese, como oportunidade secundária de catequese católica”. Também fez contato com congregações religiosas estabelecendo parcerias para a criação de colégios católicos, dentre eles o Colégio Marista Diocesano, que instalou-se em Uberaba em 1903. Quanto às obras assistenciais ele também fundou, em Uberaba, as Confrarias de São Vicente de Paulo e a Associação das Damas de Caridade, além de ter ajudado na construção do Asilo São Vicente.

<sup>168</sup>É interessante observar que na busca por dados referentes à Dolores Coelho Cunha Campos só foram encontradas informações sobre seu esposo, restando a ela apenas os designativos “esposa de Alexandre Cunha Campos” e “uma das senhoras mais ilustres de Uberaba”. Em concordância com Campos (2009, p. 90) é possível afirmar que tal fato é resultante de um paradigma construído ao longo dos séculos XIX e XX no qual

“um dos homens que mais fizeram pelo progresso de Uberaba (fundador da Empresa Telefônica, importador de gado da Índia, grande comerciante, criador da maior rede de Drogarias do interior do Brasil, presidente por 29 anos do Asilo Santo Antônio e vereador municipal)”, conforme informações obtidas em Silva, T. (2004).

Embora esses dois líderes tivessem relação com a política local – seja direta, no caso de Raymundo Azevedo, seja indireta, no caso de Dolores Campos, cujo esposo era vereador - a idealização do orfanato não se deu pela esfera pública, mas estava situada no âmbito da filantropia praticada pelos membros da elite uberabense.

Quanto às motivações que levaram à criação do orfanato é possível conjecturar que, em relação às pessoas que faziam parte do laicato católico, além de estarem preocupadas com o aumento do número de crianças pobres que praticavam a mendicância e/ou vadiavam pelas vias públicas, elas se sentiam na obrigação, como fiéis seguidoras dos preceitos cristãos, de praticar atos de caridade e filantropia para com aqueles “desgraçadinhos da sorte”. A opção pelo atendimento a crianças do sexo feminino possivelmente estava relacionada a questões de ordem moral, ou seja, a preservação da castidade daquelas meninas.

Entretanto, por parte da Igreja, uma das maiores preocupações que fomentou o planejamento dessa instituição foi o avanço da doutrina espírita na cidade, conforme observado na declaração do frei Romeu Ondidieu – superior dos dominicanos - registrada na ata da 6<sup>a</sup> reunião da Comissão pró-orfanato, citada por Pedroso (2015):

[...] em virtude da acção aqui exercida pelos espíritas achou de bom alvitre fallar a Superiora Geral das irmãs Dominicanas (quando por esta cidade passou) sobre a instalação do orphanato, mas a superiora Geral não decidiu logo, mas depois... resolveu consentir na fundação.

As irmãs dominicanas, por sua vez, também estavam preocupadas com a disseminação da doutrina espírita na cidade, principalmente devido à debandada de algumas crianças assistidas por elas para outras obras patrocinadas por seguidores dessa religião. Tal inquietação foi relacionada no caderno de registros das irmãs dominicanas nas anotações referentes ao ano de 1920<sup>169</sup>.

---

homens e mulheres eram “objetos da intervenção dos discursos normativos” que construíram um padrão idealizado de família, cabendo ao homem o trabalho que provesse o sustento do lar enquanto a mulher ficava restrita à esfera doméstica, se envolvendo apenas em atividades de cunho assistencialista. Cabe observar, porém, que esse paradigma, na maioria das vezes, se aplicava somente em relação às mulheres pertencentes à elite, como no caso de Dolores Cunha Campos. Conforme Fonseca (2004), as mulheres pobres quase sempre tiveram que trabalhar fora de casa.

<sup>169</sup>Embora tenha aspecto de um diário, os registros feitos nesse caderno não foram feitos diariamente e nem foram separados por datas completas (dia, mês e ano). As religiosas apenas registravam, no alto da página, cada ano que se iniciava.

[...] a divina providência se serviu de várias circunstâncias imprevistas e sobretudo da visita da nossa querida Madre Superiora para nos fazer abrir sucessivamente primeiro um atelier de costura, depois um orfanato. Nossa querida Madre, tendo sido informada que várias de nossas alunas entraram para um estabelecimento espírita sob o pretexto de ali aprenderem a costura, propôs logo ao conselho local a organização imediata de um orfanato a fim de retirar essas crianças do perigo onde elas se encontravam de abandonar nossa santa religião se elas frequentassem esse antro infernal. O Sagrado Coração de Jesus quis nos dar essa consolação. O orfanato foi aberto no dia 30 de junho<sup>170</sup> e poucos dias após ele nos enviou uma de nossas pobres pequenas ovelhas desgarradas (MUSEU DA CAPELA DO CNSD, 1918 a 1947).

Embora as dominicanas não citem o nome da instituição espírita que estava atraindo crianças para suas obras assistenciais, devido à proximidade das datas é possível inferir que elas se referiam ao Asilo Anália Franco que, conforme mencionado na seção anterior, havia sido instalado na cidade no início de 1919.

Retomando o caderno de registros das irmãs dominicanas foi encontrada a seguinte informação, também pertencente ao ano de 1920:

Depois de muito tempo nós recebemos no colégio uma certa quantidade de crianças pobres ou abandonadas a título de órfãos. **Diante disso sentimos a necessidade de estabelecer uma separação completa entre elas e os alunos do internato.** Esta separação foi bastante satisfatória e produziu excelentes resultados, mas o trabalho assim organizado não pôde se desenvolver; não foi possível chegar a uma quinzena de órfãos por falta de local. Entendemos pois que a vontade de Deus se manifesta quando ele deseja alguma coisa a mais, e fornece os meios necessários. Logo que nossa querida Madre chegou a Goiás nos fins de julho, logo nós soubemos que se preparavam para abrir na cidade um orfanato católico para tentar acabar com o mal causado pela seita espírita. Esse orfanato seria confiado a leigos pelo menos provisoriamente, ao mesmo tempo que nós nos servimos de jovens moças para manter a escola infantil [...] (MUSEU DA CAPELA, 1918 a 1947; grifo nosso).

Embora tendo o desejo de atender crianças pobres, as irmãs não queriam (ou não podiam) mantê-las junto às alunas do colégio. Sobre essa questão é possível levantar algumas hipóteses. Além de existir a possibilidade de os pais estarem exercendo alguma pressão para que suas filhas não tivessem contato com crianças de classes sociais excessivamente distintas, deveria ser difícil para as religiosas manterem em um mesmo espaço crianças e jovens para as quais ofertavam ensino com objetivos explicitamente diferenciados.

Estando com quatorze órfãs para serem atendidas, a solução encontrada pelas religiosas para retirá-las do colégio enquanto o orfanato não era construído foi alojá-las provisoriamente

---

<sup>170</sup>Diversos registros apontam o mês de outubro de 1920 como sendo da inauguração do orfanato. A referência a data de junho de 1920 possivelmente deve-se ao fato de que antes da abertura oficial, as irmãs já acolhiam crianças pobres em uma das dependências do CNSD.

nas dependências do Asilo Santo Antônio, localizado no prédio ao lado, e assisti-las em atendimento diferenciado das pessoas idosas ali internadas. De acordo com Pedroso (2015), essas meninas ficaram no Asilo entre 1918 a 1920.

Existiam, portanto, duas frentes na cidade empenhadas na construção do orfanato: o laicato católico e as irmãs dominicanas. Enquanto o laicato, por meio da comissão pró-orfanato, levantava recursos que possibilitassem a concretização desse propósito, as religiosas iniciaram o trabalho com as crianças, recolhendo-as nas dependências do CNSD e a seguir no Asilo Santo Antônio, conforme mencionado. Entretanto, embora as duas frentes tivessem em comum o apoio do bispo D. Eduardo Duarte Silva, elas divergiam quanto às motivações que as impulsionavam.

Segundo Pedroso (2015; grifo nosso), em data desconhecida do mês de fevereiro de 1918 “houve a solene bênção da pedra fundamental do Orphanato S. Eduardo em terreno no Largo da Misericórdia (hoje praça Dr. Thomaz Ulhoa), entre o Colégio N. S. das Dores e o Asilo Santo Antonio, onde **nunca** o Orfanato seria construído”. Mesmo havendo o local para a construção da instituição, durante os 22 anos em que o Orfanato Santo Eduardo ficou sob os cuidados das irmãs dominicanas ele esteve instalado em casas alugadas e posteriormente em uma velha casa adquirida na rua do Carmo. No lugar em que, a princípio, o Orfanato seria construído, foi edificada, na década de 1930, a artística Capela do CNSD, à imitação do Monsteiro de Monteils.

Em 20 de outubro de 1920, as irmãs dominicanas alugaram uma casa para onde levaram apenas doze meninas pois, “duas meninas negras sendo muito inteligentes ficaram sendo educadas pelo Colégio N. S. das Dores” (PEDROSO, 2015). Apesar de Pedroso não ter apresentado maiores informações sobre essas duas meninas, é possível supor que elas ficaram no colégio na condição de “Martinhas”, recebendo instrução em troca da realização de afazeres domésticos.

Pedroso também afirma que, com o tempo, o entusiasmo da comissão pró-orfanato foi diminuindo e ela acabou sendo dissolvida em 8 de dezembro de 1920. É possível que isso tenha acontecido devido ao fato de as irmãs dominicanas já terem iniciado o trabalho com as crianças abandonadas na cidade, não havendo necessidade de se criar uma outra instituição com a mesma finalidade. Foi sugerido então que o dinheiro arrecadado pela comissão fosse repassado às irmãs dominicanas a fim de que elas pudesse empregá-lo nas despesas oriundas da instituição recém criada:

A nossa opinião, e como conselho damo-la á ilustre e digna comissão, é que, no caso dos vinte e does contos<sup>171</sup> serem dados as beneméritas irmãs dominicanas [...], a Ordem Dominicana deve dar uma planta do orphanato, lotação do mesmo e prazo de construcção e inauguração, etc. (LAVOURA E COMÉRCIO, 12/12/1920, p. 1).

A doação desse dinheiro, entretanto, ocasionou um impasse entre os membros da comissão e as irmãs dominicanas, uma vez que estas últimas, seguindo as orientações da Santa Sé, afirmavam que o Orfanato deveria acolher somente crianças que tivessem sido criadas na fé católica. Entretanto, a comissão pró-orfanato, na percepção do jornalista, tinha um pensamento divergente, visto que a coleta de dinheiro junto à sociedade uberabense teve como intento patrocinar uma obra de caridade que atendesse crianças de qualquer credo religioso:

[...] a caridade deve ser cega. Não é preciso que os olhos vejam a quem é dada a esmola. Basta que a alma traduza no acto o principio divino que, em verdade, é a mais fundamental manifestação de grandeza do homem [...]. Correspondendo a essa pratica innata no nosso meio, a pratica cega da caridade, cavalheiros e damas de Uberaba, resolveram, a coisa de ano, aqui fundar um orphanato que orvalhasse [...] todas as dores desses que vão pelo mundo, sem pae e sem mãe, a rolar num vazio de todos os carinhos e conselhos da familia. Seria o Orphanato Santo Eduardo, onde não haveria distincção de cor, de credo religioso, de quaisquer pontos de vista em matéria de crenças. O plano era amparar os orphãos, dando-lhes enfim a vida no seu aspecto mais forte e digno. Para a fundação do Orphanato foram angariados dinheiros, num total de vinte e dois contos. Essa quantia parada por motivos provisórios a idea, acha-se depositada aqui na casa de Alexandre Campos. Ultimamente as dignas irmãs dominicanas, num impulso de caridade, fundaram um orphanato que, a falta de maiores recursos, não dispõe de elementos da eficiencia para os nobres fins collimados. Então, havendo vinte e dois contos a juros esperando a realização do Orphanato Santo Eduardo, as irmãs dominicanas [...] pedem sejam revertidos esses vinte e dois contos em beneficio do atual orphanato fundado pela Ordem Dominicana. Para resolver isso, domingo reuniu-se na sala do templo de S. Domingos a commissão directora do angariamento daquella quantia. Os debates, orientados no princípio nobilissimo do bem dos orphãos necessitados, e os batem em toda parte, tiveram uma conclusão que ainda não foi uma resolução. Há o seguinte: a Ordem Dominicana, tão essencialmente beneficiadora, é todavia **ultramontana**, dentro do exclusivo eritario do pontificiado romano. Assim, o orphanato da Ordem Dominicana não aceita orphãos de origem acatholica, ou que, de qualquer modo, não estejam em matéria de fé, dentro dos principios do papa. Já o plano do Orphanato Santo Eduardo era o mais livre possível em materia de fé, ou de cor, ou de familia. Assim a comissão aludida concluiu que para se entregar ou não aquele dinheiro ás irmãs dominicanas é necessário que sejam consultadas as pessoas que deram donativos e obulos para perfazer aquela quantia (LAVOURA E COMÉRCIO, 12/12/1920, p. 1; grifos do autor).

<sup>171</sup>Embora o jornal mencione a importância de vinte e dois contos, Pedroso afirma que o dinheiro arrecadado pela comissão era de treze contos, quinhentos e cinquenta mil e setecentos reis. Lopes, por sua vez, informa que eram dezoito mil, novecentos e cinquenta e quatro. Embora os valores sejam diferentes, as três fontes acabam corroborando a informação de que a comissão pró-orfanato angariou um determinado valor em dinheiro e repassou-o à congregação.

Embora a comissão que angariou fundos para a construção do orfanato tenha se originado de uma associação católica, seus membros eram mais tolerantes em relação ao público a ser atendido pela instituição, fato que reafirma que o principal propósito da comissão era retirar das ruas as meninas pobres que não podiam contar com o amparo de suas famílias e nem com a assistência do órgão públicos. As irmãs dominicanas, por seu turno, eram submissas às orientações do papa, uma vez que as metas de restauração da Igreja exigiam disciplina e comprometimento do clero e das congregações religiosas, que deveriam ser obedientes ao ideário ultramontano:

Segundo a interpretação do catolicismo ultramontano, o mundo moderno se constituía em um imenso perigo para a salvação da alma, porque se fundamentava na liberdade de pensamento e consciência, liberdade social e liberdade política. Em outros termos, o mundo moderno se desenvolvia sem obedecer aos preceitos católicos e controle da Igreja [...]. O fortalecimento do clero ultramontano permitiu-lhe assumir o poder interno à Igreja e impor essa sua visão como válida para todo o orbe católico. Ancorados na idéia de ser a Igreja portadora da Verdade, desde sempre estabelecida e claramente definida no Concílio de Trento, os ultramontanos julgaram que a salvação da sociedade em geral e do homem individualmente dependia de recristianização do mundo, tarefa, portanto, da exclusiva competência da Igreja (MANOEL, 2008, p.48; 49-50).

O ideário ultramontano, portanto, previa, dentre outras ações, a deslegitimação de outras religiões e ideologias condenadas pela Igreja Católica. Nesse sentido, impedir a entrada de crianças não católicas no Orfanato era uma forma de pressionar as famílias a não seguirem outros credos religiosos, além de impor à sociedade a soberania da Igreja.

A comissão, portanto, encontrava-se em uma situação embaraçosa, pois apesar de compreender o “rumo ultramontano, matéria em que os dominicanos não podem transigir”, desejavam, na verdade, “que o orphanato não tivesse tantas restrições na realização da caridade” (LAVOURA E COMÉRCIO, 12/12/1920, p. 1). A decisão da comissão, de consultar a opinião das pessoas que fizeram doações para o orfanato foi posta em prática na mesma edição do jornal, por meio da publicação de um edital no qual solicitava-se que os doadores se manifestassem no prazo máximo de quinze dias, informando se o dinheiro deveria ou não ser repassado às religiosas.

Como não houve manifestação dos doadores em relação ao edital publicado, a comissão decidiu entregar o dinheiro às irmãs no dia 21 de janeiro de 1921. Tal fato também é respaldado em Lopes (1986, p. 113), que afirma que “[...] tomando conhecimento da fundação do orfanato, o comitê que havia recolhido doações remeteu-lhe a importância de 18.954\$000”.

Embora os jornais não tenham publicado mais informações acerca desse assunto, ou seja, se as dominicanas tinham ou não resolvido atender crianças de outros credos religiosos, o regulamento do Orfanato Santo Eduardo, da década de 1940, determinava que para ingresso na instituição um dos documentos a ser apresentado era justamente o batistério e, caso a criança não fosse batizada, o Orfanato teria o direito de fazê-lo.

Retomando o caderno de registros das religiosas, nas anotações referentes ao ano 1923 foi feita a seguinte observação:

Depois de quatro anos o pequeno Orfanato Santo Eduardo já funcionava 2 anos numa casa e depois 2 anos noutra casa. Todas as duas insuficientes para o número de orfãs que desejavam nosso pequeno orfanato. Foi preciso encontrar um local maior. O padre Romeu Ondidieu encontrou uma casa mais espaçosa que abrigaria de 30 a 40 crianças. Providência divina! Essa casa estava destinada a um orfanato espírita se nós não dessemos a resposta no mesmo dia [...]. A casa serviria ao orfanato mas custava 150\$ para ser pago mensalmente, além da alimentação e vestuário para as 34 crianças presentes. O padre Romeu Ondidieu se fez nosso protetor. Ele fundou o grupo das rosaristas madrinhas do pequeno orfanato e essas madrinhas é que ajudaram a mantê-lo. Fizeram campanha e se cercaram de boas famílias que lhes davam uma contribuição mensal e elas remetiam ao reverendo padre (MUSEU DA CAPELA DO CNSD, 1918 a 1947).

Chama a atenção, nesse fragmento, as dificuldades encontradas pelas religiosas em relação ao espaço físico institucional devido ao fato de o Orfanato não ter uma sede própria. Também merece destaque a atuação das rosaristas<sup>172</sup> que, na qualidade de madrinhas do Orfanato, recolhiam contribuições junto às "boas famílias" da cidade. Nesse trecho escrito pelas religiosas também é possível constatar que a oposição à doutrina espírita continuava patente, uma vez que a congregação se esforçou ao máximo para alugar a casa antes que a instituição espírita o fizesse. Tal fato reforça a tese de que a abertura de instituições católicas – dentre elas o Orfanato Santo Eduardo - foi uma estratégia utilizada pela diocese de Uberaba para combater a propagação tanto da doutrina espírita como protestante no município e na região. Além disso, em carta enviada ao arcebispo no ano de 1921, D. Eduardo dizia:

[...] Tenho procurado nessa diocese fazer o que V. Exa. aconselha, havendo já inaugurado mais dous Collegios de meninas, em Araguari e em Água-Suja<sup>173</sup>, que deram o bom resultado do fechamento dos dous protestantes methodistas, e nesta Cidade inauguraram-se mais = um Jardim de Infância<sup>174</sup>, um

<sup>172</sup>Chamavam-se "rosaristas" devido ao nome da congregação dominicana que homenageava Nossa Senhora do Rosário de Monteils.

<sup>173</sup>Tanto o colégio de Araguari como o de Água Suja eram dirigidos pelas Irmãs do Imaculado Coração de Maria (CMDU, 1920 a 1944).

<sup>174</sup>O Jardim de Infância Menino Jesus era dirigido pela professora Edith Novaes França. Infelizmente até o momento não foram encontradas fontes que permitam o estudo dessa instituição, que contribuiria para elucidar outros aspectos da história da infância em Uberaba (CMDU, 1920 a 1944).

Orphanato e uma escola nocturna para Operarios<sup>175</sup>, afim de obstar aos institutos similares estabelecidos pelos espiritistas. O mundanismo, o espiritismo, o occultismo, o protestantismo estão deschristianisando o mundo; forçoso é que os Bispos demos o alarme, como está fazendo V. Exa., e excogitemos os meios de conter estas avalanches que vão devastando tudo quanto de santo temos em nossa terra (CMDU, 1920 a 1944).

Posteriormente, em 1924, as religiosas fizeram novo registro no caderno relatando outro desafio imposto ao Orfanato:

A casa alugada pertencia a 3 pessoas sendo que uma delas veio a se casar e teve necessidade de uma parte da casa que lhe foi cedida. O incoveniente é que as duas outras partes só não eram suficientes. Era preciso comprar a parte pela soma de 30.000. Tinham 20.000 adquiridos por uma comissão encarregada de recolher donativos para construção do orfanato que não pôde ser construído nessa ocasião. Adquiriu-se mais 5.000 proveniente da venda de uma velha casa doada por dona Esmeria de Souza para este objetivo. Faltavam ainda 5.000. A casa dependia da caridade überabense cuja soma recolhida pudemos conservar nossas queridas crianças no pequeno abrigo (MUSEU DA CAPELA DO CNSD, 1918 a 1947).

Embora as religiosas não tenham relatado como obtiveram o restante do dinheiro, elas conseguiram adquirir a casa, situada na rua do Carmo, cuja fotografia pode ser dividida na imagem seguinte.

FIGURA 60 - Orfanato Santo Eduardo (Rua do Carmo) – s.d



Fonte: Museu da Capela do CNSD.

<sup>175</sup>Escola mantida pela União Popular, que estava sob direção do Superior dos Padres Dominicanos. Em 1922 era frequentada por 40 alunos (CMDU, 1920 a 1944).

Futuramente, uma nota escrita no *Lavoura e Comércio*, na década de 1930, apresentava a seguinte descrição do local: “É um casarão antigo, de vastos beirais avançando sobre o passeio, de portas sempre fechadas, apresentando, no exterior, um acentuado aspecto de tristeza” (LAVOURA E COMÉRCIO, 15/01/1936, p. 4). De fato, conforme observado na fotografia, a aparência externa do Orfanato não era muito aprazível e, vendo-o pelo lado de fora, dificilmente alguém poderia supor tratar-se de um prédio que abrigava dezenas de crianças. O trecho que segue, extraído de Freitas (2002, p. 7), sintetiza de forma condizente a impressão que se tem diante da imagem do Orfanato:

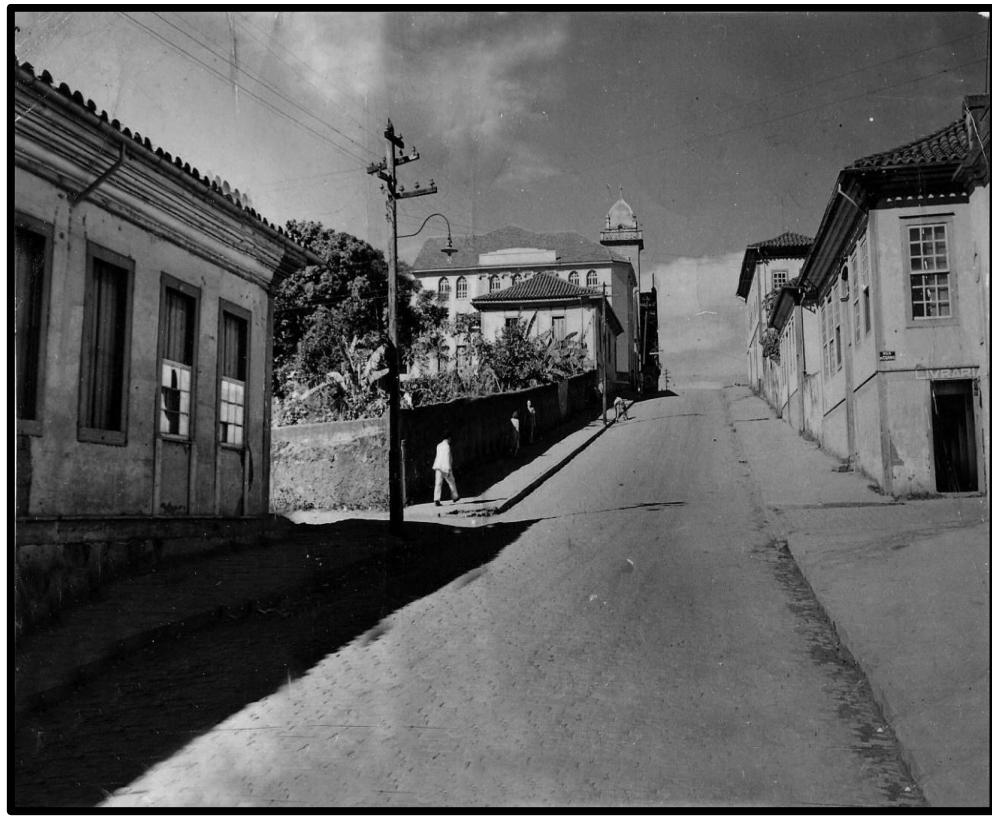
Quase todos afirmam que escolas e instituições para a infância existem para impedir que a violência se esparrame pelas vielas da sociedade onde criança e rua se (des) encontram. Entretanto, ainda que investidos de tal responsabilidade, esses espaços institucionais não se eximem de, até arquitetonicamente, se assemelharem às cadeias. São da cor cinza, para economizar na tinta, são feias para economizar na esperança.

As palavras de Freitas (2002), que equiparam a arquitetura das instituições de atendimento à infância às prisões, encontra respaldo nas palavras transcritas do jornal que assinalavam que as portas do casarão estavam sempre fechadas, contribuindo para conferir uma feição de tristeza ao ambiente. O fato de as portas estarem sempre fechadas permitem retomar Goffman (1974) que, ao tratar das instituições totais, reforça que nesses locais sempre existem barreiras que impedem aos internos o contato com o mundo externo, a não ser quando autorizados pelos dirigentes.

Entretanto, Goffman (1974, p. 23) pontua que "existem razões para excluir os orfanatos e casas de crianças enjeitadas da lista de instituições totais, a não ser na medida em que o órfão passa a ser socializado no mundo externo, por algum processo de osmose cultural, mesmo que esse mundo lhe seja sistematicamente negado". Tudo indica que, nesse caso, Goffman estava considerando os orfanatos como locais para onde eram enviadas crianças órfãs ainda bebês, que não tiveram oportunidade de conhecer o mundo exterior.

Contudo, de acordo com o Livro de Matrículas do Orfanato Santo Eduardo, pouquíssimas crianças foram internadas na instituição com menos de dois anos de idade; a maior parte das órfãs tinha mais de cinco anos, ou seja, já havia vivenciado um processo de socialização. Por esse motivo é possível inferir que, nesse caso, o Orfanato Santo Eduardo também pode ser considerado uma instituição total, já que possuía as demais características elencadas por Goffman (1974) citadas na terceira seção dessa tese.

FIGURA 61 - Orfanato Santo Eduardo (rua do Carmo com Carlos Rodrigues da Cunha) – s.d



Fonte: Museu da Capela do CNSD

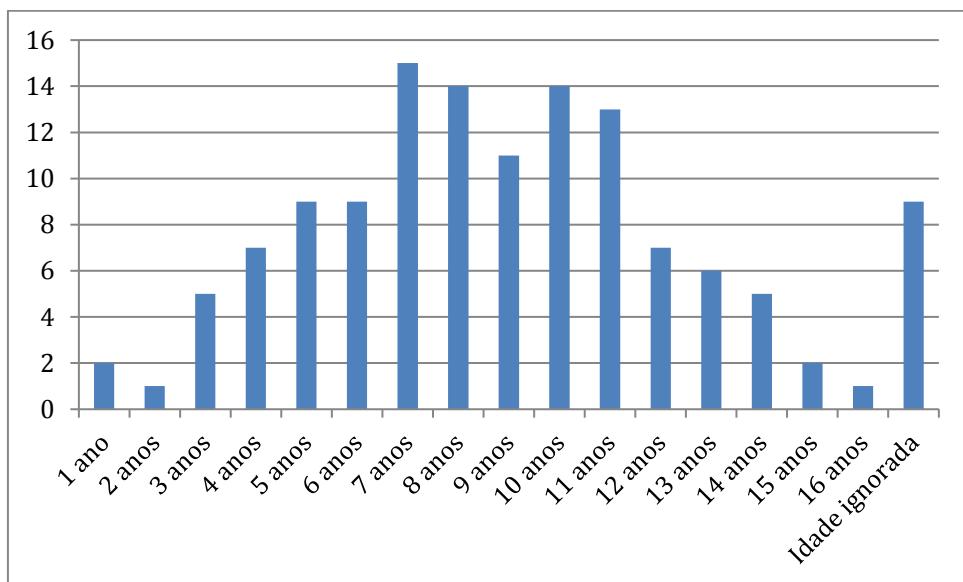
Na imagem anterior é possível conhecer a parede lateral do Orfanato, que ficava na rua Antonio Carlos. Pela fotografia é possível constatar que o prédio do Orfanato estava em estado precário, com paredes sujas e vidros quebrados, ressaltando, de forma proeminente, a aparência de tristeza expressa nas palavras do jornalista citadas anteriormente.

Em relação ao público atendido, algumas informações puderam ser obtidas a partir do Livro de Matrículas que se encontra arquivado atualmente no Instituto Santo Eduardo uma vez que, quando o Orfanato foi transferido para a Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, as religiosas utilizaram o mesmo livro, dando continuidade aos registros de entrada e saída de crianças iniciado pelas dominicanas.

Quanto ao formato do livro de matrículas, tratava-se de um caderno grande, já confeccionado com essa finalidade, em cujo cabeçalho se colocava o nome da instituição e o ano corrente. Cada página era dividida em diversas colunas onde deveriam ser preenchidos o número de matrícula, o número de ordem no ano, o nome da ingressante, a data de nascimento, a naturalidade, a filiação, a profissão do pai, a residência (cidade), a data de entrada, a data de saída, o motivo da saída e campo para observações.

Entre os anos de 1920 a 1942 as dominicanas atenderam 130 meninas, sendo que alguns dados referentes a elas serão apresentados nos gráficos que seguem:

GRÁFICO 1 – Idade com que entraram no Orfanato (1920 a 1942)

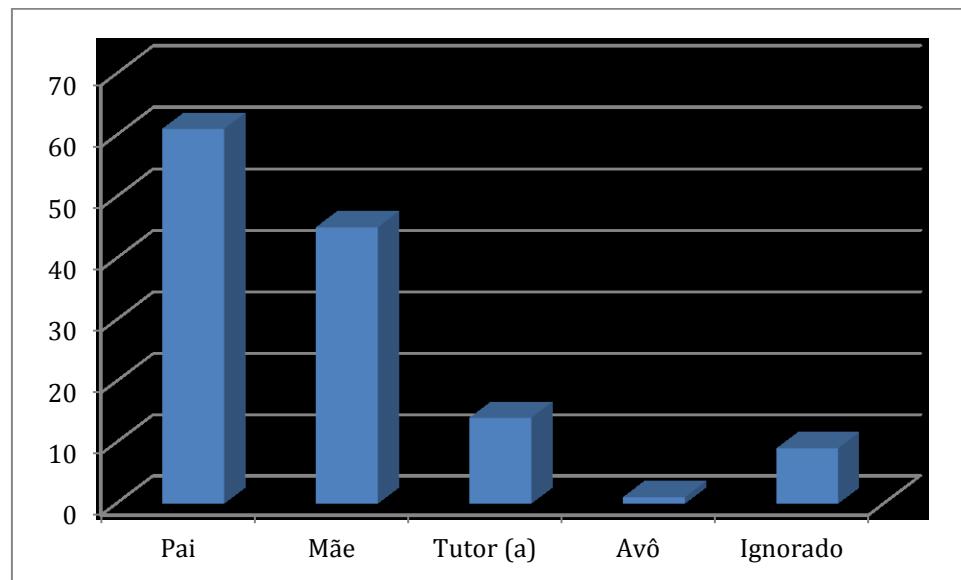


Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados obtidos no Livro de Matrículas do Orfanato Santo Eduardo (ISE, 1920 a 1960).

Pelo gráfico é possível constatar que a maioria ingressou no Orfanato por volta dos sete aos doze anos de idade. Pouquíssimas entraram ainda pequenas (1 e 2 anos) ou perto de atingirem a maioridade (15 e 16 anos). Ao todo, nove tinham a idade ignorada, fato que permite inferir que deveriam ser crianças que não portavam seus registros de nascimento, talvez por não terem sido registradas, por terem perdido seus documentos ou por terem sido encontradas abandonadas nas ruas.

Já o gráfico nº 2 mostra quem era a pessoa que havia deixado a criança no Orfanato, sendo que diante do nome de algumas meninas não havia informações a esse respeito, donde é possível depreender que elas poderiam ter sido abandonadas ou enviadas à instituição por alguma autoridade judicial ou policial. Essas meninas eram justamente aquelas que não tiveram a data de nascimento registrada ou que souberam informar apenas a idade, dado a partir do qual as irmãs possivelmente deduziram o ano de nascimento.

GRÁFICO 2: Pessoa que levou a criança ao Orfanato (1920 a 1942)



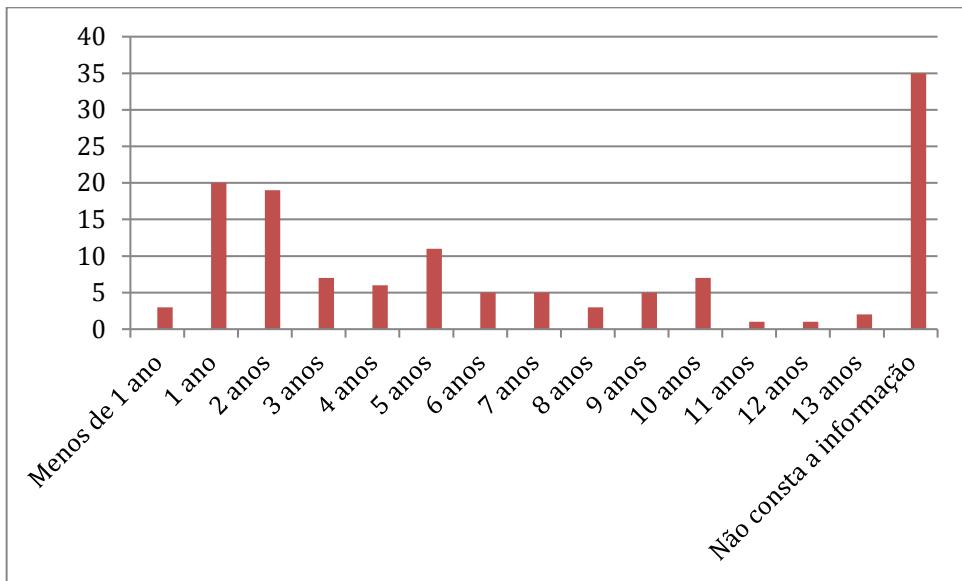
Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados obtidos no Livro de Matrículas do Orfanato Santo Eduardo (ISE, 1920 a 1960).

Os dados apresentados no gráfico 2 coincidem com aqueles apontados na seção três, que mostraram que a maior parte das crianças entregues ao juizado nas décadas de 1940 e 1950 para que fossem tuteladas ou ficassem sob a guarda de terceiros eram enviadas pelo pai. Considerando que o critério para admissão no Orfanato era a morte de um ou ambos os genitores, os dados permitem supor o pai tinha maior dificuldade em criar seu (s) filho (s) na ausência da mãe.

A propósito, essa dificuldade provavelmente estava relacionada a aspectos culturais que preconizavam que “o cuidado das crianças cabia, conforme os ditados da divisão tradicional de trabalho, à mulher” (FONSECA, 2004, p. 447), que não precisava ser, necessariamente, a mãe biológica, mas poderia ser uma avó, uma tia, uma mãe de criação ou outra parente.

Quanto ao tempo de permanência na instituição foram levantados os dados visualizados no gráfico 3. Analisando esse gráfico é possível notar que, embora a maioria tenha permanecido institucionalizada de um a dois anos, algumas passaram longos períodos no Orfanato, só saindo quando estavam prestes a atingir a maioridade. Quanto às crianças das quais não consta essa informação é possível depreender que grande parte delas ainda permaneceu na instituição após a troca das congregações. Em alguns casos, porém, é possível notar que as religiosas deixaram de fazer o registro de saída.

GRÁFICO 3: Tempo de permanência no Orfanato (1920 a 1942)



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados obtidos no Livro de Matrículas do Orfanato Santo Eduardo (ISE, 1920 a 1960).

A propósito, cabe observar que nem sempre as religiosas preenchiam todos os campos do livro de matrículas, especialmente aqueles destinados ao motivo da saída da interna do Orfanato, motivo pelo qual é possível somente fazer conjecturas a esse respeito: a criança ou jovem poderia estar voltando a morar com o pai, a mãe ou algum outro parente; poderia ter conseguido um emprego ou um casamento, etc. Pela idade com que entravam no Orfanato e a data da exclusão é possível constatar que algumas saíam porque tinham atingido a maioridade, não podendo mais viver na instituição.

Também é interessante observar o grande número de crianças que eram irmãs ou possuíam algum tipo de parentesco, pois era o mesmo responsável que as deixara no Orfanato. Ao todo havia 17 duplas e 10 trios de crianças nessas condições.

Em relação às profissões do pai, mãe ou tutor, 39 não tinham emprego, 15 eram falecidos e dentre os demais foram elencadas as seguintes atividades: chacreiro, empregado, serviços domésticos, roceiro, cozinheira, professor, enfermeiro, lavadeira, seleiro, costureira, negociante, lavrador, operário e fazendeira.

Quanto ao local de residência dos pais também é possível constatar um fato curioso. Embora o Orfanato tenha sido criado para atender às crianças pobres de Uberaba, das 130 crianças internas 44 eram de outras cidades como Conceição das Alagoas, Conquista, Araguari, Araxá, Uberlândia, Ituiutaba, Pimenta e Água Suja, em Minas Gerais; também havia crianças

dos estados de São Paulo e Goiás. Sessenta e dois pais citaram a cidade de Uberaba como local de residência e diante dos nomes de 24 meninas não constava essa informação.

Em relação às práticas educativas vivenciadas no interior do Orfanato, poucos registros foram preservados<sup>176</sup>. Tal situação leva a refletir e questionar sobre os motivos pelos quais as memórias do Orfanato Santo Eduardo não foram compartilhadas suficientemente a ponto de comporem a memória coletiva das pessoas que, mesmo não tendo vivido naquela época, têm alguma ligação com o trabalho das irmãs dominicanas em Uberaba. Por outro lado, as memórias da gênese do CNSD, mesmo sendo uma “memória tomada de empréstimo” – haja vista que sua criação se deu no final do século XIX – estão presentes na “bagagem de lembranças históricas”<sup>177</sup> (HALBWACHS, 2006, p. 72) da comunidade uberabense, ocorrência que pode ser explicada tanto devido à projeção atingida pelo colégio como pelo fato dele existir ainda na contemporaneidade.

Na busca por materiais referentes ao Orfanato Santo Eduardo no Museu da Capela, cuja criação teve como objetivo “perpetuar a memória do trabalho árduo, generoso e profícuo das Irmãs Dominicanas” foram encontrados apenas alguns recortes jornalísticos e o caderno com anotações em francês que, conforme já mencionado, apresentava poucas informações sobre o Orfanato.

Retomando a questão das práticas educativas, em uma anotação feita no caderno das religiosas no ano de 1924 era dito que “as pequenas órfãs aprendiam a ler, escrever, contar e muitos pequenos trabalhos manuais de acordo com sua idade” (MUSEU DA CAPELA DO CNSD, 1918 a 1947), ou seja, as atividades não apresentavam mudanças substanciais daquelas realizadas em outras instituições que tinham a mesma finalidade: ensino dos saberes

<sup>176</sup>Em visita ao CNSD para verificar se ele conservava em seus arquivos algum dado sobre o Orfanato Santo Eduardo, a pesquisadora constatou que algumas pessoas que trabalham atualmente no colégio, inclusive algumas religiosas, não tinham conhecimento do vínculo entre as duas instituições. Também na obra de Prata (1987) intitulada “Memória da Arquidiocese de Uberaba” ele elenca as diversas congregações religiosas vindas para Uberaba e detalha um pouco da história de cada uma. Entretanto, ao tratar da Congregação das Irmãs Dominicanas, ele omite a informação de que elas fundaram o Orfanato Santo Eduardo, citando apenas o CNSD.

<sup>177</sup>A categoria “memória histórica”, apresentada por Halbwachs (2006), se contrapõe ao “passado vivido” pelo indivíduo, ou seja, a memória histórica seria uma “memória tomada de empréstimo”, caracterizada como uma sucessão de acontecimentos exteriores a ele. Para exemplificar, o autor apresenta a seguinte situação: “Eu me lembro de Reims porque lá vivi um ano inteiro. Lembro-me também que Joana D'Arc foi a Reims e que lá Carlos VII foi sagrado rei, porque ouvi dizer ou porque li. Joana D'Arc foi representada tantas vezes no teatro, no cinema etc., que realmente não tenho nenhuma dificuldade em imaginar Joana D'Arc em Reims. Ao mesmo tempo, sei muito bem que não posso ter sido testemunha do acontecimento em si: atendo-me aqui às palavras que li ou escutei, signos reproduzidos através dos tempos, que são tudo o que me chega desse passado. O mesmo acontece com todos os fatos históricos que conhecemos. Nomes próprios, datas, fórmulas que resumem uma longa sequência de detalhes, às vezes uma historinha ou uma citação: é o epitófio dos fatos de outrora, tão curto, geral e pobre de sentido como a maioria das inscrições que lemos sobre os túmulos. A história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas” (HALBWACHS, 2006, p. 73-74).

elementares, além de trabalhos manuais e domésticos que permitissem às internas o mínimo necessário para a sobrevivência ao deixarem a instituição, ocasião em que provavelmente iriam trabalhar em casas de família.

Em reportagem publicada na imprensa local o articulista dizia que “[...] o Orfanato S. Eduardo creou, educou e restituíu á sociedade cabedais que, sem ele, sem essa preciosa organização, ter-se-iam perdido clamorosamente. Dali já saíram costureiras peritas, mães de família, esposas amantíssimas” (LAVOURA E COMÉRCIO, 15/01/1936, p. 1). As palavras do jornalista se ajustam ao ideário feminino recorrente àquela época que, conforme Campos (2014, p. 316), delegava à figura da mulher “nobilíssimas responsabilidades”, destacando-se dentre elas a habilidade nos trabalhos domésticos e manuais e o zelo pelo marido e filhos.

Dando continuidade à reportagem, outros detalhes descritos pelo jornalista permitem uma aproximação com o cotidiano institucional:

As orfãs, no momento de minha visita, estavam em aula. Limpas, envergando um uniforme modesto, de “toil-de-vichi<sup>178</sup>”, todas elas tinham nos olhos a gloria magnifica da saúde e da alegria. Havia caras assustadas e outras, vestidas de um sorriso magnífico. A menor, Otavia Gondin, de 4 anos só, é a “benjamin”<sup>179</sup> da casa. Linda. Olhos enormes, cheios de inteligencia. - Já sabe resar, contou a Irmã Antonieta, resa e canta. E sabe ler também. Quer ver? E a religiosa abriu ante os olhos da linda criança uma cartilha das primeiras letras. E ela conheceu o alfabeto, reuniu vogais e consoantes e formou sílabas. Era o quimismo admiravel da instrução a brunir cerebros em formação. Era a descida das constelações imortais para clarear circunvoluções de miolos (LAVOURA E COMÉRCIO, 15/01/1936, p. 1).

O fato de aquela criança tão pequena já ter conhecimento das letras do alfabeto e conseguir formar sílabas chamou a atenção do jornalista, que fez questão de registrar essa informação no jornal. Os dados apresentados não permitem afirmar se aquela menina tinha maior facilidade de aprendizagem ou se era habitual, no Orfanato, alfabetizar as crianças desde pequenas. O jornalista também ficou admirado com limpeza e a saúde das meninas, talvez pelo fato de que, antes de irem para a instituição, possivelmente viviam mendigando nas ruas, conforme mencionado na seção que tratou da história de Uberaba.

Na mesma reportagem o jornalista fez referência à estrutura do Orfanato que, embora organizado e limpo, era desconfortável:

Fui visitar o Orfanato Santo Eduardo com a profaníssima curiosidade de jornalista. Eu já vira, varias vezes, as orfãs alinhadas, descendo ou subindo a rua Carlos Rodrigues, em direção à Capela N. S. das Dores ou dali procedendo, e todas as vezes que as via, reafirmava o proposito de visitar

<sup>178</sup>De acordo com Rodrigues (2011), *vichy* é uma palavra francesa que designa o xadrez estílo toalha de piquenique ou de cantina italiana, que ficou famoso nos anos 60 por ser a lonita favorita de Brigitte Bardot.

<sup>179</sup>Caçula.

aquela casa que o elevado espírito da irmã Maria Alexandra havia fundado [...]. Em todos os comodos predominava ordem e limpeza, mas, em todos eles, um imenso desconforto. A sala de aulas, vasta e bem iluminada, é também a sala de costuras e de passar roupas. O refeitório, exíguo. O dormitório, apesar de amplo, com a sua lotação esgotada [...]. O seu estado de conservação é lamentável. A sua capacidade precisa de ser aumentada, em benefício da propria cidade que ali poderá abrigar maior numero de orfãos de crianças de ninguem (LAVOURA E COMÉRCIO, 15/01/1936, p. 1).

Alguns anos depois nova matéria publicada no jornal reafirmava a falta de recursos da instituição:

Há dias escrevemos nestas colunas uma nota sobre a imprescindível necessidade de nossa boa gente de prestar o seu auxílio caridoso ás infelizes orfãs que se acham internadas no Orfanato Santo Eduardo, sob a benevolia assistência das piedosas Irmãs Dominicanas. O apelo e as nossas palavras não cairam, como não poderiam cair, em terreno arido. Almas caridosas atenderam logo ao nosso pedido e beneficiaram aquela benemerita instituição com donativos valiosos. Houve por parte dessas almas de escól a grande compreensão dos sofrimentos e das necessidades daquelas a quem só a caridade pública pôde auxiliar um pouquinho, dando-lhes um pouco de alegria e de conforto. Centenas de meninas aguardam naquele lar, comum, humilde e pobre a mão amiga dos homens caridosos e das almas boas que lhes levam mantimentos, esmolas e roupas, cobrindo-as da intempéries e fazendo com que de seus lábios desabroche um sorriso de satisfação e de gratidão para todas essas almas generosas e boas. Neste sentido muito fazem as zelosas dominicanas, mas os seus recursos são parcos deante do vulto da obra de assistencia que tomaram a sua conta (LAVOURA E COMÉRCIO, 19/09/1940, p. 2).

A exemplo das instituições citadas anteriormente, o Orfanato Santo Eduardo vivia a mesma situação de carência de recursos, motivo pelo qual as religiosas necessitavam da comiseração da sociedade para obterem roupa e comida que provesse o sustento das meninas.

Embora as fontes analisadas não tenham apontado uma possível data, posteriormente Orfanato passou a receber subvenções do poder público municipal e estadual. Na década de 1930, também recebeu auxílios da esfera federal. As subvenções recebidas do governo federal foram, provavelmente, decorrentes da política assistencialista de Getúlio Vargas. De acordo com Rangel (2010, p. 129), a partir dessa década

[...] as instituições filantrópicas de assistência passaram a ter seu funcionamento regulado pelo Estado, na categoria de entidades de utilidade pública. O processo de regulação se iniciou em 1931 com a criação da Caixa de Subvenções a instituições filantrópicas. Em 1935 a Caixa de Subvenções é extinta e substituída por um conselho de caráter consultivo, vinculado ao próprio presidente da República, que ampliou o universo de instituições beneficiadas, incluindo as de saúde e educação. No entanto, a primeira grande regulação estatal só ocorreu com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social que consolidou, via filantropia, a estratégia de aliança do Estado com as organizações privadas de assistência social, sendo a subvenção social o

mecanismo inaugural da relação do Estado com a filantropia. Nessa subvenção foram incluídos diferentes mecanismos de transferência de recursos públicos para o setor privado, sendo o CNSS o órgão responsável por arbitrar tais subsídios.

O Conselho Nacional de Serviço Social foi criado em 1938, por meio do decreto 5.256. Uma de suas competências era justamente “delinear os tipo das instituições do caráter privado destinadas à realização de qualquer espécie de serviço social e estudar a situação das instituições existentes para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal” (BRASIL, 1938).

Entretanto essas subvenções - caracterizadas como política oficial de auxílio à esfera privada - deveriam ser votadas anualmente e poderiam ser suspensas, estendidas ou modificadas (MEDEIROS; PRADO, 2017), ou seja, não eram um recurso com o qual as instituições podiam contar regularmente. Além disso, os valores das subvenções eram parcimoniosos, fazendo com que as religiosas precisassem continuar contando com o auxílio da população para manutenção do Orfanato.

Mesmo assim as religiosas não conseguiram manter a casa, conforme observado neste registro feito no caderno das religiosas no ano de 1942, que trata da transferência do Orfanato Santo Eduardo para a Congregação da Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade:

Devido a nossa falta de pessoas para suprir todas as classes, depois de muitos anos nossa querida Madre nos autorizou a transferir o Orfanato Santo Eduardo para uma outra congregação que gostaria de recebê-lo. O monsenhor, com a bondade de sempre, passou a procurar uma congregação que atendesse esse objetivo. Depois de longas procuras sempre em vão as pequenas Irmãs da Piedade que já tinham uma responsabilidade de uma obra no seminário aceitaram<sup>180</sup>. Isto foi no dia 23 de fevereiro que nós deixamos esta obra. No dia 23 de fevereiro de 1942, com autorização de nossa reverenda Madre Geral e de nosso querido arcebispo diocesano Dom Alexandre Gonçalves do Amaral que fez o favor de procurar as substitutas desse trabalho. As Irmãs Dominicanas passaram o Orfanato Santo Eduardo para a boas Irmãs da Piedade. Foi lhes passado consequentemente todos os títulos e direitos assim como o capital recolhido desde o início pelas rosaristas como resultado de pequenas festas organizadas com a finalidade da nova construção [...]. Com essa situação de término do orfanato as Irmãs Dominicanas repassaram sem remuneração alguma o Externato da Imaculada Conceição a fim de que o orfanato possa continuar a funcionar. Esse repasse foi feito pela Madre Priora que passou para a nova diretora que recebeu a obra Madre Antonia e para o Monsenhor que presidiu esse ato. Esse repasse ficou registrado com as Irmãs

<sup>180</sup>Desde outubro de 1940, a pedido do bispo D. Alexandre, quatro religiosas da CIANSP já estavam instaladas em Uberaba, auxiliando no serviço interno do Seminário São José: “Apesar da grande carência de religiosas para novas fundações e, deixando mesmo de atender a outros pedidos anteriormente feitos, prontificou-se a Madre, ainda que com bastante, sacrifício, a atender aos instantes desejos do sr. Bispo D. Alexandre, já que não podia, mesmo dar-lhe uma recusa, em vista dos laços de amisade que o unem à Congregação, desde muitos anos” (CIANSP, 1892-1942).

Dominicanas e Irmãs da Piedade (MUSEU DA CAPELA DO CNSD, 1918 a 1947).

Entretanto, uma carta enviada pela irmã Maria Thomazia ao bispo D. Alexandre em 21/05/1941<sup>181</sup> permite concluir que antes do Orfanato ser entregue às religiosas vindas de Caeté e passar a funcionar, provisoriamente, no prédio do extinto Externato da Imaculada Conceição, a instituição não estava mais na rua do Carmo, e sim na chácara Santo Amaro:

[...] Tendo sido transferido o Orphanato Sto. Eduardo na Chácara Sto. Amaro, bem distante de todas as igrejas da cidade, a Irmã Superiora sollicita o grande favor de poder se conservar o SS. Sacramento no Oratório, preparado para este fim, obrigando-se as Irmãs a cumprir tudo o que a santa Liturgia prescreve, para se gozar desta grande graça. Sollicita mais o privilegio de se poder celebrar a Sta. Missa, no referido Oratório, de oito em oito dias, ou de 15 em 15 dias, para o fim de renovar a Santa Reserva, assim como nalguma outra ocasião, em que um Sacerdota possa utilizar-se da licença. O Orphanato consta, habitualmente, de 4 Irmãs e 20 meninas ou mais. Esperando receber mercê, desde já apresenta os mais sinceros agradecimentos e beija, respeitosamente, o sagrado anel de V. Excelência (CMDU, 1920 a 1944).

As fontes encontradas até o momento não forneceram pistas que pudessem explicar os motivos dessa mudança de endereço. Entretanto é possível conjecturar que na ocasião a casa situada na rua do Carmo já tivesse sido vendida.

#### **4.4 A Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade e o Orfanato Santo Eduardo (1942 a 1964)**

Esta seção tratará do Orfanato Santo Eduardo quando conduzido pela Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade (CIANS), utilizando-se, para isso, de recortes jornalísticos, fotografias, documentos localizados na instituição (hoje, Instituto Santo Eduardo) como o caderno intitulado Histórico (1943 a 1969), o Regulamento do Orfanato e o Livro de Matrículas.

---

<sup>181</sup>A carta encontra-se na íntegra no anexo Q.

#### 4.4.1 Construção e inauguração novo prédio do Orfanato Santo Eduardo

Como já mencionado, no ano de 1942 o Orfanato foi transferido para as religiosas da CIANSP, fato ratificado nesta passagem jornalística<sup>182</sup> que corrobora e complementa a transcrição do caderno das irmãs dominicanas que encerrou a seção anterior:

O Orfanato Santo Eduardo, menina dos olhos do Exmo. e Revmo. D. Eduardo Duarte e Silva, seu fundador, achava-se entregue ás Revmas. Irmãs Dominicanas. Não podendo, porém, essas bondosas Irmãs, por motivos alheios á sua vontade, arcar com os trabalhos de colégio e orfanato ao mesmo tempo, entregaram-no a D. Alexandre. Estava, portanto, fadado a desaparecer, por falta de Irmãs que o tomassem a seu cuidado exclusivamente. D. Alexandre, sempre amigo dos desprotegidos da fortuna, inteligente, zeloso e perspicaz, tendo apanhado logo a situação, comprehendeu que se devia tornar mais conhecida do bondoso povo uberabense a necessidade de melhor e maior amparo ás pobrezinhas. Recebendo o Orfanato o pecúlio conservado cuidadosamente pelas Reverendíssimas Irmãs Dominicanas (Cr.\$104.000,00), pensou logo em entregar tudo isto ás Irmãs Auxiliares de N. S. da Piedade. Pediu, insistiu e conseguiu da Revma. Madre Geral, Irmã Carmelita do C. de Jesus, as primeiras Irmãs: Antonia Maria de Jesus Menino, superiora, Cecilia da Eucaristia e a postulante Maria José Andrade, hoje, Irmã Maria Salomé da Piedade, que aqui chegaram a 20 de fevereiro de 1942. O Orfanato achava-se então instalado em uma pequena e velha casa, cedida, bondosamente, pelas Religiosas Dominicanas. Tornava-se urgente a construção de um prédio com melhores acomodações para agasalhar tantas orfãzinhas, um prédio que elas pudessem o chamar de seu, pois a falta de conforto pesava sobre todas – Irmãs e meninas (CMDU, 1920 a 1944).

Mesmo estando mal acomodadas, as religiosas da CIANSP iniciaram as atividades junto às crianças do Orfanato na expectativa de que em breve pudessem estar instaladas em sede própria. Ainda no recorte de jornal acima citado, foi registrado que D. Alexandre solucionou o problema, cedendo, para a construção do Orfanato, um terreno com 2.790 ms<sup>2</sup>, situado na rua Tiradentes, a poucos metros de distância da casa onde o Orfanato estava funcionando provisoriamente. Nas fotografias seguintes é possível observar a presença de religiosos e leigos reunidos para a benção do terreno e lançamento da pedra fundamental do Orfanato, no ano de 1942 (figura 62), bem como a planta inicial do prédio (figura 63).

---

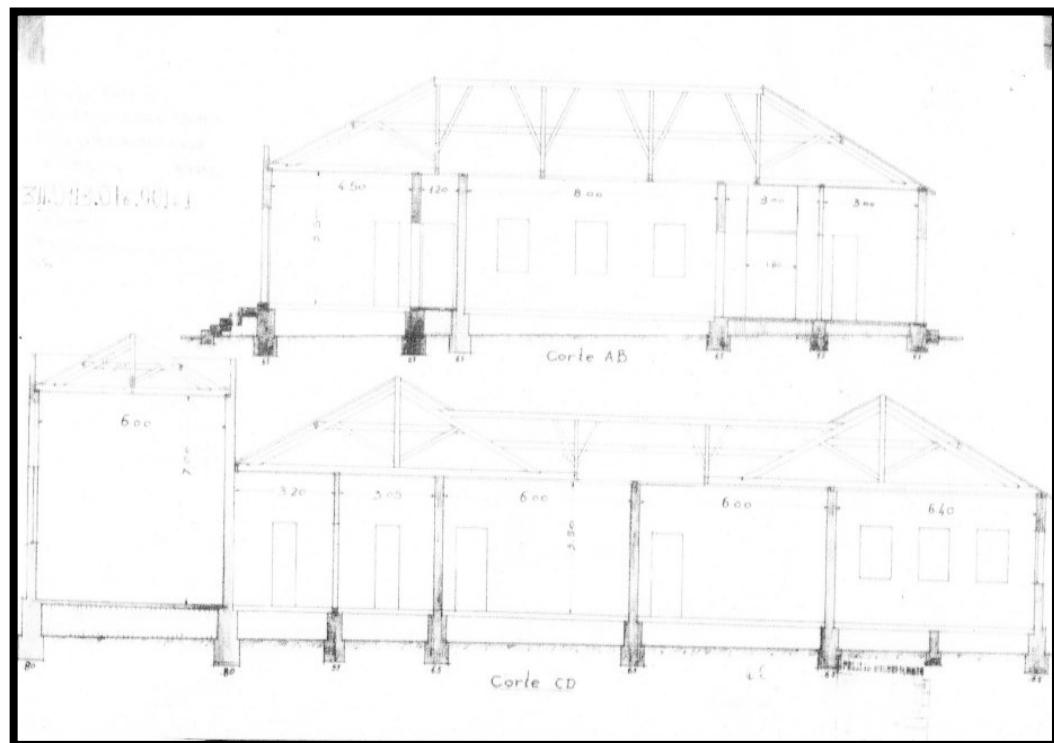
<sup>182</sup>Essa passagem jornalística foi encontrada em um caderno de recortes da Cúria Metropolitana de Uberaba. Não consta o nome do jornal, apenas a data escrita a caneta: 22/09/1943.

FIGURA 62 - Bênção da Pedra Fundamental do Orfanato Santo Eduardo - 1942



Fonte: Arquivo da CMDU.

FIGURA 63 - Planta inicial do Orfanato Santo Eduardo (1942)



Fonte: APU (s.d.).

Após aprovação da planta do prédio pela Prefeitura de Uberaba, foi estabelecido um contrato com o construtor Conrado del Papa, cujos termos foram minuciosamente descritos no histórico mantido pelas religiosas detalhando, inclusive, o tipo de material a ser utilizando, que deveria ser sempre da melhor qualidade. Nota-se assim que, mesmo com parcós recursos, as religiosas queriam investir em uma construção sólida, o que demonstra a intenção da congregação de estabelecer-se, de fato, em solo uberabense.

Entretanto, o orçamento do prédio a ser construído estava além da importância disponível em caixa, conforme mencionado no histórico da instituição.

A Revma. Irmã Superiora sentia-se muitas vezes desanimada, sem nenhuma esperança de ver terminada a obra começada. Nosso Senhor, porém, lhe inspirava sempre como agir. Saiu, então, a implorar de porta em porta, a generosidade do povo de Uberaba enquanto sua única auxiliar, Irmã Cecília da Eucaristia (a postulante havia seguido para o noviciado), velava pelas orfãzinhas e pelos múltiplos afazeres da casa. Uma generosa senhora, D. Dolores Coelho Campos<sup>183</sup>, a quem Irmã superiora implorava um auxílio, compadeceu-se dela e lhe deu uma opinião: não esmolar como fazia, o que muito a sacrificava. Espalhasse circulares, convidando as senhoras uberabenses para trabalharem em prol da construção do orfanato (ISE, 1943 a 1969, p. 5).

Irmã Antônia acatou a sugestão de Dolores Campos e distribuiu uma circular para as "senhoras da sociedade", convidando-as para uma reunião. Entretanto, a reunião não surtiu o efeito desejado, fazendo com que a religiosa continuasse o "espinhoso trabalho de esmolar" (ISE, 1943 a 1969, p. 6).

Mesmo com a falta de recursos, como eram insistentes os pedidos de vagas para novas órfãs, as religiosas resolveram fazer nova planta de um prédio com dois pavimentos. Com isso aumentaram as dificuldades financeiras que afetaram, inclusive, a alimentação das meninas internas:

Certa noite, quando as orfãzinhas se reuniram como de costume, para receber a merenda, lhe foi dado apenas pequena quantidade de pão, humedecido em leite e as religiosas, cansadas das lutas do dia, se satisfizeram com um pouco de água açucarada. Varias vezes a Revma. Irmã Superiora viu-se obrigada a animar as orfãzinhas a fazerem um sacrifício ao Menino Jesus, isto é, deixarem de tomar merenda à noite; muitas aceitavam com alegria, as pequeninas porém choravam muitas vezes. Ignoravam que a mamãe espiritual que as animava sofria por não lhes dar o pão necessário (ISE, 1943 a 1969, p. 8).

Por fim realizou-se uma nova reunião da comissão pró-orfanato da qual participaram o bispo D. Alexandre, Dolores Coelho Campos, presidente da comissão, Elvira de Andrade Cunha, vice-presidente, Ana Miranda, tesoureira e Heloísa Rodrigues da Cunha, secretária.

---

<sup>183</sup>A mesma pessoa que dirigiu a comissão pró-orfanato, em 1918.

Conforme relatado no histórico, "cheias de boa vontade puseram mãos a obra" e em pouco tempo conseguiram arrecadar uma boa quantia resultante de festivais e donativos.

Com a mudança de Dolores Campos para outra cidade, as campanhas da comissão foram se esmorecendo e a religiosa teve que pedir ajuda nos jornais, "suplicando uma esmola pelo amor de Deus" (ISE, 1943 a 1969, p. 8). Esse fato evidencia, mais uma vez, que a prática das ações de caridade nem sempre eram movidas pelo real interesse em ajudar ao necessitado; muitas vezes eram uma forma das "damas da sociedade" obterem reconhecimento e prestígio social entre seus pares. Mesmo com o apoio do bispo D. Alexandre, que tinha bastante prestígio em Uberaba, a sociedade talvez não estivesse colaborando suficientemente devido ao fato de a CIANSP ser uma congregação desconhecida na cidade, ao contrário das irmãs dominicanas que, ao abrirem o CNSD, logo obtiveram reconhecimento e aceitação da elite local.

Mesmo ainda em obras e sem portas e janelas, elas mudaram para a casa. A situação era precária e, ainda segundo a Irmã Célia, era necessário colocar papelões e escoras para maior segurança, e com o tempo sua construção foi sendo finalizada. **No início passaram muita dificuldade, pois a Congregação não era conhecida na cidade** (SANTOS, 2016, p. 25; grifo nosso).

Mesmo diante das dificuldades, foi possível a conclusão da obra, inaugurada no dia 29 de julho de 1943, conforme noticiado pela imprensa:

Inaugurou-se o Orfanato Santo Eduardo, mais uma afirmação do patrimônio católico do coração uberabense. Ele marca mais uma grande vitória de D. Alexandre em nossa querida diocese. Fruto de inúmeros trabalhos, lutas e dificuldades, ele é o guarda da generosidade, dedicação e bondade do povo de Uberaba. O Orfanato Santo Eduardo é a realização concreta daquela ideia de D. Eduardo. Foi ele quem lançou a semente, cuja germinação explendida e fecunda, estamos contemplando. Uberaba possui agora um Orfanato. Uma casa onde nossas orfanzinhas irão aprender e viver sua filiação divina [...]. O Orfanato Santo Eduardo vai agora acolher com mais facilidade as nossas orfanzinhas, para lhes dar tudo aquilo quanto elas não mais possuem, a felicidade de um lar onde recebe todo o conforto espiritual, moral e material. [...]. As solenidades de inauguração foram belíssimas. Todas as cerimônias foram presididas pelo Exmo. Sr. Bispo. Pela manhã houve na capelinha nova, a Santa Missa celebrada pelo Exmo. Sr. D. Alexandre. Missa em ação de graças por aquela nova realização. As Revmas. Irmãs, as orfanzinhas e diversas pessoas da cidade, tomaram parte na Santa Missa rendendo a Deus o mesmo louvor, por tantas graças (CMDU, 1943?).<sup>184</sup>

---

<sup>184</sup> Esta passagem jornalística foi encontrada em um caderno de recortes da Cúria Metropolitana de Uberaba. Não consta o nome do jornal, apenas a data escrita a caneta: 03/07/1943.

FIGURA 64 - Inauguração do Orfanato Santo Eduardo na Rua Tiradentes (1943)



Fonte: Arquivo da CMDU.

Nota-se que essa é uma fotografia de caráter figurativo, característica de um evento de inauguração na qual estão presentes, ao alto, autoridades religiosas e políticas. Ao lado as religiosas e, abaixo, as crianças beneficiadas, além de algumas pessoas da população dispersas dentre os demais sujeitos. Após ficar estabelecido por mais de duas décadas em casas alugadas que não foram projetadas para sediar um orfanato, a inauguração da nova casa, pensada e construída com aquela finalidade, foi bem recebida pela população uberabense.

Sobre a definição da subjetividade inerente ao espaço institucional, são importantes as contribuições de Escolano e Viñao Frago (2001), cujas reflexões acerca do espaço escolar e da arquitetura da escola enquanto programa podem ser transpostas para o espaço-orfanato, visto que este último, mesmo tendo um caráter assistencialista, era um espaço eminentemente educativo que funcionava, inclusive, como escola.

De acordo com Viñao Frago (2001, p. 69), “a instituição escolar e o ensino só merecem esse nome quando se localizam ou se realizam num lugar específico. E, com isso, quero dizer num lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente para esse fim”. A percepção desse autor acerca do espaço escolar é validada nas observações feitas pelo jornalista ao descrever a solenidade de inauguração do novo prédio do Orfanato:

As duas horas realizou-se a bênção do novo prédio. Oficiada por D. Alexandre, foi assistida por diversos sacerdotes, pelas religiosas dominicanas, pelo Sr. Prefeito municipal, diversas pessoas de destaque, e uma grande multidão. **As diversas acomodações do estabelecimento foram visitadas, por quase todos os presentes, encantando realmente a todos, porque o prédio do Orfanato está verdadeiramente adaptado às finalidades que tem** (CMDU, 1920 a 1944; grifo nosso).

Escolano (2001, p. 47), por sua vez, salienta que “a escola, em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas”. O autor também afirma que essas transformações nos espaços educativos nem sempre são determinadas pelas necessidades pedagógicas, mas também devido às exigências econômicas e culturais da época. Como exemplo Escolano (2001) observa que as mudanças nos espaços escolares ocorridas no final do século XIX e início do XX foram influenciadas por aspectos relacionados ao higienismo, ao industrialismo e ao taylorismo.

No caso do Orfanato Santo Eduardo, quando sua sede definitiva foi construída já estava em curso uma nova concepção acerca do amparo à infância, impulsionada pela política assistencialista de Vargas, bem como acerca do processo de ensino-aprendizagem que, tendo como fomento os ideais escolanovistas, defendia a necessidade de utilização de espaços educativos diferenciados.

Por outro lado é preciso não perder de vista que, sendo caracterizada como uma instituição total (GOFFMAN, 1974), a arquitetura não poderia prescindir de alguns dispositivos que são inerentes a esse modelo institucional: portas e muros que dificultem a saída das internas e a entrada de estranhos. Além disso, retomando as características das instituições disciplinares analisadas por Foucault (2009), nota-se que a edificação foi planejada tendo em mente alguns aspectos importantes como o cálculo das aberturas, das passagens e das transparências, que possibilitavam a vigilância constante de quem estivesse em seu interior.

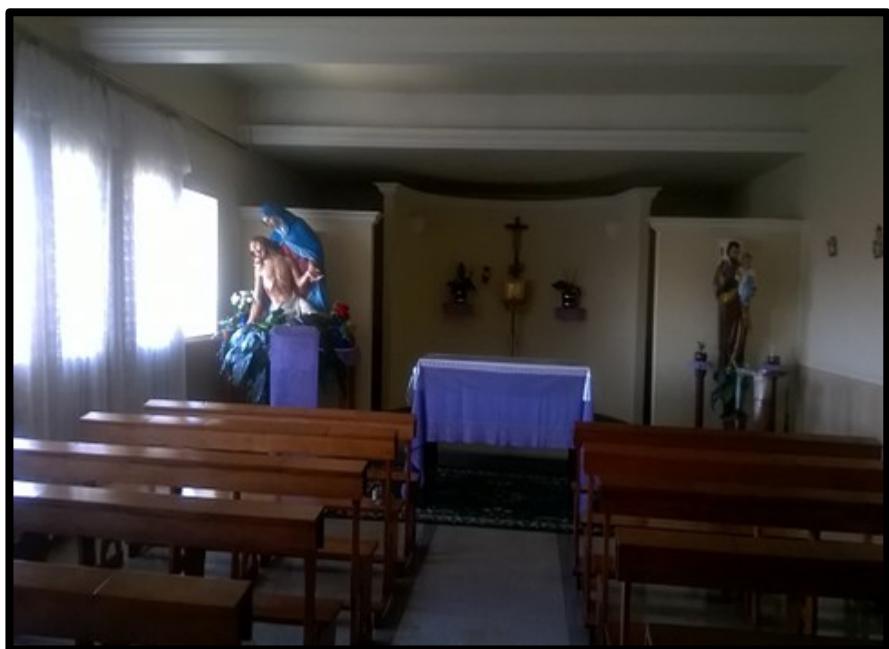
Também é primordial considerar que, por se tratar de uma instituição católica, o espaço do Orfanato expressava de forma silenciosa, porém incessante, toda a religiosidade que emanava do local. Os diversos símbolos religiosos espalhados pela casa bem como a capela, localizada em seu interior, eram, por excelência, instrumentos educativos. Um desses símbolos é a imagem de Santo Eduardo, que foi levada para o Orfanato em 1962<sup>185</sup> e até hoje ocupa lugar de destaque no saguão da instituição (ver anexo R).

---

<sup>185</sup>Conforme registrado no Histórico do Orfanato, “dia 6 [de setembro de 1962] chegou a imagem do nosso padroeiro, Sto. Eduardo, foi feito no Rio de Janeiro. O Rvmo. Sr. Frei Marcelino (capuchinho), a pedido da

Na figura 65 é possível conhecer a capela. Embora a fotografia tenha sido tirada nos dias atuais, a capela existe desde que o Orfanato foi criado. Em seu interior, à esquerda, destaca-se a imagem de Nossa Senhora da Piedade, na qual Maria segura Jesus já morto em seus braços. Trata-se de uma imagem carregada de simbolismo, cuja força da expressão artística é bastante significativa: “Jesus [...], recém descido da cruz, nos braços de sua mãe. Retrata o sacrifício de salvação feito por Jesus e Maria como corredentora, acompanhando seu filho até o fim”.

FIGURA 65 – Capela do Orfanato Santo Eduardo (2017)



Fonte: Acervo da autora.

Quando se atenta para o fato de que algumas crianças que foram internadas no Orfanato poderiam ter sido literalmente abandonadas por suas mães, torna-se até antagônica a presença daquela imagem que simbolizava justamente o oposto: a mãe que fica ao lado do filho até o fim. Porém, conforme destacado na epígrafe que inicia essa seção, embora a orfandade seja triste, o direito de ser filho de Deus (e, portanto, de Maria), é enaltecedor. Criadas naquele ambiente de profunda religiosidade, as freiras e os capelães provavelmente incutiram nas órfãs o sentimento de alegria e engrandecimento pela filiação divina.

---

Rvda. Ir. Superiora Gabriela, que arranjou quem fizesse, com dificuldade, porque ninguem conhecia. Ficou em Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros). Foi um dia de alegria para todos nos” (ISE, 1943 a 1969, p. 83).

Na fotografia seguinte é possível entrever outro espaço pertencente à área externa do orfanato, na qual é possível constatar que as religiosas, de fato, construíram um prédio com um andar superior que permitiu ampliar a quantidade de crianças atendidas na instituição

FIGURA 66 – Pátio do Orfanato Santo Eduardo – s.d



Fonte: Santos (2016, p. 25).

Nessa imagem também chama a atenção o modelo da roupa utilizado pelas internas mesmo estando realizando atividades físicas ao ar livre: todas trajavam uniforme, cujas meias e mangas encobriam pernas e braços. Nesse contexto, são apropriadas as considerações feitas por Soares (2011) ao analisar as vestimentas utilizadas na prática de exercícios físicos no Brasil nas décadas de 1920 a 1940. Segundo a autora,

As roupas afirmam traços humanos, revelam pertencimentos ou exclusões, assim como diferenças entre uma natureza corporal e as marcas da cultura. Elas constroem, compõem, fabricam as aparências, contam trechos das histórias miúdas, cotidianas, banais [...] A função de proteção do corpo dada pela roupa, elementar, sem dúvida, pode ser considerada como aquela que permite vislumbrar outras características e particularidades [...]. Ali é possível encontrar um leque de racionalidades e significações diversas e, entre elas, aquela elaborada pelos médicos que, entre os séculos XVII e XX, faziam das roupas um elemento importante nos cânones da saúde, alertando, entre outros aspectos, para os benefícios e os perigos da exposição do corpo ao ar e, principalmente, ao sol. Essa mesma função atribuída à roupa pode também ser analisada desde outra significação, que não aquela física, carnal, mas, sim,

moral, ou seja, a de proteger o corpo do olhar do outro (SOARES, 2011, p. 82-83).

As fotografias seguintes (figuras 67, 68 e 69), tiradas na atualidade, permitem conhecer a fachada do Instituto Santo Eduardo, bem como um dos dormitórios<sup>186</sup> e o refeitório. Estes últimos, embora tendo passado por reformas, mantiveram suas características originais.

Observando esses espaços nota-se que a divisão espacial, a luminosidade e o arejamento reforçam o que foi afirmado acerca da diferença entre uma casa planejada e construída com uma determinada finalidade daquelas que são adaptadas e improvisadas em espaços alugados:

[...] os espaços devem ser pensados para melhorar, facilitar e ajudar na vida daquelas crianças que lá vão viver, e não apenas definidos por metragem quadrada mínima e pré-estabelecida [...]. Os tipos de casas para menores [...] destinados à permanência em tempo integral, deixam profundas marcas na vida daqueles que passam por ali, tanto na dos internos como dos funcionários, devido a isso, seus espaços merecem atenção especial [...] (SANTOS, 2016, p 34;45).

FIGURA 67 - Fachada do Instituto Santo Eduardo (2017)



Fonte: Acervo da autora

<sup>186</sup>Como o Instituto Santo Eduardo não é mais um internato, atualmente os dormitórios são utilizados para o repouso da crianças, normalmente após o almoço.

FIGURA 68 - Dormitório do Instituto Santo Eduardo (2017)



Fonte: Acervo da autora

FIGURA 69 - Refeitório do Instituto Santo Eduardo (2017)



Fonte: Acervo da autora

#### 4.4.2 Adentrando os muros do Orfanato Santo Eduardo

Esta seção tem como pretensão adentrar os muros que circundavam o Orfanato Santo Eduardo, com o objetivo de conhecer a dinâmica institucional vivenciada sob o teto que abrigou inúmeras crianças que passaram parte de suas vidas no interior daquela casa, que além de ter caráter assistencial e educativo, também era um ambiente escolar. Retomando o conceito de instituição apresentado no capítulo anterior, a ideia de educação, conforme Saviani (2007), está implícita no conceito de instituição. O caráter educativo e escolar do Orfanato Santo Eduardo foi explicitamente expresso em seu regulamento que determinava no capítulo I - intitulado “Direção – Fins” - que:

Art. 1º - O Orfanato “Santo Eduardo”, com sede em Uberaba, é dirigido pelas Irmãs Auxiliares de N. Sra. Da Piedade. Art. 2º - É destinado à **educação** e manutenção de orfãs pobres e meninas abandonadas do Triângulo Mineiro e especialmente dêste Município. Art. 3º - Além da **instrução religiosa** ministrar-se-á também às meninas do Orfanato o **ensino primário** de acordo com os programas adotados nas escolas públicas, dando-se-lhes ao mesmo tempo **prática do serviço doméstico e dos diversos trabalhos de agulha** (ISE, 1942?, p. 1; grifo nosso).

A leitura desses artigos permite concluir que a formação educativa que as internas recebiam no Orfanato estava sustentada no seguinte tripé: instrução religiosa, instrução escolar e formação para o trabalho.

Araújo (2007, p. 96), por sua vez, ao apresentar suas contribuições acerca do conceito de instituição escolar<sup>187</sup> reflete que elas “[...] são expressões de visões de mundo”. Além do mais, elas

[...] configuram e orientam diferentes projetos de natureza educativa. Tais projetos implicam orientações concepcionais de ordem antropológica, ética, política, teológica, estética, etc. Numa palavra, a instituição escolar está comprometida, dialeticamente, com a cultura a produzir-se e a reproduzir-se entre os educandos (ARAÚJO, 2007, p. 96).

Considerando essa afirmação de Araújo (2007), além das contribuições de outros autores trazidas no capítulo anterior acerca do conceito de instituição, essa seção apresentará diversos aspectos que constituíram a dinâmica institucional do Orfanato Santo Eduardo a partir da análise de documentos como o regulamento, o histórico, o livro de matrículas, recortes jornalísticos, fotografias e outros, com o intuito de compreender suas singularidades, sem contudo perder de vista que ela era, no dizer de Araújo (2007, p. 96), “co-partícipe de projetos

<sup>187</sup>Embora o Orfanato Santo Eduardo não fosse propriamente uma “escola”, ele tinha como um de seus atributos a formação escolar. Por esse motivo, os conceitos de “instituição escolar” apresentados também podem ser transpostos à instituição em estudo, porém sem perder de vista as especificidades de cada modelo institucional.

históricos”, ou seja, expressava, conforme mencionado pelo mesmo autor, uma determinada “visão de mundo”. Visão esta que se articulava com os acontecimentos locais, mas também regionais e nacionais do período em questão.

#### 4.4.2.1 O Regulamento do Orfanato Santo Eduardo

O funcionamento de uma instituição, qualquer que seja sua especificidade, pressupõe a existência de um regulamento que normatize as ações dos sujeitos que dela fazem parte. No caso dos regulamentos de instituições educativas e/ou escolares, eles são constituídos por um conjunto de normas e regras que devem compor o processo formativo do educando, com o intuito de atingir os objetivos propostos.

O Regulamento do Orfanato Santo Eduardo, composto por quatro capítulos subdivididos em dezenove artigos, apresentava diversas normas reguladoras do comportamento das internas desde o momento em que eram admitidas até a data de saída da instituição. Quanto ao seu formato, tratava-se de um pequeno livreto impresso em brochura, de capa cinza, totalizando sete páginas.

O primeiro capítulo, citado anteriormente, tratava da “Direção – Fins” do Orfanato. O segundo capítulo, por sua vez, tratava das “Condições de Admissão”, a saber:

Art. 4º - A proposta para admissão de orfãs deve ser dirigida à Irma Superiora do Orfanato, e feita por escrito por parente ou pessoa que pela orfã se interessar. A petição será acompanhada dos documentos que forneçam os registros seguintes: a) Ser orfã. (Apresentar certidão de óbito de um dos progenitores ou de ambos, quando os dois forem falecidos). b) Ter de 4 a doze anos. (Batistério e certidão de idade). c) Ser vacinada e não sofrer de moléstia contagiosa ou repugnante, nem ter defeito físico que inabilite para o trabalho. (Atestado médico). d) Apresentar certificado passado por pessoa conhecida, provando não possuir meios de subsistência. § único – A Diretora reserva-se ainda o direito de exigir outros documentos e outras condições conforme o caso exigir. Art. 5º - A orfã, enquanto não tiver fornecido os requisitos precedentes, se for admitida provisoriamente, não será matriculada e deverá ser entregue ao parente ou pessoa que a propôz, se fôr verificado que não preenche as condições exigidas. Art. 6º - No caso de ser admitida no Orfanato uma menina ainda pagã, a Diretoria reserva-se o direito de a mandar batizar. Art. 7º - Para admissão ou retirada do Orfanato, é mister apresentar alvará do Dr. Juiz de Direito da Comarca a que pertencer (ISE, 1942?, p. 2-3).

A leitura desses quatro artigos permite fazer algumas inferências acerca da “visão de mundo” e, consequentemente, dos sujeitos que poderiam ou não ser admitidos no Orfanato. Antes, porém, cabe observar que as normas institucionais, embora específicas do Orfanato Santo Eduardo, não foram criadas arbitrariamente pelas religiosas que o conduziam, mas expressavam o pensamento vigente. O primeiro requisito de entrada na instituição era a

orfandade. Vale lembrar, porém, que ser órfão não significava, necessariamente, ter perdido ambos os genitores; bastava a perda de um deles para que a criança fosse incluída nessa condição. A circunstância de pobreza associada à viuvez representava uma grande dificuldade, tanto para a mulher como para o homem, na criação dos filhos. A ausência de políticas públicas e de uma rede de apoio às famílias que passavam por essa situação tornavam o internamento institucional a melhor (e talvez única) opção de garantia de sobrevivência dos filhos, mesmo que isso implicasse na ruptura de laços familiares. Nessa conjuntura, não eram raros os casos em que irmãos e irmãs se separavam já que, na maioria das vezes, meninos e meninas não eram atendidos na mesma instituição.

Outro critério de admissão no Orfanato era a apresentação de certificado passado por pessoa conhecida que comprovasse que a família não tinha meios de subsistência. Em alguns casos, porém, o próprio estado em que as crianças se encontravam era uma comprovação da condição de pobreza, conforme se constata na transcrição que segue, em que as crianças, inclusive, foram admitidas na instituição mesmo não sendo propriamente órfãs:

Dia 9 fomos obrigadas a receber 4 meninas de uma vez. Estas chegaram pela manhã, conduzidas pelo próprio pai, sendo que eram de 9, 5, 7 e 10 anos. Estavam dignas de dó, em suas veias parecia não correr mais sangue, mas sim agua. Já havia dois anos que a sra. mãe das mesmas se encontrava em tratamento em Belo Horizonte. Vendo a situação, apesar de estar super lotado o Orfanato, não tivemos remedio se não recebesse-las (ISE, 1943 a 1969, p. 79).

A exigência do batistério para admissão no Orfanato e a imposição do batismo das crianças pagãs reafirmam a opção da instituição, desde a fundação pelas irmãs dominicanas, de acolher somente crianças cujas famílias professassem a fé católica. Entretanto, ao invés de recusarem a admissão de crianças pagãs, a nova congregação as aceitava, desde que recebessem o sacramento. Apesar de terem decorridas mais de duas décadas da criação do Orfanato, o espiritismo continuava sendo uma ameaça à Igreja na cidade, conforme se observa nesta transcrição do ano de 1951 retirada do Livro do Tombo I da Paróquia de Santa Terezinha, da qual fazia parte o Orfanato Santo Eduardo:

[...] Outro mal terrível é o espiritismo. Os fanáticos de Alan Kardec tem seus auxiliares em qualquer casa onde campeia a pobreza, explorando a ignorância religiosa do povo. Basta dar um passeio para logo deparar nesse indiferentismo religioso [...]. Repito, o espiritismo e um pouco o protestantismo auxiliado pelo terrível indiferentismo religioso afastam o povo da Igreja. Por isso, nesse ano de 1951 iniciaram as aulas de catecismo na Igreja aos domingos e nos grupos escolares<sup>188</sup> [...] (PST, 1987 a 1995, p. 22-23; grifos do autor).

---

<sup>188</sup>Mesmo se tratando de instituições mantidas pelo poder público, era comum essa associação entre as instituições religiosas católicas e os grupos escolares na oferta de catecismo e aulas de ensino religioso. Estudos realizados por Souza (2012) acerca do Grupo Escolar Minas Gerais, em Uberaba, mostram que nas décadas de 1940 e

Também vale a pena observar, nas exigências de admissão, o fato de que a criança não poderia ser matriculada caso sofresse de alguma “moléstia repugnante” ou tivesse algum defeito físico que a tornasse inapta para o trabalho. Esses requisitos possivelmente contribuíam para a difusão de preconceitos, além de reforçar a imposição dos preceitos higienistas na sociedade.

Cabe observar, porém, que esse tipo de disposição não era específico do Orfanato Santo Eduardo ou da CIANSP. Diversos documentos consultados, alguns de décadas anteriores à elaboração desse Regulamento, possuíam cláusulas semelhantes. O Regulamento do Ensino Primário de Goiás por exemplo (decreto 10.640, de 10/02/1920), especificava, no artigo 110, que não seriam matriculadas:

- a) as crianças de idade inferior a sete annos completos; b) as que padecerem de molestias contagiosas ou repugnantes; c) as imbecis e as que por defeito organico não puderem receber instrucção; d) as que não estiverem vaccinadas, onde houver serviço medico escolar, ou facultativo, encarregado ou não do serviço (GOIÁS, 1920)<sup>189</sup>.

A não aceitação de meninas que sofressem de moléstias contagiosas ou que não fossem vacinadas é até compreensível, visto que o objetivo desse dispositivo era impedir a propagação de doenças entre as crianças sadias em uma época na qual a medicina não possuía recursos suficientes para evitar as epidemias. Em 1961, por exemplo, uma interna foi enviada para a família porque havia contraído tuberculose e não podia ficar em contato com as outras meninas do Orfanato:

Adoeceu uma menina do Orfanato [...] que era interna desde 29-7-57. Dia 10 a Rvda. Irmã Superiora Gabriela mandou-a para Uberlândia para ver se podia fazer o tratamento na Santa Casa, mas não podia ficar lá porque no examinar a menina viram que estava tuberculosa, e não podia ficar. Vandair uma môça que já foi do Orfanato e que fez a caridade de leva-la para Uberlândia. Voltando no dia seguinte para o Orfanato ficou isolada alguns dias num quarto, tomando remedio até Irmã Superiora resolver a situação. Dia 16 a menina foi retirada pela mãe de criação que a levou para o isolado. E o medico veio examinar as outras meninas (ISE, 1943 a 1969, p. 76).

---

1950 as professoras, além de prepararem os alunos para a Primeira Comunhão, tinham que acompanhá-los à missa aos domingos. Conforme Freitas e Biccas (2009, p. 56), “os pilares que sustentavam a relação do Estado e da Igreja foram sendo constituídos, construídos e consolidados em Minas Gerais com particularidades que diferenciam o caso mineiro em relação a outros estados, nos quais a relação entre Estado e Igreja Católica estava muito mais aberta ao conflito do que à conciliação”.

<sup>189</sup>O Regulamento do Ensino Primário de Minas Gerais (decreto 7.970), embora não apresentasse esse tipo de disposição ao tratar da matrícula dos alunos, era fortemente influenciado pelos ditames higienistas, dedicando toda a parte IV (6 capítulos) ao tema “Da Higiene Escolar e da Assistência Médica e Dentária” (MINAS GERAIS, 1927b).

Chama a atenção, contudo, a exclusão das crianças que tivessem defeitos físicos que permitissem a habilitação para o trabalho. De acordo com Xiberras (1996, p. 28) a definição de exclusão precisa levar em conta “o espaço de referência que provoca rejeição e as múltiplas maneiras pelas quais esta exclusão se reproduz”. A autora também pondera que o conceito de exclusão é bastante amplo, e baseado em valores religiosos, políticos, paradoxais ou oficiais que levam a atitudes de rejeição.

Com base nesse conceito é possível depreender que a inclusão dessa norma excludente no processo de admissão no Orfanato evidenciava o pensamento utilitarista da época, que ao invés de amparar irrestritamente os sujeitos frente às adversidades da orfandade, estava mais preocupado com a força de trabalho que cada uma daquelas crianças viria representar tanto para a instituição quanto para a sociedade.

Ainda concordando com Xiberras (1996) é possível observar que essa norma também era, de certa forma, paradoxal, pois a não aceitação de sujeitos com defeitos físicos poderia acarretar um outro problema, que era a impossibilidade dos pais trabalharem devido aos cuidados que aquela criança demandava. De acordo com Lobo (2015), a detecção de crianças “anormais” não se justificava apenas por motivos escolares ou profiláticos, mas também por motivos econômicos, já que além de representarem a diminuição da mão de obra, também se constituíam em um fardo para seus pais ou parentes.

O terceiro capítulo do Regulamento do Orfanato Santo Eduardo tratava das “Disposições Gerais” e era composto por oito artigos, sendo que o primeiro deles (artigo oitavo) explicava a forma como a criança seria recebida na instituição. Para Goffman (1974), toda pessoa que é inserida em uma instituição total percebe, logo de início, a perda de alguns papéis sociais devido à barreira que a separa do mundo externo. Embora a admissão no Orfanato pudesse representar, para a maioria das crianças, melhores condições de vida (já que ali receberia proteção e cuidados que não teria em sua casa ou nas ruas), não deveria ser fácil para a ingressante compreender aquela ruptura com o mundo externo que a apartava dos familiares e de tudo que havia vivido até então.

Retomando o artigo oitavo do Regulamento este explicitava que: “A sua entrada para o Orfanato, cada menina será matriculada pela Irmã Diretora, e receberá um número que servirá para marcar a roupa que usar no estabelecimento”. Para Goffman (1974), no momento da admissão dos indivíduos em uma instituição total já se inicia o processo de mortificação do eu:

Muito frequentemente verificamos que a equipe dirigente emprega o que denominamos processos de admissão: obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, **atribuir números**, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho,

desinfetar, cortar os cabelos, **distribuir roupas da instituição**, dar instruções quanto a regras, designar um local para o internado. Os processos de admissão talvez pudessem ser denominados “arrumação” ou “programação”, pois, ao ser “enquadrado”, o novato admite ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, **modelado suavemente pelas operações de rotina** (GOFFMAN, 1974, p. 25-26; grifo nosso).

O próximo artigo das “Disposições Gerais” (artigo nono) dizia que “as orfãs terão alimentação substancial e abundante e serão vestidas decentemente usando sempre o uniforme adotado”. Quanto à alimentação, as crianças geralmente não passavam por privações alimentares devido, principalmente, às doações recebidas das famílias abastadas da cidade<sup>190</sup>.

Em relação às roupas, pela fotografia seguinte é possível inferir que o Orfanato Santo Eduardo, de fato, adotava o uso de uniformes. Entretanto, não se sabe se o modelo mostrado na figura 70, que era bastante formal, era utilizado diariamente ou apenas em ocasiões especiais como no dia daquele registro fotográfico<sup>191</sup>.

FIGURA 70 – Internas e religiosos (as) do Orfanato Santo Eduardo (1948)



Fonte: Acervo da CMDU - Fotógrafo: João Schroeder

<sup>190</sup>Entretanto, ao longo dos anos, começaram a ser publicados nos jornais informações sobre campanhas que pediam doações aos Orfanato devido à dificuldades pelas quais estavam passando (ver anexo S).

<sup>191</sup>A presença do bispo D. Alexandre e de um outro religioso na fotografia sugerem que aquele era um momento especial na instituição, que justificou a presença do fotógrafo Schroeder, bastante renomado na cidade, para realizar o registro.

Analisando a vestimenta das meninas verifica-se que ela era constituída por saia cujo comprimento cobria os joelhos. As mangas das blusas eram compridas e o laço no pescoço contribuía para conferir maior sobriedade à vestimenta, assim como o hábito utilizado pelas religiosas. Ao fundo são vistas algumas jovens que não utilizavam uniforme. Provavelmente eram as internas mais velhas, que estavam prestes a completar a maioridade.

Ainda observando a imagem nota-se que o fotógrafo teve um perceptível cuidado ao organizar os presentes para a composição da imagem, centralizando o bispo e colocando do seu lado direito e esquerdo, em formato diagonal, os demais religiosos (as). As crianças foram distribuídas de ambos os lados, conferindo equilíbrio ao retrato. O posicionamento dos religiosos (todos sentados com o bispo ao centro) e das internas (em pé ou sentadas no chão), demarcava, mesmo que de forma sutil, os ordenamentos e hierarquias institucionais.

No verso do retrato, que foi dado de presente a D. Alexandre, havia a seguinte dedicatória: “Exmo e Rvmo. D. Alexandre. Beijando, reverentes, o anel de Vossa Excia. Rvma., pedem-lhe licença para lhe oferecer êste, as menores ovelhas de seu rebanho: Religiosas e órfãs do ‘Santo Eduardo’. Uberaba, 14 de Abril de 1948”.

Além do uniforme as internas também tinham seus “vestidos de gala, tão alvos como suas almazinhas inocentes” (ISE, 1943 a 1969, p. 20). Tais roupas, utilizadas principalmente nas celebrações religiosas, simbolizavam a inocência e a pureza, valores relevantes ao catolicismo, conforme se observa nesta outra transcrição do Histórico do Orfanato que dizia que na celebração de Corpus Christi as órfãs menores “foram vestidas de anjos e virgens. Ficaram lindas, com seus cabelinhos anelados, com cestinhos brancos com flores” (ISE, 1943 a 1969, p. 48).

Dando continuidade ao Regulamento do Orfanato, o artigo décimo, ainda no capítulo das “Disposições Gerais” estabelecia que “Durante o dia, observarão o horário que determinará as horas de estudo, de trabalho manual, de recreio, etc., organizado de tal modo que sejam observadas, rigorosamente, tôdas as exigências pedagógicas”. Ainda sobre a organização do tempo, o artigo décimo segundo, por sua vez, determinava que “Nos domingos as orfãs terão os recreios mais prolongados podendo neste dia sair a passeio fóra do estabelecimento, tôdas juntas e sob a direção de uma ou mais Religiosas”.

Concordando com Goffman (1974) é possível afirmar que a vida no interior de um a instituição total, nesse caso o Orfanato, era uma vida formalmente administrada, na qual um grupo relativamente numeroso de internas, que estava junto em tempo integral, se via diante de um esquema rígido de horários e de atividades a serem realizadas, sem oportunidade de

tomar decisões em relação a aspectos corriqueiros do cotidiano como escolher o horário de acordar, deitar, tomar banho, ler um livro, etc.

Em relação ao recreio, citado nos artigos 10º e 12º do Regulamento, no Histórico do Orfanato era dito que havia uma separação das internas com o intuito de facilitar a disciplina: as menores de 4 a 7 anos ficavam sob a responsabilidade da Irmã Maria Emília, as médias de 7 a 12 anos com Irmã Cecília e as maiores de 12 a 18 anos com a Irmã Maria Silvia.

Além de facilitar o controle da disciplina, a separação das meninas em pátios diferentes, de acordo com a idade, era uma forma de “instaurar as comunicações úteis [e] interromper as outras”, conforme aludido por Foucault (2009, p. 138). Uma possível suposição é a de a intenção das religiosas fosse evitar comunicações acerca de questões referentes ao corpo e à sexualidade já que, ao atenderem internas de idades tão variadas (dos 4 aos 18 anos), eram diferenciados os questionamentos e os interesses dos integrantes dessas faixas etárias.

A propósito, vale lembrar que o tema da sexualidade, naquela ambiência (não só entre as religiosas mas na sociedade em geral), era tratado de forma velada, fato que possivelmente despertava maior curiosidade entre as jovens. Aliás, Foucault (1988) aborda esse assunto em um livro cujo título é bastante sugestivo: “História da Sexualidade: a vontade de saber”. Na obra, o autor revela que desde o século XVIII as instituições escolares, por sua arquitetura, seus regulamentos e organização interna, falavam sobre sexo mesmo quando queriam o contrário:

O espaço da sala, a forma das mesas, **o arranjo dos pátios de recreio**, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. O que se poderia chamar de discurso interno da instituição — o que ela profere para si mesma e circula entre os que a fazem funcionar — articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente (FOUCAULT, 1988, p. 29; grifo nosso).

O décimo primeiro artigo das “Disposições Gerais” prescrevia que “As meninas serão tratadas sem distinção uma das outras, havendo distribuição de turmas que se ocuparão, quanto a sua idade o permitir, alternadamente, fôra das horas de estudos, dos seguintes serviços: limpeza de casa, cosinha, lavagem de roupas, jardinagem, etc.”. A rotina no Orfanato foi descrita no histórico da instituição, que detalhava como era preenchido o dia de uma interna.

O dia da órfã é preenchido da seguinte maneira: havendo missa em casa, levantam-se, geralmente, às 6 horas. As 6,20 fazem a oração da manhã; 6,30 assistem à santa missa; às 7,10, café. Do refeitório, após o café, são distribuídas cada qual pelas diversas obrigações: limpeza das diversas dependências, isto é, para as médias e grandes, as pequenas, na parte da manhã até as 9 horas revesam às turmas, nos banheiros enquanto que as maiores enquantos as

fazem as limpezas dos pátios e jardins; 9,30, quando todas já terminaram o serviço de asseio da casa, vão algumas para a sala de trabalhos de agulhas enquanto que outras se ocupam do conserto e passação de toda roupa que é toda lavada e preparada até quinta feira, quando já devem estar todas nas respectivas rouparias. As 11 horas é o almoço, **segundo o recreio até as 12,30** quando entram para o estudo. As 13,15 começam as aulas que vão até as 14,30, sendo interrompidas para o café, nesse horário. Das 15 até as 16,30, seguem as aulas. **Após um recreio de meia hora** há a recitação do terço de Nossa Senhora seguindo após o jantar. No período entre 13, 15 e 16,30 as órfãs que já fizeram o curso primário, tendo já terminado o serviço de rouparia, passam a trabalhar, algumas, em bordados e outros trabalhos de agulhas e outras de 14 anos em diante, na sala de costura onde toda roupa é feita por elas mesmas, sob a regência de uma das Irmãs. Continuando, após o jantar, **segue um recreio até as 19 horas** quando se inicia o estudo até as 20 horas. Nessa hora fazem na capela a oração da noite que é seguida do descanso. Eis o dia da órfã. Para adquirirem o senso de responsabilidade há as meninas chefe nos diversos serviços da casa que fazem a maneira de rodízios trocando de obrigações mensalmente, com exceção da cozinha e lavanderia que, por serem trabalhos mais pesados, trocam-se todas as semanas (ISE, 1943 a 1969, p. 39-40; grifo nosso).

O “Dia da órfã”, portanto, iniciava às seis da manhã e se estendia aproximadamente até as oito e meia da noite, quando elas iam dormir. Conforme observado nos trechos que foram destacados na transcrição anterior, entremeando as orações, a execução das tarefas domésticas e as aulas, as internas tinham três momentos de recreio, os quais eram, segundo consta no histórico da instituição, “[...] anímadíssimos [...]. Praticam o voley e varios outros pequenos jogos” (ISE, 1943 a 1969, p. 39).

O momento do recreio tinha como um de seus objetivos não fadigar as meninas diante das diversas atividades a serem realizadas ao longo do dia. De acordo com Faria Filho (2000), a inserção do horário do recreio durante o decurso das atividades escolares constituía-se em uma prática salutar, pois a distribuição racional do tempo, intercalando momentos de atividade e de descanso, garantiria a saúde física e mental do aluno, tornando-o, consequentemente, mais produtivo (FARIA FILHO, 2000).

A imagem que segue (figura 71) mostra diversas garotas realizando atividades recreativas e/ou esportivas no pátio do Orfanato. Na fotografia, provavelmente tirada em uma data mais recente que a anterior (figura 70), é possível constatar que o modelo do uniforme já não era tão austero e as mangas e meias curtas permitiam que as crianças se movimentassem com mais versatilidade pelo pátio.

FIGURA 71 – Pátio do Orfanato Santo Eduardo – s.d



Fonte: Santos (2016, p. 26).

Embora ainda não fosse permitido o uso de shorts, que possibilitaria maior liberdade de movimentos, a mudança do uniforme podia ser considerada um avanço fruto de um processo de “transformação de sensibilidades”, conforme demonstrado por Soares (2011, p. 82):

O ato de vestir-se obedece, assim, a determinações sociais específicas e revela-se como resultado de um laborioso e lento processo de transformação de sensibilidades em relação ao corpo e à sua exibição [...]. Elemento formal, normativo, simbólico, sem dúvida, a roupa permite a compreensão das transformações e do funcionamento de uma dada sociedade; elas são “...como as palavras de uma língua que é necessário traduzir e explicar”.

Apesar desses momentos de recreio, a execução de todas as atividades domésticas da casa deveria ser uma responsabilidade um tanto quanto árdua para aquelas meninas, algumas ainda bem jovens. Entretanto, eram tarefas obrigatórias que faziam parte, inclusive, do regulamento institucional. Considerando que um dos requisitos para admissão na instituição era a condição de pobreza, a execução dessas tarefas era, de certa forma, uma espécie de retribuição pelo acolhimento que recebiam. Além disso, o cumprimento daqueles afazeres era uma forma das internas se prepararem para a vida quando saíssem do Orfanato, já que aquelas que não tivessem para onde ir poderiam trabalhar em “casas de família”, já que ao longo do processo de institucionalização aprendiam a lavar, passar, cozinhar, etc.

O décimo terceiro artigo, ainda das “Disposições Finais”, determinava que: “Ter-se-á o maior cuidado com a formação moral das meninas procurando inculcar-lhes a compreensão e o amor do dever sob as suas múltiplas formas”. A formação moral (e religiosa) acontecia diuturnamente por meio das diversas atividades realizadas no Orfanato (missas, novenas, orações, procissões,退iros espirituais, preparação para a 1<sup>a</sup> Comunhão, festas em comemoração aos dias santos, festas de coroamento de Nossa Senhora, etc.). As meninas tinham aulas de Religião uma vez por semana, nas quais “as regentes de turmas aproveitam a oportunidade para dar os avisos necessários e notar também os mal feitos praticados coletivamente, fazendo as necessárias observações” (ISE, 1943 a 1969, p. 40). Além disso existia também a figura do capelão, que era um padre responsável pela orientação espiritual das órfãs e das freiras.

O décimo quarto artigo, por sua vez, versava sobre a conduta das religiosas em relação à disciplina das internas: “A disciplina terá como base um respeitoso aféto e uma indulgente firmeza; nunca se usará de castigos corporais como meios de repreensão e somente de correções morais aplicadas com brandura e benevolência”.

Uma das estratégias utilizadas pelas religiosas para incitar a obediência das internas era por meio de recompensas às meninas que mais se destacassem nos estudos e atividades em geral:

No dia 23, a Irmã Superiora Honorina do C. de Maria seguiu para Belo Horizonte, levando em sua companhia, para gozo de **passecio-recompensa de bom procedimento**, durante o ano, as órfãs W., V., L., M. L., D., I., G. e M. (ISE, 1943 a 1969, p. 33; grifo nosso).

Foi adquirido um velocípede para as pequenas e uma bicicleta para as maiores. A bicicleta fora das férias, isto é, durante o ano letivo **não tolera ser cavalgada pelas órfãs que não tem nota 8 em procedimento**, e isso é um ótimo estímulo e descanso para as regentes, principalmente nos recreios (ISE, 1943 a 1969, p. 39; grifo nosso).

Neste ano, todas as órfãs tiveram oportunidade de passear um pouco, **as que foram em Aparecida foram as que tiraram o 1º lugar em cada classe**, como: 1º, 2º, 3º e 4º anos, costura, bordados, flores e cozinha [...]. As que foram em Uberlândia foram as que não tiveram onde passar as férias, por isso fiz esforço de sair com elas um pouco (ISE, 1943 a 1969, p. 44; grifo nosso).

A escolha do local em que cada interna faria seu passeio-recompensa durante as férias estava condicionada, portanto, ao comportamento durante o ano. Entretanto, as irmãs tinham o cuidado de levar as demais meninas para outro tipo de passeio, mesmo que este não fosse tão atraente quanto o primeiro.

Além do passeio recompensa, as alunas que obtinham as melhores notas eram reconhecidas publicamente por ocasião do encerramento do ano letivo, conforme se constata na transcrição que segue:

A Revda Irmã Maria Salomé leu as notas das alunas promovidas, as quais foram aplaudidas. Em 2º lugar a Revda Irmã Mª. Joselia leu as notas das alunas do 2º ano. As que tiraram os primeiros lugares receberam um premio. Por ultimo a Irmã Mª. Tarcísia leu as notas das alunas do 3º ano; houve uma aluna que passou com a nota 10. Seis passaram com 9,5 e 3 não foram promovidas porque se recusaram a fazer as provas de Religião e Matemática. Ao terminar a Revda. Irmã Superiora fêz uma pequena admoestação ás que não foram promovidas e estimulou ás mais esforçadas com seus sábios conselhos. Ofereceu balas a todas alunas e deu por terminado os trabalhos, declarando em férias até fevereiro (ISE, 1943 a 1969, p. 68).

O ato de conceder recompensas e honras àquelas que se portassem de acordo com as normas determinadas pela instituição era uma forma de estabelecer modos de agir, na tentativa de que todas fossem moldadas de acordo com os padrões considerados aceitáveis. Dessa forma, “as diferentes estratégias utilizadas delimitavam os comportamentos permitidos e proibidos, corretos e incorretos, bons ou ruins” (ISOBE, 2008, p. 188). A propósito, Manoel (2008) lembra que essas técnicas de “emulação” e “premiação” de estímulo ao estudo e aperfeiçoamento moral já eram utilizadas desde o *Ratio Studiorum*. Segundo o autor, “[...] essas técnicas aguçavam e direcionavam a competitividade das crianças e adolescentes, canalizavam suas energias para a consecução dos objetivos propostos pelo projeto educacional, premiando os que obtinham melhores resultados” (MANOEL, 2008, p. 115).

O último artigo das “Disposições Gerais” explicava que, “quando doentes, as orfãs serão tratadas com toda a caridade e desvelo pelas Religiosas e pelo médico do estabelecimento. Tratando-se, porém de moléstias prolongadas, perigosas ou contagiosas, poderá a enferma ser levada para o Hospital”.

Em certas situações, as meninas doentes eram entregues aos seus familiares, conforme registrado algumas vezes no Livro de Matrículas. Apesar de todo cuidado das religiosas, algumas crianças morreram quando estavam internadas na instituição, fato que era relatado por elas com muita consternação mas, ao mesmo tempo, com resignação, pois acreditavam que elas haviam se tornado anjinhos para interceder pelo Orfanato no céu:

Aos 19 de novembro, zombando de todos os recursos médicos, uma das orfãzinhas, Natalina, com 5 anos de idade, partiu para a eternidade. O orfanato tão feliz e beneficiado nesse mundo, precisava também, no céu, de um anjinho para velar por ele (ISE, 1943, p. 11).

No dia 31 Nossa Senhora colheu, no jardim do orfanato, uma das mais belas flores: Lázara da Silva. Sim! Lázara já estava madura para o céu. Muito

doentinha desde a infância, fora, a tratamento, para a Santa Casa de Uberlândia no dia 8 de janeiro, acompanhada de Irmã Júlia e Irmã Nazaré. Foi tratada pelas irmãs e médicos com todo carinho. No mês de março, seu estado foi piorando. Foram-lhe ministrados os sacramentos da Santa Igreja. E no dia 21 último do mês consagrado ao Casto Esposo de Maria, sua alma foi para o céu!... Sua morte, muito edificante, foi como sua vida. Todas (Irmãs e órfãs) sentiram imensamente a falta de Lázara, mas se consolaram, pois tiveram a certeza de que mais um anjinho tinham no céu, para interceder por todos. Lázara contava com 15 anos de idade (ISE, 1948, p. 21).

O último capítulo do Regulamento (capítulo IV) tratava das “Visitas, Correspondências e Saídas”:

Art. 16º - As órfãs só poderão ser visitadas pelos parentes ou responsáveis no ultimo domingo do mês das 12 às 15 horas, com a autorização da Irmã Diretora e na presença de uma pessoa da confiança desta. Fóra dêste dia não receberão visitas e nem se comunicarão com pessoa estranha ao estabelecimento. Art. 17º - As cartas, bilhetes, livros ou quaisquer objetos enviados ou recebidos serão verificados pela Irmã Diretora. Art. 18 – Aos pais ou protetores das orfãs não será permitido tirá-las do estabelecimento para visitas a família, passeios, ou por qualquer outro motivo. Portanto antes da sua maioridade, a orfã só poderá sair do Orfanato quando se casar ou quando ocorrerem circunstâncias imprevistas e extraordinárias que requeiram absolutamente sua retirada. Art. 19º - Aos dezoito anos de idade as orfãs, que não têm parentes ou tutores, serão entregues a famílias idôneas, que queiram se responsabilizar pelo futuro delas, não podendo, portanto, ser readmitida ao Orfanato. § único – Depois de entregue uma orfã a uma família idônea, a Diretora do Orfanato acompanhará a vida da orfã durante dois anos, ou mais, conforme o caso exigir (ISE, 1942?, p. 5-7).

As visitas vigiadas e a inspeção das correspondências recebidas eram dispositivos de controle que limitavam o contato das internas com seus familiares e com o mundo externo. Possivelmente as religiosas tinham esse cuidado porque se tornavam responsáveis pelas meninas a partir do momento em que elas eram admitidas no Orfanato. Entretanto, tais práticas também eram uma forma de impedir a construção de intimidades que fugissem ao controle da autoridade, “em que as confidências, os sentimentos, [...] e até mesmo as críticas pudessem estar além do alcance dos olhos e ouvidos dessa entidade semiabstrata (sabe-se que ela existe, embora invisível) chamada Regras (MANOEL, 2008, p 95).

Os últimos artigos do Regulamento destacavam as situações em que as meninas poderiam deixar o Orfanato, ou seja, somente diante de circunstâncias imprevistas ou extraordinárias. Embora as religiosas tivessem seus motivos para serem rigorosas em relação à saída das internas, é difícil fazer a leitura desses últimos artigos sem associar o Orfanato a uma prisão.

Por outro lado, não deveria ser fácil a adaptação ao mundo externo após a saída da instituição, especialmente para as jovens que eram obrigadas a deixá-lo por terem atingido a

maioridade sem terem para ir. Essa situação, mais uma vez, permite reportar às seguintes ponderações elaboradas por Goffman (1979):

Embora os internados possam ter planos para a saída e tenham um cálculo até de horas para a data de sua liberação, os que se aproximam desta tendem frequentemente a sentir-se angustiados [...]. A angústia do internado quanto a liberação parece apresentar-se, muitas vezes, sob a forma de uma pergunta que apresenta a si mesmo e aos outros: "Será que posso me sair bem lá fora?" [...]. Evidentemente, logo depois da liberação, o internado tende a ficar maravilhado diante das liberdades e dos prazeres de status civil que os civis usualmente não percebem como "acontecimentos" - o odor nítido do ar fresco, falar quando se deseja, usar um fósforo inteiro para acender um cigarro, fazer um lanche solitário numa mesa arrumada para apenas quatro pessoas [...]. Apesar disso, parece que logo depois da liberação o ex-internado esquece grande parte do que era a vida na Instituição e novamente começa a aceitar como indiscutíveis os privilégios em torno dos quais se organizava a vida na instituição (GOFFMAN, 1974, p. 66; 67; 68)<sup>192</sup>.

#### 4.4.2.2 A educação escolar no Orfanato Santo Eduardo

Conforme mencionado, o terceiro artigo do Regulamento do Orfanato Santo Eduardo especificava que além da instrução religiosa, da prática dos serviços domésticos e da aprendizagem dos trabalhos de agulha, às internas também seria ministrado o ensino primário, de acordo com os programas adotados nas escolas públicas. Para tanto, o Orfanato oferecia as três primeiras séries do ensino primário, mas não podia oferecer a 4<sup>a</sup> série devido ao fato de não se tratar de uma escola reconhecida pelo governo.

Para a conclusão da 4<sup>a</sup> série a interna tinha duas opções. A primeira era se preparar e ir para o Grupo Escolar Uberaba<sup>193</sup> apenas para realizar a prova de proficiência e receber a certificação do ensino primário ou cursar a 4<sup>a</sup> série integralmente no grupo escolar. Mesmo estando situado a poucos metros de distância do Orfanato, conforme se constata na imagem seguinte (figura 72), na qual estima-se uma distância com duração de seis minutos a ser

---

<sup>192</sup> Embora essas reflexões apresentadas por Goffman (1974) sejam deveras pertinentes, elas foram postas aqui a título de reflexão. No caso específico das internas do Orfanato Santo Eduardo, seria necessário maior aprofundamento dessa temática, por meio de entrevistas às egressas.

<sup>193</sup> A escolha do Grupo Escolar Uberaba deve-se ao fato de que ela era a escola mais próxima do Orfanato Santo Eduardo. É importante não confundir o Grupo Escolar Uberaba com o Grupo Escolar Brasil, primeiro grupo escolar da cidade que, ao ser criado, em 1909, também tinha o nome de Grupo Escolar Uberaba. Entretanto, em 1927 o Grupo Escolar Uberaba, situado na Praça Comendador Quintino, bairro Estados Unidos, passou a se chamar Grupo Escolar Brasil. Somente em 1948 é que foi criado o Grupo Escolar Uberaba (4º grupo escolar da cidade), no bairro Fabrício (SOUZA, 2012), instituição na qual as internas do Orfanato faziam os exames para conclusão da 4<sup>a</sup> série.

percorrida a pé de uma instituição a outra, apenas as internas mais disciplinadas tinham a oportunidade de cursar a 4<sup>a</sup> série no Grupo Escolar Uberaba<sup>194</sup>.

FIGURA 72 - Distância entre o Orfanato Santo Eduardo (ISE) e o Grupo Escolar Uberaba (Escola Municipal Uberaba)<sup>195</sup>



Fonte: Site do Google Mapas (2018)

Conforme observado na rota traçada, para chegar no Grupo Escolar Uberaba as internas tinham que contornar a Praça Santa Teresinha, onde estava situada a igreja local. Na imagem seguinte (figura 73) é possível conhecer como era, àquela época, o aspecto externo do Grupo Escolar Uberaba.

Construída na década de 1940, a instituição não expressava, em sua arquitetura, a suntuosidade dos primeiros grupos escolares criados no Brasil no final do século XIX e início do século XX, tendo um aspecto bastante diferenciado do primeiro grupo escolar de Uberaba, fundado em 1909, cuja fotografia foi apresentada anteriormente na figura 11.

<sup>194</sup>Informação obtida por uma ex-interna do Orfanato.

<sup>195</sup>Na década de 1980 o Grupo Escolar Uberaba foi municipalizado, passando a se chamar Escola Municipal Uberaba e o Orfanato Santo Eduardo, como já mencionado, atualmente é denominado Instituto Santo Eduardo, conforme nomenclaturas que aparecem na figura 82.

FIGURA 73 – Grupo Escolar Uberaba – s.d



Fonte: Uberaba em Fotos – Fotógrafo Prieto

Embora simples, aparentava ser uma escola grande, capaz de acolher as crianças que moravam no Alto do Fabrício<sup>196</sup> e redondezas. A praça que circundava a escola ainda não havia sido calçada e, para ter acesso à instituição, alunos e professoras tinham que trafegar pela terra. Apesar de o muro do grupo escolar ser baixo (característica que mantém ainda nos dias atuais), havia uma porta para controlar a entrada e saída das pessoas, conforme se observa no anexo S, que traz uma fotografia atual da escola, porém tirada de um ângulo diferente.

Retomando a questão do ensino primário ofertado no Orfanato Santo Eduardo, nessa instituição as meninas cursavam do primeiro ao terceiro ano. No primeiro ano começavam a ser alfabetizadas pelo método silábico, sendo que na década de 1950 a cartilha utilizada denominava-se “Pá, Pé e o Papão”, de autoria de João Lúcio, cuja capa pode ser vista na imagem seguinte<sup>197</sup>.

<sup>196</sup>A cidade de Uberaba é conhecida pela expressão “Uberaba das 7 colinas”. Em sua parte baixa está o centro, que é a parte mais antiga. Em torno do centro foram surgindo os bairros, que se espalharam pelas colinas: 1- Alto das Mercês; 2- Alto São Benedito; 3- Alto da Abadia; 4- Leblon (ligado ao Alto da Abadia); 5- Alto Estados Unidos; 6- Alto Boa Vista; 7- Alto Fabrício (LOPES; BORGES, 1998).

<sup>197</sup>Informação obtida com uma ex-interna do Orfanato Santo Eduardo.

FIGURA 74: Cartilha de Alfabetização “Pá, Pé e o Papão” – Edição de 1942



Fonte: *Site Harpya Colecionáveis e Antiguidades*<sup>198</sup>

De acordo com Campelo (2007), João Lúcio Brandão destacou-se no campo educacional mineiro como inspetor de ensino. Além da obra “Pá, Pé e Papão”, destinada ao primeiro ano, também escreveu “Na Fazenda”, para o segundo ano, e “Promissão”, para o terceiro ano<sup>199</sup>. Esses três livros foram premiados no concurso promovido pelo Ministério da Agricultura, em 1939, cujo objetivo era motivar educadores e intelectuais a lançarem novas obras didáticas para o ensino nas escolas rurais e aprendizados agrícolas.

Embora o Orfanato Santo Eduardo não estivesse localizado em uma área rural, a adoção da cartilha “Pá, Pé e o Papão – em cuja capa já se fazia alusão ao ambiente campestre - deveria atender a realidade local, visto tratar-se de uma cidade de forte tradição agropecuária. Além do

<sup>198</sup>Em pesquisa feita na internet esta cartilha foi encontrada em um *site* que promove leilões de antiguidades, na seção de livros raros. De acordo com a discriminação apresentada no *site*, aquele exemplar, que já havia sido arrematado, tinha a seguinte caracterização: ano de 1942; 153 páginas; imprensa nacional; livro infantil premiado. A cartilha também foi encontrada em um *site* de vendas *on-line*, cujo exemplar, de 1954, estava sendo vendido pelo valor de R\$220,00. Essas informações corroboram o que foi evidenciado por Campelo e Maciel (2006) e Fernandes (2004) acerca da dificuldade encontrada pelos historiadores que realizam pesquisas sobre livros didáticos. Normalmente o livro didático, após cumprir sua função específica, costuma ser descartado por seus usuários. Por esse motivo, com o passar do tempo, os poucos exemplares que restam são considerados “obras raras” e vendidos a preços superestimados.

<sup>199</sup>Além destes livros, outras obras didáticas de João Lúcio Brandão tiveram destaque na educação mineira nas primeiras décadas do século XX como “O livro de Zezé”, “O livro de Violeta”, “O livro de Elza” e “O livro de Ildeu”.

mais, de acordo com o livro de matrículas da instituição, a maioria dos pais informou que trabalhava como lavrador, ou seja, provavelmente muitas internas eram provenientes da zona rural.

Campelo (2007, p. 126) também observa que João Lúcio, em suas obras, “usou como forma discursiva [...] fatos comuns às famílias da época, em que a temática da fazenda, da constituição familiar, dos valores morais e cívicos faziam parte do contexto histórico social”. Considerando que naquela ambiência o discurso escolanovista<sup>200</sup> predominava no meio educacional, alguns autores de obras didáticas tinham a preocupação de criar livros cuja proposta tocasse o sentimento da criança, com temas de seu interesse, para que ela sentisse vontade de aprender (KLINKE, 2003). Entretanto, no caso do Orfanato, a temática da constituição familiar talvez fosse um tanto quanto obscura para aquelas meninas que tinham vivenciado poucas experiências de convivência em seus lares.

FIGURA 75: Página da cartilha “Pé, Pá e o Papão” - Edição de 1954<sup>201</sup>



Fonte: Site Mercado Livre

<sup>200</sup>De acordo com a Pedagogia Nova, a educação passa a centrar-se na criança, o que significa, do ponto de vista pedagógico, o deslocamento do eixo do intelecto para as vivências; do lógico para o psicológico; dos conteúdos para os métodos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; da direção do professor para a iniciativa do aluno; da quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência da lógica para uma pedagogia de inspiração experimental baseada na biologia e na psicologia (SAVIANI, s.d.).

<sup>201</sup>Aonde vão o Pé, a Pá e a Bebê? Aonde vão também o Piloto e o Rajá? O Pé e a Pá vão ver o pato Papão. A Bebê também vai ver o pato Papão. Piloto e Rajá também vão. Todos vão ver o pato Papão. O pato Papão mora longe, longe! Ele mora lá na casa de Vovô!

Na imagem anterior (figura 75) é possível conhecer uma das lições da cartilha. Geralmente esse tipo de material didático seguia a um padrão: apresentava um texto curto, simples e ilustrado, que oportunizava aos alunos o apredizado de novas palavras cujo grau de dificuldade aumentava à medida que as lições avançavam. Apesar das inúmeras críticas feitas na atualidade a esse método, milhares de crianças brasileiras foram alfabetizadas dessa forma, especialmente a partir das décadas de 1930, quando cresceu consideravelmente o número das cartilhas publicadas no país (MENDONÇA, 2011).

No segundo e terceiro ano as alunas ficavam na mesma sala de aula. Apesar disso, o método de ensino utilizado era o simultâneo<sup>202</sup>, definido por Sá (2008) como um eixo importante da escola graduada, pois através dele era possível ensinar o mesmo conteúdo a todos os alunos com se fossem um só, sendo necessário para isso homogeneizar os grupos por meio da redistribuição dos alunos em diferentes classes.

No caso do Orfanato, embora as alunas do segundo e terceiro ano ocupassem o mesmo espaço físico, era como se existisse uma parede imaginária dividindo-as: enquanto a professora ensinava a lição ao primeiro grupo de alunas, que se encontrava de um lado da sala, as demais faziam atividades pertinentes ao conteúdo anteriormente estudado e vice-versa.

Ainda sobre a escolarização das meninas do Orfanato, registros encontrados no Histórico da instituição da década de 1960 mostram que as internas começaram a estudar também em outras escolas da cidade, além do Grupo Escolar Uberaba:

Dia 1º [de junho de 1965] as meninas começaram á assistir aulas fora: 2 alunas, Luiza, Isalete no 3º ano do Externato São José, das Dominicanas; 3 no 3º ano do C. primário do Colégio Cristo Rei: Divina, Ivone e Ivonete; as meninas do 1º e do 2º foram para o grupo Leandro Antonio de Vito, perto do Orfanato (ISE, 1943 a 1969, p. 95).

Os dados localizados até o momento não permitiram compreender o motivo desse deslocamento para outras instituições, especialmente para o Externato São José, situado em outro bairro da cidade, haja vista que na década de 1940 apenas as internas mais disciplinadas podiam estudar no Grupo Escolar Uberaba, localizado a poucos metros da instituição, pois as religiosas temiam que acontecesse algum problema durante o tratejo de uma instituição a outra.

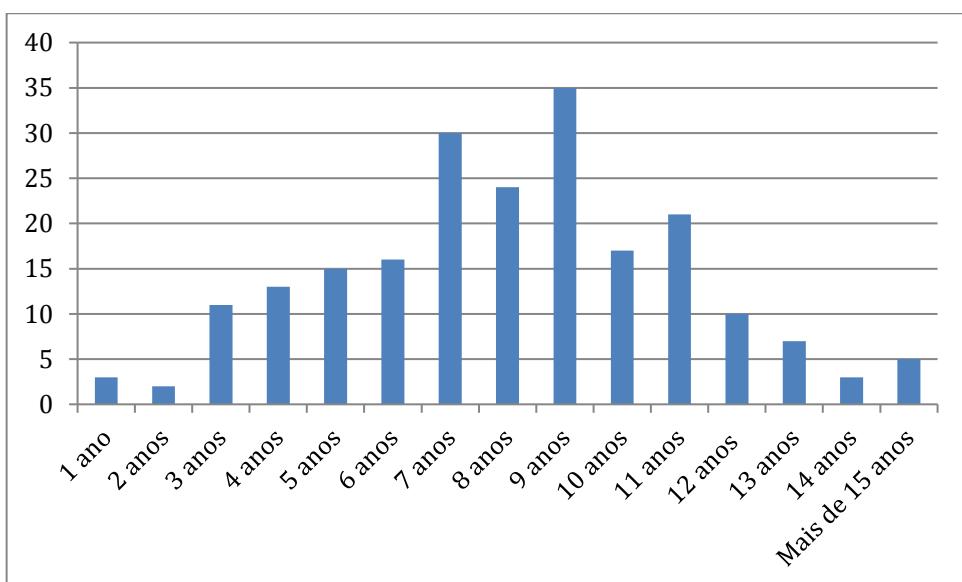
---

<sup>202</sup>De acordo com Lesage (1999) em contraposição ao método simultâneo existia o método individual, no qual o professor chamava sucessivamente para perto de si cada aluno e lhe dava atenção por alguns minutos. Já no método simultâneo, o ensino não se dirigia a um aluno de cada vez, mas o professor podia atender a cinquenta ou sessenta alunos ao mesmo tempo. Conforme Sá (2007), o método simultâneo foi influenciado pelo princípio da divisão do trabalho, que favorecia a capacidade de supervisão e controle da ação do professor e dos alunos.

#### 4.4.2.3 O Livro de Matrículas do Orfanato Santo Eduardo

Retomando a análise do Livro de Matrículas do Orfanato Santo Eduardo a partir do momento em que ele passou a ser conduzido pelas religiosas da CIANS, foram levantados alguns dados sobre a clientela atendida<sup>203</sup>. A análise foi feita utilizando-se apenas o primeiro Livro de Matrículas, cujas anotações foram encerradas no ano de 1960. No gráfico<sup>204</sup> 4 foi levantada a idade com que as meninas ingressaram na instituição.

GRÁFICO 4 - Idade com que entraram no Orfanato (1943 a 1960)



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados obtidos no Livro de Matrículas do Orfanato Santo Eduardo (ISE, 1920 a 1960).

Na análise desse gráfico é possível notar um contrassenso em relação ao que havia sido estipulado no Regulamento institucional que determinava, em seu artigo 4º, que deveriam ser admitidas crianças de quatro a doze anos somente. Entretanto, nota-se que o Orfanato recebeu meninas com menos de quatro e mais de doze anos. Existem duas possibilidades que explicam essa situação: ou tratava-se de uma inconsistência nos registros, ou seja, a data de admissão ou

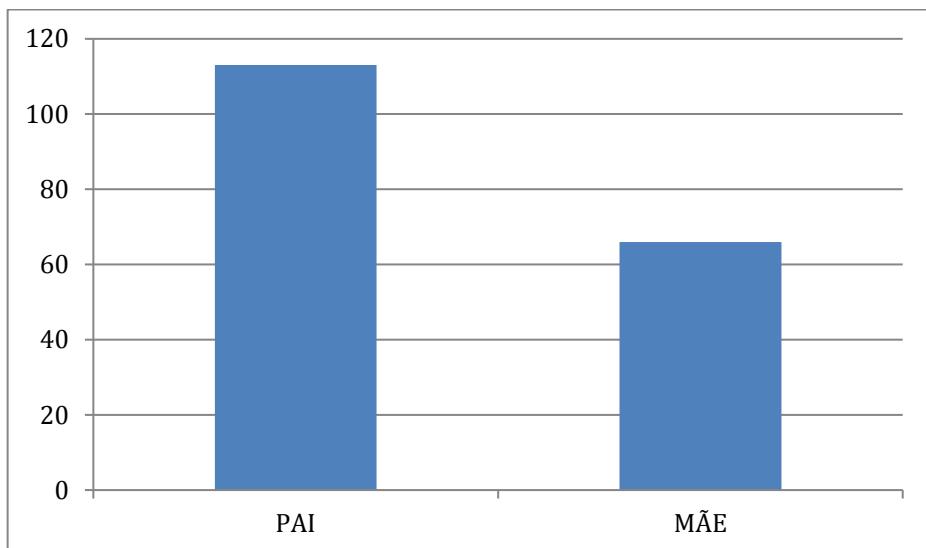
<sup>203</sup>A cada ano que começava, as religiosas escreviam novamente, no Livro de Matrículas, todos os nomes e dados das internas, além de acrescentarem os nomes das ingressantes. Ao fazer o levantamento desses dados foram encontradas algumas incongruências, como por exemplo: algumas vezes, ao comparar os dados de uma mesma interna notava-se que o ano de nascimento era diferente em anotações anteriores; em outros casos, nomes de internas que haviam saído do Orfanato em determinado ano eram registrados no ano posterior; além disso, muitos dados ficaram incompletos, especialmente aqueles relacionados à data e ao motivo de saída do Orfanato. Tais lacunas e incongruências dificultaram a análise dos dados, sem, contudo, invalidá-los, pois permitiram que se tenha uma ideia aproximada acerca dos sujeitos atendidos na instituição.

<sup>204</sup>Nesse gráfico e nos seguintes foram desconsiderados os dados deixados em branco no Livro de Matrículas.

de nascimento poderia ter sido anotada erroneamente ou as religiosas poderiam ter aberto exceções, seja devido ao estado de abandono da criança, seja devido a um pedido judicial ou de algum religioso ligado ao Orfanato. No caso das crianças de três anos, cujo número é considerável, é possível que estivessem prestes a completar quatro anos, motivo pelo qual foram aceitas pelas religiosas. Entretanto, a maior parte das internas enquadrava-se na idade regulamentada, com destaque para a grande quantidade de meninas de sete, oito e nove anos.

Em relação à informação sobre o responsável que levou a criança para a instituição, os dados referentes ao período de 1943 a 1960 não trouxeram novidades do que já foi havia sido posto nesta pesquisa, ou seja, a maioria foi levada pelo pai (113 meninas), sendo que 66 foram levadas pela mãe.

GRÁFICO 5 – Pessoa que levou a criança ao Orfanato (1943 a 1960)



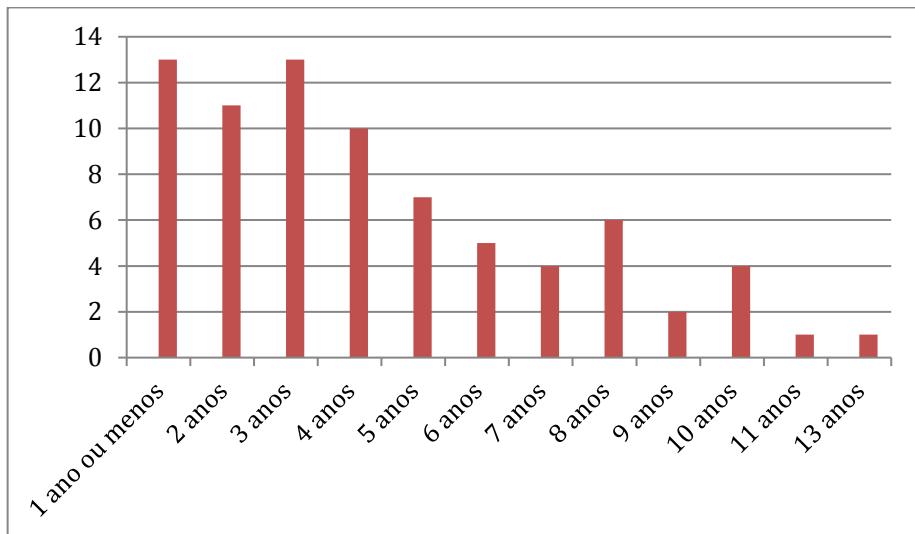
Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados obtidos no Livro de Matrículas do Orfanato Santo Eduardo (ISE, 1920 a 1960).

Em relação às profissões dos responsáveis quase todas as mães diziam ser empregadas domésticas, e algumas poucas diziam trabalhar na roça. Quanto aos pais, a grande maioria se apresentou como lavrador. Entretanto, também existiam entre eles cinco ferroviários, dois comerciários, quatro operários, um pedreiro, um ferreiro e um policial. O gráfico seguinte, por sua vez (gráfico 6), mostra o tempo de permanência das internas na instituição.

Dentre as poucas vezes em que as religiosas anotaram a causa da saída da interna do Orfanato (diante de 249 nomes, em apenas 57 foi anotado o motivo da saída) foram registrados os seguintes motivos: uma delas não precisava do Orfanato (provavelmente a família tinha condições de criá-la); duas saíram por motivo de mudança da família para outra cidade; três

saíram para continuar os estudos em outra instituição; cinco por terem completado a idade regulamentada; uma por motivo de morte; cinco por motivo de doença e várias a pedido do responsável.

GRÁFICO 6 – Tempo de permanência no Orfanato (1943 a 1960)



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados obtidos no Livro de Matrículas do Orfanato Santo Eduardo (ISE, 1920 a 1960)

Diversas suposições podem ser feitas em relação às internas que eram retiradas a pedido do responsável. Uma delas é a de que tenham sido internadas em um momento de extrema dificuldade (desemprego, falta de moradia, falta de quem cuidasse da criança para que o responsável pudesse trabalhar; doença do responsável, etc.) que, tendo sido resolvida, possibilitava que o pai, a mãe ou outro parente pudesse trazer a criança novamente para o convívio familiar. Mas também existe a suposição de que a criança tenha sido internada ainda pequena e, após atingir uma determinada idade, foi retirada do Orfanato para começar a trabalhar e ajudar no orçamento da família.

Vale lembrar que, conforme o artigo 7º do Regulamento, tanto a admissão quanto a retirada da interna deveria passar pelo crivo do Juiz de Direito. Embora o Livro de Matrículas registrasse apenas que a órfã havia deixado a instituição a pedido do pai ou da mãe, sem apontar maiores detalhes que explicassem a situação, se ela tivesse saído por determinação judicial não havia nada mais que as religiosas pudessem fazer.

Algumas internas, entretanto, saíram da instituição por determinação das religiosas, conforme constatado diante dos nomes de dezoito delas onde estava escrita uma dessas observações: “saiu por incorrigibilidade”; “saiu por indisciplina”; “expulsa por

insubordinação”; “expulsa por motivo de moral”. Sobre a saída dessas internas foram feitas algumas anotações no Histórico do Orfanato:

Foi muito triste para o Orfanato o dia 8 deste mês de novembro em que vimos o Rvmo. Pe Frei Joaquim deixar a capelania que dirigia por um ano e quasi sete meses. Zeloso, muito virtuosos procurava remediar o inesquecível Padre Genésio na dedicação para com a comunidade. Nomeado vigário do Carmo do Paranaíba lá se foi deixando-nos sentir sua falta. Para substituí-lo foi nomeado outro capuchinho que aqui permaneceria por espaço de 3 anos e 3 meses. A direção deste sacerdote foi penosa para as religiosas e de prejuízos não pequenos para as pobres órfãs. Devido ao seu desinteresse a direção do orfanato viu-se em grandes dificuldades, vendo-se, por duas vezes, obrigada a fazer o expulso de um punhado de órfãs que devido a falta de uma assistência bem firme e combinada se rebelaram. Tem-se experiência que uma casa de educação onde não há a direção espiritual – onde não se ouve a palavra autorizada do sacerdote trabalha-se com pouco ou nenhum fruto – planta-se “feijão na pedra”, na expressão da irmã superiora (ISE, 1943 a 1969, p. 32).

Nos relatos referentes ao ano de 1954, novamente o assunto voltou à tona:

A vida aqui em nada diferiu dos anos anteriores a não ser a saída de 17 órfãs que, devido à incorrigibilidade, obrigou a diretora a fazer o saneamento necessário. O Orfanato Santo Eduardo, de 1951 a 1954, não foi bem servido de capelão que nesse período prestaram seus serviços. A formação das órfãs ficou muito prejudicada nesse período de 51 a 54. Dias amargos foram passados nessa casa que só Deus sabe avaliar. O sr. Bispo foi procurado várias vezes pela Irmã Superiora mas, devido à escassez do clero nesta Diocese ele nada pôde fazer. Agora estamos desde novembro sem capelão de forma alguma. Já foram feitos requerimentos com pedido de provisão um, em agosto e outro em novembro. O sr. Bispo prometeu nomear um padre para a Capelania do Orfanato depois do retiro do clero em janeiro. Vamos vêr (ISE, 1943 a 1969, p. 38).

De acordo com esses registros, essa situação se deu devido à negligência do capelão que atendia o Orfanato. Entretanto, mesmo sendo descuidado em relação à formação espiritual das internas, o tempo em que ele passava na instituição era mínimo, se comparado ao tempo em que as internas conviviam com as religiosas. Sendo assim, esses registros permitem levantar algumas reflexões acerca do comportamento das meninas que eram institucionalizadas em estabelecimentos católicos, das quais esperava-se que, diante da rigidez de tratamento e da ampla e contínua formação moral e religiosa, se tornassem irrestritamente dóceis e submissas aos cânones impostos. A constatação de que várias meninas eram insubordinadas e tinham um comportamento cabuloso a ponto de serem expulsas da instituição, não só desconstrói essa crença, mas também faz questionar quais seriam os motivos daquela rebeldia após tanto tempo de convivência em comum.

Outra passagem registrada no Histórico elucida o motivo pelo qual pelo menos algumas das internas estavam sendo insubmissas às normas impostas:

O mês de maio foi celebrado no Orfanato com muita frieza e indiferentismo por parte das meninas. Por mais que a Ir. Superiora se esforçasse, fazendo leituras e exortações para as Orfãs, procurando afervorar mais as missas com canticos, falando sempre sobre a sublimidade do mês dedicado à Virgem Maria, elas, as meninas (principalmente as maiores que se achavam revoltadas com as modificações que Ir. Superiora vem fazendo no Orfanato), continuaram frias e de má vontade até para os ensaios! [...] Dia primeiro de junho, foi para sua casa, com seu pai, a [interna] O. Dia 8 saiu a M.A., e dia 9 a N. N. foi ser empregada em uma casa de família, e M. A. foi com seu pai. Estas meninas, e as outras que também saíram, **estavam revoltadas porque, por um motivo justo, Ir. Superiora tirou-as da aula noturna no grupo. Estavam chegando até depois de 9 hrs da noite em casa, e vinham acompanhadas dos seus colegas (namorados) até perto do Orfanato** (ISE, 1943 a 1969, p. 46-47; grifo nosso).

Constata-se, nessa transcrição, um dos motivos do conflito instaurado entre as internas e as religiosas. As primeiras, que já não eram mais crianças, estavam descobrindo o interesse pelo sexo oposto. É possível, inclusive, que algumas delas, vivendo no Orfanato há muito tempo, não haviam tido ainda a oportunidade de conversar com outros meninos já que, apartadas do mundo exterior, não conviviam com primos, irmãos ou amigos.

Por outro lado as religiosas, ao admitirem as internas no Orfanato, passavam a se sentir totalmente responsáveis por elas, devendo protegê-las de todos os perigos, dentre eles, o “perigo do namoro” e de uma possível promiscuidade. Afinal de contas, conforme proferido por D. Alexandre em uma de suas pregações no interior do Orfanato na qual ele comparava a lepra do corpo à lepra da alma, ele dizia que, a exemplo de Monsenhor Domingos, era preciso “cuidar das meninas pobres e ao mesmo tempo cuidar de suas almas, afastando-as do pecado” (ISE, 1943 a 1969, p. 130).

\*\*\*

Percorrendo as demais páginas do Histórico do Orfanato Santo Eduardo até o ano de 1964, quando se encerra o recorte temporal dessa pesquisa, constata-se que as religiosas deram continuidade ao trabalho assistencial e educativo na cidade com relativa tranquilidade, apesar de que, de tempos em tempos, os jornais publicavam matérias solicitando ajuda para a manutenção do Orfanato, conforme demonstrado no anexo S.

A instituição, agora reconhecida pela sociedade uberabense, continuou contando os gestos de filantropia da sociedade, sendo que, no histórico, não foram raras as vezes em que o Orfanato recebeu visitas de outras instituições, especialmente as escolas (grupos escolares, escola normal, escolas particulares, Lions Club) ou de beneméritos particulares que ofereciam

“esmolas”, doações de roupas, calçados, brinquedos e até móveis, especialmente nas datas comemorativas como o Natal e a Semana da Criança.

Nas demais anotações feitas no histórico foi possível constatar grande ênfase na formação religiosa, sendo inúmeros os registros referentes às celebrações, festas religiosas, missas, além da participação das religiosas em congressos e退iros espirituais. A presença de D. Alexandre continuou a ser constante no Orfanato que, além de líder religiosos, era visto por todos como o grande benfeitor da instituição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] compreender o que uma época perguntou a respeito da outra conduz à possibilidade de maior familiaridade com ambas” (BOTO, 1994, p. 24).

Conforme posto na introdução dessa tese, essa pesquisa foi resultante do meu interesse em elucidar qual o tratamento dispensado à infância pobre em Uberaba nas primeiras décadas do século XX até meados de 1960, considerando a defasagem de oferta, em relação à demanda, da educação pública primária no município, bem como a contínua exposição nos jornais locais do incômodo causado pela presença das crianças pobres que viviam pelas ruas vadiando, delinquendo, mendigando ou, simplesmente, brincando e praticando travessuras.

Uma das descobertas provenientes desse estudo foi a constatação de que a relação da sociedade uberabense para com essas crianças e jovens foi paradoxal, pois ao mesmo tempo em que ela estava impregnada pelo sentimento de piedade, que originava gestos de caridade e ações de filantropia, também estava incutida pelo sentimento de medo e repúdio, motivo pelo qual havia o desejo de apartá-los do convívio social de forma a tornar o ambiente urbano mais saudável, aprazível e circunscrito às “pessoas de bem”.

Para que esse isolamento se efetivasse, foram criadas diversas instituições assistenciais em Uberaba, sendo possível contabilizar, nesse estudo, no período correspondente a 1915 a 1959, sete instituições de internamento: Asilo Santo Antônio, Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, Asilo Anália Franco, Orfanato Santo Eduardo, Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira, Lar Espírita de Uberaba e Sociedade Uberabense de Proteção e Amparo a Menores, além do Externato São José que, apesar de não funcionar em regime de internato, foi uma instituição relevante nesse estudo por ter sido mantida pela mesma congregação religiosa que criou o Orfanato Santo Eduardo.

Procedendo a uma análise desse rol de entidades assistenciais, algumas descobertas do estudo merecem ser destacadas: uma delas refere-se ao fato de que a primeira instituição criada em Uberaba para abrigar crianças desprotegidas da sorte era voltada para mendigos em geral, e não necessariamente, crianças. Infere-se, assim, que até então não houve uma preocupação legítima com a situação da infância pobre e abandonada que vivia na cidade.

Somente no ano seguinte foi criada uma instituição pública voltada para a população masculina infanto-juvenil. A propósito, chamou-me a atenção, nas instituições elencadas, que apenas o Aprendizado Agrícola Borges Sampaio tenha sido mantido pelo poder público

(a transferência do Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira para a prefeitura municipal, na década de 1940, durou por curto período de tempo). Entretanto, essa única instituição pública foi fechada após aproximadamente dezessete anos de existência devido à falta de investimentos em recursos humanos e materiais por parte do governo estadual, ou seja, durante o período em tela, a participação do governo (seja estadual ou municipal) nas obras assistenciais foi mínima, restringindo-se à concessão de subvenções (na maioria das vezes parcimoniosas). Esse fato evidencia a omissão do poder público em relação aos problemas vividos pela população infanto-juvenil empobrecida.

Quanto às demais instituições, de caráter filantrópico, todas foram idealizadas, criadas e mantidas por particulares (associações civis ou vinculadas a algum credo religioso) com o auxílio da sociedade que constantemente era convocada a contribuir por meio de auxílios financeiros. Percebi, então, que o amparo à infância pobre e abandonada, naquela ambição, foi, na maioria das vezes, proporcionado por pessoas e organizações particulares, ora impregnadas pelo sentimento caritativo cristão, ora imbuídas pelo sentimento humanitário-filantrópico. Por outro lado, a ampla divulgação desses gestos de caridade e filantropia nas páginas dos jornais, permitiu que eu inferisse que, em alguns casos, a “esmola” oferecida não era motivada por sentimentos de caridade ou filantropia, mas era uma forma das pessoas ricas da cidade dizerem umas às outras o quanto eram generosas e compassivas mediante o sofrimento alheio.

Outra descoberta interessante ao analisar a lista de entidades assistenciais foi a desproporcionalidade de instituições dedicadas ao sexo masculino<sup>205</sup>, que foram somente duas, e ao sexo feminino, que totalizaram seis. Todos os estabelecimentos voltados para meninas estavam vinculados, direta ou indiretamente, a uma entidade religiosa (duas espíritas e quatro católicas). Uma possível explicação para isso é o fato de que, no caso das instituições católicas, as congregações que vieram para Uberaba com o objetivo de prestar esse tipo de serviço eram compostas por freiras. Além do mais, era patente a preocupação da sociedade em retirar as meninas das ruas para resguardá-las de possíveis perigos que pudessem comprometer sua castidade.

Em relação a esse tema, também não deve ser menosprezado o aspecto legal. Embora o Código de Menores (1927) tivesse estabelecido a criação de uma escola de preservação para menores do sexo feminino e escolas de preservação e reforma para o sexo masculino, o decreto

---

<sup>205</sup>Embora Clélia Rocha tivesse cuidado de alguns poucos meninos no Asilo Anália Franco, esses casos foram excepcionais, pois o foco da instituição era o atendimento a meninas.

mineiro nº. 7.680 (MINAS GERAIS, 1927a) evidenciava a preocupação do governo estadual em prover a pronta preservação dos menores do sexo masculino, legando à iniciativa privada leiga ou religiosa a assistência às meninas. No caso de Uberaba, o governo estadual instalou o Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, enquanto as instituições privadas abraçaram a causa das meninas desvalidas.

Retomando ao objetivo principal dessa pesquisa que era conhecer qual o tratamento dispensado às crianças e jovens quando internados nas instituições relacionadas, uma das considerações a ser feitas é que, embora cada uma delas tivesse sua especificidade, se enquadrando dentro de uma destas categorias (pública ou privada; religiosa ou laica; católica ou espírita; feminina ou masculina; localização central ou periférica, etc.), conforme tratado no decorrer das seções, todas tiveram em comum a preocupação com a regeneração moral das crianças e jovens que por elas passaram, com o intuito de torná-los úteis à sociedade.

Tal fato ratifica a tese apresentada de que por traz do sentimento filantrópico sobressaía a perspectiva utilitarista. A educação de cunho assistencialista realizada por meio da institucionalização acabou se configurando em uma estratégia para criar, disciplinar e preparar mão-de-obra para uma determinada ordem social. Nos grandes centros urbanos, essa preocupação voltou-se para a ordem industrial. Em Uberaba, cidade de vocação agrícola, a preparação para o trabalho esteve voltada para a agricultura e a pecuária, como no caso do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, e para a aprendizagem de ofícios diversos em cursos de marceneiro, funileiro, sapateiro, horticultor e outros, como ocorreu no Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira. Quanto às demais instituições, que atendiam ao público feminino, a formação tinha como tônica a preparação para as atividades domésticas, que era o espaço supostamente adequado à mulher naquela conjuntura.

Outro elemento comum entre as instituições foi a oferta do ensino primário a seus usuários. Retomando minhas inquietações iniciais que suscitaram a realização dessa pesquisa, ou seja, a exclusão de inúmeras crianças do ensino regular por falta de escolas e grupos escolares suficientes para atendê-las, as fontes localizadas apontaram que as crianças órfãs, empobrecidas e abandonadas tiveram acesso à escolarização quando inseridas nas instituições citadas. Embora o ensino ofertado se limitasse, na maioria das vezes, aos saberes elementares, esse aspecto não pode deixar de ser considerado favorável quando comparado à situação de inúmeras crianças da mesma geração que cresceram analfabetas devido à insuficiência de escolas, conforme enunciado nos jornais e confirmado nos dados estatísticos do município.

À exceção do Asilo Santo Antônio, também foi possível constatar que todas as instituições citadas incluíram a formação para o trabalho e pelo trabalho em sua proposta curricular. Embora os dirigentes dessas entidades, endossados pela sociedade em geral, afirmassem estar preocupados com o futuro das crianças e jovens institucionalizados, a disciplinarização, a rigidez do tratamento, o controle e a vigilância exercida sobre eles concorriam para prepará-los, principalmente, para a subserviência. Na percepção de Santana e Santana (2017, p. 3465), tal fato se explica porque a elite não queria abrir mão de seus privilégios; portanto, “a educação das crianças pobres seria apenas a educação para o trabalho, na intenção de que futuramente as mesmas serviriam à elite e não colocariam em risco a sociedade”.

Ainda sobre as instituições apresentadas é importante retomar à pergunta que serviu para nomear a terceira seção dessa tese, ou seja, se elas eram “muro que isolava” ou “teto que protegia”. A resposta a essa pergunta deve ser dada de forma cautelosa, não correndo o risco de cometer anacronismos, ou seja, de fazer julgamentos sobre fatos acontecidos no passado tendo como referência concepções, sentimentos e legislações contemporâneas.

Conforme mencionado reiteradas vezes nesse trabalho, por parte do poder dominante a assistência à infância pobre tinha como mote duas vertentes: primeira, a retirada dessas crianças das ruas, promovendo um movimento de higienização e limpeza da cidade ao confiná-las entre quatro paredes, de preferência em instituições afastadas das áreas centrais; segunda, a preparação desses menores para o mundo do trabalho haja vista que, em concordância com Wadsworth (1999), é possível afirmar que “as instituições de assistência à infância transformaram-se em mecanismos das classes médias e altas para assegurar a estabilidade social e econômica”. Acrescente-se, aqui, o fato de que muitas vezes o critério para o recolhimento das crianças nas instituições de internamento era a pobreza, e não necessariamente a orfandade ou abandono por parte dos pais. Pensando dessa forma essas instituições podem ser vistas, indubitavelmente, como muros que isolavam as crianças e jovens pobres de suas famílias e do mundo exterior.

Porém, numa época em não se pensava em políticas públicas inclusivas para a infância e a família, os orfanatos, os abrigos, as escolas de preservação e outras instituições asilares podiam ser compreendidas como tetos protetores, uma vez que em seu interior as crianças recebiam pelo menos os cuidados mínimos que provavelmente não teriam em suas próprias casas ou pelas ruas da cidade.

Sobre o Orfanato Santo Eduardo, chamou atenção, primeiramente, o fato dele ter sido criado para contrapor-se à instituição espírita recém-instalada na cidade, ou seja, o clero católico em geral estava receoso com o perceptível avanço do espiritismo em um domínio que até então lhe era peculiar. A propósito, as contendas no campo religioso envolvendo católicos, espíritas e protestantes foram comuns naquela conjuntura por todo o país. Apesar de essas demandas terem, de certa forma, beneficiado a população, pois ocasionaram a criação de orfanatos, escolas, hospitais, sanatórios e outras instituições, é lastimável perceber que não eram os sujeitos (no caso do Orfanato, as crianças) que estavam no centro das preocupações, mas a mensuração de forças que pudesse conferir maior legitimidade às religiões.

Outro objetivo posto no início dessa pesquisa em relação ao Orfanato Santo Eduardo foi a investigação acerca de sua transferência para outra instituição, já que a Congregação das Irmãs Dominicanas havia obtido elevado reconhecimento na comunidade uberlandense e o Colégio Nossa Senhora das Dores havia se projetado de forma favorável na região. Entretanto, tudo indica que foi justamente a extrema dedicação ao Colégio que fez com que as religiosas recuassem no investimento da obra assistencial, situação que aconteceu com outras congregações pelo Brasil. Ademais, é possível que a congregação já estivesse projetando outros investimentos de maior vulto na cidade, como a Escola de Enfermagem Frei Eugênio e a Festa, ambas criadas na década de 1940, além do Externato São José, na mesma década.

Também cumpre ressaltar, nessas considerações, a importância de D. Alexandre na continuidade das atividades do Orfanato Santo Eduardo pois é possível supor que sem sua intermediação na vinda da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade para Uberaba, a instituição tivesse deixado de existir. A contribuição do Orfanato Santo Eduardo na formação de centenas de meninas que passaram por aquela casa é inegável. Embora tendo iniciado suas atividades timidamente, atendendo a um pequeno número de órfãs devido, principalmente, ao fato de não ter uma sede própria, a partir da década de 1940 o Orfanato se expandiu e passou a ocupar lugar de destaque na cidade, fato comprovado pelo grande número e rotatividade de crianças e jovens atendidas. É possível supor que esse crescimento e essa projeção na cidade e região tenha ocorrido porque as religiosas da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade tinham dedicação exclusiva à instituição.

Outra descoberta de estudo dessa tese que merece maiores investigações foi a existência do Asilo Anália Franco em solo uberlandense. Dentre as quatro instituições que foram extintas (Asilo Anália Franco, Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira e Externato São José) ela é a única que não permaneceu no imaginário coletivo da

sociedade local, fato comprovado pela raríssima menção à instituição nas fontes encontradas em data posterior ao seu fechamento, a não ser na literatura espírita, que geralmente é conhecida apenas por um público específico. As demais instituições, por sua vez, foram por diversas vezes rememoradas pela imprensa, escritos memorialísticos, além de existirem fotografias e outros documentos sobre elas.

Fazendo uma última consideração acerca do estudo realizado, gostaria de ressaltar que, a despeito das análises empreendidas que evidenciaram, em vários momentos, que a situação da infância em Uberaba foi relegada a um segundo plano por parte da elite, das autoridades políticas e religiosas, acredito que nem sempre essa situação era fruto de um maquiavelismo espontâneo ou consciente, deliberadamente pensado para prejudicar aqueles sujeitos tão jovens e que já traziam consigo as marcas de uma história de vida tão sofrida, ou seja, nem todas as pessoas que praticavam a caridade estavam escondidas por traz da máscara da compaixão com o objetivo de manipulá-los e dominá-los. Os dados coletados sugerem que existiam também, dentro e fora das instituições, pessoas revestidas pelo sentimento da compaixão e preocupadas em ajudar aquelas crianças e jovens, muito embora não percebessem que na maioria das vezes estavam promovendo uma educação voltada para a subordinação e subserviência.

Ainda gostaria de ressaltar que essa tese, que surgiu e foi desenvolvida a partir de algumas inquietações e questionamentos, finaliza, nesse momento, suscitando novas indagações que merecem ser tratadas em pesquisas vindouras, já que uma pesquisa no campo da História nunca de fato tem um fim; sempre existe a possibilidade de novas descobertas, novas fontes que, por sua vez, levam a novos desdobramentos, e é justamente isso que me fascina nesse campo do saber. Uma das repercussões dessa tese que poderia ser tratada em pesquisas futuras seria a investigação da história de vida dos sujeitos que passaram por essas instituições, especialmente no que se refere às marcas deixadas pela institucionalização em suas vidas e a importância que atribuem aos conhecimentos adquiridos (saberes elementares e profissionais), etc.

Também existem muitos documentos no Arquivo Público de Uberaba como processos de tutela, processos de guarda de menores, termos de bem viver, código de posturas, e outros que, analisados, contribuiriam na composição desse mosaico referente à história da infância em Uberaba.

Conforme Nosella e Buffa (2009, p. 56), "um objeto de pesquisa nunca é dado; é construído [...], é um conjunto de possibilidades que o pesquisador percebe e desenvolve". Desse modo, ressalto, mais uma vez, a necessidade dessa temática acerca da infância pobre em

Uberaba ser retomada por outros pesquisadores a partir de novas perspectivas. Segundo Perelman (1969), “se a história é o estudo de aspectos significativos do passado humano, ela é indissociável de um processo de avaliação e de uma seleção que resulta de uma visão própria do historiador e que levará inevitavelmente a um esclarecimento do passado, condicionado por esta visão”.

Em outras palavras, o *corpus* documental selecionado, a bibliografia referenciada e as análises empreendidas foram resultantes da minha perspectiva e dos diálogos estabelecidos com minha orientadora frente à temática abordada. Necessário se faz, portanto, que outras pesquisas venham somar-se a essa causa, ampliando o olhar acerca da tessitura da infância pobre da cidade e na cidade de Uberaba e região, no intuito de colocar em evidência e fazer ressoar a voz desses sujeitos que por muito tempo ficaram invisibilizados na história. Retomando Boto (1994), que trago em epígrafe, o diálogo entre uma época e outra conduz a uma possibilidade de maior familiaridade com ambas; e ainda poderá apontar caminhos para minimizar um problema que ainda não foi superado: o abandono de crianças e jovens em nosso país.

## REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. **Monsenhor Domingos**: o Pinheiro da Serra. Porto Alegre: Algo Mais, 2014. 112 p.

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>>. Acesso em: 25 set. 2017.

AGUILAR FILHO, S. **Educação, autoritarismo e eugenio**: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). 2011. 364 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/25119>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

ALMEIDA, J. S. de . Os corpos saudáveis e perfeitos que a Pátria necessita: o concurso de robustez infantil e a imagem materna (São Paulo, 1928). **27ª Reunião Anual da Anped**. Caxambu, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/t024.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. 2 ed. In: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 59 a 107.

ALMEIDA, K. T. de. **O ensino primário agrícola**: o caso do Instituto João Pinheiro em Minas Gerais (1909 – 1942). 2009. 86 p. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www2.et.cefetmg.br/permalink/1d584e24-52ec-11df-9c99-00188be4f822.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

ALMEIDA, M. S. “Uma afronta a moralidade e aos bons costumes”: experiências de mulheres pobres nos processos-crime de infanticídio (Caetité – 1890-1940). **VIII Encontro Estadual de História**. Anpuh BA – Feira de Santana, 2016. Disponível em: <[http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477610666\\_ARQUIVO\\_ARTIGOANPUH2O16MILEIA.pdf](http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477610666_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2O16MILEIA.pdf)>. Acesso em: 7 out. 2017.

ALVIM, M. R. B.; VALLADARES, L. do P. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **BIB**. Rio de Janeiro, n. 26, pp. 3-37, 2.º semestre de 1988. Disponível em <<http://anpocs.org/index.php/universo/acervo/biblioteca/periodicos/bib/bib-26/399-infancia-e-sociedade-no-brasil-uma-analise-de-literatura/file>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

AMARAL, A. G. do. **Menor abandonado e criminalidade**. Uberaba: Editora Rio Grande, 1979. 193 p.

AMATO, R. de C. F. Funções, representações e valorações do piano no Brasil: um itinerário sócio-histórico. **Revista do Conservatório de Música da UFPel**. Pelotas, nº. 1, 2008, p. 166-194. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RCM/article/view/2439>>. Acesso: em 20 jan. 2018.

ANDRADA, A. Introdução. In: PONTES, H. **História de Uberaba e a civilização do Brasil Central**. 2 ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978. 341 p.

ÂNGELA, M. M. **O pioneiro da Serra da Piedade**. Belo Horizonte: Oficinas da Imprensa Oficial, 1967. 536 p.

ARAGÃO, A. de S. **Rede de proteção social e promoção de direitos**: contribuições do conselho tutelar para a integralidade e a intersetorialidade (Uberaba-MG). 2011. 384 p. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-31102011-080420/pt-br.php>>. Acesso em: 3 set. 2016.

ARAÚJO, J. C. S. **Igreja Católica no Brasil**: um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo: Paulinas, 1986. 119 p.

ARAÚJO, J. C. S. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a Revista Escola (1920 – 1921). In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas (SP): Autores Associados; Uberlândia (MG): Edufu, 2002. p. 91–132.

ARAÚJO, J. C. S. As instituições escolares na Primeira República: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, M. I. M. et al. (Org). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 95-122.

ARAÚJO, J. C. S. Haveria uma antropologia infantil na modernidade? **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 36, n. 22, p. 74-113, set/dez. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3968>>. Acesso em: 3 set. 2016.

ARAÚJO, J. C. S. As creches na Europa entre o Oitocentos e o Novecentos. **Cadernos de História da Educação** – v. 12, n. 2, p. 103-711 – mai./ago. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/32545>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

ARAÚJO, V. C. de. A criança socialmente desvalida: entre o trabalho e a ameaça da lei. In: ARAÚJO, V. C. de; FARIA FILHO, L. M. de. (Org). **História da educação e da assistência à infância no Brasil**. Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil; v. 8. Vitória: Edufes, 2011. p. 171-206.

ARRIGUCCI JR., D. Prefácio. In: LEITE, M. M. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 11-14.

ÁVILA, F. B. de. **Pequena encyclopédia de doutrina social da Igreja**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1993. 447 p.

AZEVEDO, A. R. de. Os espíritas e Anália Franco: práticas de assistência e escolarização da infância no início do século XX. **Cadernos de História da Educação** – v. 9, n. 2, p. 293-307, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/11447>>. Acesso em: 9 maio 2017.

- AZZI, R. História dos religiosos no Brasil. In: AZZI, R. (Org.). **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Edições Paulinas, 1983. p. 9-60.
- AZZI, R. **A Igreja e o menor na história social brasileira**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. 203 p.
- AZZI, R. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994. (História do pensamento católico no Brasil – IV). 140 p.
- BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-79.
- BACZKO, B. **Imaginação Social**. Porto: Enaudi-Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p. 296-332. Disponível em: <[http://api.ning.com/files/H1qMtTJzi-gwaJqbk9vgubUg7R3yY-wFm9SKqO3kh3Xdz\\*dx5TQvuZL8kwSGxmIm6s8XPTY2wl99lC6CSVjxuNEaSeorX-L/Imaginaosocial.pdf](http://api.ning.com/files/H1qMtTJzi-gwaJqbk9vgubUg7R3yY-wFm9SKqO3kh3Xdz*dx5TQvuZL8kwSGxmIm6s8XPTY2wl99lC6CSVjxuNEaSeorX-L/Imaginaosocial.pdf)>. Acesso em 15 maio 2017.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 370 p. Tradução de: L'Amour en Plus.
- BARTHES, R. **Mitologias**. Tradução de Rita Buongermino, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. 7 ed. Rio de Janeiro: Difel, 2013. 258 p. Tradução de: Mythologies.
- BASTOS, A. C. do C. L.; KUHLMANN JÚNIOR, M. Órfãos tutelados nas malhas do judiciário: Bragança – SP, 1871-1900. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, jan./abr. 2009. p. 41-68. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742009000100004&script=sci\\_abstract&tlang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742009000100004&script=sci_abstract&tlang=pt)>. Acesso em: 25 jul. 2017.
- BASTOS, M. H. C. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas (SP): Autores Associados; Uberlândia (MG): Edufu, 2002. p. 151-174.
- BAZÍLIO, L. C. Trabalho do adolescente: história, política e legislação. In: BAZÍLIO, L. C.; EARP, M. de L. S.; NORONHA, P. A. (Org). **Infância tutelada e educação: história, política e legislação**. Rio de Janeiro: Ravil, 1998. p. 101-116.
- BEOZZO, J. O. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, B. (Org.) **O Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1984. (História Geral da Civilização Brasileira, t. III, v. 4: Economia e Cultura, 1930-1964).
- BERRIO, J. R. Introducción a la historia de la educación social em España. **Historia de la Educación**, 18, 1999. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/0212-0267/article/view/10839>>. Acesso: 20 nov. 2017.
- BETTENCOURT, E. O limbo das crianças. **Revista A Ordem**. Vol. LIII, n. 1, Jan. 1955. p. 6-23. Disponível em: <<http://www.obrascatolicas.com/livros/Revista%20A%20Ordem/O%20Limbo%20das%20Crianças%20Dom%20Estevao%20Bettencourt%20A%20Ordem%20Janeiro%201955.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2016.

BÍBLIA. N. T. Evangelho de São Mateus. In: **Bíblia sagrada**: edição pastoral. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 1990.

BÍBLIA. N. T. Evangelho de São Lucas. In: **Bíblia sagrada**: edição pastoral. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 1990.

BILHARINHO, G. **Personalidades überabenses**. Uberaba: CNEC Edigraf, 2014. 604 p.

BILHARINHO, G. **Trilogia sobre Uberaba**: periódicos culturais de Uberaba. Uberaba: CNEC Edigraf, 2015. 314 p.

BILHARINHO, G. **Trilogia sobre Uberaba**: informações sobre Uberaba. Uberaba: CNEC Edigraf, 2016. 340 p.

BITTAR, J. E. **Educação religiosa versus laicismo**: o "Correio Católico" e as escolas do Triângulo Mineiro 1930 - 1945. 2006. 89 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2388?show=full>>. Acesso em: 17 maio 2017.

BOEHNER, P.; ETIENNE, G. **História da filosofia cristã**: desde as origens até Nicolau de Cusa. Tradução e nota introdutória de Raimundo Vier. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 582 p. Tradução de: Christliche Philosophie.

BOEIRA, D. A. Menoridade, historiografia e cultura escolar no Patronato Agrícola de Anitápolis/SC: 1918-1930. **XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307738959\\_ARQUIVO\\_TextofinalAnp uh2011-DanielA.Boeira.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307738959_ARQUIVO_TextofinalAnp uh2011-DanielA.Boeira.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2017.

BONFIM, P. R. **Educar, higienizar e regenerar**: uma história da eugenia no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 228 p.

BORGES, M. E. L. **História & Fotografia**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 132 p.

BOTO, C. Nova história e seus velhos dilemas. **Revista USP**, São Paulo, nº. 23, p. 23-33. Set/nov. 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26972>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 322 p. Tradução de: Le pouvoir symbolique.

BRAGA, V. L. F. **Pobreza e assistência pública e privada em Minas Gerais (1871-1923)**. 2015. 247 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2205/1/virnaligiafernandesbraga.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

BRASIL. **Lei nº 2.040**: Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, etc. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1871. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm)>. Acesso em: 9 jun. 2016.

BRASIL. **Decreto nº. 847:** Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.566:** Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1909. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)>. Acesso em: 9 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto 8.319:** Cria o ensino agronômico e aprova seu regulamento. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1910. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/417045.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

BRASIL. **Lei nº. 3.071:** Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1916. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm)>. Acesso em: 22 set. 2017.

BRASIL. **Decreto 12.893:** Autoriza o Ministro da Agricultura a crear patronatos agrícolas, para educação de menores desvalidos, etc. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1918. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-norma-pe.html>>. Acesso em: 7 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 16.272:** Approva o regulamento da assistencia e protecção aos menores abandonados e delinquentes. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1923. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16272-20-dezembro-1923-517646-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 out. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 17.943:** Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1927. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. **Recenseamento de 1920** (4º censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias). Volume IV (2ª parte). Tomo II. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. **Recenseamento de 1920** (4º censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias). Volume IV (4ª parte). Tomo II. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1929. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. **Recenseamento de 1920** (4º censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias). Volume IV (5ª parte). Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1930. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

**BRASIL. Decreto nº. 19.941:** Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

**BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 16 de julho de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)> Acesso em: 14 set. 2017.

**BRASIL. Decreto-Lei nº. 5.256:** Institue o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do Serviço Social em todo o país. Rio de Janeiro, 1º de julho de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-525-1-julho-1938-358399-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

**BRASIL. Decreto nº 2.024:** Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1940. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2024-17-fevereiro-1940-411934-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

**BRASIL. Decreto-Lei nº 3.799:** Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 7 maio 2017.

**BRASIL. Decreto-Lei nº 6.865:** Redefine a competência do serviço de assistência a menores [...] e dá outras providências. Rio de Janeiro, de 11 de setembro de 1944. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6865-11-setembro-1944-386457-norma-pe.html>>. Acesso em: 7 maio 2017.

**BRASIL. Decreto-Lei nº 8.529:** Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1946a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

**BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946).** Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2017.

**BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940).** Série regional. Parte XIII – Minas Gerais. Tomo 2. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd\\_1940\\_p13\\_t2\\_mg.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p13_t2_mg.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2017.

**BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico do estado de Minas Gerais.** Série regional. Volume XXI, Tomo 1. Rio de Janeiro, 1954. Disponível em: <<https://ia802508.us.archive.org/35/items/censo1950vol21t1mg/censo1950vol21t1mg.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 1950.** Série nacional. Volume I. Rio de Janeiro, 1956. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd\\_1950\\_v1\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 1960.** Minas Gerais. VII Recenseamento geral do Brasil. Série Regional. Volume I – Tomo IX. Disponível em: <<https://archive.org/details/censodem1960rvol1t9>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris do século XIX:** o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982. 127 p.

BRETTAS, A. C. F. **Eurípedes Barsanulpho e o Collégio Allan Kardec:** capítulos de história da educação e a gênese do espiritismo nas terras do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro (1907/1918). 2006. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14058>>. Acesso em: 9 out. 2016.

BRITES, O. Crianças de revistas: 1930-1950. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v.26, n.1, p.161-176, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v26n1/a11v26n1.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRUCKNER, P. **A tentação da inocência.** Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 275 p. Tradução de: La tentacion de l'innocence.

CAMARA, S. Semienteira do amanhã: o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e sua perspectiva educativa e regeneradora da criança pobre. **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação.** Uberlândia, 2006. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/66SoniaCamara.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2017.

CAMARA, S. Infância pobre e instituições assistenciais no Brasil republicano. In: FARIA FILHO, L. M. de; ARAÚJO, V. C. de (Org.). **História da educação e da assistência à infância no Brasil.** Vitória: Edufes, 2011. p. 17-56.

CAMARGO, K. G. F. **Educação Católica e presença dominicana em Goiás (GO):** a cultura escolar no Colégio Sant'Anna (1940-1960). 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba (MS), 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/11711695-Educacao-catolica-e-presenca-dominicana-em-goias-go-a-cultura-escolar-no-colegio-sant-anna.html>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

CAMPAGNA, E. **Os somascos no Brasil.** 8 dez. 2013. Disponível em <[https://issuu.com/evandrotesini/docs/os\\_somascos\\_no\\_brasil](https://issuu.com/evandrotesini/docs/os_somascos_no_brasil)>. Acesso: 11 out. 2017.

CAMPELO, K. G. H. da R.; MACIEL, F. I. P. Produção e circulação de livros de leituras graduadas: contribuições para a compreensão da história do ensino primário mineiro nas primeiras décadas do século XX. **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.** Universidade Federal de Brasília, 2006. Disponível em:

<[http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/lista\\_resumos.htm](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/lista_resumos.htm)>. Acesso em: 05 out. 2017.

CAMPELO, K. G. H. da R. **Cartilhas de alfabetização: subsídios para a compreensão da história da alfabetização mineira (1930 – 1945)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. 142 p. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-854NCQ>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

CAMPOS, H. de. Caridade, flor dos mortos. In: CAMPOS, H. de. **Sepultando os meus mortos (crônicas)**. Obra póstuma. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1935. p. 87-92.

CAMPOS, R. D. de. **A “Princesa do Sertão” na modernidade republicana: urbanidade e educação na Rio Preto dos anos 1920**. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2004. 185 p.

CAMPOS, R. D. de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): educação e história**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. 223 p.

CAMPOS, R. D. de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/320/306>>. Acesso em: 14 set. 2016.

CAMPOS, R. D. de. Imprensa e educação feminina em zona pioneira: o caso do Noroeste Paulista (1920-1940). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 309-322 - 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a14v34n67.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

CAMURÇA, M. A. Fora da caridade não há religião! Breve história da competição religiosa entre catolicismo e espiritismo kardecista e de suas obras sociais na cidade de Juiz de Fora: 1900 – 1960. **II Simpósio Nacional de História das Religiões**. Mariana (MG), 2000. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/01/103.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

CAPONI, S. A lógica da compaixão. **Trans/Form/Ação**. São Paulo, 21/22: 91-117, 1998/1999. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v21-22n1/v22n1a09>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

CAPONI, S. **Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 100 p.

CARDOSO, F. J. As ideias pedagógicas de Pestalozzi (1746-1827). **Revista da Faculdade de Letras: Filosofia**. Porto, n. 2, p.29, 1972. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1283.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2017.

CARISIO, C. M. **Chico Xavier, caridade e o mundo de César**: um olhar sobre o modo de gestão da assistência social espírita em Uberaba-MG. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em:

<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/11916/1/Camila.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

CARVALHO, C. H. de.; ARAÚJO, J. C. S.; GONÇALVES NETO, W. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia – MG, 1930 – 1950). In: **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas (SP): Autores Associados; Uberlândia (MG): Edufu, 2002. p. 67-89.

CARVALHO, C. H. de. MOURA, E. B. B. de; ARAÚJO, J. C. S. **A infância na modernidade: entre a educação e o trabalho**. Uberlândia: EDUFU, 2007. 304 p.

CARVALHO, C. H. de. **Os submundos das cidades**: as crianças no espaço urbano brasileiro. Campinas (SP): Editora Alínea, 2008. 186 p.

CARVALHO, C. H. de; CARVALHO, L. B. de O. B. de. História/historiografia da educação e inovação metodológica: fontes e perspectivas. In: COSTA, C. J.; MELO, J. J. P.; FABIANO, L. H. **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 79-110.

CARVALHO, G. B. de. **A Festa e o curso de pedagogia em Uberaba, MG (1949 a 1955): história, educação e contextualização**. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, Uberaba, 2016b. Disponível em: <<https://www.uniube.br/propepe/ppg/educacao/arquivos/2016/dissertacoes/5-GLEICEMAR%20BARCELOS%20DE%20CARVALHO.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 21 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 254 p.

CARVALHO, M. M. C. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. 355p.

CASELATO, E. S. **O álbum de Olga**. Carapicuíba, 2003. 143 diapositivos. Disponível em: <<https://www.facebook.com/374417459400662/photos/a.374953772680364.1073741840.374417459400662/375137542661987/?type=3&theater>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

CASIMIRO, A. P. B. S. Padroado. **Glossário Histedbr**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_padroado3.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado3.htm)>. Acesso em: 5 maio 2016.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 611 p.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. 3 ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2011. 384 p. Tradução de: L'écriture de l'histoire.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 p.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. 367 p.

CHAMON, C. S.; GOODWIN JR. J. W. A incorporação do proletariado à sociedade moderna: a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941). **Varia História.** Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.319-340, jan/jun 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/15.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2017.

CHÂTELET, F.; DUHAMEL, O.; PISIER-KOUCHNER, E. **História das ideias políticas.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2000. 399 p. Tradução de: Histoire des idées politiques.

CIMINO, M. de S. S. **Iluminar a terra pela inteligência:** trajetória do Aprendizado Agrícola de Barbacena, MG (1910 - 1933). 2013. 396 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ\\_8ebe9cc495ca3bcbd7bcd41f4049804d](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_8ebe9cc495ca3bcbd7bcd41f4049804d)>. Acesso em: 9 dez. 2017.

COELHO, B. L. M. A proteção à criança nas constituições brasileiras: 1824 a 1969. **Revista de Informação Legislativa.** Brasília a. 35 n. 139 jul./set. 1998. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/390/r139-07.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2016.

CONCEIÇÃO, J. T. da. Dormitórios coletivos: uma característica de pedagogia de internar no ensino agrícola federal Brasileiro (1934-1967). **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação.** Sociedade Brasileira de História da Educação. Aracaju, 2008. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/trabalho\\_completo.php?id=458](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/trabalho_completo.php?id=458)>. Acesso em: 8 set. 2016.

CONCEIÇÃO, J. T. da. **Internar para educar:** colégios-internatos no Brasil (1840-1950). Aracaju: Edise, 2017. 484 p.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar.** 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. 282 p.

COSTA, R. F. S. da. **Ao abrigo da infâmia:** as subvenções à proteção da criança na Câmara Municipal de São Paulo entre 1890 e 1927. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. 247 p. Disponível em: [http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322306/1/Costa\\_RicardoFelipeSantos\\_da\\_M.pdf](http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322306/1/Costa_RicardoFelipeSantos_da_M.pdf). Acesso em: 20 nov. 2017.

CRUZ, W da. **Lar Espírita:** instituição de amparo à criança abandonada. Sob os auspícios da União da Mocidade Espírita de Uberaba, 2015. 105 diapositivos, color. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/7220348/>>. Acesso em: 5 out. 2017.

CURY, C. R. J. A educação nas constituições brasileiras. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** 3 ed. Vol III: Século XX. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009. p. 17-28.

CURY, C. R. J. A educação como desafio na ordem jurídica. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil.** 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 567-584.

DAMINELLI, C. S. Marcas do tempo: uma análise dos discursos voltados à infância e à juventude prostituída na Legislação Menorista do século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH** - São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300806149\\_ARQUIVO\\_CamilaSerafimDaminelliAnpuh2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300806149_ARQUIVO_CamilaSerafimDaminelliAnpuh2011.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

DANTAS, S. M. **A fabricação do urbano:** cidadade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929). 2009. 203 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Franca, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103114>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

DANTAS, S. M. Entre sete colinas: histórias e memórias na configuração do patrimônio de Uberaba. **Revista de História Regional.** 18(1): 224-238, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4630>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

DANTAS, S. M. Identidades em órbita: o habitante do Triângulo Mineiro e a constituição da *triangulinidade*. **Locus, Revista de História.** Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 125-144, 2015. Disponível em: <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2873/2229>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

DAVIS, N. Z. **Culturas do povo:** sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios. Tradução de Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (Coleção Oficinas da História). 308 p. Tradução de: Society and culture in early modern France.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008. 443p.

DONZELLOT, J. **A polícia das famílias.** Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. 209 p. Tradução de: La Police des familles.

DORIGON, N. G. **Educação e Trabalho:** a convocação das workhouses. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006. 156 p. Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2006-Nelci\\_Dorigon.pdf](http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2006-Nelci_Dorigon.pdf)>. Acesso em: 5 nov. 2016

ELOISA. Grandes pioneiros: Anália Franco. **Revista Seareiro:** órgão divulgador do Núcleo de Estudos Espíritas “Amor e Esperança” – Ano 8 - nº 66 – Abril/2007, p. 11. Disponível em: <[http://espiritismoeluz.org.br/seareiro/seareiro\\_04\\_2007.pdf](http://espiritismoeluz.org.br/seareiro/seareiro_04_2007.pdf)> Acesso em: 20 abr. 2017.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola:** educação e trabalho no capitalismo. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. 252 p.

ESCOLANO, A. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Curriculum, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. Tradução de Antonio Veiga-Neto. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19-57. Tradução de: “Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones” e “La arquitectura como programa. Espacio-escuela y curriculum”.

EVERTON, C. E. P. **“Hoje e amanhã celebrai a história para encarnar-vos no povo”**: os embates de memória sobre o Conflito do Alto Alegre. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em História, Ensino e Narrativas) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luiz, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.uema.br/handle/123456789/55>>. Acesso em: 7 out. 2017.

FALEIROS, V. de P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-96.

FARIA FILHO, L. M. de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: Editora UPF, 2000. 213 p.

FARIA FILHO, L. M. de. **República, trabalho e educação**: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. 174 p.

FARIA FILHO, L. M. de. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas (SP): Autores Associados; Uberlândia (MG): Edufu, 2002. p. 133-150.

FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. 293 p.

FERLA, L. Medicina e delinquência infanto-juvenil no Brasil da Era Vargas. In: CARVALHO, C. H. de. MOURA, E. B. B. de; ARAÚJO, J. C. S. **A infância na modernidade**: entre a educação e o trabalho. Uberlândia: Edufu, 2007. p. 103-142.

FERNANDES, A. T. de C. Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. **Educação e pesquisa**, São Paulo. V. 30, n.3 p.513-529, set./dez.2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a11v30n3.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

FERRARI, D. C. et al. **Administração municipal em Uberaba**: de Capitão Domingos a Andersosn Adauto. Uberaba: Publi Editora e Gráfica, 2011. 87 p.

FERREIRA, I. **Alceu Novaes**: jornalista e educador. Uberaba: Gráfica Jornal da Manhã, 1982. 190 p.

FERREIRA, I. **Histórico da maçonaria em Uberaba**. Uberaba: Vetha Editora e Gráfica, 1987. 54 p.

FERREIRA, M. J. **A prática do assistente social na Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes**: uma experiência no município de Uberaba/MG. 2012. 186 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98586>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

FERREIRA, N. V. C.; ALBUQUERQUE, F. de A. M. Educação profissionalizante para crianças: Minas Gerais no início do século XX. In: DORNELLES, L.V.; FERNANDES, N. **Perspectivas sociológicas e educacionais em estudos da criança**: as marcas das

dialogicidades luso-brasileiras. Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga. Suporte Edição Eletrônica. Disponível em: <<http://www.ciec-uminho.org/documentos/ebooks/2307/>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

FERREIRA, O. **Terra madrastra**: um povo infeliz. Uberaba: O Triângulo, 1928. 299 p.

FERREIRA, O. **O pântano sagrado**. Uberaba: A Flama, 1948. 366 p.

FERREIRA, O. **Pela verdade: catolicismo X espiritismo**. Uberaba: O Triângulo, 1919.

FIGUEIREDO, C. de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1913. Disponível em: <<http://dicionario-aberto.net/dict.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FLORÊNCIO, T. de M. **O ensino superior de enfermagem no município de Uberaba, MG**: raízes da institucionalização. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. 156 p. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-26042010-103229/pt-br.php>>. Acesso em: 12 maio 2016.

FONSECA, A. A. da. **A consagração do mito Mário Palmério no cenário político do Triângulo Mineiro (1940-1950)**. 2010. 335 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2010a. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103080>>. Acesso em: 15 set. 2016.

FONSECA, A. A. da. Deuses e monstros: elegância e violência no projeto de civilização no interior mineiro. In: FONSECA, A. A. da; KAPPEL, I. B. A.; CASTRO, R. S. de. (Org.). **Cultura & Sociedade**: causos, povo e imaginação. Uberaba: UFTM, 2010b. p. 9-29.

FONSECA, A. A. da. O teatro da civilização: elegância e violência na imprensa no interior brasileiro. **Conexão - Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul – v. 13, n. 25, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/2559/1584>> Acesso: em 15 jun. 2016.

FONSECA, A. N. G.; CARLOS, J. Merenda escolar: um estudo exploratório sobre a implementação do Programa Nacional de Alimentação na Escola – PNAE, na Unidade Integrada Padre Newton Pereira em São Luís. **XII Congresso Nacional de Educação - Educere**. PUCPR 26 a 29/10/2015. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20622\\_10865.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20622_10865.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2017.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, M. (Org.); BASSANEZI, C. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 428-463.

FONSECA, C. M. O. A saúde da criança na política social do primeiro governo Vargas. **Physis Revista de Saúde Coletiva**. Vol. 3, Número 2, p. 97-116, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v3n2/04.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

FONSECA, S. C. da. A interiorização da assistência à infância durante a Primeira República: de São Paulo a Ribeirão Preto. **Educação em Revista** | Belo Horizonte | v.28 | n.01 p.79-108 |

mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n1/a05v28n1.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Ghilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 149 p. Tradução de: *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 291 p. Tradução de: *Surveiller et punir*.

FRANCISCO, R. P. **Pequenos desvalidos: a infância pobre, abandonada e operária de Juiz de Fora (1888-1930)**. 2015. 343 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1756.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2016.

FREIRE, M. M. de L.; LEONY, V. da S. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899- 1930). **Revista História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 199-225, dez. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702011000500011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500011)>. Acesso em: 20 out. 2017.

FREITAS, M. C. de. Apresentação. In: GONDRA, J. **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2002. p. 7-10.

FREITAS, M. C. de.; BICCAS; M. de S. **História social da educação no Brasil (1926-1966)**. São Paulo: Cortez, 2009. 372 p.

FREITAS, N. B. **O descoroamento da Princesa do Sertão: de “chão a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço**. 2014. 415 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/5470>>. Acesso em: 7 out. 2017.

FREITAS, S. M. de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 142 p.

FUCKNER, C. M. **Lar Escola Dr. Leocádio José Correia: história de uma proposta de formação na perspectiva educacional espírita (1963 – 2003)**. 2009. 329 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em <<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46520>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

FUKUI, L. F. G.; SAMPAIO, E. M. S.; BRIOSCHI, L. R. **A questão do trabalho infantil na grande imprensa paulista na década de 70**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n. 152, p. 28-46, jan./abr. 1985.

GEREMEK, B. **A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa**. Tradução de Maria da Assunção Santos. Lisboa: Terramar, 1986. 306 p. Tradução de: *Litość i szubienica. Dzieje niedzy i miłosierdzia*.

GEREMEK, B. Pobreza. **Enciclopédia Einaudi**, vol. 38. Sociedade e Civilização. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999. p. 213-244.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6 ed. Tradução de Alexandra Figueiredo et al. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. Tradução de: Sociology.

GODOY, P. A. **Grandes vultos do espiritismo**. São Paulo: Edições FEESP, 1990.

GOFFMAM, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1974. 316 p. Tradução de: Asylums: Essays on the social situation of mental patients and others inmates.

GOFFMAM, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988. 159 p.

GOHN, M. da G. Educação não-formal na pedagogia social. **I Congresso Internacional de Pedagogia Social**. 2006. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

GOHN, M. da G. Aprendizagens em pedagogias alternativas: movimentos sociais. In: BAUER, C., ROGGERO, R.; LORIERI, M. A. (Org.). **Pedagogias Alternativas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 57-72.

GOIÁS. **Decreto nº. 10.640**: Aprova o regulamento do ensino primário do estado de Goyaz. Goyaz Capital, 10 de fevereiro de 1920. Disponível em: <<http://200.137.218.134/uploads/1/1/11406/pag1-12.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

GOMES, A. M. de C. **A invenção do trabalhismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 300 p.

GONÇALVES, A. M. **Educação secundária feminina em Goiás**: intramuros de uma escola católica (Colégio Sant'Anna – 1915/1937). 2004. 172 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, 2004. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/11711695-Educacao-catolica-e-presenca-dominicana-em-goias-go-a-cultura-escolar-no-colegio-sant-anna.html>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

GONÇALVES NETO, W. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, J. C. de S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas (SP): Autores Associados; Uberlândia (MG): Edufu, 2002. p. 197-225.

GONÇALVES NETO, W.; CARVALHO, C. H. de. Estatutos das escolas “Dom Bosco” (Cachoeira do Campo-MG, 1896). **Cadernos de História da Educação** – v. 12, n. 1 – jan/jun.2013, Uberlândia, Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2013. <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/22895/12418>>. Acesso em: 12 set. 2016.

GONTIJO, D. T. et al. Fatores relacionados à institucionalização de crianças e adolescentes acolhidos na comarca de Uberaba – MG. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, 25(2): 139-150, abr./jun., 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/2222/2447>>. Acesso em 12 jun. 2016.

GUALBERTO, J. **A invenção do coronel:** ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: SPDC/Ufes, 1995. 233 p.

GUARÁ, I. M. F. da R. Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação. In: BAPTISTA, M. V. (Coord.). **Abrigo:** comunidade de acolhida e socioeducação. 2 ed. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p. 59-71.

GUEDES, C. F. **Acolhimento institucional na assistência à infância:** reflexões a partir de um abrigo. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20082013-160003/pt-br.php>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

GUIMARÃES, A. P. **Noções de Direito Romano.** Porto Alegre: Síntese, 1999. 208 p.

GUIMARÃES, F. O. **Formação militar e “amparo aos desvalidos” na Companhia de Aprendizes Militares de Minas Gerais (1876-1891).** 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9JHJB4/disserta\\_o\\_felipe\\_osvaldo\\_guimar\\_es.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9JHJB4/disserta_o_felipe_osvaldo_guimar_es.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 12 jan. 2018.

GUIMARÃES, R. M. C. **“Templo do Bem”:** o Grupo Escolar Uberaba, na escolarização republicana (1908-1918). 2007. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14064>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

GULASSA, M. L. C. R. A fala dos abrigos. In: BAPTISTA, M. V. (Coord.). **Abrigo:** comunidade de acolhida e socioeducação. 2 ed. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p. 49-57.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p. Tradução de: La mémoire collective.

IANNI, O. **A idéia de Brasil Moderno.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. 180 p.

ISOBE, R. M. R. **Educação e civilização no sertão:** práticas de constituição do modelo escolar no Triângulo Mineiro (1906-1920). 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/10645>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

IVO, A. B. L. **Georg Simmel e a “sociologia da pobreza”.** Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 52, p. 171-180, Jan./Abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n52/a13v2152.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

KARDEC, A. **O evangelho segundo o espiritismo:** com explicações das máximas morais do Cristo em concordância com o espiritismo e suas aplicações às diversas circunstâncias da vida. Tradução de Guillon Ribeiro. 131 ed. Brasília: FEB, 2013. 410 p. Tradução de: L’Évangile selon le spiritisme.

KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo:** das origens a 1940. 1986. 344 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48133/tde-11052015-104702/pt-br.php>>. Disponível em: 12 out. 2016.

**KLINKE, K. Escolarização da leitura no ensino graduado em Minas Gerais (1906-1930).** Tese (Doutorado em Educação). 2003. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. 240 p. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/NSCS-5T6F6P/tese\\_karina\\_kline.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/NSCS-5T6F6P/tese_karina_kline.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 12 jan. 2018.

**KOGA, D. Medidas de cidades:** entre territórios de vida e territórios vividos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 331 p.

**KOSSOY, B. Fotografia & História.** 2 ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2001. 167 p.

**KOSSOY, B. Realidade e ficções na trama fotográfica.** 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. 153 p.

**KOUTSOUKOS, S. S. M. No estúdio fotográfico:** representação e auto-representação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em Multímeios). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006. 382 p. Disponível em: <<http://www.dobrasvisuais.com.br/wp-content/uploads/2012/08/Negros-no-Est%C3%BAdio-do-Fot%C3%BAgrafo-Sandra-Koutsoukos.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

**KOWARICK, L. Trabalho e vadiagem:** a origem do trabalho livre no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 124 p.

**KUHLMANN JÚNIOR, M. Histórias da educação infantil brasileira.** Revista Brasileira de Educação nº 14. Mai/Jun/Jul/Ago 2000. p. 5-18. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02>>. Acesso em: 23 set. 2017.

**KUHLMANN JÚNIOR, M.** A educação infantil no século XX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** 3 ed. Vol III: Século XX. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009. p. 182-194.

**KUHLMANN JÚNIOR, M. Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. 7 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015. 192 p.

**LACOMBE, A. J.** A Igreja no início do século XX. In: COSTA, L. A. S. da. **Brasil: 1900 a 1910.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980. p. 46-59.

**LAGE, A. C. P.** As diferenças sociais e a divisão do trabalho presentes no ensino feminino do Colégio Nossa Senhora de Sion de Campanha (MG). **XXIV Simpósio Nacional de História.** ANPUH. São Leopoldo (RS), 2007. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0346.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2018.

**LAJOLO, M.** Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. C. de. (Org.). **História social da infância no Brasil.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2016. p 323-349.

**LARROSA, J.** Ensaio, diário e poema como variantes da autobiografia: a propósito de um “poema de formação” de Andrés Sánchez Robayna. In: SOUZA, E. C. de; ABRAHAO, M. H.

M. B. (Org.). **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 183-202.

LE GOFF, J. **O nascimento do purgatório.** Tradução de Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. 448 p. Tradução de: La naissance du purgatoire.

LE GOFF, J. **História e memória.** 5 ed. Tradução de Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 17-171. Tradução de: Storia e Memoria.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975. 270 p.

LEÃO JÚNIOR, W. **História das instituições educacionais para o deficiente visual:** o Instituto de Cegos do Brasil Central de Uberaba (1942-1959). 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Uberaba, Uberaba, 2015. Disponível em: <[http://www.uniube.br/propepe/ppg/educacao/arquivos/2015/dissertacoes/29\\_wandelcy\\_leao\\_junior.pdf](http://www.uniube.br/propepe/ppg/educacao/arquivos/2015/dissertacoes/29_wandelcy_leao_junior.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

LEITE, L. C. **Meninos de rua:** a infância excluída no Brasil. São Paulo: Editora Atual, 2001. 96 p.

LEONARDI, P. Congregações católicas docentes no estado de São Paulo e a educação feminina na segunda metade do século XIX. **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 2006, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/113PaulaLeonardi.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

LESAGE, P. A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX. In: BASTOS, M. H. C.; FARIA FILHO, L. M. de (Org.). **A escola elementar no século XIX:** o método monitorial/mútuo. Passo Fundo: EdIUPF, 1999. p. 9-24.

LIMA, M. C. **A última estação do trem:** percurso da história da educação protestante em Lavras. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015. 81 p. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/handle/1/10491>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

LOBO, L. F. **Os infames da história:** pobres, escravos e deficientes no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. 427 p.

LODI-CORRÊA, S. **Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império pra a República (1868-1919).** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. 180 p. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251724>>. Acesso em: 29 out. 2017.

LONDOÑO, F. T. A origem do conceito de menor. 2 ed. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1992. p. 129-145.

LONGO, C. da S. Ética disciplinar e punições corporais na infância. **Psicologia USP**, 2005, 16(4), 99-119. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v16n4/v16n4a06.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

LOPES, A. L. A. C. e. A Criança e seus diferentes nomes: adjetivações no discurso histórico. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 67-89, set 2008/fev 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2009/11/Artigo-04-13.2.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. de O. 2 ed. **[o que você precisa saber sobre...] História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005. 120 p.

LOPES, G. A. **A cruzada modernizante e os infiéis no Recife, 1922-1926**: higienismo, vadiagem e repressão policial. Dissertação (Mestrado em História do Norte e Nordeste do Brasil) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. 164 p. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7775>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

LOPES, M. A. B. **A Copervale**: formação histórica do cooperativismo leiteiro na região triangulina do Vale do Rio Grande. Uberaba: Editora Vitória, 1985. 174 p.

LOPES, M. A. B. **Dominicanas**: cem anos de missão no Brasil. Uberaba: Editora Vitória, 1986. 254 p.

LOPES, M. A. B; BORGES, M. S. G. **Uberaba, uma cidade entre sete colinas**: história e geografia. 2 ed. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

LOURENÇO, L. A. B. **Das fronteiras do Império ao coração da República**: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do Século XIX. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 306 p. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04062007-144149/pt-br.php>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.); BASSANEZI, C. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 371-403.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. 2 ed. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

LUCENA, P. L. **“Nenhum lar sem o Lar Católico!”**: Discursos e vivências sobre gênero, família e sexualidade no jornal Lar Católico (1954- 1986). 2011. 355 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1574>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

LUSTOSA, O. F. **Reformistas na Igreja do Brasil**: Império. São Paulo, Boletim nº 17, 1977.

MACHADO, M. M. T. **A conquista da amamentação**: o olhar da mulher. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999. 156 p. disponível em:

<[http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15799/1/1999\\_dis\\_mmtmachado.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15799/1/1999_dis_mmtmachado.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2017.

MACHADO, L. M.; MAIA, G. Z. A.; LABEGALINI, A. C. F. B. (Org.). **Pesquisa em educação: passo a passo**. Marília: Edições M3T Tecnologia e Educação, 2007. 176 p.

MACHADO, S. P. de S. **História do Instituto Zootécnico de Uberaba: uma instituição de educação rural superior (1892-1912)**. 2009. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13793>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

MACHADO, L. V. **Pobreza comum, vala partilhada: a pobreza coimbrã através dos registros de enterramento na vala geral do cemitério da Conchada (1871-1890)**. 2015. 295 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/30550/1/TESE%20COMPLETA.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. 178 p.

MANOEL, I. A. **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo**. 2 ed. Maringá: Eduem, 2008. 148 p.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 331p.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726 – 1950. 9 ed. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 69-97.

MARSHALL, J. Governamentalidade e educação liberal. In: SILVA, T. T. da (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 21-34.

MARTINS, E. C. A criança abandonada: estudo histórico-educativo da Monarquia à 1<sup>a</sup> República. **Educação Unisinos**. Vol. 6, nº 10, 2002. p. 175-198. Disponível em: <[https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/836/1/EM\\_educa%C3%A7%C3%A3o%20unisinos\\_n%C2%BA%2010.pdf](https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/836/1/EM_educa%C3%A7%C3%A3o%20unisinos_n%C2%BA%2010.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2018.

MARTINS, H. T. **A Fragmentação do Território Nacional: a criação de novos estados no Brasil (1823-1988)**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MARTINS FILHO, J. **A criança terceirizada: os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo**. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. 108 p.

MAUAD, A. M. **Fotografia e História**. 2009. Disponível em: <<http://fotoclubedoaltotiete.blogspot.com.br/2010/11/fotografia-e-historia.html>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MEDEIROS, R. C. de; PRADO, R. C. Considerações históricas sobre a infância pobre no Brasil: o percurso de se pensar/repensar a criança. **Anais do Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais** [recurso eletrônico]: repensar a história da educação, pensar a política na história da educação. 09 a 12 de maio de 2017 em Uberlândia, Minas Gerais [...]. Uberlândia: EDUFU, 2017.

MELO, A. A de. **A evangelização no Brasil. Dimensões teológicas e desafios pastorais: o debate teológico e eclesial (1952 - 1995)**. Roma: Editrice Pontificia Universitá Gregoriana, 1996. 429 p.

MELO, G. F. **Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina - Colégio Nossa Senhora das Dores - 1940/1966**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. 145 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13735/1/TrasMurosEscolares.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

MELO, S. B. **Carisma Dominicano e processo educativo no Colégio Externato São José**. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Goiás, 2013. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/845>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

MELLO, C. M. V. de. **Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas: cronologia 1708/1994**. Santa Luzia: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/ppradodesign/docs/cronologia>. Acesso em: 30 dez. 2017.

MENDONÇA, J. **História de Uberaba**. 2 ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro: Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 2008. 336 p.

MENDONÇA, O. S. **Percorso histórico dos métodos de alfabetização**. Objetos educacionais da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 15/08/2011. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40137/1/01d16t02.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008. 320 p.

MIGUEL, S. N. O espiritismo frente à Igreja Católica em disputa por espaço na Era Vargas. **Revista Esboços**. Florianópolis, v. 17, n. 24, p. 203-226, dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2010v17n24p203>>. Acesso em: 14 out. 2017.

MINAS GERAIS. **Mensagem dirigida pelo vice-presidente do Estado Dr. Joaquim Cândido da Costa Sena ao Congresso Mineiro no anno de 1902**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1902. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2411/000002.html>>. Acesso em: 3 maio 2017.

MINAS GERAIS. **Mensagem de Raul Soares de Moura ao Congresso Mineiro lida na abertura de sua 2ª seção ordinária na 9ª legislatura em 1924**. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u308/000002.html>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

MINAS GERAIS. **Mensagem apresentada por Fernando de Melo Vianna, Presidente do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u309/000002.html>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

MINAS GERAIS. **Mensagem apresentada por Fernando de Melo Vianna, Presidente do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u310/000342.html>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 7.680:** Aprova o Regulamento da assistência e proteção a menores abandonados e delinquentes. Belo Horizonte, de 3 de junho de 1927a. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:decreto:1927-06-03;7680>>. Acesso em: jan. 2018.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 7.970-A:** Approva o Regulamento do Ensino Primário. Palácio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Uberaba, aos 15 de outubro de 1927b. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105945>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

MONTEIRO, E. C. **Anália Franco:** a grande dama da educação brasileira. São Paulo: Madras, 2004. 265 p.

MORAES, C. S. V. Instrução “popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (Org). **Brasil 500 anos:** tópicas em história da educação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 169-204.

MOTT, M. L. de B. A criança escrava na literatura de viagens. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, Fundação Carlos Chagas, dez. 1979. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1665>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MOTT, M. L. de B. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington. **Gênero.** Niterói, v. 3, n. 2, p. 21-41, 1. sem. 2003. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/265/184>>. Acesso em: 15 set. 2017.

MOTTA, M. A. P. **Mães abandonadas:** a entrega de um filho em adoção. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008. 287 p.

MOURA, E. B. B. de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. **Rev. bras. Hist. [online].** 1999, vol.19, n.37, pp.85-102 vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100005)>. Acesso em: 19 ago. 2017.

MOURA, L. D. de. **A educação católica no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Loyola, 2000. 311 p.

NABUT, J. A. **A Igreja em Uberaba.** Uberaba: Fundação Cultural de Uberaba, 1987. 213 p.

NASCIMENTO, M. C. M. do. **Filhas e irmãs do padre Ibiapina:** educação e devoção na Paraíba (1860-1883). 2009. 167 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em:

- <[http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2009\\_mest\\_maria\\_nascimento.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2009_mest_maria_nascimento.pdf)>. Acesso em: 2 fev. 2016.
- NASCIMENTO, M. L. do; SCHEINVAR, E. Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. UERJ, RJ, Ano 5, n. 2, 2º semestre de 2005. p. 51-66. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v5n2/artigos/aj01.pdf>>. Acesso: 5 jan. 2018.
- NERY, J. I. O ensino religioso escolar no Brasil no contexto da história e das leis. **Revista de Educação AEC**. Brasília, n. 88, p.7-20, jul.- set. 1993.
- NEVES, F. R. A voz e a pena a serviço da Igreja: a imprensa católica e a ampliação da esfera pública no Rio de Janeiro no final do século XIX. **9º Encontro Nacional de História da Mídia**. Ouro Preto, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/a-voz-e-a-pena-a-servico-da-igreja-a-imprensa-catolica-e-a-ampliacao-da-esfera-publica-no-rio-de-janeiro-no-final-do-seculo-xix>. Acesso em: 8 set. 2017.
- NEVES, L. V. B. A fotografia como documento histórico. **Em Tempo de Histórias**, nº. 8, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/2651>>. Acesso em: 26 mar. 2018.
- NÓVOA, A. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, A. (coord.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote: IIE, 1992. p. 13-43.
- NOGUEIRA, V. L.; ALVARENGA, M. R. de. As representações sobre o trabalhador mineiro sob o ponto de vista do léxico republicano (1892-1924). **Anais VI Congresso Brasileiro de História da Educação**. UFES, 2011. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/file/620.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/620.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2017.
- NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- NOSELA, P.; BUFFA, E. **Scholla Mater**: a antiga Escola Normal (1911-1933). São Carlos: EdUFSCAR, 1996. 120 p.
- NOSELA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009. 87 p.
- OLIVEIRA, D. O epíteto Princesa do Sertão. **Blog Demais**, 19 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://oliveiradimas.blogspot.com.br/2007/09/o-epiteto-princesa-do-serto.html>>. Acesso em: 7 out. 2017.
- OLIVEIRA, E. de C. **Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva**: ideias e práticas educativas para as crianças e para a mulher (1879-1920). 2007. 175 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Francisco, Itatiba, 2007. Disponível em: <<http://www.geae.net.br/images/Dissertacoes/2007.%20OLIVEIRA,%20EC.%20An%C3%A0>

ilia%20Franco%20e%20a%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Feminina%20Beneficente%20e%20Instrutiva....pdf>. Acesso em: 3 jun 2017.

OLIVEIRA, E. M. D. de. **Por uma arquitetura socioeducativa para adolescentes em conflito com a lei:** uma abordagem simbólica da relação pessoa ambiente. 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92175/257279.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

OLIVEIRA, R. de C. A história começa a ser revelada: panorama atual do abrigamento no Brasil . In: BAPTISTA, M. V. (Coord.). **Abrigo:** comunidade de acolhida e socioeducação. 2 ed. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p. 35-47.

OLIVEIRA, S. J. de. **A criação e a consolidação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba, MG:** uma experiência singular da Congregação dominicana no Brasil (1948 - 1961). Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Centro Universitário do Triângulo, Uberlândia, 2003.

OLIVEIRA, S. J. de; GATTI JÚNIOR, D. A criação e a consolidação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba, Minas Gerais: uma experiência singular da Congregação Dominicana no Brasil (1948 – 1961). **Educação e Filosofia.** V. 18 (Número especial) – maio 2004. Disponível em: <[www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/download/11224/17180](http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/download/11224/17180)>. Acesso em: 5 abr. 2016.

PALMER, Joy A. **50 grandes educadores:** de Confúcio a Dewey. São Paulo: Contexto, 2005. 306 p.

PAOLINELLI, S. M. R. (Org.). **Coletânea biográfica de escritores uberabenses.** Uberaba (MG): Sabi Uberaba, 2009. 222 p.

PAPALI, M. A. A infância desvalida e a exploração do trabalho infantil no pós-abolição: Vale do Paraíba Paulista (1888-1895). **XXIII Encontro Estadual de História - ANPUH.** São Paulo, UNESP-Assis, de 5 a 8 de setembro de 2016. Disponível em: <[www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1462297946\\_ARQUIVO\\_ARTIGO\\_OANPUHSAOPAULO2016-2.pdf](http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1462297946_ARQUIVO_ARTIGO_OANPUHSAOPAULO2016-2.pdf)>. Acesso em: 5 nov. 2017.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 347-375.

PATTO, M. H. S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estud. av.**, São Paulo , v. 13, n. 35, p. 167-198, Apr. 1999 .Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n35/v13n35a17.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

PAULA, E. D. de. **Regime Militar, resistência e formação de professores na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba/MG (1964-1980).** 2007. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Uberaba, 2007. Disponível em: <[www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp066291.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp066291.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2016.

- PAULINO, J. C. V. Os expostos em números: uma análise quantitativa do abandono infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903). **Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História.** Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2014, p. 185-215. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12132.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2016.
- PEDROSO, C. **Cafubira e vauranas.** Uberaba (MG): C. Pedroso, 1998. 143 p.
- PEDROSO, C. **Folias de Reis:** folclore encantado. Uberaba (MG): C. Pedroso, 2003. 159 p.
- PEDROSO, C. **Padroeira principal.** Uberaba (MG): [s.l.], 2007. 28 p.
- PEDROSO, C. **Os dez primeiros Ministros Extraordinários da Comunhão Eucarística.** Uberaba: Graph Mark, 2013a. 68 p.
- PEDROSO, C. **Morte e vida.** Uberaba (MG): s. ed, 2013b. 71 p.
- PEDROSO, C. **Orfanato.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[marilsaalberto@yahoo.com.br](mailto:marilsaalberto@yahoo.com.br)> em 16 maio 2015.
- PERELMAN, C. Sentidos e categorias na história. In: PERELMAN, C. (Org.). **As categorias na história.** Tradução de Geraldo Inácio Filho. Bruxelas: Editions de l'Institut de Sociologie Université Libre de Bruxelles, 1969, p. 133-147. Tradução de: Sens et categories em histoire.
- PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa.** v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.
- PESSOA, J. M. **Entre a tradição e a modernidade:** a belle époque caxiense. 2007. Práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresinha, 2007. Disponível em: [http://www.leg.ufpi.br/subsiteFiles/mesthist/arquivos/files/Dissertacoes/Dissertacao%20Jordania\\_ENTRE%20A%20TRADICAO%20E%20A%20MODENIDADE-A%20BELLE%20EPOQUE%20CAXIENSE.pdf](http://www.leg.ufpi.br/subsiteFiles/mesthist/arquivos/files/Dissertacoes/Dissertacao%20Jordania_ENTRE%20A%20TRADICAO%20E%20A%20MODENIDADE-A%20BELLE%20EPOQUE%20CAXIENSE.pdf). Acesso em: 7 out. 2017.
- PINTO, A. P. M. Assistência, saúde e sociedade na Zona da Mata Mineira (1895 – 1939). **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio:** Saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2014. Disponível em: <[http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400508868\\_ARQUIVO\\_AnaPau la.ANPUH.2014.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400508868_ARQUIVO_AnaPau la.ANPUH.2014.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2017.
- PINTO, M. I. M. B. **Cotidiano e sobrevivência:** a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1840-1914. São Paulo: Edusp, 1994. 264 p.
- POINSENET, D. M. **São Domingos:** o campeão da verdade. Tradução de Irmã Maria Georgina Oliveira. Uberaba: A. Gráficas, 1986. 102 p.

PONTES, H. **História do futebol em Uberaba**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1972. 200 p.

PONTES, H. **História de Uberaba e a civilização do Brasil Central**. 2 ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978. 341 p.

POUBEL E SILVA, E. F. de S. Uma breve análise do currículo de formação de professores em Mato Grosso: Escola Normal de Cuiabá. **História e memória da educação brasileira: 2. Congresso Brasileiro de História da Educação** – Natal: Rio Grande do Norte, 3 a 6 de novembro de 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0389.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

PRATA, T. de A. **Memória Arquidiocese de Uberaba**. Uberaba: Editora Rotal, 1987. 291 p.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 209 p.

RANGEL, R. F. A insurgência da memória: a assistência no Rio de Janeiro da Primeira República. **O Social em Questão** - Ano XIII - nº 24 - Jul-Dez 2010, p. 115-134. Disponível em: <[http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/osq24\\_rangel\\_8.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/osq24_rangel_8.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2017.

REGONINI, G. Estado do Bem-estar. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução de João Ferreira (Coord.). 11 ed. Vol 1. Brasília: Editora UNB, 1998. vol. 1. p. 416-419. Tradução de: Dizionario di politica.

REZENDE, E. M. M. de. **Uberaba: uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)**. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1991. 159 p.

RIBEIRO, B. de O. L.; SILVA, E. F. da. O Grupo Escolar de Villa Platina e a educação: variações intrínsecas sobre um prédio determinado. In: SOUZA, S. de; RIBEIRO, B. de O. L. (Org.). **Do público ao privado, do confessional ao laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX**. Uberlândia (MG): Edufu, 2009. p. 47-71.

RIBEIRO, B. de O. L.; ARAÚJO, J. C. S; SOUZA, M. A. A. A. Formando braços para a lavoura durante a Primeira República: o “Aprendizado Agrícola Borges Sampaio” em Uberaba/MG. **Cadernos de História da Educação**, v.16, n.2, p.334-347, mai.-ago. 2017a. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/39591>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

RIBEIRO, B. de O. L.; ARAÚJO, J. C.S.; SILVA, E. F. da. Ensino profissional feminino: pobreza e marginalidade na nova capital mineira (1909 a 1927). In: OLIVEIRA, A. C. de. (Editora Chefe). **Campo de saberes da história da educação no Brasil**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017b. p. 67-87. Disponível em: <<http://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2017/10/E-book-Hist%C3%B3ria.pdf>>. Acesso: 5 dez. 2017.

RIBEIRO, M. A. R. O ensino industrial: memória e história. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3 ed. Vol III: Século XX. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009. p. 209 a 228.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 19 ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 207 p.

RICCIOPPO, T. Orlando Ferreira: o Boca do Inferno da Farinha Podre. **XXIII Simpósio Nacional de História.** 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1006.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

RICCIOPPO, T. **Histórico do bem cultural:** Liceu de Artes e Ofícios e Pavilhão Henry Ford (Centro de Cultura José Maria Barra e Teatro SESI/Minas). Uberaba: Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba, 2010.

RICCIOPPO, T. “**Inassimiláveis ou prejudicialmente assimiláveis?**” Raça, etnia, miscigenação, imigração e trabalho na perspectiva de Fidélis Reis (1919 – 1934). 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16494/1/InassimilaveisPrejudicialmenteAssimilaveis.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

RICCIOPPO FILHO, P. **Ensino superior e formação de professores em Uberaba/MG (1881-1938):** uma trajetória de avanços e retrocessos. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, Uberaba, 2007. Disponível em: <<http://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000113090.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

RISCHITELI, A. B. S. P. **Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antonio Borges Sampaio (1880-1908).** 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2005.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. 94 p.

RIZZINI, Irene. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em idéias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. **I Congresso Internacional de Pedagogia Social.** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc000000092006000100019&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc000000092006000100019&script=sci_arttext)>. Acesso em: 3 ago. 2017.

RIZZINI, Irene. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. 200 p.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 335 p.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. Introdução. A infância sem disfarces: uma leitura histórica. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas

sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p 15 a 30.

RIZZINI, Irene; CELESTINO, S. A cultura da institucionalização e a intensificação das práticas de confinamento de crianças e adolescentes sob a égide da Funabem. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2016. p. 229-249.

RIZZINI, Irma. **Assistência à infância no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993. 190 p.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 376-406.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 225-286.

RODRIGUES, C. V. **Vislumbrando os sujeitos "invisíveis" sob o foco das práticas de controle social**: Uberaba 1865/1935. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16368>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

RODRIGUES, F. S.; LIMA, A. L. G. Instituições de assistência à infância no Brasil nas décadas de 1880 a 1960: um estudo da legislação federal. **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/7113.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

RODRIGUES, I. Glossário de moda. Blog Rose Rios. Publicado em 25 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<https://rosarios.wordpress.com/?s=Vichy>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

ROSA, C. de M.; LOPES, N. F. M.; CARBELLO, S. R. C. Expansão, democratização e a qualidade da educação básica no Brasil. **Poiesis Pedagógica**. Catalão-GO, v.13, n.1, p. 162-179, jan/jun. 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Daniel/Downloads/35982-150762-1-PB.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

SÁ, E. F. de. **De criança a aluno**: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910 – 1927). Cuiabá: EduFTM, 2007. 232 p.

SÁ, E. F. de. Grupos escolares e escolas reunidas: a implantação e expansão da escola graduada em Mato Grosso. **O ensino e a pesquisa em história da educação**: 5. Congresso Brasileiro de História da Educação – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/637.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

SÁ, I. dos G. **As misericórdias portuguesas**: séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 152 p.

SÁ, I. dos G.; CORTES, N. O. A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados. **Cadernos do Noroeste**, Vol. 5 (1-2), 1992, 179-190. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3484/1/infancia.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2016.

SAMPAIO, B. A. **Uberaba**: história, fatos e homens. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo, 1971. 404 p.

SANFELICE, J. L.; História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, M. I. M. et al. (Org). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 75-93.

SANGLARD, G. P. **Entre os salões e o laboratório**: filantropia, mecenato e práticas científicas: Rio de Janeiro, 1920-1940. 2005. 261 p. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/3980/2/000001.pdf>>. Acesso em: jan. 2017.

SANTANA, R. S. de; SANTANA, J. S. de. Anália Franco: guardada e silenciada na historiografia brasileira. **IX Congresso Brasileiro de História da Educação**. História da Educação Global, Nacional e Regional. João Pessoa, 15 a 18 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo2/individual/3454-3471.pdf>. Acesso: 02 jan. 2018.

SANTOS, M. L, L. dos. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino**: um marco humanista na história da educação brasileira (1960-1980). 2006. 234 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14057>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

SANTOS, M. T. O. **Casa Lar para meninas**. Trabalho Final (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Uberaba, Uberaba, 2016. 113 p. Disponível em: <[https://issuu.com/mariathereza22/docs/caderno\\_tfg\\_final\\_maria\\_thereza](https://issuu.com/mariathereza22/docs/caderno_tfg_final_maria_thereza)>. Acesso em: 25 abr. 2017.

SAVIANI, D. A escola pública brasileira no longo século XX (1890-2001). **III Congresso Brasileiro de História da Educação**. Sessão de Comunicação Coordenada: “O século XX brasileiro: da universalização das primeiras letras ao Plano Nacional de Educação (1890-2001)”. Curitiba, 7 a 10 de novembro de 2004. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/483.pdf>>. Acesso: 27 dez. 2017.

SAVIANI, D. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, M. I. M. et al. (Org). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 3-27.

SAVIANI, D. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3 ed. Vol III: Século XX. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009. p. 29 a 38.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2010. 474 p.

SAVIANI, D. Concepção pedagógica nova ou moderna. **Glossário Histedbr.**s.d. Disponível em:<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_concepcao\\_pedagogica\\_nova\\_ou\\_moderna.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_concepcao_pedagogica_nova_ou_moderna.htm)>. Acesso: 12 jan. 2018.

SCARANO, J. Criança esquecida das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 107-136.

SCHOLZ, C. Independência feminina. **Reclames do Estadão**: a história contada pelos anúncios impressos desde 1875. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/blogs/reclames-do-estadao/para-costurar-para-fora/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Comapnhia das Letras, 1993. 287 p.

SCHWARCZ, L. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 694 p.

SILVA, A. P. da. **História da maçonaria no Triângulo Mineiro**: a fixação da maçonaria em Minas Gerais. Araguari: Sincopel Gráfica, 2015. 136 p.

SILVA, I. L. R. da. **Maria Josephina Rabello Albano**: A intrépida desafiadora. 2012. Disponível em: <<http://www.cressrj.org.br/download/arquivos/artigo-maria-josephina-2012-.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2017.

SILVA, C. C. dos S. **Crianças indesejadas: estigmas e exclusão dos filhos sadios de portadores de hanseníase internados no Preventório Santa Terezinha – 1939-1967**. 2009. 216 p. Dissertação (Mestrado em História Social).Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23032010-122634/en.php>. Acesso em: 2 jan. 2018.

SILVA, F. A. B. **Os filhos da prostituição**: desvendando a relação mãe-prostituta, filho e sociedade. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22060>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

SILVA, J. A. da. **O olhar das religiões sobre a sexualidade**. Secretaria da Educação do Estado do Paraná, 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/728-4.pdf>>. Acesso em 1 jan. 2018.

SILVA, K. N. da. O que a escola faz ao instituir o uso dos uniformes escolares? In: CATANI, D. B.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **O que a escola faz?** Elementos para a compreensão da vida escolar. (História, pensamento e educação. Novas investigações; v. 7. Uberlândia: EDUFU, 2015. p. 197-227.

SILVA, L. M. de O. **Whady Nassif na prefeitura de Uberaba**: administração pública municipal no Estado Novo. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16404>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

SILVA, M. de S. Criminalidade no Triângulo Mineiro: crimes e criminosos na comarca de Uberaba/MG (1890-1920). **Justiça & História**. Porto Alegre, v. 4, n. 7, 2004. Disponível em: <<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/66204>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

SILVA, M. J. D. Maçons, espíritas e católicos nos embates religiosos da Primeira República no Ceará. **XXV Simpósio Nacional de História**. Anpuh. Fortaleza, 2009. Disponível em: <<https://anais.anpuh.org/?p=19222>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SILVA, R. M. da. **Chico Xavier**: imaginário religiosos e representações simbólicas no interior das Gerais - Uberaba, 1959/2001. 2002. 261 p. Mestrado (História Social) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. Disponível em: <[http://bvespirita.com/Chico%20Xavier%20-20Imaginario%20Religioso%20e%20Representacoes%20Simbolicas...%20\(Raquel%20Marta%20da%20Silva\).pdf](http://bvespirita.com/Chico%20Xavier%20-20Imaginario%20Religioso%20e%20Representacoes%20Simbolicas...%20(Raquel%20Marta%20da%20Silva).pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

SILVA, T. **Centenário José Mendonça**: 1904-2004. 2004. Disponível em: <[josemendonca.com.br/chefe\\_familia.php](http://josemendonca.com.br/chefe_familia.php)>. Acesso em: 3 jun. 2017.

SILVA, W. **Por uma história sócio-cultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte**: 1921 – 1941. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19102007-144622/pt-br.php>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

SIQUEIRA, A. P. P. de. Tutela: solidariedade aos menores ou mão de obra alternativa? **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal (RN), 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364760908\\_ARQUIVO\\_anpuh20136.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364760908_ARQUIVO_anpuh20136.pdf)>. Acesso em: 7 ago. 2017.

SOARES, C. L. As roupas destinadas aos exercícios físicos e ao esporte: nova sensibilidade, nova educação do corpo (Brasil, 1920-1940). **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 3 (66), p. 81-96, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n3/07.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

SOARES, E. A. L. **O Colégio Triângulo Mineiro e o ensino secundário em Uberaba (MG) entre 1940 e 1960**. 2015. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14024>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

SOARES, E. A. L.; SOUZA, M. A. A. A. João Augusto Chaves: um homem humanista e espiritualista na educação uberabense. **Jornal Pensar a Educação em pauta**. N°. 150, 10/03/2017. Disponível em: <<https://www.pensaraeducacaoempauta.com/joao-augusto-chaves>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SOUZA, G. M. de. **A formação docente em Minas Gerais**: Escola Normal Oficial de Uberaba, 1948 a 1959. 2017. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18350>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SOUZA, C. P. de. A criança-aluno transformada em números (1890-1960). In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3 ed. Vol III: Século XX. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009. p. 195-209.

SOUZA, J. C. de **Sociedade e escravidão no século XIX**: crianças escravas em Uberaba – 1871-1888. 2013. 96 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em:

<<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16463>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SOUZA, N. de. Catolicismo e padroado na São Paulo colonial. In: VILHENA, M. A.; PASSOS, J. D. (Org.). **A Igreja de São Paulo**: presença católica na história da cidade. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 101-127.

SOUZA, M. A. A. A. **O Grupo Escolar Minas Gerais e a educação pública primária em Uberaba (MG) entre 1927 e 1962**. 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13903>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

SOUZA, M. A. A. A. ; CALIXTO, J. O.; BEZERRA, L. de S. A trajetória do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio em Uberaba/MG sob a ótica das mensagens dos Presidentes do Estado e da imprensa local (1914 a 1939). **VIII Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2015. CD-ROM.

SOUZA, R. F. de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998. 302 p.

SOUZA, R. F. de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 109-161.

SOUZA, R. F. de. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 49, p. 103-120, jul./set. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n49/a07n49.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2017.

SPOSATI, A. **Assistência social**: de ação individual a direito social. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007. p. 435-158. Disponível em: <[http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza\\_Sposati.pdf](http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2016.

TAMBASCO, J. C. V. **A Serra e o Santuário**. Nossa Senhora da Piedade do Caeté: herança das minas de ouro setecentistas. Vassouras: Edição do Autor, 2010. 224 p.

TAVARES, L. C. Situações de violência sexual infanto-juvenil registradas no Conselho Tutelar de Uberaba/MG. 2010. 76 f. Dissertação (Mestrado em Atenção à Saúde). Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2010. Disponível em: <http://bdtd.ufmt.edu.br/bitstream/tede/141/1/Lauren.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

TEIXEIRA, E. **O Triângulo Mineiro nos Oitocentos**: séculos XVIII e XIX. Uberaba: Intergraff Editora, 2001. 171 p. Encarte contendo diversas ilustrações de Ovídio Fernandes. Antigo Asilo Santo Eduardo – Rua do Carmo. il., 15 cm.

TELLES, V. da S. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 194 p.

TOTI, G. Uberaba de uma vez. **Convergência: Revista da Academia de Letras do Triângulo Mineiro.** nº. 16, 1987.

TRINDADE, J. M. B. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Rev. bras. Hist.**São Paulo, v. 19, n. 37, p. 35-58, Set. 1999 . Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: jul. 2016.

VALDEMARIN, V. T. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e método de ensino. In: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil.** 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 163-203.

VALLE, E. As ordens religiosas no contexto do catolicismo tridentino. In: VILHENA, M. A.; PASSOS, J. D. (Org.). **A Igreja de São Paulo: presença católica na história da cidade.** São Paulo: Paulinas, 2005. p. 195-220.

VEIGA, C. G.; FARIA FILHO, L. M. de. **Infância no sótão.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.144 p.

VEIGA, C. G.; GOUVEA, M. C. S. **Comemorar a infância, celebrar qual criança?** Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.26, n.1, p.135-160, jan./jun. 2000. Disponível em  
<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27837/29609>. Acesso em: 25 out. 2017.

VEIGA, C. G. História da educação social: um campo de investigação para a história da educação. **VI Congresso Brasileiro de História da Educação.** Invenção, tradição e escritas da história da educação no Brasil. 16 a 19 de maio de 2011. Vitória (ES). Disponível em:  
[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/-coordenadas.htm](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/-coordenadas.htm). Acesso em: 20 nov. 2017.

VENÂNCIO, R. P. **Famílias abandonadas:** assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas/SP: Papirus, 1999. 190 p.

VEYNE, P. O Império Romano. In: VEYNE, P. (Org.). **História da vida privada, 1:** do Império Romano ao ano mil. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 17-211. Tradução de: *Histoire de la vie privée: vol. 1: de l'Empire romains à l'an mil.*

VIANNA, A. de R. B. Internação e domesticidade: caminhos para a gestão da infância na Primeira República. In: GONDRA, J. (Org.). **História, infância e escolarização.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2002. p. 29-44.

VIDAL, D. G.; ABDALA, R. D. **A fotografia como fonte para a história da educação:** questões teórico-metodológicas e de pesquisa. Santa Maria, v. 30 – n. 02, p. 177-194, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/3745>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

VIDAL, D. G. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares. **Curriculo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, pp. 25-41, Jan/Jun 2009. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

VIEIRA, L. M. F. “Mal Necessário”: creches no Departamento Nacional da Criança, Brasil (1940-1970). In: FREITAS, M. C. de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016. p. 165-204.

VIEIRA, M. do P. de A.; PEIXOTO, M. do R. da C.; KHOURY, Y. M. A. **A pesquisa em história**. 5 ed. São Paulo: Ática, 2007. 80 p. Série Princípios.

VILELA, L. M.; MOLINAR, L. A. G. **Lucília**: Rosa Vermelha. Sacramento (MG): Editora Bertolucci, 2011. 417 p.

VILLALVA, M. Miseria. **Serões**. nº. 47, maio. Typ. do Annuario Commercial, Lisboa, 1909. 440 p. Disponível em: <[http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/Periodicos/Seroes/1909/N047/N047\\_item1/P1.html](http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/Periodicos/Seroes/1909/N047/N047_item1/P1.html)>. Acesso em: 3 jan. 2018.

VIÑAO FRAGO, A. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Curriculo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução de Antonio Veiga-Neto. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 59-139. Tradução de: “Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones” e “La arquitectura como programa. Espacio-escuela y currículum”.

VITALE, M. A. F. Famílias: ponto de reflexão. In: BAPTISTA, M. V. (Coord.). **Abrigo**: comunidade de acolhida e socioeducação. 2 ed. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p. 73-81.

WADSWORTH, J. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. **Rev. bras. Hist.**[online]. vol.19 n.37, p. 103-124. São Paulo Sept. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100006)>. Acesso em: 3 jul. 2017.

WAGNER, R. A. V. **Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG)**: 1910 a 1960. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16175/1/PapelElitesDesenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

WAGNER, R. A. V. **O coronelismo despótico de Uberaba (MG)**: dos coronéis da Princesa do Sertão aos coronéis do zebu na nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2013. 283 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15998/1/CoronelismoDespoticoUberaba.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 335 p. Tradução de: Die protestantische Ethik und der “Geist” des kapitalismus.

WIRTH, J. D. **O fiel da balança:** Minas Gerais na Federação Brasileira 1889 - 1937. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 384 p. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 50). Tradução de: Minas Gerais in the Brazilian Federation.

XIBERRAS, M. **As teorias da exclusão:** para uma construção do imaginário do desvio. Série Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Instituto Piaget, Portugal, 1996. 251 p.

## FONTES CONSULTADAS

### 1- Acervo do Arquivo Público Mineiro - APM

(Documentos pertencentes ao Fundo Público: **a) Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas.** Série 3: Agricultura, Comércio, Indústria e Mineração. Subsérie 1 Institutos de Aprendizagem Agrícola. Instituto de Aprendizagem Borges Sampaio; **b) Secretaria do Interior.** Série 10: Saúde e Assistência Pública. **c) Secretaria do Interior.** Série 18: Departamento Social do Menor).

APM. **Carta de Hidelbrando Pontes ao Secretário da Agricultura**, 1913.

APM. **Termo de visita do Asilo Santo Antônio**, 1918.

APM. **Circular de Fernando Melo Vianna aos prefeitos de Minas Gerais**, 1923a.

APM. **Casas de Caridade**. 2<sup>a</sup> Seção, 1923b.

APM. **Asylos e Casas de Caridade**, 2<sup>a</sup> Seção, 1924.

APM. **Termo de visita do Asilo Santo Antônio**, 1925.

APM. **Termo de Inspeção do AABS**, 1930.

APM. **Carta do diretor do AABS ao Juiz de Menores**, 1931.

APM. **Carta do diretor do AABS ao Juiz de Menores**, 1932.

APM. **Memorando sobre fuga de menor**, 1932.

APM. **Termo de Inspeção do AABS**, 1933.

### 2- Acervo do Arquivo Público de Uberaba - APU

APU. **Revista de Uberaba**. Ano I. Fascículo 2 do 1º volume. Obras especiais. 1904.

APU. **Almanach Uberabense para 1906**. Ano VIII. 1906.

APU. **Almanach Uberabense para 1909**. Ano VIII. 1909.

APU. **Termos de Tutela**. Secretaria da 2<sup>a</sup> Vara Cível. Acervo do Poder Judiciário, 1917.

APU. **Termos de Tutela**. Secretaria da 2<sup>a</sup> Vara Cível. Acervo do Poder Judiciário, 1918.

APU. **Termos de Tutela**. Secretaria da 2<sup>a</sup> Vara Cível. Acervo do Poder Judiciário, 1919.

APU. **Relatório da Prefeitura de Uberaba**. Acervo do Poder Executivo, 1932.

APU. **Estatutos da Santa Casa de Misericórdia de Uberaba.** Documentos Particulares. Documentos/empresas e outros, 1937.

APU. **Revista Graça e Beleza**, 1942.

APU. **Termos de Tutela.** Secretaria da 2<sup>a</sup> Vara Cível. Acervo do Poder Judiciário, 1944.

APU. **Revista Graça e Beleza**, 1946a.

APU. **Artigo de Antonio Alberto de Oliveira publicado em jornal.** Fundo Antonio Alberto de Oliveira. Arquivos Particulares, 1946b.

APU. **Termos de Guarda de Menor.** Secretaria da 2<sup>a</sup> Vara Cível e Cartório do 3º Ofício. Acervo do Poder Judiciário. 1953 a 1959.

APU. **Carta de Antonio Alberto de Oliveira para o Sr. Dr. Aureliano Chaves.** Fundo Antonio Alberto de Oliveira. Arquivos Particulares, 1975a.

APU. **Plano para solucionar o problema do menor abandonado.** Fundo Antonio Alberto de Oliveira. Arquivos Particulares, 1975b.

APU. **Catálogo para estudo da escravidão em Uberaba: 1815 a 1822.** Uberaba, 2012.

APU. **Histórico do Hospital da Criança.** Humberto de Oliveira Ferreira. Documentos Particulares. s.d.

APU. **Planta do Orfanato Santo Eduardo.** s.d.

### **3- Acervo do Asilo Santo Antônio**

ASILO SANTO ANTÔNIO. Histórico do Asilo Santo Antônio [Mimeo]. s.d.

### **4- Acervo da Cúria Metropolitana de Uberaba - CMDU**

CMDU. Quinto Livro de Tombo da Arquidiocese de Uberaba. Uberaba, 1920 a 1944.

### **5- Acervo da Câmara Municipal de Uberaba – CMU**

CMU. **Anais das Atas:** Livro de Atas nº 11, 30/08/1948 a 17/06/1949.

CMU. **Anais das Atas:** Livro de Atas nº 12, 20/06/1949 a 17/04/1950.

### **6- Acervo da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade - CIANSP**

CIANSP. **Cinquentenário da fundação da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, 1892-1942.**

## **7- Acervo do Instituto Santo Eduardo (ISE)**

ISE. **Regulamento do Orfanato Santo Eduardo.** Uberaba. Estado de Minas Gerais, [1942?].

ISE. **Histórico do Orfanato Santo Eduardo.** Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, 1943 a 1969.

ISE. **Livro de Matrículas do Orfanato Santo Eduardo** (livro 1), 1920 a 1960.

## **8- Acervo do Museu da Capela do Colégio Nossa Senhora das Dores**

MUSEU DA CAPELA (CNSD). **Dominicanas de Monteils:** Província Nossa Senhora do Rosário. Jubileu de Prata [Mimeo], 1970 - 1995.

MUSEU DA CAPELA (CNSD). **Caderno de Registros das Irmãs Dominicanas de Uberaba,** 1918 a 1947.

## **9- Acervo da Paróquia Santa Teresinha**

PST. **Livro do Tombo I:** Paróquia de Santa Terezinha. Início 07/10/1987 e término 14/12/1995, 1987 a 1995.

## **10- Acervo da Supam**

SUPAM. **Livro de Atas da Supam nº 1,** 1959 a 1960.

SUPAM. **Livro de Atas da Supam nº 2,** 1960 a 1962.

SUPAM. **Livro de Atas da Supam nº 3,** 1962 a 1965.

SUPAM. **20 anos a serviço do menor desamparado e carente.** Editora Vitória, s.d, 6 p.

## **11- Acervo da União da Mocidade Espírita Uberabense (Umeu)**

UMEU. **Resumo Histórico do Lar Espírita de Uberaba** [Mimeo]. s.d

## **12- Jornais do Arquivo Público de Uberaba e Hemeroteca Digital do Arquivo Público Mineiro.**

### **CORREIO CATÓLICO**

Ano de 1954: edição 1.165.

### **GAZETA DE UBERABA**

Ano de 1909: edição 3.720.

Ano de 1916: edição 3.839.

Ano de 1935: edições 4.732; 4.742; 4.787.

Ano de 1936: 4.809.

### **JORNAL DE UBERABA**

Ano de 1917: edição 2.018.

### **LAVOURA E COMÉRCIO**

Ano de 1911: edições 1.195; 1.197; 1.203.

Ano de 1919: edições 2.223; 2.231; 2.232; 2.236; 2.245.

Ano de 1920: edição 2.350.

Ano de 1928: edições 5.012; 5.026.

Ano de 1934: edições 6.184; 6.250; 6.253; 6.707; 6.742; 6.763; 6.770.

Ano de 1936: edições 6.251; 7.117.

Ano de 1939: edição 8.282.

Ano de 1940: edições 8.407; 8.574; 8.582; 8.609; 8.616; 8.656.

Ano de 1941: edições 8.675; 8.741.

Ano de 1943: edições 10.337; 10.341; 10.404.

Ano de 1944: edições: 10.429; 10.455; 10.612.

Ano de 1945: edição 10.762; 11.024

Ano de 1946: edição 11.119; 11.120; 11.185.

### **O GAIATO**

1920: edições 16; 18.

## SITES CONSULTADOS

### ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE

<<http://santuarionossasenhoradapiedade.arquidiocesebh.org.br/>>. Acesso em: 25 maio 2016.

### ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL ESPÍRITA LAR ANÁLIA FRANCO

<<http://www.laranaliafranco.com.br/biografia-clelia-rocha>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

### CAPES

<[http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!](http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/)>. Acesso em: 02 jan. 2018.

### GOOGLE MAPS

<<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

### HARPYA LEILÓES

<<http://www.harpyleilos.com.br/peca.asp?ID=614286>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

### INSTITUTO NOSSA SENHORA DA PIEDADE

<<http://www.insp2.com.br/parabens-ao-nosso-fundador>>. Acesso em 9 nov. 2016.

### MERCADO LIVRE

<[https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-704884352-pa-pe-e-o-papo-1-semestre-joo-lucio-1954-\\_JM](https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-704884352-pa-pe-e-o-papo-1-semestre-joo-lucio-1954-_JM)>. Acesso em: 14 dez. 2017.

### O ÁLBUM DE OLGA

<<http://goo.gl/AU2olk>>

### PATRIMÔNIO CULTURAL DA REPÚBLICA PORTUGUESA

<<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/155614>>.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA

<<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,328>>. Acesso em: 5 set. 2017.

### SANATÓRIO ESPÍRITA DE UBERABA

<<https://www.sanatorioespiritauberaba.org>>. Acesso em 23 nov. 2017.

### SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO

<<http://www.santacasasp.org.br/portal/site/quemsomos/museu/pub/10956/a-roda-dos-expostos-1825-1961>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

### SUPERINTENDÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA

<<http://arquivopublicouberaba.blogspot.com.br/search?q=o+sorriso>> Acesso em: 15 nov. 2017.

### TERRA SANTA CRUZ

<<http://cruzterrasantacruz.com.br/historias-de-santos.aspx?idsanto=384>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

### UBERABA EM FOTOS

<<http://www.uberabaemotos.com.br>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

## ANEXO A – Irmã Salomé (2016)



Fonte: Acervo da autora

## ANEXO B – Exame canônico de Irmã Salomé (1949)

**Exame Canônico de Religiosa**

**CURIA DIOCESANA**  
  
**UBERABA**

Habilitação para VOTOS PERPÉTUOS

Aos seis dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e nove no locutorio do Orfanato Sto. Eduardo da Congregação da Nossa Senhora da Piedade.

desta cidade compareceu a minha presença a Irmã Maria Salomé da Virgem da Piedade.

Filha de Manoel Francisco de Andrade e de Maria Candida dos Santos (NOME DOS PAIS)

Nascida em Piedade dos Gerais nos 22 de agosto de 1920 (LUGAR E DATA)

Batizada em Piedade dos Gerais a 1º de setembro de 1920 (LUGAR E DATA)

Crismada em Piedade dos Gerais a 1º de setembro de 1920 (LUGAR E DATA)

a quem foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos, sob o cargo do qual prometeu dizer a verdade, e sendo interrogada disse:

1º que é a própria, e se acha recolhida no na mencionada Congregação há 7 anos fazendo o seu último período de votos temporários para religiosa desta Congregação e

2º que não foi constrangida nem seduzida para entrar nessa Congregação e ser religiosa, mas que aqui entrou e se conserva por sua livre e espontânea vontade, pelo ardente desejo que tinha e tem de servir a Deus com a maior perfeição.

3º que já conhece a Regra e Constituições que seguem e abraçam as Religiosas desta Comunidade, e pensa estudá-las ainda melhor no período de seus votos perpétuos.

4º que sabe perfeitamente a obrigação que contraí ao fazer a profissão de votos perpétuos.

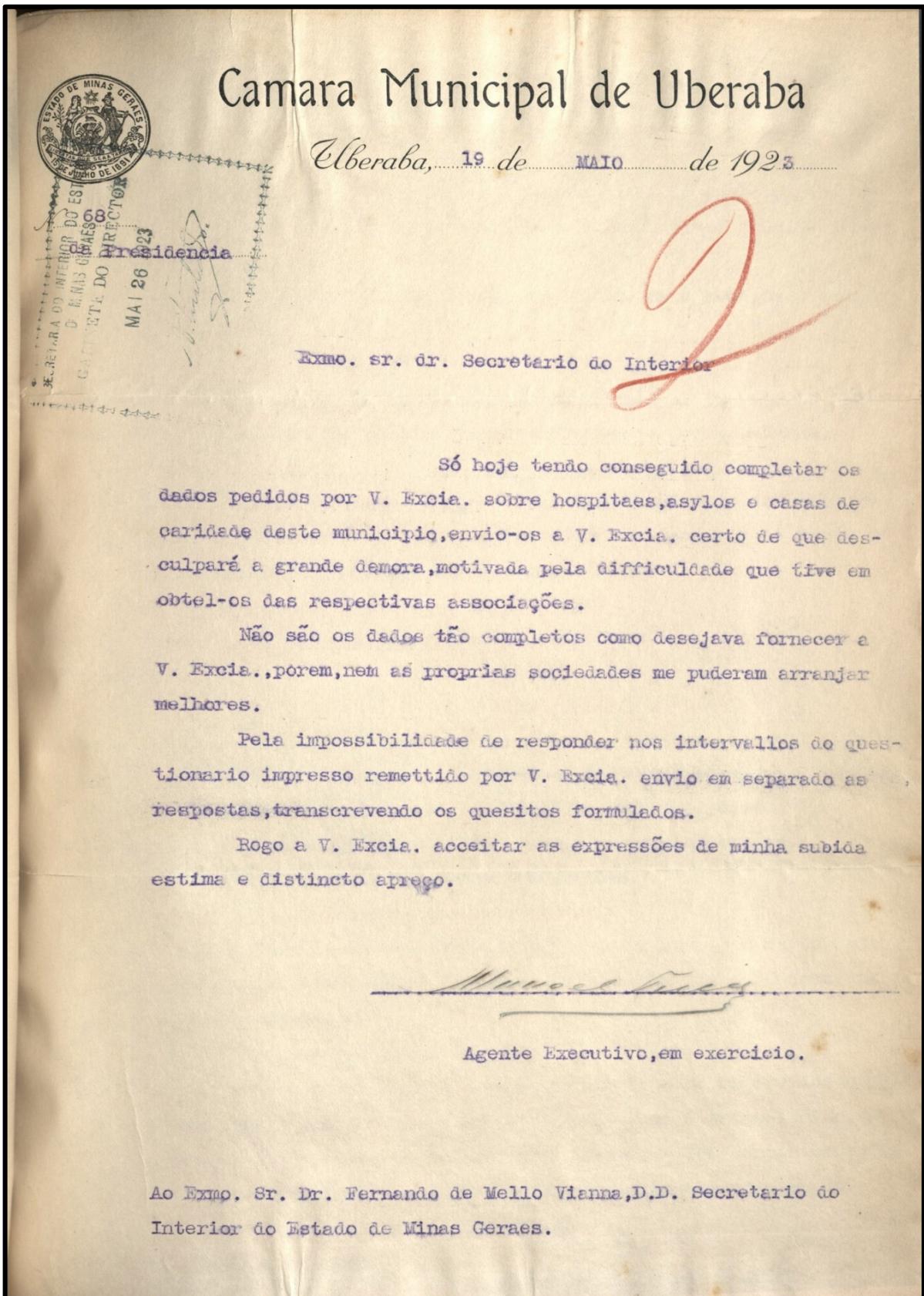
Nada mais disse nem lhe foi perguntado e, ouvindo a leitura deste depoimento, achou conforme e assinou, do que fiz este termo. E eu,

Irmã Maria Salomé da Vida Piedad

Sacerdote delegado, o escrevi.  
 (Assinatura da habilitanda)

Fonte: CMDU

## ANEXO C – Serviços de assistência prestados em Uberaba (1923)



(continua)

(conclusão)



*Secretaria da Camara Municipal de Uberaba*

QUESTIONARIO

*Uberaba, 19 de MAIO de 1923.*

1) Existem nesse municipio hospitaes de caridade, casas de saude, asylos de orphãos, da infancia abandonada, da velhice desamparada, de cegos, de surdos mudos, de loucos e outros que taes ?

Resposta- Sim, existem cinco: um hospital, dous asylos para mendigos e dous asylos para orphãos.

2) Qual a denominação de cada um delles ?

Resposta- Hospital da Santa Casa de Misericordia, Asylo S. Vicente de Paulo, Asylo Santo Antonio, Asylo Analia Franco e Orphanato Santo Eduardo.

3) Quando foram fundados ?

Resposta- Santa casa de Misericordia em 1854; Asylo S. Vicente de Paulo em 1898; Asylo Santo Antonio em 1912; Asylo Analia Franco em 6 de Março de 1919; e Orphanato Santo Eduardo em Outubro de 1920.

4) Têm funcionado ininterrupta e regularmente?

Resposta- Sim, a Santa Casa de Misericordia desde 1895 e os outros desde a fundação.

5) Quais os serviços prestados durante o seu funcionamento ?

Resposta- A Santa Casa de Misericordia socorreu a perto de dez mil enfermos. O Asylo Santo Antonio abriga constantemente numerosos mendigos e creanças. O Asylo S. Vicente ampara sempre centenas de famílias pobres; O Asylo Analia Franco manteve e educou sempre numerosas orphãos. O Orphanato Santo Eduardo asyla sempre 40 orphãos.

6) Possuem esses estabelecimentos predio proprio ?

Resposta- A Santa Casa de Misericordia, o Asylo S. Vicente e o Asylo Santo Antonio possuem; O Asylo Analia Franco e o Orphanato Santo Eduardo funcionam em predio alugado.

7) Qual o montante de seu patrimonio actual?

Resposta- Santa Casa de Misericordia - cerca de 200 contos em predios e apólices. Asylo São Vicente - apenas o predio onde é estabelecido, no valor de uns 15 contos. Asylo Santo Antonio - 180 contos em apólices e bemfeitorias. Asylo Analia Franco - Não tem patrimonio. Orphanato Santo Eduardo - 25:000\$000.

*Uberaba, 19 de Maio de 1923.*

*Manoel Soeiro*  
Agente Executivo

## ANEXO D – Lista dos internos no Asilo Santo Antônio (1924)

<i>Lista dos Assilados internados no Asilo de Santo Antônio em Uberaba em 31 de Dezembro de 1924</i>	
Ledro Rodrigues	71 anos
Domingos Alves	65 "
Joaquim Ferreira	97 "
Antônio Correa	49 "
Domingos Antônio	84 "
João Siqueira Silveira	70 "
José Sebastião	80 "
Francisco Silveira	80 "
Joaquim Vicente	84 "
João Antônio	78 "
Francisco Matias	96 "
Adelino Eduardo	91 "
José Antônio Pires	79 "
Portugato Pires	74 "
José Nasciso	53 "
José Pereira Lopes	57 "
José da Costa	109 "
Antônio José	70 "
Manoel Lameira	110 "
João Siqueira Pires	74 "
João Lepesherico	60 "
José Alves	50 "
José Soares	80 "
João Benedito	90 "
José Malaguias	79 "
Antônio Pacifico	88 "
José Manoel	70 "
Vicente Ferreira	95 "

(continua)

(continuação)

Luz Prim	71	
Augusto José	65	
João Carlos	75	
Augustinho Luz	50	
José Faustalor	54	
José Victorino	57	
José dos Santos	47	
José Baptista	76	
Feliciano Cunha	60	
João Sant'Anna	61	
Theodosio	49	
Pedro Volto	83	
Luz Alves	76	
Joaquim Ferreira	63	
Maria Rita	57	
Maria Madalena	59	
Rita dos Santos	48	
Maria Umbelina	59	
Marta Maria	70	
Maria Francisca	84	
Maria Joaquima	88	
Rita Antonia	70	
Maria Rosa	52	
Lucia Madalena	88	
Maria José	82	
Maria Lemos	58	
Rita da Silva	50	
Maria Clara	70	
Rosaria Maria	55	
Christina Maria	72	
Maria Antonia	74	
Purpetua de Jesus	53	
Maria Amelia	58	
Maria Luisa	61	anos
Barbara de Jesus	54	"
Angela Maria	50	"
Luisa Rosa	90	"
Maria Barbosa	87	"
Maria de Nazareth	75	"
Florinda de Jesus	89	"
Maria Augusta	70	"
Minervina da Silva	52	"
Julia Maria	52	"
Maria Rosa	65	"
Joaquina da Silva	49	"
Rita Leite	62	
Meninas		
Lucia de Jesus	12	anos
Maria das Dores	10	"
Julia de Jesus	9	"
Maria Amelia	8	"
Laura de Jesus	6	"
Maria Eugenia	11	"
Maria Apresentado	3	"
Maria Joaquina	9	"
Eleonora Carvalho	8	"
Maria de São João	6	"
Maria José	5	"
Abrilia de Jesus	7	"
Maria Paula	54	"
Maria Cecilia	6	"
Marietta da Silva	4	"
Maria Francisca	8	"
Virginia Rosa	10	"
Leonidia de Jesus	4	"

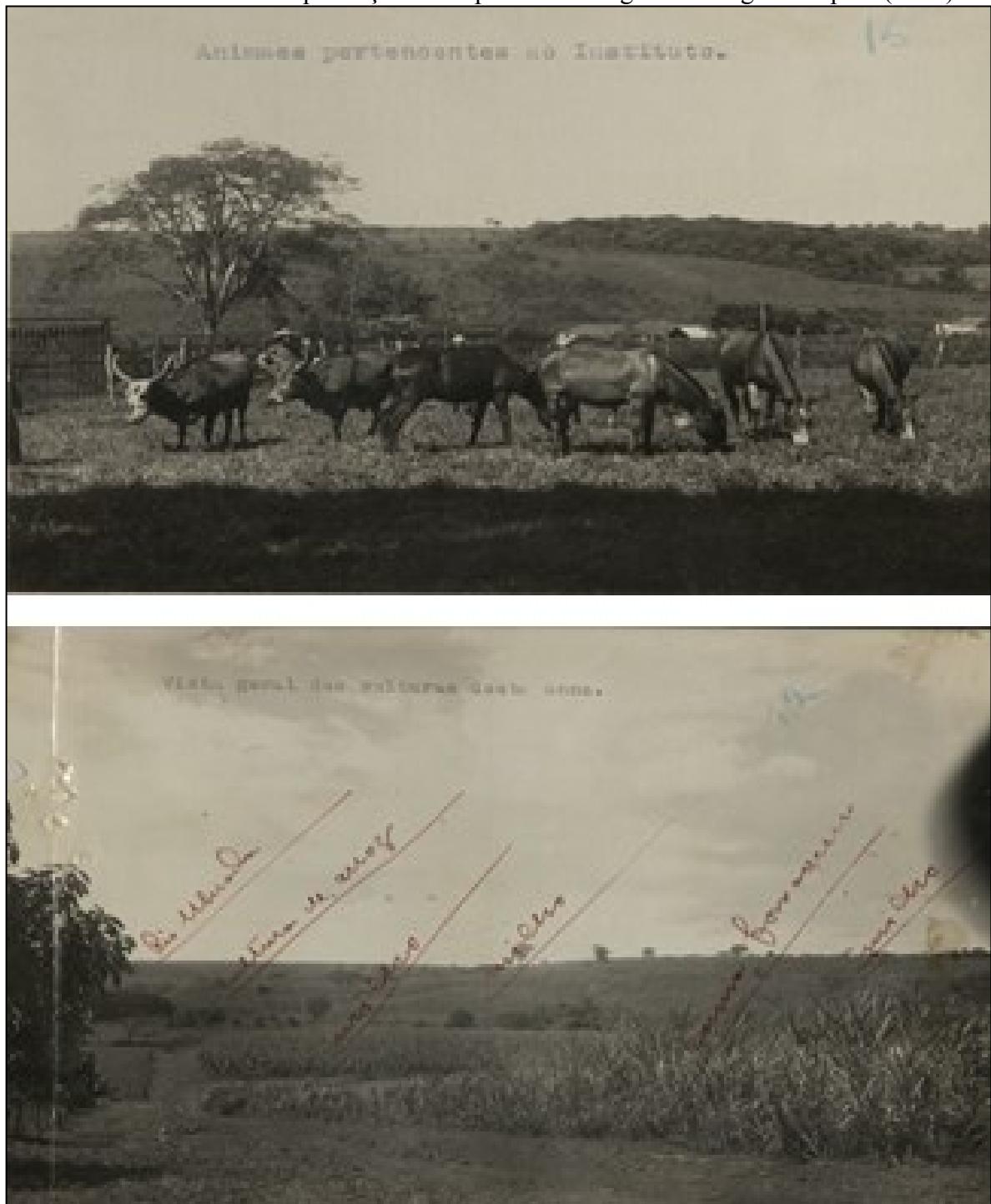
(continua)

(conclusão)

Luria Maria	3
Maria Luiza	9
Paluira de Jesus	2
Jaudyra Costa	4
Benedicta de Jesus	5
Lourdes	6
Sibastiana	4
Dolor	7
Jurvalina	3
Abadia	2
Waldvira	8
Anesia	7
Uberaba 22 de Novembro	
A Directora do Orfanato de Santo Antonio	

Fonte: APM (1924)

## ANEXO E – Animais e plantações do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio (1930)



Fonte: APM (1930).

## ANEXO F – Anália Franco e Clélia Rocha – s.d



Fonte: *Site da Associação Assistencial Espírita Lar Anália Franco*

## ANEXO G – Exames das alunas do Colégio Analia Franco

**Collegio Analia Franco**

No dia 15 do corrente, em presença dos pais das alunas e outras pessoas, realizaram-se os exames das três classes existentes neste estabelecimento de ensino.

Foram examinadores: a directora d. Cicilia Rocha, as professoras do collegio d. Lança França, d. Angelina Nogueira e professor do Grupo Escolar desta cidade sr. João Augusto Chaves.

**CRECHE**

Passaram para o 1º anno:

Joanna Oliveira, nota 10; Lourdes Finboldt, nota 8; Esmeralda Fernandes, nota 7; Leura Cardoso, nota 7; Olga Trezzi, nota 7; Ermelinda Riccioppo, nota 7; Guaraciabs, nota 10; Sylvia R., nota 8,5.

Passaram para o 2º. anno:

Lygia Rosa Carcís, nota 10; América Cardoso, nota 9; Joanna Brozzi, nota 8,5; Bolvinda Vioira, nota 8; Hortência Riccioppo, nota 7.

Passaram para o 3º. anno:

Armidida Almeida, nota 10; Adélia Oliveira, nota 9; Ernestina Fonseca, nota 8,5; Helena Riccioppo, nota 8; Cândida Rocca, nota 7.

Àgradou bastante e todos os que se achavam presentes o grande adiantamento que revelaram as alunas, como também o desempenho gracioso das crianças da creche, que respondiam com alegria, na sua linguagem infantil, o que se lhes perguntava.

Fonte: Lavoura e Comércio nº 2.245, de 11/12/1919.

ANEXO H – Jair, interno do Lar Anália Franco em São Manoel<sup>206</sup>

Jair

“Chegou no Lar trazido pela mãe. Era menino, mas ficou porque a mãe disse que não ia mesmo ficar com ele. Foi filho da d. Arlinda Belmira (que era florista, fazia cada rosa...), e ela o chamava de Jairo. D. Afra também tomou conta dele. Ele ia fazer compras e demorava, então sempre diziam: Jair Moraes, vai fazer compra e não volta mais. Morreu no sanatório para tuberculosos, no Mandaqui, com vinte anos. Luca, meu bisneto, nasceu no dia do aniversário dele, dia 23 de abril.”



Fonte: Caselato (2003).

<sup>206</sup> Jair. “Chegou no Lar trazido pela mãe. Era menino, mas ficou porque a mãe disse que não ia mesmo ficar com ele. Foi filho da d. Arlinda Belmira (que era florista, fazia cada rosa...) e ela o chamava de Jairo. D. Afra também tomou conta dele. Ele ia fazer compras e demorava, então sempre diziam: Jair Moraes, vai fazer compra e não volta mais. Morreu no sanatório para tuberculosos, no Mandaqui, com vinte anos. Luca, meu bisneto, nasceu no dia do aniversário dele, no dia 23 de abril.”

ANEXO I – Celia Rocha, interna do Lar Anália Franco em São Manoel<sup>207</sup>

Célia Rocha

"Era de Monte Santo. Dona Lily não queria pegar criança durante as viagens, mas quando o trem ia saindo, a mãe jogou a criança no colo dela. Não teve jeito, ficou com a menina."

Fonte: Caselato (2003).

<sup>207</sup>Célia Rocha. "Era de Monte Santo. D. Lily não queria pegar criança durante as viagens, mas quando o trem ia saindo a mãe jogou a criança no colo dela. Não teve jeito. Ficou com a menina."

## ANEXO J – Plano de trabalho - Antonio Alberto de Oliveira (1975)

### “PLANO PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA “MENOR ABANDONADO”

Partindo da premissa de que os meninos terão de plantar e colher alimentos para o seu próprio sustento e para vendagem que, a curto prazo, isto é, no primeiro ano após recolhidos à Fazenda Escola, essa vendagem deverá atingir no mínimo milhão de cruzeiro só em produtos hortigranjeiros. Parecem cifras mirabolantes. Mostrarei em seguida que são muito razoáveis.

#### FAZENDA ESCOLA

É o nome que dou provisoriamente à propriedade a ser adquirida para recolhimento de um mil menores. A compra feita por pessoas de confiança do Sr. Governador assessorados por um técnico: Eng. Agrônomo, mas Agrônomo que esteja em constate atividade. É fácil encontrar-los na ACAR, que os possue, competentes e especializados, em todas as culturas agrícolas, hortigranjeiras, etc. E também na criação de animais domésticos. O agrônomo, conchedor da finalidade da Fazenda, pela experiência que tem, calculará a área e classificará as terras para os diversos tipos de cultura de cada plantação.

A Fazenda Escola deve ser banhada por rio ribeirão com volume d'água – não poluída – a ser elevada, com orientação dos técnicos, para irrigação de todas as plantações. Força, luz, telefone e estrada confortável até alcançar a rodovia mais próxima.

#### PAVILHÕES

Os pavilhões serão projetados para abrigar os mil internados. Construções simples, sem enfeites, sólidas e espaçosas. Água potável em abundância. Chuveiros sanitários suficientes e de fácil higienização. Construções existentes – Se na propriedade houver construções: Sedes de Fazendas, paioes, galpões, etc. Podem ser aproveitadas para alojamento dos construtores dos pavilhões.

#### ANÁLISE

A terra destinada a cada espécie de planta deve ser analisada por laboratório especializado que indicará o adubo adequado por Agrônomo.

#### ADUBAÇÃO

O adubo é elemento a ser empregado em grande quantidade nas várias plantações da Fazenda Escola. É caro, custa muito dinheiro mas pode ser bastante atenuado o seu preço.

#### ADUBO PREPARADO COM O LIXO

No meu abrigo em Uberaba, o professor de Agricultura e Horticultura era um português velho, de nenhuma cultura, apenas sabia ler e escrever. Porém possuía a sabedoria da prática de cerca de sessenta anos de ofício. O português, Luiz Dantas, e os meninos abriam covas de cinco metros de comprimento por um e vinte de largura e um de fundo. Os caminhões da prefeitura descarregavam o lixo perto das covas, retirados os cacos de vidros, latas, etc. O lixo recebia pequena parte de terra e cal. E era depositado dentro das covas e estas ~~abertas~~ (cobertas) com fina camada de terra. Completos noventa dias misturava-se tudo e pronto para ser usado. Nos canteiros adubados com esse lixo colhiam-se tomates sadios e saborosos com peso de 800 gramas, os alhos nada deviam aos importados do Egito. As alfaces eram enormes, polpudas e deliciosas e as cebolas pesavam quase um quilo. Colhiam-se melancias, morangos e melões de primeira qualidade. Aqui em Belo Horizonte tenho visto os caminhões despejarem nos jardins um adubo escuro parecido com o do Luiz Dantas. Perguntei e fui informado que é adubo preparado com lixo por operários da Prefeitura. Para saber que é excelente basta olhar o vigor dos jardins da Capital. Os internados na Fazenda Escola, instruídos por práticos da Prefeitura, poderão manipular grande quantidade desse adubo baratiníssimo. O volume diário de lixo de Belo Horizonte é tal que estão falantado lugares para “bocas de lixo”.

Compostos: adubo excelente. Rico em nutrientes. Muito baratos e de melhor preparação. Há muitos tratados sobre o composto. O melhor e que deve ser adotado na Fazendo Escolar, é o do Eng. Agrônomo Dr. Fabiani Lopes Dias, publicado na ultima página do Sup. Agropecuário do "Estado de Minas Gerias" do dia 19 de abril de 75. O seu ilustre autor em apenas uma página, proporciona ensinamentos completos inclusive desenhos.

Adubos Químicos: Dado o seu alto custo deve ser empregado parcimoniosamente orientado pelo Agrônomo.

### IRRIGAÇÃO

Assim como a adubação a irrigação também é indispensável. Deve ser estudado e contruído um sistema para que não falte água potável a todas plantações da Fazendo Escola. Se se esperar água das chuvas , à mercê da natureza, será fracasso completo. Todas as plantas e plantações irrigadas produzem 3 ou 4 vezes mais do que as que recebem só chuvas. Na estação experimental do Jaíba está sendo testada a irrigação e os resultados são ótimos. A produção média da cana no Brasil é de 60 toneladas por h (hectares). No Jaíba a cana irrigada atingiu tres metros de altura, cinco centímetros de diametro e duzentas toneladas por hectare. "Rep. Ilustrada do Sup- Agropecuário do "Estado de Minas". de 5 de abril deste ano.

### BIBLIOTECA

Deve ser organizada na Fazenda Escola uma biblioteca predominando tratados especializados sobre plantações florestais, cereais, frutíferas, horticulas, etc. E a criação de todos animais domésticos.

### CONTABILIDADE

Um contador que traga em dia todo o movimento da Fazendo Escola: Receita e Despesas.

### COMERCIANTE

Um hábil comerciante conhedor das manhas do comércio e ganancia dos intermediários, para colocar os produtos da fazenda.

### ENFERMEIRO

Um enfermeiro e principais remédios de emergencia para atendimento aos internados.

### ESPORTE

Os internados construirão seus campos de futebol, basquete, etc. E também as piscinas, estas serão apenas cimentadas.

### GRUPO ESCOLAR

Para que os menores, em condições de ganhar a própria subsistência, exercendo o ofício que aprenderem, deixem a Fazenda Escola portando também diploma do curso primário.

### VOCAÇÕES

Entre os menores aparecem vocações artísticas: música, pintura etc. O meu abrigo, em Uberaba, teve um orquestra que tocava nas rádios e festas familiares. O lar espirita, modelar instituição de Uberaba, para meninas, tem uma banda de música, que é motivo e orgulho dos Uberabenses. Fez exibições em São Paulo, Rio, Belo Horizonte e outras cidades.

O que a Fazenda pode e deve produzir – A exploração deverá ser agricola e criação: entretanto três industrias serão indispensáveis: mercenaria, sapataria, alfaiataria.

MERCENARIA – A Fazenda vai precisar de muita mobília, carteiras, mesas, bancos, cadeiras, camas, colmeias, etc. E tudo feito pelos menores sob a direção de um marceneiro. Portas, janelas,

armários, prateleiras, etc. Todos os móveis rústicos e resistentes. Terminado o suprimento de móveis a marcenaria será transformada em fábrica de brinquedos e proporcionará muita renda.

**SAPATARIA** – Um sapateiro mestre ensinará o ofício aos menores e todo calçado de uso dos internados será feito por eles mesmos. Com o tempo e máquinas modernas a oficina passará a fábrica de calçados para venda e bons lucros advirão.

**ALFAIATATIRA** – Um mestre alfaiate para ensinar e os próprios menores farão suas roupas: calças, camisetas, macacões, etc. A curto prazo uma boa turma conhecerá o ofício. Adquirido o maquinário moderno fabricarão calças e camisas para o comércio, grandes lucros para a Fazenda Escola. Há poucos dias um famoso e popular esportista, que está montando fábrica de camisas em município vizinho, asseverou, em entrevista a um reporter esportivo, que calcula seus lucros inciciais em 350.000,00.

#### JARDIM

À frente e laterais dos pavilhões da Fazenda Escola formar-se-á um vastíssimo jardim cultivando-se todas as espécies de flores, pelos internados chefiados por jardineiro competente. Devem predominar as flores de maior procura no mercado. Além de embelezar a entrada e muitos meninos aprenderem o ofício de jardineiro boa arrecadação será acrescida ao caixa da Fazenda com a venda de flores.

#### POMAR

Para consumo interno e venda deve ser plantado um grande pomar com milhares de árvores frutíferas de todas as variedades. Como sempre o trabalho será dos menores sob a chefia e um fruticultor. A prazo mais longo as fruteiras darão grande arrecadação. A curto prazo 12 a 18 meses: abacaxis, bananas, morangos, melancias e melões:

Abacaxis: - Cinco alqueires de lavoura plantados comportam 500 mil abacaxizeiros ou 500 mil frutas na colheita. Vendidas a um cruzeiro na lavoura, livres de carro, serão arrecadados 500 mil cruzeiros.

Bananas: - Fruta precoce. 5 alqueires formados em bananeiras darão renda de no mínimo 200 mil por ano.

Mamão - Fruta precoce. 1 alqueire planta-se dez mil mamoeiros. Cada árvore dá 30 a 50 frutas. Aproveitando-se dez frutas para venda são cem mil frutas vendidas a dois cruzeiros: 200.000.000. O preço do mamão à venda no mercado central, é no momento de 4 cruzeiros o quilo.

Melancia: - Melão e morango – frutas caras e muito vendáveis: podem dar vendagem de cem mil cruzeiros por ano.

#### CEREAIS

Arroz – Calculando-se que cada menino consome 2 sacos de 60 quilos por ano, serão necessários 2.000 e deve-se colher 3.000 por causa da quebra depois de beneficiado. Delimitada a área e preparada a terra por tratores, procede-se a adubação e no tempo próprio a plantação. Os menores farão cultivo e colheita do precioso cereal que irão consumir. Estou dizendo a grosso modo. Um agrônomo, especializado na cultura de arroz terá direção.

Feijão – Proceder do mesmo modo.

Milho – Idem, idem, todavia o cálculo para o milho deve ser feito baseando-se, consumo dos animais domésticos e dos internados: fubá, farinha, cangica, etc.

#### MANDIOCA

Planta abençoada, com acerto apelidada o pão do chão. Para alimentação humana e animal deve ser cultivada em larga escala.

#### COELHO

Animal de fácil criação, muito prolífero e excelente carne. A ilustre médica Veterinária Dra. Laura de Sanct Viana vem publicando sábias insruções sobre a criação de coelhos no “Sup Agropecuário do Estado de Minas”. Os seus ensinamentos serão valiosos e devem ser solicitados.

### ABELHAS

Quinhentas colmeias para início; criação pouco dependiosa, útil e indispensável onde houver jardim, pomar, hortaliças, etc. e também muito lucrativa. Há tempos visitei a Fazenda Solar, a propriedade de Hungaros que exploram agricultura, horticultura, flores e criação de animais domésticos. Tudo bem organizado. Numa plantação de abóboras notei que parte das abóboras, ainda na árvore, estavam podres. Explicaram que faltaram abelhas para fecundarem as flores. Providenciavam o aumento das colmeias. A média de mel por cada colmeia é de 20 litros. 10.000 litros por ano. Vendidos a \$10,00 – preço baratíssimo – serão Cr\$ 1000.000,00.

### SIRGARIA – BICHO DA SEDA

Uma pequena criação para instrução aos menores. Os casulos serão vedidos às fábricas de tecidos. Já visitei uma criação de bicho da seda. Achei interessantíssima. Em Barbacena há técnicos competentes.

### GALINHAS

Um bom aviário com duas mil aves para suprir a mesa dos internados de ovos e carne, vendendo-se as sobras. Patos-Marrecos e Perus – criação fácil e ótima carne. As marrecas e patas são boas poedeiras. E os ovos utilizados para bolos e biscoitos serão vendidos às fábricas de doces e confeitos.

### PEIXES

As lagoas, se houver e represas devem ser aproveitadas para criação de peixes.

### SUINOS

Criação de porcos só o suficiente para o consumo interno: carne e gordura; para a venda não é aconselhável, porco come muito.

Esquema de Segurança - Os menos acostumados na vadiagem ociosa nas ruas, no início do internamento, tornam-se rebeldes, será preciso policiamento efetivo diurno e noturno para evitar fugas e agressões, a simples presença da farda os refreia a amansa.

## **ADMINISTRAÇÃO**

DIRETOR – Um Eng. Agrônomo

VICE-DIRETOR – Um Médico Veterinário; se necessário auxiliares devem ser escolhidos pelos dois diretores.

A forma para resolver o problema do menor abandonado é fácil conforme vae exposto acima. É claro que não é completa. Haverá falhas e estas serão sanadas pelos técnicos de direção que no manuseio cotidiano da fazenda colocarão tudo em ordem. Entretanto, se é fácil por este lado torna-se dificílima por outro. O grande número de menores abandonados. Uma reportagem publicada pelo "Estado de Minas" ha apoucos dias mosta que só em Belo Horizonte existem duzentos mil menores abandonados. Neste plano que apresento os menores devem se manter como o produto do próprio trabalho e ainda sobrar grande saldo para a Fazenda. Mas, isso só depois do primeiro ano de funcionamento da Escola. As primeiras despesas serão grandes e pagas pelo Estado. Haverá verba suficiente? Estou abordando assunto que não é minha competência, imitando o sapateiro que além de pé quis criticar outras partes da escultura de artista famoso. Entretanto, peço licença para sugerir o seguinte: A sociedade será a maior beneficiada pela extinção do menor abandonado do seu incomodo convívio, portanto, estará obrigada a ajudar a solução do problema. Essa ajuda não deve ser oferecida em donativos espontâneos, se o for será pouco, muito aquém da possibilidade de cada um. Prefeituras quando fazem melhoramentos, asfalto, esgoto, etc., cobram dos proprietários a taxa de melhoria, e com justiça pois são beneficiados pelo conforto e valorização. A contribuição do povo deve ser cobrada como taxa de melhoria. Aos técnicos da Secretaria da Fazenda cabe a palavra. Se não houver lei que permita a cobrança, vote-se um. Os senhores deputados que estudem o caso.

As prefeituras do interior, pelo menos as das principais cidades, deve-se exigir que façam recolhimento para seus abandonados. Se este modesto trabalho puder ajudar na solução do problema ficarei muito feliz. Se não merecer aprovação e for adotado como melhor, a minha satisfação será a mesma. Pelo menos, procurei contribuir. Todavia, o que é preciso, com urgência e definitivamete, é a solução deste angustiante problema. Se não for resolvido, dentro de poucas décadas a sociedade honesta que trabalha a vida toda para o bem comum será obrigada a se marginalizar também para combater, em igualdade de condições, os seus agressores, marginais.

“QUEM VIVER VERÁ”.

Antônio Alberto de Oliveira  
(assinatura)  
Belo Horizonte, 05 de maio de 1975

Antônio Alberto de Oliveira

Rua Pernanbuco, 669 – Apt?. 202

Fone: 224-66.51 – Funcionários  
(Rua José de Alencar, 395  
Nova Suissa – Fone: 332.4721)

Fonte: APU (1975b)

ANEXO K – Sala de Geografia, Lab. de História Natural e Lab. de Química do Colégio Nossa Senhora das Dores (1939)



Figura 4: Sala de Geografia em 1939.

(continua)

(continuação)

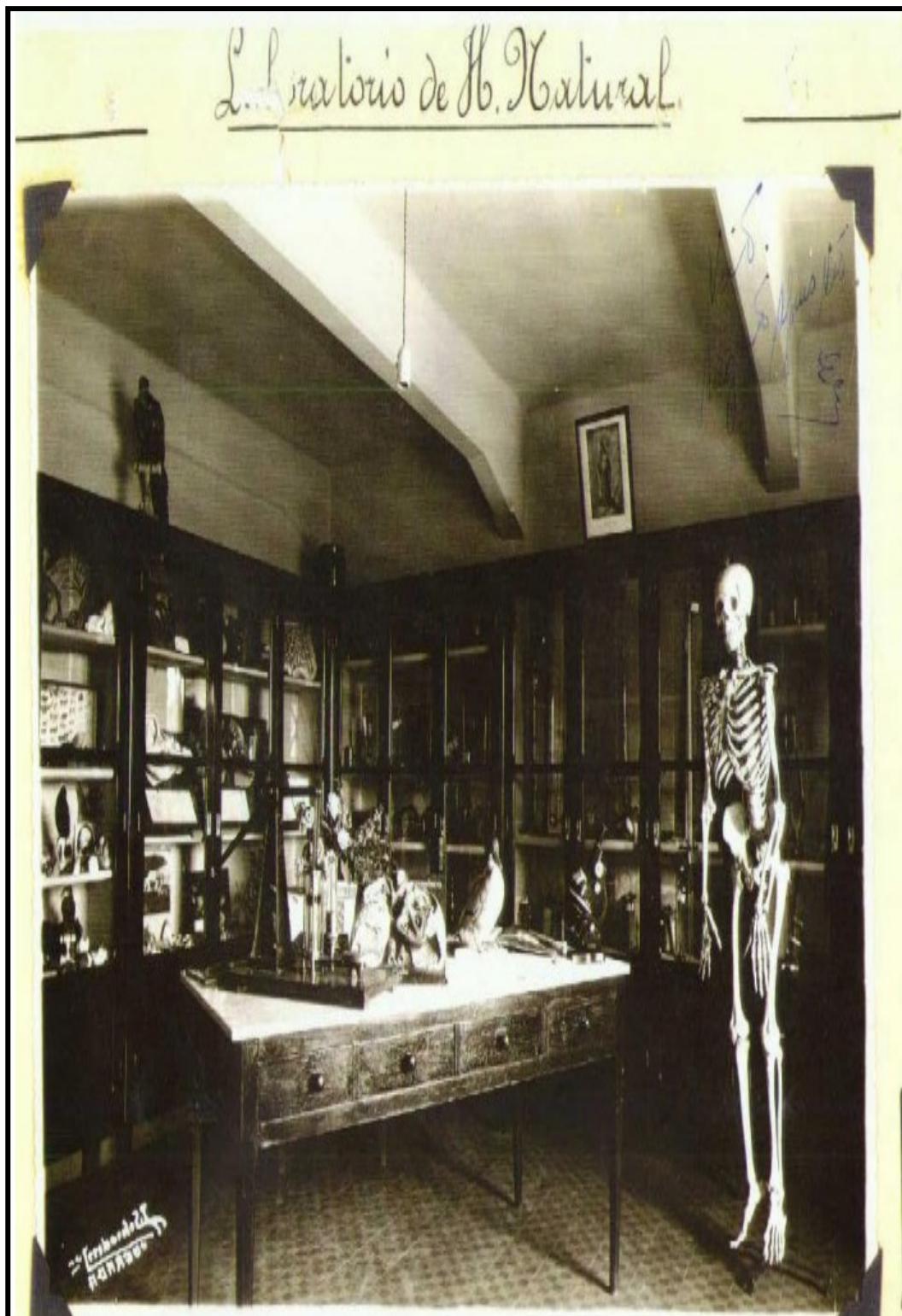


Figura 5: Laboratório de História Natural em 1939.

(continua)

(conclusão)



Figura 6: Laboratório de Química em 1939.

Fonte: Melo (2002, p. 91 a 93).

## ANEXO L – Lar Espírita de Uberaba (2017) e Sanatório Espírita (s.d)



Fonte: Acervo da Autora



Fonte: *Site do Sanatório Espírita de Uberaba*

**ANEXO M - Teses e dissertações sobre as instituições mantidas pelas Irmãs Dominicanas em Uberaba (MG) e Goiás (GO).**

<b>Título da produção acadêmica</b>	<b>Instituição e local</b>	<b>Autor (a) e ano</b>	<b>Tipo de produção e instituição</b>
Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina - Colégio Nossa Senhora das Dores - 1940/1966.	Colégio Nossa Senhora das Dores, Uberaba/MG.	MELO, G. F., 2002.	Dissertação, Universidade Federal de Uberlândia.
A criação e a consolidação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba, MG: uma experiência singular da Congregação Dominicana no Brasil (1948 - 1961).	FISTA, Uberaba/MG.	OLIVEIRA, S. J. de, 2003.	Dissertação, Centro Universitário do Triângulo.
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomas de Aquino: um marco humanista na história da educação brasileira (1960-1980).	FISTA, Uberaba/MG.	SANTOS, M. de L. L. dos, 2006.	Dissertação, Universidade Federal de Uberlândia.
Regime Militar, resistência e formação de professores na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba/MG (1964-1980).	FISTA, Uberaba/MG.	PAULA, E. D. de, 2007.	Dissertação, Universidade de Uberaba.
A Fista e o curso de pedagogia em Uberaba, MG (1949 a 1955): história, educação e contextualização.	FISTA, Uberaba/MG.	CARVALHO, G. B. de, 2016.	Dissertação, Universidade de Uberaba.
O ensino superior de enfermagem no município de Uberaba, MG: raízes da institucionalização.	Santa Casa de Misericórdia, Uberaba/MG.	FLORÊNCIO, T. de M., 2009.	Mestrado, Universidade de São Paulo.
Educação Católica e presença dominicana em Goiás (GO): a cultura escolar no Colégio Sant'Anna (1940-1960).	Colégio Sant'Anna, Goiás/GO.	CAMARGO, K. G. F., 2014.	Dissertação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
Carisma Dominicano e processo educativo no Colégio Externato São José.	Externato São José, Goiás/GO.	MELO, S. B., 2013.	Dissertação, Universidade Católica de Goiás.
Educação secundária feminina em Goiás: intramuros de uma escola católica (Colégio Sant'Anna - 1915/1937).	Colégio Sant'Anna 1915/1937, Goiás/GO.	GONÇALVES, A. M., 2004.	Tese, Universidade Estadual Paulista.

Fonte: elaborado pela autora, tendo como referência os dados apresentados em diversos programas de pós-graduação.

## ANEXO N – Propaganda do Colégio N. Senhora das Dores (1901)

**COLLEGIO DE R. S. DAS DORES DE UBERABA**

Tem por fim este Collegio a formação de boas mães de família, e de criadas ou servas que possam vantajosamente substituir as escravas.

Receberá pois o Collegio meninas das famílias ricas, orphãos e ingenuas no internato e no externato, em divisões bem distintas.

Objeto de uma solicita e sempre maternal vigilância, as educandas estarão constantemente sob as vistas de suas mestras, presidindo estas a seus trabalhos escolásticos e manuais, como às suas refeições, recreios, etc.

As professoras querendo dar á suas alumnas uma educação esmerada e completa, terão particular cuidado de infundir-lhes o espírito de ordem e de economia tão necessário a uma senhora, seja qual for sua condição na sociedade.

Para este fim, pede-se o apoio dos pais, que tão facilmente podem auxiliar as Irmãs a combater o luxo desordenado, que tantas maus causa as famílias. As horas do estudo e de recreio são distribuídas de sorte que as meninas possam alternativamente passar do trabalho manual ao estudo sem prejuízo para sua saúde.

Assegura-se particular cuidado com a alimentação das meninas.

Em caso de doença os pais serão imediatamente avisados.

A pensão é de 25\$000 mensais, pagas por trimestres adiantados; havendo redução de meia pensão para o caso de serem admittidas tres irmãs, mas unicamente para a terceira; e uma quarta Irmã só pagará a terça parte da pensão.

Pelas orphãos e ingenuas, receberá o Collegio 2\$000 mensais, quando algum parente ou protector quizer favorecer alguma menina. Neste caso o Collegio fornecerá as roupas necessárias, como á meninas pobres.

As externas pagarão 5\$000 mensais. Far-se-há algum abatimento em favor daquelas meninas menos favorecidas da fortuna.

Não se faz desconto algum por férias, nem por qualquer outro tempo que as meninas passarem fóra do Collegio.

<b>Materias do ensino</b>	
Instrução religiosa	Composição literaria
Leitura	Geografia
Caligraphia	Mappas geographicos
Arithmetica	Chronologia
Systemametrico	Historia Sagrada
Lingua Portugueza	Historia Universal
Lingua Franceza	Historia do Brazil

É também trabalhos manuais próprios de uma senhora, taes como: costura, crochê, bordados, etc.

Pagar-se-há separadamente a pensão: piano por mês 5\$000, sendo duas lições por semana; e 10\$000 sendo as lições todos os dias, exceptuados os domingos e dias de festas.

A lavagem da roupa fica á cargo dos pais. Todas as segundas-feiras, das 8<sup>as</sup> ás 11<sup>as</sup> horas da manhã, e de tarde, de 1 ás 5 horas (na terça-feira, se a segunda for dia santo) mandarão trazer a roupa limpa e buscar a servida.

As meninas poderão sair nos domingos depois da missa, mas nunca nos sabbados.

As meninas ao entrar para o Collegio devem ter os objectos designados na lista seguinte, cada um marcado com o numero que a Superiora tiver determinado.

<b>Lista do que é preciso ás alumnas</b>	
1 Vestido preto afogado	3 Toalhas de rosto.
1 Dito branco afogado	3 Lençóis de banho
1 Chapéo	3 Camisolas para banho.
1 Caixa para roupa lavada.	3 Pares de lençóis.
Pentes, escovas, etc.	1 Colchão.
1 Talher e um copo (de metal)	1 Travesseiro.
2 Sacos para roupa servida.	2 Colchas de chita e um cobertor branco.
6 Camisas.	1 Lavatório
3 Ditas de dormir.	1 Bacia
4 ou 6 pares de meias.	6 Guardanapos
8 ou 12 lenços de açorar.	

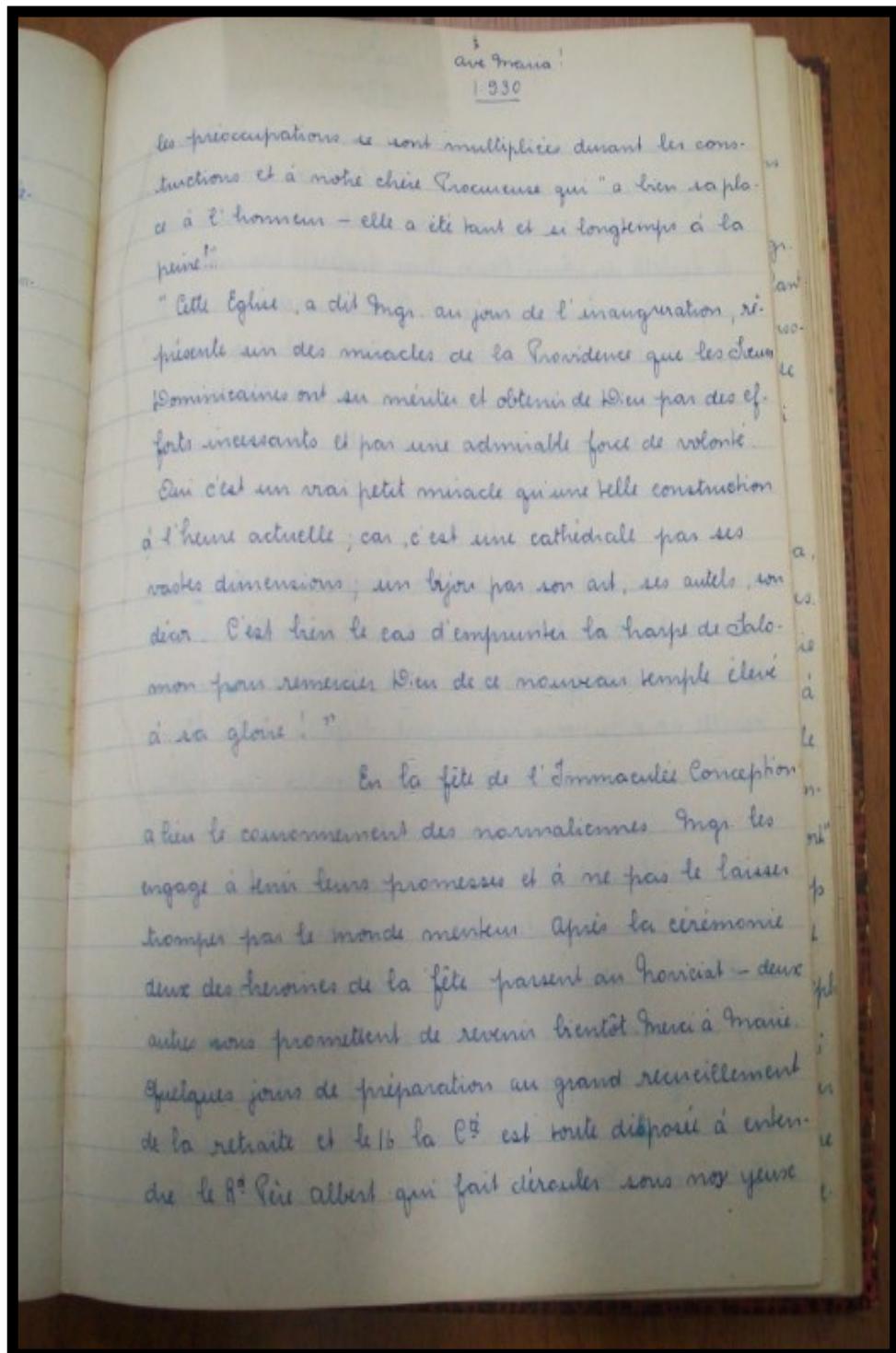
Um véo branco com 1 metro e 60 centímetros de comprimento, e 70 ou 80 centímetros de largura.

Os vestidos para o uso diário no Collegio podem ser de qualquer cor e fazenda, contanto que sejam de fazenda sólida.

Gazeta de Uberaba - 1901 (Cópia)

Fonte: Museu da Capela do CNSD (1970-1995)

## ANEXO O – Página do caderno escrito pelas Irmãs Dominicanas



Fonte: Museu da Capela do CNSD

## ANEXO P – Monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro



Fonte: *Site do Instituto Nossa Senhora da Piedade*

## ANEXO Q – Carta da Irmã Maria Thomazia a D. Alexandre

Uberaba, 21 de Maio de 1941

Exmo. e Rever. Sr.

D. Alexandre Gonçalves Amorim,  
D.D. Bispo de Uberaba;

Objeto

Meus respeitosos homenagens!

Quando se deu transferido o Orfanato São Eduardo para Chácara São Lourenço, bem desfrente de todas as igrejas da Cidade, a Irmã Superiora solicitou o grande favor de poder se conservar o H. Sacramento no Oratório, preparado para este fim, rezando-se as Irmãs o cumprir tudo o que a Santa Liturgia prescreve, para a gozação desse grande prazer.

Solicita mais o privilégio de se poder celebrar a H. Missa, no referido Oratório, de oito em oito dias, ou de 15 em 15 dias, para o fim de novena a Santa Rosaria, assim como alguma outra ocasião, com que seu Padrasto possa utilizar-se de licença.

O Orfanato conta, habitualmente, de 4 Irmãs e 20 meninas ou mais.

Esperando receber merca, desde já agradecendo os mais sinceros agradecimentos e beijo, respetosamente e sagrada anuê de V. Ex. <sup>o</sup> Revmo.

A humilde e muito grata filha em D. S.

Irmã Maria Thomazia.

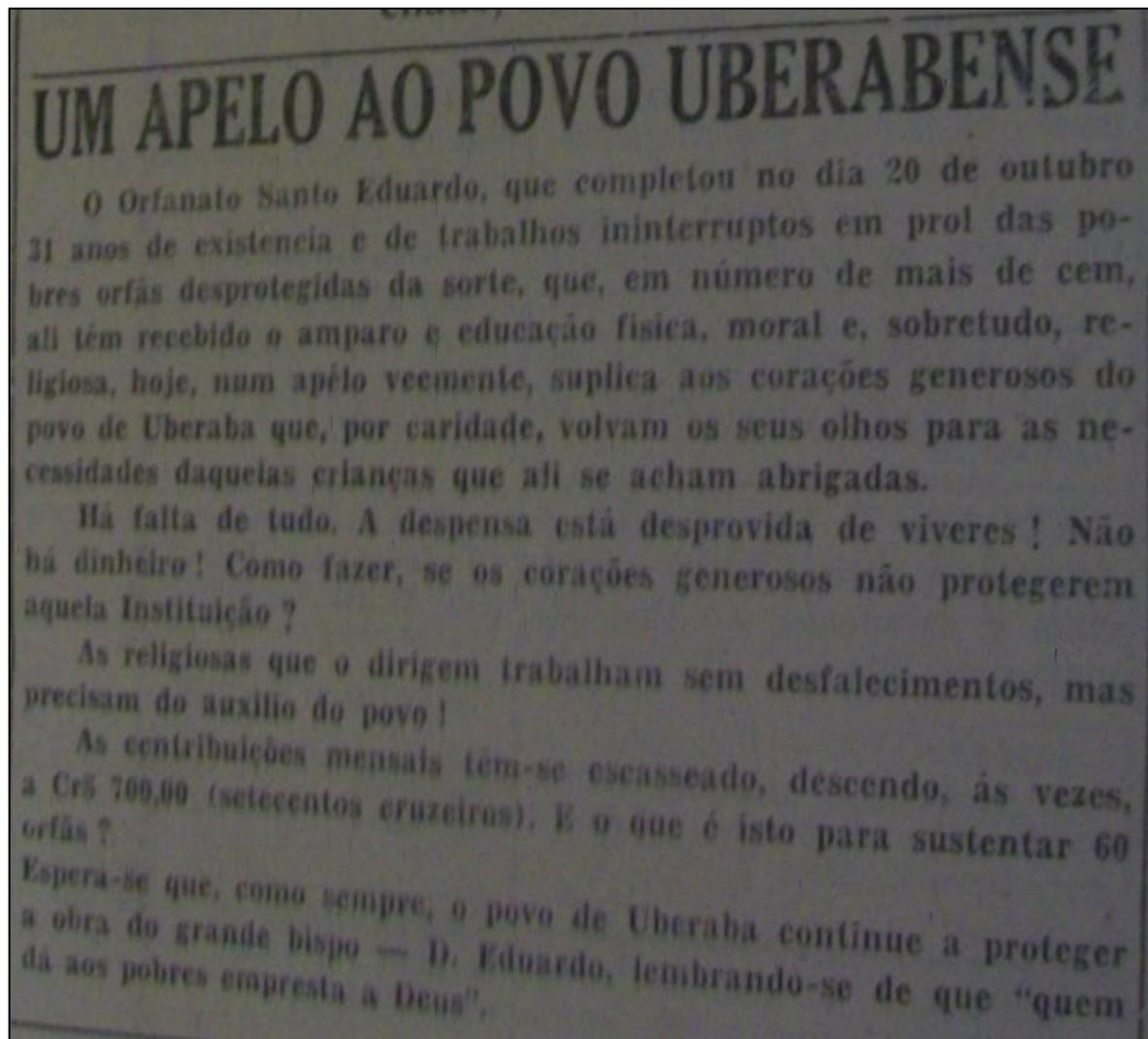
Requerido em 21-5-1941
Despachado em 26-5-1941
Folheto N° 146 Un. 64
Taxa

ANEXO R - Imagem de Santo Eduardo e histórico<sup>208</sup> (2017)

Fonte: Acervo da autora

<sup>208</sup> Junto à imagem de Santo Eduardo, no Instituto Santo Eduardo, está fixado o seguinte texto que conta a história desse Santo: “Na história da Humanidade, a palavra rei quase sempre está associada à palavra tirano. Mas, na história do Catolicismo, rei muitas vezes vem junto da palavra Santo. É o caso exemplar de Eduardo, rei da Inglaterra. Seu avô era o Santo rei e mártir Edgar, e este exemplo de santidade norteou também a sua vida no seguimento de Cristo. Eduardo nasceu em Oxford, no ano de 1003, num período em que a Inglaterra sofreu a invasão dos pagãos dinamarqueses. Seus pais, junto com toda a família real, tiveram de abandonar o país, indo se refugiar na corte da Normandia, norte da França, de parentes cristãos. No exílio, Eduardo frequentou e estudou nas mais renomadas cortes da Europa, adquirindo uma educação primorosa e fundamentada no cristianismo. Recusou várias vezes tomar o trono à força, pois não queria derramamento de sangue. Em 1042, com a morte de seu meio-irmão, que governava a Inglaterra, ele finalmente assumiu o trono. Seu reinado foi um dos mais felizes para o povo inglês. Mesmo sentindo-se um pouco “estrangeiro”, fez a pátria retomar seu caminho correto dos princípios cristãos, afastando a influência nefasta dos anos de domínio pagão e trazendo paz e prosperidade para seus súditos. Logo passou a ser chamado “o santo homem” e os escritos registram vários prodígios de cura operados por sua intercessão em favor das pessoas simples do reino. Curou um doente de câncer com o sinal da cruz. E, um paralítico que se movia penosamente na rua, ele ajudou a chegar a uma igreja, onde através de orações o curou, além de outros narrados pelos historiadores. A política de Estado exigia que ele se casasse e, pelo bem do reino, Eduardo o fez. Casou-se com Edith, filha do conde Godwin, um dos seus adversários políticos. Gentil e elegante, por se tratar de um acordo, prometeu viver com ela em estado de castidade, sem união corporal. Manteve sua palavra. O casal não teve filhos. Ela se tornou uma grande rainha e irmã, participando das obras de caridade, ajudando a restaurar e fundar igrejas e conventos por todo o país. Valorizando o lado espiritual da vida e viviam em perfeita ordem e harmonia. Tornaram-se exemplos de reis cristãos, piedosos e caridosos, amados e aclamados como “pais” pelos súditos e respeitados por todas as cortes. Após quase sessenta e quatro anos de vida de penitência, oração, mortificação dos sentidos e luxos, no reto seguimento de Cristo, o rei Eduardo morreu no dia 05 de janeiro de 1066. Pouco tempo depois de ter assistido a consagração da Igreja de Westminster, totalmente restaurada, o mais antigo símbolo da aspiração e das lutas religiosas da Inglaterra, onde foi sepultado. Venerado em vida, imediatamente o povo passou a celebrá-lo como Santo. Quase quarenta anos após a sua morte, o seu corpo foi exumado e encontrado intacto, o que para o povo não causou nenhuma surpresa. Em 1161, o Papa Alexandre III canonizou como Santo Eduardo. A sua festa litúrgica é celebrada no dia 13 de outubro, mas os devotos ingleses costumam lembrá-lo também no dia de sua morte”.

## ANEXO S – Campanha pelo Orfanato Santo Eduardo



Fonte: CMDU

## ANEXO T – Escola Municipal Uberaba (2017)



Fonte: Site Google Maps

